

SUMÁRIO – ANEXO DE EVOLUÇÃO DOS INDICADORES

1.	Dimensão: Demografia e Migração	3
1.1.	Indicador “1. Projeção demográfica dos municípios da AID e monitoramento populacional das localidades de interesse”	3
2.	Dimensão: Saneamento	17
2.1.	Indicador “2. Evolução do número de novas ligações elétricas realizadas”	17
2.2.	Indicador “3. Evolução do volume de lixo coletado diretamente por serviço de limpeza”	17
2.3.	Indicador “4. Evolução do número de ligações de água”	29
3.	Dimensão: Comércio, Indústria e Serviços	34
3.1.	Indicador “5. Evolução do número de empregos diretos relacionados ao empreendimento”	34
3.2.	Indicador “6. Evolução da frota de veículos com placa no município”	35
4.	Dimensão: Educação	59
4.1.	Indicador “7. Evolução do número de matrículas nas escolas”	59
4.2.	Indicador “8. Evolução do número de professores”	93
5.	Dimensão: População em Risco Social	106
5.1	Indicador “9. Alteração no quadro de partos entre crianças e adolescentes”	106
5.1.	Indicador “10. Alteração no número de atendimentos em assistência social”	119
5.2.	Indicador “11. Alteração no número de atendimentos do Conselho Tutelar da Criança e do Adolescente”	152
6.	Dimensão: Saúde	177
6.1.	Indicador “12. Casos de doenças e endemias transmissíveis”	177
6.2.	Indicador “13. Taxa de mortalidade infantil”	182
6.3.	Indicador “14. Mortalidade por doença diarreica aguda em menores de cinco anos de idade”	183
6.4.	Indicador “15. Percentual de cobertura do PSF em relação à população total”	184
6.5.	Indicador “16. Número de médicos por 1.000 habitantes”	185
7.	Dimensão: Habitação	187
7.1.	Indicador “17. Evolução do número de novas construções e de loteamentos”	187
8.	Dimensão: Finanças Públicas	204
8.1.	Indicador “18. Percentual da arrecadação municipal própria em relação ao total”	204

8.2.	Indicador “19. Evolução da receita municipal”	207
9.	Dimensão: Segurança Pública	224
9.1.	Indicador “20. Evolução do número de ocorrências policiais”	224
9.2.	Indicador “21. Número de policiais por 1.000 habitantes”	268
9.3.	Indicador “22. Número de viaturas policiais”	268
9.4.	Indicador “23. Taxa de homicídios por 100 mil habitantes”	269
10.	Dimensão: Agropecuária	275
10.1.	Indicador “24. Evolução da emissão de DAPs (Declaração de Aptidão ao Pronaf)”	275
10.2.	Indicador “25. Evolução nos preços de produtos agrícolas”	291
10.3.	Indicador “26. Evolução na área total de produção agrícola”	310
11.	Dimensão: Condições de Vida	323
11.1.	Indicador “27. Alteração da composição familiar”	323
11.2.	Indicador “28. Avaliação acerca das condições de ensino/escola”	323
11.3.	Indicador “29. Avaliação acerca das condições da saúde”	323
11.4.	Indicador “30. Alteração na escolaridade da população”	323
11.5.	Indicador “31. Evolução nos benefícios recebidos de programas governamentais”	323
11.6.	Indicador “32. Evolução nos indicadores de trabalho e renda (inclusive dos familiares)”	323

ANEXO 7.4-1 EVOLUÇÃO DOS INDICADORES DO 7.4 – PROGRAMA DE MONITORAMENTO DOS ASPECTOS SOCIOECONÔMICOS

1. Dimensão: Demografia e Migração

1.1. Indicador “1. Projeção demográfica dos municípios da AID e monitoramento populacional das localidades de interesse”

a) Projeção demográfica

A projeção demográfica leva em consideração dentre outras variáveis, os dados coletados de matrículas e a evolução do número de trabalhadores do CCBM até junho de 2016. As informações do Balcão de Atendimento do Programa de Orientação e Monitoramento da População Migrante (7.1) não foram consideradas, pois o Programa foi encerrado em dezembro de 2015, devido ao próprio processo de desmobilização de mão de obra do CCBM. As variáveis levadas em consideração nesta calibração da projeção demográfica mostram que o número de trabalhadores das obras civis diminuiu de forma mais acentuada até março e diminuiu o ritmo de desmobilização em abril e maio. Por conta dessa característica, a projeção aponta uma população um pouco menor em março de 2016 em relação à projeção passada para Altamira e Vitória do Xingu, e uma população um pouco maior em junho de 2016 ante a projeção anterior, devido à influência da diminuição do ritmo da desmobilização a partir de abril em relação ao que fora estimado anteriormente. Novamente se confirma que o número de matrículas em Altamira, principal município afetado pelo afluxo populacional, tende a ser menor que em 2015.

Como resultado, a projeção aponta para um decréscimo populacional em Altamira e Vitória do Xingu, influenciado direta e indiretamente pelo processo de desmobilização de mão de obra do empreendimento. Para os demais municípios da AID, a projeção reafirma que não há uma correlação direta entre a UHE Belo Monte e sua população. Como mostrado nas projeções anteriores, dentre os demais municípios da AID, somente Anapu apresenta tendência de crescimento populacional desde o ano 2000, mas sem influência direta do empreendimento. Os fatores externos de aumento populacional se relacionam a outros atrativos, como a cessão de lotes em localidades que atraem famílias de outros municípios. Já Brasil Novo e Senador José Porfírio mantêm a tendência de decréscimo populacional desde 2010. Como já destacado nos relatórios anteriores, em Brasil Novo, houve um pequeno aumento em 2012, por conta de uma invasão na sede municipal.

A **Figura 7.4-1** e o **Quadro 7.4-1** mostram que os números mantiveram-se os mesmos em relação aos apresentados no 9º Relatório Consolidado Semestral até dezembro de 2015 para a totalidade dos municípios da AID. Nesta nova projeção os números se alteram para a população estimada a partir de março de 2016, especificamente para Altamira e Vitória do Xingu, por conta das variáveis apresentadas. Confirma-se que o pico do afluxo ocorreu em dezembro de 2014, em Altamira (140.808) e se manteve próximo a tal cifra até junho de 2015, quando se inicia a diminuição significativa do número de trabalhadores do CCBM. Como resultado desse processo, há clara

tendência de queda de população em Altamira. Em Vitória do Xingu, pelas pequenas dimensões populacionais, o município é muito mais dependente das variações do processo de contratação de mão de obra direta do CCBM. O pico populacional ocorreu em junho de 2014, com 44.152 moradores. Como apresentado no Relatório anterior, a população decaiu no final daquele ano, mas reverteu a queda, fazendo com em março de 2015 praticamente igualasse esse pico, novamente por influência direta do processo de contratação do CCBM.

Ao se comparar esta projeção com a anterior, no caso de Altamira, nota-se que em março de 2016 há -433 habitantes (130.853 ante 131.286). Isso é influenciado pelo fato de que o processo de real de desmobilização no primeiro trimestre de 2016 foi mais acentuado que o estimado na projeção passada. Para junho de 2016, esta projeção estima -400 habitantes em relação à passada a esta (130.047 ante 130.447). São cifras próximas, mas que confirmam que o decréscimo populacional em Altamira é um fato corroborado pela diminuição em outros indicadores, como o de matrículas no ensino fundamental nas escolas públicas.

Em Vitória do Xingu, a comparação entre as projeções mostra que nesta última projeção de junho de 2016 há -247 moradores em relação à anterior (24.413 ante 24.660), e isso decorre do menor número de trabalhadores do CCBM no primeiro trimestre quando comparado ao estimado na projeção passada. Porém, a partir de abril, como já mencionado nota-se uma diminuição no ritmo de desmobilização do CCBM, e isso refletiu na projeção para junho de 2016, isto é, agora são -234 moradores no município quando comparado a esta projeção (24.112 ante 24.346). Como já destacado, Vitória do Xingu se mostra muito mais sensível ao processo de desmobilização. Porém, independentemente dos pequenos ajustes na calibração da projeção demográfica, em termos relativos a queda populacional de Vitória do Xingu é significativamente mais acentuada que a de Altamira, quando se compara ao pico de 44.152 moradores verificado em junho de 2014. Além disso, o afluxo populacional não afetou a sede municipal, uma vez que os trabalhadores diretamente contratados nas obras civis, foram alojados pelo CCBM, e aqueles que trouxeram famílias, tinham direito à Vila dos Trabalhadores de Belo Monte.

Para os demais municípios da AID não há alteração na projeção. Como já destacado, Anapu apresenta tendência de aumento populacional, sem haver relação direta com o empreendimento, mas há fatores externos que contribuem para a vinda de moradores, como outros empreendimentos que se instalam no município. Da mesma forma, notou-se também neste semestre que em localidades como Vila Izabel há uma intervenção de lideranças locais e políticos que estimulam a vinda de moradores de outros municípios, sendo que procuram influenciar empresas prestadoras de serviços a contratarem os moradores locais, de maneira a estimular ainda mais a chegada de população para a localidade e mesmo para a sede urbana do município. Além disso, caso ocorra a instalação de projeto de mineração no município de Senador José Porfírio, isso poderá influenciar a vinda ou o deslocamento de população para próximo a aquele empreendimento.

Brasil Novo e Senador José Porfírio continuam com tendência de constante diminuição de população, por se tratarem de municípios sem muitos atrativos econômicos para a

população. No entanto, como salientado, no caso de Senador José Porfírio, há a previsão de implantação de projeto de mineração no Trecho de Vazão Reduzida, nas proximidades da Ressaca, e isso poderá ser um fator de estímulo ao afluxo populacional para as proximidades do empreendimento, mas, se vier a ocorrer, tal fato não tem qualquer relação com a UHE Belo Monte. Nesse sentido, destaque-se que o PBA previa um afluxo populacional para essas localidades, o que não se concretizou. No entanto, a Norte Energia implantou obras de saneamento básico nessas localidades, que podem beneficiar a população residente, independentemente de aumento ou diminuição. O que se supõe que ocorre nesses dois municípios, é o aumento da taxa de urbanização, com a saída da população rural para a sede municipal, em busca de melhores recursos e serviços. Um fato que corrobora tal hipótese é o pequeno aumento de matrículas ao longo dos anos, mesmo com a diminuição da população do município como um todo.

Como já apresentado em relatórios anteriores, o pico da população para os cinco municípios da AID ocorreu em março de 2015, com 240.982, como pode ser verificado na **Figura 7.4-1** e **Quadro 7.4-1**.

Outro ponto importante a ser destacado se refere à população que, mesmo após ser desmobilizada, permanece na AID e, notadamente, em Altamira. Como se pode verificar na Pesquisa de Monitoramento da Mão de Obra Desmobilizada da UHE Belo Monte, realizada pelo Programa de Desmobilização de Mão de Obra (3.6), apenas 3,03% dos trabalhadores não regionais (originários de outras localidades fora do Pará) permaneceram na AID. Saliente-se que tal fato já era destacado desde a primeira projeção demográfica em 2012, isto é, estimava-se que uma pequena parcela da população atraída permaneceria na região. Isso é o que se denomina em demografia de *saldo migratório*. Trata-se do impacto residual que o afluxo deixará em Altamira, de maneira que a projeção inercial, aquela que estima o aumento populacional sem o impacto jamais ocorrerá. Consequentemente, mesmo com a desmobilização, o crescimento populacional será um pouco maior quando comparado àquele sem o impacto, como pode ser visto na **Figura 7.4-1.a**.

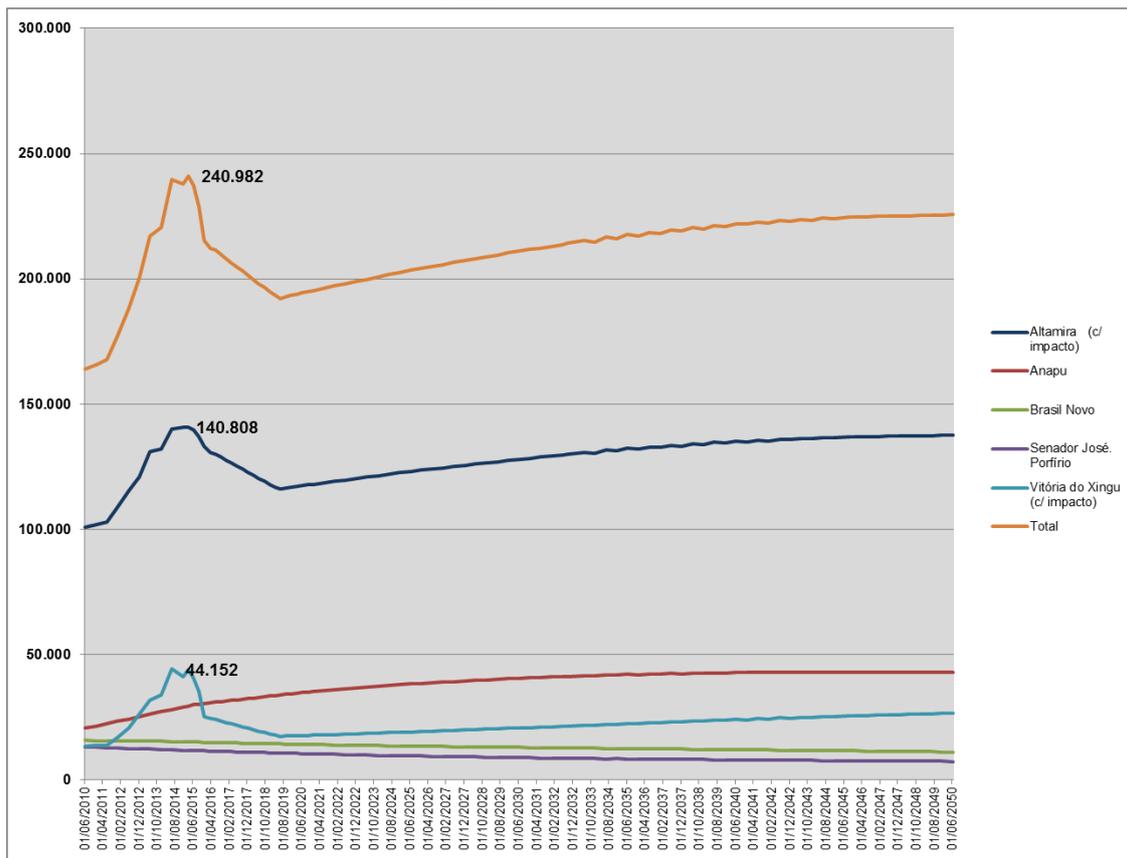


Figura 7.4 - 1 – Populações projetadas para os municípios da AID com o impacto da construção da UHE Belo Monte, considerando o cenário esperado, com periodicidade semestral de 2010 a 2014 e de 2021 a 2050 e, trimestral, de 2015 a 2020

Fonte: CNEC WorleyParsons/ Elaboração Norte Energia.

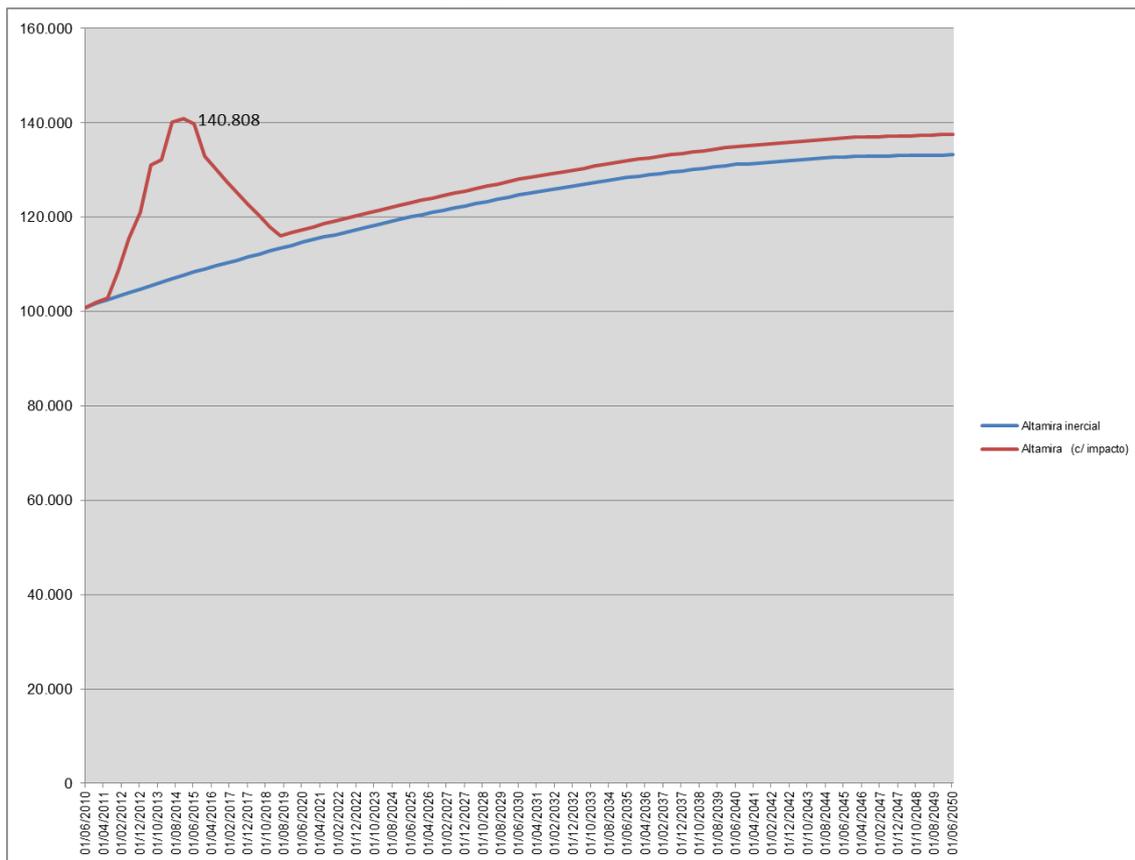


Figura 7.4 – 1.a – Populações projetadas para Altamira com o impacto da construção da UHE Belo Monte vs. crescimento inercial, entre 2010 e 2050

Fonte: CNEC WorleyParsons/ Elaboração Norte Energia.

Quadro 7.4 - 1 – Populações projetadas para os municípios da AID com o impacto da construção da UHE Belo Monte, considerando o cenário esperado, com periodicidade semestral de 2010 a 2014 e de 2021 a 2050 e, trimestral, de 2015 a 2020

Fonte: CNEC WorleyParsons/ Elaboração Norte Energia.

Município / semestre	Altamira (c/ impacto)	Anapu	Brasil Novo	Senador José. Porfírio	Vitória do Xingu (c/ impacto)	Total
30/06/2010	100.930	20.601	15.735	13.082	13.469	163.817
31/12/2010	101.941	21.540	15.637	12.940	13.707	165.765
30/06/2011	102.938	22.478	15.538	12.797	13.938	167.689
30/12/2011	108.687	23.416	15.440	12.655	16.894	177.092
30/06/2012	115.475	24.354	15.342	12.512	20.714	188.397
31/12/2012	120.967	25.292	15.557	12.370	26.154	200.340
30/06/2013	131.115	26.230	15.457	12.228	31.878	216.908
31/12/2013	132.152	27.168	15.357	12.085	33.728	220.490
30/06/2014	140.190	28.106	15.257	11.943	44.152	239.648
31/12/2014	140.808	29.045	15.157	11.800	41.121	237.931
31/03/2015	140.573	29.514	15.106	11.729	44.060	240.982
30/06/2015	139.863	29.983	15.056	11.658	40.629	237.189

Município / semestre	Altamira (c/ impacto)	Anapu	Brasil Novo	Senador José. Porfírio	Vitória do Xingu (c/ impacto)	Total
30/09/2015	136.790	30.226	15.010	11.596	35.346	228.968
31/12/2015	133.001	30.469	14.963	11.535	25.208	215.176
31/03/2016	130.853	30.712	14.917	11.473	24.413	212.368
30/06/2016	130.047	30.954	14.871	11.411	24.346	211.629
30/09/2016	128.832	31.197	14.824	11.350	23.422	209.625
31/12/2016	127.617	31.440	14.778	11.288	22.856	207.979
31/03/2017	126.402	31.683	14.731	11.226	22.292	206.334
30/06/2017	125.187	31.926	14.685	11.165	21.726	204.689
30/09/2017	123.972	32.169	14.638	11.103	21.163	203.045
30/12/2017	122.759	32.412	14.592	11.041	20.600	201.404
31/03/2018	121.544	32.655	14.545	10.980	20.035	199.758
30/06/2018	120.330	32.898	14.499	10.918	19.470	198.114
30/09/2018	119.116	33.141	14.452	10.857	18.904	196.470
30/12/2018	117.902	33.384	14.406	10.795	18.338	194.825
31/03/2019	116.941	33.627	14.359	10.733	17.875	193.535
30/06/2019	115.981	33.869	14.313	10.672	17.412	192.247
30/09/2019	116.338	34.112	14.266	10.610	17.476	192.802
30/12/2019	116.694	34.355	14.220	10.548	17.540	193.357
31/03/2020	117.053	34.598	14.173	10.487	17.605	193.916
30/06/2020	117.414	34.841	14.127	10.425	17.670	194.477
30/09/2020	117.698	35.014	14.092	10.379	17.741	194.924
31/12/2020	117.982	35.186	14.058	10.333	17.813	195.372
30/06/2021	118.550	35.530	13.988	10.241	17.955	196.264
31/12/2021	119.119	35.875	13.919	10.150	18.097	197.160
30/06/2022	119.688	36.220	13.849	10.058	18.241	198.056
31/12/2022	120.256	36.565	13.780	9.966	18.383	198.951
30/06/2023	120.825	36.909	13.711	9.874	18.526	199.844
30/12/2023	121.393	37.254	13.641	9.783	18.668	200.739
30/06/2024	121.961	37.599	13.572	9.691	18.810	201.634
31/12/2024	122.531	37.944	13.503	9.599	18.953	202.530
30/06/2025	123.099	38.288	13.433	9.507	19.095	203.422
31/12/2025	123.590	38.520	13.381	9.441	19.257	204.189
30/06/2026	124.081	38.751	13.330	9.375	19.419	204.956
31/12/2026	124.572	38.982	13.278	9.308	19.581	205.721
30/06/2027	125.064	39.213	13.226	9.242	19.743	206.487
30/12/2027	125.555	39.444	13.174	9.175	19.905	207.252
30/06/2028	126.046	39.676	13.123	9.109	20.067	208.020
31/12/2028	126.537	39.907	13.071	9.043	20.228	208.785

Município / semestre	Altamira (c/ impacto)	Anapu	Brasil Novo	Senador José. Porfírio	Vitória do Xingu (c/ impacto)	Total
30/06/2029	127.028	40.138	13.019	8.976	20.390	209.551
31/12/2029	127.519	40.369	12.967	8.910	20.551	210.317
30/06/2030	128.010	40.600	12.916	8.844	20.713	211.084
31/12/2030	128.409	40.741	12.871	8.794	20.880	211.695
30/06/2031	128.809	40.883	12.826	8.744	21.048	212.310
30/12/2031	129.209	41.024	12.782	8.693	21.215	212.923
30/06/2032	129.609	41.165	12.737	8.643	21.383	213.537
30/09/2032	130.008	41.306	12.692	8.593	21.549	214.149
31/12/2033	130.408	41.447	12.648	8.543	21.716	214.762
30/06/2033	130.808	41.588	12.603	8.493	21.884	215.376
31/12/2034	131.208	41.729	12.559	8.443	22.051	215.990
30/06/2034	131.608	41.870	12.514	8.393	22.218	216.604
31/12/2035	132.007	42.011	12.469	8.343	22.385	217.216
30/06/2035	132.304	42.088	12.426	8.304	22.546	217.669
30/12/2036	132.602	42.166	12.383	8.264	22.707	218.122
30/06/2036	132.899	42.243	12.340	8.225	22.868	218.575
31/12/2037	133.196	42.321	12.297	8.185	23.029	219.028
30/06/2037	133.494	42.398	12.254	8.146	23.191	219.482
31/12/2038	133.791	42.475	12.211	8.107	23.352	219.935
30/06/2038	134.088	42.553	12.168	8.067	23.513	220.388
31/12/2039	134.385	42.630	12.125	8.028	23.674	220.841
30/06/2039	134.682	42.708	12.082	7.988	23.835	221.294
30/12/2040	134.979	42.785	12.038	7.949	23.996	221.746
30/06/2040	135.168	42.814	11.994	7.916	24.141	222.033
31/12/2041	135.358	42.844	11.950	7.884	24.287	222.323
30/06/2041	135.547	42.873	11.906	7.851	24.433	222.610
31/12/2042	135.736	42.903	11.861	7.819	24.578	222.897
30/06/2042	135.925	42.932	11.817	7.786	24.723	223.183
31/12/2043	136.114	42.962	11.773	7.754	24.870	223.473
30/06/2043	136.304	42.991	11.729	7.721	25.015	223.759
30/12/2044	136.493	43.021	11.684	7.689	25.160	224.047
30/06/2044	136.682	43.050	11.640	7.656	25.306	224.333
30/09/2045	136.872	43.080	11.596	7.624	25.452	224.624
31/12/2045	136.938	43.064	11.548	7.595	25.572	224.717
30/06/2046	137.005	43.049	11.501	7.566	25.693	224.813
31/12/2046	137.071	43.033	11.453	7.537	25.814	224.908
30/06/2047	137.138	43.018	11.406	7.508	25.934	225.004
31/12/2047	137.205	43.002	11.359	7.479	26.055	225.099

Município / semestre	Altamira (c/ impacto)	Anapu	Brasil Novo	Senador José. Porfírio	Vitória do Xingu (c/ impacto)	Total
30/06/2048	137.271	42.987	11.311	7.450	26.176	225.194
30/12/2048	137.338	42.971	11.264	7.421	26.296	225.290
30/06/2049	137.405	42.956	11.216	7.392	26.416	225.385
31/12/2049	137.471	42.940	11.169	7.363	26.537	225.480
30/06/2050	137.538	42.924	11.121	7.334	26.657	225.575

Fonte: CNEC WorleyParsons/ Elaboração Norte Energia.

b) Levantamentos censitários populacionais em localidades de interesse

Por conta das pequenas dimensões populacionais nas localidades próximas ao sítio construtivo Belo Monte, como a Vila de Belo Monte, em Vitória do Xingu, e Belo Monte do Pontal, em Anapu, são realizados levantamentos censitários semestrais, assim como nas outras duas localidades, a Agrovila Leonardo da Vinci, em Vitória do Xingu, e na Vila Izabel, em Anapu, estas últimas por solicitação do Ibama. Tal procedimento se deve ao fato de que o pequeno número de moradores causa variações significativas em pouco espaço de tempo. Dessa forma, por mais que se elaborassem modelos matemáticos, não havia como realizar projeções demográficas confiáveis, a ponto de serem consideradas para análise.

Os resultados apresentados neste Relatório para as quatro localidades se referem à sétima Campanha, iniciada em agosto e concluída no final de novembro de 2015. Para Leonardo da Vinci e Vila Izabel já é possível apresentar os resultados da 8ª campanha, sendo que para Belo Monte e Belo Monte do Pontal a campanha ainda está em curso e seus resultados somente estarão disponíveis no próximo Relatório.

Como pode ser observado no **Quadro 7.4-2** a comparação entre a sexta e a sétima Campanha aponta um claro decréscimo populacional em Belo Monte (1.050 para 879, -16,3%), Belo Monte do Pontal (955 para 853, -10,7%) e estabilidade em Leonardo da Vinci (1.204 para 1.203) e Vila Izabel (657 para 658). Já o total de domicílios aumentou em Belo Monte (396 para 426), Belo Monte do Pontal (407 para 420) e Leonardo da Vinci (553 para 610) e se manteve estável, com pouca variação em Vila Izabel (427 para 424). Esse aumento de domicílios em detrimento da clara diminuição de moradores em Belo Monte e Belo Monte do Pontal, e estabilidade em Leonardo da Vinci e Vila Izabel aponta para o fato de que muitos domicílios são voltados para se tentar garantir sua posse ou para especulação, e não necessariamente para morar na área.

Tal característica é reforçada quando se verificam os domicílios com moradores identificados, que tiveram queda em todas as localidades. Em Belo Monte nota-se uma queda de 267 para 229 (-14,2%), em Belo Monte do Pontal, de 247 para 211(-14,6%), em Leonardo da Vinci, de 357 para 337 (-5,6%) e em Vila Izabel, de 165 para 157 (-4,9%). Já o total de domicílios com indício de ocupação, mesmo que não tenham sido encontrados moradores na época do levantamento, aumentou em todas as localidades, o que corrobora a hipótese de que pode se tratar de um movimento especulativo. Em Belo Monte houve um aumento de 62 para 117, em Belo Monte do Pontal, de 48 para 95, em Leonardo da Vinci, de 58 para 88, e em Vila Izabel, de 32 para 44.

O total de famílias entrevistadas caiu em Belo Monte, de 279 para 235 (-15,8%), em Belo Monte do Pontal, de 253 para 216 (-14,6%), em Leonardo da Vinci, de 376 para 350 (-6,9%), e em Vila Izabel, de 165 para 157 (-4,9%). Já em relação ao tamanho médio das famílias, houve pouca variação, sendo que decaiu de 3,8 para 3,7 em Belo Monte do Pontal, aumentou de 3,8 para 3,9 em Belo Monte do Pontal, aumentou de 3,2 para 3,4 em Leonardo da Vinci, e aumentou de 4,0 para 4,2 em Vila Izabel.

Ressalte-se que ais números são superiores ao do país, cuja média é de 3,5 moradores por família.

Quanto aos dados da 8ª campanha, no momento somente é possível fazer a comparação com a 7ª campanha em Leonardo da Vinci e em Vila Izabel, pois os demais ainda se encontram em andamento. Mas já se podem constatar variações nessas duas localidades por diferentes motivos.

Em Leonardo da Vinci na 8ª campanha decaiu significativamente o número de moradores, de 1.203 para 957 (-20,4%) em apenas um semestre, mesmo que o total de domicílios tivesse aumentado de 610 para 637, ou seja, aumentou muito o número de domicílios sem moradores, de 182 para 261. Nesse caso, trata-se de um movimento que vai além da mera especulação imobiliária, isto é, essa localidade sofreu a influência do aumento populacional por conta da instalação de moradores, visto que empresas terceirizadas do empreendimento chegaram a ocupar domicílios coletivos, como repúblicas de trabalhadores. Somando-se a isso, houve a implantação de inúmeros loteamentos, que fizeram com que moradores de outros municípios se dirigissem para a localidade. Porém, o processo de desmobilização das obras civis, e a etapa atual do empreendimento se refletiu na localidade, que passou a perder população.

Já em Vila Izabel ocorreu um movimento oposto entre a 7ª e a 8ª campanhas, por diferentes motivos. Naquela localidade constatou-se um aumento de moradores, de 658 para 714 em um semestre, mesmo que o total de domicílios tenha permanecido praticamente igual entre as campanhas, de 424 para 427 respectivamente. Isso se deveu ao aumento de domicílios com moradores, de 157 para 179 e a consequente diminuição de domicílios sem moradores, de 217 para 184. Saliente-se que em Vila Izabel sempre se destacou que havia um processo de especulação imobiliária, daí o elevado número de domicílios sem moradores que, apesar da queda, ainda se mostra significativo, uma vez que a constatação de 184 domicílios desocupados é fato digno de nota. No último censo, uma vez mais se constatou que há um movimento de lideranças locais que, por seu turno, estão relacionados a políticos municipais que estimulam a vinda de moradores à localidade. Para tanto, há a cessão de lotes a quem se interessar, desde que venha a construir uma edificação em um prazo de três meses. Caso isso não ocorra, o lote é retomado e distribuído a outros interessados, como disseram abertamente diversos entrevistados.

Somado a essa cessão de lotes, esse movimento tem negociado com empresas que trabalham no município para que contratem moradores locais, como forma de estimular o crescimento populacional da localidade. Em troca, reivindicam de todos os empreendedores que venham a implantar benefícios e melhorias na infraestrutura de Vila Izabel.

Quadro 7.4 - 2 – Censos populacionais das localidades de Belo Monte e Leonardo Da Vinci, em Vitória do Xingu, e Belo Monte do Pontal e Vila Izabel, em Anapu, 2012 a 2015 (até 6ª Campanha)

Dados Básicos	Localidades																													
	Belo Monte/ Vitória do Xingu ¹							Leonardo Da Vinci / Vitória do Xingu ²							Belo Monte do Pontal/ Anapu ³							Vila Izabel/ Anapu ⁴								
	1ª Camp	2ª Camp	3ª Camp	4ª Camp	5ª Camp	6ª Camp	7ª Camp	1ª Camp	2ª Camp	3ª Camp	4ª Camp	5ª Camp	6ª Camp	7ª Camp	8ª Camp	1ª Camp	2ª Camp	3ª Camp	4ª Camp	5ª Camp	6ª Camp	7ª Camp	1ª Camp	2ª Camp	3ª Camp	4ª Camp	5ª Camp	6ª Camp	7ª Camp	8ª Camp
	2012	2013		2014/2015		2015	2015	2012	2013		2014		2015	2015	2016	2012	2013		2014		2015	2015	2012	2013		2014		2015	2015	2016
		Mai/ Jun	Jan/ Fev	Jul/ Ago	Dez/ Jan15	Mai/ Jun	Dez		Mar/ Abr	Out/ Nov	Mar/ Abr	Out	Mar/Abr	Ago/ Out	Mai/ Jun		Mai/ Jun	Dez/ Jan14	Jun/ Jul	Dez	Mai	Mai/ Jun		Mar/ Abr	Nov/ Dez	Abr- Jun	Nov	Abr	Mai/ Jun	Jun
Total de domicílios	120	193	254	322	337	396	426	118	202	271	445	525	553	610	637	138	201	267	355	377	407	420	126	208	344	415	419	427	424	427
Domicílios com moradores	120	111	203	188	205	267	229	118	89	245	263	344	357	337	286	138	122	189	223	221	247	211	126	130	147	142	146	165	157	179
Domicílios com indícios de ocupação	s/i	5	19	51	71	62	117	s/i	14	17	50	53	58	88	87	s/i	24	21	40	66	48	95	s/i	17	20	17	25	32	44	59
Domicílios sem moradores ⁵	s/i	77	30	79	60	63	66	s/i	98	7	131	128	135	182	261	s/i	52	51	90	90	110	107	s/i	60	176	253	245	220	217	184
Recusas	s/i	0	2	4	1	4	14	s/i	1	2	1	0	3	3	3	s/i	3	6	2	0	2	7	s/i	1	1	3	3	10	6	5
Total de Famílias entrevistadas	120	111	216	200	222	279	235	118	89	257	280	375	376	350	296	138	122	192	233	232	253	216	126	130	148	146	158	165	157	179
Total de Moradores	447	444	755	737	780	1050	879	436	341	873	968	1.295	1204	1203	957	605	506	761	817	821	955	853	448	517	582	592	633	657	658	714
Composição familiar	3,7	4,0	3,5	3,7	3,5	3,8	3,7	3,7	3,8	3,4	3,5	3,5	3,2	3,4	3,2	4,4	4,1	4,0	3,5	3,5	3,8	3,9	3,6	4,0	3,9	4,1	4,0	4,0	4,2	4,0

Fonte: CNEC WorleyParsons/ Elaboração Norte Energia.

1. Em Belo Monte/Vitória do Xingu, a primeira campanha foi realizada em abril de 2012, a segunda campanha em maio/junho de 2013, a terceira campanha em janeiro/fevereiro de 2014, a quarta campanha em julho/agosto de 2014, a quinta campanha em dezembro de 2014/janeiro de 2015 e a sexta campanha em maio/junho de 2015.
2. Em Leonardo da Vinci/Vitória do Xingu, a primeira campanha foi realizada em novembro de 2012, a segunda campanha em março/abril de 2013, a terceira campanha em outubro/novembro de 2013, a quarta campanha em março/abril de 2014, a quinta campanha em outubro de 2014 e a sexta campanha em março/abril de 2015.
3. Em Belo Monte do Pontal/Anapu, a primeira campanha foi realizada em abril de 2012, a segunda campanha em maio/junho de 2013, a terceira campanha em dezembro de 2013 e janeiro de 2014, a quarta campanha em junho/julho de 2014, a quinta campanha em dezembro de 2014 e a sexta campanha em maio de 2015.
4. Em Vila Izabel/Anapu, a primeira campanha foi realizada em julho de 2012, a segunda campanha em março/abril de 2013, a terceira campanha em novembro/dezembro de 2013, a quarta campanha em abril, maio e junho de 2014, a quinta campanha em novembro de 2014 e a sexta campanha em abril de 2015.
5. Inclui: domicílio sem morador, casa abandonada e casa em construção (foram levantados, mas não estão inclusos: terrenos baldios e edificações comerciais).

Considerações Gerais

A projeção demográfica confirma que o pico de população atraída, no caso de Altamira ocorreu em dezembro de 2014, com 140.808, sendo que permaneceu com números próximos até junho de 2015, quando passa a ocorrer a queda de população, atrelada ao processo de desmobilização de mão de obra pelo CCBM. Em Vitória do Xingu, como já destacado em relatórios anteriores, o total de população é muito mais dependente das variações do processo de contratação de mão de obra direta do CCBM. Por conta disso, o pico de população ocorreu em junho de 2014, com 44.152 moradores, sendo que houve uma queda até o final daquele ano por conta do decréscimo de trabalhadores do CCBM. No entanto, com a evolução de contratações no início de 2015, houve reversão da queda, e chegou quase ao mesmo número do pico de população em março de 2015. A partir de então, nota-se clara queda populacional a partir de junho desse ano, igualmente por conta do processo de desmobilização de mão de obra do CCBM.

Nesta presente projeção demográfica constata-se o decréscimo populacional em Altamira e Vitória do Xingu, relacionados ao empreendimento. Na comparação com a projeção passada, no caso de Altamira a população estimada para março de 2016 é menor, pois se constatou que o ritmo de desmobilização de mão de obra no primeiro trimestre de 2016 foi maior que o previsto no relatório anterior. Em Vitória do Xingu, igualmente esta projeção aponta que em março de 2015 a diminuição de população foi maior que na projeção passada por conta do ritmo de desmobilização. No entanto, a projeção para junho de 2016 mostra que a população estimada deve ser um pouco acima da anteriormente calculada, pro conta do ritmo de desmobilização a partir de abril ser um pouco menor que o estimado anteriormente. De qualquer maneira, confirma-se a queda na população desse dois municípios desde o ano passado, e que continuará pelos próximos meses e anos.

Em termos de números, no caso de Altamira, se estima que a população em junho de 2016 é de 130.047 moradores e deverá decrescer para 127.617 em dezembro. Em Vitória do Xingu, estima-se uma população de 24.346 em junho de 2016 e 22.856 em dezembro.

Quanto aos demais municípios da AID, a projeção reitera que não há indícios de uma correlação direta entre a UHE Belo Monte e a variação em suas populações. Anapu continua com tendência de crescimento populacional desde o ano 2000. Além disso, há fatores externos, como a Linha de Transmissão, aliado a ações de políticos e lideranças que atraem moradores de fora do município tanto em localidades, como Vila Izabel quanto na sua sede. Brasil Novo e Senador José Porfírio mantêm a tendência de decréscimo populacional desde o início de década. No caso de Brasil Novo, como já mostrado em relatórios anteriores, houve apenas um pequeno aumento em 2012, por conta de uma invasão na sede municipal. Pela evolução de matrículas, nota-se tendência da população rural se dirigir à sede urbana, em busca de melhores serviços. Porém, isso apenas deverá influir na taxa de urbanização do município e não reverterá a tendência de queda na população.

Já em Senador José Porfírio, há tendência de constante diminuição de população, mas há um fator externo que ainda não foi considerada nos cálculos da projeção demográfica, isto é, a efetivação de empreendimentos como a mineração Belo Sun, no Trecho de Vazão Reduzida. Como já destacado em relatórios anteriores, o número de população atraída por conta dessa atividade, poderá alterar significativamente a população do município, uma vez que visto é um município com pequeno número de habitantes.

Já nos levantamentos censitários semestrais nas pequenas localidades (Vila de Belo Monte, e Agrovila Leonardo da Vinci, em Vitória do Xingu, e Belo Monte do Pontal e Vila Izabel, em Anapu), na comparação entre a 6ª e a 7ª campanhas nota-se um claro decréscimo populacional em Belo Monte (1.050 para 879, -16,8%), Belo Monte do Pontal (955 para 853, -10,7%) e estabilidade em Leonardo da Vinci (1.204 para 1.203) e Vila Izabel (657 para 658). Já o total de domicílios aumentou em Belo Monte (396 para 426), Belo Monte do Pontal (407 para 420) e Leonardo da Vinci (553 para 610) e se manteve estável, com pouca variação em Vila Izabel (427 para 424). Esse aumento de domicílios em detrimento da clara diminuição de moradores em Belo Monte e Belo Monte do Pontal, e estabilidade em Leonardo da Vinci e Vila Izabel aponta para o ato de que muitos domicílios são voltados para se tentar garantir sua posse ou para especulação, e não necessariamente para morar na área.

Por conta dessa queda geral de população, o total de famílias entrevistadas caiu em Belo Monte, de 279 para 235 (-15,8%), em Belo Monte do Pontal, de 253 para 216 (-14,6%), em Leonardo da Vinci, de 376 para 350 (-6,9%), e em Vila Izabel, de 165 para 157 (-4,9%). Já em relação ao tamanho médio das famílias, houve pouca variação, sendo que decaiu de 3,8 para 3,7 em Belo Monte do Pontal, aumentou de 3,8 para 3,9 em Belo Monte do Pontal, aumentou de 3,2 para 3,4 em Leonardo da Vinci, e aumentou de 4,0 para 4,2 em Vila Izabel. Ressalte-se que os números são superiores ao do país, cuja média é de 3,5 moradores por família.

Adicionalmente, em relação a Leonardo da Vinci e Vila Izabel pode-se realizar a comparação entre a 7ª e a 8ª campanhas, sendo que em Belo Monte e Belo Monte do Pontal o censo ainda está em andamento. No entanto, notam-se variações significativas em um semestre em ambas as localidades por diferentes motivos.

Em Leonardo da Vinci a 8ª campanha constatou-se que decaiu significativamente o número de moradores, de 1.203 para 957 (-20,4%). Contrariamente, o total de domicílios aumentou de 610 para 637, ou seja, aumentou muito o número de domicílios sem moradores, de 182 para 261. Trata-se de um movimento que vai além da mera especulação imobiliária, isto é, a localidade sofreu a influência do aumento populacional por conta da instalação de moradores, visto que empresas terceirizadas do empreendimento chegaram a ocupar domicílios coletivos, como repúblicas de trabalhadores, além de inúmeros loteamentos instalados na localidade. Porém, com o processo de desmobilização das obras civis, e a etapa atual do empreendimento, isso se refletiu na localidade, que passou a perder população.

Em Vila Izabel constatou-se um aumento de moradores, de 658 para 714 em um semestre, mesmo que o total de domicílios tenha permanecido praticamente igual

entre as campanhas, de 424 para 427 respectivamente. Isso se deveu ao aumento de domicílios com moradores, de 157 para 179 e a consequente diminuição de domicílios sem moradores, de 217 para 184. Saliente-se que em Vila Izabel sempre se destacou que havia um processo de especulação imobiliária, daí o elevado número de domicílios sem moradores que, apesar da queda, ainda se mostra significativo, uma vez que a constatação de 184 domicílios desocupados é fato digno de nota. No último censo, uma vez mais se constatou que há um movimento de lideranças locais que, por seu turno, estão relacionados a políticos municipais que estimulam a vinda de moradores à localidade. Para tanto, há a cessão de lotes a quem se interessar, desde que venha a construir uma edificação em um prazo de três meses. Caso isso não ocorra, o lote é retomado e distribuído a outros interessados, como disse abertamente diversos entrevistados.

2. Dimensão: Saneamento¹

2.1. Indicador “2. Evolução do número de novas ligações elétricas realizadas”

Esse indicador foi suprimido após aprovação, pelo Ibama, da Nota Técnica de revisão de indicadores socioeconômicos apresentada no 6º RC (Anexo 7.4 – 3).

2.2. Indicador “3. Evolução do volume de lixo coletado diretamente por serviço de limpeza”

a) Análise da evolução do volume de lixo coletado diretamente por serviço de limpeza – Altamira

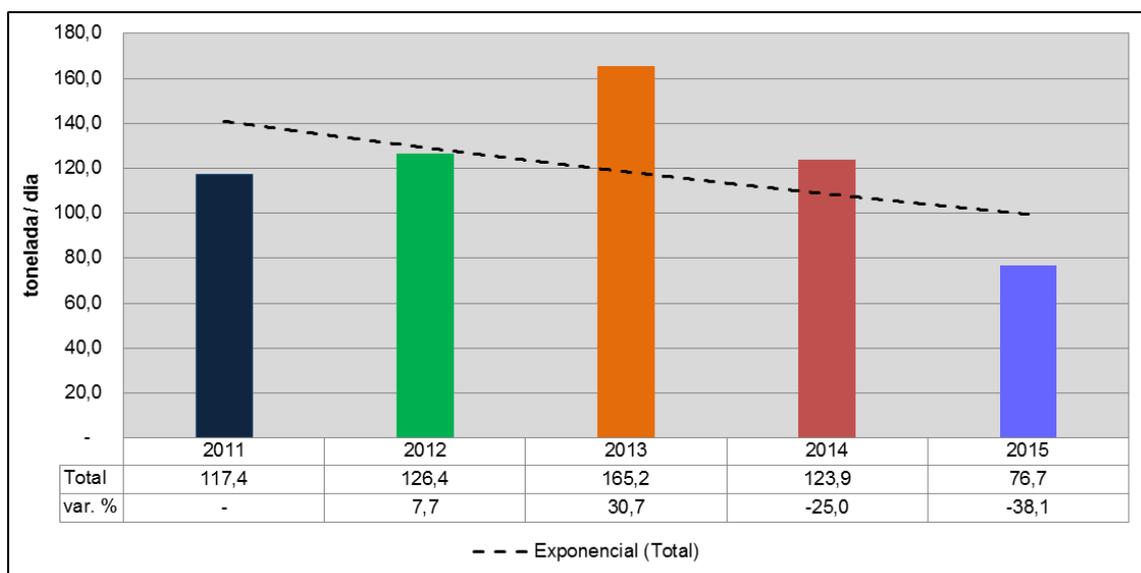


Figura 7.4 - 2 – Evolução da média diária de lixo coletado, em Altamira, de 2011 a 2015

Fonte: Setor de Limpeza Pública – Secretaria Municipal de Viação, Obras e Infraestrutura de Altamira / Elaboração Norte Energia.

1. No ano de 2012 não há informação para o mês de dezembro.

¹ A nomenclatura original dessa dimensão é “Energia Elétrica e Saneamento” e a proposta de alteração consta na Nota Técnica de revisão de indicadores socioeconômicos anexada a este relatório (Anexo 7.4 – 3),

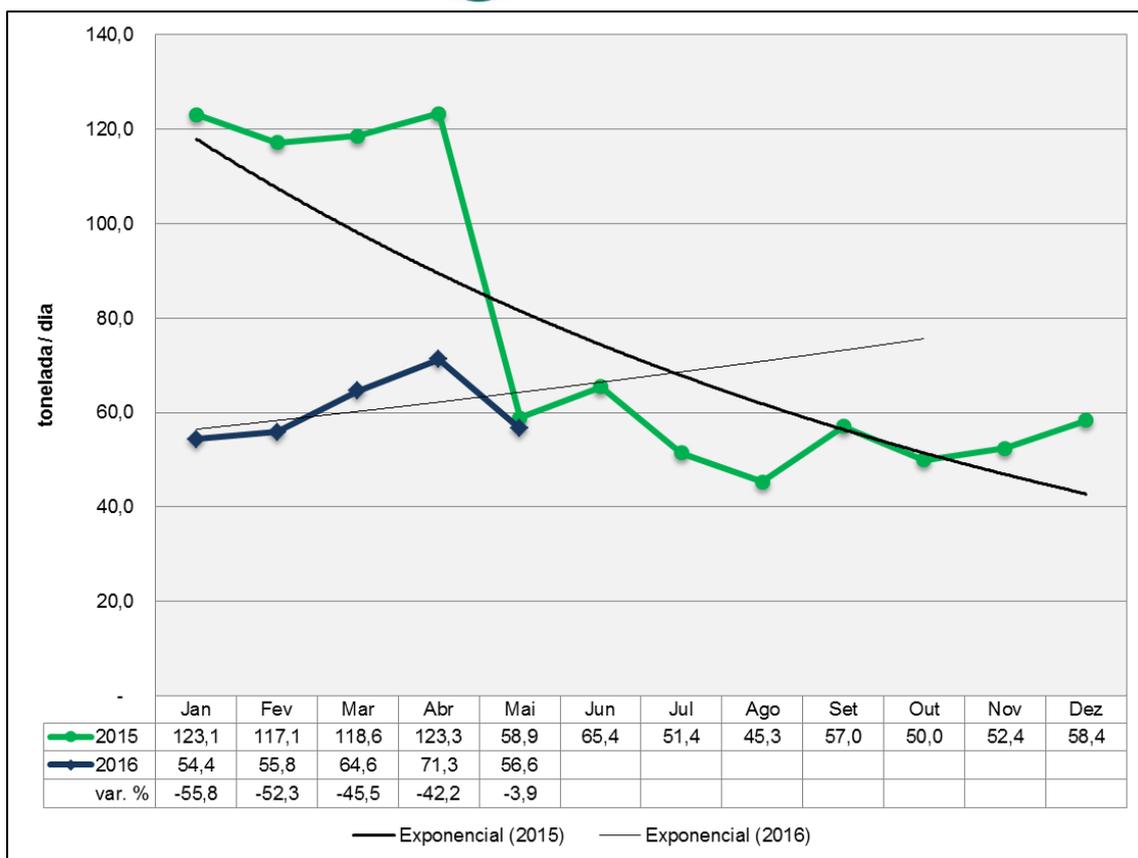


Figura 7.4 - 3 – Evolução da média diária de lixo coletado, em Altamira, de janeiro 2015 a maio de 2016

Fonte: Setor de Limpeza Pública – Secretaria Municipal de Viação, Obras e Infraestrutura de Altamira / Elaboração Norte Energia.

Nota: os dados históricos foram ajustados porque, a partir de maio/15, passaram a ser fornecidos pelo relatório de pesagem da balança do Aterro e, além disso, houve um ajuste da fórmula de cálculo do peso do lixo a partir do volume.

b) Análise da evolução do volume de lixo coletado diretamente por serviço de limpeza – Anapu

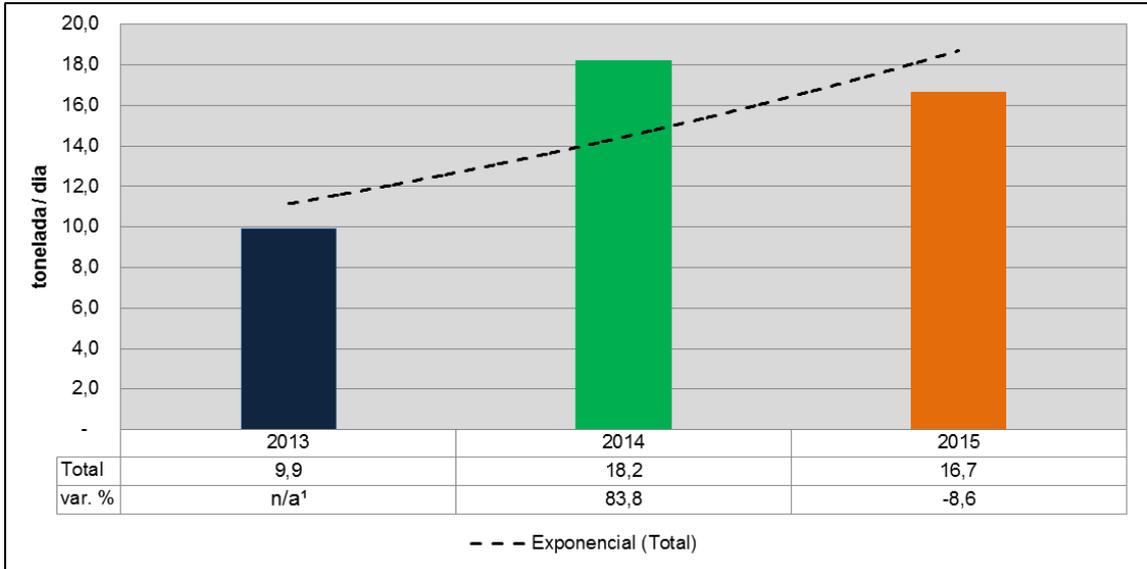


Figura 7.4- 4 – Evolução da média diária de lixo coletado, em Anapu, de 2013 a 2015

Fonte: Setor de Limpeza Pública – Secretaria Municipal de Viação e Obras de Anapu / Elaboração Norte Energia.

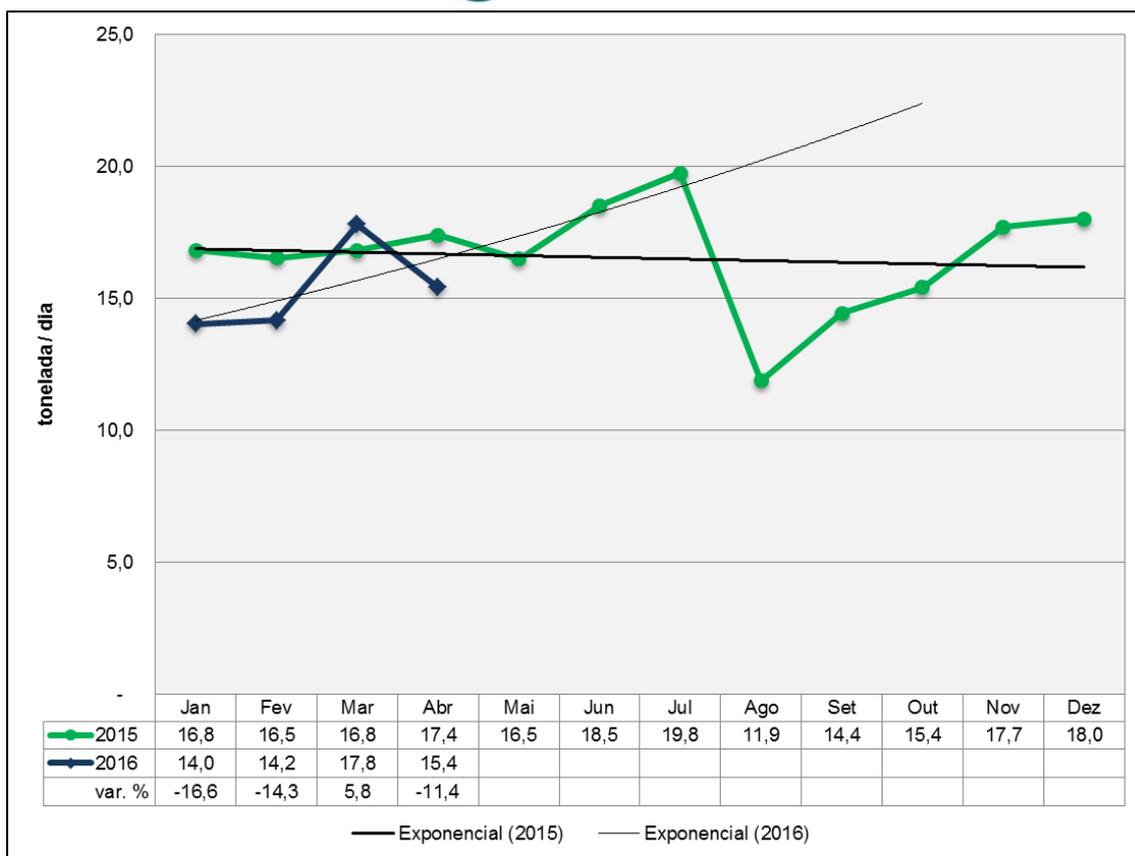


Figura 7.4 - 5 – Evolução da média diária de lixo coletado em Anapu, de janeiro 2015 a abril de 2016

Fonte: Setor de Limpeza Pública – Secretaria Municipal de Viação e Obras de Anapu / Elaboração Norte Energia.

Nota: os dados históricos foram ajustados devido a uma mudança na fórmula de cálculo do peso do lixo a partir do volume.

c) Análise da evolução do volume de lixo coletado diretamente por serviço de limpeza – Brasil Novo

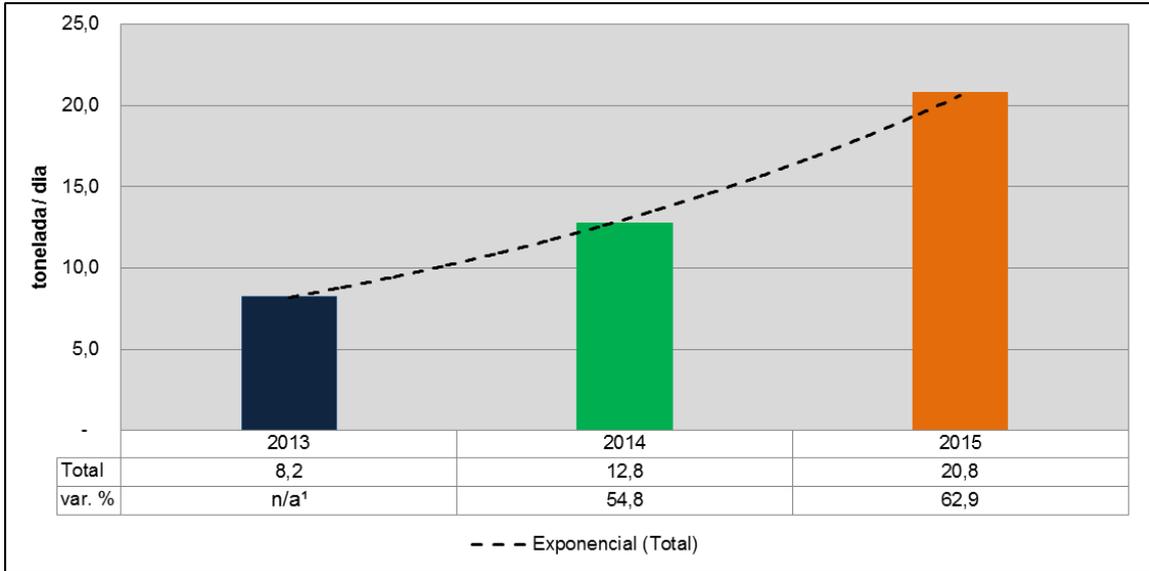


Figura 7.4- 6 – Evolução da média diária de lixo coletado, em Brasil Novo, de 2013 a 2015

Fonte: Setor de Limpeza Pública – Secretaria Municipal de Transporte e Manutenção de Brasil Novo/
Elaboração Norte Energia.

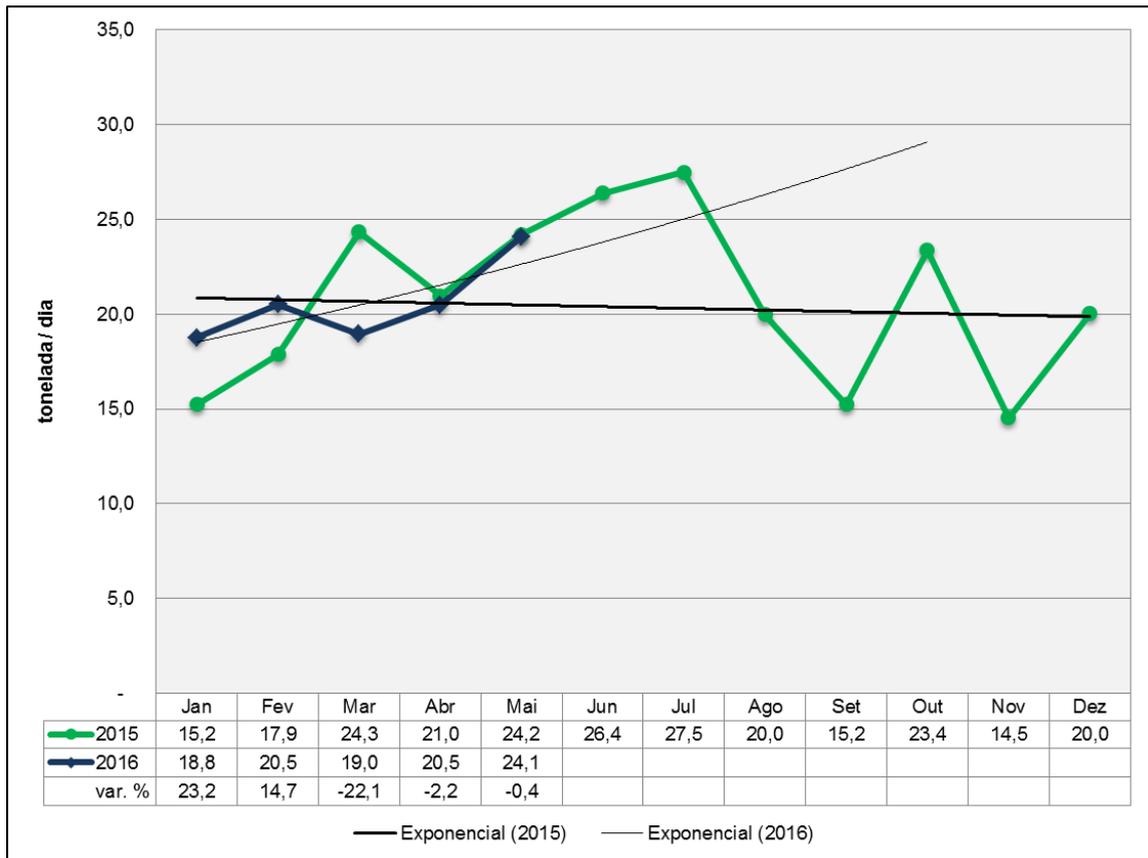


Figura 7.4 - 7 – Evolução da média diária de lixo coletado em Brasil Novo, de janeiro de 2015 a maio de 2016

Fonte: Setor de Limpeza Pública – Secretaria Municipal de Transporte e Manutenção (SETRAM) de Brasil Novo / Elaboração Norte Energia.

Nota: os dados históricos foram ajustados devido a uma mudança na fórmula de cálculo do peso do lixo a partir do volume.

d) Análise da evolução do volume de lixo coletado diretamente por serviço de limpeza – Senador José Porfírio

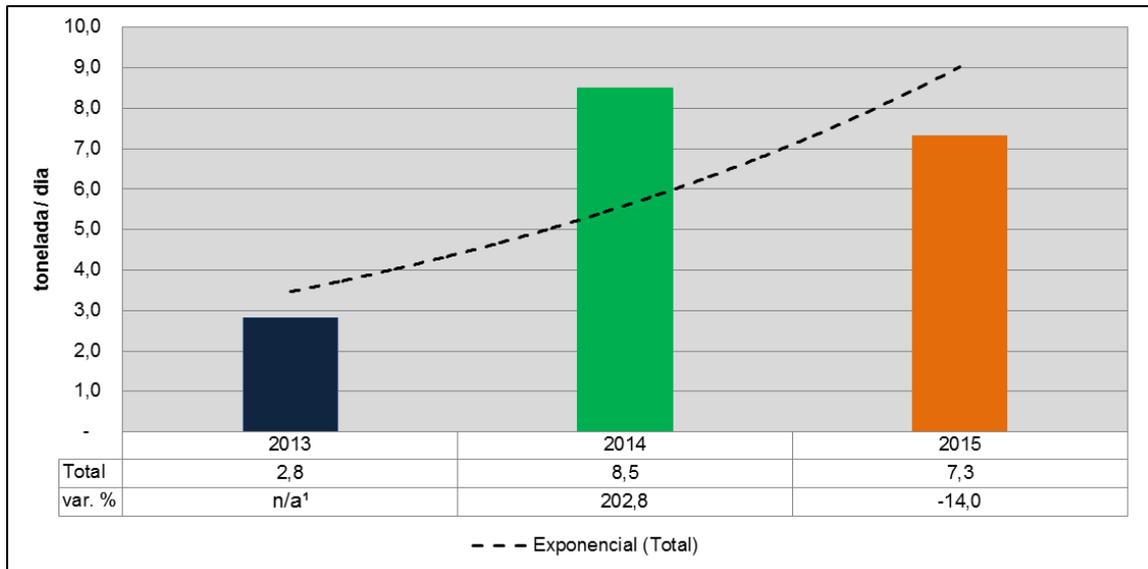


Figura 7.4 - 8 – Evolução da média diária de lixo coletado, em Senador José Porfírio, de 2013 a 2015

Fonte: Setor de Limpeza Pública – Secretaria Municipal de Infraestrutura de Senador José Porfírio /
Elaboração Norte Energia.

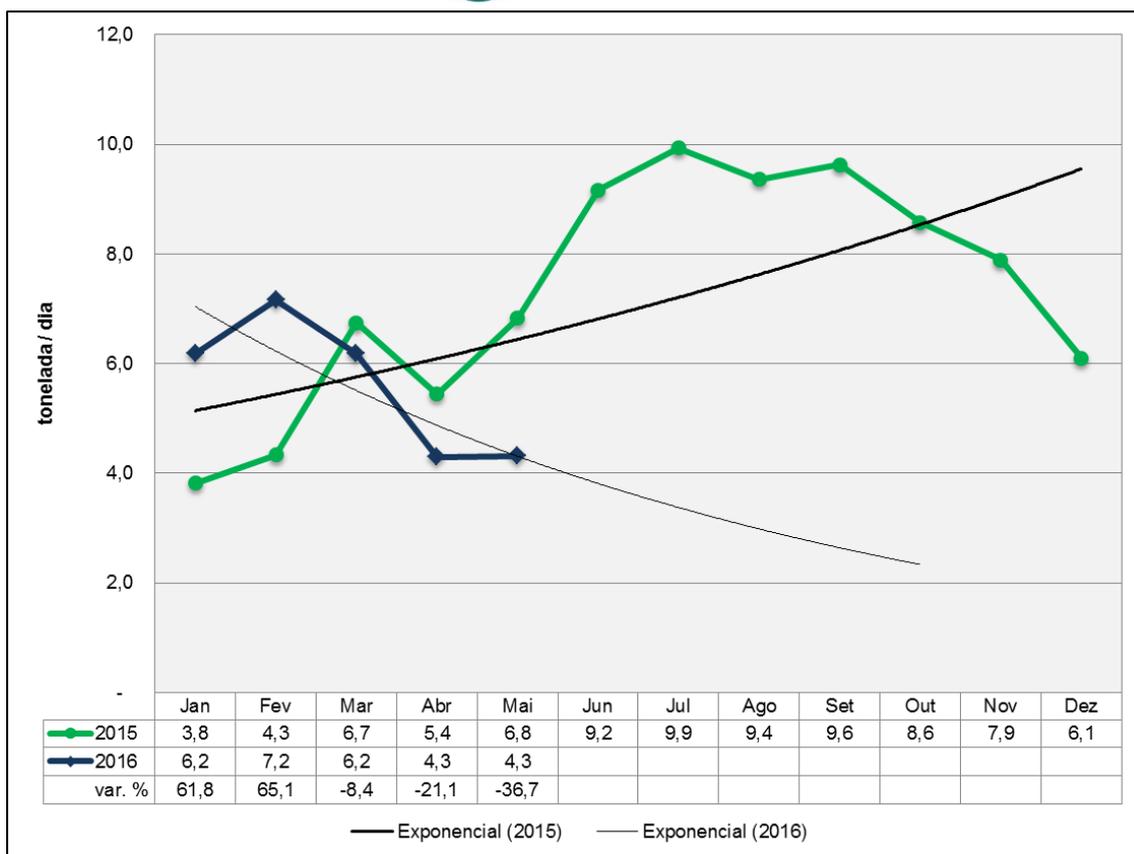


Figura 7.4 - 9 – Evolução da média diária de lixo coletado em Senador José Porfírio, de janeiro de 2015 a maio de 2016

Fonte: Setor de Limpeza Pública – Secretaria Municipal de Infraestrutura de Senador José Porfírio / Elaboração Norte Energia.

Nota: os dados históricos foram ajustados devido a uma mudança na fórmula de cálculo do peso do lixo a partir do volume.

e) Análise da evolução do volume de lixo coletado diretamente por serviço de limpeza – Vitória do Xingu.

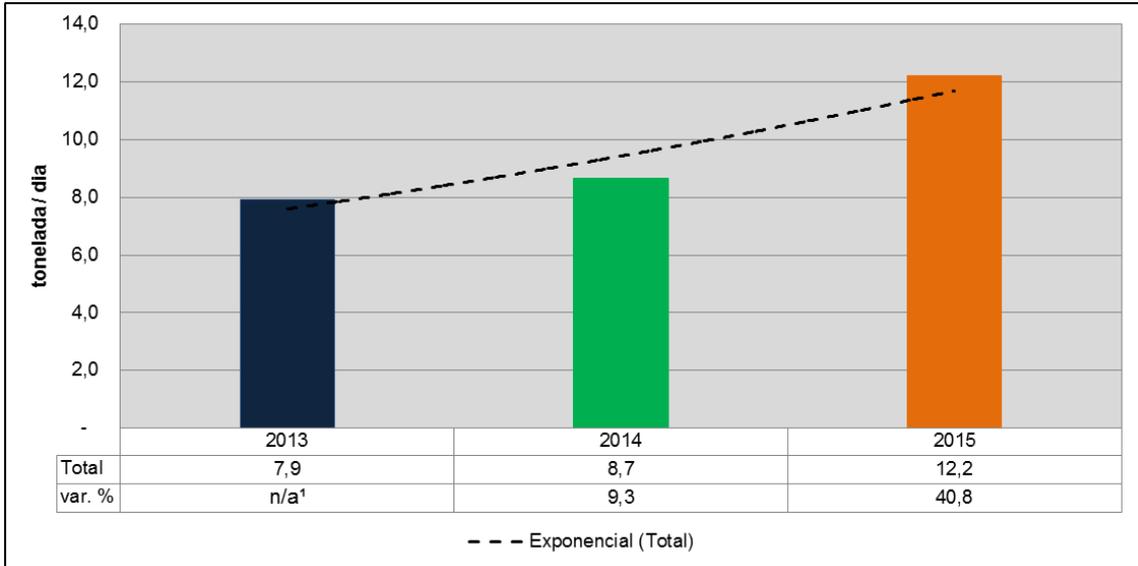


Figura 7.4- 10 – Evolução da média diária de lixo coletado, em Vitória do Xingu, de 2013 a 2015

Fonte: Setor de Limpeza Pública – Secretaria Municipal de Viação e Obras de Vitória do Xingu / Elaboração Norte Energia.

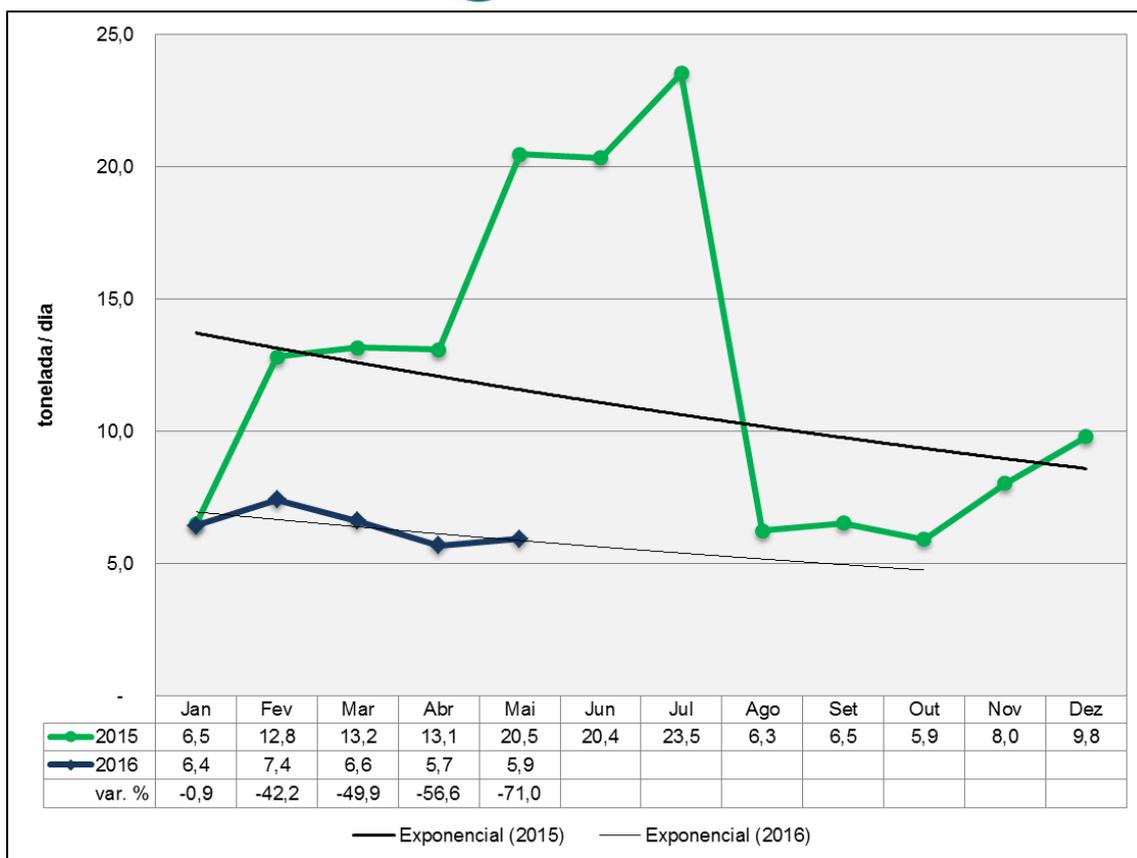


Figura 7.4 - 11 – Evolução da média diária de lixo coletado em Vitória do Xingu, de janeiro de 2015 a maio de 2016

Fonte: Secretaria Municipal de Viação e Obras de Vitória do Xingu / Elaboração Norte Energia.

Nota: os dados históricos foram ajustados devido a uma mudança na fórmula de cálculo do peso do lixo a partir do volume.

Considerações Gerais

Como já apresentado no 9º RC, o Aterro Sanitário, implantado pela Norte Energia em Altamira, é operado pela SEMAT e, desde maio de 2015, os dados de coleta diária de lixo recebidos pelo Programa 7.4 são aqueles registrados no relatório da balança do Aterro. Tal fato garante, por um lado, maior precisão e detalhamento dos dados, uma vez que até então as informações eram estimadas pelos técnicos, e não permite a comparabilidade com os dados passados. Somente as informações a partir de maio de 2015 é que poderão ser comparados.

O serviço de coleta de lixo doméstico do município (residencial, comercial e de limpeza pública) atende a 100% da área urbana municipal. Como destacado, o aumento de dados entre 2011, 2012, 2013 e a queda em 2014, são informações estimadas pelo órgão municipal responsável pela coleta. Assim, parte dos dados de 2015 é do registro da balança, e não estimado. Conseqüentemente a significativa queda em relação a 2014 (-38,1%) pode não ser comparada. Como mostra a projeção demográfica, há uma diminuição de população, notadamente a partir do segundo semestre de 2015, por conta do processo de desmobilização de trabalhadores das obras civis. E isso poderia refletir na quantidade de lixo gerada em Altamira. Porém, a

diferença no método de registro da coleta diária não permite qualquer inferência ou nexos causal com a desmobilização (Figura 7.4 - 2).

Portanto, conclui-se dessas características dos dados de evolução de coleta de lixo, que este Indicador não atendeu ao objetivo inicial, quando de sua elaboração, ou seja, o pressuposto era que a evolução de lixo poderia se constituir numa *proxy* para o afluxo populacional e, caso se confirmasse, auxiliaria nas projeções demográficas. Porém, como os dados eram estimados, e a comparação com os dados da balança demonstram que estavam superestimados, não há mais sentido em continuar a monitorar este Indicador, pois não atendeu aos objetivos.

Para corroborar tal fato, a comparação entre os dados de janeiro e maio de 2015 e 2016 mostra bem essa dificuldade devido à mudança no método de registro. A média diária de lixo coletado em 2015 gira entre 117,1 toneladas em fevereiro a 123,3 toneladas em abril. Mas em todos os quatro primeiros meses o número é acima das 117 toneladas. Em maio de 2015, quando os dados registrados são da balança, a média decaiu para cerca da metade, ou foi de 58,9 toneladas. Certamente não houve queda de tal magnitude entre um mês e outro, mas a diferença é devido à própria discrepância entre a estimativa e o dado mensurado via balança. Nesse sentido, como pode ser notado na **Figura 7.4-3**, os dados da balança a partir de maio de 2015 se mostram coerentes mês a mês, em patamar entre 50 e 65 toneladas, significativamente abaixo dos dados estimados. A única exceção foi em abril de 2016, quando a média chegou a 71,3 toneladas, mas ainda assim muito abaixo dos dados estimados. Em maio de 2016, a média voltou a ser próximo dos meses anteriores, com 56,6 toneladas.

Saliente-se que a Norte Energia colaborou com o aprimoramento do processo, com a implantação da balança, a qualificação dos funcionários e aprimorando a gestão do Aterro, o que permitiu o acesso a uma informação mais qualificada. Além disso, a Norte Energia fez a doação de 3 veículos para coleta e descarregamento de lixo para o Departamento de Limpeza Pública da prefeitura: 01 caminhão coletor compactador de 12m³, 01 caminhão caçamba de 12m³, e 01 caminhão poliguindaste com 02 caçambas de 5m³.

Nos demais municípios os dados ainda são estimados, sendo que em Anapu houve um aumento significativo da média diária de lixo coletado em 2014, que passou de 9,9 em 2013 para 18,3 toneladas/dia (+84,5%). Esse aumento não se relaciona necessariamente à geração de mais lixo, mas a um ajuste na coleta dos dados pela própria prefeitura, que passou a contar com um controle mais efetivo e uso de formulários diários. Em 2015, nota-se uma diminuição na média estimada que chegou a 16,7 toneladas (-8,6%) (Figura 7.4- 4). Na comparação entre os quatro primeiros meses de 2015 e 2016, nota-se uma tendência de queda na estimativa diária de lixo coletado, com exceção de março, quando houve um pequeno aumento. Mas, se tal tendência continuar ao longo do ano, haverá queda na média do lixo coletado em 2016 ante os anos anteriores (**Figura 7.4 - 5**). Como apresentado no Relatório anterior, a partir de agosto de 2015 a coleta de lixo passou a ser feita pela empresa B.M. veículos que reduziu o número de viagens no mês, ao mesmo tempo otimizou o uso da carroceria para lixo doméstico. A frota manteve-se praticamente a mesma (7 veículos),

com a troca de um caminhão e a disponibilização, pela prefeitura municipal, de um caminhão coletor toco, sendo que a coleta de lixo em Anapu abrange 70% da zona urbana e 30% da rural.

Quanto ao aterro sanitário, a Norte Energia encaminhou à Prefeitura de Anapu, por meio da correspondência CE 054/2016-DS-SSE, em 23/02/2016, o projeto executivo, sendo que em 04/04/2016, a Prefeitura respondeu com o Ofício 050/2016, recebido pela Norte Energia em 08/04/2016, sua anuência ao projeto, mas solicitou a inclusão de um “galpão para lava jato” e uma “célula para resíduos de saúde”. A Norte Energia, por sua vez, respondeu positivamente à Prefeitura de Anapu, por meio da correspondência CE 122/2016-DS-SSE. Dessa forma, a Norte Energia solicitou ao Ibama, em 18/04/2016 por intermédio da CE 0191/2016-DS, a prorrogação do prazo em 180 dias do item (c) da Condicionante 2.10 da Licença de Operação 1.317/2015, visto que estava em processo de seleção e contratação de empresa especializada para a implantação da referida obra. Enquanto isso, os resíduos gerados em Belo Monte do Pontal continuam a ser transportados ao aterro sanitário do canteiro de obras do Sítio Belo Monte, do CCBM.

Em Brasil Novo os dados são igualmente estimados e se nota uma contínua tendência de alta na média diária de lixo coletado entre 2013 e 2015. Mas esse aumento não se relaciona ao lixo gerado, mas às melhorias graduais na captação dos dados, uma vez que, a partir de julho de 2014, a Seovi iniciou a utilização do formulário auxiliar, o que permitiu um controle mais detalhado do lixo coletado (Figura 7.4- 6). Na comparação entre janeiro e maio de 2015 e 2016, não se nota diferença significativa entre os dados. No início do ano há um incremento entre janeiro e fevereiro de 2016, mas a partir de março ocorre queda na comparação entre os meses. Assim, não há diferença digna de nota no período comparado (Figura 7.4 - 7). A coleta de lixo em Brasil Novo atende a 90% da área urbana e 10% da área rural.

Senador José Porfírio apresentou um aumento significativo na estimativa da média diária de lixo coletado entre 2013 e 2014, quando passou de 2,8 toneladas para 8,5 toneladas (+202%). Mas em 2015 a estimativa apresentou queda para 7,3 toneladas ao dia (Figura 7.4 - 8). Na comparação entre janeiro a maio de 2015 e 2016, nota-se um significativo aumento na comparação entre janeiro e fevereiro, mas a partir de março a média ficou no mesmo patamar do ano anterior ou menor. Com isso, os valores são muito próximos quando se compara os dois anos (Figura 7.4 - 9). Já a coleta do lixo em Senador José Porfírio é realizada em 100% da área urbana, por meio de 4 veículos.

Em Vitória do Xingu constata-se uma série de variáveis que causam uma oscilação nos dados, notadamente em 2015 quando comparado aos anos anteriores (Figura 7.4-10). Até 2014 a empresa coletora era responsável por todos os tipos de lixos, sendo que a nova empresa contratada passou a coletar apenas o lixo doméstico. Porém, o dimensionamento da capacidade volumétrica dos veículos, base da estimativa do lixo diário coletado, estava equivocada e isso fez com que os próprios valores fossem superestimados, como se nota na **Figura 7.4-11**, principalmente nos meses de maio a julho de 2014. Mesmo nos meses anteriores, o valor se mostra significativamente acima das estimativas a partir de agosto de 2015, mas são menores que os dados de

abril a julho. Isso decorre do fato de que, até abril, somente era computado o volume coletado por um dos dois caminhões, mas como a capacidade era superestimada, o próprio volume total se mostrava maior que o real.

Por conta dessas variáveis, a comparabilidade do lixo coletado deve se ater a partir de agosto de 2015. Nesse caso, nota-se que, mesmo em 2016, o volume se mantém relativamente equilibrado, variando entre 5,7 toneladas diárias em abril de 2016 e picos eventuais de 9,8 em dezembro de 2015, sendo que na maioria dos meses gira em torno de 6 a 6,5 toneladas diárias. Os dados de lixo se referem a 95% da área urbana, considerando a sede municipal, mais as localidades de Belo Monte e Leonardo da Vinci, e 5% na área rural.

A conclusão dos dados apresentados, é que o Indicador “**Evolução do volume de lixo coletado diretamente por serviço de limpeza**” não atendeu aos objetivos propostos, de ser uma *proxy* para o afluxo populacional em quaisquer municípios da AID. E, com exceção de Altamira, os demais municípios continuam a trabalhar com dados estimados, que não permitem qualquer inferência, sequer da real evolução da coleta. Dessa forma, nesta nova etapa do empreendimento, quando o próprio afluxo populacional se reverteu em Altamira e Vitória do Xingu, não há mais sentido na continuidade da coleta destes dados, como vinha sendo realizado. Dessa forma, e devido ao fato de a Norte Energia ter implantado aterros sanitários em Altamira e Vitória do Xingu, e está em negociação o aterro de Anapu, sugere-se que o monitoramento passe a se restringir a esses três municípios da AID.

2.3. Indicador “4. Evolução do número de ligações de água”

a) Análise da Evolução do número de ligações de água – Altamira

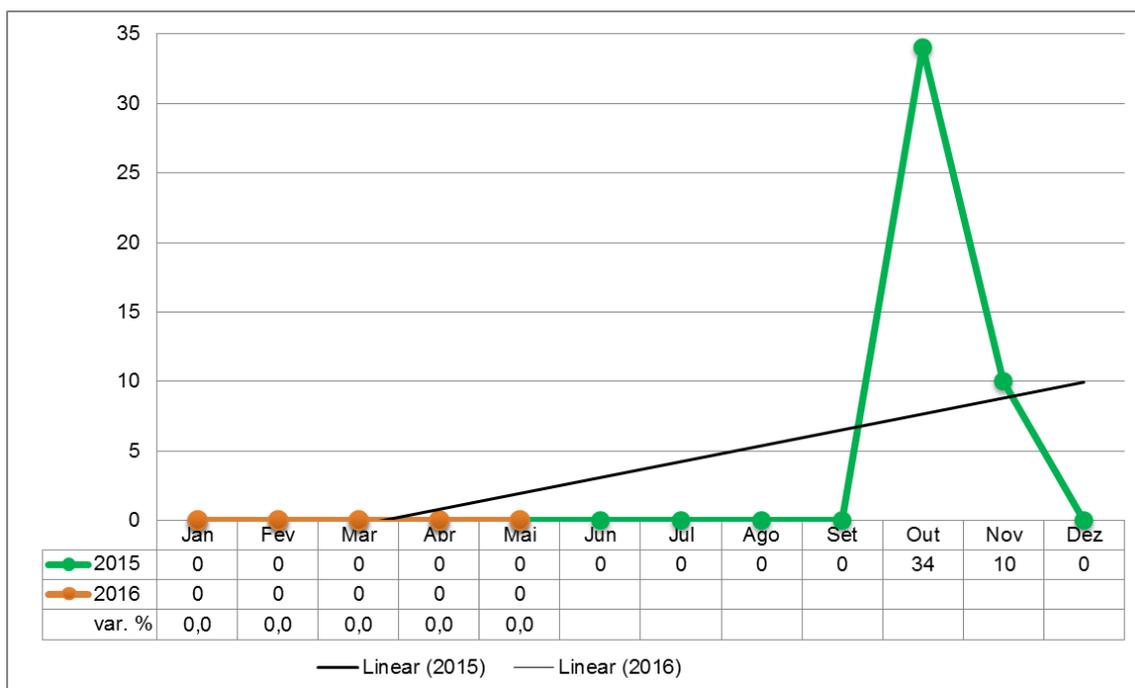


Figura 7.4 - 12 – Evolução de novas ligações de água, em Altamira, de janeiro de 2015 a maio de 2016

Fonte: Setor de Distribuição de Água - Companhia de Saneamento do Pará (COSANPA) de Altamira/
Elaboração Norte Energia.

b) Análise da Evolução do número de ligações de água – Anapu

A ausência de controle efetivo da utilização da rede nesse município impossibilita a análise deste indicador.

c) Análise da Evolução do número de ligações de água – Brasil Novo

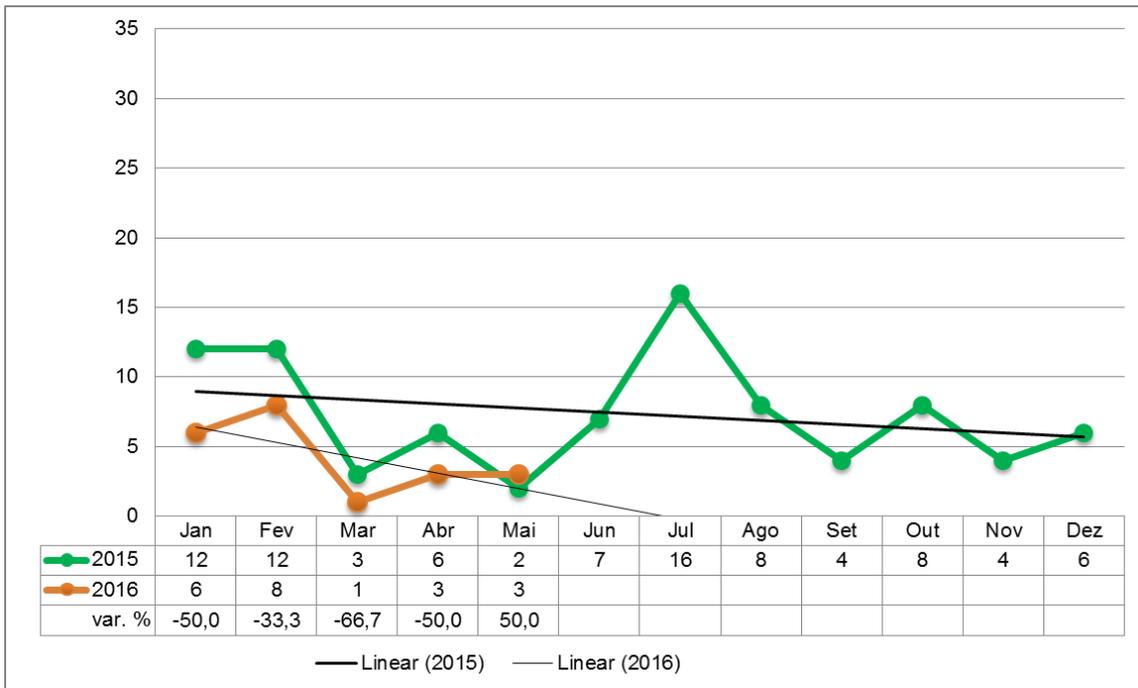


Figura 7.4 - 13 – Evolução de novas ligações de água, em Brasil Novo, de janeiro de 2015 a maio de 2016

Fonte: Secretaria Municipal de Administração e Finanças de Brasil Novo/ Elaboração Norte Energia.

d) Análise da Evolução do número de ligações de água – Senador José Porfírio

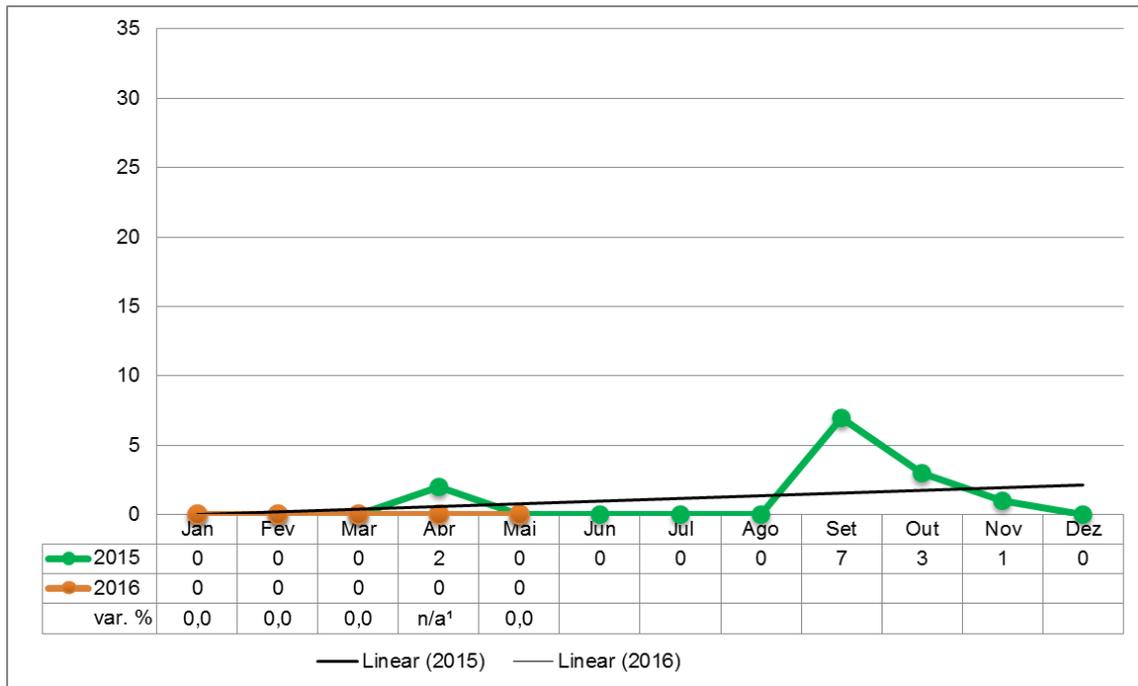


Figura 7.4 - 14 – Evolução de novas ligações de água, em Senador José Porfírio, de janeiro de 2015 a maio de 2016

Fonte: Secretaria Municipal de Finanças de Senador José Porfírio/ Elaboração Norte Energia.

1. n/a: não se aplica

e) Análise da Evolução do número de ligações de água – Vitória do Xingu

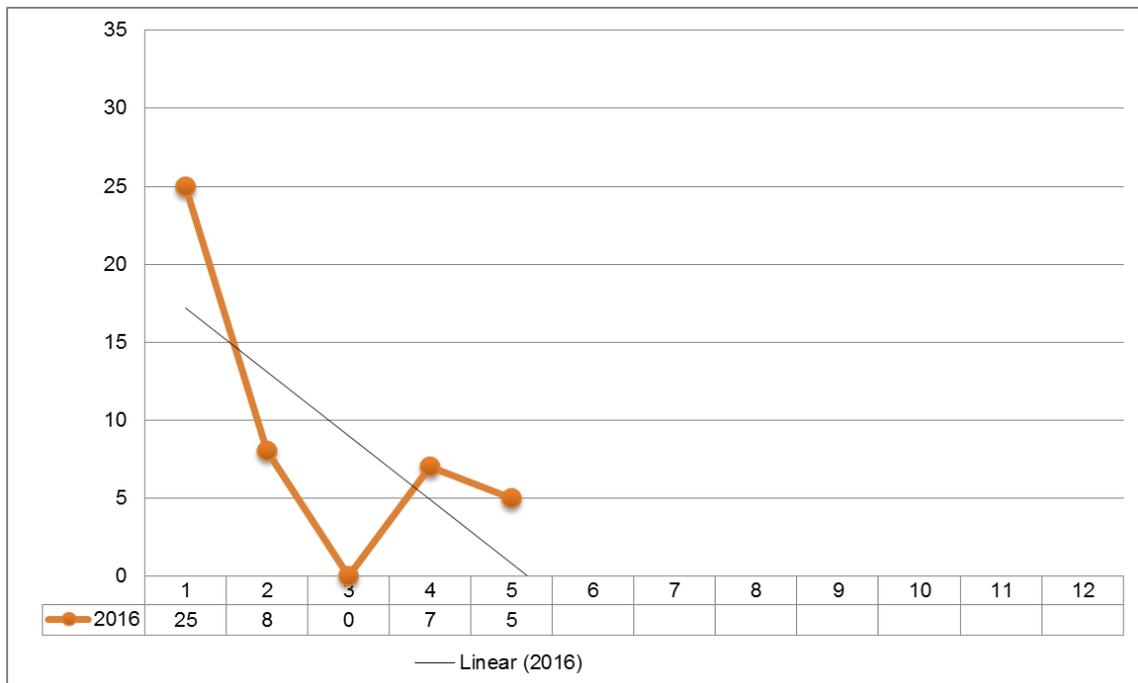


Figura 7.4- 15 - Evolução de novas ligações de água, em Vitória do Xingu, de janeiro de 2015 a maio de 2016

Fonte: Secretaria Municipal de Obras, Viação e Infraestrutura de Vitória do Xingu / Elaboração Norte Energia.

Considerações Gerais

A coleta dos dados de água é realizada apenas para 4 municípios da AID (Altamira, Brasil Novo, Senador José Porfírio e, a partir deste ano, Vitória do Xingu). Em Anapu não há controle de ligações, seja municipal seja de empresa prestadora de serviços de saneamento básico. A população urbana destes municípios sempre preferiu as ligações próprias, por meio de poços ou outros artifícios a se utilizar de serviços de abastecimento de água oferecidos pela municipalidade ou pela Companhia de Saneamento do Pará (Cosanpa), onde ela existe, dificultando, desta forma, o processo de análise e indicando certa fragilidade dos dados coletados.

No caso de Altamira, a Norte Energia iniciou a implantação das ligações intradomiciliares da rede de água e esgoto. Para a gestão do sistema, a Prefeitura criou a Companhia de Saneamento de Altamira (Cosalt), pela Lei 132/2015. No momento, as informações disponíveis apontam que, em Altamira, houve somente em outubro de 2015, 34 ligações realizadas. Segundo a Cosanpa teria havido solicitações de religações de água devido ao aumento do custo da energia elétrica em domicílios que utilizavam de bomba para o abastecimento de água dos poços (**Figura 7.4 - 12**).

Em Brasil Novo, o número de ligações sofreu uma queda quando se compara o período de janeiro a maio de 2016 ante 2015, sendo que somente em maio houve um pequeno aumento. Em 2015, foram feitas 88 ligações e até o último dado coletado, foram realizadas 21 ligações em 2016 (**Figura 7.4 - 13**).

Em Senador José Porfírio nota-se que não houve variações no número de ligações no período analisado, com exceção do mês de abril que passou de 2 ligações para nenhuma ligação. Em 2016, ainda não foi realizada nenhuma ligação e em 2015 tiveram apenas 13. Todavia, os números não permitem concluir se há alguma tendência nesse caso (**Figura 7.4 - 14**).

Em relação a Vitória do Xingu, a prefeitura passou a fazer o cadastro das famílias para as quais foi feita a ligação no novo sistema de abastecimento de água, entregue pela Norte Energia, e a contabilização passou a ser realizada a partir de janeiro deste ano. Segundo informações da SEINFRA, foram realizadas 177 ligações desde o começo do novo sistema e neste ano teve-se um total 80 ligações instaladas (**Figura 7.4- 15**).

De todos os dados analisados para o Indicador “**Evolução do número de ligações de água**” conclui-se que a única informação pertinente se refere à evolução das novas ligações em Altamira, por conta das ligações intradomiciliares. Nesse sentido, ressalte-se que tal monitoramento é escopo do Projeto de Saneamento (5.1.9). Portanto, não há mais sentido em que este Indicador continue a ser monitorado pelo Programa 7.4. Propõe-se, dessa maneira, que a partir do segundo semestre de 2016, passe a ser escopo apenas do Projeto 5.1.9.

3. Dimensão: Comércio, Indústria e Serviços

3.1. Indicador “5. Evolução do número de empregos diretos relacionados ao empreendimento”

O monitoramento da evolução deste indicador é realizado por meio do acompanhamento das contratações de trabalhadores próprios do CCBM e de terceiros (subcontratados) para as obras civis do empreendimento, e se constitui em um dos principais calibradores da projeção demográfica dos municípios da AID da UHE Belo Monte. O impacto do número de trabalhadores se dá particularmente nos municípios de Altamira e Vitória do Xingu, onde se localiza o empreendimento.

O total da mão de obra é analisado por tipo de trabalhador, por sua origem, se é migrante ou regional (natural do estado do Pará), e desse último, quantos são de Altamira, Vitória do Xingu e dos demais municípios da AID da UHE Belo Monte.

Segundo os últimos dados, em junho de 2016 havia uma total de 9.716 trabalhadores, sendo 9.419 do CCBM e 297 de terceiros. Comparado a dezembro de 2015, nota-se um decréscimo de 2.510 trabalhadores, visto que eram 12.226 contratados (11.342 próprios do CCBM e 884 terceiros). Houve, portanto, diminuição de 20,53% no total de trabalhadores, por conta do processo de desmobilização de mão de obra que ocorre desde o segundo semestre de 2015. Na comparação com junho de 2015, a diminuição é de 66,45%, visto que havia 28.960 trabalhadores (24.817 próprios do CCBM e 4.143 terceiros).

Ao se verificar a distribuição regional, a mão de obra do estado do Pará (incluindo Altamira) era de 9.009 (92,72%), sendo que, havia especificamente 2.421 moradores de Altamira, o que representava 24,92% do total. Na comparação com dezembro de 2015, a mão de obra de todo o estado do Pará era de 10.771 (88,1% do total de trabalhadores), sendo 2.685 de Altamira (22,0% do total). O aumento do percentual do estado do Pará e de Altamira até junho confirma o que foi apresentado no Relatório anterior, de que o processo de desmobilização ocorreu mais intensamente entre trabalhadores de outros estados.

Quanto aos trabalhadores dos outros municípios da AID, em junho de 2016 havia 474 contratados em Vitória do Xingu (4,88%) e em Anapu, Brasil Novo e Senador José Porfírio havia 79 contratados (0,81%). Na comparação com dezembro de 2015, houve uma pequena queda em termos relativos em Vitória do Xingu, pois eram 682 trabalhadores, ou 5,6% do total, e permaneceu similar em termos relativos nos demais municípios, visto que era 0,9% ou 113 trabalhadores.

Por fim, ressalte-se, como já mencionado na projeção demográfica, que a mão de obra desmobilizada é monitorada por pesquisa específica, realizada pelo Programa de Desmobilização de Mão de Obra (3.6), que se utiliza de pesquisa amostral, para cada tipo de trabalhador (por origem declarada, como a AID, regional e não regional), como pode ser constatado no relatório do Programa.

3.2. Indicador “6. Evolução da frota de veículos com placa no município”

a) Análise de Evolução da frota de veículos com placa – Altamira

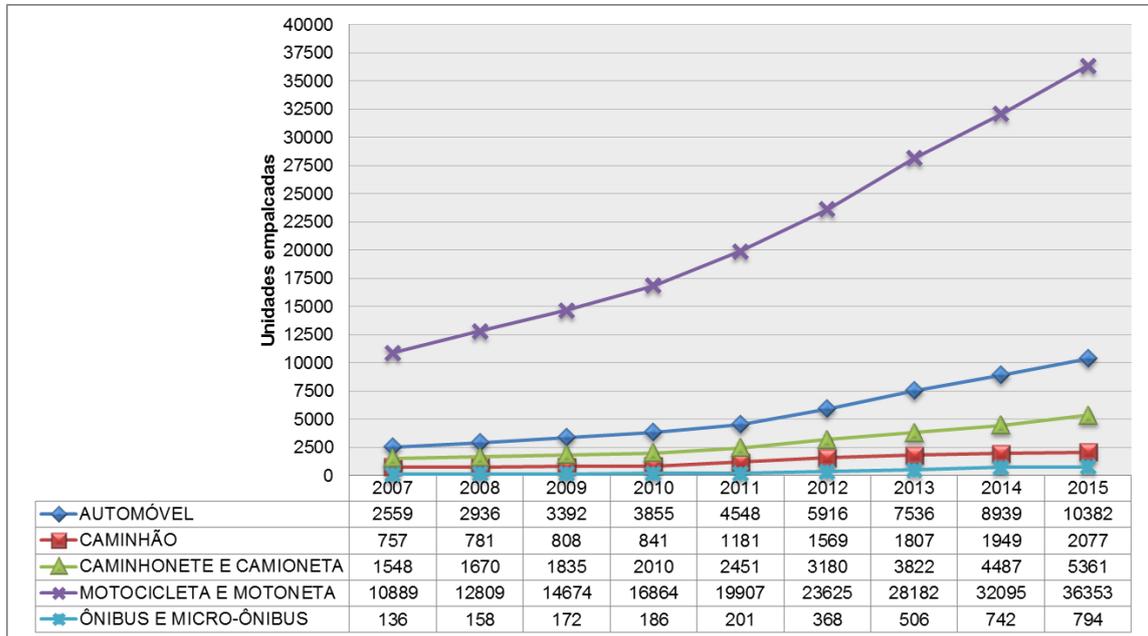


Figura 7.4- 16 - Evolução da frota de veículos em Altamira de 2007 a 2015

Fonte: Departamento Nacional de Trânsito (DENATRAN)/ Elaboração Norte Energia.

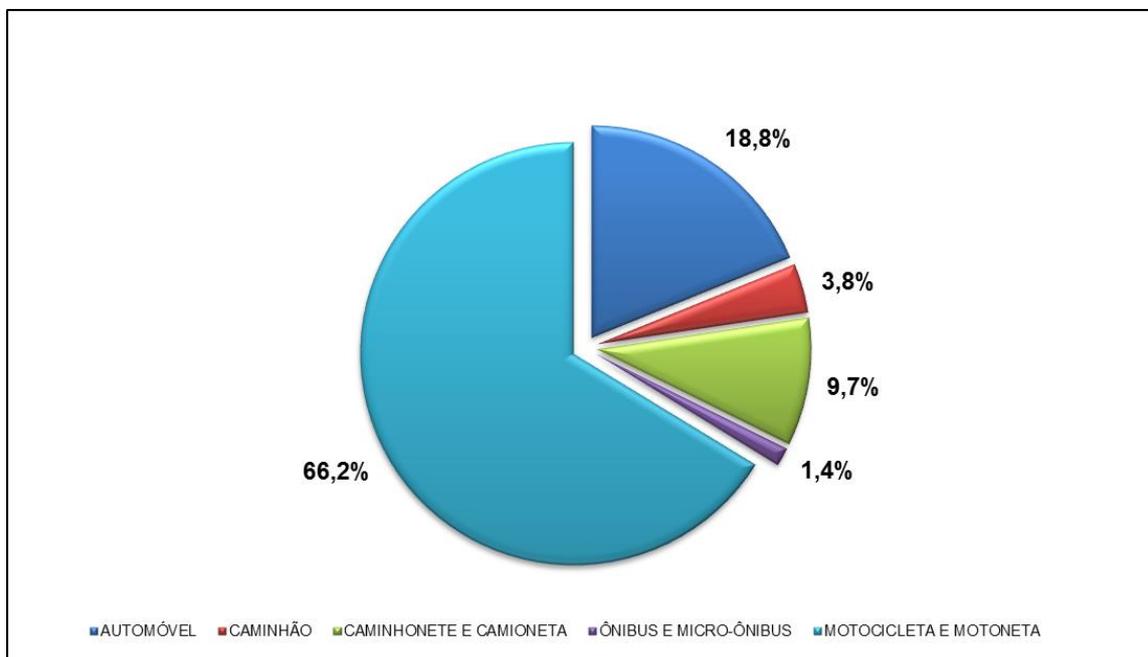


Figura 7.4 - 17 – Distribuição percentual por categoria de veículos em Altamira – abril de 2016

Fonte: Departamento Nacional de Trânsito (DENATRAN)/ Elaboração Norte Energia.

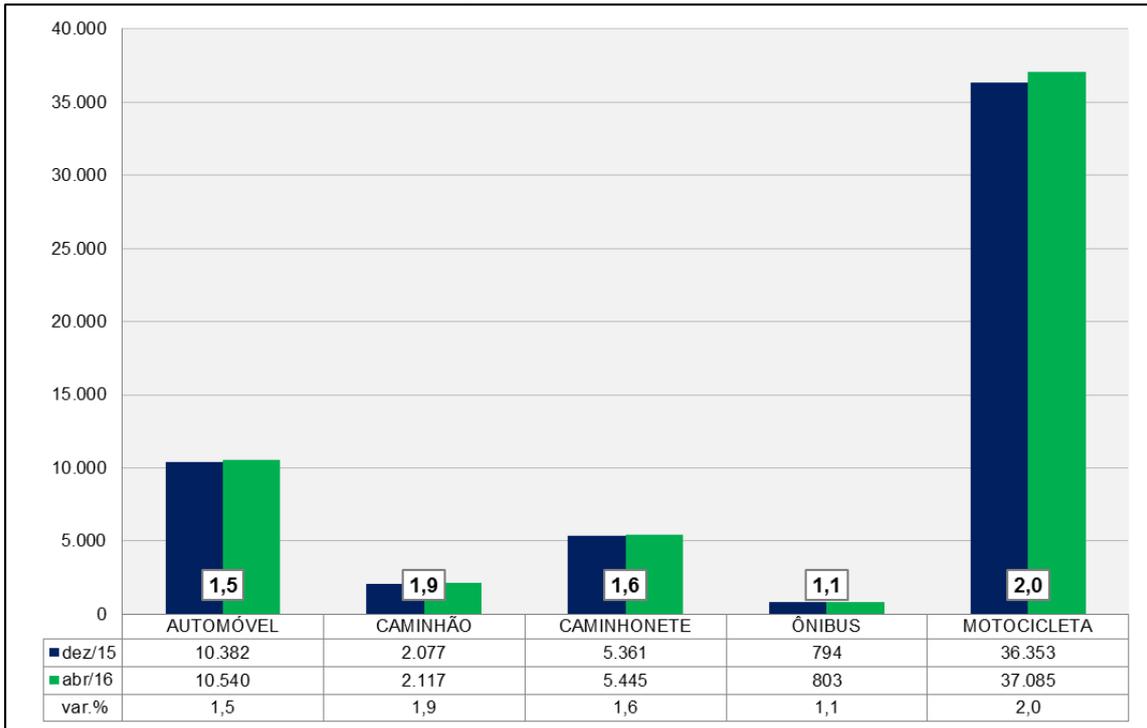


Figura 7.4 - 18 - Evolução da frota de veículos em Altamira – dezembro de 2015 a abril de 2016

Fonte: Departamento Nacional de Trânsito (DENATRAN) / Elaboração Norte Energia.

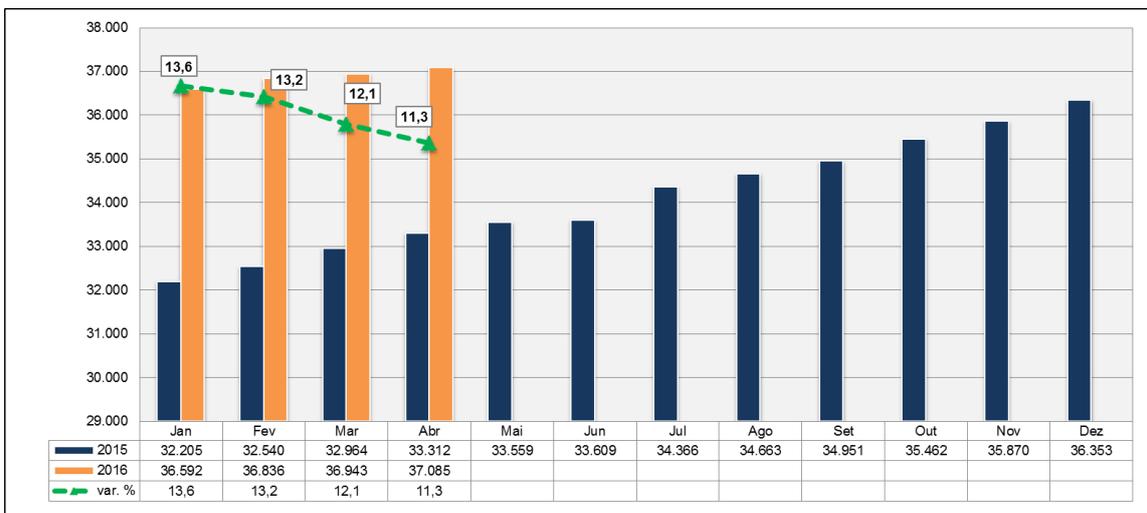


Figura 7.4 - 19 – Número de motocicletas e motonetas com placa, em Altamira, de janeiro de 2015 a abril de 2016

Fonte: Departamento Nacional de Trânsito (DENATRAN)/ Elaboração Norte Energia.

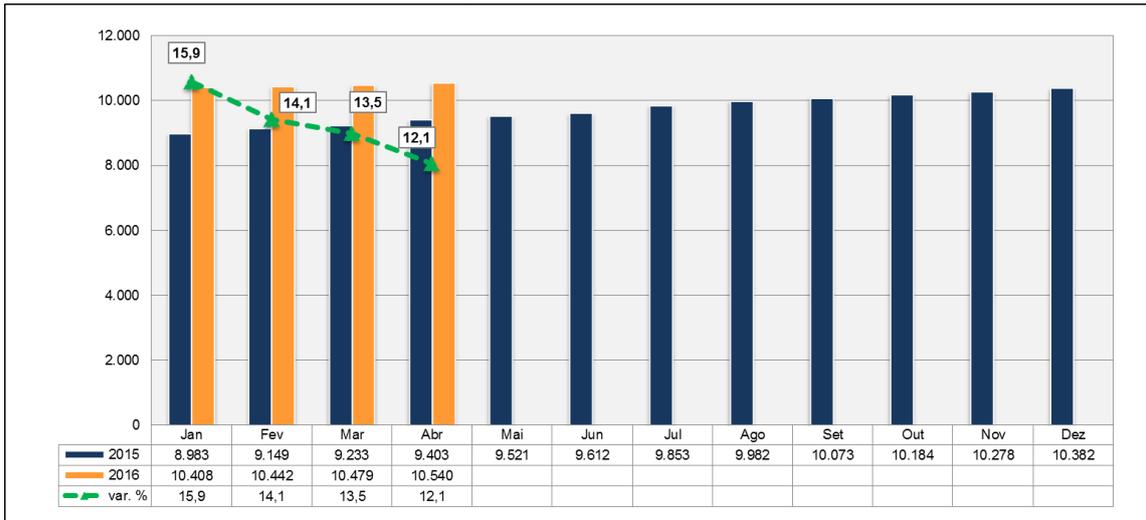


Figura 7.4 - 20 – Número de automóveis com placa em Altamira, de janeiro de 2015 a abril de 2016

Fonte: Departamento Nacional de Trânsito (DENATRAN)/ Elaboração Norte Energia.

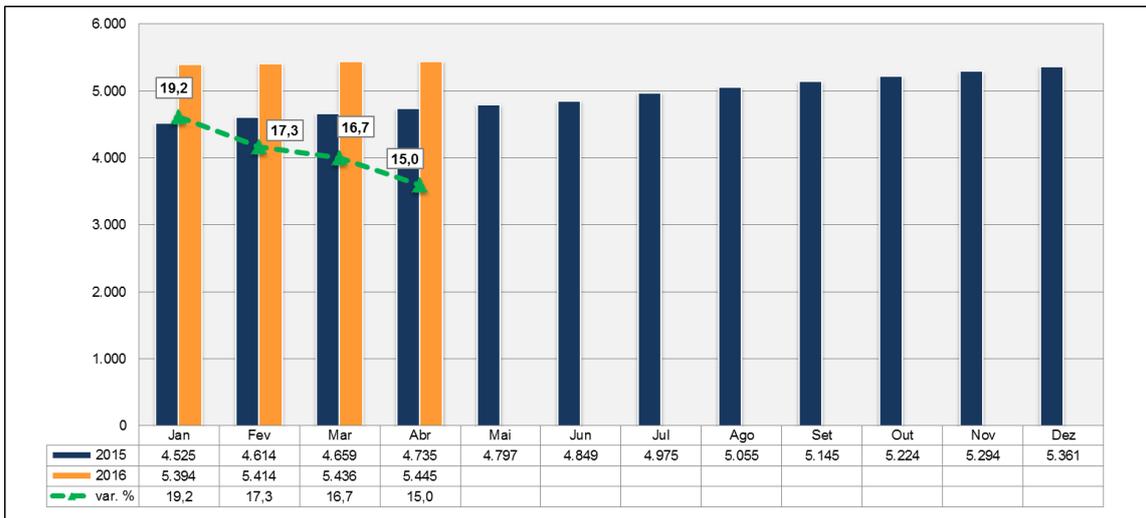


Figura 7.4 - 21 – Número de caminhonetes e camionetas com placa em Altamira, de janeiro de 2015 a abril de 2016

Fonte: Departamento Nacional de Trânsito (DENATRAN)/ Elaboração Norte Energia.

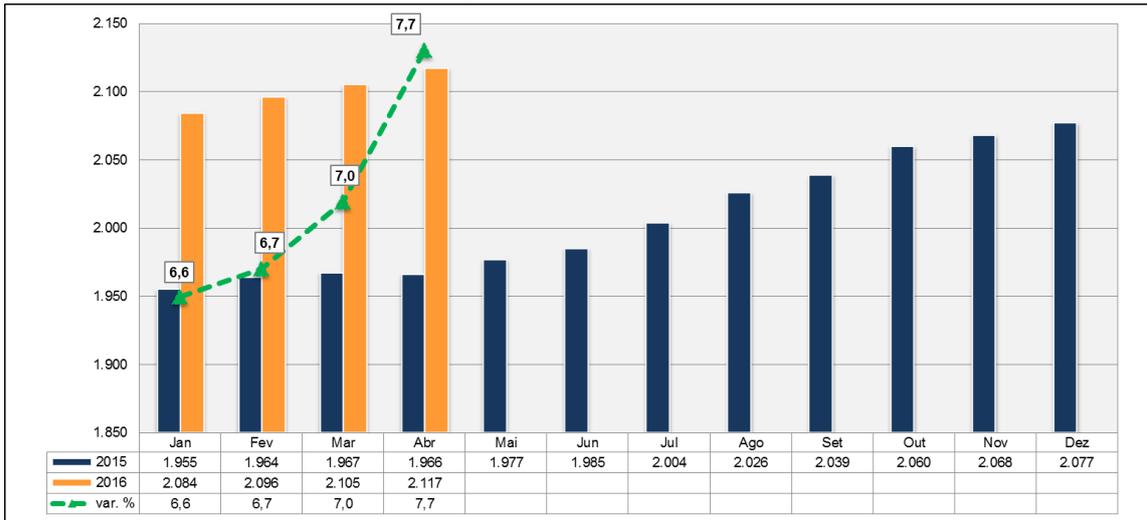


Figura 7.4 - 22 – Número de caminhões com placa em Altamira, de janeiro de 2015 a abril de 2016

Fonte: Departamento Nacional de Trânsito (DENATRAN)/ Elaboração Norte Energia.

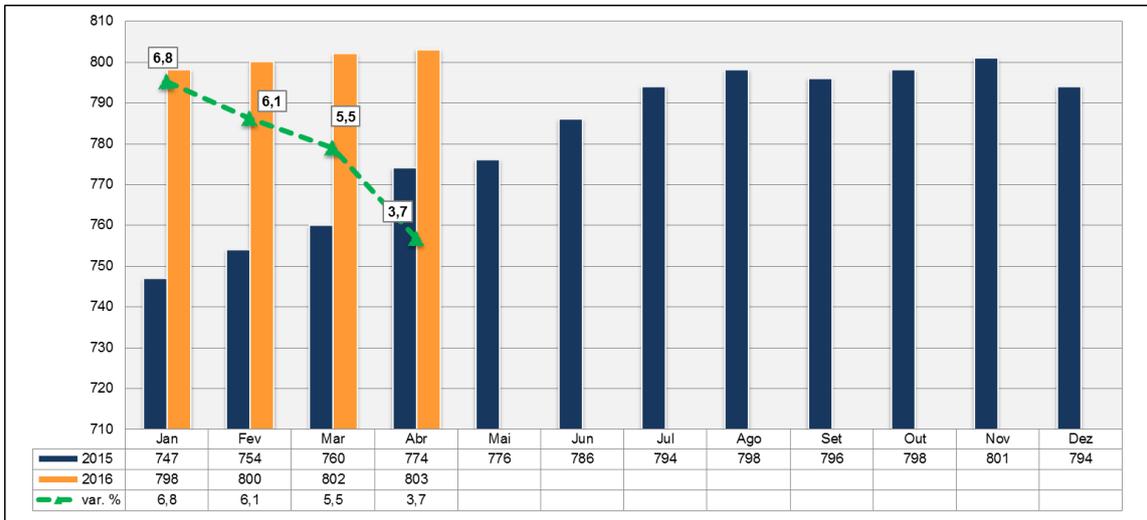


Figura 7.4 - 23 – Número de ônibus e micro-ônibus com placa em Altamira, de janeiro de 2015 a abril de 2016

Fonte: Departamento Nacional de Trânsito (DENATRAN)/ Elaboração Norte Energia.

b) Análise de Evolução da frota de veículos com placa – Anapu

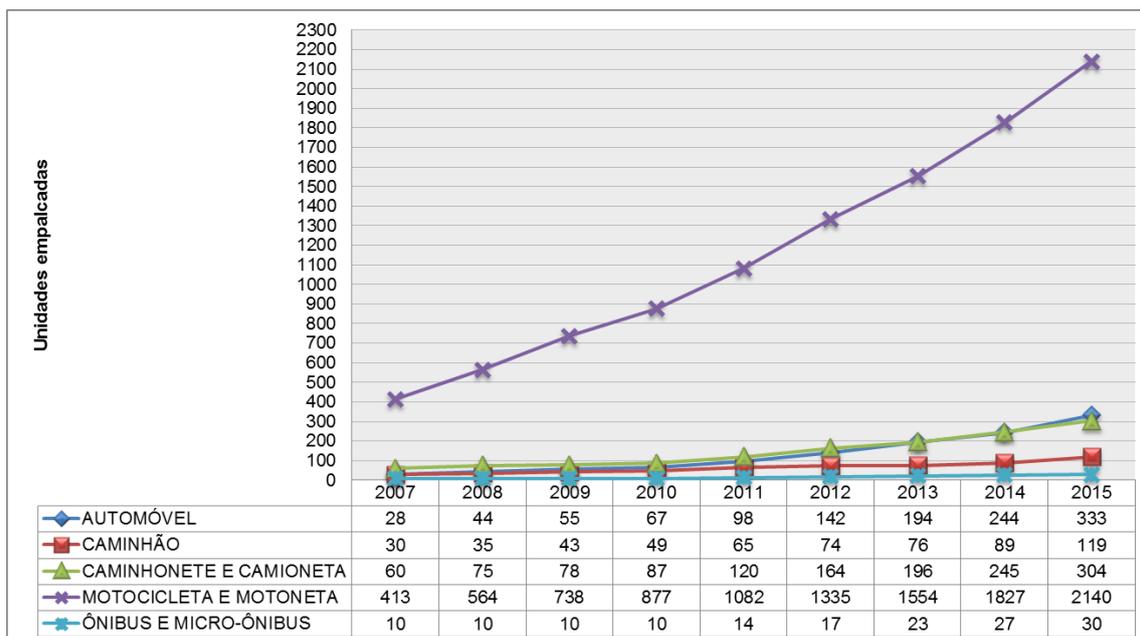


Figura 7.4- 24 - Evolução da frota de veículos em Anapu de 2007 a 2015

Fonte: Departamento Nacional de Trânsito (DENATRAN)/ Elaboração Norte Energia.

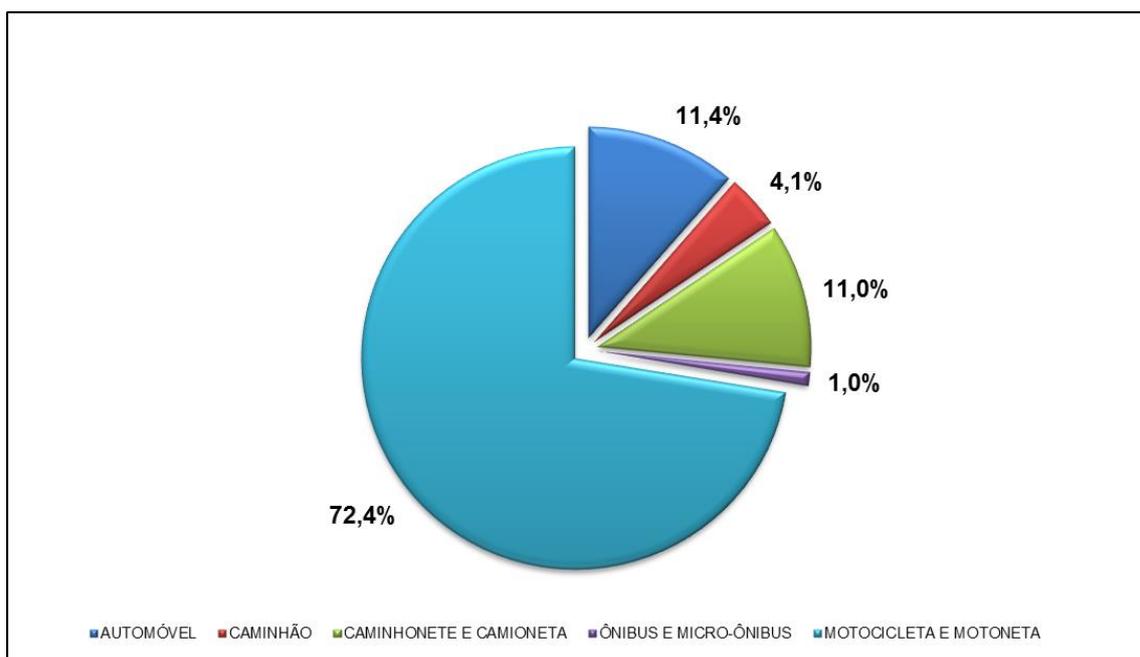


Figura 7.4- 25 – Distribuição percentual por categoria de Veículos em Anapu – abril de 2016

Fonte: Departamento Nacional de Trânsito (DENATRAN)/ Elaboração Norte Energia.

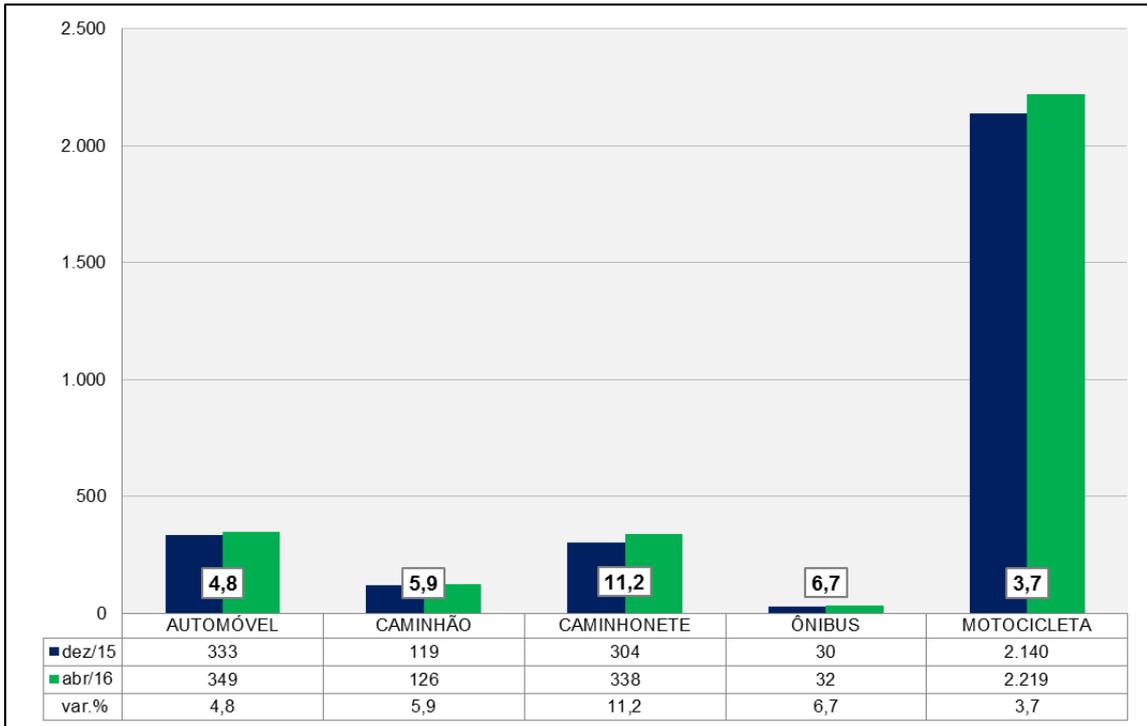


Figura 7.4- 26 – Evolução da frota de veículos em Anapu – dezembro de 2015 a abril de 2016

Fonte: Departamento Nacional de Trânsito (DENATRAN)/ Elaboração Norte Energia.

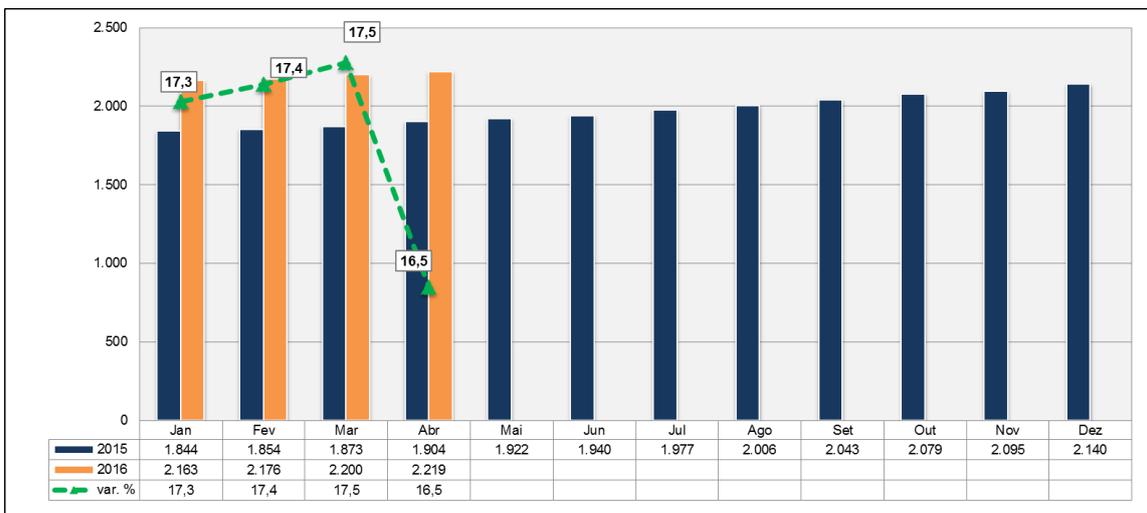


Figura 7.4 - 27 – Número de motocicletas e motonetas com placa, em Anapu, de janeiro de 2015 a abril de 2016

Fonte: Departamento Nacional de Trânsito (DENATRAN)/ Elaboração Norte Energia.

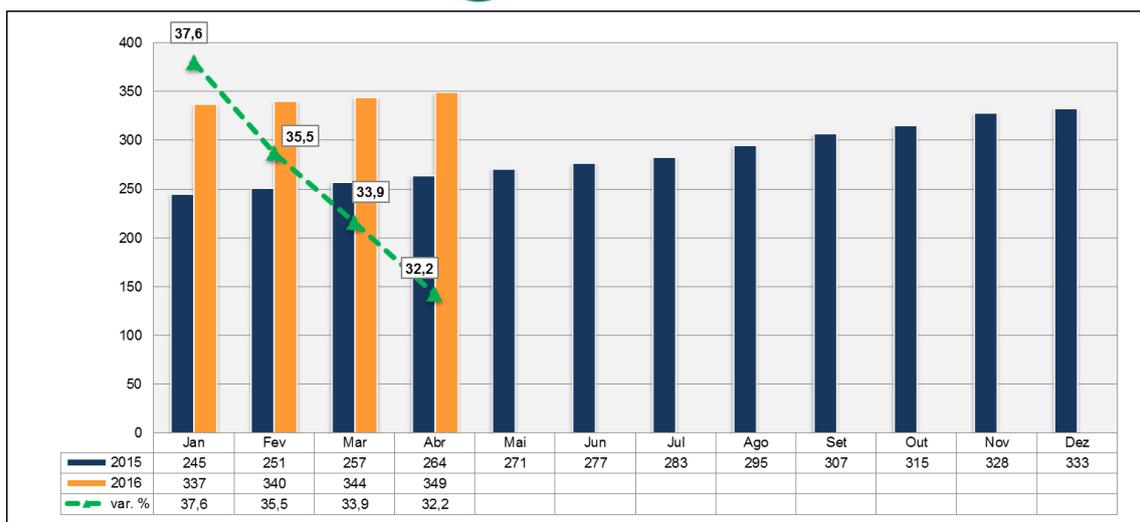


Figura 7.4 - 28 – Número de automóveis com placa, em Anapu, de janeiro de 2015 a abril de 2016

Fonte: Departamento Nacional de Trânsito (DENATRAN)/ Elaboração Norte Energia.

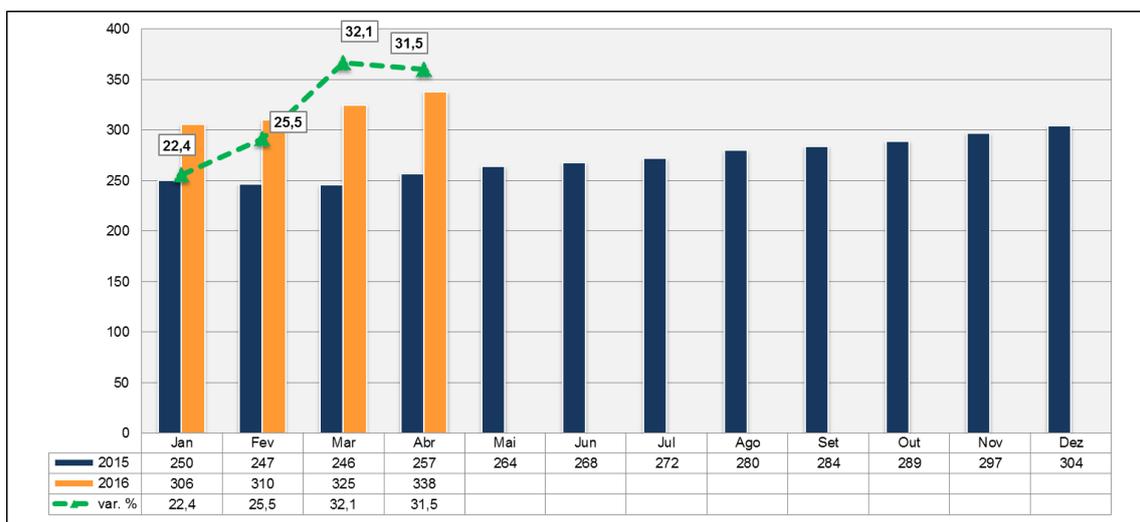


Figura 7.4 - 29 – Número de caminhonetes e camionetas com placa, em Anapu, de janeiro de 2015 a abril de 2016

Fonte: Departamento Nacional de Trânsito (DENATRAN)/ Elaboração Norte Energia.

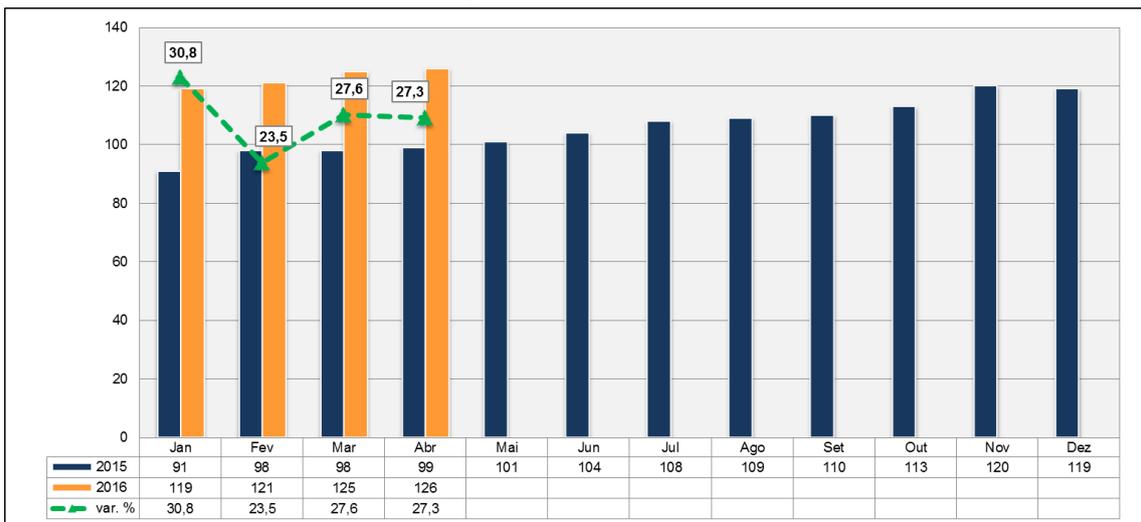


Figura 7.4 - 30 – Número de caminhões com placa, em Anapu, de janeiro de 2015 a abril de 2016

Fonte: Departamento Nacional de Trânsito (DENATRAN)/ Elaboração Norte Energia.

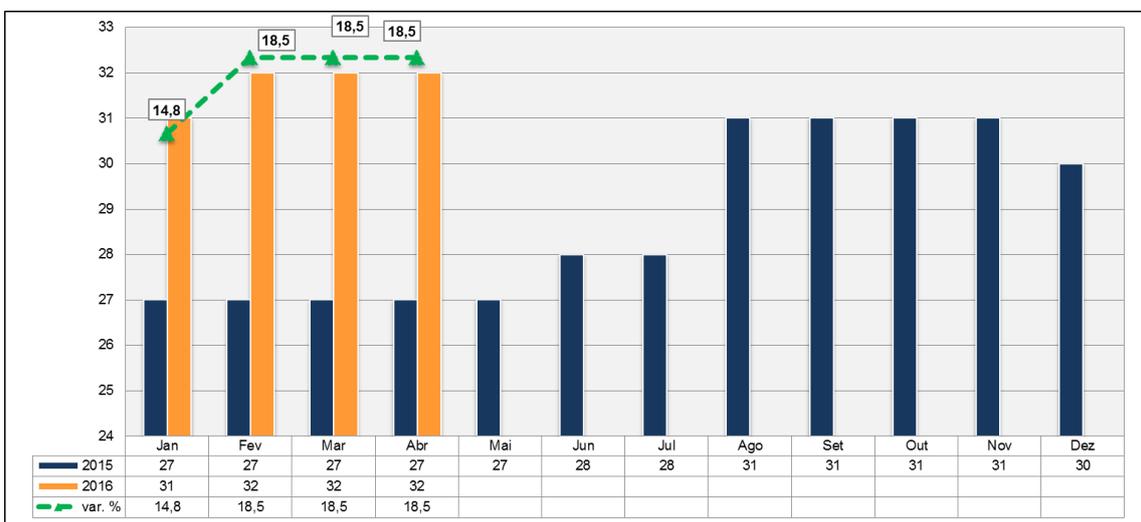


Figura 7.4 - 31 – Número de ônibus e micro-ônibus com placa em Anapu, de janeiro de 2015 a abril de 2016

Fonte: Departamento Nacional de Trânsito (DENATRAN)/ Elaboração Norte Energia.

c) Análise de Evolução da frota de veículos com placa – Brasil Novo

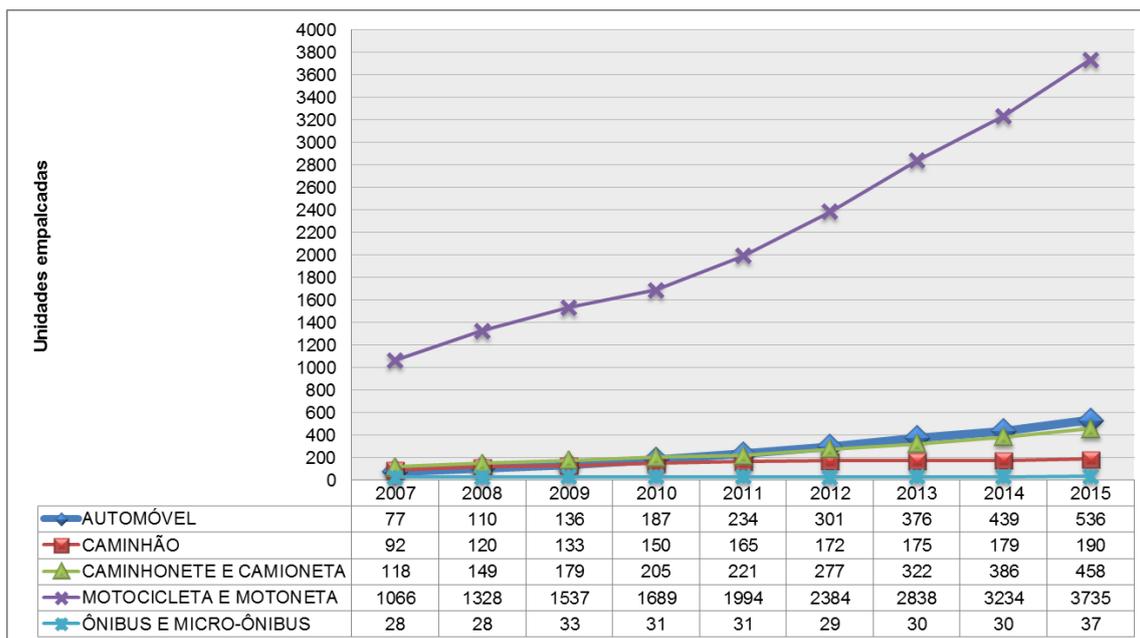


Figura 7.4- 32 - Evolução da frota de veículos em Brasil Novo de 2007 a 2015

Fonte: Departamento Nacional de Trânsito (DENATRAN)/ Elaboração Norte Energia.

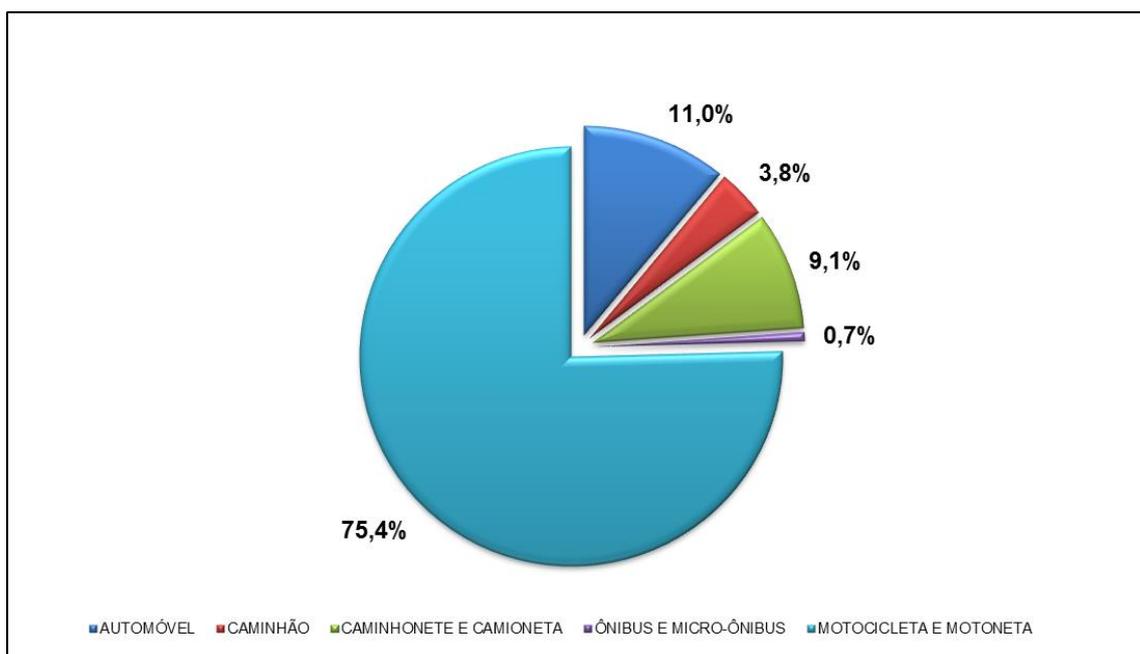


Figura 7.4- 33 – Distribuição percentual por categoria de Veículos em Brasil Novo – abril de 2016

Fonte: Departamento Nacional de Trânsito (DENATRAN)/ Elaboração Norte Energia.

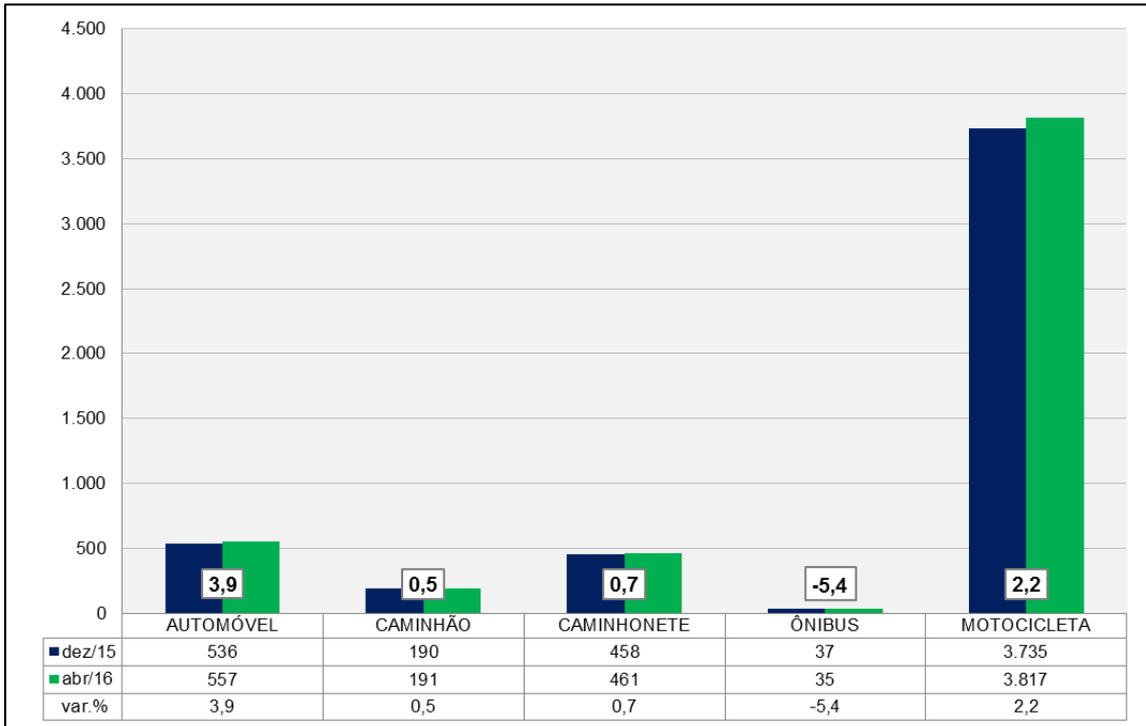


Figura 7.4- 34 – Evolução da frota de veículos em Brasil Novo – dezembro de 2015 a abril de 2016

Fonte: Departamento Nacional de Trânsito (DENATRAN)/ Elaboração Norte Energia.

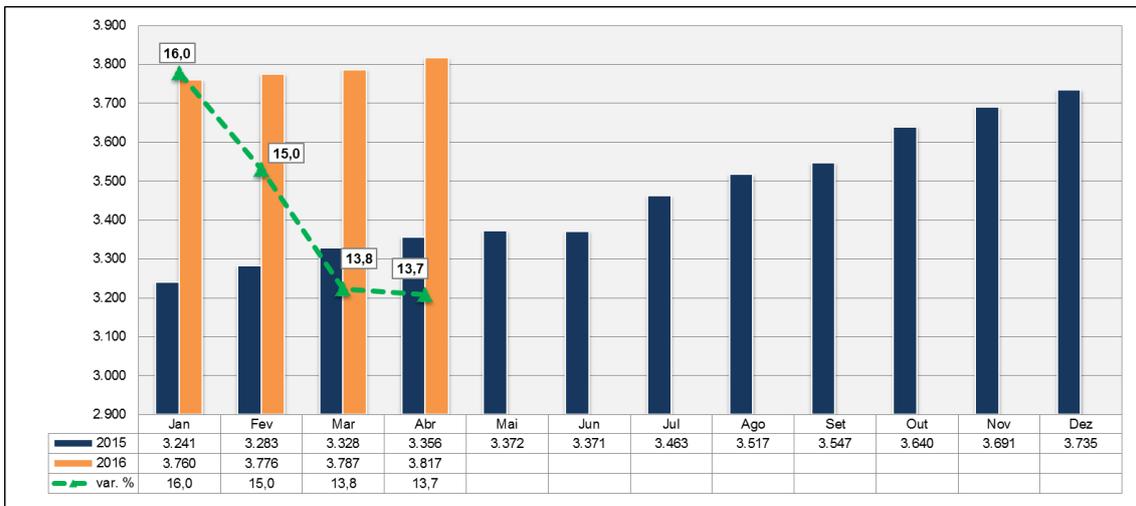


Figura 7.4 - 35 – Número de motocicletas e motonetas com placa, em Brasil Novo, de janeiro de 2015 a abril de 2016

Fonte: Departamento Nacional de Trânsito (DENATRAN)/ Elaboração Norte Energia.

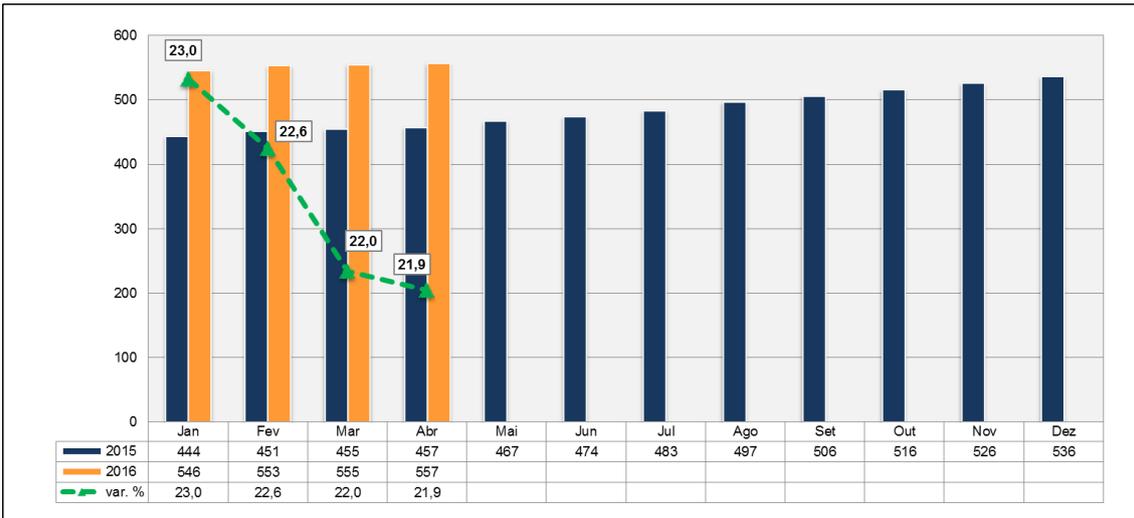


Figura 7.4 - 36 – Número de automóveis com placa, em Brasil Novo, de janeiro de 2015 a abril de 2016

Fonte: Departamento Nacional de Trânsito (DENATRAN)/ Elaboração Norte Energia.

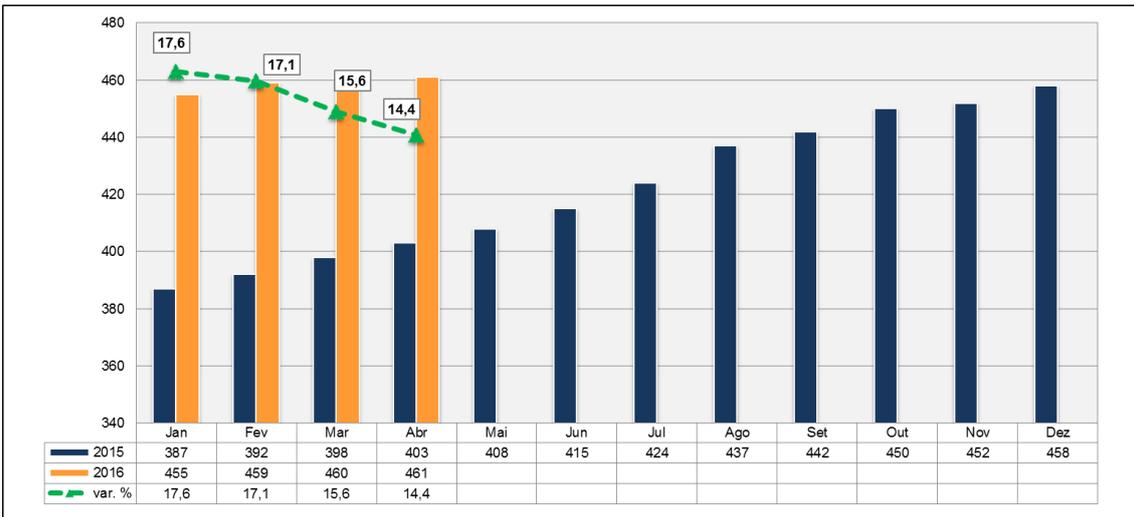


Figura 7.4 - 37 – Número de caminhonetes e camionetas com placa, em Brasil Novo, de janeiro de 2015 a abril de 2016

Fonte: Departamento Nacional de Trânsito (DENATRAN)/ Elaboração Norte Energia.

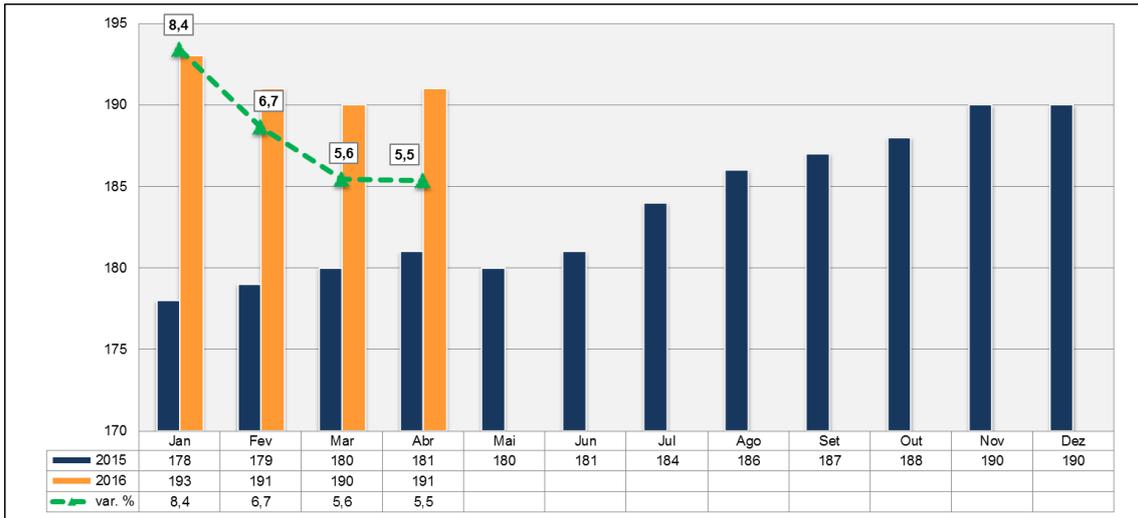


Figura 7.4 - 38 – Número de caminhões com placa em Brasil Novo, de janeiro de 2015 a abril de 2016

Fonte: Departamento Nacional de Trânsito (DENATRAN)/ Elaboração Norte Energia.

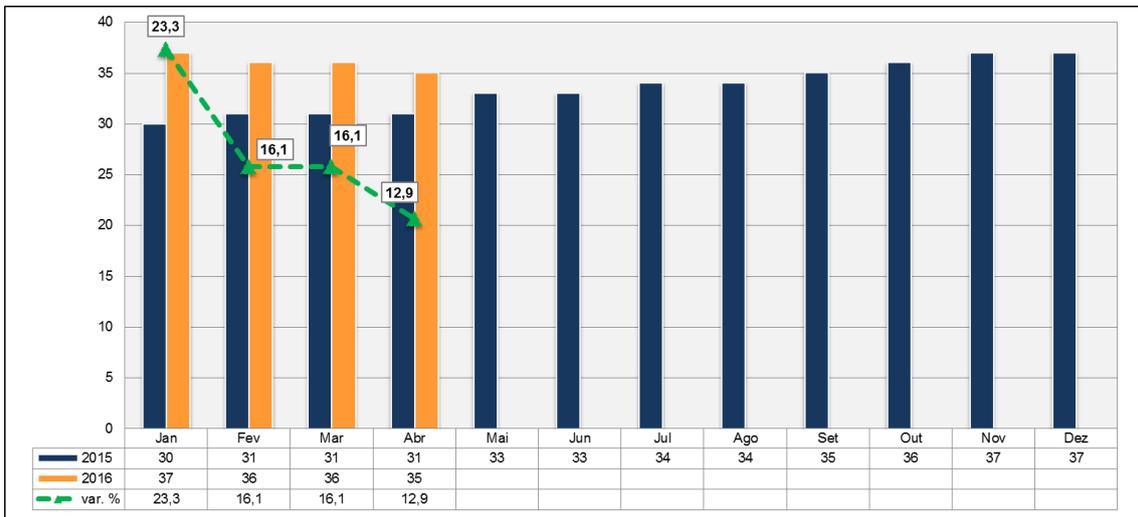


Figura 7.4 - 39 – Número de ônibus e micro-ônibus com placa em Brasil Novo, de janeiro de 2015 a abril de 2016

Fonte: Departamento Nacional de Trânsito (DENATRAN)/ Elaboração Norte Energia.

d) Análise de Evolução da frota de veículos com placa – Senador José Porfírio

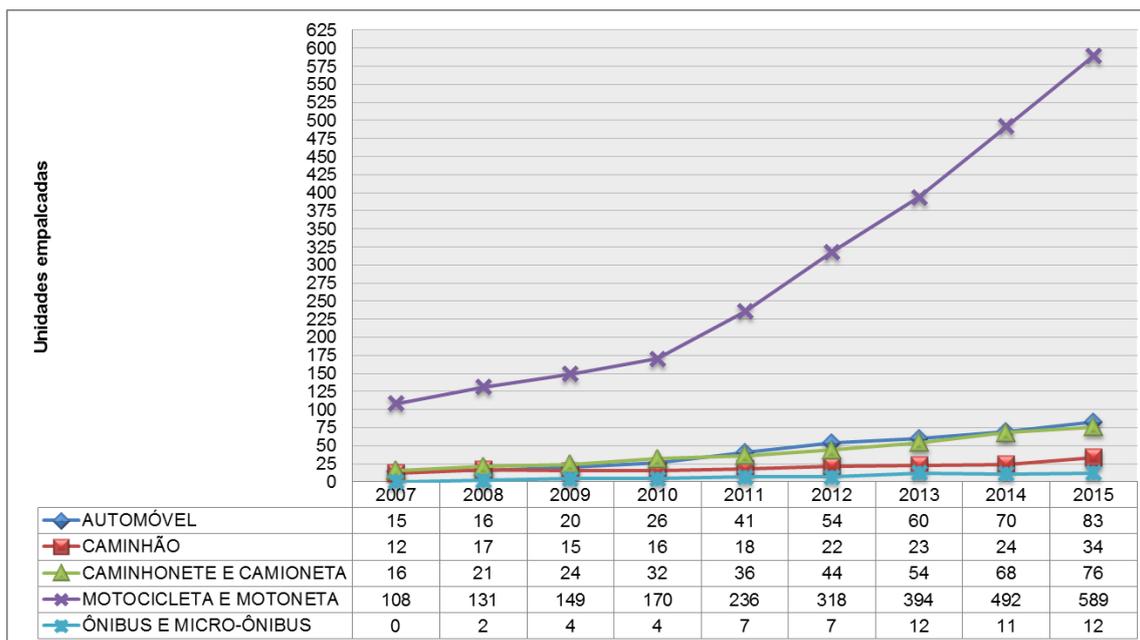


Figura 7.4- 40 - Evolução da frota de veículos em Senador José Porfírio de 2007 a 2015

Fonte: Departamento Nacional de Trânsito (DENATRAN)/ Elaboração Norte Energia.

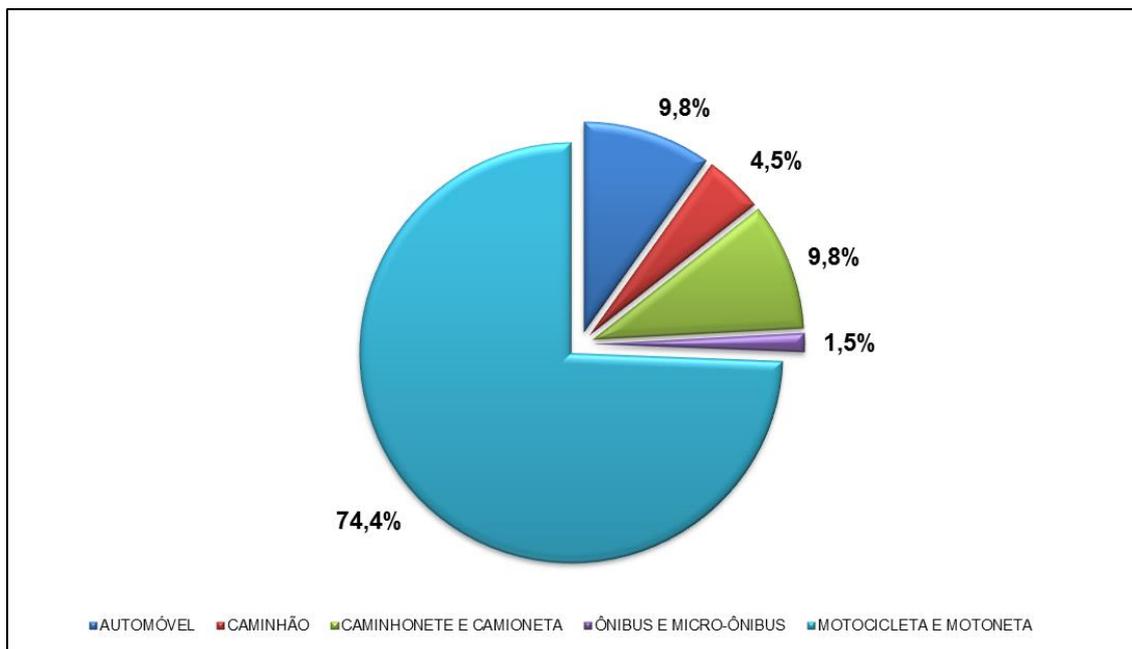


Figura 7.4- 41 – Distribuição percentual por categoria de veículos em Senador José Porfírio – abril de 2016

Fonte: Departamento Nacional de Trânsito – DENATRAN/ Elaboração Norte Energia.

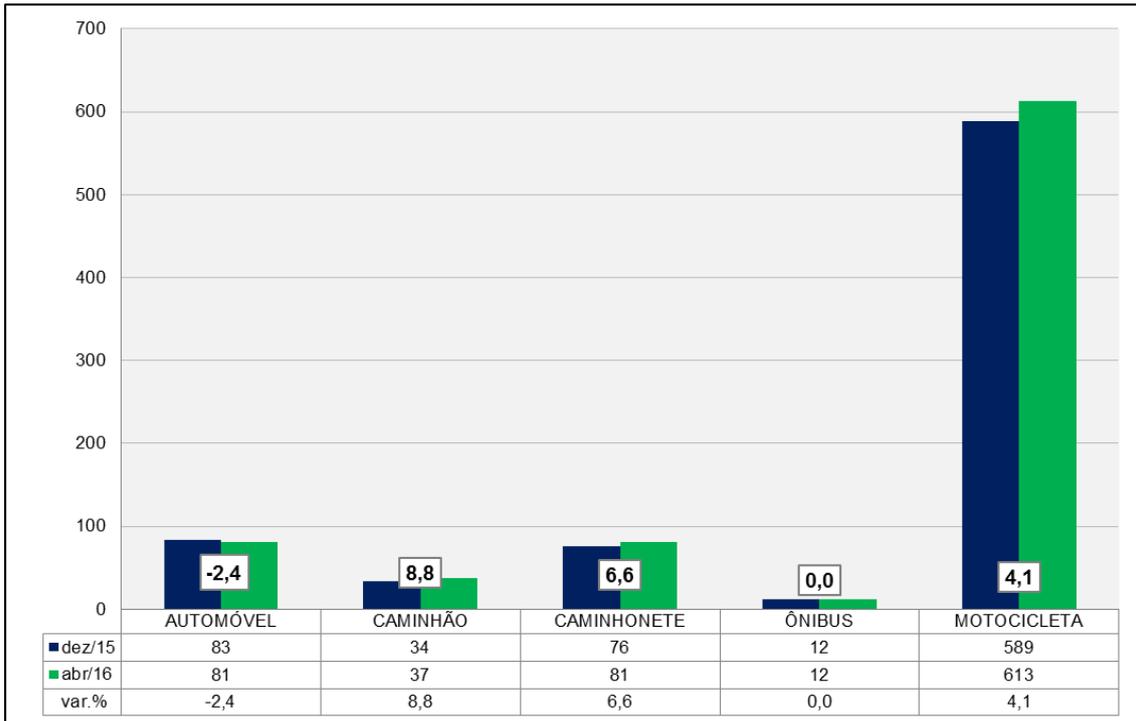


Figura 7.4 - 42 – Evolução da frota de veículos em Senador José Porfírio – dezembro de 2015 a abril de 2016

Fonte: Departamento Nacional de Trânsito (DENATRAN)/ Elaboração Norte Energia.

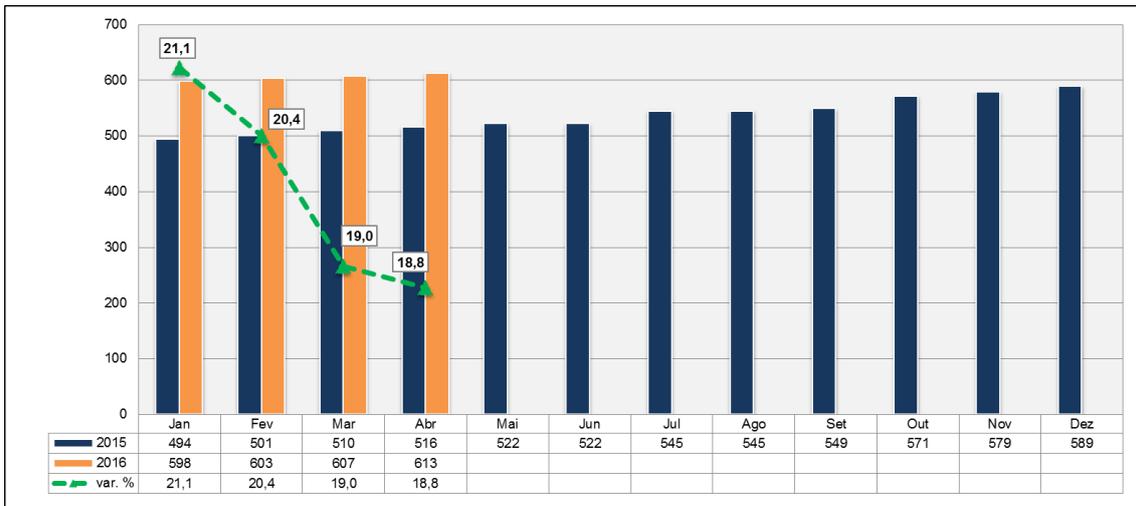


Figura 7.4 - 43 – Número de motocicletas e motonetas com placa, em Senador José Porfírio, de janeiro de 2015 a abril de 2016

Fonte: Departamento Nacional de Trânsito (DENATRAN)/ Elaboração Norte Energia.

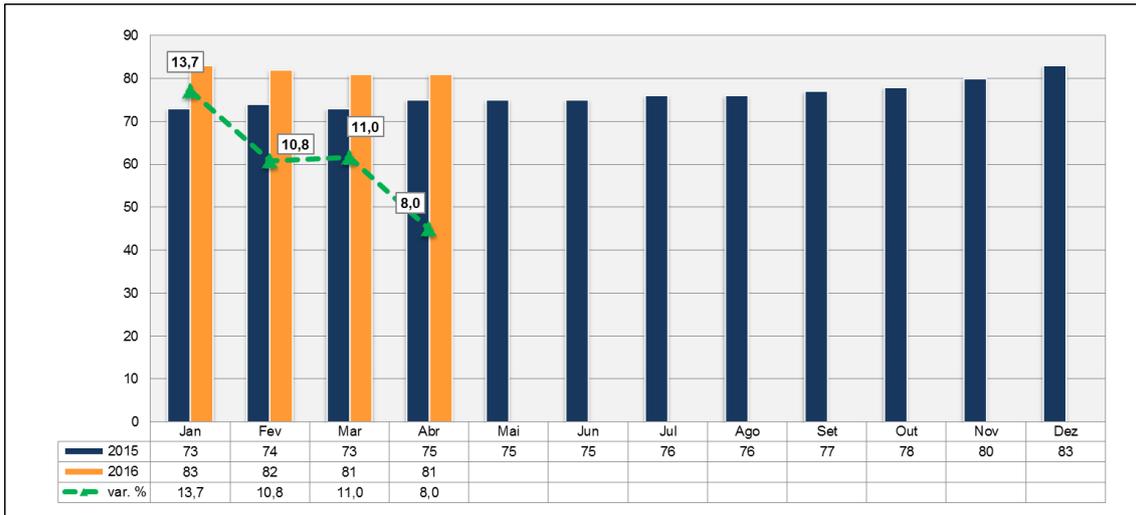


Figura 7.4- 44 - Número de automóveis com placa, em Senador José Porfírio, de janeiro de 2015 a abril de 2016

Fonte: Departamento Nacional de Trânsito (DENATRAN)/ Elaboração Norte Energia.

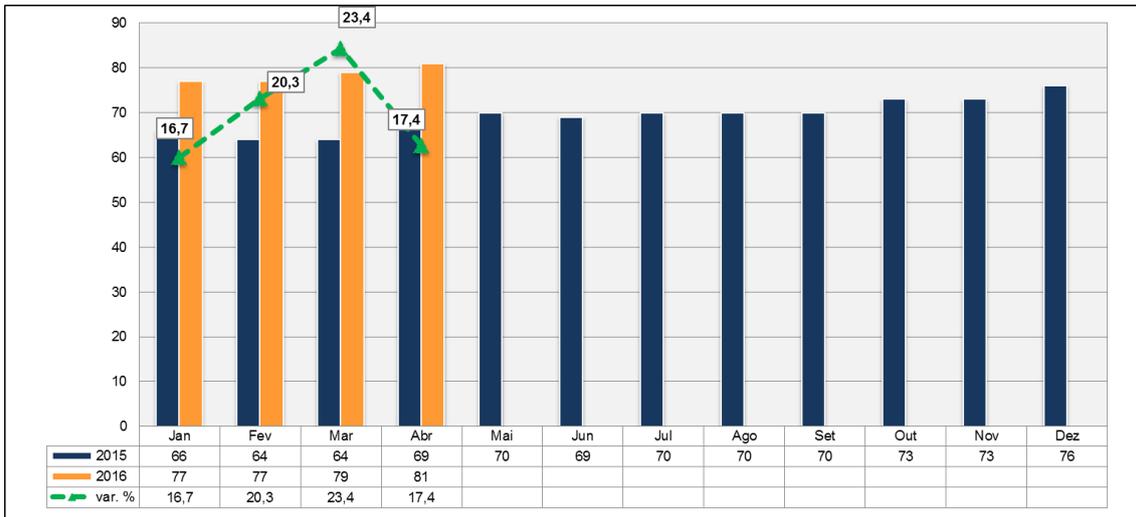


Figura 7.4- 45 - Número de caminhonetes e camionetas com placa, em Senador José Porfírio, de janeiro de 2015 a abril de 2016

Fonte: Departamento Nacional de Trânsito (DENATRAN)/ Elaboração Norte Energia.

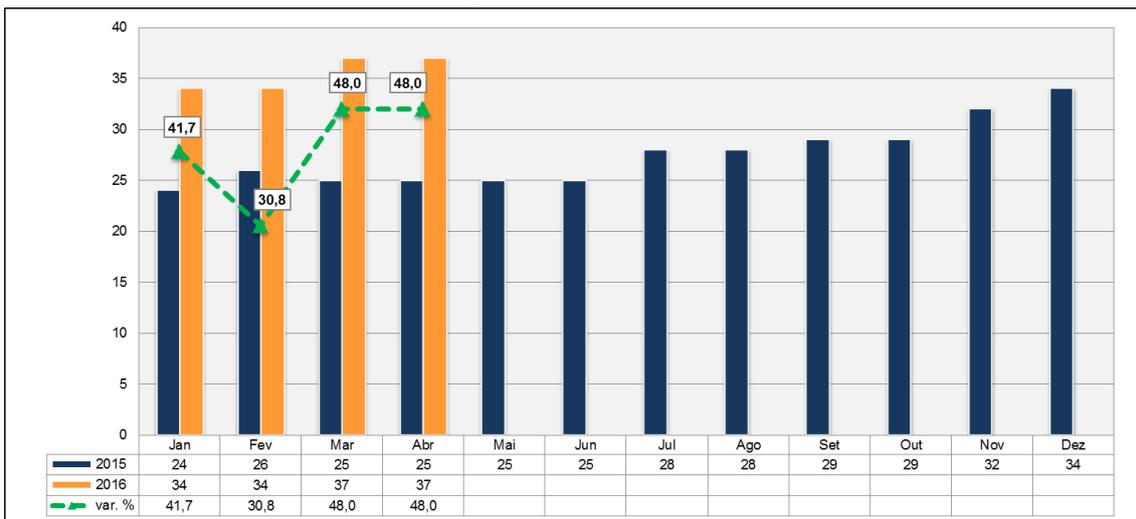


Figura 7.4- 46 - Número de caminhões com placa, em Senador José Porfírio, de janeiro de 2015 a abril de 2016

Fonte: Departamento Nacional de Trânsito (DENATRAN)/ Elaboração Norte Energia.

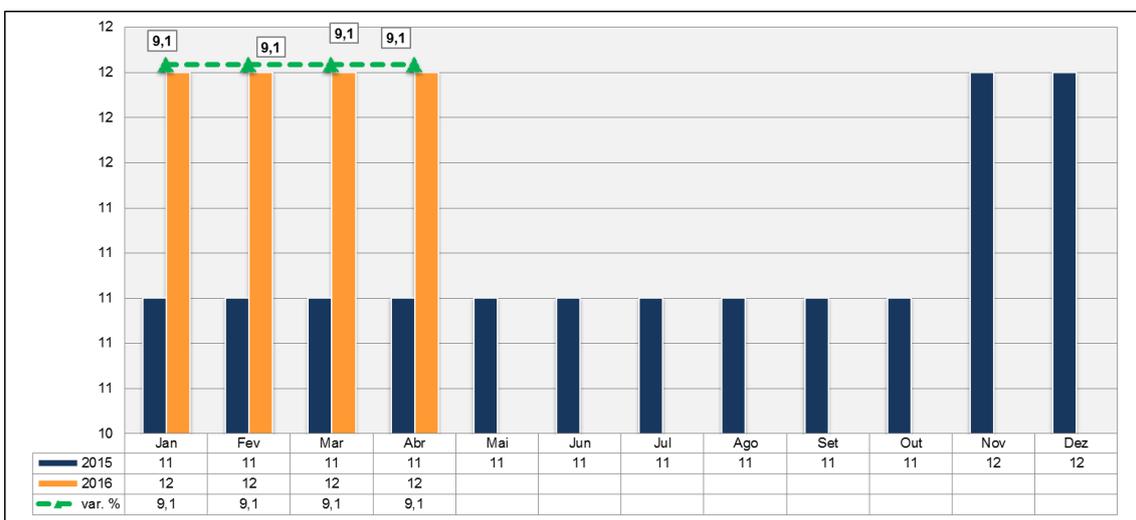


Figura 7.4 - 47 – Número de ônibus e micro-ônibus com placa em Senador José Porfírio, de janeiro de 2015 a abril de 2016

Fonte: Departamento Nacional de Trânsito (DENATRAN)/ Elaboração Norte Energia.

e) Análise de Evolução da frota de veículos com placa – Vitória do Xingu

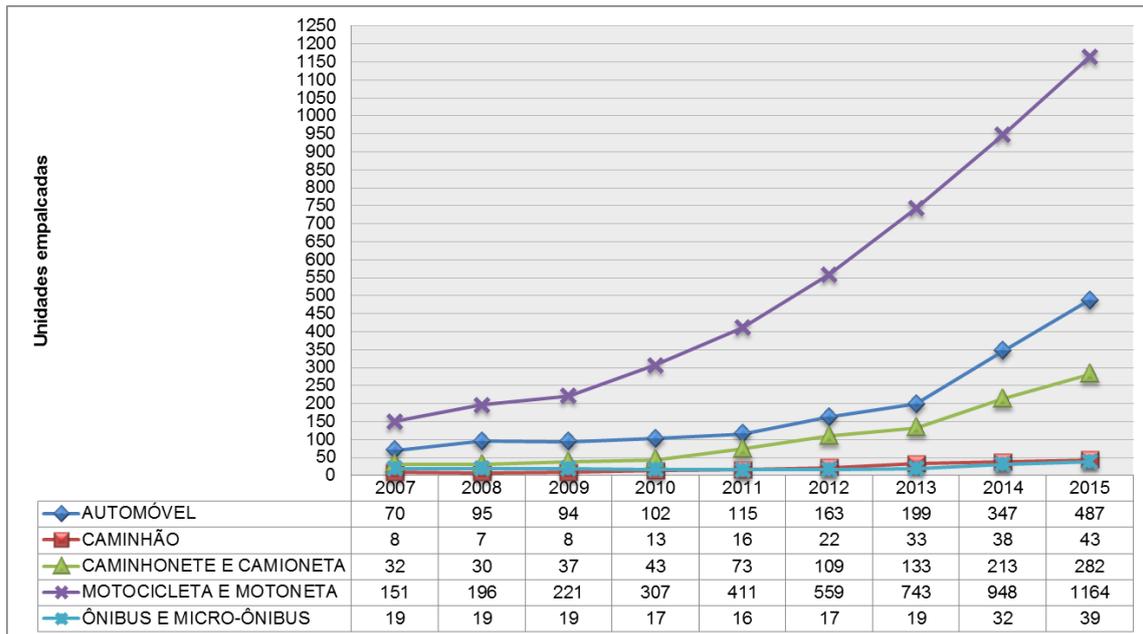


Figura 7.4- 48 - Evolução da frota de veículos em Vitória do Xingu de 2007 a 2015

Fonte: Departamento Nacional de Trânsito (DENATRAN)/ Elaboração Norte Energia.

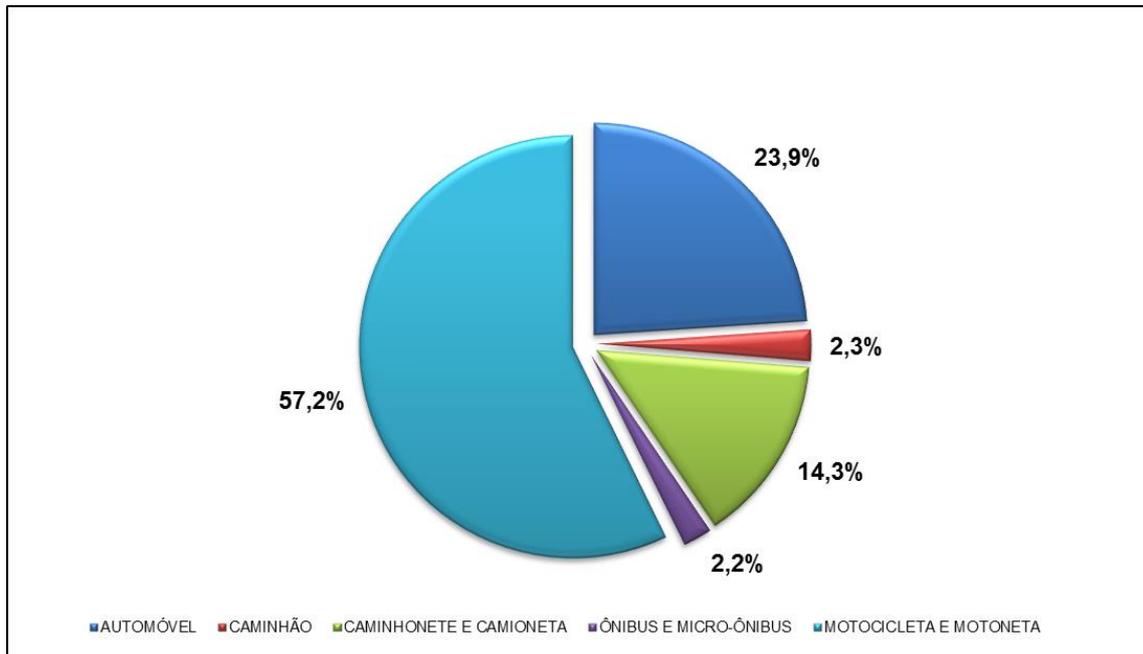


Figura 7.4- 49 – Distribuição percentual por categoria de Veículos em Vitória do Xingu – abril de 2016

Fonte: Departamento Nacional de Trânsito (DENATRAN)/ Elaboração Norte Energia.

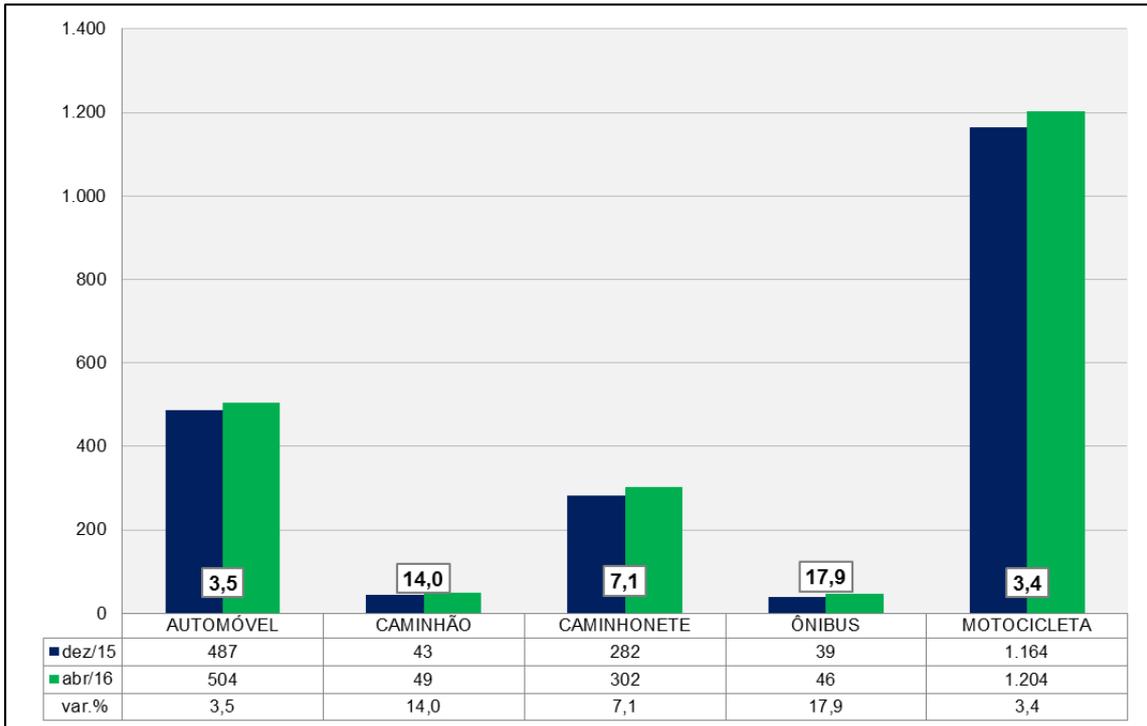


Figura 7.4 - 50 – Evolução da frota de veículos em Vitória do Xingu – dezembro de 2015 a abril de 2016

Fonte: Departamento Nacional de Trânsito (DENATRAN)/ Elaboração Norte Energia.

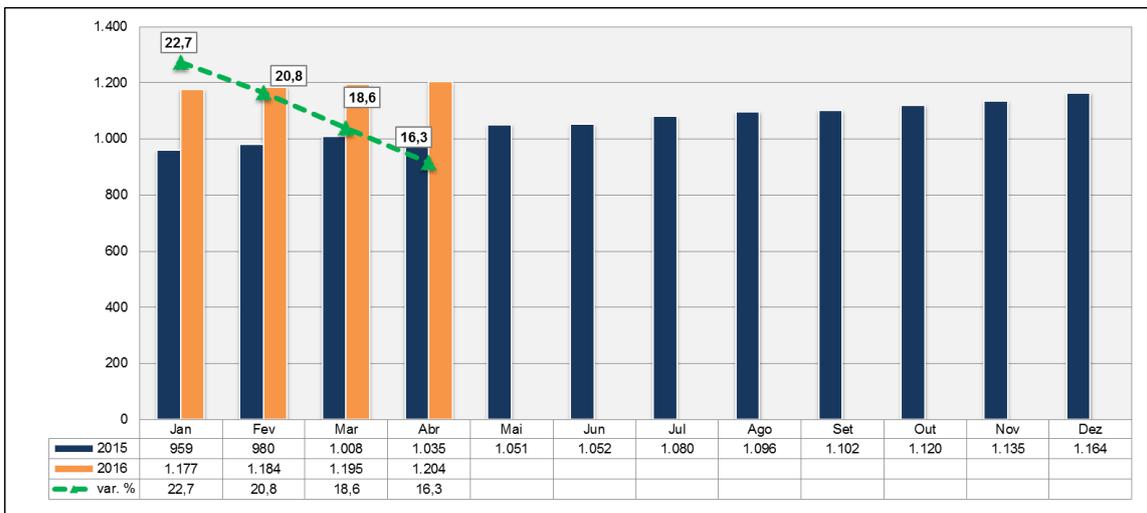


Figura 7.4 - 51 – Número de motocicletas e motonetas com placa, em Vitória do Xingu, de janeiro de 2015 a abril de 2016

Fonte: Departamento Nacional de Trânsito (DENATRAN)/ Elaboração Norte Energia.

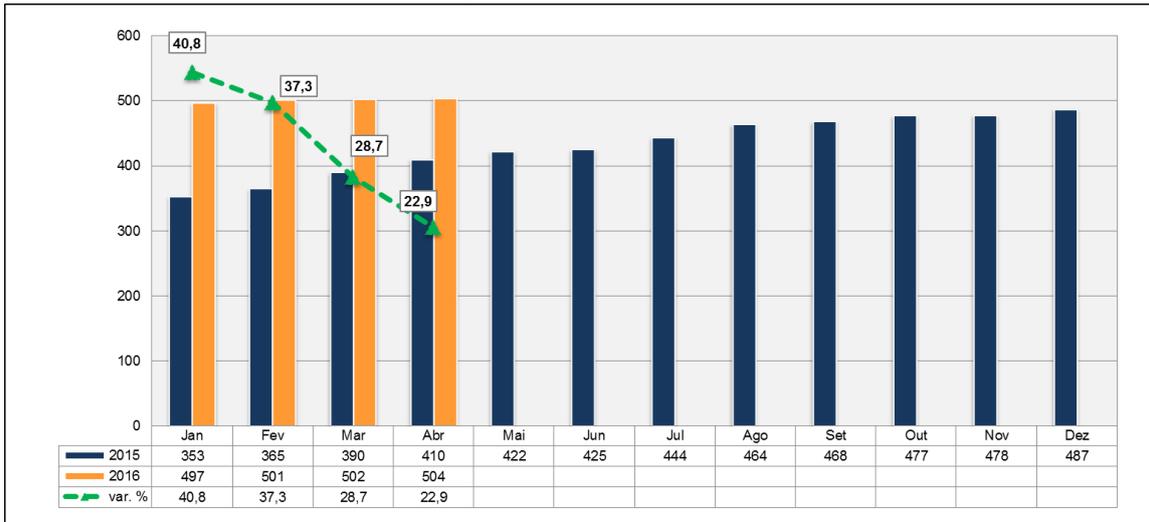


Figura 7.4 - 52 – Número de automóveis com placa, em Vitória do Xingu, de janeiro de 2015 a maio de 2016

Fonte: Departamento Nacional de Trânsito (DENATRAN)/ Elaboração Norte Energia.

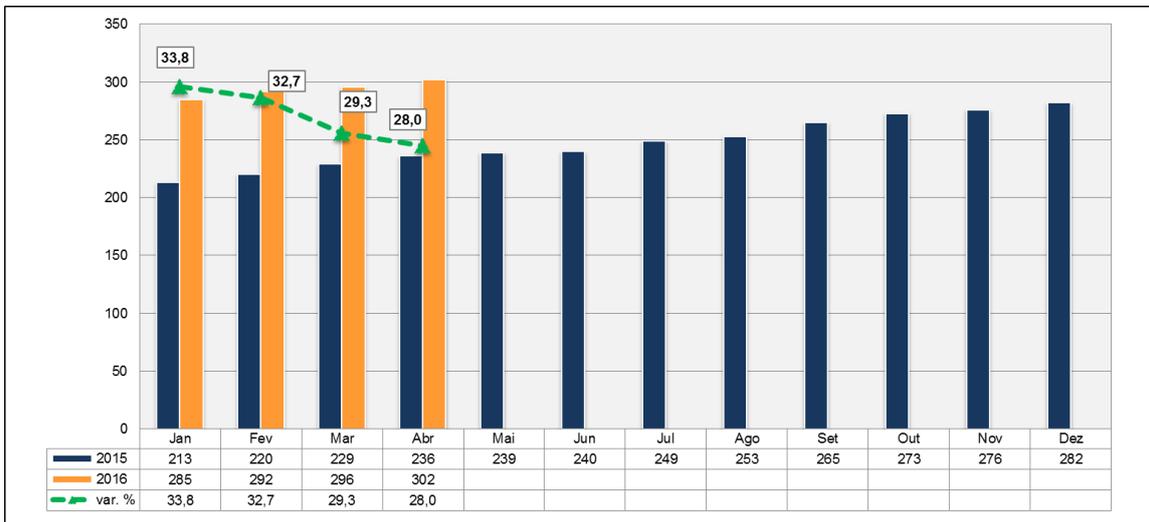


Figura 7.4 - 53 – Número de caminhonetes e camionetas com placa, em Vitória do Xingu, de janeiro de 2015 a abril de 2016

Fonte: Departamento Nacional de Trânsito (DENATRAN)/ Elaboração Norte Energia.

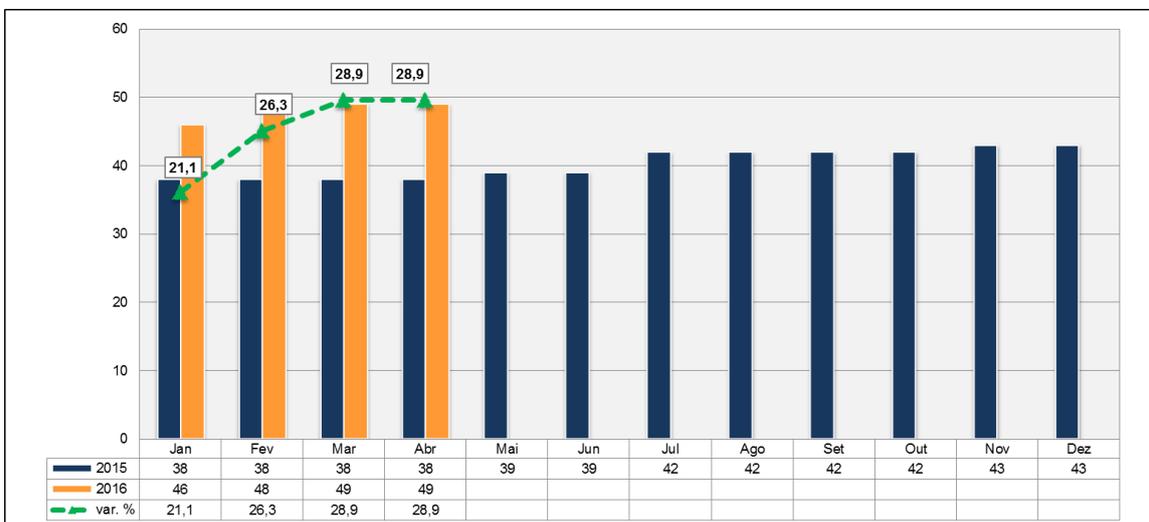


Figura 7.4 - 54 – Número de caminhões com placa, em Vitória do Xingu, de janeiro de 2015 a abril de 2016

Fonte: Departamento Nacional de Trânsito (DENATRAN)/ Elaboração Norte Energia.

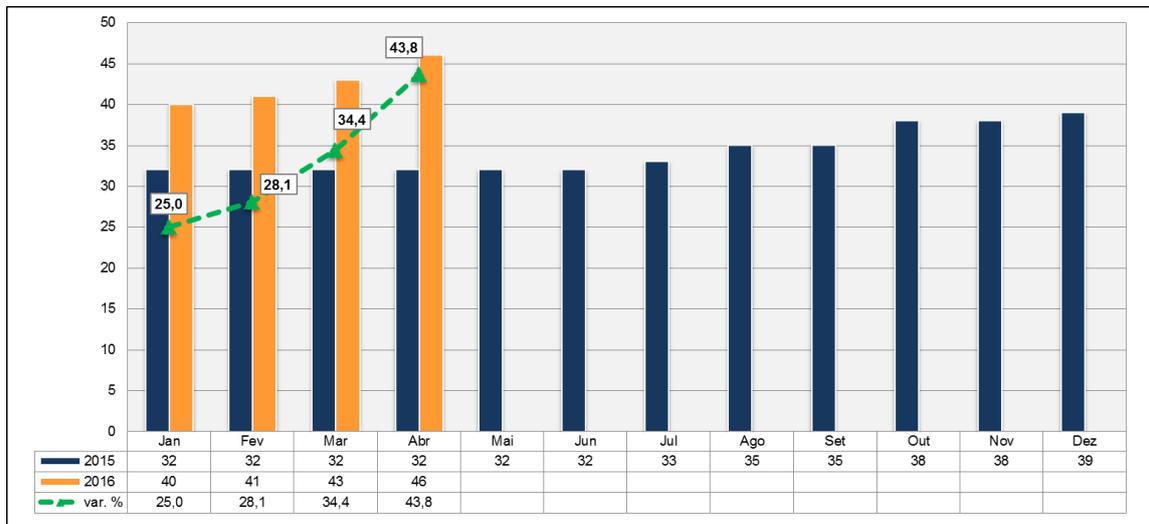


Figura 7.4 - 55 – Número de ônibus e micro-ônibus com placa, em Vitória do Xingu, de janeiro de 2015 a abril de 2016

Fonte: Departamento Nacional de Trânsito (DENATRAN)/ Elaboração Norte Energia.

Considerações Gerais

A análise da evolução da frota de veículos nos municípios da AID desde 2007 deve ser contextualizada, notadamente no caso de Altamira. Neste município, ao se analisar o período entre 2011 e 2015, a influência da implantação da UHE Belo Monte é visível, inclusive os impactos positivos para a dinamização da economia (Figura 7.4- 16 e Figura 7.4 - 17). Para se ter ideia da alteração na evolução da frota de veículos em Altamira, antes do empreendimento, o aumento anual do número de automóveis, caminhões, caminhonetes/caminhonetas, motocicletas e ônibus, era por volta de 13% a 15% de um ano a outro. Em 2011 com o início das obras, o aumento chegou a 19%. A partir de 2012, quando o empreendimento de fato se efetivou, o aumento da frota em termos relativos se intensificou, passando a 22,5% nesse ano, para 20,8% em 2013, 15,2% em 2014, e 14,0% em 2015. No entanto, a partir do final de 2015 inicia-se uma diminuição no ritmo de crescimento da frota em todos os tipos de veículos. Deve-se considerar que a partir desse ano, há uma confluência de alguns fatores, como a entrada de nova fase do empreendimento, com a conclusão das principais obras civis, e a própria crise econômica e político-institucional do país, que se acentuou nos primeiros meses de 2016.

Ao se detalhar a evolução dos emplacamentos em Altamira para os tipos de veículos considerados, até 2010, como já apresentado em relatórios anteriores, o total de novos veículos emplacados no município variava entre 2.400 a 2.800 ao ano, aumentando para 4.532 em 2011, 6.370 em 2012, 7.195 em 2013, diminuiu para 6.359 em 2014 e apresentou leve aumento para 6.755 em 2015. Portanto, o empreendimento trouxe inegavelmente um impacto positivo no aumento do ritmo de emplacamentos de novos veículos em Altamira. Conseqüentemente, houve também um incremento significativo de arrecadação do IPVA no município, sendo que 50% do

montante fica no próprio município. Somando-se a isso, há igualmente um aumento de arrecadação de impostos por conta do abastecimento de combustível em Altamira, bem como pela manutenção dos veículos que estimulam outros setores de serviços.

Todavia, o ritmo de aumento de frota já mostra sinais de arrefecimento a partir de 2016, o que pode ser constatado na comparação entre os quatro primeiros meses do ano com 2015. Como se pode notar na **Figura 7.4 - 18**, o aumento de abril em relação a dezembro foi de 1,5% nos automóveis, 2,0% nas motocicletas, 1,6% nas caminhonetes/caminhonetas, 1,9% nos caminhões e 1,1% nos ônibus. Essa diminuição no ritmo de crescimento da frota fica mais evidente nas **Figura 7.4 - 19** a **Figura 7.4 - 23**, ou seja, quando se compara mês a mês entre 2016 e 2015 por tipo de veículo. Com exceção dos caminhões, todos os demais apresentam clara diminuição na diferença entre os totais em termos relativos. Isso é uma evidência de diminuição do ritmo de novos emplacamentos. Outros números que evidenciam tal tendência é que em 2015, houve uma média mensal de novos emplacamentos significativamente maior em quase todos os tipos de veículos quando comparado aos quatro primeiros meses de 2016: a média mensal de novos automóveis foi de 127 em 2015 e decaiu para 44 em 2016 (-65,4%), nas motocicletas decaiu de 377 para 164 (-56,4%), nas caminhonetes/caminhonetas decaiu de 76 para 17 (-77,6%), e a exceção foram os caminhões, cuja média permaneceu estável, de 11 emplacamentos em 2015 e nos quatro primeiros meses de 2016.

Saliente-se que, apesar dessa diminuição no ritmo de crescimento, o total da frota continua a aumentar e, assim, não deverá ocorrer queda na arrecadação de impostos veiculares em Altamira. É a magnitude do crescimento de arrecadação que sofrerá certa diminuição. Esse quadro provavelmente não se relaciona apenas ao estágio que se encontra o empreendimento, com a conseqüente reversão de afluxo populacional, mas, como já mencionado, possivelmente a crise econômica pela qual passa o país tenha significativa influência nessa situação.

Já a distribuição de veículos por tipo não sofreu alteração em Altamira desde o último Relatório. Com isso, 66% do total se referem às motocicletas/motonetas, certamente pelo baixo preço de aquisição. Os automóveis chegam a 19%, as caminhonetes/caminhonetas giram em torno de 10%, os caminhões são por volta de 4% e os ônibus a 1,4%.

Quanto aos demais municípios da AID, de maneira geral, a frota é muito pequena em número, com exceção das motocicletas/motonetas. Assim, a análise da evolução da frota deve ser relativizada, isto é, um eventual incremento percentual significativo pode não ser relevante quando se leva em conta a pequena variação absoluta, pelos baixos números. Nesse sentido, em Anapu, entre 2007 e 2015, há um aumento constante no número de novos emplacamentos, e a diferença no ritmo não se mostra significativa, variando entre 18% a 26%. A exceção foi em 2008 que apresentou aumento anual de 35% em relação a 2007, mas como os números absolutos eram pequenos, esse incremento relativo não deve ser considerado como diferente dos últimos anos (**Figura 7.4- 24**). Tudo indica que, mesmo neste Indicador de Evolução de Frota, o empreendimento não tem relação direta, assim como o que ocorre com o aumento populacional do município, como aponta a projeção demográfica.

Ao se comparar dezembro de 2015 aos quatro primeiros meses de 2016, nota-se que, em termos relativos, o maior incremento foi de caminhonetes/caminhonetas, com 11,2% de aumento nos emplacamentos. Mas, em termos absolutos, representam apenas 34 veículos a mais, passando de 304 em dezembro de 2015 para 338 em abril de 2016. Os ônibus vem a seguir, com aumento relativo de 6,7% no período, sendo que em termos absolutos o número é insignificante, com aumento de apenas 2 veículos, passando de 30 para 32 no período. Os caminhões subiram 5,9% em número, mas foram apenas 7 veículos a mais, passando de 119 para 126. Os automóveis, aumentaram em 4,8%, mas foram apenas 16 veículos no período, passando de 333 para 348. As motocicletas/motonetas subiram 3,7%, com incremento de 79 veículos, passando de 2.140 para 2.219 (**Figura 7.4- 26 a Figura 7.4 - 29**).

No relatório anterior, o número de caminhonetes/caminhonetas em Anapu era praticamente igual ao dos automóveis em 2014. Em 2015 continua próximo, com 338 caminhonetes/caminhonetas ante 349 automóveis. Como destacado, tal fato pode se relacionar às características do município, com maior atividade agropecuária e madeireira, fazendo com que esse tipo de veículo seja mais utilizado em relação aos automóveis.

Ao se verificar a distribuição por tipo de veículos, nota-se que a proporção de motocicletas/motonetas é absoluta, chegando a 72,4% do total. Os automóveis e caminhonetes/caminhonetas são por volta de 11% , os caminhões são apenas 4% e o ônibus são ainda mais irrisórios, com 1% (**Figura 7.4- 25**).

Em Brasil Novo, na comparação entre dezembro de 2015 e abril de 2016, as motocicletas/motonetas aumentaram 2,2%, com acréscimo de 82 veículos, número similar em termos absolutos a Anapu, mas mais significativo se levar em conta a menor população do município. O total chegou a 3.817 ante 3.735 do período anterior. Os automóveis aumentaram 3,9%, mas em termos absolutos foram 21 emplacamentos, passando de 526 em dezembro para 557 em abril de 2016. As caminhonetes/caminhonetas tiveram aumento insignificante, tanto em termos relativos quanto absolutos, ou tiveram acréscimo de 0,7%, o que representa 3 veículos a mais, passando de 458 para 461. Os caminhões, de maneira similar, aumentaram apenas 0,5% entre dezembro e abril, com apenas 1 veículo a mais, passando de 190 para 191, ao passo que os ônibus decaíram 5,4%, com diminuição de 2 veículos, passando de 37 em dezembro para 35 em abril de 2016 (**Figura 7.4- 56**).

A distribuição total de veículos se mostra muito parecida com os demais municípios da AID, afora Altamira, com mais de três quartos (75,4%) de motocicletas/motonetas, os automóveis e caminhonetes/caminhonetas são por volta de 10% cada (11% e 9% respectivamente), aproximadamente 4% de caminhões e menos de 1% de ônibus (**Figura 7.4- 33**).

Uma característica de Senador José Porfírio é o pequeno número total de veículos. Por conta disso, nota-se um incremento acentuado em termos relativos, principalmente de motocicletas/motonetas a partir de 2010, mas em termos absolutos não se nota especial destaque. Na comparação entre dezembro de 2015 e abril de

2016 (**Figura 7.4 - 57**), no caso das motocicletas/motonetas, o aumento relativo foi de 41%, mas isso representa apenas 24 veículos a mais, passando de 589 em dezembro para 613 em abril, ou seja, ainda está longe de atingir mil unidades em todo o município. Os automóveis chegaram até mesmo a decair em número, com -2,4% diminuindo de 83 em dezembro de 2015 para 81 em abril de 2016. As caminhonetes/caminhonetas tiveram um incremento de 6,6% no período, mas em termos absolutos foram apenas 5 veículos a mais, passando de 76 para 81. Os caminhões aumentaram 8,8% entre dezembro e abril, mas foram apenas 3 veículos a mais, passando de 34 para 37. Já os ônibus mantiveram o mesmo número, de 12 veículos no período.

Quanto à distribuição de veículos por tipo, não há diferença com Anapu e Brasil Novo. Somente os números absolutos são significativamente menores em Senador José Porfírio, mas por volta de 75% são motocicletas/motonetas, os automóveis e as caminhonetes/caminhonetas são em torno de 10%, havendo igual número em 2016, ou 81 veículos, como destacado acima, os caminhões representam pouco menos de 5% e os ônibus são um pouco acima de 1% (**Figura 7.4- 41**). O pequeno número total de veículos no município se deve às características de Senador José Porfírio, visto que além de sua área se dividir em duas localidades, a comunicação por via terrestre com os demais municípios é muito difícil, sendo comum o deslocamento por via fluvial.

Em Vitória do Xingu o crescimento de veículos ao longo dos anos reflete o empreendimento, muito embora de maneira diversa na comparação com Altamira. A partir de 2010 e principalmente após 2011, ano de implantação da UHE Belo Monte, cujas obras civis se localizam no município, há um constante aumento no número anual de emplacamentos, em torno de 30% ou até mesmo superior a esse número em 2013 e 2014, correspondentes ao maior número de trabalhadores na obra, com 38% e 40%, respectivamente, de aumento ao ano. Com isso, como era de se esperar, juntamente com Altamira, é o município onde mais aumentou a frota de veículos, refletindo a dinamização da economia local. Mesmo em 2015, o aumento da frota girou em torno de 28%, números acima dos demais municípios da AID (**Figura 7.4- 48**).

É possível que em 2016 ocorra algum decréscimo no ritmo de crescimento, tanto por conta da etapa do empreendimento, com a conclusão das principais obras civis quanto pelo momento econômico vivido no país. Na comparação entre dezembro de 2015 e abril de 2016 por tipo de veículo (**Figura 7.4 - 58**), as motocicletas/motonetas aumentaram 3,4%, o que representou um incremento de 40 veículos, passando de 1.164 para 1.204. Os automóveis aumentaram praticamente na mesma proporção, chegando a 3,5%, com aumento de 17 veículos, passando de 487 em dezembro para 504 em abril. Caso esse ritmo se mantenha ao longo do ano, os novos automóveis chegariam a pouco mais de 50 veículos em 2016. Se tal fato se confirmar, o ritmo de aumento sofrerá, pela primeira vez em anos, um sensível decréscimo, pois ao longo de 2015 foram emplacados 140 novos automóveis, quase três vezes o que talvez ocorra neste ano.

As caminhonetes/caminhonetas aumentaram 7,1% entre dezembro de 2015 e abril de 2016, o que representam 20 veículos a mais ou, passou de 282 para 302. Nesse caso, se o ritmo se mantiver, estima-se em cerca de 60 novos veículos ao longo de

2016, número não muito distante das 69 novas caminhonetas/caminhonetas emplacadas em 2015. Os caminhões aumentaram 14,0% em termos relativos entre dezembro e abril, mas se trata de apenas 6 veículos a mais, passando de 43 para 49. Os ônibus também são em pequeno número e, assim, o aumento de 17,1% entre dezembro e abril não significam muito em termos absolutos, ou seja, foram apenas 7 novos veículos no período, que passou de 39 para 46 (**Figura 7.4 - 53 a Figura 7.4 - 55**).

Mesmo a distribuição por tipo de veículo é diferenciado em Vitória do Xingu quando comparado aos demais municípios da AID. As motocicletas/motonetas são a maioria, mas em menor proporção, ou são 57% do total, e não acima de 70% como nos outros municípios. Os automóveis, que são por volta de 10% em Anapu, Brasil Novo e Senador José Porfírio, são quase 24% em Vitória do Xingu. As caminhonetas/caminhonetas também são em proporção maior, chegando a 14% (**Figura 7.4 - 51 e Figura 7.4 - 52**). Essa diferença pode se relacionar a uma possível maior renda da população, por conta do próprio empreendimento. Isso provocaria proporcionalmente menos motocicletas, mais baratas, em favor dos automóveis, e mesmo caminhonetas, mais caras. Os caminhões e ônibus são em torno de 2%.

Como conclusão, destaca-se um dado já apresentado em relatórios anteriores relativos aos repasses aos municípios que o aumento de frota proporciona. De acordo com a Secretaria da Fazenda do Estado do Pará (SEFA)², em 2015 foram repassados mais de R\$ 3.000.000,00 aos municípios da AID até maio, o que representou um crescimento de 18% se comparado ao mesmo período de 2014. Desse montante, Altamira ficou com R\$ 2.672.059,88, 88% do total, seguido de Brasil Novo e Vitória do Xingu com 4%, Anapu com 3% e Senador José Porfírio, com 1%.

Mesmo com a diminuição do ritmo de novos emplacamentos em 2016, provavelmente influenciado pela crise econômica e as incertezas político-institucionais, ainda assim, a frota tem aumentado em todos os municípios. Dessa forma, a geração de tributos como o IPVA continuará e deve ter algum incremento seja pelo valor dos veículos seja pelo maior quantitativo. E a renda direta e indiretamente gerada pelos veículos, como os combustíveis e os demais serviços de manutenção continuarão a contribuir na geração de riqueza de cada município.

²<http://www.sefa.pa.gov.br/site/index.php/receitas-despesas/72-receitas-despesas/tesouro-estadual/ipva/835-repasse-ipva>

4. Dimensão: Educação

4.1. Indicador “7. Evolução do número de matrículas nas escolas”

4.1.1 – Evolução do número de Matrículas

No primeiro semestre de 2016 foram acompanhadas 85 escolas públicas urbanas e 45 escolas rurais na AID, totalizando 130 escolas monitoradas. A metodologia de cálculo de suficiência não considera as escolas rurais pelo fato de que são, em sua quase totalidade, pequenas escolas, sendo a maioria multisseriada e com poucos alunos. Além disso, são monitoradas apenas as escolas rurais definidas como de interesse ao empreendimento³, ou seja, não se monitora a totalidade das instituições de ensino rural, visto que os alunos tendem a se dirigir aos núcleos urbanos conforme avançam em seus estudos, devido às escolas urbanas apresentarem melhor estrutura. Por conta dessa característica, mesmo municípios com diminuição de população, como Brasil Novo e Senador José Porfírio, tendem a aumentar o número de matriculados nas escolas urbanas, influenciado também pela tendência de evolução da taxa de urbanização, isto é, a diminuição ainda maior de suas populações rurais que se dirigem à sede municipal.

Altamira é o município com o maior número de escolas monitoradas (58 das 85 escolas urbanas no total). Como tem ocorrido nos semestres anteriores, não há variação entre o número de escolas urbanas monitoradas nos demais municípios da AID, sendo 6 em Vitória do Xingu e Senador José Porfírio, 7 em Anapu e 8 em Brasil Novo, pelo fato de que não houve a inauguração de novas escolas nessas localidades desde o último semestre. Quanto às escolas rurais, novamente Altamira é o município com maior número, com 17 escolas monitoradas, seguida por Senador José Porfírio, com 11, Vitória do Xingu, com 10, Brasil Novo, com 4 e Anapu, com 3 escolas (**Quadro 7.4-3**).

Em relação ao nível de ensino, para a Educação Infantil, há 30 escolas monitoradas (exclusivamente Infantil), mais 3 onde funciona também o fundamental. No caso do Ensino Fundamental há 41 escolas (exclusivamente fundamental), mais 5 onde funciona também o médio e, por fim, há mais 6 escolas de Ensino Médio monitoradas (**Quadro 7.4-4**).

³ São as escolas rurais localizadas na Área Diretamente Afetada (ADA), as próximas à ADA, aquelas escolas de localidades com potencial aumento populacional por conta do empreendimento, como a Agrovila Leonardo da Vinci, Belo Monte, Belo Monte do Pontal e Vila Izabel, escolas próximas a localidades que receberam famílias deslocadas por conta do remanejamento rural.

Quadro 7.4-3 – Número de escolas urbanas e rurais monitoradas na AID da UHE Belo Monte, em junho de 2016

LOCALIZAÇÃO ESCOLA	MUNICÍPIO					TOTAL
	ALTAMIRA	ANAPU	BRASIL NOVO	SENADOR JOSÉ PORFÍRIO	VITÓRIA DO XINGU	
URBANA	58	7	8	6	6	85¹
RURAL	17	3	4	11	10	45
TOTAL	75	10	12	17	16	130

Fonte: Levantamento em escolas do Programa de Monitoramento dos Aspectos Socioeconômicos (7.4)/ Elaboração Norte Energia.

1. De novembro de 2015 a junho de 2016, o total de escolas urbanas passou de 87 para 85. Em fevereiro de 2016, a EMEF Rui Barbosa, cujos alunos estudavam nas salas pré-moldadas da escola Gondim Lins, teve o INEP cancelado, pois não houve demanda de alunos, assim como a EMEI Ideal, que não houve demanda, pois os alunos foram para os RUCs.

Quadro 7.4-4 – Quantidade de escolas públicas urbanas monitoradas na AID da UHE Belo Monte, por nível de ensino, em junho de 2016

Município	Nível de Ensino	Quantidade
Altamira	Educação Infantil	21
	Educação Infantil e Fundamental	3
	Ensino Fundamental	27
	Ensino Fundamental e Médio	2
	Ensino Médio	4
Anapu	Educação Infantil	1
	Educação Infantil e Fundamental	-
	Ensino Fundamental	3
	Ensino Fundamental e Médio	2
	Ensino Médio	-
Brasil Novo	Educação Infantil	4
	Educação Infantil e Fundamental	-
	Ensino Fundamental	3
	Ensino Fundamental e Médio	1
	Ensino Médio	-
Senador José Porfírio	Educação Infantil	1
	Educação Infantil e Fundamental	-
	Ensino Fundamental	4
	Ensino Fundamental e Médio	-
	Ensino Médio	1
Vitória do Xingu	Educação Infantil	2
	Educação Infantil e Fundamental	-
	Ensino Fundamental	3
	Ensino Fundamental e Médio	-
	Ensino Médio	1
AID da UHE Belo Monte	Educação Infantil	30
	Educação Infantil e Fundamental	3
	Ensino Fundamental	41
	Ensino Fundamental e Médio	5
	Ensino Médio	6
	Total	83

Fonte: Levantamento em escolas do Programa de Monitoramento dos Aspectos Socioeconômicos (7.4)/
 Elaboração Norte Energia.

Na comparação da evolução das matrículas entre maio de 2015 e maio de 2016 para a totalidade dos municípios da AID, houve um decréscimo de 1,99% no número de alunos, que, em termos absolutos, significaram -736 alunos ante o mesmo mês do ano passado. Como se constatou nos relatórios anteriores, Altamira foi o município que mais contribuiu para essa queda no número de alunos, como se verá em seguida, o que confirma uma vez mais o processo de saída de população do município. A diminuição no número de alunos ocorreu em número mais expressivo no Ensino Fundamental, com -417 alunos, seguido pelo Ensino Médio, com -360 alunos, mas na

Educação Infantil houve um pequeno aumento de 41 alunos entre maio de 2015 e maio de 2016. Nesse caso, o aumento não ocorre por conta de afluxo populacional ou mesmo de aumento no número de crianças na faixa etária entre 0 a 5 anos, mas ao fato de a Educação Infantil ter se tornado obrigatória desde 2013. Com isso, e por conta de o número de alunos nessa faixa etária ser baixa em todos os municípios (entre 25 a 30% em 2010), naturalmente ocorre tendência de aumento de alunos ano a ano.

Ao se analisar a evolução de matrículas por nível de ensino e por município, na Educação Infantil houve diminuição de alunos em Altamira (-142 o que equivale a -3,78%). Trata-se da única exceção dentre os municípios da AID, e tal fato se deve, como já destacado em inúmeras oportunidades no presente Relatório, por conta da saída de moradores. Em outros termos o natural aumento de matrículas na Educação Infantil não compensa a magnitude da queda populacional por conta da etapa que se encontra o empreendimento.

Nos demais municípios, nota-se um aumento de 58 alunos em Anapu na comparação entre maio de 2015 e maio de 2016, 19 alunos em Brasil Novo, 19 alunos em Senador José Porfírio e 87 alunos em Vitória do Xingu. No caso de Anapu, Brasil Novo e Senador José Porfírio, o aumento não é maior por conta da falta de capacidade de atendimento da demanda. Saliente-se, porém, que o fato do aumento de demanda não se dar por conta da UHE Belo Monte, não cabe ao empreendedor mitigar um impacto causado pela mudança na Lei de Diretrizes de Base da Educação, de responsabilidade do Ministério da Educação (MEC). Já em Vitória do Xingu há inúmeras obras de infraestrutura e outras sendo realizadas pela prefeitura, que dispõe de recursos por conta do aumento de arrecadação oriundo dos repasses da construção do empreendimento desde 2011. Isso tem atraído certo número de famílias do meio rural e de outras localidades ao município, principalmente em momento de crise econômica como tem vivido o país.

No Ensino Fundamental, na comparação entre maio de 2015 e 2016, novamente Altamira é onde se nota decréscimo de matrículas, sendo que em um ano há -864 alunos (-4,29%). Saliente-se que nesse nível de ensino, por volta de 90% ou mais encontram-se matriculados. Dessa forma, quando ocorre queda no número de matrículas, como ocorreu em Altamira, isso decorre do decréscimo de população.

Nos demais municípios da AID houve pequeno aumento de alunos no mesmo período, sendo 88 alunos a mais em Anapu, 106 em Brasil Novo, 47 em Senador José Porfírio, e 206 em Vitória do Xingu, sendo que em todas as localidades a estrutura existente permite absorver um aumento maior, caso venha a ocorrer. No caso de Anapu, onde houve um aumento populacional desde o ano 2000, independentemente do empreendimento, esse aumento já se mostra em número significativamente menor que nos anos anteriores, o que pode ser indício de diminuição no ritmo de crescimento. Mas tal fato somente poderá ser confirmado nos próximos levantamentos. Em Brasil Novo e Senador José Porfírio, pelo contrário, ocorre diminuição de população desde o início da década. Assim, o aumento de matrículas se origina principalmente pela vinda de famílias do meio rural para a sede, em busca de melhores recursos de infraestrutura. Com isso, o que ocorre é um aumento na taxa de

urbanização desses municípios. Quanto a Vitória do Xingu, o aumento se dá pelas mesmas razões mencionadas para a Educação infantil.

O Ensino Médio também se tornou obrigatório desde 2013, mas diferentemente da Educação Infantil há tendência de queda de matrículas em todo o país de maneira geral. E os municípios da AID não fogem a tal tendência. Os motivos são diversos, mas se trata da consonância de fatores como o envelhecimento natural da população, que provoca a diminuição de jovens, mas dentre os principais motivos é a significativa evasão que ocorre nesse nível de ensino. Assim, o estímulo à melhoria no nível educacional com vistas a conseguir empregos mais qualificados não chega a compensar a saída das escolas ao longo de cada ano. Com isso, nota-se que no início de cada ano pode até ocorrer aumento de matrículas. Todavia, isso decorre do fato de que muitos jovens se matriculam para apresentar às empresas nas quais estão empregados que estão procurando incrementar a sua qualificação. Porém, nos meses seguintes muitos abandonam a escola, pois não há o controle das empresas se os alunos continuam matriculados ao longo do ano.

No caso de Altamira na comparação entre maio de 2015 e maio de 2016 nota-se -180 alunos (-4,29%). Em Anapu houve -24 alunos (-3,37%), em Brasil Novo foram -80 alunos (-10,84%), em Senador José Porfírio foram -38 alunos (-8,70%) e mesmo em Vitória do Xingu que apresentou aumento nos demais níveis de ensino, pelas razões já expostas, no Ensino Médio houve -38 alunos (-8,72%), corroborando a tendência de diminuição de alunos em todas as localidades do país. (**Quadro 7.4-5**).

Quadro 7.4-5 – Número de alunos da rede pública urbana, por município da AID da UHE Belo Monte e nível de ensino, de maio de 2015 a maio de 2016, e respectiva variação

NÚMERO TOTAL DE ALUNOS ATENDIDOS PELA REDE PÚBLICA												EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE ALUNOS	
Município	Nível de Ensino	Mai/2015	Jun/2015	Ago/2015	Set/2015	Out/2015	Nov/2015	Fev/2016	Mar/2016	Abr/2016	Mai/2016	Mai/16 vs. Mai/15(abs)	Mai/16 vs. Mai/15(%)
Altamira	Educação Infantil	3.757	3.730	3.688	3.653	3.596	3.544	3.487	3.490	3.469	3.615	-142	-3,78
	Ensino Fundamental	15.969	15.745	15.491	15.433	15.308	15.155	14.051	14.007	15.178	15.105	-864	-5,41
	Ensino Médio	4.199	4.178	4.183	4.100	4.049	4.016	3.987	3.972	3.978	4.019	-180	-4,29
	Total	23.925	23.653	23.362	23.186	22.953	22.715	21.525	21.469	22.625	22.739	-1.186	-4,96
Anapu	Educação Infantil	493	495	493	494	491	487	536	536	546	551	58	11,76
	Ensino Fundamental	3.396	3.355	3.426	3.469	3.480	3.468	3.399	3.399	3.464	3.484	88	2,59
	Ensino Médio	713	712	688	692	693	683	711	711	711	689	-24	-3,37
	Total	4.602	4.562	4.607	4.655	4.664	4.638	4.646	4.646	4.721	4.724	122	2,65
Brasil Novo	Educação Infantil	491	481	483	479	478	480	514	514	513	510	19	3,87
	Ensino Fundamental	1.941	1.937	1.937	1.955	1.967	1.981	2.009	2.009	2.040	2.047	106	5,46
	Ensino Médio	738	716	718	725	727	725	704	704	689	658	-80	-10,84
	Total	3.170	3.134	3.138	3.159	3.172	3.186	3.227	3.227	3.242	3.215	45	1,42
Senador José Porfírio	Educação Infantil	333	327	324	333	340	331	343	343	356	352	19	5,71
	Ensino Fundamental	1.818	1.820	1.814	1.816	1.823	1.788	1.877	1.873	1.863	1.865	47	2,59
	Ensino Médio	437	433	432	431	428	428	384	384	399	399	-38	-8,70
	Total	2.588	2.580	2.570	2.580	2.591	2.547	2.604	2.600	2.618	2.616	28	1,08
Vitória do Xingu	Educação Infantil	534	547	550	563	560	556	612	612	620	621	87	16,29
	Ensino Fundamental	1.670	1.689	1.685	1.718	1.707	1.632	1.904	1.904	1.886	1.876	206	12,34
	Ensino Médio	436	438	428	420	425	425	435	435	400	398	-38	-8,72
	Total	2.640	2.674	2.663	2.701	2.692	2.613	2.951	2.951	2.906	2.895	255	9,66
Total AID	Educação Infantil	5.608	5.580	5.538	5.522	5.465	5.398	5.492	5.495	5.504	5.649	41	0,73
	Ensino Fundamental	24.794	24.546	24.353	24.391	24.285	24.024	23.240	23.192	24.431	24.377	-417	-1,68
	Ensino Médio	6.523	6.477	6.449	6.368	6.322	6.277	6.221	6.206	6.177	6.163	-360	-5,52
	Total	36.925	36.603	36.340	36.281	36.072	35.699	34.953	34.893	36.112	36.189	-736	-1,99

Fonte: Levantamento em escolas do Programa de Monitoramento dos Aspectos Socioeconômicos (7.4)/ Elaboração Norte Energia.

4.1.1.1.1. AVALIAÇÃO DE SUFICIÊNCIA NAS ESCOLAS

A metodologia de avaliação de suficiência é a mesma adotada desde o início do Programa. Ela analisa a relação entre a demanda e a oferta de vagas da rede pública urbana nos municípios da AID da UHE Belo Monte. O comportamento da demanda por vagas permite inferir a relação com os impactos ocasionados por fatores externos (como por exemplo, mudanças na legislação educacional) ou ainda pela atratividade econômica da obra. Já a oferta de vagas auxilia no monitoramento e atendimento satisfatório da demanda, a fim de alertar quaisquer impactos na estrutura e suficiência escolar, ocasionados pelo empreendimento.

Para o estudo são utilizados os dados relativos ao número de matrículas escolares, a disposição e a utilização das salas de aula. Com base nestas informações é possível calcular a demanda por vagas, o total do número de alunos, em relação à oferta e o total de vagas disponíveis. Neste último caso, as vagas disponíveis são divididas em: salas vazias⁴ (vagas calculadas a partir de salas de aula não utilizadas) e enturmação⁵, ou seja, vagas disponíveis em turmas pré-existentes.

A metodologia consiste na inter-relação de três fatores: i) o número de matrículas, dado levantado mensalmente em cada escola da rede pública urbana; ii) a projeção do afluxo populacional, que possibilita a estimativa de alunos; e iii) o acompanhamento da construção, ampliação e reforma de escolas, realizadas pela Norte Energia.

O primeiro fator consiste no acompanhamento da evolução das matrículas em tempo real ao longo dos meses. O segundo fator, a projeção demográfica, consiste em estimar o afluxo populacional e inferir a estimativa de alunos, revisada trimestralmente desde o começo deste ano. O último fator, e não menos importante, é planejado a partir do resultado dos dois primeiros, pois visto que haverá necessidade de mais vagas é feito estudo se haverá necessidade de construção ou a ampliação de novas salas, ou reforma daquelas inadequadas para uso.

Este relatório apresenta os dados monitorados para o primeiro semestre de 2016 e dados estimados para o 2º semestre de 2016. A estimativa de alunos se baseou em: a) ritmo de crescimento (%) ao longo do ano, por nível de ensino, em cada município; b) o aumento esperado na Educação Infantil, devido ao cumprimento das exigências da LDB do MEC, que independe do afluxo populacional atraído pelo empreendimento;

⁴ O número de vagas disponíveis é definido a partir do total de salas vazias multiplicado pela média dos parâmetros MEC e Semed para cada módulo de ensino (Educação Infantil, Ensino Fundamental, Ensino Médio), sendo respectivamente, 17, 27 e 35. Neste caso, aplica-se um deflator de 80% por conta da impossibilidade de se formar turmas exatamente com o número de alunos do parâmetro do MEC e da Semed.

⁵ O adensamento de turmas é calculado a partir dos parâmetros de limite de alunos da Semed e do MEC. Os municípios de Altamira, Anapu, Brasil Novo e Vitória do Xingu são baseados nos parâmetros da Semed Altamira, ao passo que Senador José Porfírio utiliza parâmetros da própria Secretaria Municipal de Educação. Para o Ensino Médio não existem parâmetros municipais, sendo utilizadas apenas as informações do MEC.

e c) as oscilações (aceleração e desaceleração) apresentadas na projeção demográfica.

A avaliação de suficiência escolar realizada para os municípios da AID da UHE Belo Monte consiste no estudo baseado na projeção demográfica com afluxo populacional esperado.

Por meio da aplicação da metodologia e resultados do estudo (cenário esperado) é feita a avaliação da situação de suficiência de vagas escolares, por nível de ensino (infantil, fundamental e médio), em cada um dos municípios da AID da UHE Belo Monte, segundo a classificação apresentada no **Quadro 7.4-6**.

Quadro 7.4-6 – Descrição dos tipos de situação de suficiência de vagas escolares

Situação	Descrição
Satisfatória	Sobrarão vagas após o afluxo do próximo semestre, segundo estimativa.
Estável	Faltarão poucas vagas após o afluxo do próximo semestre, segundo estimativa, sendo assim possível a solução por meio de remanejamento de turmas
Em atenção	Faltarão vagas após o afluxo do próximo semestre, segundo estimativa e sem a possibilidade de se resolver a situação com o remanejamento de turmas.

É considerada como *Satisfatória* a condição de um município e nível de ensino que apresenta alguma sobra de vagas à disposição após o afluxo de alunos.

Estável é a situação na qual, mesmo havendo algum déficit, trata-se de um número de pequena monta, que pode ser resolvido por meio do remanejamento de alunos entre turmas do mesmo ano e nível de ensino das escolas do município. Ou seja, é possível enturmar todos os alunos até os parâmetros estabelecidos pelo MEC e pela Semed.

Em atenção é a condição de falta de vagas após o afluxo até tal ponto em que o manejo de alunos não será suficiente. Carece-se de nova infraestrutura para dar conta do atendimento sem prejuízo da qualidade do atendimento.

Cenário I – População atraída esperada

a) Análise da Evolução do número de matrículas nas escolas – Altamira

Quadro 7.4-7 – Análise do número de matrículas de Altamira

Situação	Descrição
Satisfatória	Educação Infantil
Satisfatória	Ensino Fundamental
Satisfatória	Ensino Médio

Os dados de evolução de matrículas em todos os níveis de ensino em Altamira confirma, uma vez mais, a queda no total de alunos, fato esse coerente com a projeção demográfica que já apontava diminuição populacional desde dezembro de 2014, pico de população. Nos semestres anteriores, e nos trimestres posteriores houve certa estabilização, mas com tendência de queda populacional, que passa a se acentuar a partir do segundo semestre de 2015.

No caso da Educação Infantil, como mostrado anteriormente, nota-se queda na comparação entre maio de 2015 e maio de 2016. No entanto, quando se observa o número de matrículas mensais no primeiro semestre deste ano, nota-se tendência a certo aumento ao longo dos meses, muito embora não reverta a diminuição na comparação com um ano atrás. Nesse caso, esse aumento ao longo do semestre deve ser influenciado mais pelo incremento na proporção de matrículas dos moradores locais, visto que um número significativamente baixo, de menos de 30% das crianças nessa faixa etária estava matriculado. Todavia, a saída de população atraída pelo empreendimento é em número maior, e dessa maneira esse aumento relativo de matrículas da população local não compensa em número essa reversão do fluxo populacional.

Os dados monitorados mês a mês mostram que, em maio, havia um superávit de 455 vagas, mesmo com o aumento de 146 alunos em relação a abril. Nesse caso, nota-se que até abril o saldo de vagas era menor, de 367 vagas apesar de ter menos alunos matriculados. Isso não se mostra um erro ou equívoco, mas se deveu à reforma em curso na EMEI Girassol no início do ano, e que foi concluído em abril. Então, até esse mês as vagas nessa escola não foram consideradas no cálculo de suficiência, fazendo com que a oferta fosse menor até maio.

Para o segundo semestre, como usualmente é realizado nas estimativas de vagas, parte-se de uma postura conservadora, isto é, a tendência natural, como mostra a projeção demográfica, é de diminuição populacional e, assim, a tendência é diminuir também o número de alunos, como ocorreu em 2015. Entretanto, não se deve desconsiderar que agosto (e o início de setembro) é um mês de recebimento de transferências de matrículas e, assim, foi levado em consideração a possibilidade de um pequeno aumento de alunos, mas já a partir de setembro espera-se que a tendência de diminuição de matrículas se confirme. Com isso, estima-se que haja um superávit de 441 vagas em agosto e 495 em novembro.

Saliente-se que na estimativa para o segundo semestre ainda não se leva em consideração as **quatro escolas nos** RUCs, das quais duas já estão concluídas e duas serão entregues pela Norte Energia no início do segundo semestre. Elas somente serão levadas em consideração quando passarem efetivamente a ser utilizadas.

No Ensino Fundamental, como já ocorreu na análise passada, são desconsideradas as 30 salas pré-moldadas, das 40 entregues pela Norte Energia à prefeitura, visto que no futuro a municipalidade não pretende utilizá-las como salas de aula, mas para outros usos. Mesmo assim, a suficiência de vagas é evidente, principalmente pela diminuição populacional. Na análise da evolução de matrículas ao longo do primeiro semestre de 2016 deve-se levar em consideração algumas peculiaridades, visto que, à primeira vista, a evolução pode parecer estranha. Em fevereiro e março, o número de alunos foi significativamente pequeno, com 14.051 e 14.007, respectivamente, e aumentou para 15.178 em abril. Tal fato ocorreu por conta da reforma em curso de seis escolas, sendo que quatro foram entregues em abril e duas continuam em reforma. Assim, em fevereiro e março não havia alunos nessas escolas, e por tal motivo essas vagas não foram levadas em consideração para os cálculos de suficiência, uma vez que na prática não havia a disponibilidade das salas.

Por conta de tais características, o número de matrículas de abril é o que mais se aproxima da realidade de demanda em Altamira. Saliente-se, porém, que em maio já se nota queda no número de matrículas, ou seja, eram 15.178 alunos em abril e com - 153 alunos em maio, o total decaiu para 15.105. Com isso, o saldo de vagas, que era de 2.260 em abril, aumentou para 2.279 em maio. O saldo nos meses de fevereiro e março devem ser relativizados, pois não são levados em conta as escolas em reforma, conforme mencionado.

Para o segundo semestre, adotou-se o mesmo critério conservador e, mesmo que a projeção aponte para uma provável queda já no início, considerou-se que pode haver um leve aumento por conta de possíveis transferências. Mas, já a partir de setembro estima-se que a tendência de queda no número de alunos deverá se manifestar. Assim, estima-se um superávit de 2.234 vagas em agosto e de 2.355 em novembro de 2016. Tal qual ocorre com a Educação Infantil, não são consideradas para os cálculos de vagas no segundo semestre as cinco escolas de Ensino Fundamental, das quais três já estão concluídas e duas serão entregues pela Norte Energia no início do segundo semestre nos RUCs. Essas escolas somente entrarão para os cálculos de suficiência quando estiverem efetivamente em funcionamento, da mesma forma como as escolas em reforma no primeiro semestre foram desconsideradas enquanto não tinham sido entregues.

No Ensino Médio houve um pequeno aumento de matrículas a longo do primeiro semestre, mas que não se mostrou suficiente para apresentar uma queda das vagas disponíveis quando comparada ao mesmo período de 2015, como já mostrado neste Relatório. Ainda assim, havia um superávit de 974 vagas em maio de 2016, pois esse nível de ensino sempre se mostrou tranquilo em relação ao atendimento de demanda. Em relação ao segundo semestre, pelo mesmo pressuposto conservador adotado, por conta da possibilidade de transferências em agosto, estima-se um pequeno aumento nas matrículas em agosto, mas o número de alunos no final do ano deverá ser menor,

pelas razões já expostas. Assim, estima-se um superávit de 966 vagas em agosto e deverá aumentar para 998 em novembro. Tal qual ocorre com a Educação Infantil e o Ensino Médio, não se leva em conta a escola a ser entregue pela Norte Energia para o segundo semestre. Ela somente será levada em consideração quando passar a funcionar de fato.

Ao se analisar a suficiência de vagas totais, nota-se em Altamira que em maio de 2016 havia um superávit de 3.708 vagas para os três níveis de ensino, sendo que para o final do ano estima-se que o superávit irá aumentar para 3.848 vagas no total para os três níveis de ensino.

Os dados acima estão apresentados no **Quadro 7.4-8** a **Quadro 7.4-10**.

Quadro 7.4-8 – Cálculo de Suficiência Educação Infantil para o cenário esperado – Altamira

Educação Infantil									
Estatísticas	Dados Monitorados					Dados Estimados			
	Fev/16	Mar/16	Abr/16	Mai/16	Jun/16	Ago/16	Set/16	Out/16	Nov/16
Número de alunos (Total)	3.487	3.490	3.469	3.615	3.615	3.629	3.611	3.593	3.575
(A) Número de alunos (Variação ¹)	-	3	(21)	146	-	14	(18)	(18)	(18)
(B) Vagas à disposição (Salas vazias - Total) ²	14	27	27	82	82	82	68	68	68
(C) Vagas à disposição (Enturmação - Total)	348	323	340	373	373	373	373	391	409
(D) Superávit (>0) ou Déficit (<0) de Vagas (B + C)	362	350	367	455 ³	455	441	459	477	495
Conversão em salas de aula (1 sala = 34 vagas)	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: Levantamento em escolas do Programa de Monitoramento dos Aspectos Socioeconômicos (7.4)/ Elaboração Norte Energia.

1. Em relação ao mês anterior.
2. Utiliza-se um deflator de 20% por conta da impossibilidade de se formar turmas exatamente com o número de alunos do parâmetro da Semed.
3. A EMEI Girassol passou por reforma e foi entregue no mês de abril.

Quadro 7.4-9 – Cálculo de Suficiência Ensino Fundamental, desconsiderando as salas pré-moldadas, para o cenário esperado – Altamira

Ensino Fundamental									
Estatísticas	Dados Monitorados					Dados Estimados			
	Fev/16	Mar/16	Abr/16	Mai/16	Jun/16	Ago/16	Set/16	Out/16	Nov/16
Número de alunos (Total)	14.051 ³	14.007 ³	15.178	15.105	15.105	15.150	15.181	15.105	15.029
(A) Número de alunos (Variação ¹)	-	(44)	1.171	(73)	-	45	31	(76)	(76)
(B) Vagas à disposição (Salas vazias - Total) ²	1.015	1.015	1.426	1.382	1.382	1.382	1.337	1.306	1.306
(C) Vagas à disposição (Enturmação - Total)	785	734	834	897	897	897	897	897	973
(D) Superávit (>0) ou Déficit (<0) de Vagas (B + C)	1.800	1.749	2.260	2.279	2.279	2.234	2.203	2.279	2.355
Conversão em salas de aula (1 sala = 54 vagas)	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: Levantamento em escolas do Programa de Monitoramento dos Aspectos Socioeconômicos (7.4)/ Elaboração Norte Energia.

1. Em relação ao mês anterior.

2. Utiliza-se um deflator de 20% por conta da impossibilidade de se formar turmas exatamente com o número de alunos do parâmetro da Semed.

3. O total de alunos foi menor nesses meses por que a EMEF Esther de Figueiredo Ferraz, EMEF Professor Maria Farias Ferreira, EMEF Francisco Carneiro Freitas e EMEF Deodoro da Fonseca passaram por reforma e foram entregues no mês de abril; a EMEF Nair de Nazaré Lemos e a EMEF Nova Colina permanecem em reforma. Os alunos destas escolas estão estudando na Gondim Lins e em um prédio alugado, respectivamente.

Quadro 7.4-10 – Cálculo de Suficiência Ensino Médio para o cenário esperado – Altamira

Ensino Médio									
Estatísticas	Dados Monitorados					Dados Estimados			
	Fev/16	Mar/16	Abr/16	Mai/16	Jun/16	Ago/16	Set/16	Out/16	Nov/16
Número de alunos (Total)	3.987	3.972	3.978	4.019	4.019	4.027	4.035	4.015	3.995
(A) Número de alunos (Variação ¹)	-	(15)	6	41	-	8	8	(20)	(20)
(B) Vagas à disposição (Salas vazias - Total) ²	784	896	784	784	784	784	776	768	768
(C) Vagas à disposição (Enturmação - Total)	226	240	210	190	190	190	190	190	210
(D) Superávit (>0) ou Déficit (<0) de Vagas (B + C)	1.010	1.136	994	974	974	966	958	978	998
Conversão em salas de aula (1 sala = 105 vagas)	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: Levantamento em escolas do Programa de Monitoramento dos Aspectos Socioeconômicos (7.4)/ Elaboração Norte Energia.

1. Em relação ao mês anterior.

2. Utiliza-se um deflator de 20% por conta da impossibilidade de se formar turmas exatamente com o número de alunos do parâmetro da Semed.

b) Análise da Evolução do número de matrículas nas escolas – Anapu

Quadro 7.4-11 – Análise do número de matrículas de Anapu

Situação	Descrição
Satisfatória	Educação Infantil
Satisfatória	Ensino Fundamental
Satisfatória	Ensino Médio

Anapu não alterou sua situação peculiar em relação à capacidade de atendimento de demanda de vagas nas escolas municipais, e tal fato é destacado desde as primeiras análises do monitoramento da suficiência de vagas. Os problemas enfrentados no município se relacionam a um déficit histórico na capacidade de atendimento da demanda, por conta do crescimento expressivo de população desde a década passada (a população mais que dobrou entre 2000 e 2010 e ainda continua a crescer). Nesse período não foram construídas escolas para atender a esse aumento de demanda de vagas. Portanto, a própria prefeitura teve de buscar soluções para um problema que não se relaciona com a implantação da UHE Belo Monte, por meio da locação de salas para atender principalmente o Ensino Fundamental. Já a Norte Energia, independentemente desse déficit histórico de atendimento de vagas construiu unidades escolares no município, e irá entregar em 2016 mais 10 salas de aula, sendo 6 para o Ensino Fundamental (EMEF São Luiz) e 4 para a Educação Infantil (EMEI São Luiz, mesma denominação que a outra escola), o que irá melhorar sensivelmente a situação do município.

Uma vez apresentado o contexto a ser levado em consideração em Anapu, ao se analisar a situação por nível de ensino, nota-se que no caso da Educação Infantil houve um pequeno aumento de matrículas ao longo do primeiro semestre de 2016. Em fevereiro e março havia 536 alunos e em maio chegou a 551 alunos. Mesmo assim, há um pequeno superávit de 21 vagas, mas na prática isso se torna de difícil administração, uma vez que há critérios considerados no município de se matricular apenas alunos com 4 e 5 anos completos no Pré I e II. Sem tais critérios e sem as salas alugadas, não haveria como atender a demanda por esse nível de ensino. Para o segundo semestre estima-se um leve aumento de alunos, com o superávit caindo para 15 vagas, levando-se em consideração as condições expostas. Mas, como mencionado anteriormente, a entrega das 4 salas de aula da EMEI São Luiz pela Norte Energia deverá atenuar tal quadro de maneira significativa, e permitirá que parte ou a totalidade da demanda reprimida possa ser atendida.

Para o Ensino Fundamental ao se considerar as salas alugadas há um superávit de 392 vagas em maio de 2016, mesmo com um pequeno aumento ao longo do primeiro semestre, que passou de 3.399 em março para 3.484 em maio. Para o segundo semestre estima-se um ligeiro aumento no número de alunos, mas ainda assim deverá haver um superávit de 357 no final do ano. Nesses cálculos não se leva em consideração as 6 salas de aula da EMEF São Luiz a serem entregues em 2016, e que irão ofertar, no mínimo, mais 324 vagas para o Ensino Fundamental. Isso fará com que parte significativa dos problemas do município seja atenuada e pode ser possível que salas alugadas possam ser desmobilizadas.

No Ensino Médio, a situação se mostra tranquila e já se constata uma diminuição do número de alunos ao longo do primeiro semestre de 2016. Até abril havia 711 alunos e em maio já decaiu para 689, fazendo com que o superávit tivesse um incremento para 518 vagas. Para 2016, mesmo que haja algum aumento de alunos no início do ano, o saldo se manterá por volta de 292 em junho. Além disso, no segundo semestre normalmente ocorre a diminuição de alunos, o que aumentará ainda mais o superávit. Para o segundo semestre estima-se um tendência de diminuição de alunos, que deverá chegar próximo a 680 em novembro, com um superávit de 527 vagas no período.

Ao se verificar a situação de vagas em Anapu em maio de 2016, havia um superávit de 931 vagas e deverá ficar em torno de 899 em novembro, sem contar as vagas das EMEI e EMEF São Luiz.

Tais informações podem ser vistas do **Quadro 7.4-12** a **Quadro 7.4-14**.

Quadro 7.4-12 – Cálculo de Suficiência Educação Infantil para o cenário esperado – Anapu

Educação Infantil									
ESTATÍSTICAS	Dados Monitorados					Dados Estimados			
	Fev/16	Mar/16	Abr/16	Mai/16	Jun/16	Ago/16	Set/16	Out/16	Nov/16
Número de alunos (Total)	536	536	546	551	551	554	557	557	557
(A) Número de alunos (Variação ¹)	-	-	10	5	-	3	3	-	-
(B) Vagas à disposição (Salas vazias - Total) ²	-	-	-	-	-	-	-	-	-
(C) Vagas à disposição (Enturmação - Total)	37	37	27	21	21	21	18	15	15
(D) Superávit (>0) ou Déficit (<0) de Vagas (B + C)	37	37	27	21	21	18	15	15	15
Conversão em salas de aula (1 sala = 34 vagas)	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: Levantamento em escolas do Programa de Monitoramento dos Aspectos Socioeconômicos (7.4)/ Elaboração Norte Energia.

1. Em relação ao mês anterior.

2. Utiliza-se um deflator de 20% por conta da impossibilidade de se formar turmas exatamente com o número de alunos do parâmetro da Semed.

Quadro 7.4-13 – Cálculo de Suficiência Ensino Fundamental para o cenário esperado – Anapu

Ensino Fundamental									
ESTATÍSTICAS	Dados Monitorados					Dados Estimados			
	Fev/16	Mar/16	Abr/16	Mai/16	Jun/16	Ago/16	Set/16	Out/16	Nov/16
Número de alunos (Total)	3.399	3.399	3.464	3.484	3.484	3.501	3.519	3.519	3.519
(A) Número de alunos (Variação ¹)	-	-	65	20	-	17	18	-	-
(B) Vagas à disposição (Salas vazias - Total) ²	86	86	86	86	86	86	69	51	51
(C) Vagas à disposição (Enturmação - Total)	257	365	263	306	306	306	306	306	306
(D) Superávit (>0) ou Déficit (<0) de Vagas (B + C)	343	451	349	392	392	375	357	357	357
Conversão em salas de aula (1 sala = 54 vagas)	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: Levantamento em escolas do Programa de Monitoramento dos Aspectos Socioeconômicos (7.4)/ Elaboração Norte Energia.

1. Em relação ao mês anterior.

2. Utiliza-se um deflator de 20% por conta da impossibilidade de se formar turmas exatamente com o número de alunos do parâmetro da Semed.

Quadro 7.4-14 – Cálculo de Suficiência Ensino Médio para o cenário esperado – Anapu

Ensino Médio									
ESTATÍSTICAS	Dados Monitorados					Dados Estimados			
	Fev/16	Mar/16	Abr/16	Mai/16	Jun/16	Ago/16	Set/16	Out/16	Nov/16
Número de alunos (Total)	711	711	711	689	689	690	687	683	680
(A) Número de alunos (Variação ¹)	-	-	-	(22)	-	1	(3)	(4)	(3)
(B) Vagas à disposição (Salas vazias - Total) ²	420	448	448	448	448	448	447	447	447
(C) Vagas à disposição (Enturmação - Total)	38	38	36	70	70	70	70	73	77
(D) Superávit (>0) ou Déficit (<0) de Vagas (B + C)	458	486	484	518	518	517	520	524	527
Conversão em salas de aula (1 sala = 105 vagas)	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: Levantamento em escolas do Programa de Monitoramento dos Aspectos Socioeconômicos (7.4)/ Elaboração Norte Energia.

1. Em relação ao mês anterior.

2. Utiliza-se um deflator de 20% por conta da impossibilidade de se formar turmas exatamente com o número de alunos do parâmetro da Semed.

c) Análise da Evolução do número de matrículas nas escolas – Brasil Novo

Quadro 7.4-15 – Análise do número de matrículas de Brasil Novo

Situação	Descrição
Satisfatória	Educação Infantil
Satisfatória	Ensino Fundamental
Satisfatória	Ensino Médio

Em Brasil Novo a situação é similar ao do semestre passado, ou seja, há suficiência de vagas em todos os níveis de ensino em maio de 2016. Na Educação Infantil houve certa estabilidade ao longo do primeiro semestre, passando de 514 alunos em março para 510 em maio, havendo um superávit de 33 vagas. No entanto, também há salas alugadas no município para atender a demanda, assim como critérios de 4 e 5 anos completos para matricular alunos, o que diminui na prática o número de alunos matriculados. Por conta dessa capacidade limitada em atender a demanda, tal situação não deverá sofrer alterações significativas para o final do primeiro semestre de 2016. Portanto, prevê-se que haja 514 alunos com saldo de 29 vagas.

No Ensino Fundamental, a situação é satisfatória, mesmo com um pequeno aumento de matrículas ao longo do primeiro semestre de 2016. Em março eram 2.009 alunos e em maio chegou a 2.047, mas se constata um superávit de 557 vagas. Esse aumento de matrículas não se deve a afluxo populacional, visto que há diminuição de moradores em Brasil Novo. O que ocorre é a vinda de moradores do próprio município da zona rural para a zona urbana, que apresenta melhor infraestrutura. Mesmo com essa tendência de algum aumento de matrículas, estima-se um pequeno aumento de matrículas no final de 2016, chegando por volta de 2.063 alunos em novembro, com superávit de 541 vagas.

Para o Ensino Médio houve tendência de queda de matrículas no primeiro semestre de 2016, sendo que havia 704 alunos em março e 658 em maio, o que significa um superávit de 593 vagas. Para o segundo semestre de 2016, estimam-se 651 alunos em novembro com superávit de 600 vagas.

O superávit total de vagas em Brasil Novo foi de 1.183 em maio de 2016 se estima em 1.170 em novembro, conforme o **Quadro 7.4-16** a **Quadro 7.4-18**.

Quadro 7.4-16 – Cálculo de Suficiência Educação Infantil para o cenário esperado – Brasil Novo

Educação Infantil									
ESTATÍSTICAS	Dados Monitorados					Dados Estimados			
	Fev/16	Mar/16	Abr/16	Mai/16	Jun/16	Ago/16	Set/16	Out/16	Nov/16
Número de alunos (Total)	514	514	513	510	510	513	514	514	514
(A) Número de alunos (Variação ¹)	-	-	(1)	(3)	-	3	1	-	-
(B) Vagas à disposição (Salas vazias - Total) ²	-	-	-	-	-	-	-	-	-
(C) Vagas à disposição (Enturmação - Total)	35	31	33	33	33	33	30	29	29
(D) Superávit (>0) ou Déficit (<0) de Vagas (B + C)	35	31	33	33	33	30	29	29	29
Conversão em salas de aula (1 sala = 34 vagas)	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: Levantamento em escolas do Programa de Monitoramento dos Aspectos Socioeconômicos (7.4)/ Elaboração Norte Energia.

1. Em relação ao mês anterior.

2. Utiliza-se um deflator de 20% por conta da impossibilidade de se formar turmas exatamente com o número de alunos do parâmetro da Semed.

Quadro 7.4-17 – Cálculo de Suficiência Ensino Fundamental para o cenário esperado – Brasil Novo

Ensino Fundamental									
ESTATÍSTICAS	Dados Monitorados					Dados Estimados			
	Fev/16	Mar/16	Abr/16	Mai/16	Jun/16	Ago/16	Set/16	Out/16	Nov/16
Número de alunos (Total)	2.009	2.009	2.040	2.047	2.047	2.057	2.063	2.063	2.063
(A) Número de alunos (Variação ¹)	-	-	31	7	-	10	6	-	-
(B) Vagas à disposição (Salas vazias - Total) ²	216	216	216	216	216	216	206	200	200
(C) Vagas à disposição (Enturmação - Total)	504	475	387	341	341	341	341	341	341
(D) Superávit (>0) ou Déficit (<0) de Vagas (B + C)	720	691	603	557	557	547	541	541	541
Conversão em salas de aula (1 sala = 54 vagas)	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: Levantamento em escolas do Programa de Monitoramento dos Aspectos Socioeconômicos (7.4)/ Elaboração Norte Energia.

1. Em relação ao mês anterior.

2. Utiliza-se um deflator de 20% por conta da impossibilidade de se formar turmas exatamente com o número de alunos do parâmetro da Semed.

Quadro 7.4-18 – Cálculo de Suficiência Ensino Médio para o cenário esperado – Brasil Novo

Ensino Médio									
ESTATÍSTICAS	Dados Monitorados					Dados Estimados			
	Fev/16	Mar/16	Abr/16	Mai/16	Jun/16	Ago/16	Set/16	Out/16	Nov/16
Número de alunos (Total)	704	704	689	658	658	661	658	655	651
(A) Número de alunos (Variação ¹)	-	-	(15)	(31)	-	3	(3)	(3)	(4)
(B) Vagas à disposição (Salas vazias - Total) ²	448	448	448	448	448	448	445	445	445
(C) Vagas à disposição (Enturmação - Total)	98	101	116	145	145	145	145	148	151
(D) Superávit (>0) ou Déficit (<0) de Vagas (B + C)	546	549	564	593	593	590	593	596	600
Conversão em salas de aula (1 sala = 105 vagas)	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: Levantamento em escolas do Programa de Monitoramento dos Aspectos Socioeconômicos (7.4)/ Elaboração Norte Energia.

1. Em relação ao mês anterior.

2. Utiliza-se um deflator de 20% por conta da impossibilidade de se formar turmas exatamente com o número de alunos do parâmetro da Semed.

d) Análise da Evolução do número de matrículas nas escolas – Senador José Porfírio

Quadro 7.4-19 – Análise do número de matrículas de Senador José Porfírio

Situação	Descrição
Satisfatória	Educação Infantil
Satisfatória	Ensino Fundamental
Satisfatória	Ensino Médio

Senador José Porfírio apresenta um pequeno superávit em maio de 2016 de 55 vagas na Educação Infantil, mesmo com um pequeno aumento de matrículas entre fevereiro/março, de 343 para 356 em abril, mas que decaiu para 352 em maio. No caso desse nível de ensino, a tendência é o contínuo aumento devido a ter se tornado obrigatório pela Lei de Diretrizes de Base da educação e haver relativamente poucas crianças nessa faixa etária matriculadas nas escolas públicas. Para o final do ano, estima-se que a situação permanecerá estável, com pouca variação, sendo que o número de alunos deverá estar em torno de 355 com superávit de 52 vagas.

No Ensino Fundamental, como em todos os demais municípios, o quadro se mostra sob controle, havendo até mesmo uma queda de matrículas no primeiro semestre de 2016. Em fevereiro havia 1.877 alunos e em maio havia decaído para 1.865, o que representou um superávit de 311 vagas. No segundo semestre, estima-se um número similar, mas com um pequeno aumento, prevendo-se 1.880 alunos em novembro, e com um superávit de 296 vagas.

O Ensino Médio apresenta uma situação ainda mais tranquila, mesmo com um pequeno aumento de matrículas ao longo do primeiro semestre de 2016, quando havia 384 alunos em fevereiro/março e 399 em maio, com superávit de 630 vagas. Para o segundo semestre estima-se uma oscilação muito pequena e em novembro, o número de alunos deve girar em torno dos mesmos 399 alunos, com 630 vagas de superávit.

No total geral constatou-se um superávit de 996 vagas em maio de 2016, e se estima que no final do ano haverá um superávit por volta de 978 vagas, como pode ser constatado do **Quadro 7.4-20** a **Quadro 7.4-22**.

Quadro 7.4-20 – Cálculo de Suficiência Educação Infantil para o cenário esperado – Senador José Porfírio

Educação Infantil									
ESTATÍSTICAS	Dados Monitorados					Dados Estimados			
	Fev/16	Mar/16	Abr/16	Mai/16	Jun/16	Ago/16	Set/16	Out/16	Nov/16
Número de alunos (Total)	343	343	356	352	352	354	355	355	355
(A) Número de alunos (Variação ¹)	-	-	13	(4)	-	2	1	-	-
(B) Vagas à disposição (Salas vazias - Total) ²	-	-	-	-	-	-	-	-	-
(C) Vagas à disposição (Enturmação - Total)	74	74	50	55	55	55	53	52	52
(D) Superávit (>0) ou Déficit (<0) de Vagas (B + C)	74	74	50	55	55	53	52	52	52
Conversão em salas de aula (1 sala = 34 vagas)	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: Levantamento em escolas do Programa de Monitoramento dos Aspectos Socioeconômicos (7.4)/ Elaboração Norte Energia.

1. Em relação ao mês anterior.

2. Utiliza-se um deflator de 20% por conta da impossibilidade de se formar turmas exatamente com o número de alunos do parâmetro da Semed.

Quadro 7.4-21 – Cálculo de Suficiência Ensino Fundamental para o cenário esperado – Senador José Porfírio

Ensino Fundamental									
ESTATÍSTICAS	Dados Monitorados					Dados Estimados			
	Fev/16	Mar/16	Abr/16	Mai/16	Jun/16	Ago/16	Set/16	Out/16	Nov/16
Número de alunos (Total)	1.877	1.873	1.863	1.865	1.865	1.874	1.880	1.880	1.880
(A) Número de alunos (Variação ¹)	-	(4)	(10)	2	-	9	6	-	-
(B) Vagas à disposição (Salas vazias - Total) ²	-	-	-	-	-	-	-	-	-
(C) Vagas à disposição (Enturmação - Total)	301	305	300	311	311	311	302	296	296
(D) Superávit (>0) ou Déficit (<0) de Vagas (B + C)	301	305	300	311	311	302	296	296	296
Conversão em salas de aula (1 sala = 54 vagas)	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: Levantamento em escolas do Programa de Monitoramento dos Aspectos Socioeconômicos (7.4)/ Elaboração Norte Energia.

1. Em relação ao mês anterior.

2. Utiliza-se um deflator de 20% por conta da impossibilidade de se formar turmas exatamente com o número de alunos do parâmetro da Semed.

Quadro 7.4-22 – Cálculo de Suficiência Ensino Médio para o cenário esperado – Senador José Porfírio

Ensino Médio									
ESTATÍSTICAS	Dados Monitorados					Dados Estimados			
	Fev/16	Mar/16	Abr/16	Mai/16	Jun/16	Ago/16	Set/16	Out/16	Nov/16
Número de alunos (Total)	384	384	399	399	399	401	403	401	399
(A) Número de alunos (Variação ¹)	-	-	15	-	-	2	2	(2)	(2)
(B) Vagas à disposição (Salas vazias - Total) ²	560	560	560	560	560	560	558	556	556
(C) Vagas à disposição (Enturmação - Total)	106	106	91	70	70	70	70	70	72
(D) Superávit (>0) ou Déficit (<0) de Vagas (B + C)	666	666	651	630	630	628	626	628	630
Conversão em salas de aula (1 sala = 105 vagas)	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: Levantamento em escolas do Programa de Monitoramento dos Aspectos Socioeconômicos (7.4)/ Elaboração Norte Energia.

1. Em relação ao mês anterior.

2. Utiliza-se um deflator de 20% por conta da impossibilidade de se formar turmas exatamente com o número de alunos do parâmetro da Semed.

e) Análise da Evolução do número de matrículas nas escolas – Vitória do Xingu

Quadro 7.4-23 – Análise do número de matrículas de Vitória do Xingu

Situação	Descrição
Satisfatória	Educação Infantil
Satisfatória	Ensino Fundamental
Satisfatória	Ensino Médio

Em Vitória do Xingu, nota-se um crescimento consistente de alunos na Educação Infantil desde 2015, sendo que em 2016 permanece a tendência de aumento de matrículas. Nesse caso, tal crescimento não se deve apenas à mudança da legislação que tornou esse nível de ensino obrigatório desde 2013, mas à inauguração de uma creche construída pela Prefeitura no início de 2015, e que acrescentou 200 vagas na sede municipal. Com isso, houve a capacidade de atendimento de uma demanda reprimida e a população, ao tomar ciência de que poderia matricular seus filhos, passaram a fazê-lo ao longo de 2015 e em 2016. Nota-se, assim, que as matrículas em Educação Infantil iniciou com 612 em fevereiro/março e chegou a 621 em maio, com superávit de 12 vagas. Para o final de 2016 estima-se que ainda haverá tendência de aumento de matrículas e deverá chegar a 627, fazendo com que o superávit seja de 6 vagas, isto é, a estrutura deve chegar próxima à capacidade de atendimento.

No Ensino Fundamental houve um fato que já foi destacado no Relatório passado. Houve certa tendência de aumento de alunos ao longo do segundo semestre de 2015. No segundo semestre do ano passado, contrariamente a todos os demais municípios houve aumento de matrículas até outubro, quando começou a declinar, o que apontava para um indício de saída de população, visto que a maior parte dessa diminuição se deveu às transferências expedidas para outros municípios. No primeiro semestre de 2016 houve um aumento de alunos, que chegou a 1.904 em fevereiro/março, coincidentemente o mesmo número do pico registrado no ano passado, antes de começar a declinar. Em 2016 ocorreu o mesmo fato, isto é, a partir de abril o número de alunos começou a decair, de 1.886 para 1.876 em maio.

O monitoramento do contexto local aponta que há um movimento de saída de população, por conta da desmobilização das obras civis, mas simultaneamente há um movimento de vinda de famílias para a zona urbana de Vitória do Xingu, por conta de obras de infraestrutura que a Prefeitura local está implantando, visto que dispõe de recursos orçamentários, por conta dos repasses da UHE Belo Monte. Esse movimento de vinda e saída de população se reflete nas matrículas, que aumentou no início de 2016, mas já ocorre a diminuição de alunos, como destacado. E, como salientado na projeção demográfica, Vitória do Xingu é sensível ao processo de desmobilização por causa de suas pequenas dimensões e, assim, o movimento de atração por conta de investimentos na prefeitura não são suficientes para a diminuição de população em termos gerais. Portanto, trata-se de uma situação que merece ser monitorada nos próximos meses. De qualquer maneira, ainda há um superávit de 213 vagas em maio, mesmo número previsto para o final do ano.

Já o Ensino Médio é independente desse processo, e aponta uma consistente diminuição de alunos desde o início de 2016, quando chegou a 435 alunos em fevereiro/março, mas decaiu para 398 em maio. O superávit verificado é de 143 vagas em maio e, em novembro, estima-se um número próximo tanto de alunos quanto do superávit que deverá ser em torno de 145 vagas.

Somando-se os três níveis de ensino, houve um superávit de 368 vagas em maio de 2016, sendo que houve diminuição em relação ao ano anterior por conta do aumento da Educação Infantil, como exposto. Para novembro de 2016, estima-se que a situação esteja similar, com 364 vagas disponíveis para os três níveis de ensino.

Os dados de matrículas podem ser observados no **Quadro 7.4-24** a **Quadro 7.4-26**.

Quadro 7.4-24 – Cálculo de Suficiência Educação Infantil para o cenário esperado – Vitória do Xingu

Educação Infantil									
ESTATÍSTICAS	Dados Monitorados					Dados Estimados			
	Fev/16	Mar/16	Abr/16	Mai/16	Jun/16	Ago/16	Set/16	Out/16	Nov/16
Número de alunos (Total)	612	612	620	621	621	624	627	627	627
(A) Número de alunos (Variação ¹)	-	-	8	1	-	3	3	-	-
(B) Vagas à disposição (Salas vazias - Total) ²	14	14	-	-	-	-	-	-	-
(C) Vagas à disposição (Enturmação - Total)	(2)	3	19	12	12	12	9	6	6
(D) Superávit (>0) ou Déficit (<0) de Vagas (B + C)	12	17	19	12	12	9	6	6	6
Conversão em salas de aula (1 sala = 34 vagas)	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: Levantamento em escolas do Programa de Monitoramento dos Aspectos Socioeconômicos (7.4)/ Elaboração Norte Energia.

1. Em relação ao mês anterior.

2. Utiliza-se um deflator de 20% por conta da impossibilidade de se formar turmas exatamente com o número de alunos do parâmetro da Semed.

Quadro 7.4-25 – Cálculo de Suficiência Ensino Fundamental para o cenário esperado – Vitória Do Xingu

Ensino Fundamental									
ESTATÍSTICAS	Dados Monitorados					Dados Estimados			
	Fev/16	Mar/16	Abr/16	Mai/16	Jun/16	Ago/16	Set/16	Out/16	Nov/16
Número de alunos (Total)	1.904	1.904	1.886	1.876	1.876	1.885	1.885	1.876	1.876
(A) Número de alunos (Variação ¹)	-	-	(18)	(10)	-	9	-	(9)	-
(B) Vagas à disposição (Salas vazias - Total) ²	22	22	-	-	-	-	-	-	-
(C) Vagas à disposição (Enturmação - Total)	239	239	204	213	213	213	204	204	213
(D) Superávit (>0) ou Déficit (<0) de Vagas (B + C)	261	261	204	213	213	204	204	213	213
Conversão em salas de aula (1 sala = 54 vagas)	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: Levantamento em escolas do Programa de Monitoramento dos Aspectos Socioeconômicos (7.4)/ Elaboração Norte Energia.

1. Em relação ao mês anterior.

2. Utiliza-se um deflator de 20% por conta da impossibilidade de se formar turmas exatamente com o número de alunos do parâmetro da Semed.

Quadro 7.4-26 – Cálculo de Suficiência Ensino Médio para o cenário esperado – Vitória do Xingu

Ensino Médio									
ESTATÍSTICAS	Dados Monitorados					Dados Estimados			
	Fev/16	Mar/16	Abr/16	Mai/16	Jun/16	Ago/16	Set/16	Out/16	Nov/16
Número de alunos (Total)	435	435	400	398	398	400	400	398	396
(A) Número de alunos (Variação ¹)	-	-	(35)	(2)	-	2	-	(2)	(2)
(B) Vagas à disposição (Salas vazias - Total) ²	56	56	112	112	112	112	110	110	110
(C) Vagas à disposição (Enturmação - Total)	85	81	25	31	31	31	31	31	33
(D) Superávit (>0) ou Déficit (<0) de Vagas (B + C)	141	137	137	143	143	141	141	143	145
Conversão em salas de aula (1 sala = 105 vagas)	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: Levantamento em escolas do Programa de Monitoramento dos Aspectos Socioeconômicos (7.4)/ Elaboração Norte Energia.

1. Em relação ao mês anterior.

2. Utiliza-se um deflator de 20% por conta da impossibilidade de se formar turmas exatamente com o número de alunos do parâmetro da Semed.

Considerações Gerais

Como já destacado desde o final de 2015, a Evolução de Matrículas corrobora a tendência de queda de população, como aponta a Projeção Demográfica, notadamente para Altamira e Vitória do Xingu, municípios mais sensíveis ao afluxo populacional e ao processo de desmobilização de trabalhadores das obras civis, notadamente em Vitória do Xingu, devido ao pequeno número de moradores locais. No entanto, na comparação entre maio de 2015 e maio de 2016, há algumas diferenças em relação ao ano anterior. Em Anapu, Brasil Novo, Senador José Porfírio e Vitória do Xingu notam-se aumentos na Educação Infantil e no Ensino Fundamental, e diminuição no Ensino Médio. Somente em Altamira houve uma diminuição consistente de alunos nos três níveis de ensino. E essa diferença entre os municípios se dá por diferentes motivos.

Na Educação Infantil a tendência de aumento nos quatro municípios da AID decorre principalmente pela alteração da Lei de Diretrizes de Base da educação, que tornou obrigatório esse nível de ensino desde 2013. Como a proporção de crianças nessa faixa etária matriculadas girava em torno de 25 a 30%, dependendo da localidade, era de se esperar que o número de matrículas na Educação Infantil tenderá a aumentar ano a ano, independentemente da dinâmica populacional do município. No caso de Anapu, Brasil Novo e Senador José Porfírio, esse aumento é limitado pela capacidade de atendimento de vagas nas escolas, e tal fato se relaciona ao déficit histórico, e não à UHE Belo Monte. Já em Altamira, mesmo que ocorra aumento proporcional de matrículas dos moradores locais, a saída de população atraída pelo empreendimento ocorre em proporção muito superior e, por conta desse fato, nota-se a queda de matrículas.

No Ensino Fundamental o aumento de matrículas em Brasil Novo e Senador José Porfírio ocorre por conta da vinda de moradores do meio rural para a sede municipal, e não devido a aumento de população, visto que ocorre exatamente o inverso, ou seja, há diminuição de moradores no município como um todo. Essa mobilidade, de aumento da taxa de urbanidade em municípios do interior do país, é um processo natural, de busca de melhores serviços e oportunidades. Em Anapu a tendência de crescimento populacional ocorre desde 2000, independentemente da UHE Belo Monte, e em parte é motivada por ações políticas nos últimos anos, com a oferta de lotes no município. Em Altamira, a saída de população tal qual ocorre na Educação Infantil é o principal motivo de queda de matrículas nesse nível de ensino.

Ao se analisar a suficiência de vagas, nota-se em Altamira que em maio de 2016 havia um superávit de 3.708 vagas para os três níveis de ensino, sendo 455 na Educação Infantil, 2.279 no Ensino Fundamental e 974 no Ensino Médio. Para o final do ano, estima-se que haja um superávit de 3.848, com 495 na Educação Infantil, 2.355 no Ensino Fundamental e 998 no Ensino Médio. Tal como ocorreu no Relatório passado, desconsideram-se as salas pré-moldadas, mesmo as que estão em uso como salas de aula, visto que a Prefeitura já deu sinais que não as utilizará com tal propósito. Além disso, o grande número de vagas disponibilizadas, faz com que tais salas não precisem ser consideradas no cálculo de suficiência. Também as salas de aula nas sete escolas nos RUCs (1 creche, 1 EMEF, 4 EMEI/EMEF e 1 EEEM) que deverão

estar em funcionamento no segundo semestre de 2016 estão desconsideradas nos cálculos de suficiência, uma vez que somente serão levadas em conta quando estiverem em efetivo funcionamento. Além disso, a prefeitura de Altamira mostrou, em outras ocasiões, que pode desmobilizar escolas quando recebem novos prédios da Norte Energia.

Em Anapu havia um superávit de 931 vagas em maio de 2016 e deverá ficar em torno de 899 em novembro, sem contar as vagas das EMEI e EMEF São Luiz, que deverão ser entregues pela Norte Energia para o segundo semestre de 2016. Porém, é preciso esperar para verificar se essas novas vagas não irão se somar às antigas, uma vez que a prefeitura deverá realizar remanejamentos ou mesmo devolução e salas alugadas.

Ao se verificar o saldo de vagas por nível de ensino, nota-se que em maio de 2016, para a Educação Infantil, havia um superávit de 21 vagas em Anapu, 33 em Brasil Novo, 55 em Senador José Porfírio e 12 em Vitória do Xingu. No Ensino Fundamental, havia um superávit de 392 vagas em Anapu, 557 em Brasil Novo, 311 em Senador José Porfírio e 213 em Vitória do Xingu. No Ensino Médio, o superávit foi de 518 vagas em Anapu, 593 em Brasil Novo, 630 em Senador José Porfírio e 143 em Vitória do Xingu. Para o final de 2016 estima-se que haja na Educação Infantil um superávit de 15 vagas em Anapu, 29 em Brasil Novo, 52 em Senador José Porfírio e 6 em Vitória do Xingu. No Ensino Fundamental o superávit estimado é de 357 em Anapu, 541 em Brasil Novo, 296 em Senador José Porfírio e 213 em Vitória do Xingu. Para o Ensino Médio, a estimativa de superávit para o final do ano é de 527 em Anapu, 600 em Brasil Novo, 630 em Senador José Porfírio e 145 em Vitória do Xingu.

No caso das escolas rurais, a análise de suficiência é apresentada no Projeto de Recomposição/Adequação da Infraestrutura e Serviços de Educação (4.8.1). Como destacado em todos os Relatórios Consolidados, tratam-se de pequenas escolas, muitas das quais multisseriadas, com poucos alunos. por conta disso, nas escolas rurais de interesse monitoradas constata-se um saldo de 3.624 vagas, sendo 999 em Altamira, 330 em Anapu, 753 em Brasil Novo, 722 em senador José Porfírio e 820 em Vitória do Xingu. Por conta de tal constatação, propõe-se que a partir do segundo semestre se monitore apenas as escolas urbanas da AID. Quanto às escolas rurais não há necessidade de seu monitoramento, com exceção das escolas das localidades de Leonardo da Vinci e Belo Monte, em Vitória do Xingu, Belo Monte do Pontal e Vila Izabel, em Anapu, que passarão a ser classificadas como escolas urbanas, uma vez que se encontram em localidades consideradas como urbanas pelas próprias municipalidades. No caso do TVR permaneceriam as EMEFs Céu Azul, Itatá, Luiz Rebelo, Maria do Carmo Farias, PA Ressaca, Planalto e Santa Izabel.

4.2. Indicador “8. Evolução do número de professores”

a) Análise da Evolução do número de professores – Altamira

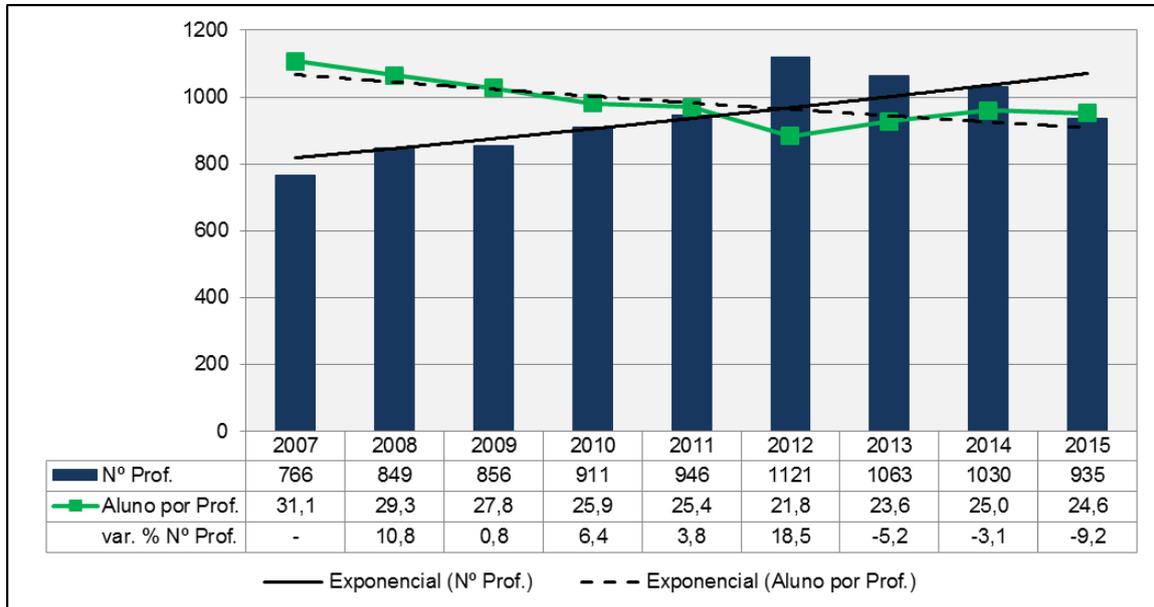


Figura 7.4- 59 - Quantidade de Professores e Relação Alunos/Professor da rede pública municipal, de Altamira, de 2007 a 2015 (mês de maio)

Fonte: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa (INEP)/ Elaboração Norte Energia.

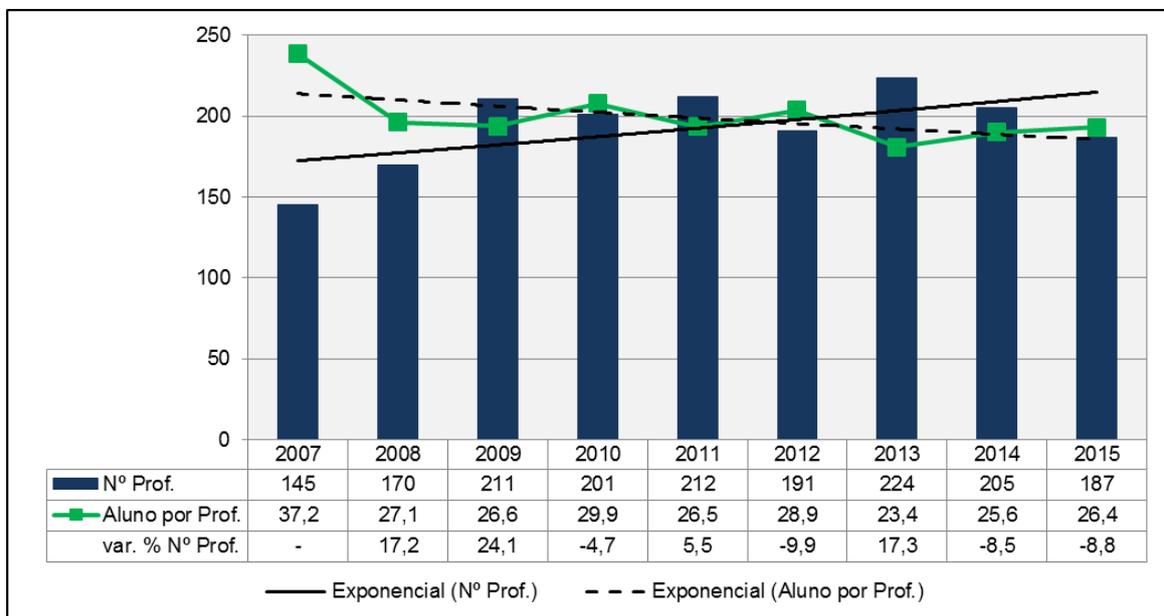


Figura 7.4- 60 - Quantidade de Professores e Relação Alunos/Professor da rede pública estadual, de Altamira, de 2007 a 2015 (mês de maio)

Fonte: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa (INEP)/ Elaboração Norte Energia.

b) Análise da Evolução do número de professores – Anapu

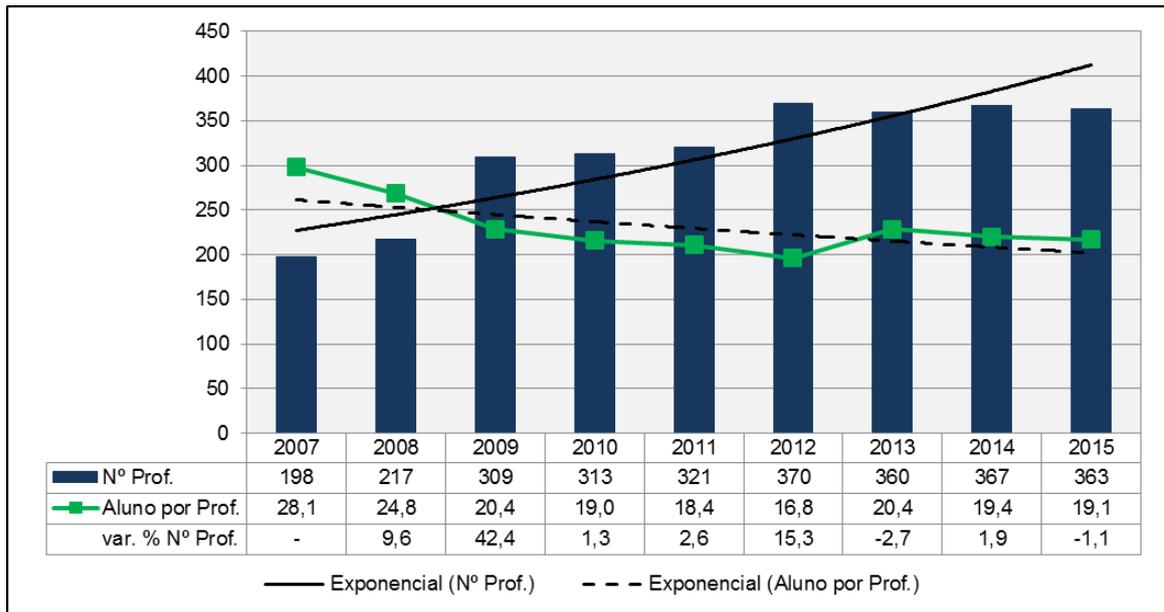


Figura 7.4- 61 - Quantidade de Professores e Relação Alunos/Professor da rede pública municipal, de Anapu, de 2007 a 2015 (mês de maio)

Fonte: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa (INEP)/ Elaboração Norte Energia.

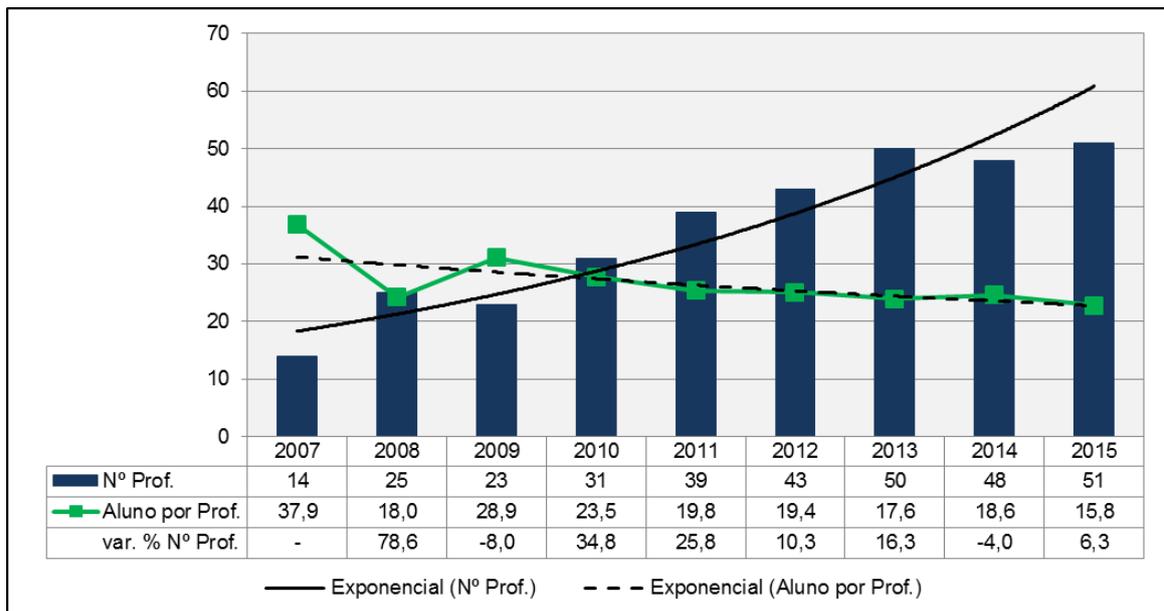


Figura 7.4- 62 - Quantidade de Professores e Relação Alunos/Professor da rede pública estadual, de Anapu, de 2007 a 2015 (mês de maio)

Fonte: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa (INEP)/ Elaboração Norte Energia.

c) Análise da Evolução do número de professores – Brasil Novo

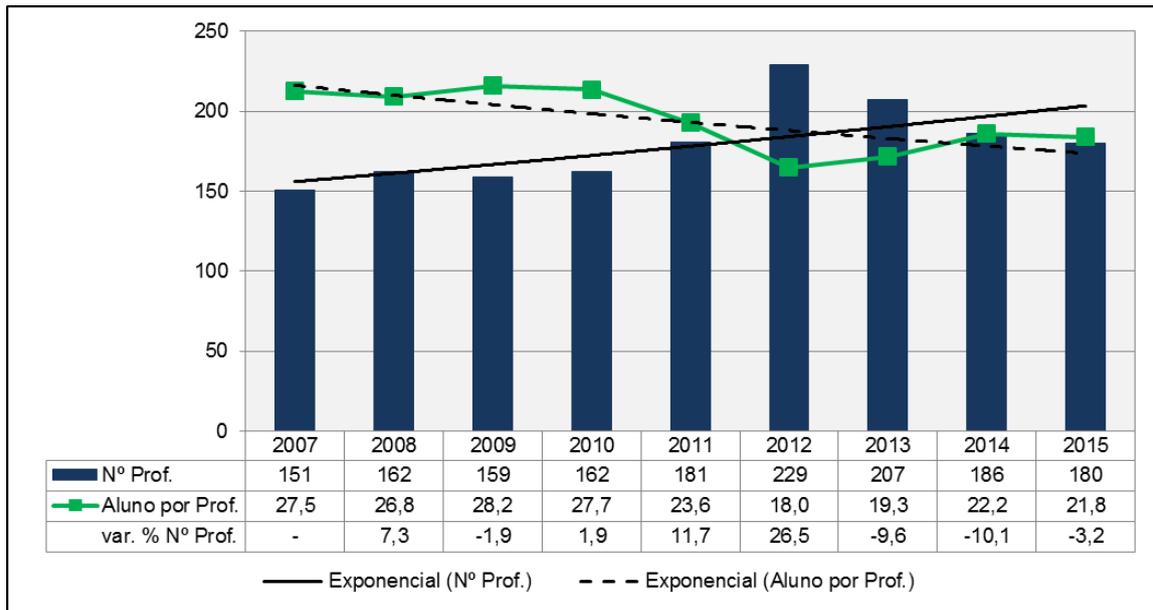


Figura 7.4- 63 - Quantidade de Professores e Relação Alunos/Professor da rede pública municipal, de Brasil Novo, de 2007 a 2015 (mês de maio)

Fonte: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa (INEP)/ Elaboração Norte Energia.

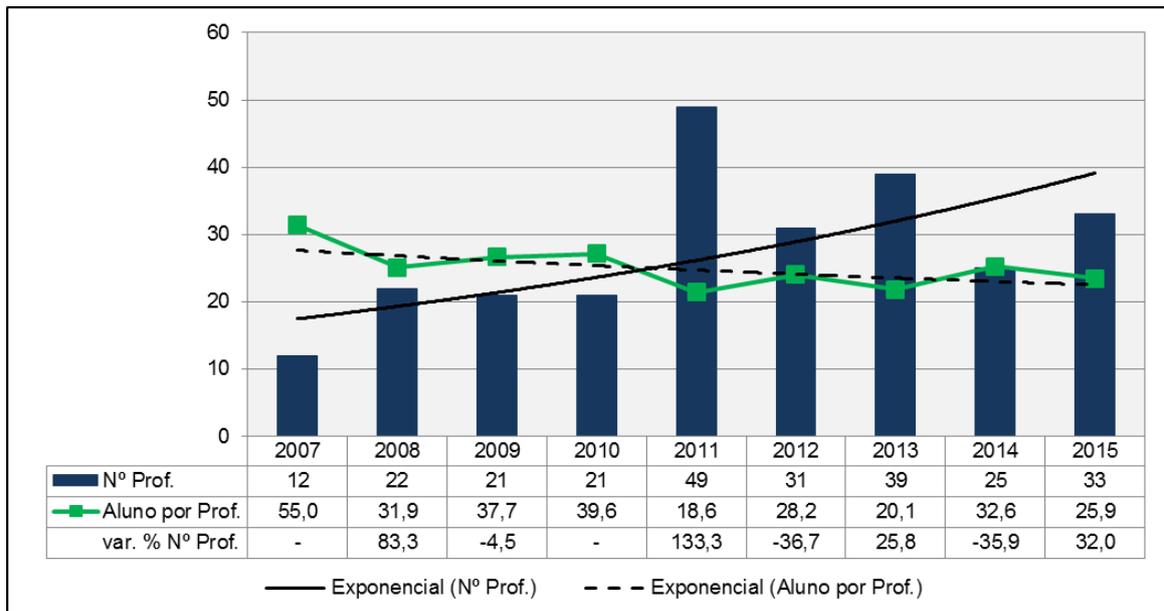


Figura 7.4- 64 - Quantidade de Professores e Relação Alunos/Professor da rede pública estadual, de Brasil Novo, de 2007 a 2015 (mês de maio)

Fonte: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa (INEP)/ Elaboração Norte Energia.

d) Análise da Evolução do número de professores – Senador José Porfírio

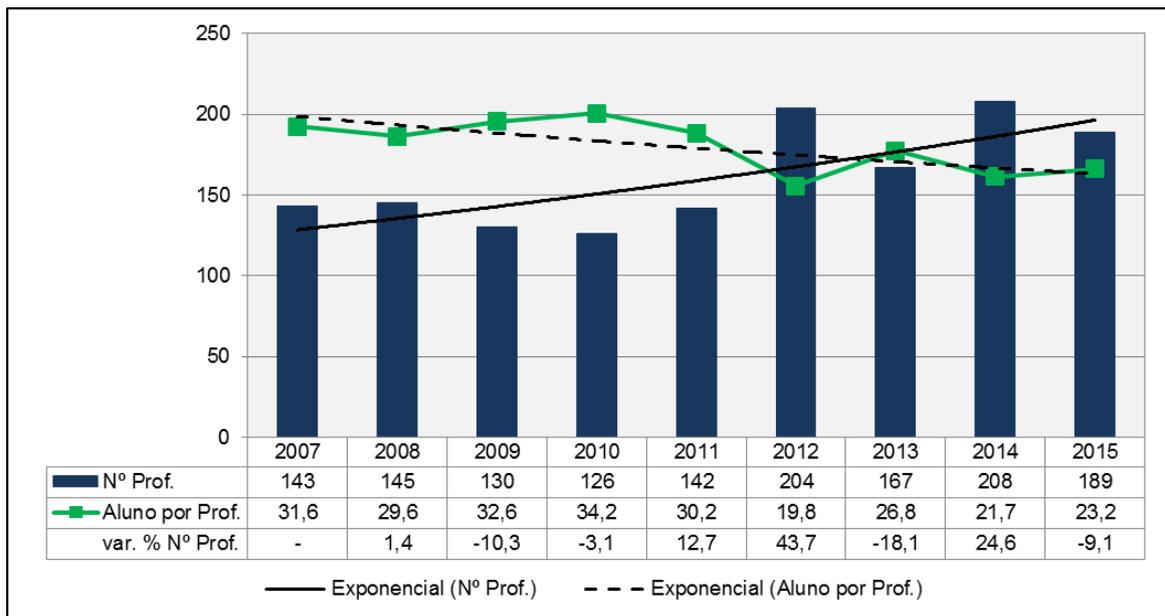


Figura 7.4- 65 - Quantidade de Professores e Relação Alunos/Professor da rede pública municipal, de Senador José Porfírio, de 2007 a 2015 (mês de maio)

Fonte: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa (INEP)/ Elaboração Norte Energia.

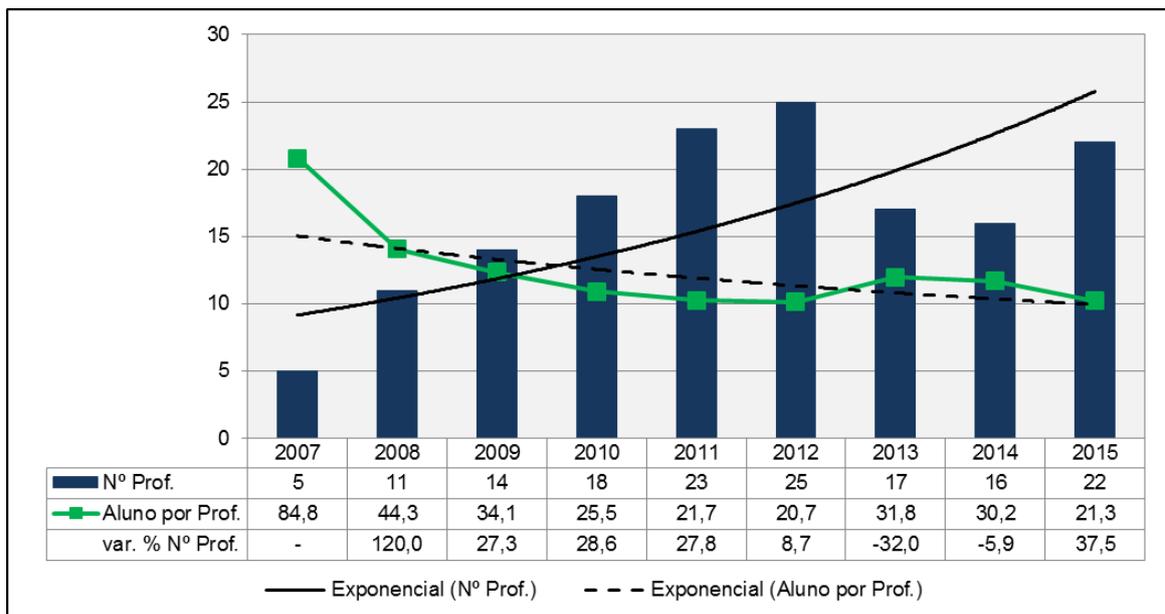


Figura 7.4- 66 - Quantidade de Professores e Relação Alunos/Professor da rede pública estadual, de Senador José Porfírio, de 2007 a 2015 (mês de maio)

Fonte: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa (INEP)/ Elaboração Norte Energia.

e) Análise da Evolução do número de professores – Vitória do Xingu

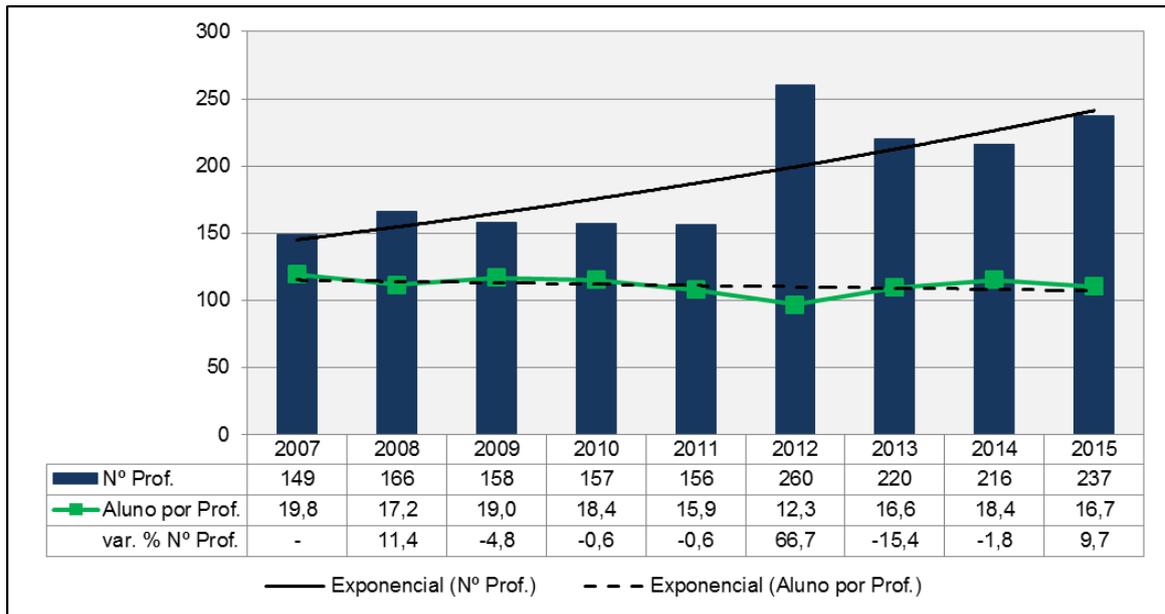


Figura 7.4- 67 - Quantidade de Professores e Relação Alunos/Professor da rede pública municipal, de Vitória do Xingu, de 2007 a 2015 (mês de maio)

Fonte: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa (INEP)/ Elaboração Norte Energia.

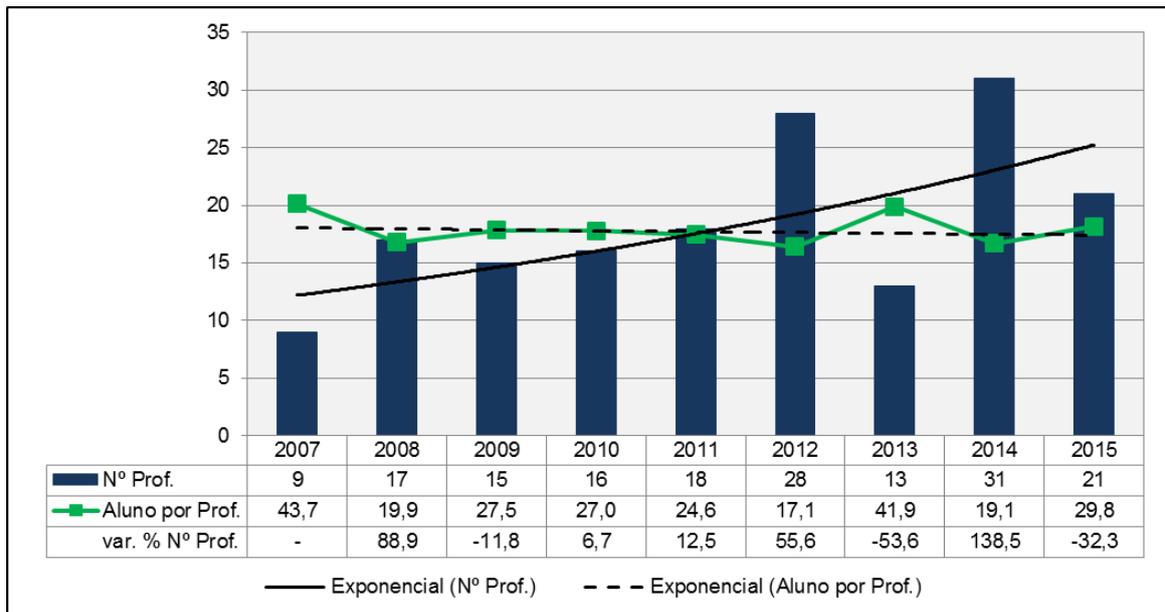


Figura 7.4- 68 - Quantidade de Professores e Relação Alunos/Professor da rede pública estadual, de Vitória do Xingu, de 2007 a 2015 (mês de maio)

Fonte: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa (INEP)/ Elaboração Norte Energia.

f) Análise da Evolução do número de professores – Gurupá

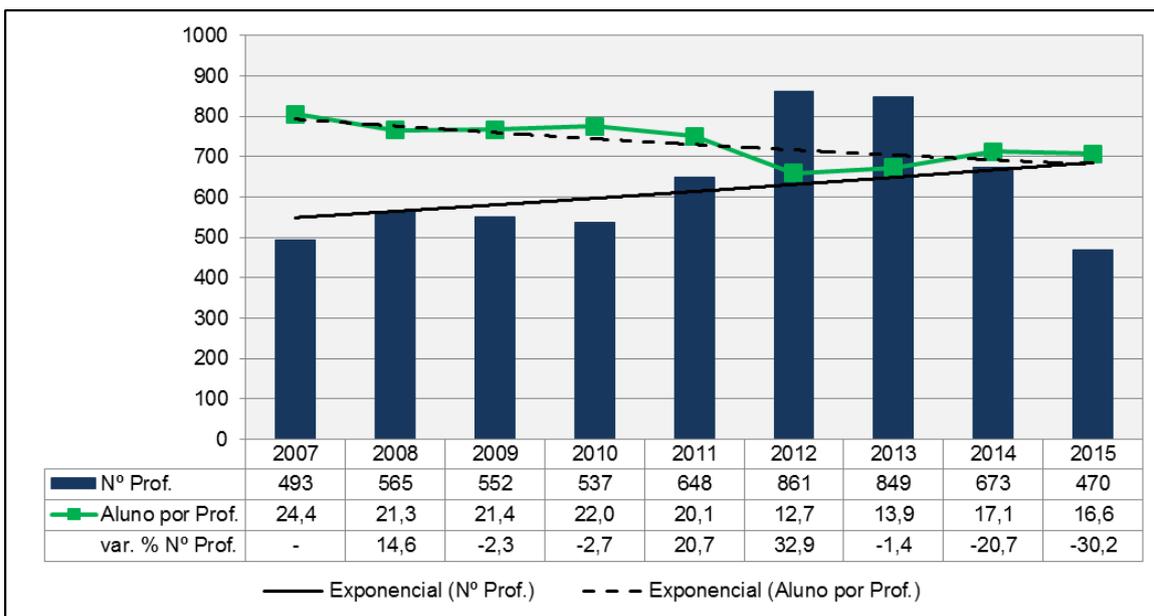


Figura 7.4- 69 - Quantidade de Professores e Relação Alunos/Professor da rede pública municipal, de Gurupá, de 2007 a 2015 (mês de maio)

Fonte: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa (INEP)/ Elaboração Norte Energia.

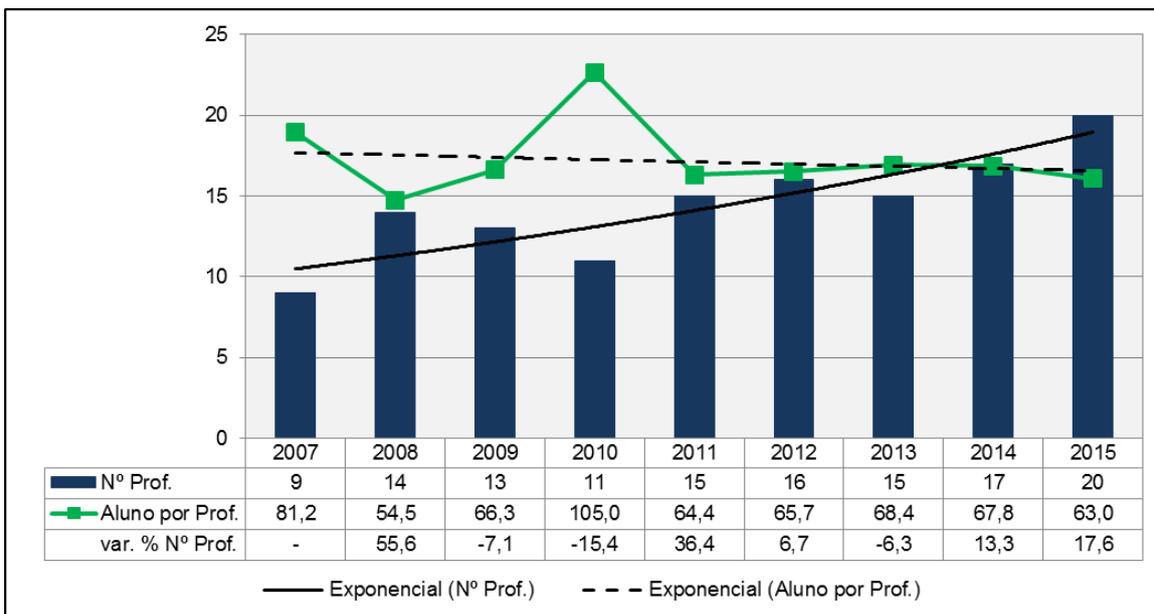


Figura 7.4- 70 - Quantidade de Professores e Relação Alunos/Professor da rede pública estadual, de Gurupá, de 2007 a 2015 (mês de maio)

Fonte: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa (INEP)/ Elaboração Norte Energia.

g) Análise da Evolução do número de professores – Medicilândia

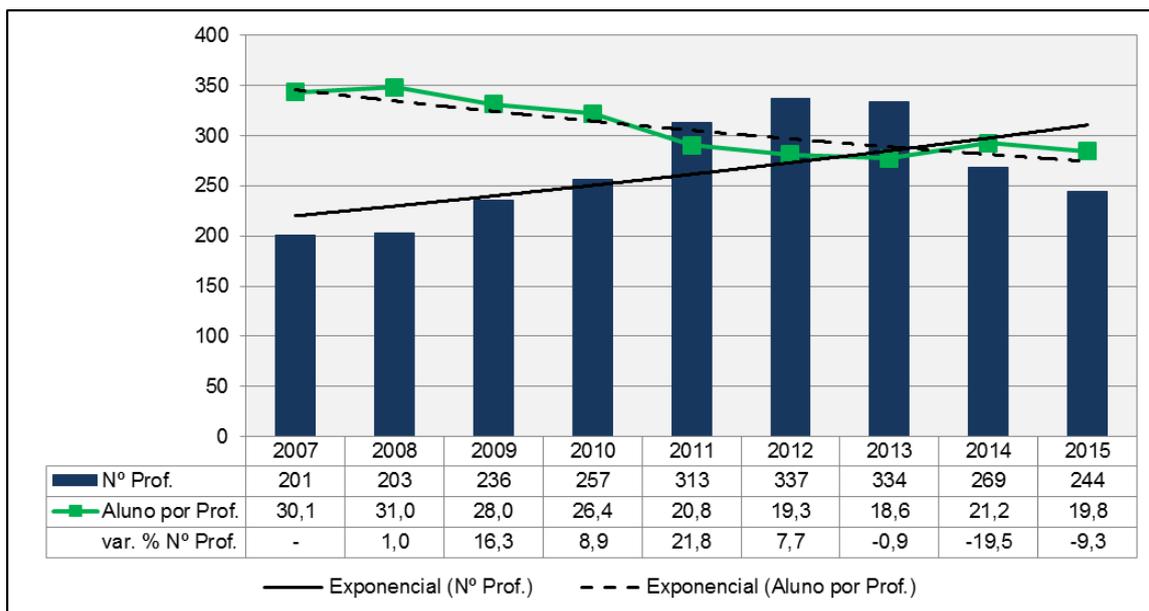


Figura 7.4- 71 - Quantidade de Professores e Relação Alunos/Professor da rede pública municipal, de Medicilândia, de 2007 a 2015 (mês de maio)

Fonte: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa (INEP)/ Elaboração Norte Energia.

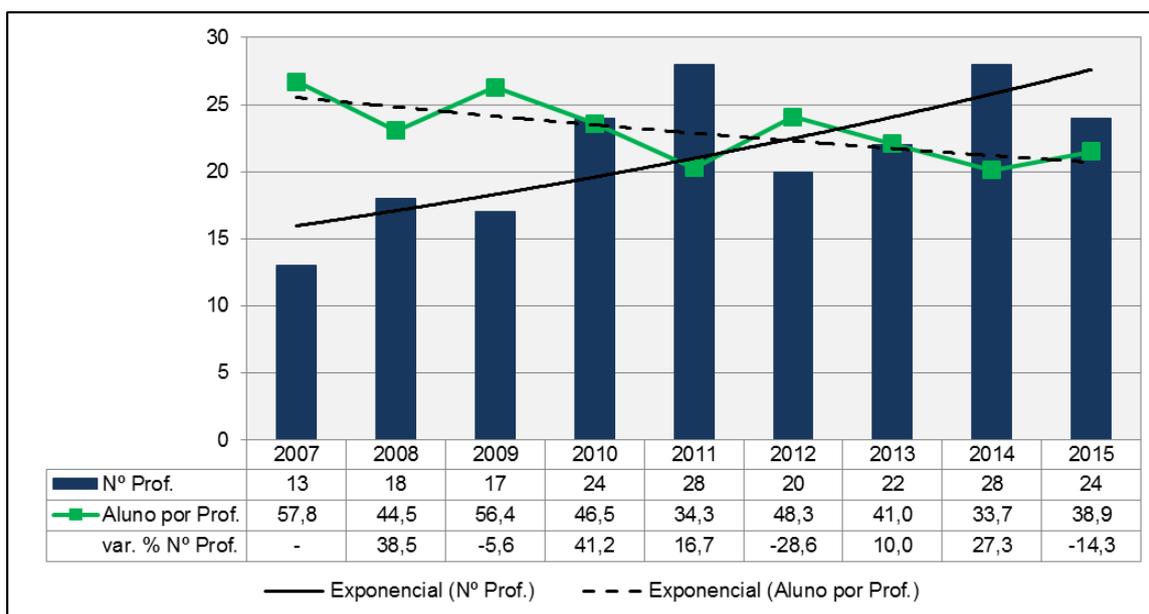


Figura 7.4- 72 - Quantidade de Professores e Relação Alunos/Professor da rede pública estadual, de Medicilândia, de 2007 a 2015 (mês de maio)

Fonte: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa (INEP)/ Elaboração Norte Energia.

h) Análise da Evolução do número de professores – Pacajá

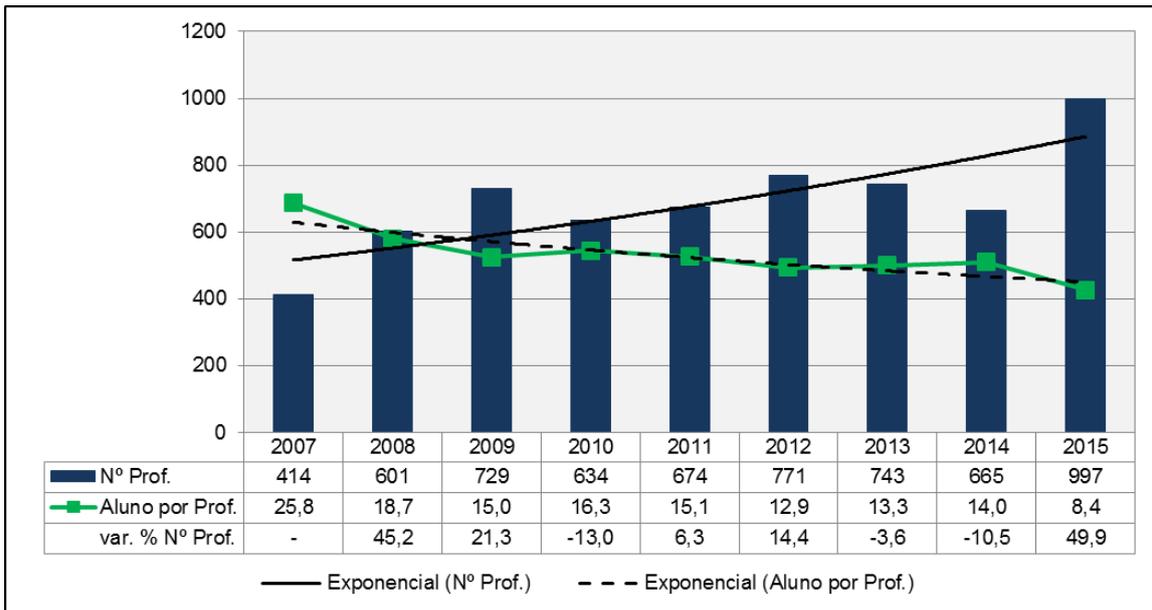


Figura 7.4- 73 - Quantidade de Professores e Relação Alunos/Professor da rede pública municipal, de Pacajá, de 2007 a 2015 (mês de maio)

Fonte: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa (INEP)/ Elaboração Norte Energia.

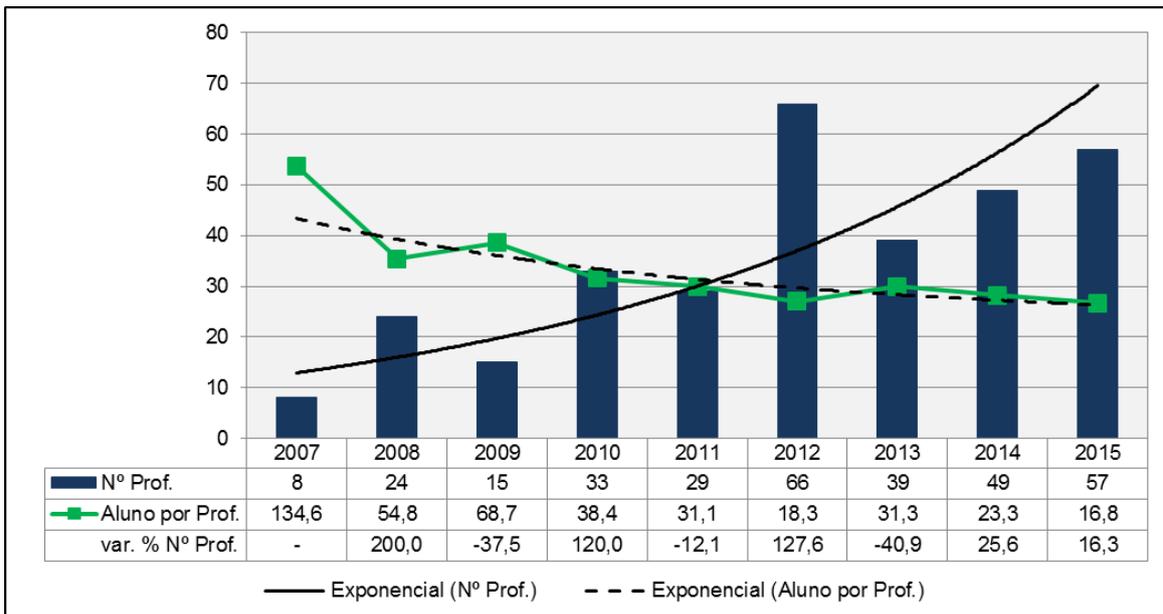


Figura 7.4- 74 - Quantidade de Professores e Relação Alunos/Professor da rede pública estadual, de Pacajá, de 2007 a 2015 (mês de maio)

Fonte: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa (INEP)/ Elaboração Norte Energia.

i) Análise da Evolução do número de professores – Placas

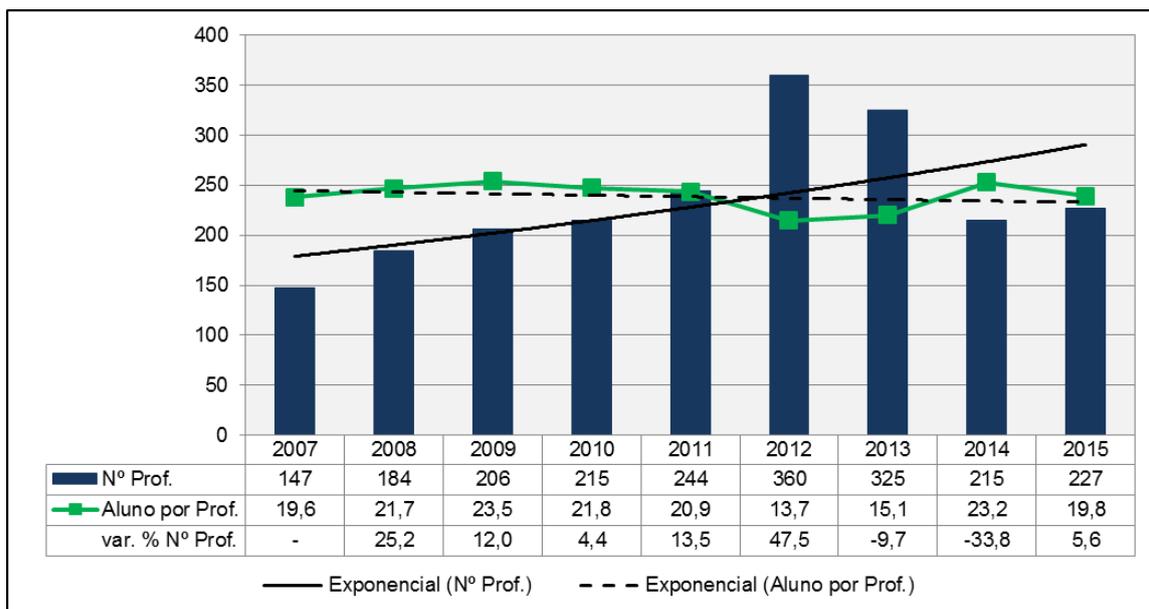


Figura 7.4- 75 - Quantidade de Professores e Relação Alunos/Professor da rede pública municipal, de Placas, de 2007 a 2015 (mês de maio)

Fonte: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa (INEP)/ Elaboração Norte Energia.

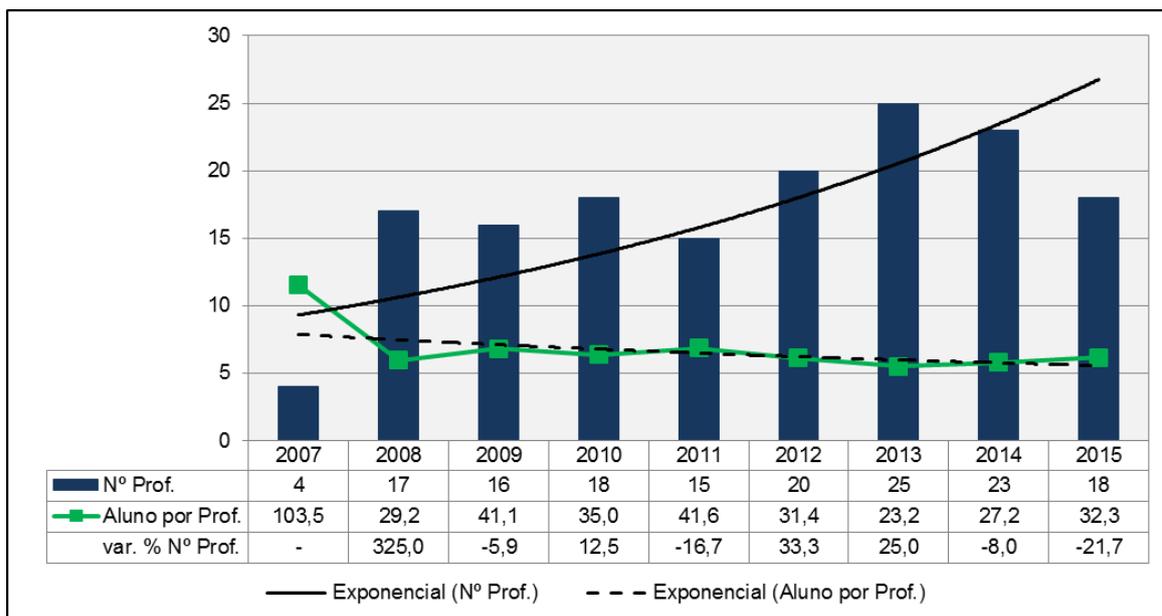


Figura 7.4- 76 - Quantidade de Professores e Relação Alunos/Professor da rede pública estadual, de Placas, de 2007 a 2015 (mês de maio)

Fonte: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa (INEP)/ Elaboração Norte Energia.

j) Análise da Evolução do número de professores – Porto de Moz

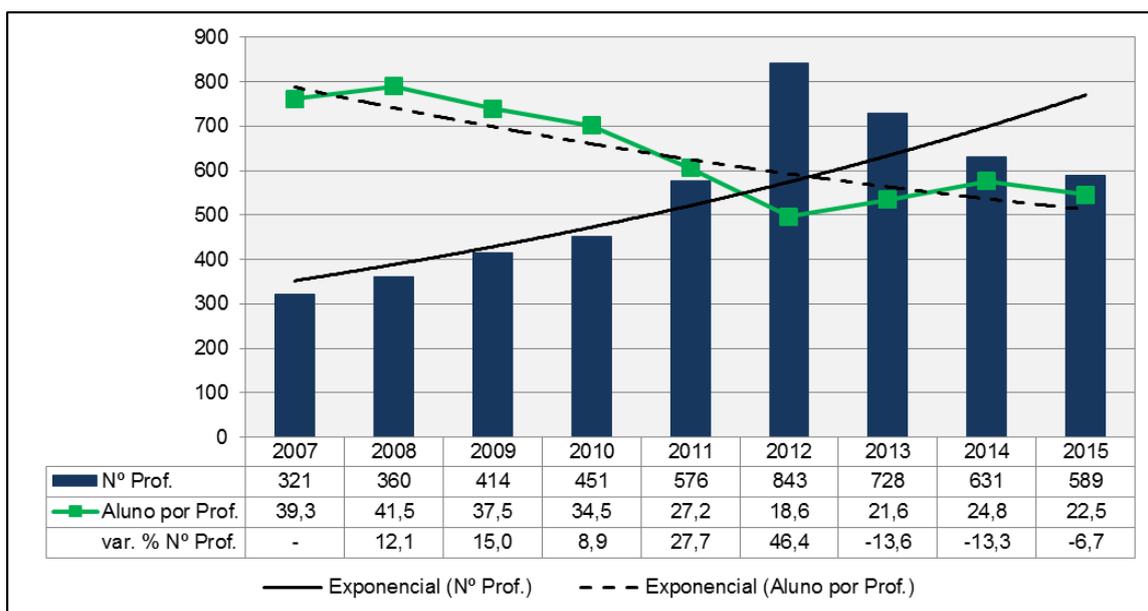


Figura 7.4- 77 - Quantidade de Professores e Relação Alunos/Professor da rede pública municipal, de Porto de Moz, de 2007 a 2015 (mês de maio)

Fonte: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa (INEP)/ Elaboração Norte Energia.

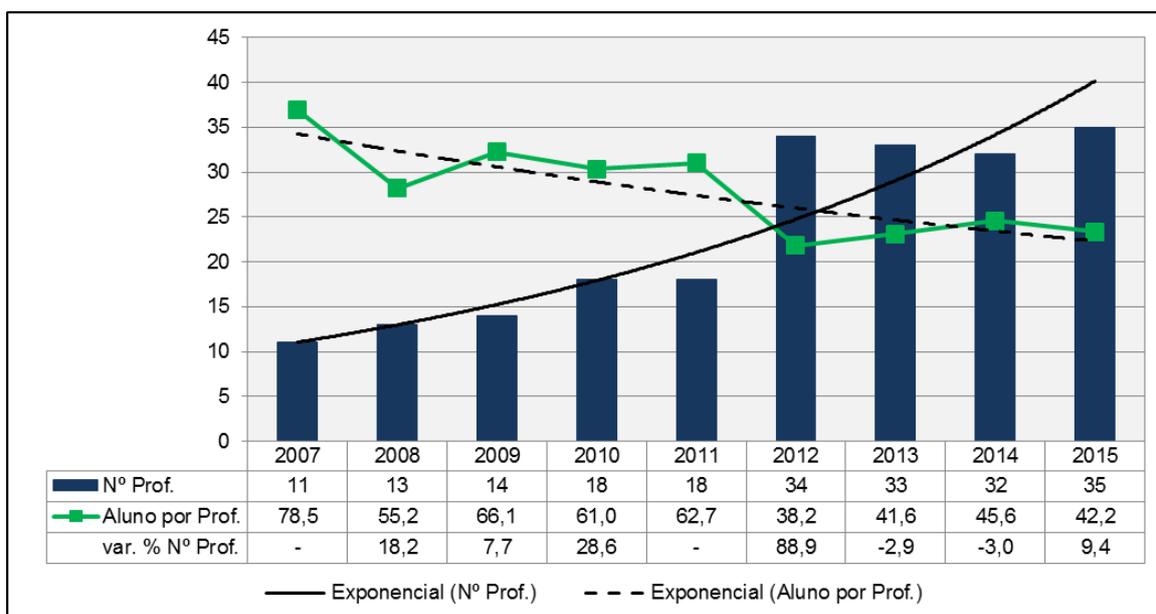


Figura 7.4- 78 - Quantidade de Professores e Relação Alunos/Professor da rede pública estadual, de Porto de Moz, de 2007 a 2015 (mês de maio)

Fonte: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa (INEP)/ Elaboração Norte Energia.

k) Análise da Evolução do número de professores – Uruará

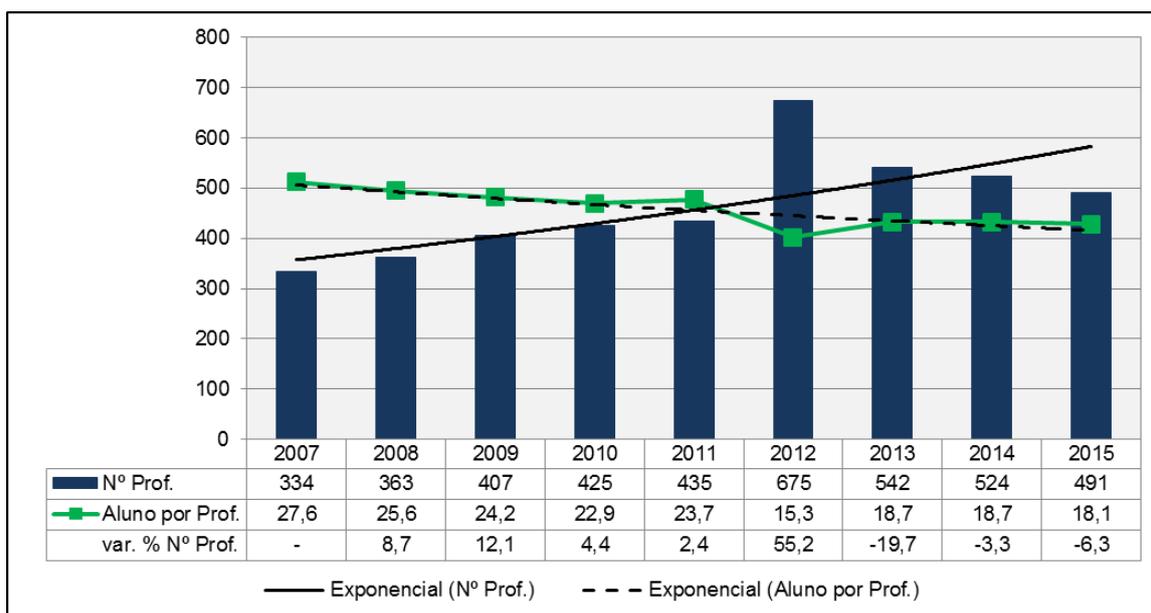


Figura 7.4- 79 - Quantidade de Professores e Relação Alunos/Professor da rede pública municipal, de Uruará, de 2007 a 2015 (mês de maio)

Fonte: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa (INEP)/ Elaboração Norte Energia.

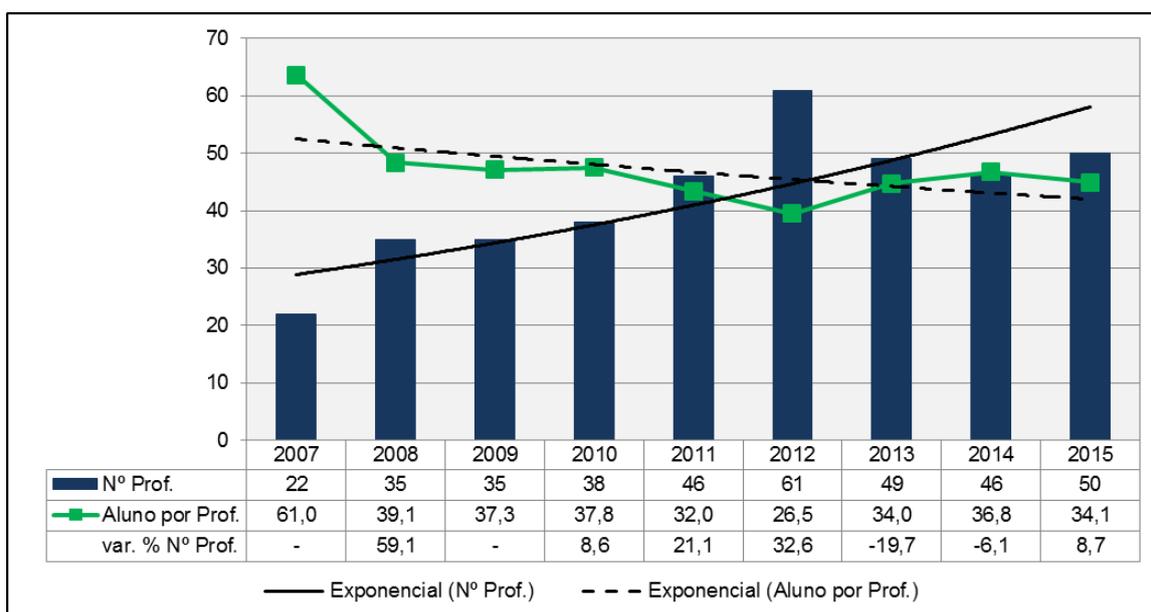


Figura 7.4- 80 - Quantidade de Professores e Relação Alunos/Professor da rede pública estadual, de Uruará, de 2007 a 2015 (mês de maio)

Fonte: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa (INEP)/ Elaboração Norte Energia.

Considerações Gerais

Em relação ao ano anterior, os municípios da AII da UHE Belo Monte não mudaram o comportamento da tendência da quantidade de professores e da relação alunos/professor da rede pública municipal e estadual. Embora em alguns municípios tenha ocorrido pequena redução no número de professores, todos os 11 municípios

mantiveram a tendência de alta para a quantidade de docentes e de baixa, ou quase estabilidade, para a relação alunos/professor no período 2007-2015. Merece destaque que tais resultados demonstram o esforço por parte das Prefeituras e Secretarias Estaduais de Educação no sentido de não sobrecarregar os professores em sala de aula e, teoricamente, permitir uma maior atenção a cada aluno, o que poderia refletir em um melhor desempenho na qualidade de ensino.

Analisando 2015, verifica-se que houve aumento no número de professores da rede pública municipal em Vitória do Xingu, Pacajá e Placas em relação ao ano anterior. Na rede pública estadual, os municípios de Anapu, Brasil Novo, Senador José Porfírio, Pacajá, Porto de Moz e Uruará aumentaram o efetivo de docentes.

Ressalte-se que, mais importante que a variação de professores é a avaliação da relação alunos/professor em 2015. Para tanto, nesta análise foram adotados dois critérios. Um, externo, baseado no parâmetro utilizado para salas vazias do indicador “Evolução do número de matrículas nas escolas”. Ele foi ponderado, em 2015, para a rede municipal, com base na proporção de alunos da Educação Infantil e do Ensino Fundamental, resultando em 26,08 alunos/professor e, para a rede estadual, com base no parâmetro do Ensino Médio, correspondeu a 35,0 alunos/professor. O outro critério foi a comparação com a média da razão alunos/professor do estado do Pará em 2014, que foi de 20,89 e 25,72, para as redes públicas municipal e estadual, respectivamente. Caso a relação aluno/professor do município esteja abaixo desses parâmetros, significa que o município encontra-se em condições mais favoráveis que a média, pois, teoricamente, haveria menos alunos por professor em sala de aula.

Em 2015 a rede pública municipal de todos os municípios estiveram abaixo do parâmetro externo (26,08 alunos/professor), ou seja, em uma situação mais favorável. Comparando as escolas municipais com o valor do estado do Pará, cuja relação é de 20,89 alunos por professor, dos 11 municípios os seguintes estiveram abaixo: Anapu, Vitória do Xingu (bem abaixo, com 16,7 alunos/professor), Gurupá (também bem abaixo, com 16,6 alunos/professor), Medicilândia, Pacajá (com aumento expressivo de professores de 2014 para 2015, a relação foi a mais baixa da All da UHE Belo Monte, 8,4 alunos/professor), Placas e Uruará (**Figura 7.4- 59, Figura 7.4- 61, Figura 7.4- 63, Figura 7.4- 65, Figura 7.4- 67, Figura 7.4- 69, Figura 7.4- 71, Figura 7.4- 73, Figura 7.4- 75, Figura 7.4- 77 e Figura 7.4- 79**).

Já a análise da rede pública estadual, no mesmo ano, mostra que a maioria dos municípios da All da UHE Belo Monte ficou abaixo do parâmetro, ou seja, em uma situação melhor. Altamira, Anapu (com a menor relação da All da UHE Belo Monte, 15,8 alunos/professor), Brasil Novo, Senador José Porfírio, Vitória do Xingu, Pacajá (bem abaixo, com 16,3 alunos/professor), Placas e Uruará estiveram abaixo da média do estado (35,0 alunos/professor). Com relação à média do Pará (25,72 alunos/professor) os municípios de Anapu, Senador José Porfírio e Pacajá estiveram abaixo do parâmetro (**Figura 7.4- 60, Figura 7.4- 62, Figura 7.4- 64, Figura 7.4- 66, Figura 7.4- 68, Figura 7.4- 70, Figura 7.4- 72, Figura 7.4- 74, Figura 7.4- 76, Figura 7.4- 78, Figura 7.4- 80**).

Tais dados evidenciam que o número de professores não se mostra um problema a ser considerado para os próximos anos, principalmente no Ensino Fundamental de Altamira, que era a maior preocupação quando este Indicador foi concebido, no início das obras civis. Na época, havia a preocupação que a construção, reforma e ampliação de escolas para atender ao afluxo populacional por conta do empreendimento causasse um problema de falta de professores. No entanto, os dados apontam que o número de professores se mostra mais que compatível com a demanda. Além disso, o próprio número de alunos tende a diminuir, o que tornará a situação ainda mais confortável no futuro. Eventualmente, há espaço para o crescimento de alunos na Educação Infantil, pelo fato desse nível ter se tornado obrigatório desde 2013, e muito poucas crianças nessa faixa etária estão matriculadas. Todavia, trata-se de um fator externo ao empreendimento. Conclui-se, portanto, que o Indicador “**Evolução do número de professores**” não se mostra mais necessário, e se propõe a sua retirada a partir do segundo semestre de 2016.

5. Dimensão: População em Risco Social

5.1 Indicador “9. Alteração no quadro de partos entre crianças e adolescentes”

a) Análise da alteração no número de partos entre crianças e adolescentes – Altamira

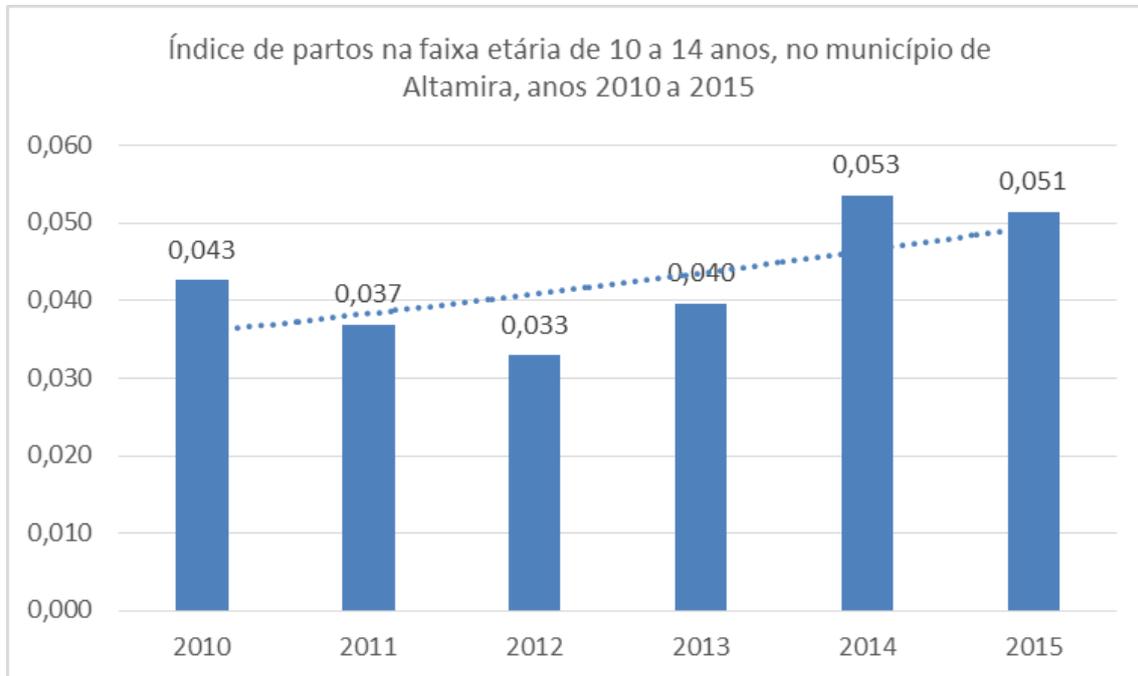


Figura 7.4- 81 - Evolução do número de partos na faixa etária de 10 a 14 anos, em Altamira, de 2010 a 2015

Fonte: SINASC – 10º CRS/ Elaboração Norte Energia¹.

1. Alguns dados podem estar diferentes do 9º RC, pois o Banco de Dados do SINASC-pode sofrer alteração durante o período de dois anos.

<http://www.saude.pa.gov.br/index.php/tabnet-sespa>.

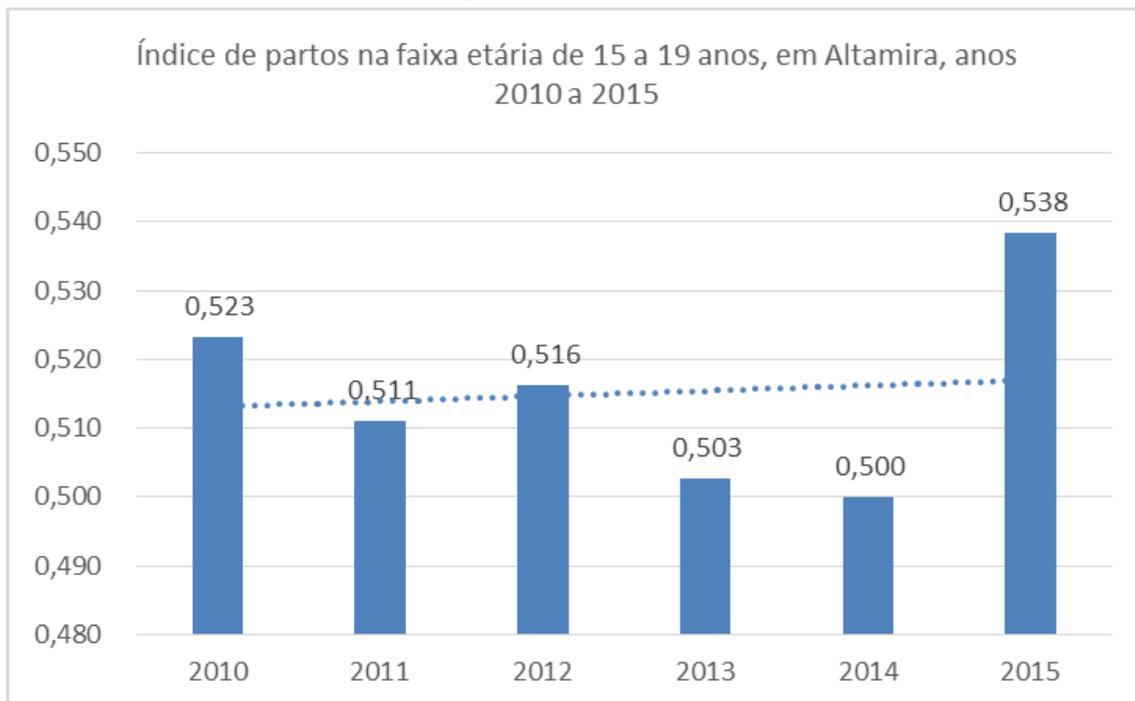


Figura 7.4- 82 - Evolução do número de partos na faixa etária de 15 a 19 anos, em Altamira, de 2010 a 2015

Fonte: SINASC – 10º CRS/ Elaboração Norte Energia¹.

1. Alguns dados podem estar diferentes do 9º RC, pois o Banco de Dados do SINASC-pode sofrer alteração durante o período de dois anos.

<http://www.saude.pa.gov.br/index.php/tabnet-sespa>.

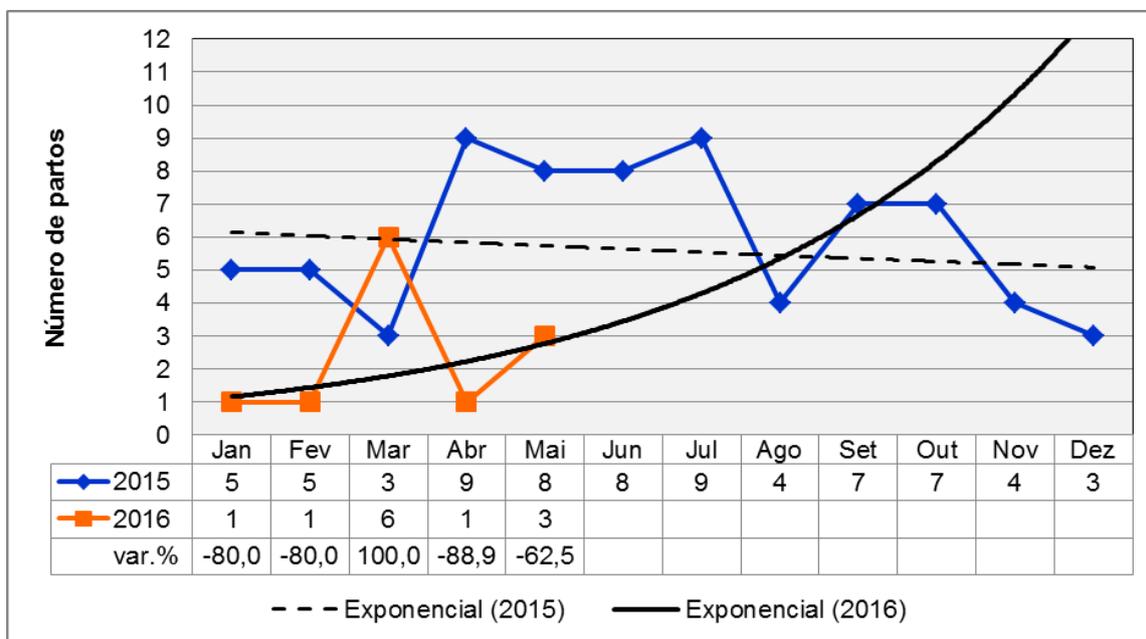


Figura 7.4- 83 – Evolução do número de partos na faixa etária de 10 a 14 anos em Altamira, de janeiro de 2015 a maio de 2016

Fonte: SINASC – 10º CRS/ Elaboração Norte Energia¹.

1. Alguns dados podem estar diferentes do 9º RC, pois o Banco de Dados do SINASC-pode sofrer alteração durante o período de dois anos.

<http://www.saude.pa.gov.br/index.php/tabnet-sespa>.

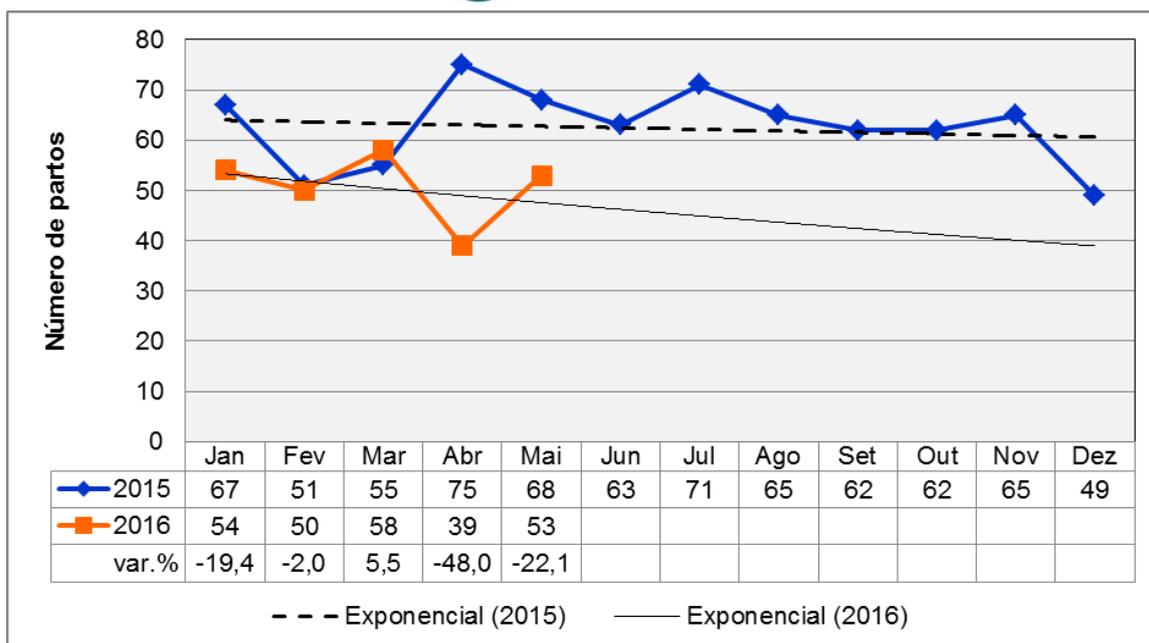


Figura 7.4- 84 – Evolução do número de partos na faixa etária de 15 a 19 anos em Altamira, de janeiro de 2015 a maio de 2016

Fonte: SINASC – 10º CRS/ Elaboração Norte Energia¹.

1. Alguns dados podem estar diferentes do 9º RC, pois o Banco de Dados do SINASC-pode sofrer alteração durante o período de dois anos.

<http://www.saude.pa.gov.br/index.php/tabnet-sespa>.

b) Análise da alteração no número de partos entre crianças e adolescentes – Anapu

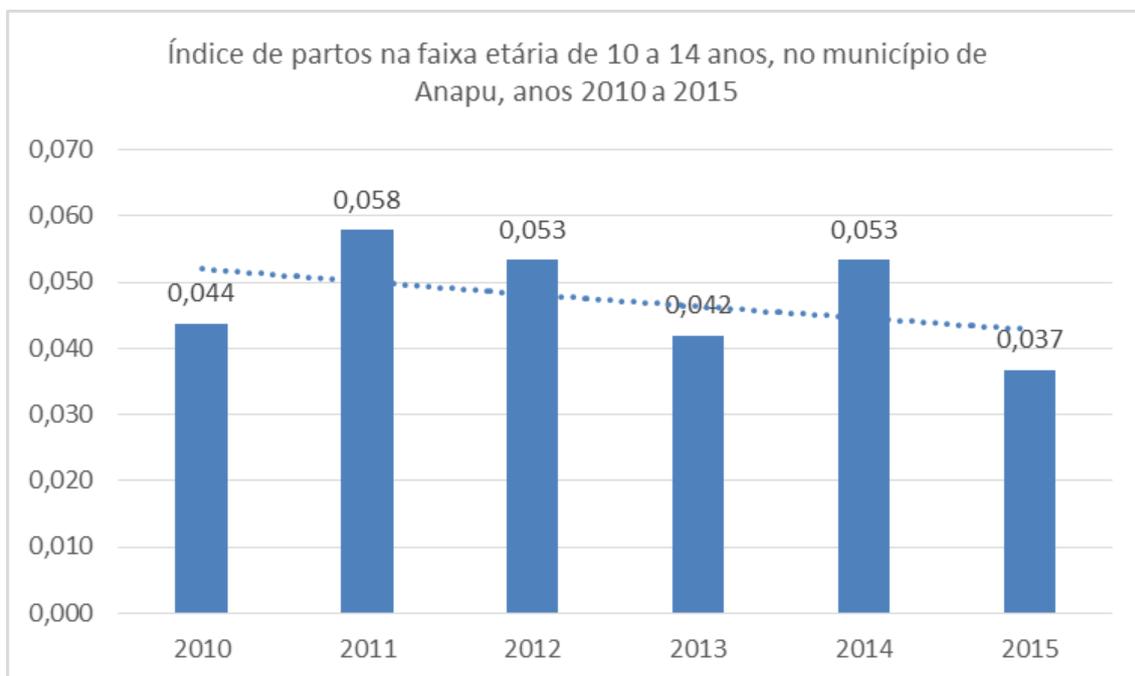


Figura 7.4- 85 - Evolução do número de partos na faixa etária de 10 a 14 anos, em Anapu, de 2010 a 2015

Fonte: SINASC – 10º CRS/ Elaboração Norte Energia¹.

1. Alguns dados podem estar diferentes do 9º RC, pois o Banco de Dados do SINASC-pode sofrer alteração durante o período de dois anos.

<http://www.saude.pa.gov.br/index.php/tabnet-sespa>.

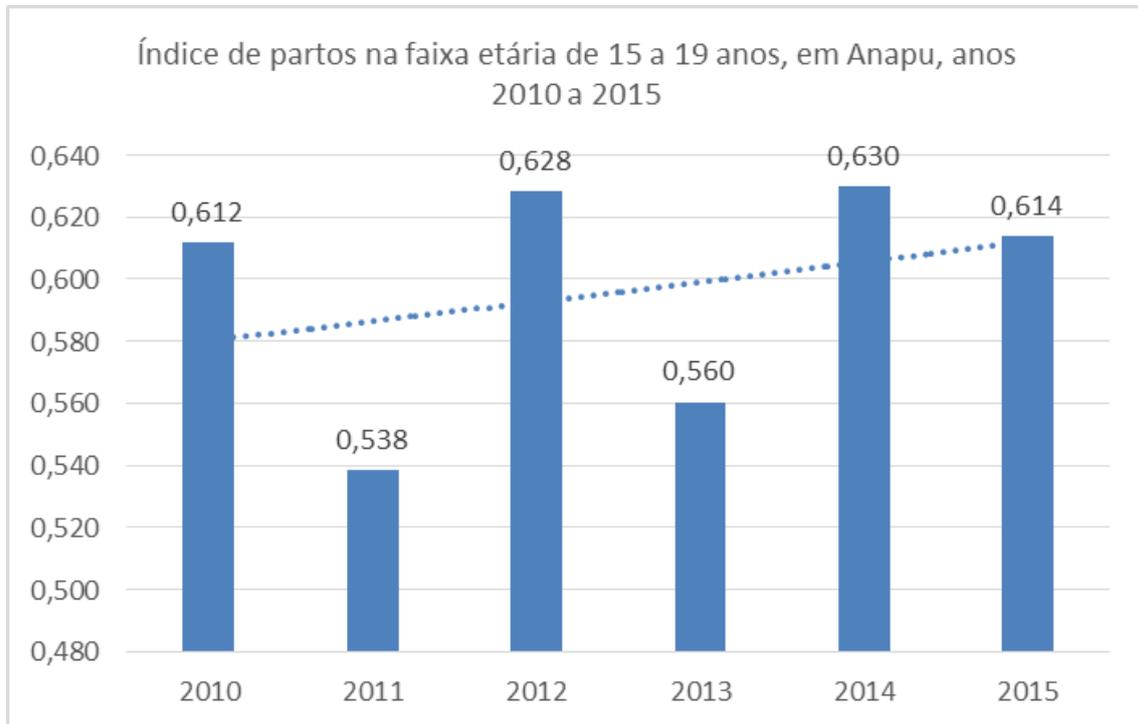


Figura 7.4- 86 - Evolução do número de partos na faixa etária de 15 a 19 anos, em Anapu, de 2010 a 2015

Fonte: SINASC – 10º CRS/ Elaboração Norte Energia¹.

1. Alguns dados podem estar diferentes do 9º RC, pois o Banco de Dados do SINASC-pode sofrer alteração durante o período de dois anos.

<http://www.saude.pa.gov.br/index.php/tabnet-sespa>.

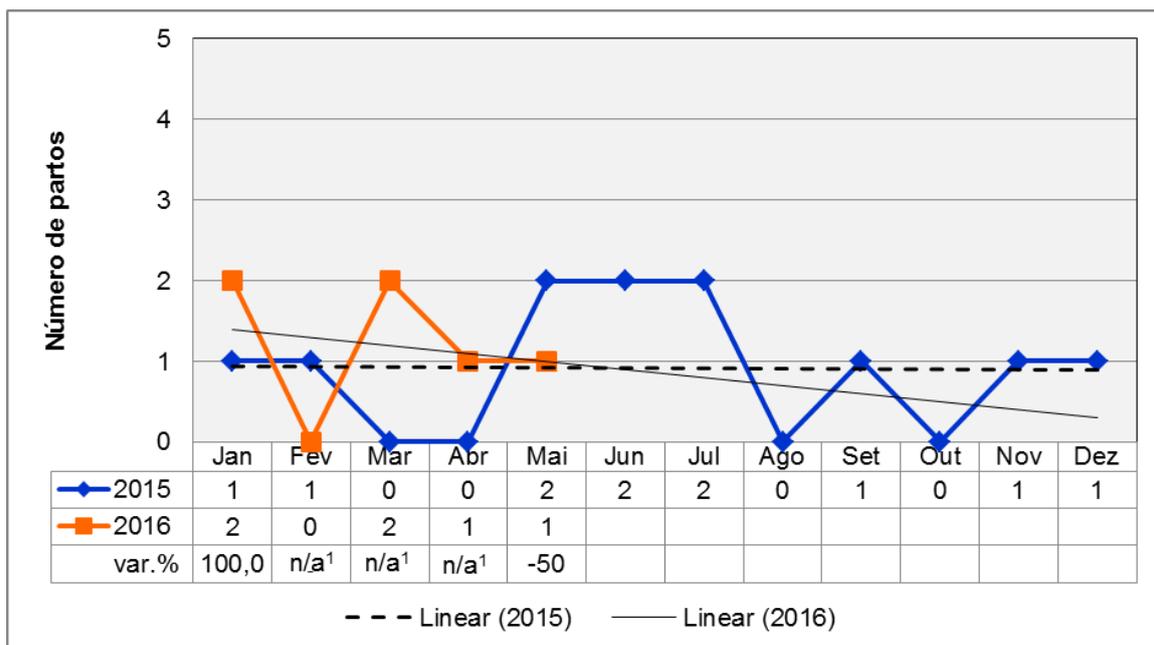


Figura 7.4- 87 – Evolução do número de partos na faixa etária de 10 a 14 anos em Anapu, de janeiro de 2015 a maio de 2016

Fonte: SINASC – 10º CRS/ Elaboração Norte Energia¹.

1. Alguns dados podem estar diferentes do 9º RC, pois o Banco de Dados do SINASC-pode sofrer alteração durante o período de dois anos.

<http://www.saude.pa.gov.br/index.php/tabnet-sespa>.

2.n/a: Não se Aplica.

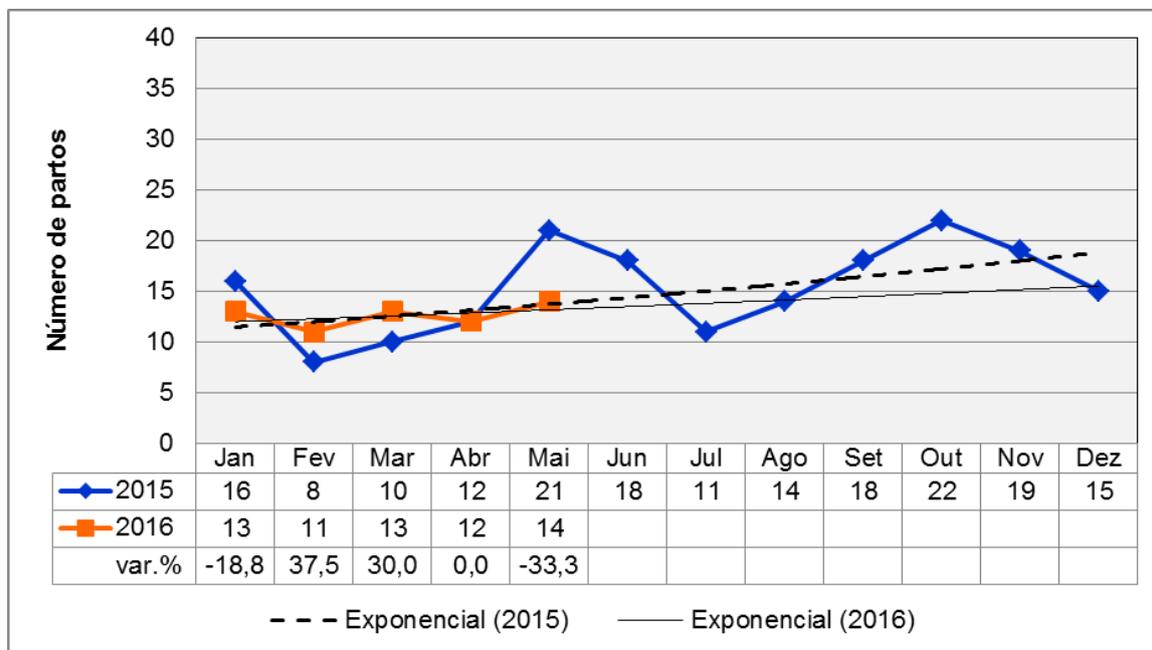


Figura 7.4- 88 – Evolução do número de partos na faixa etária de 15 a 19 anos em Anapu, de janeiro de 2015 a maio de 2016

Fonte: SINASC – 10º CRS/ Elaboração Norte Energia¹.

1. Alguns dados podem estar diferentes do 9º RC, pois o Banco de Dados do SINASC-pode sofrer alteração durante o período de dois anos.

<http://www.saude.pa.gov.br/index.php/tabnet-sespa>.

c) Análise da alteração no número de partos entre crianças e adolescentes – Brasil Novo

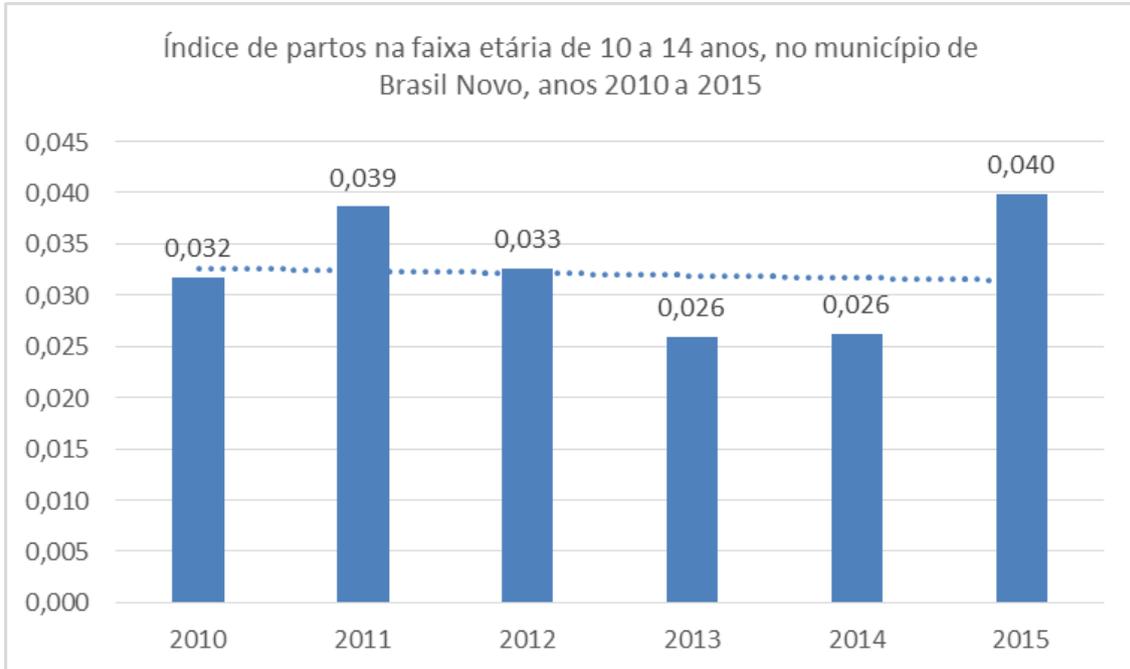


Figura 7.4- 89- Evolução do número de partos entre crianças de 10 a 14 anos, em Brasil Novo, de 2010 a 2015

Fonte: SINASC – 10º CRS/ Elaboração Norte Energia¹.

1. Alguns dados podem estar diferentes do 9º RC, pois o Banco de Dados do SINASC-pode sofrer alteração durante o período de dois anos.

<http://www.saude.pa.gov.br/index.php/tabnet-sespa>.

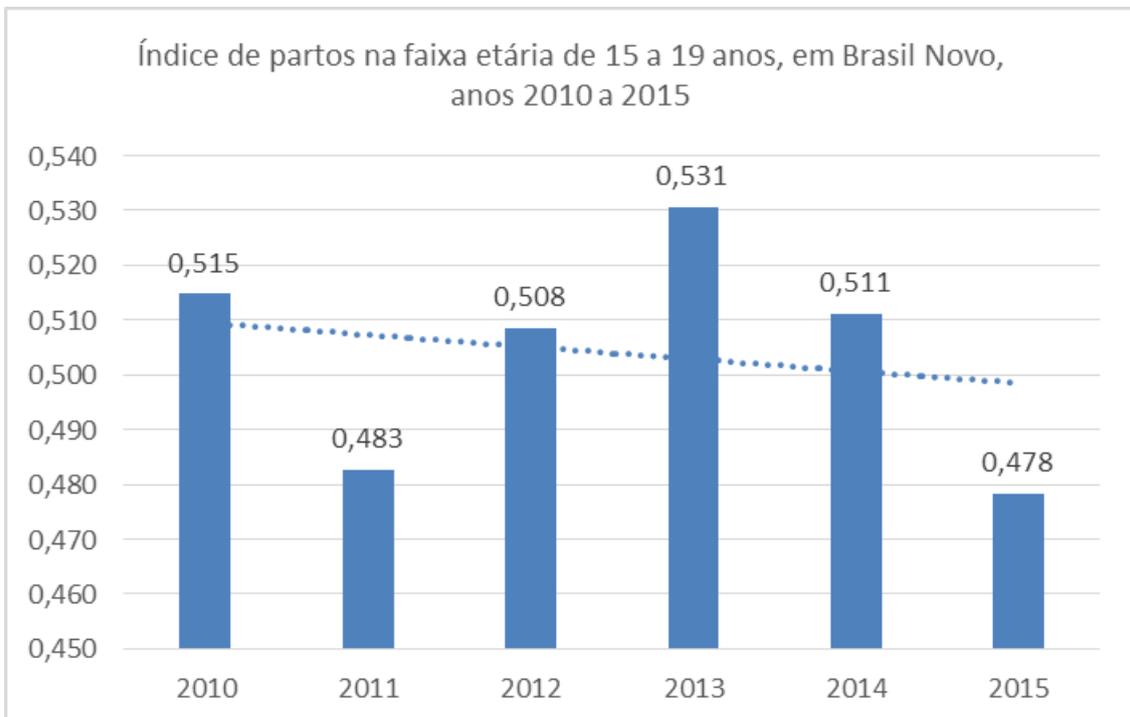


Figura 7.4- 90- Evolução do número de partos na faixa etária de 15 a 19 anos, em Brasil Novo, de 2010 a 2015

Fonte: SINASC – 10º CRS/ Elaboração Norte Energia¹.

1. Alguns dados podem estar diferentes do 9º RC, pois o Banco de Dados do SINASC-pode sofrer alteração durante o período de dois anos.

<http://www.saude.pa.gov.br/index.php/tabnet-sespa>.

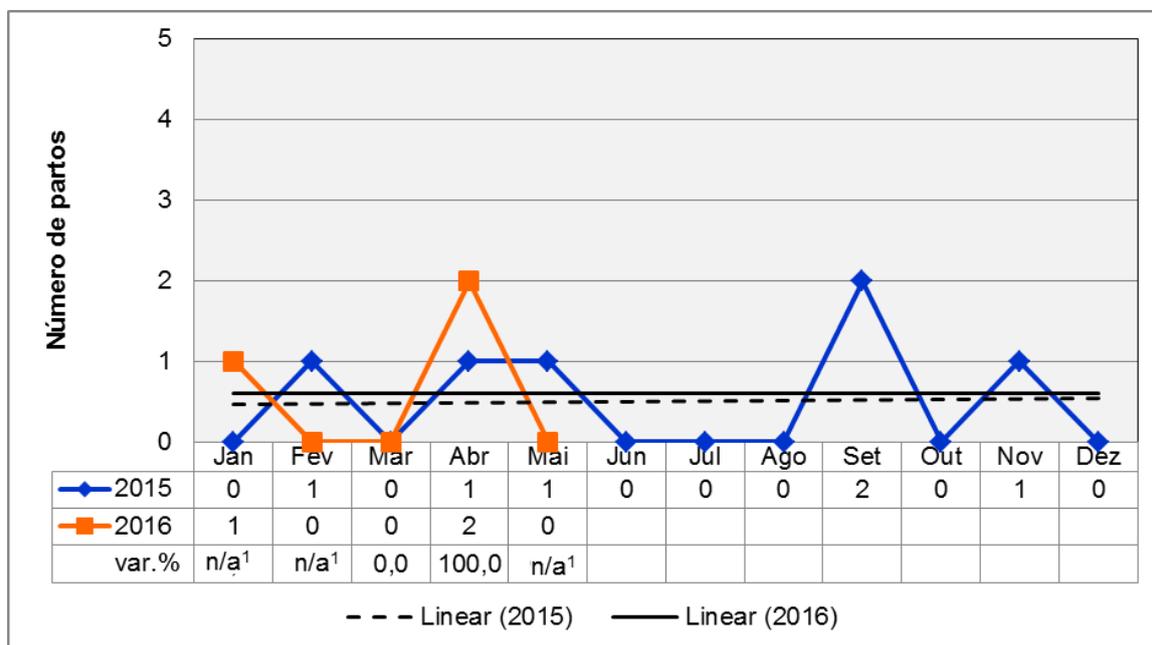


Figura 7.4- 91 – Evolução do número de partos na faixa etária de 10 a 14 anos em Brasil Novo, de janeiro de 2015 a maio de 2016

Fonte: SINASC – 10º CRS/ Elaboração Norte Energia¹.

1. Alguns dados podem estar diferentes do 9º RC, pois o Banco de Dados do SINASC-pode sofrer alteração durante o período de dois anos.

<http://www.saude.pa.gov.br/index.php/tabnet-sespa>.

2.n/a: Não se Aplica

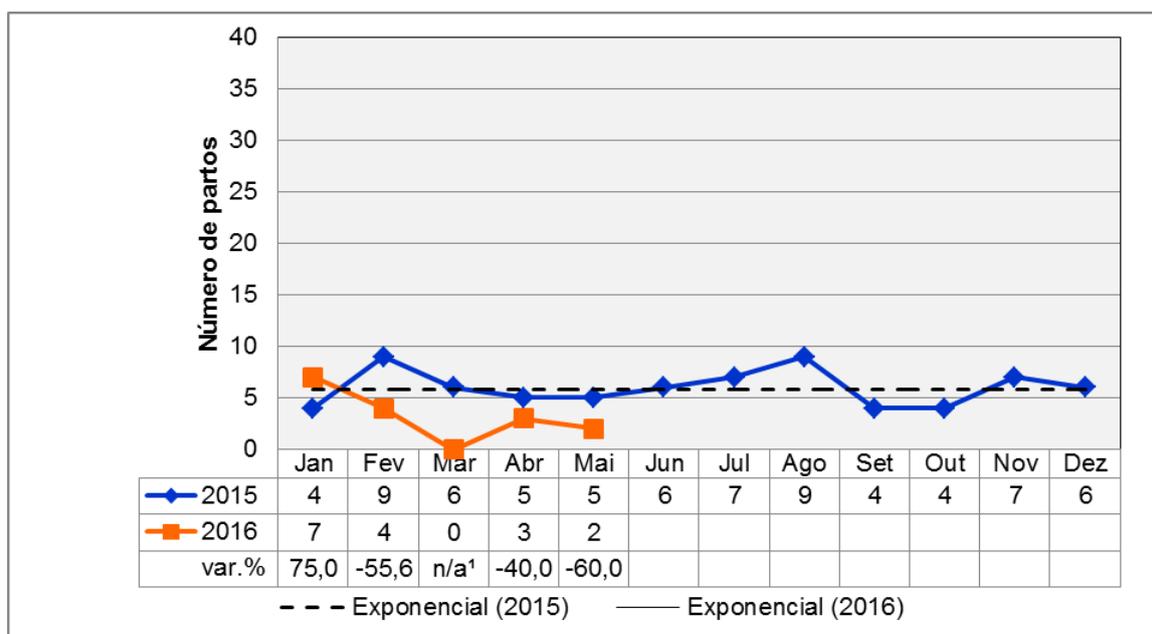


Figura 7.4- 92 – Evolução do número de partos na faixa etária de 15 a 19 anos em Brasil Novo, de janeiro de 2015 a maio de 2016

Fonte: SINASC – 10º CRS/ Elaboração Norte Energia¹.

1. Alguns dados podem estar diferentes do 9º RC, pois o Banco de Dados do SINASC-pode sofrer alteração durante o período de dois anos.

<http://www.saude.pa.gov.br/index.php/tabnet-sespa>.

d) Análise da alteração no número de partos entre crianças e adolescentes – Senador José Porfírio

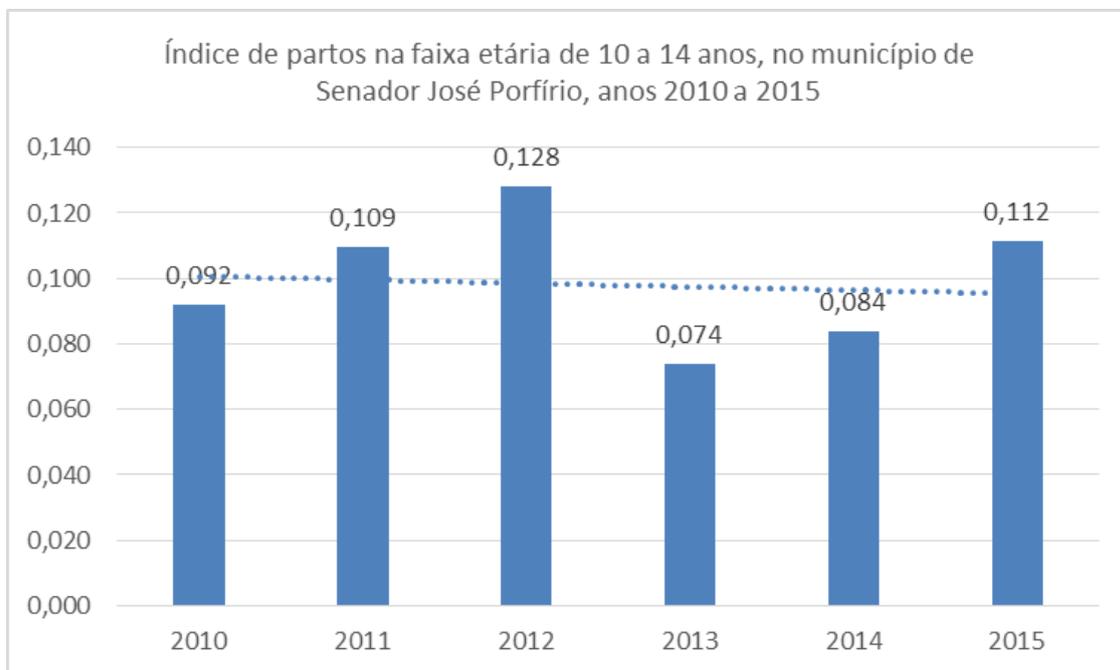


Figura 7.4- 93- Evolução do número de partos na faixa etária de 10 a 14 anos, em Senador José Porfírio, de 2010 a 2015

Fonte: SINASC – 10º CRS/ Elaboração Norte Energia¹.

1. Alguns dados podem estar diferentes do 9º RC, pois o Banco de Dados do SINASC-pode sofrer alteração durante o período de dois anos.

<http://www.saude.pa.gov.br/index.php/tabnet-sespa>.

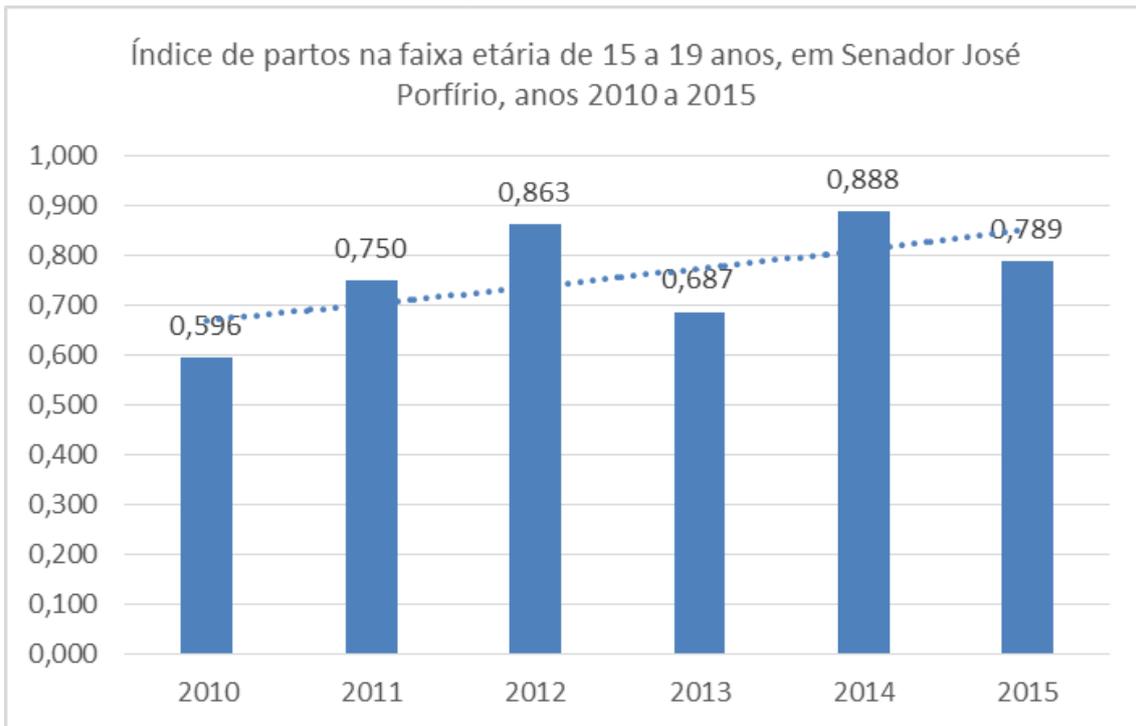


Figura 7.4- 94- Evolução do número de partos na faixa etária de 15 a 19 anos, em Senador José Porfírio, de 2010 a 2015

Fonte: SINASC – 10º CRS - coletado em 07/01/2015/ Elaboração Norte Energia¹.

1. Alguns dados podem estar diferentes do 9º RC, pois o Banco de Dados do SINASC-pode sofrer alteração durante o período de dois anos.

<http://www.saude.pa.gov.br/index.php/tabnet-sespa>.

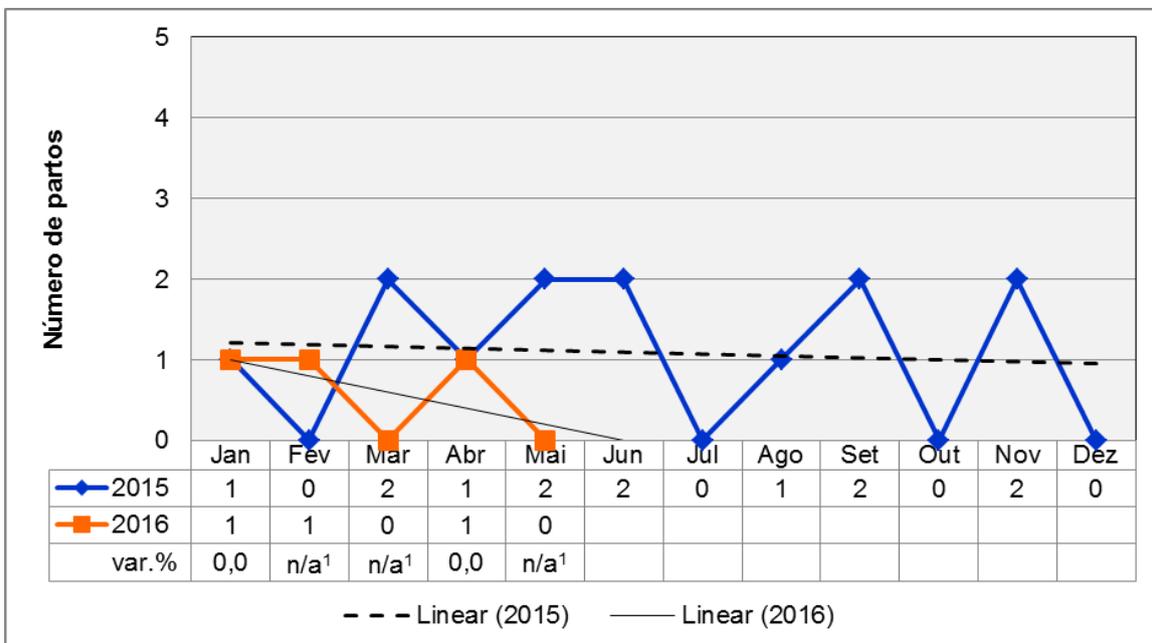


Figura 7.4- 95 – Evolução do número de partos na faixa etária de 10 a 14 anos em Senador José Porfírio, de janeiro de 2015 a maio de 2016

Fonte: SINASC – 10º CRS/ Elaboração Norte Energia¹.

1. Alguns dados podem estar diferentes do 9º RC, pois o Banco de Dados do SINASC-pode sofrer alteração durante o período de dois anos.

<http://www.saude.pa.gov.br/index.php/tabnet-sespa>.

2. n/a: Não se Aplica

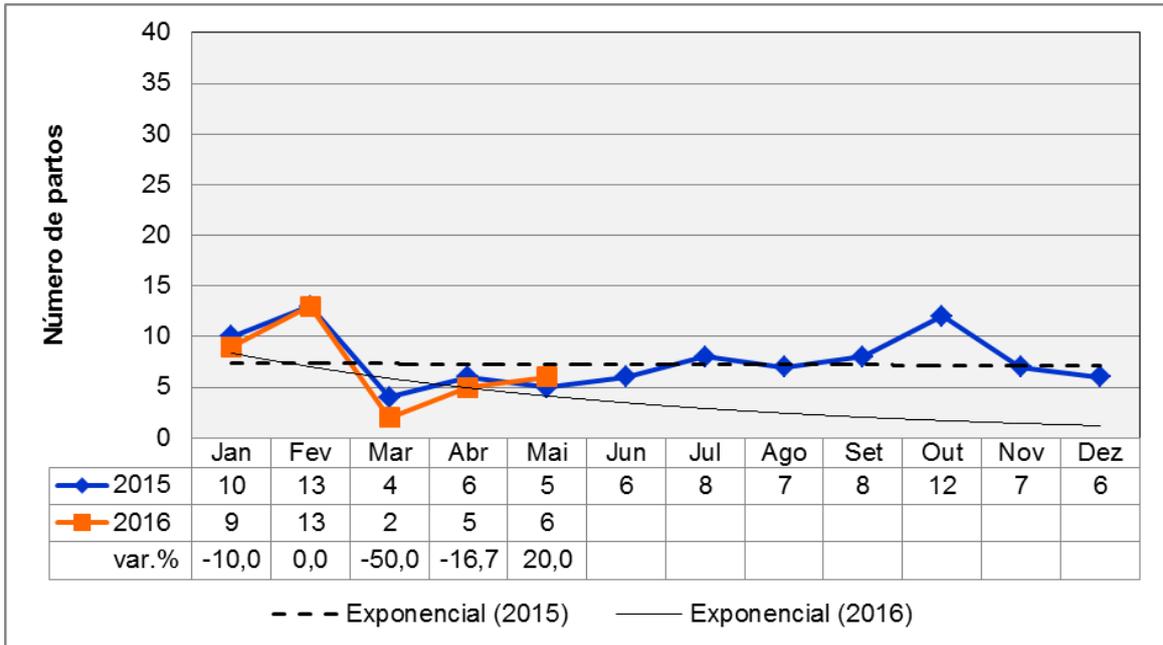


Figura 7.4- 96 – Evolução do número de partos na faixa etária de 15 a 19 anos em Senador José Porfírio de janeiro de 2015 a maio de 2016

Fonte: SINASC – 10º CRS/ Elaboração Norte Energia¹.

1. Alguns dados podem estar diferentes do 9º RC, pois o Banco de Dados do SINASC-pode sofrer alteração durante o período de dois anos.

<http://www.saude.pa.gov.br/index.php/tabnet-sespa>.

e) Análise da alteração no número de partos entre crianças e adolescentes – Vitória do Xingu

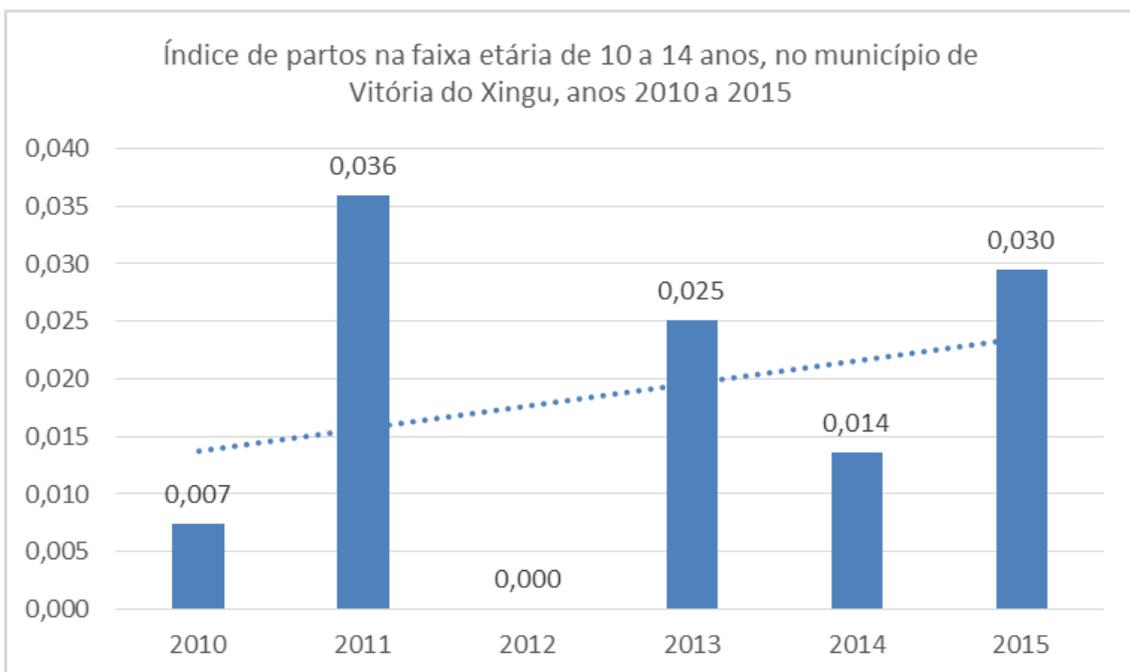


Figura 7.4- 97- Evolução do número de partos na faixa etária de 10 a 14 anos, em Vitória do Xingu, de 2010 a 2015

Fonte: SINASC – 10º CRS/ Elaboração Norte Energia¹.

1. Alguns dados podem estar diferentes do 9º RC, pois o Banco de Dados do SINASC-pode sofrer alteração durante o período de dois anos.

<http://www.saude.pa.gov.br/index.php/tabnet-sespa>.

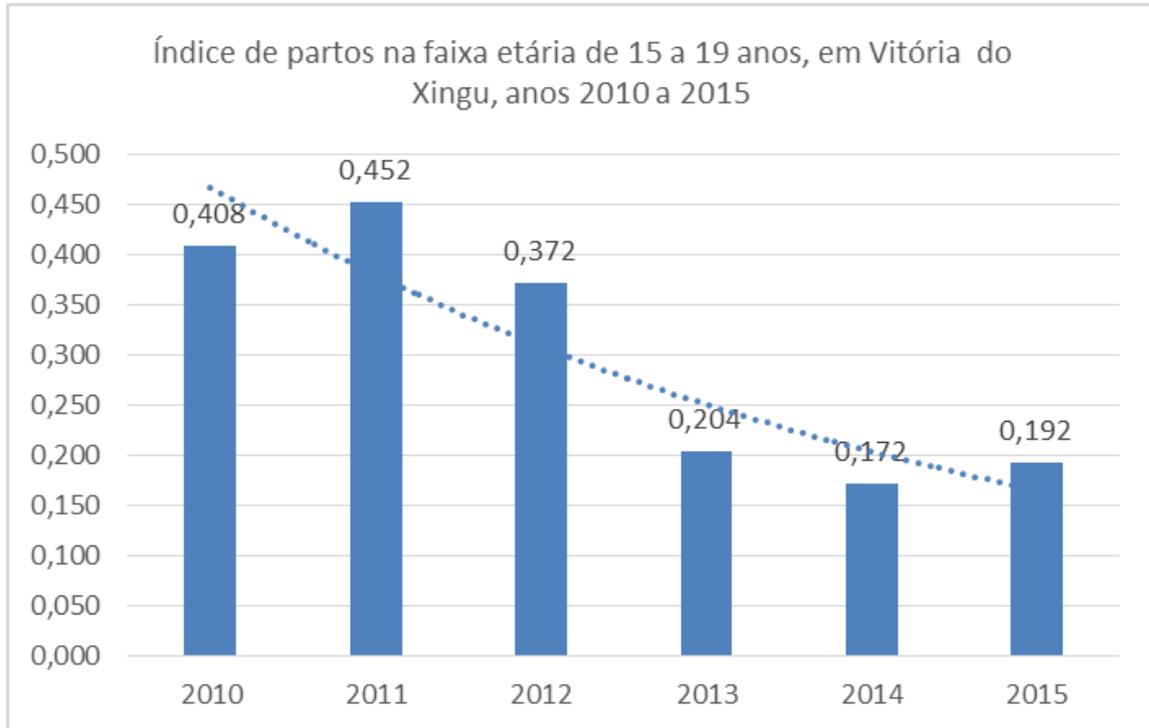


Figura 7.4- 98- Evolução do número de partos na faixa etária de 15 a 19 anos, em Vitória do Xingu, de 2010 a 2015

Fonte: SINASC – 10º CRS/ Elaboração Norte Energia¹.

1. Alguns dados podem estar diferentes do 9º RC, pois o Banco de Dados do SINASC-pode sofrer alteração durante o período de dois anos.

<http://www.saude.pa.gov.br/index.php/tabnet-sespa>.

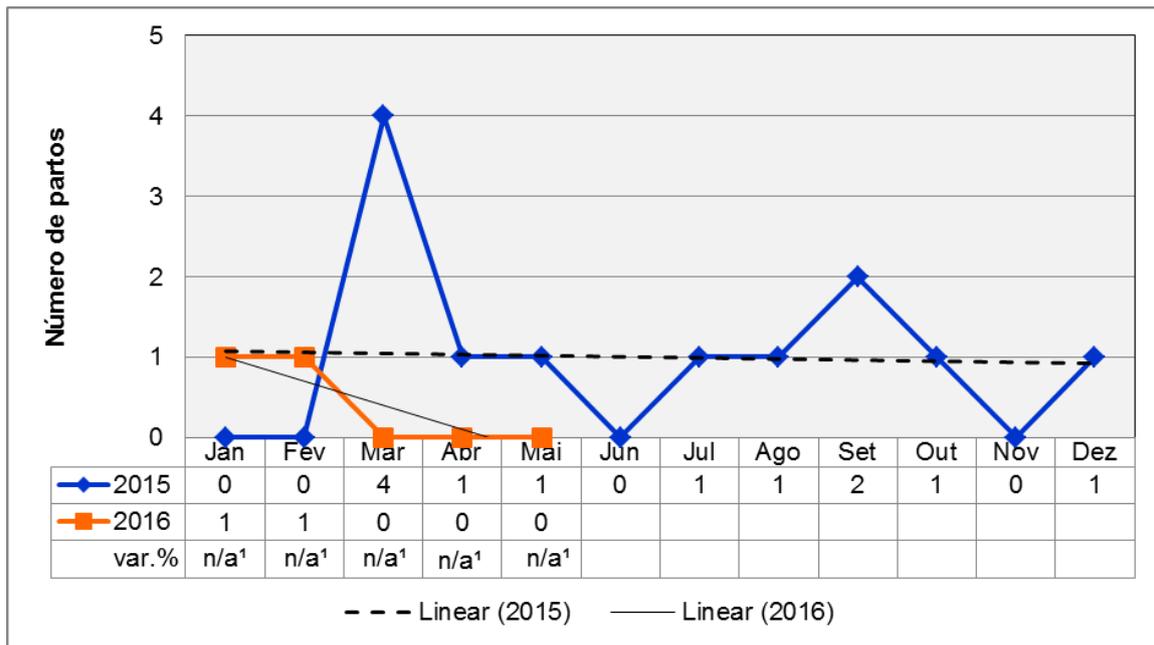


Figura 7.4- 99– Evolução do número de partos na faixa etária de 10 a 14 anos em Vitória do Xingu, de janeiro de 2015 a maio de 2016

Fonte: SINASC – 10º CRS/ Elaboração Norte Energia¹.

1. Alguns dados podem estar diferentes do 9º RC, pois o Banco de Dados do SINASC-pode sofrer alteração durante o período de dois anos.

<http://www.saude.pa.gov.br/index.php/tabnet-sespa>.

2.n/a: Não se Aplica

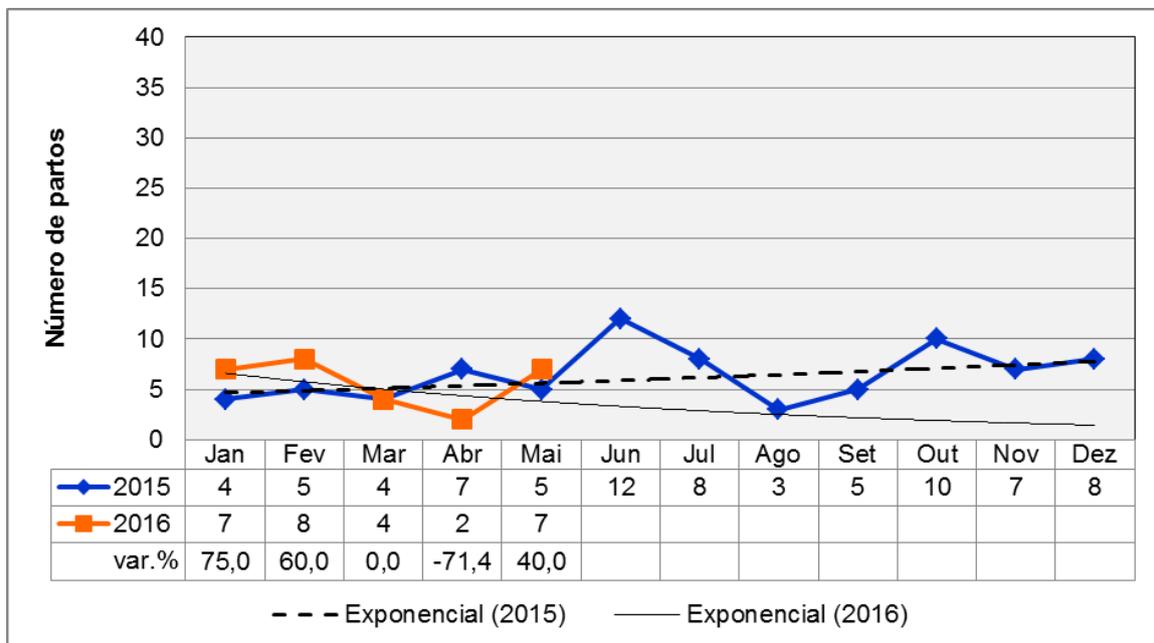


Figura 7.4- 100 – Evolução do número de partos na faixa etária de 15 a 19 anos em Vitória do Xingu, de janeiro de 2015 a maio de 2016

Fonte: SINASC – 10º CRS/ Elaboração Norte Energia¹.

1. Alguns dados podem estar diferentes do 9º RC, pois o Banco de Dados do SINASC-pode sofrer alteração durante o período de dois anos.

<http://www.saude.pa.gov.br/index.php/tabnet-sespa>.

Considerações Gerais

Nos dados de evolução de partos entre 2010 a 2015 para os municípios da AID, referente à faixa etária de 10 a 14 anos, nota-se uma tendência de queda do índice de partos nos municípios de Anapu, Brasil Novo e Senador José Porfírio. Altamira e Vitória do Xingu, apresentam tendência de queda, principalmente por conta de um aumento em 2015, mesmo que apresente oscilação entre os anos (**Figura 7.4- 81, Figura 7.4- 85, Figura 7.4- 89, Figura 7.4- 93 e Figura 7.4- 97**).

Na faixa etária entre 15 a 19 anos, os municípios de Brasil Novo e Vitória do Xingu apresentam tendência de queda, sendo que neste último município, onde está o empreendimento, os alojamentos de trabalhadores e a Vila Residencial, há clara diminuição do índice de partos desde 2011, sendo que em 2014 e 2015 (0,172 e 0,192, respectivamente) são significativamente menores que nos demais municípios. Em Altamira, Anapu e Senador José Porfírio, nota-se uma tendência de alta no índice de partos nessa faixa etária. Saliente-se, no entanto, que os dados de partos tanto na faixa etária de 10 a 14 anos quanto de 15 a 19 anos são provisórios, pois o SINASC tem dois anos para consolidar as informações e, assim, pode ocorrer alterações nos dados nos próximos semestres (**Figura 7.4- 82, Figura 7.4- 86, Figura 7.4- 90, Figura 7.4- 94, Figura 7.4- 98**).

Ao se analisar os municípios separadamente, em Altamira, a evolução no número de partos entre crianças e adolescentes mostra que na faixa etária entre 10 a 14 anos, há certa estabilidade entre 2014 e 2015, com leve aumento no último ano, ao passo que na faixa entre 15 a 19 anos, em 2015 houve um aumento relativamente maior em relação a 2014. Na comparação entre janeiro e maio de 2015 e 2016 nota-se que houve significativo decréscimo de partos em 2016, na faixa entre 10 a 14 anos, quando houve 12 partos nesse período ante 30 em 2015. Na faixa entre 15 a 19 anos, em 2016 nota-se igual declínio, com 254 partos ante 316 em 2015 (Figura 7.4- 83 e Figura 7.4- 84).

Em Anapu a quantidade de partos na faixa etária de 10 a 14 anos foi bem menor em 2015 ante 2014, passou de 14 para 8, respectivamente, com sensível diminuição no índice de partos, que foi o menor desde 2010. Na faixa entre 15 e 19 anos, houve diminuição no índice de partos em 2015 ante 2014, mas como é relativamente maior que em 2013 e 2011, não reverteu a tendência de aumento na série histórica desde 2010. Na comparação entre os cinco primeiros meses de 2015 e 2016, na faixa entre 10 a 14 anos, há um aumento em 2016, mas em termos absolutos se mostra baixo com 6 partos ante 4 em 2015. Na faixa entre 15 e 19 anos nesse mesmo período, houve uma pequena queda em termos absolutos, com 63 partos em 2016 ante 67 em 2015 (Figura 7.4- 87 e Figura 7.4- 88).

Em Brasil Novo o índice de partos na faixa etária de 10 a 14 anos subiu em 2015 ante os dois anos anteriores, que foram relativamente baixos, e com isso, não reverteu a tendência de baixa na série histórica desde 2010, assim como ocorre com a faixa entre 15 e 19 anos. Nesse caso, em 2015 nota-se significativa queda no índice de partos na comparação com 2014 e principalmente 2013. Na comparação entre os cinco primeiros meses de 2015 e 2016, na faixa entre 10 e 14 anos o número de

partos é igual no período, com 3 registros nos dois anos. Na faixa entre 15 e 19 anos, a queda em 2016 é maior, com 16 partos ante 29 em 2015 (Figura 7.4- 91 e Figura 7.4- 92).

Em Senador José Porfírio há tendência de baixa no índice de partos na faixa entre 10 e 14 anos na série histórica desde 2010. Mas, em 2015 houve aumento no índice quando comparado aos dois anos anteriores. No entanto, fato que merece atenção é a magnitude do índice, maior que em todos os demais municípios da AID. Na faixa entre 15 e 19 anos, a tendência é de aumento do índice de partos na série histórica desde 2010, mesmo com a queda em 2015, que não conseguiu reverter essa tendência. Na comparação entre janeiro e maio de 2015 e 2016, houve diminuição no número de partos na faixa entre 10 e 14 anos, mas em termos absolutos os números são baixos, com 3 em 2016 ante 6 em 2015. Na faixa entre 15 e 19 anos, a diminuição é muito pequena em 2016, com 35 partos ante 38 em 2015 (Figura 7.4- 95 e Figura 7.4- 96).

Em Vitória do Xingu, houve aumento no índice de partos em 2015 ante os três anos anteriores, fazendo com que a tendência fosse de aumento na série histórica desde 2010. Já na faixa etária entre 15 a 19 anos, há diminuição consistente no índice de partos desde 2011. Com isso, a tendência de queda é a mais significativa dentre todos os municípios da AID. Na comparação entre os cinco primeiros meses de 2015 e 2016, no caso da faixa entre 10 e 14 anos foram apenas 2 partos em 2016 ante 6 em 2015, e na faixa entre 15 e 19 anos, houve um pequeno aumento em 2016, com 28 partos ante 25 em 2015 (**Figura 7.4- 99 e Figura 7.4- 100**).

Como apresentado nos relatórios anteriores, para contribuir com ações preventivas a Norte Energia realizou palestras educativas sobre doenças e agravos à saúde nas comunidades e escolas, a fim de minimizar fatores que contribuam para o aumento dos índices de criminalidade; gravidez e prostituição na infância e adolescência⁶; bem como violência contra o menor.

Foram realizadas cerca de 120 palestras, abrangendo 7 mil participantes. No total, 43 temas foram abordados nos municípios de Altamira, Vitória do Xingu, Anapu e Senador José Porfírio¹⁵.

Além das ações específicas da Norte Energia, mencionadas acima, é importante frisar as atuações preventivas realizadas pelos Conselhos, pelo Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) e pelo Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), pela Polícia Militar, pelo Ministério Público, pela Vara da Infância e Juventude e pelas Secretarias Municipais, para desenvolver melhoria na proteção e coibir a violação dos direitos das crianças e dos adolescentes.

5.1. Indicador “10. Alteração no número de atendimentos em assistência social”

⁶ <http://norteenergiacom.br/site/2014/06/09/norte-energia-repudia-conclusoes-baseadas-em-dados-nao-oficiais/>

1) Centro de Referência de Assistência Social – CRAS

Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF)

a) Análise da Quantidade de novas famílias inseridas no acompanhamento do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF) – Altamira

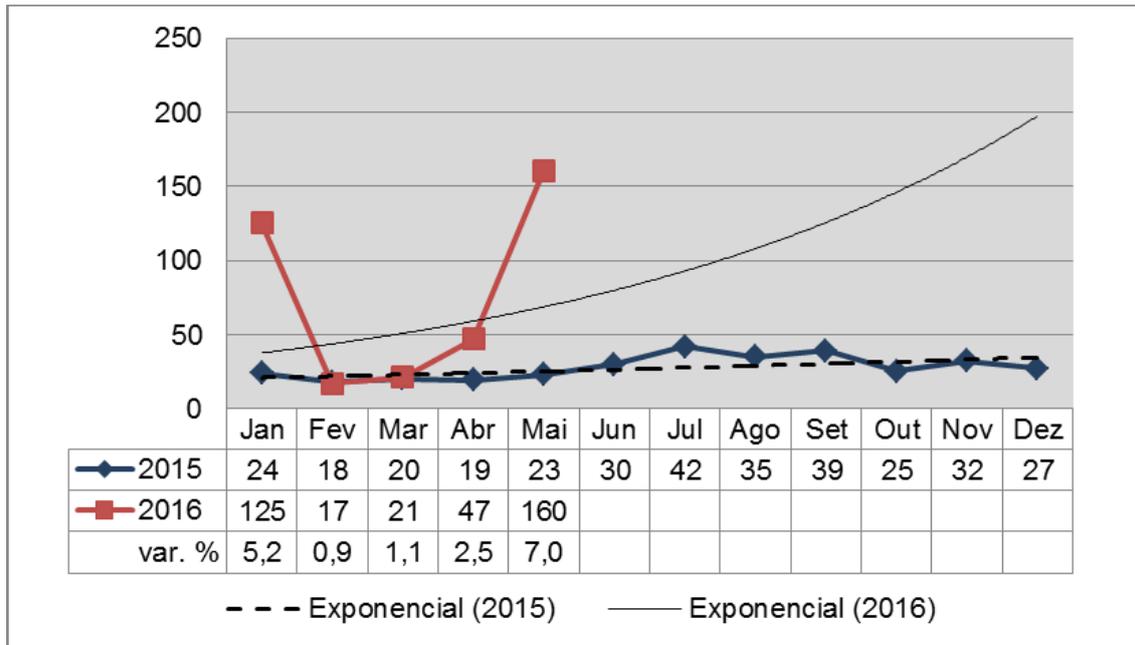


Figura 7.4- 101 – Quantidade de novas famílias inseridas no acompanhamento do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF), em Altamira, de janeiro de 2015 a maio de 2016

Fonte: Secretaria Municipal do Trabalho e Promoção Social (SEMUTS) de Altamira/ Elaboração Norte Energia.

b) Análise da Quantidade de novas famílias inseridas no acompanhamento do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF) – Anapu

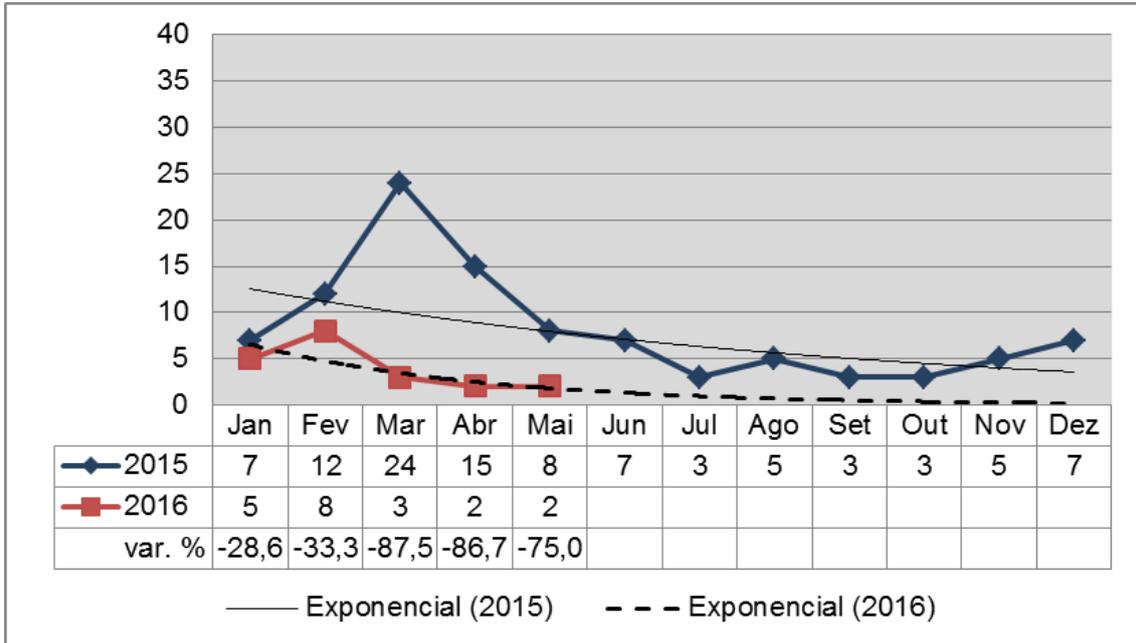


Figura 7.4- 102 – Quantidade de novas famílias inseridas no acompanhamento do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF), em Anapu, de janeiro de 2015 a maio de 2016

Fonte: Secretaria Municipal de Assistência Social (SEMAS) de Anapu/ Elaboração Norte Energia.

c) Análise da Quantidade de novas famílias inseridas no acompanhamento do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF) – Brasil Novo

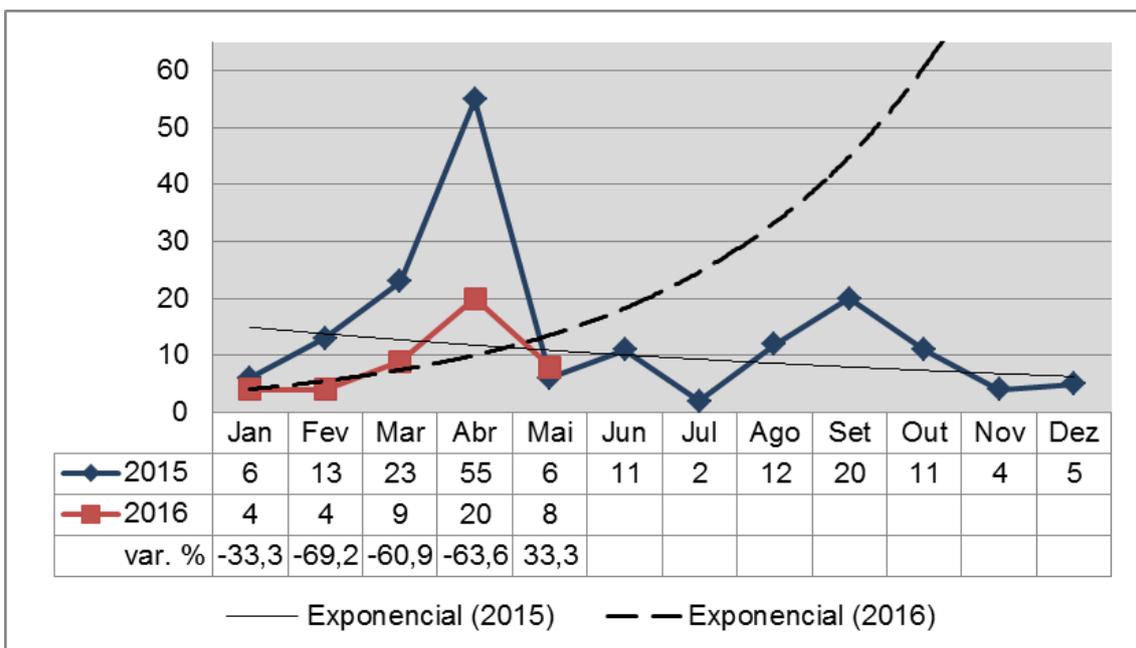


Figura 7.4 - 103 – Quantidade de novas famílias inseridas no acompanhamento do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF), em Brasil Novo, de janeiro de 2015 a maio de 2016

Fonte: Secretaria Municipal do Trabalho e Promoção Social (SEMUTS) de Brasil Novo/ Elaboração Norte Energia.

d) Análise da Quantidade de novas famílias inseridas no acompanhamento do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF)– Senador José Porfírio

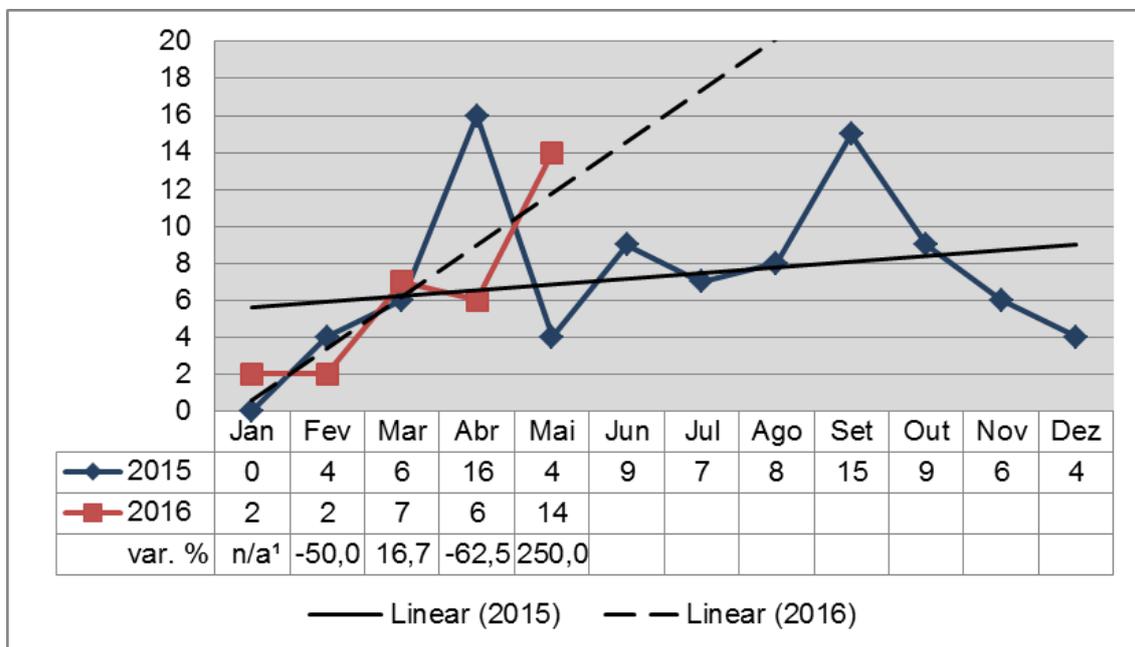


Figura 7.4- 104 – Quantidade de novas famílias inseridas no acompanhamento do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF), em Senador José Porfírio, de janeiro de 2015 a maio de 2016

Fonte: Secretaria Municipal do Trabalho e Ação Social (SEMTRAPS) de Senador José Porfírio/ Elaboração Norte Energia.

e) Análise da Quantidade de novas famílias inseridas no acompanhamento do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF) – Vitória do Xingu

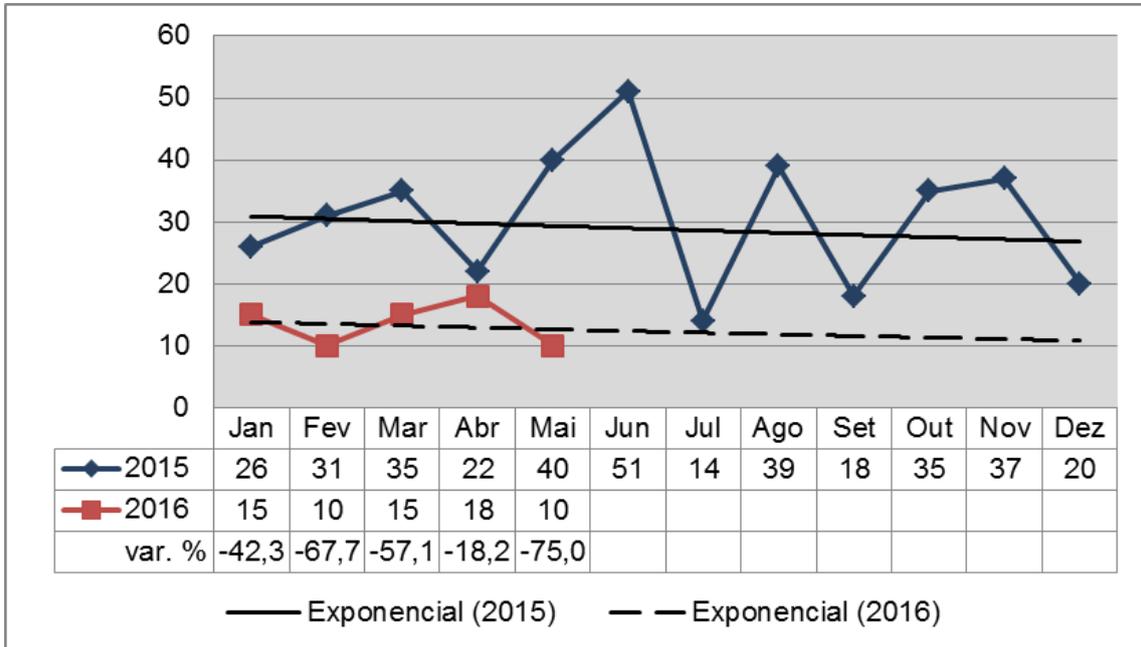


Figura 7.4- 105 – Quantidade de novas famílias inseridas no acompanhamento do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF), em Vitória do Xingu, de janeiro de 2015 a maio de 2016

Fonte: Secretaria Municipal do Trabalho e Promoção Social (SEMUTS) de Vitória do Xingu/ Elaboração Norte Energia.

Atendimentos individualizados do CRAS

a) Número de atendimentos individualizados do CRAS – Altamira

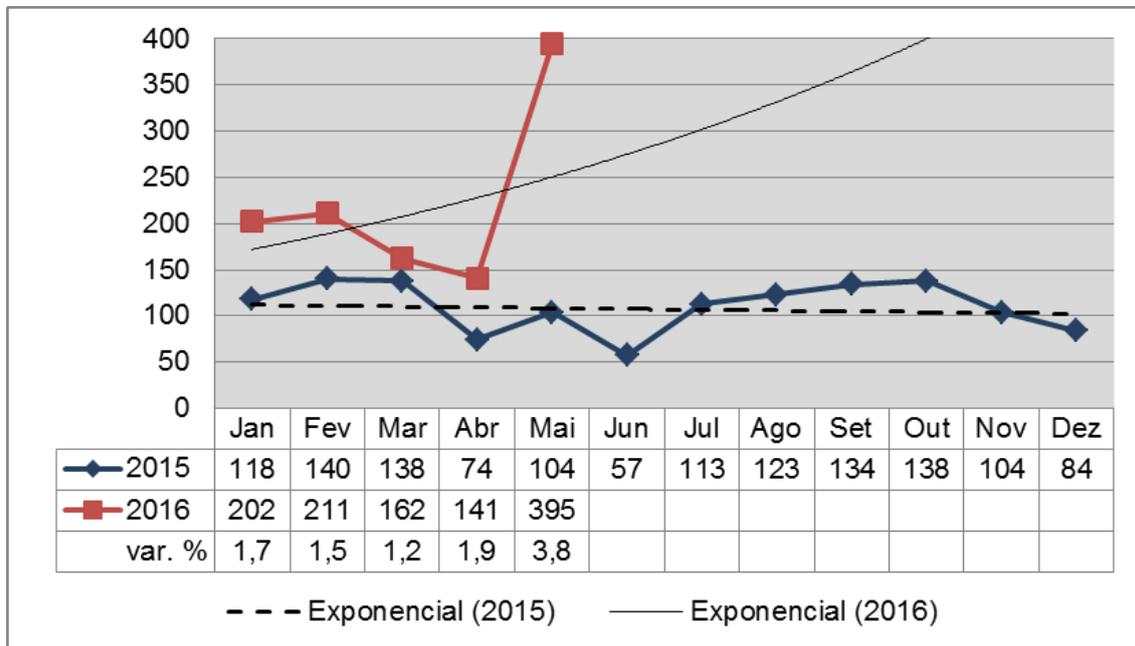


Figura 7.4 - 106 – Número de atendimentos individualizados do CRAS no mês, em Altamira, de janeiro de 2015 a maio de 2016

Fonte: Secretaria Municipal do Trabalho e Promoção Social (SEMUTS) de Altamira/ Elaboração Norte Energia.

b) Número de atendimentos individualizados do CRAS – Anapu

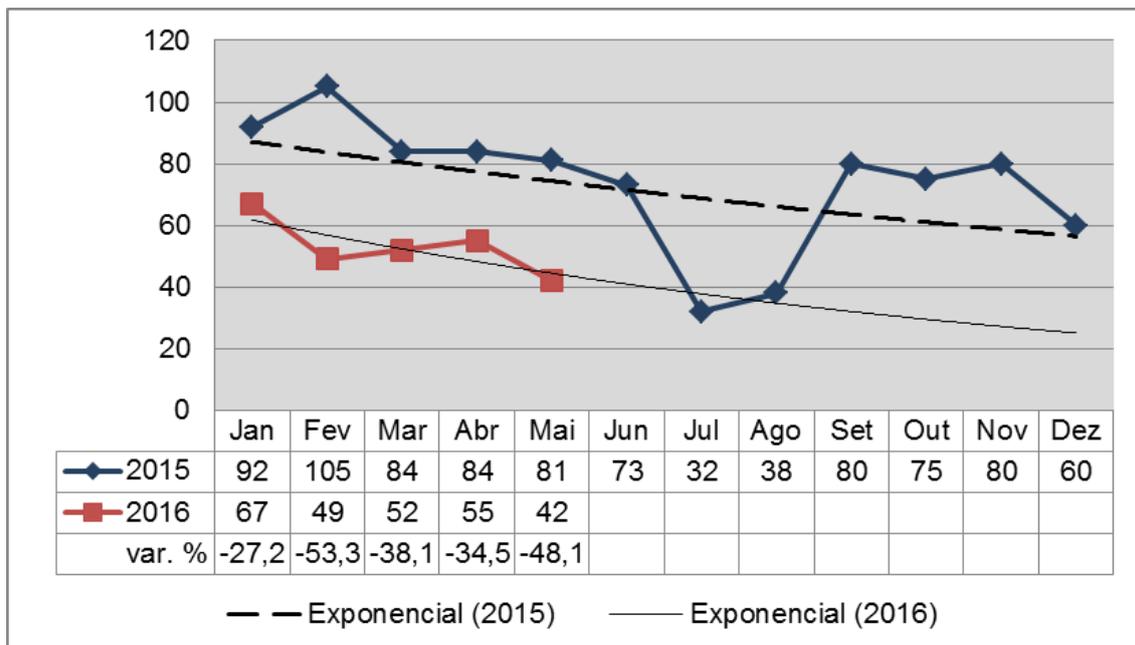


Figura 7.4 - 107 – Número de atendimentos individualizados do CRAS no mês, em Anapu, de janeiro de 2015 a maio de 2016

Fonte: Secretaria Municipal de Assistência Social (SEMAS) de Anapu/ Elaboração Norte Energia.

c) Número de atendimentos individualizados do CRAS – Brasil Novo

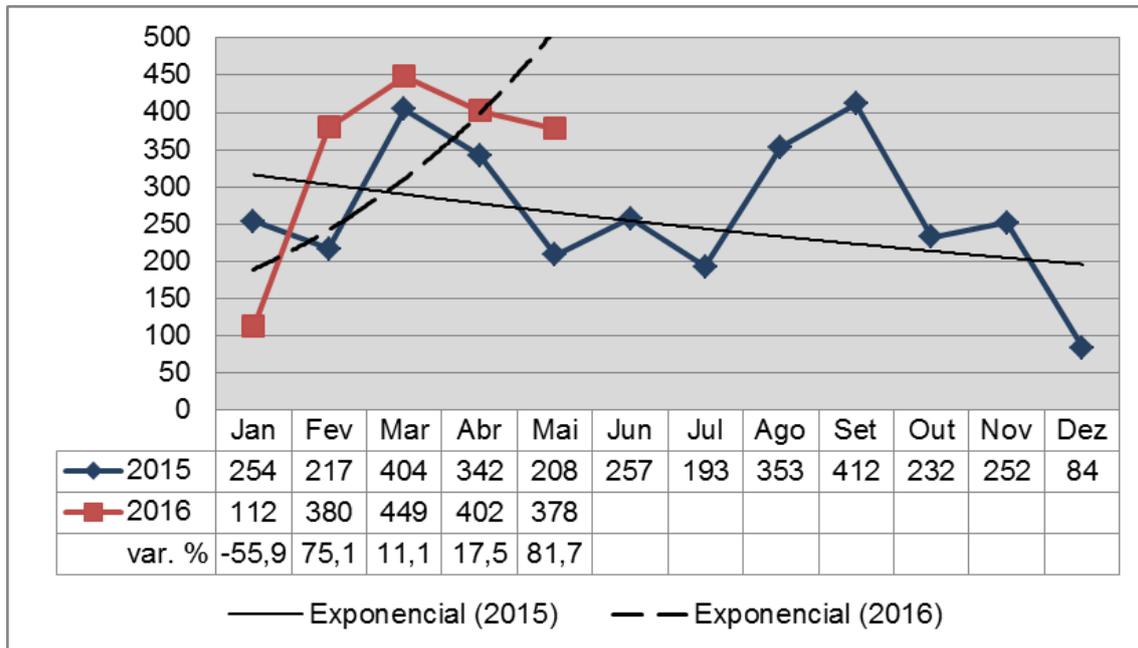


Figura 7.4 - 108 – Número de atendimentos individualizados do CRAS no mês, em Brasil Novo, de janeiro de 2015 a maio de 2016

Fonte: Secretaria Municipal do Trabalho e Promoção Social (SEMUTS) de Brasil Novo/ Elaboração Norte Energia.

d) Número de atendimentos individualizados do CRAS – Senador José Porfírio

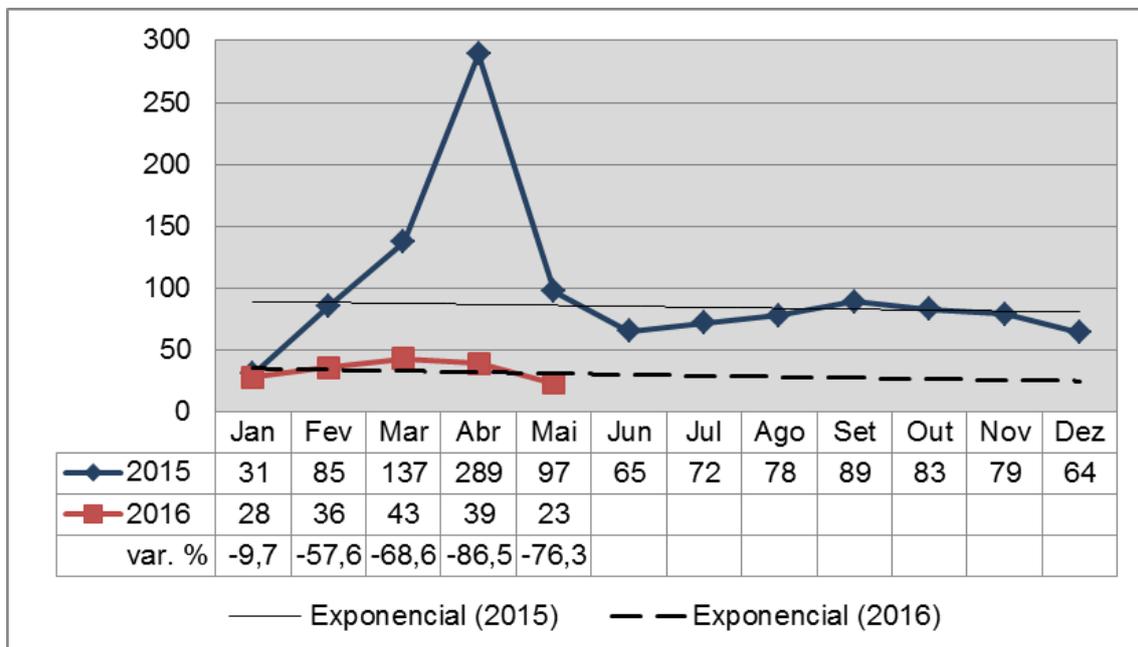


Figura 7.4 - 109 – Número de atendimentos individualizados do CRAS no mês, Senador José Porfírio, de janeiro de 2015 a maio de 2016

Fonte: Secretaria Municipal do Trabalho e Ação Social (SEMTRAPS) de Senador José Porfírio/ Elaboração Norte Energia.

e) Número de atendimentos individualizados do CRAS – Vitória do Xingu

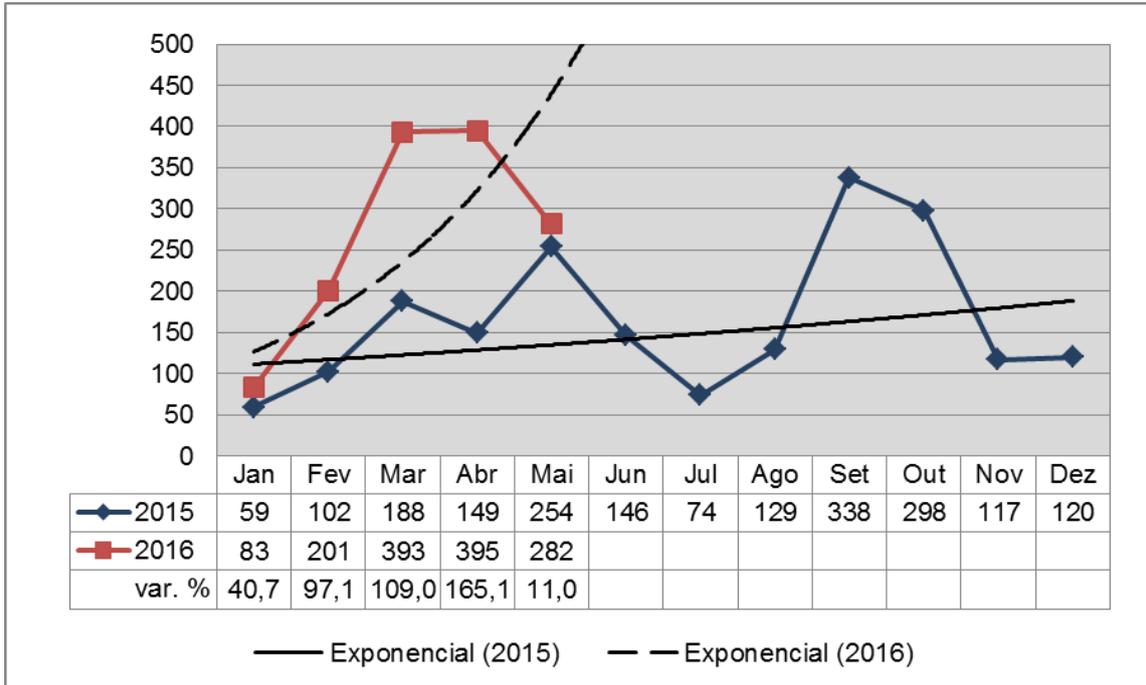


Figura 7.4 - 110 – Número de atendimentos individualizados do CRAS no mês, em Vitória do Xingu, de janeiro de 2015 a maio de 2016

Fonte: Secretaria Municipal do Trabalho e Promoção Social (SEMUTS) de Vitória do Xingu/ Elaboração Norte Energia.

Quantidade de Crianças/Adolescentes (de 6 a 15 anos), de Jovens (de 15 a 17 anos) e de Idosos em Serviços de Convivência e Fortalecimentos de Vínculos

a) Quantidade de Crianças/Adolescentes (de 6 a 15 anos), de Jovens (de 15 a 17 anos) e de Idosos em Serviços de Convivência e Fortalecimentos de Vínculos – Altamira

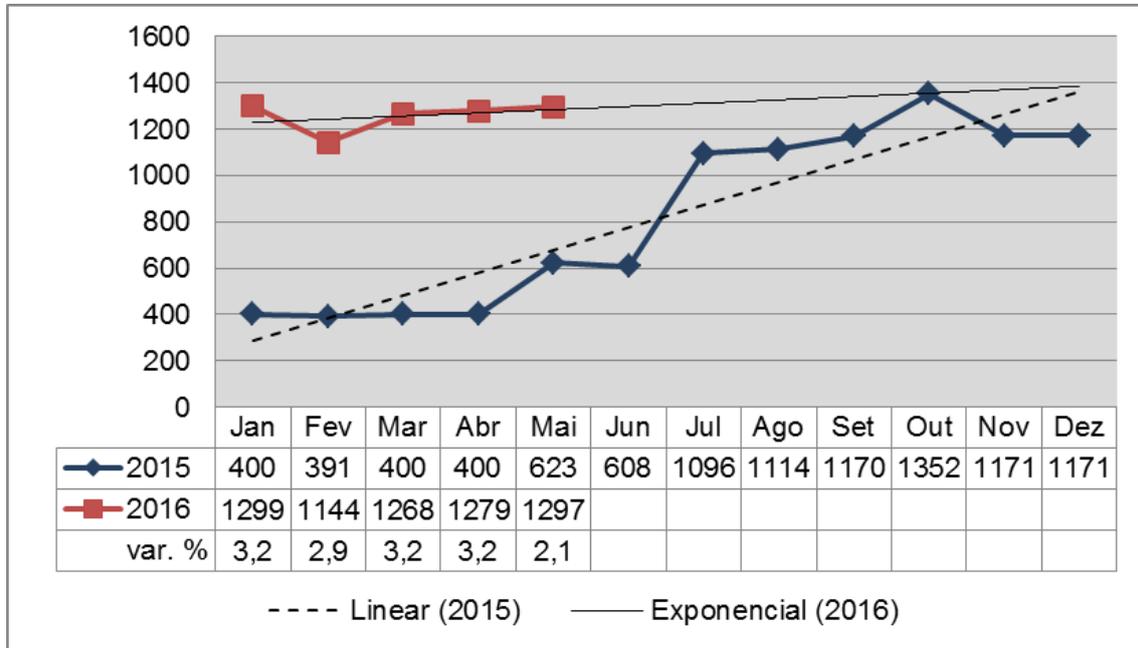


Figura 7.4- 111 – Quantidade de Crianças/Adolescentes (de 6 a 14 anos) em Serviços de Convivência e Fortalecimentos de Vínculos, em Altamira, de janeiro de 2015 a maio de 2016

Fonte: Secretaria Municipal do Trabalho e Promoção Social (SEMUTS) de Altamira/ Elaboração Norte Energia.

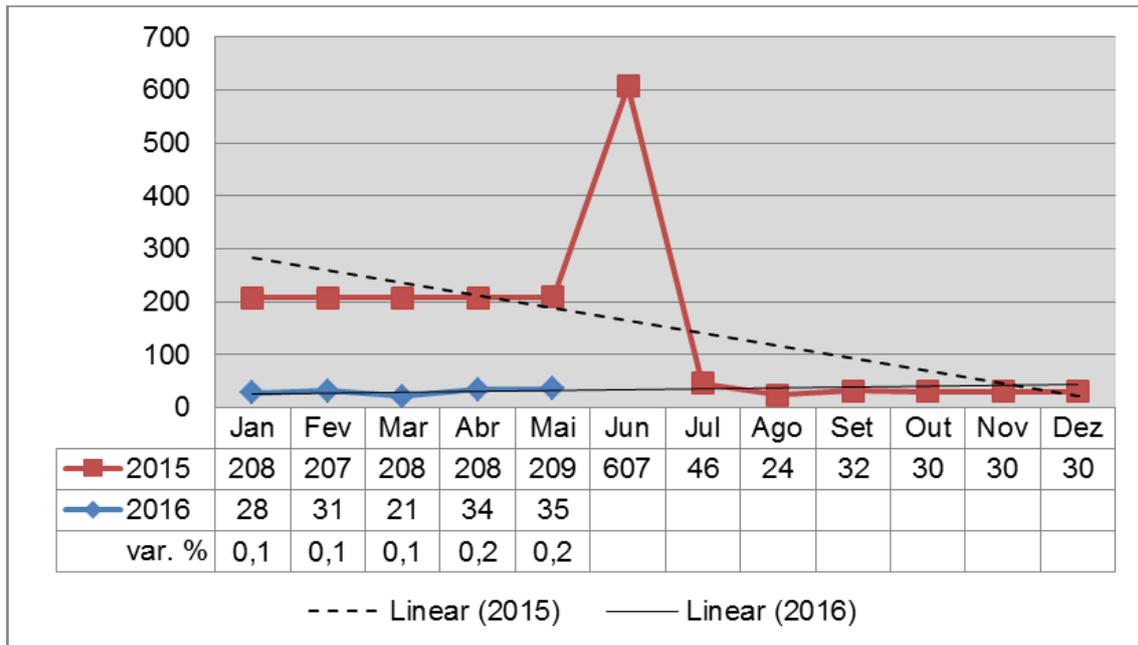


Figura 7.4 - 112 – Quantidade de Jovens (de 15 a 17 anos) em Serviços de Convivência e Fortalecimentos de Vínculos, em Altamira, de janeiro de 2015 a maio de 2016

Fonte: Secretaria Municipal do Trabalho e Promoção Social (SEMUTS) de Altamira/ Elaboração Norte Energia.

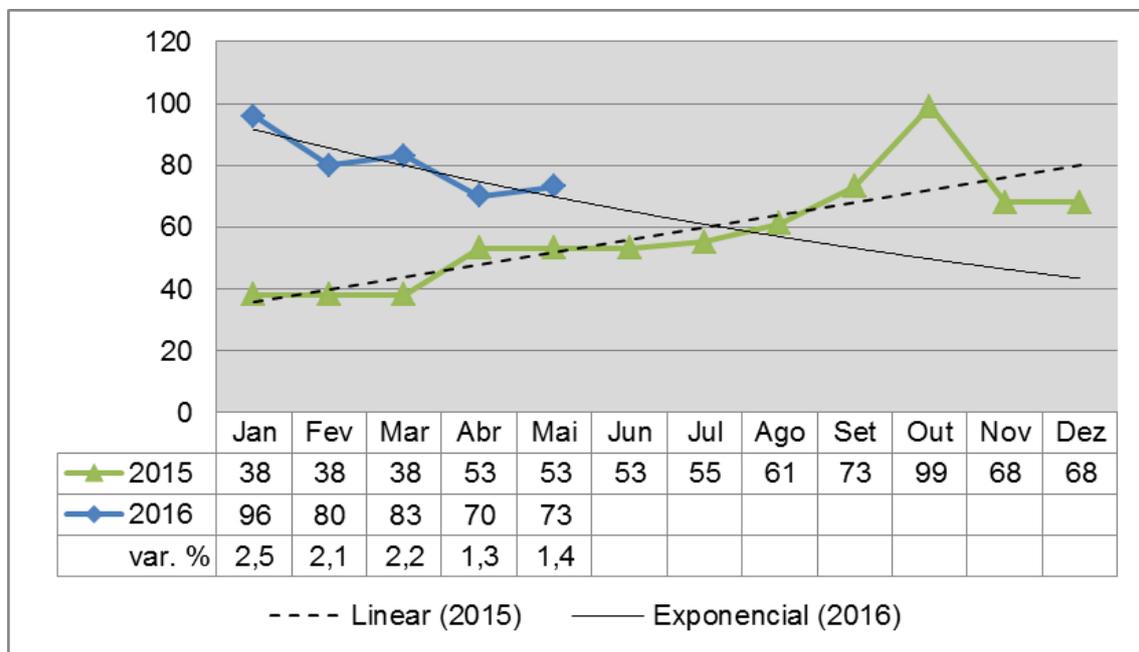


Figura 7.4 - 113 – Quantidade de Idosos em Serviços de Convivência e Fortalecimentos de Vínculos, em Altamira, de janeiro de 2015 a maio de 2016

Fonte: Secretaria Municipal do Trabalho e Promoção Social (SEMUTS) de Altamira/ Elaboração Norte Energia.

- b) Quantidade de Crianças/Adolescentes (de 6 a 15 anos), de Jovens (de 15 a 17 anos) e de Idosos em Serviços de Convivência e Fortalecimentos de Vínculos – Anapu.**

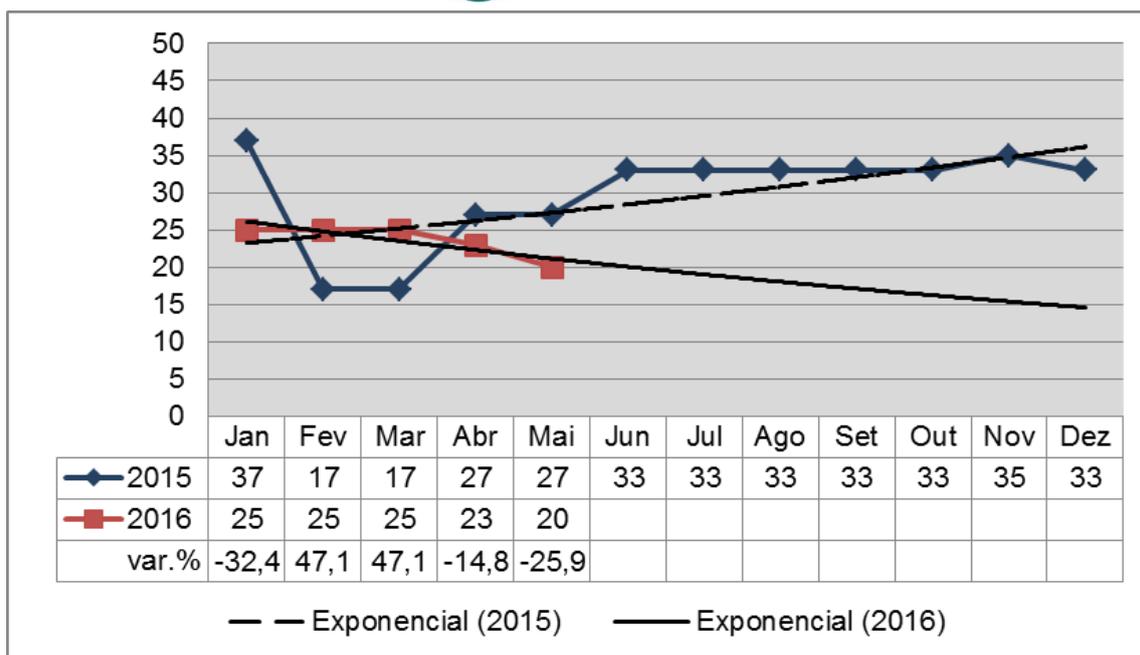


Figura 7.4- 114 – Quantidade de Crianças/Adolescentes (de 6 a 15 anos) em Serviços de Convivência e Fortalecimentos de Vínculos, em Anapu, de janeiro de 2015 a maio de 2016

Fonte: Secretaria Municipal de Assistência Social (SEMAS) de Anapu/ Elaboração Norte Energia.

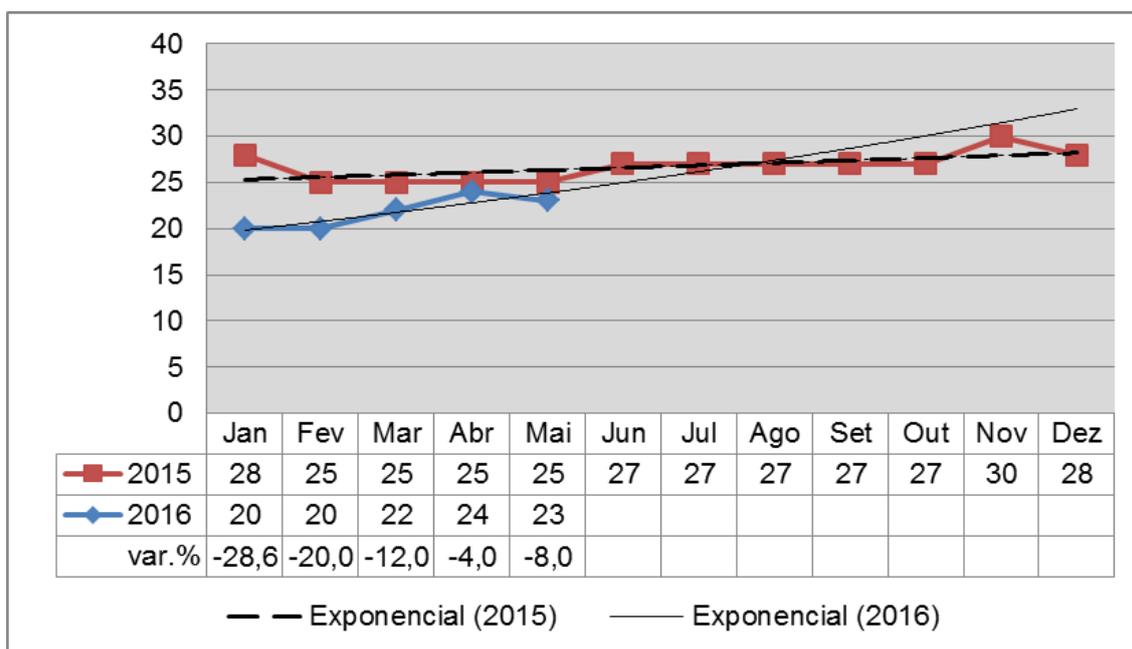


Figura 7.4 - 115 – Quantidade de Jovens (de 15 a 17 anos) em Serviços de Convivência e Fortalecimentos de Vínculos, em Anapu, de janeiro de 2015 a maio de 2016

Fonte: Secretaria Municipal de Assistência Social (SEMAS) de Anapu/ Elaboração Norte Energia.

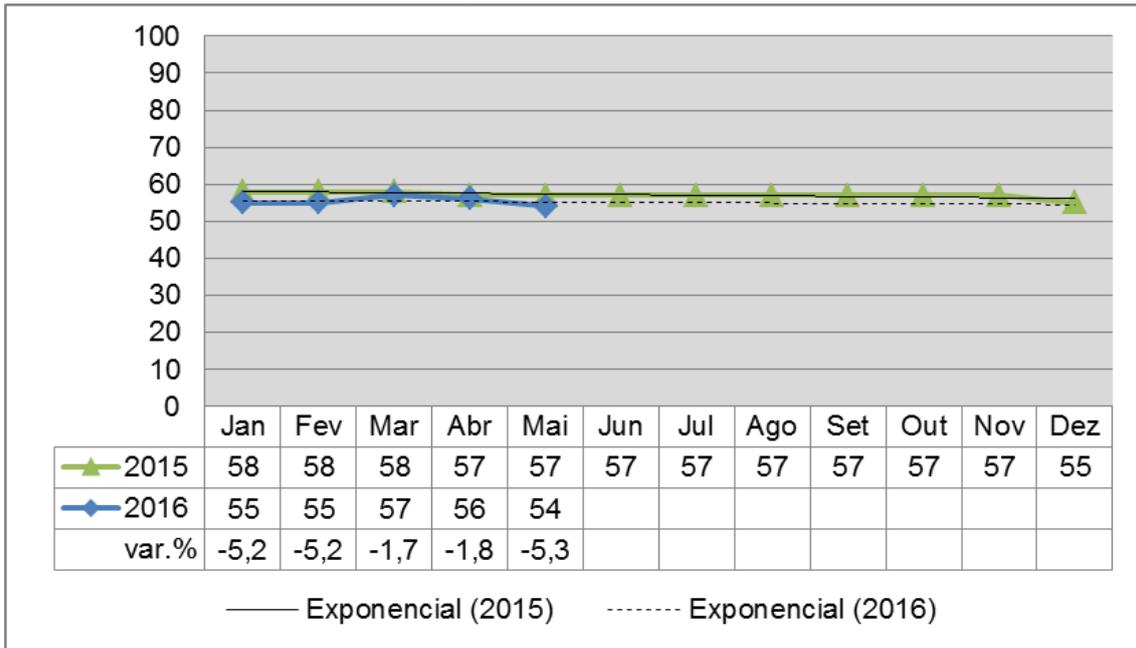


Figura 7.4 - 116 – Quantidade de Idosos em Serviços de Convivência e Fortalecimentos de Vínculos, em Anapu, de janeiro de 2015 a maio de 2016

Fonte: Secretaria Municipal de Assistência Social (SEMAS) de Anapu/ Elaboração Norte Energia.

c) Quantidade de Crianças/Adolescentes (de 6 a 15 anos), de Jovens (de 15 a 17 anos) e de Idosos em Serviços de Convivência e Fortalecimentos de Vínculos – Brasil Novo.

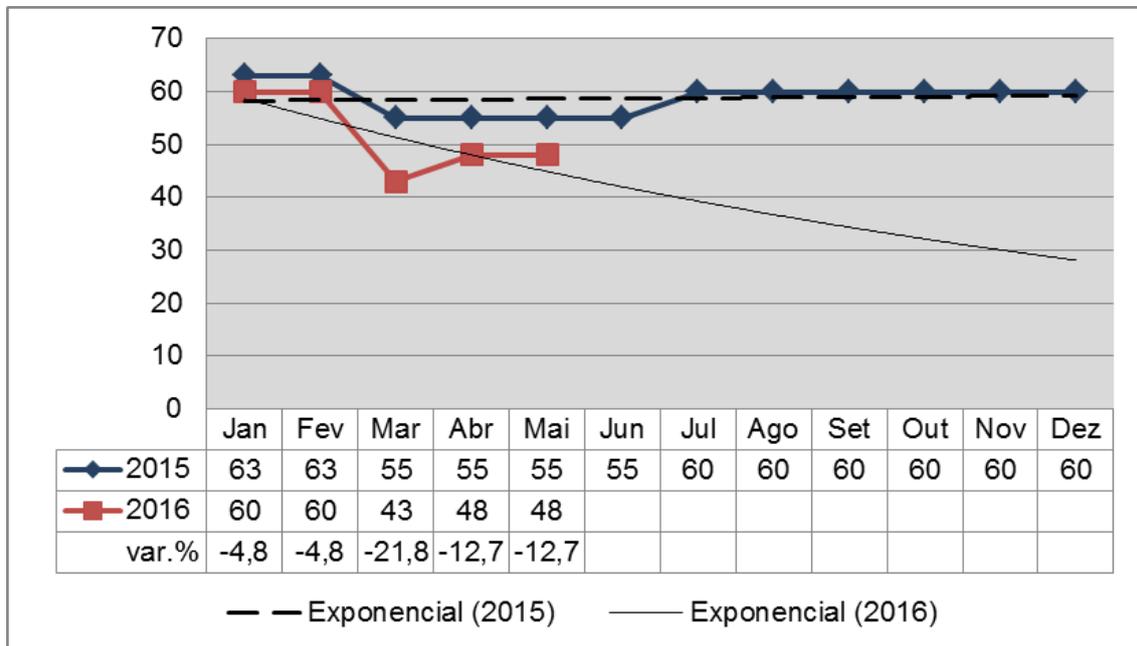


Figura 7.4- 117 – Quantidade de Crianças/Adolescentes (de 6 a 15 anos) em Serviços de Convivência e Fortalecimentos de Vínculos, em Brasil Novo, de janeiro de 2015 a maio de 2016

Fonte: Secretaria Municipal do Trabalho e Promoção Social (SEMUTS) de Brasil Novo/ Elaboração Norte Energia.

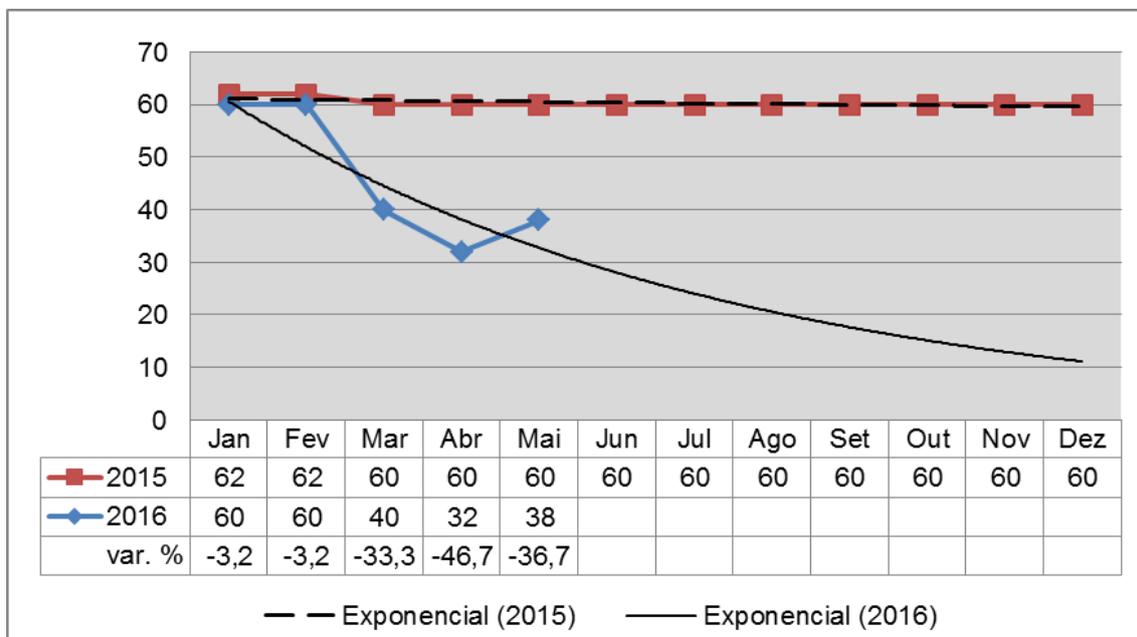


Figura 7.4 - 118 – Quantidade de Jovens (de 15 a 17 anos) em Serviços de Convivência e Fortalecimentos de Vínculos, em Brasil Novo, de janeiro de 2015 a maio de 2016

Fonte: Secretaria Municipal do Trabalho e Promoção Social (SEMUTS) de Brasil Novo/ Elaboração Norte Energia.

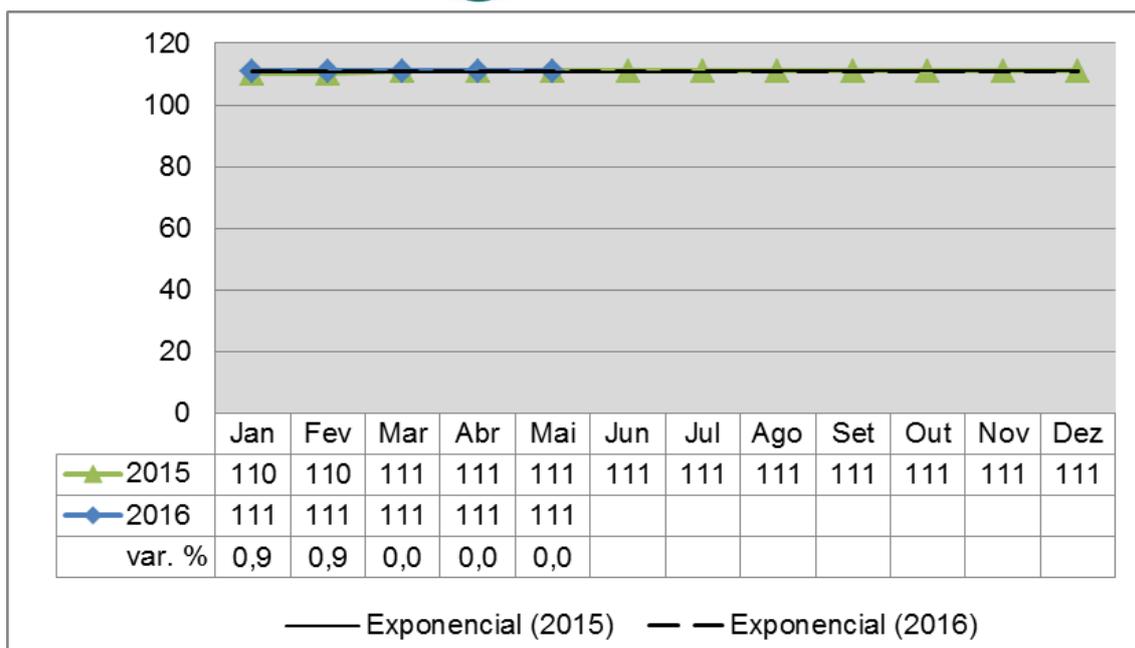


Figura 7.4 - 119 – Quantidade de Idosos em Serviços de Convivência e Fortalecimentos de Vínculos, em Brasil Novo, de janeiro de 2015 a maio de 2016

Fonte: Secretaria Municipal do Trabalho e Promoção Social (SEMUTS) de Brasil Novo/ Elaboração Norte Energia.

d) Quantidade de Crianças/Adolescentes (de 6 a 15 anos), de Jovens (de 15 a 17 anos) e de Idosos em Serviços de Convivência e Fortalecimentos de Vínculos – Senador José Porfírio

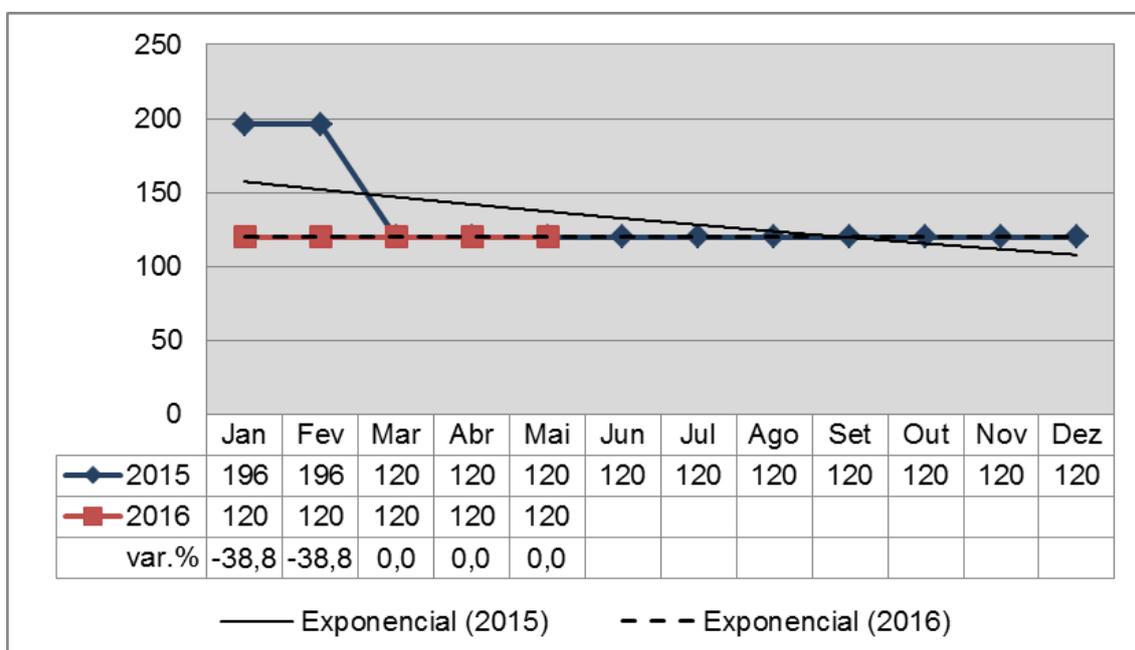


Figura 7.4 - 120 – Quantidade de Crianças/Adolescentes (de 6 a 15 anos), em Serviços de Convivência e Fortalecimentos de Vínculos, em Senador José Porfírio, de janeiro de 2015 a maio de 2016

Fonte: Secretaria Municipal do Trabalho e Ação Social (SEMTRAPS) de Senador José Porfírio/ Elaboração Norte Energia.

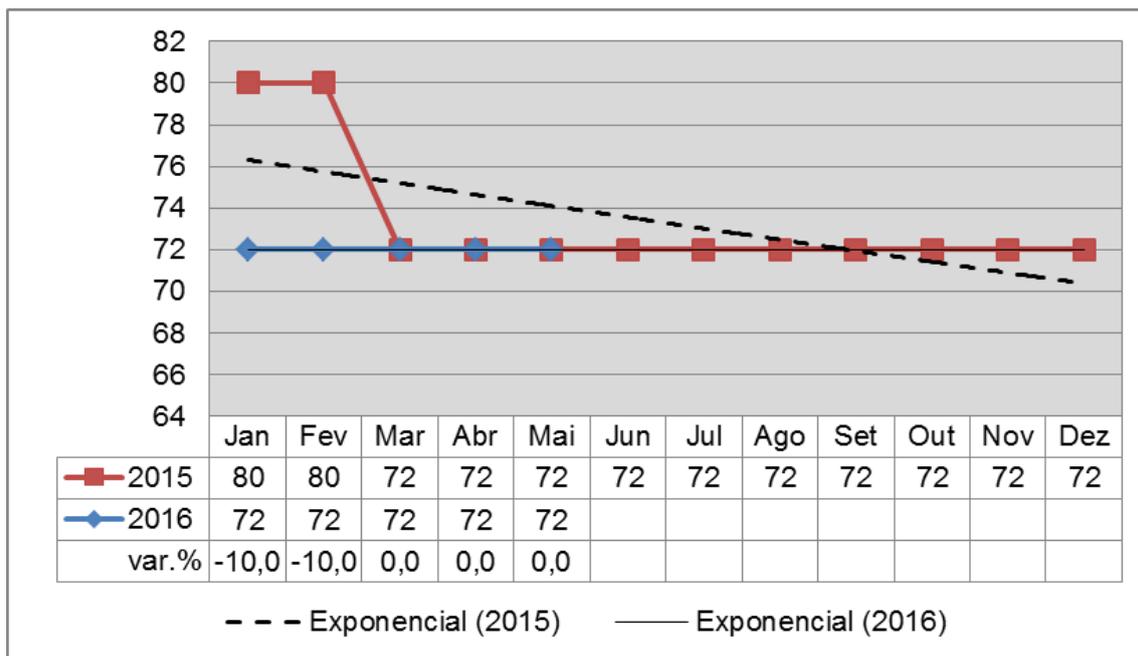


Figura 7.4- 121 - Quantidade de Jovens (de 15 a 17 anos) em Serviços de Convivência e Fortalecimentos de Vínculos, em Senador José Porfírio, de janeiro de 2015 a maio de 2016

Fonte: Secretaria Municipal do Trabalho e Ação Social (SEMTRAPS) de Senador José Porfírio/Elaboração Norte Energia.

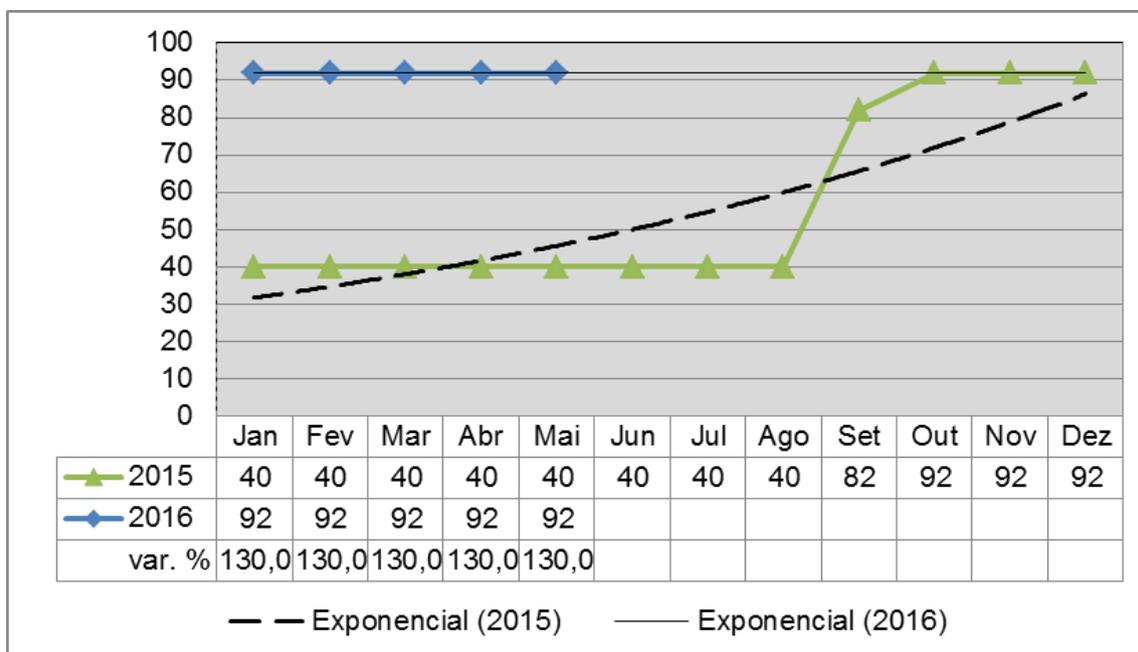


Figura 7.4- 122 - Quantidade de Idosos em Serviços de Convivência e Fortalecimentos de Vínculos, em Senador José Porfírio, de janeiro de 2015 a maio de 2016

Fonte: Secretaria Municipal do Trabalho e Ação Social (SEMTRAPS) de Senador José Porfírio/Elaboração Norte Energia.

e) Quantidade de Crianças/Adolescentes (de 6 a 15 anos), de Jovens (de 15 a 17 anos) e de Idosos em Serviços de Convivência e Fortalecimentos de Vínculos – Vitória do Xingu.

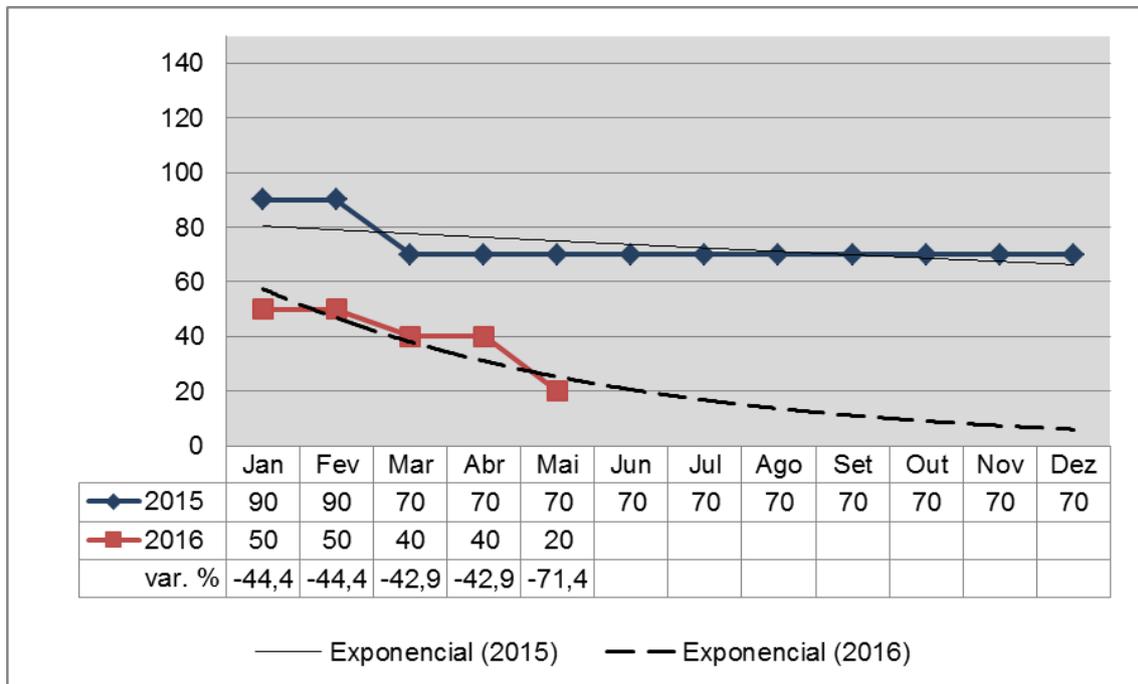


Figura 7.4 - 123 – Quantidade de Crianças/Adolescentes (de 6 a 15 anos), em Serviços de Convivência e Fortalecimentos de Vínculos, em Vitória do Xingu, de janeiro de 2015 a maio de 2016

Fonte: Secretaria Municipal do Trabalho e Promoção Social (SEMUTS) de Vitória do Xingu/ Elaboração Norte Energia.

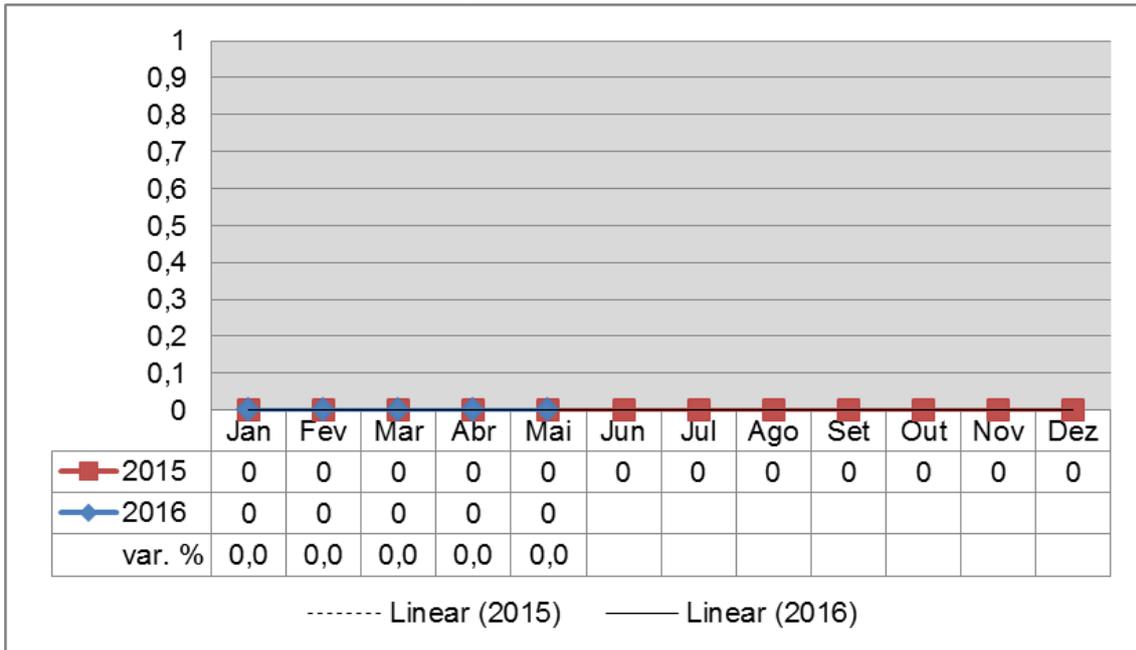


Figura 7.4- 124 - Quantidade de Jovens (de 15 a 17 anos) em Serviços de Convivência e Fortalecimentos de Vínculos, em Vitória do Xingu, de janeiro de 2015 a maio de 2016

Fonte: Secretaria Municipal do Trabalho e Promoção Social (SEMUTS) de Vitória do Xingu/ Elaboração Norte Energia.

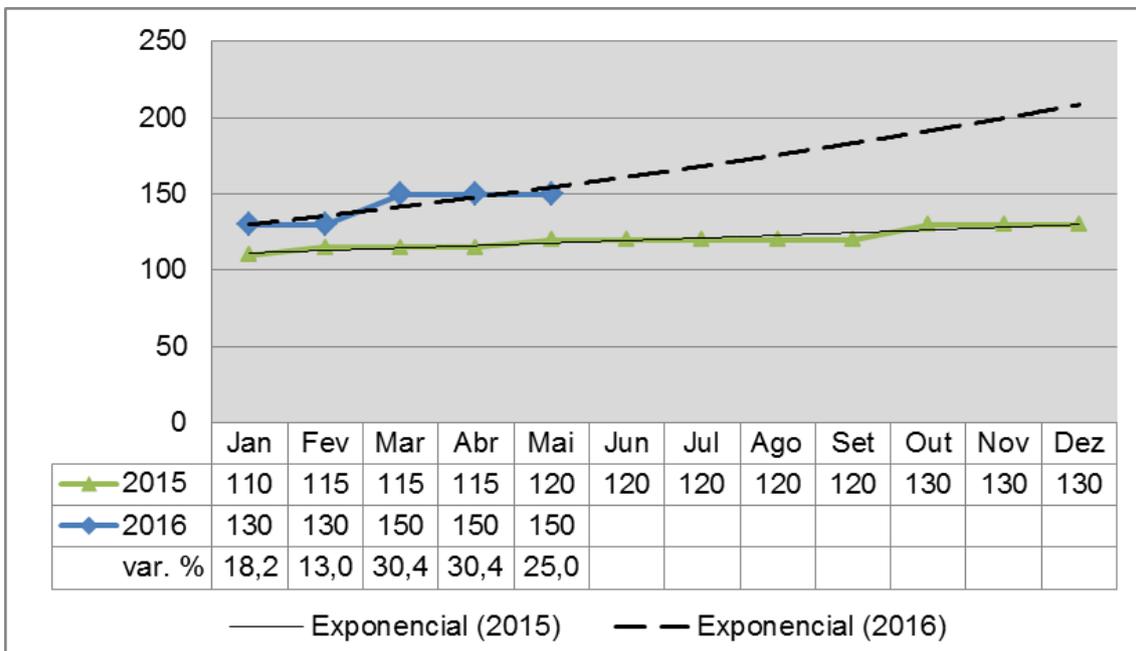


Figura 7.4- 125 - Quantidade de Idosos em Serviços de Convivência e Fortalecimentos de Vínculos, em Vitória do Xingu, de janeiro de 2015 a maio de 2016

Fonte: Secretaria Municipal do Trabalho e Promoção Social (SEMUTS) de Vitória do Xingu/ Elaboração Norte Energia.

Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS

Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI)

a) **Análise da Quantidade de novos casos (famílias e/ou indivíduos) inseridos no acompanhamento do Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI) – Altamira.**

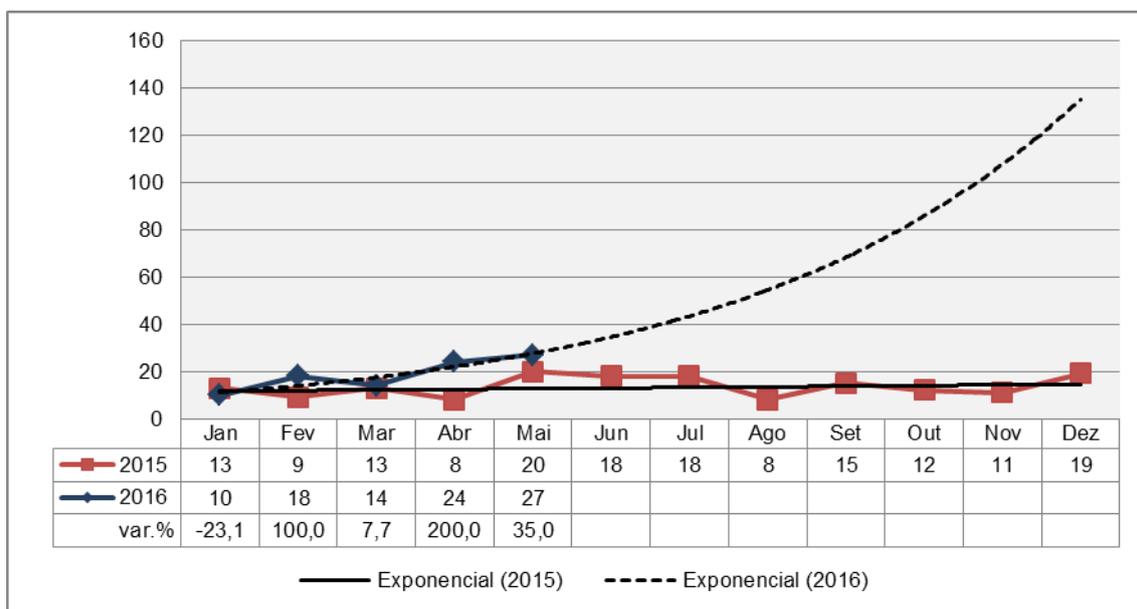


Figura 7.4 - 126 – Novos casos (famílias e/ou indivíduos) inseridos no acompanhamento do Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI), no mês, em Altamira, de janeiro de 2015 a maio de 2016

Fonte: Secretaria Municipal do Trabalho e Promoção Social (SEMUTS) de Altamira/ Elaboração Norte Energia.

b) Análise da Quantidade de novas famílias inseridas no acompanhamento do Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI) – Anapu

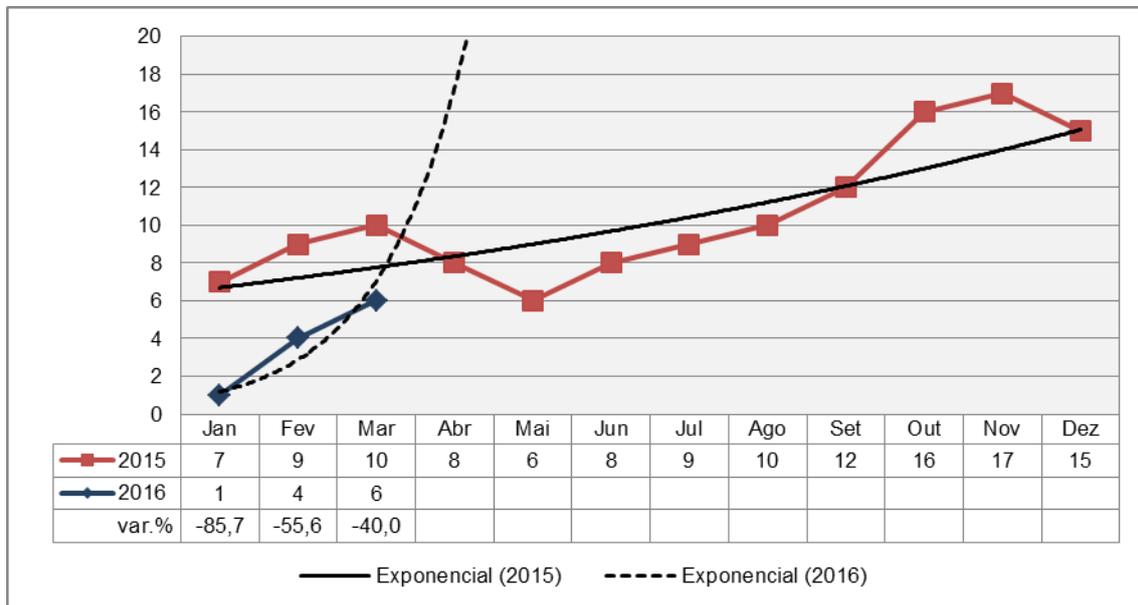


Figura 7.4 - 127 – Novas famílias inseridas no acompanhamento do Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI), no mês, em Anapu, de janeiro de 2015 a março de 2016

Fonte: Secretaria Municipal de Assistência Social (SEMAS) de Anapu/ Elaboração Norte Energia.

c) Análise da Quantidade de novos casos (famílias ou indivíduos) inseridos no acompanhamento do Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI) – Brasil Novo

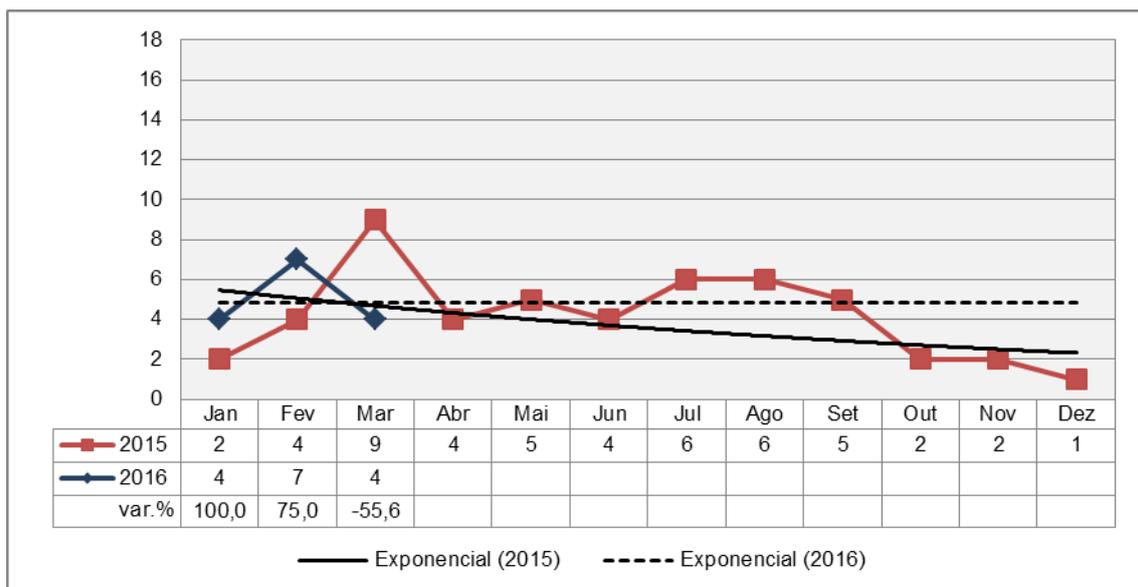


Figura 7.4 - 128 – Novas famílias inseridas no acompanhamento do Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI), no mês, em Brasil Novo, de janeiro de 2015 a março de 2016

Fonte: Secretaria Municipal do Trabalho e Promoção Social (SEMUTS) de Brasil Novo/ Elaboração Norte Energia.

Crianças e adolescentes vítimas de violência intrafamiliar, abuso sexual, exploração sexual, negligência ou abandono

a) Quantidade de crianças e adolescentes, femininos e masculinos, de 0 a 17 anos, vítimas de violência intrafamiliar, abuso sexual, exploração sexual, negligência ou abandono – Altamira.

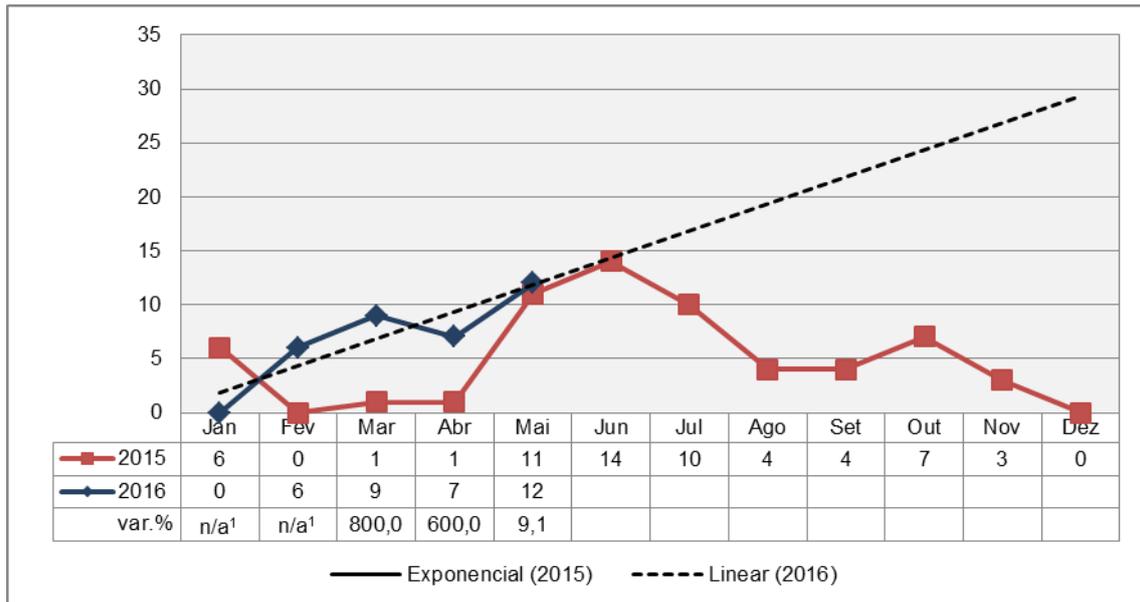


Figura 7.4 - 129 – Quantidade de crianças e adolescentes, femininos e masculinos, de 0 a 17 anos, vítimas de violência intrafamiliar, em Altamira, de janeiro de 2015 a maio de 2016

Fonte: Secretaria Municipal de Assistência Social (SEMAS) de Anapu/ Elaboração Norte Energia.

1.n/a: não se aplica.

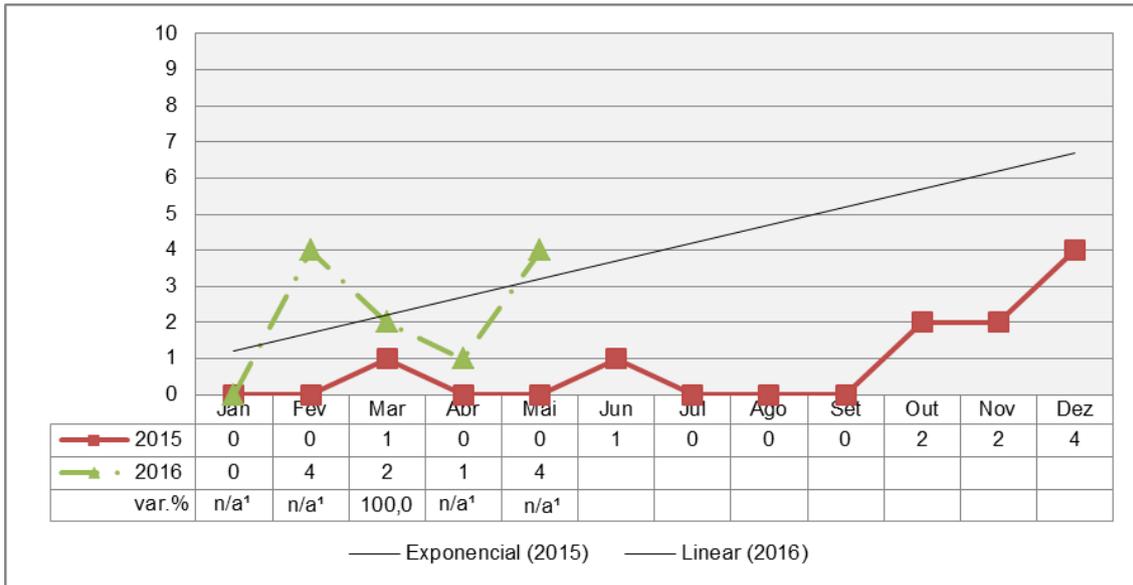


Figura 7.4 - 130 – Quantidade de crianças e adolescentes, femininos e masculinos, de 0 a 17 anos, vítimas de abuso sexual em Altamira, de janeiro de 2015 a maio de 2016

Fonte: Secretaria Municipal do Trabalho e Promoção Social (SEMUTS) de Altamira/ Elaboração Norte Energia.

1.n/a: não se aplica.

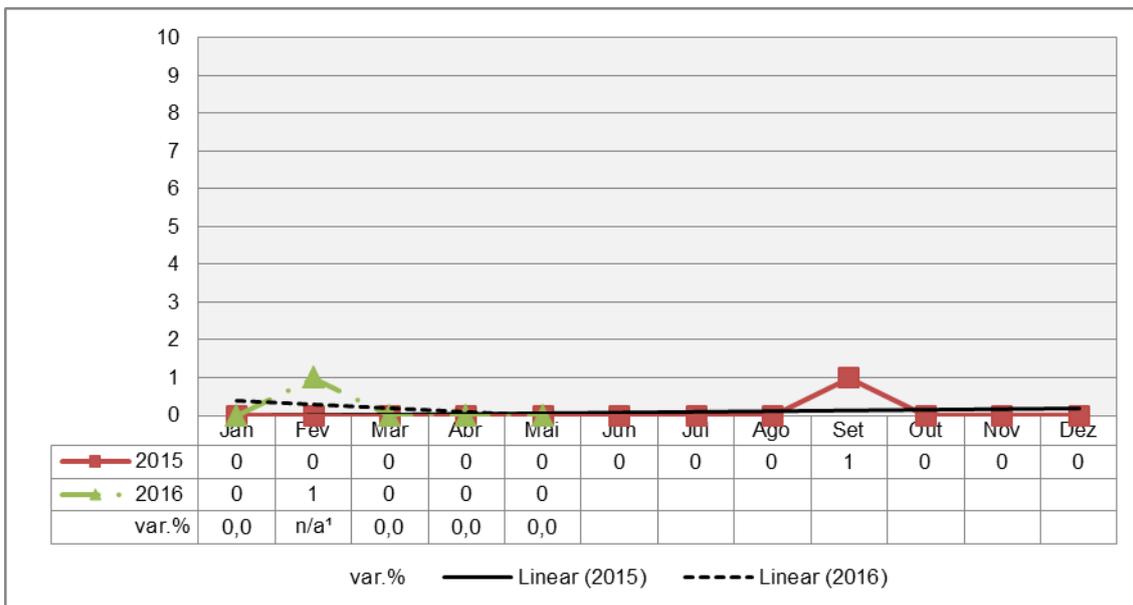


Figura 7.4- 131 – Quantidade de crianças e adolescentes, femininos e masculinos, de 0 a 17 anos, vítimas de exploração sexual em Altamira, de janeiro de 2015 a maio de 2016

Fonte: Secretaria Municipal do Trabalho e Promoção Social (SEMUTS) de Altamira/ Elaboração Norte Energia.

1.n/a: não se aplica.

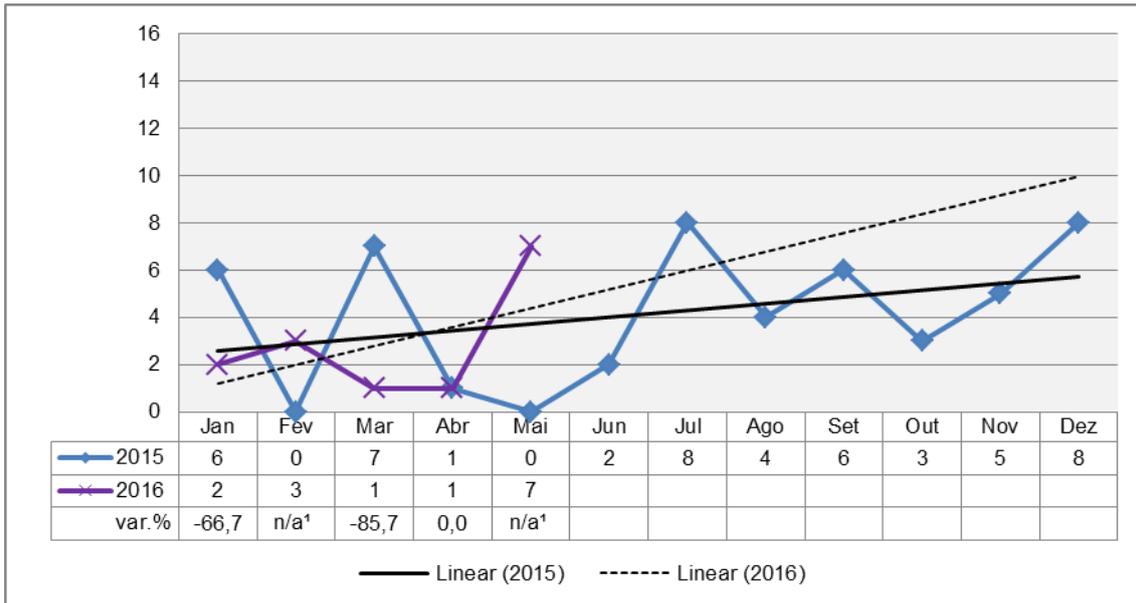


Figura 7.4 - 132 – Quantidade de crianças e adolescentes, femininos e masculinos, de 0 a 17 anos, vítimas de negligência ou abandono, em Altamira, de janeiro de 2015 a maio de 2016

Fonte: Secretaria Municipal de Assistência Social (SEMÁS) de Anapu/ Elaboração Norte Energia.
1.n/a: não se aplica.

b) Quantidade de crianças e adolescentes, femininos e masculinos, de 0 a 17 anos, vítimas de violência intrafamiliar, abuso sexual, exploração sexual, negligência ou abandono – Anapu

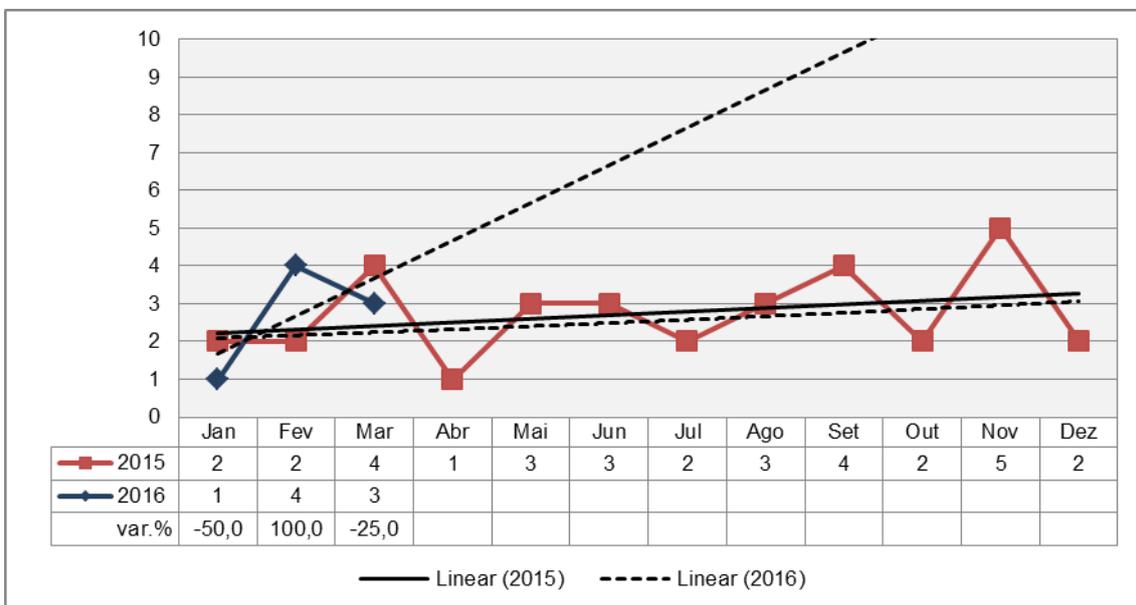


Figura 7.4 - 133 – Quantidade de crianças e adolescentes, femininos e masculinos, de 0 a 17 anos, vítimas de violência intrafamiliar, em Anapu, de janeiro de 2015 a março de 2016

Fonte: Secretaria Municipal de Assistência Social (SEMÁS) de Anapu/ Elaboração Norte Energia.

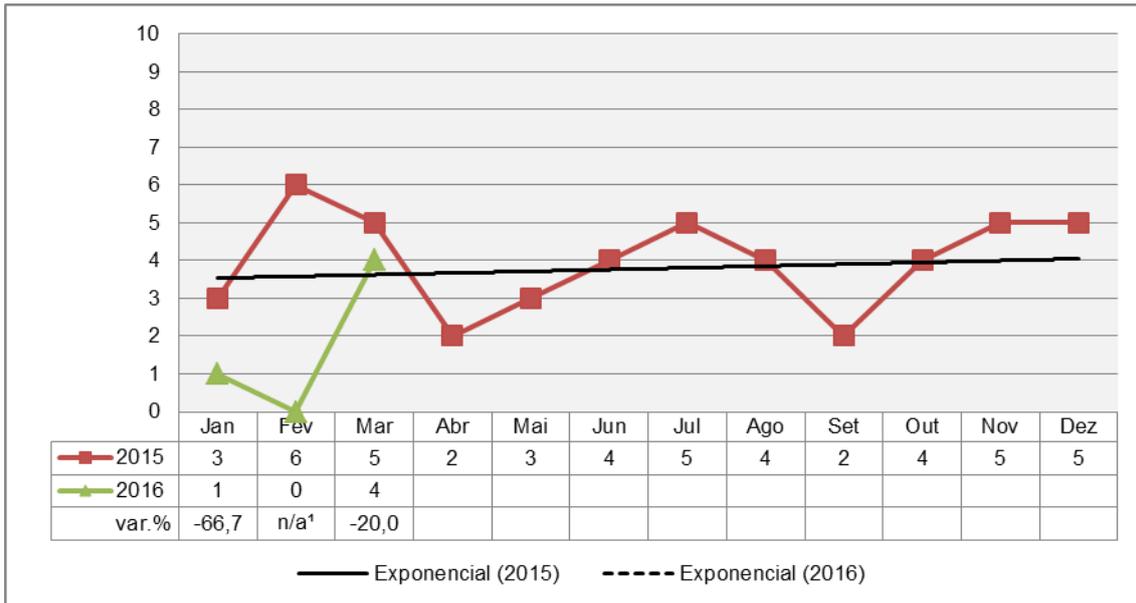


Figura 7.4 - 134 – Quantidade de crianças e adolescentes, femininos e masculinos, de 0 a 17 anos, vítimas de abuso sexual em Anapu, de janeiro de 2015 a março de 2016

Fonte: Secretaria Municipal de Assistência Social (SEMAS) de Anapu/ Elaboração Norte Energia.
1.n/a: não se aplica.

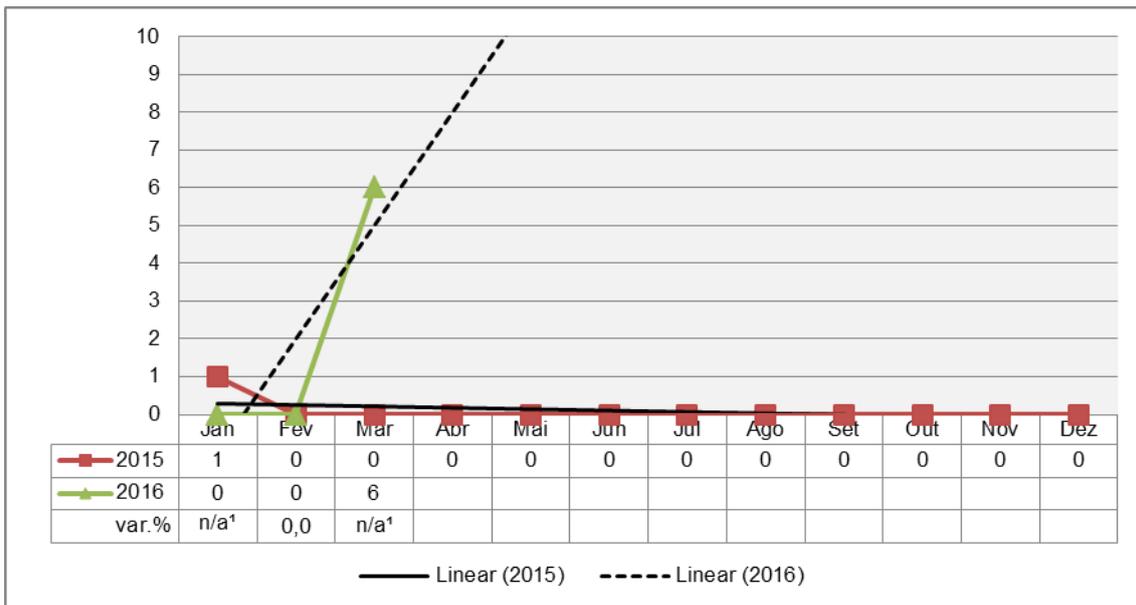


Figura 7.4- 135 – Quantidade de crianças e adolescentes, femininos e masculinos, de 0 a 17 anos, vítimas de exploração sexual em Anapu, de janeiro de 2015 a março de 2016

Fonte: Secretaria Municipal do Trabalho
1.n/a: não se aplica.

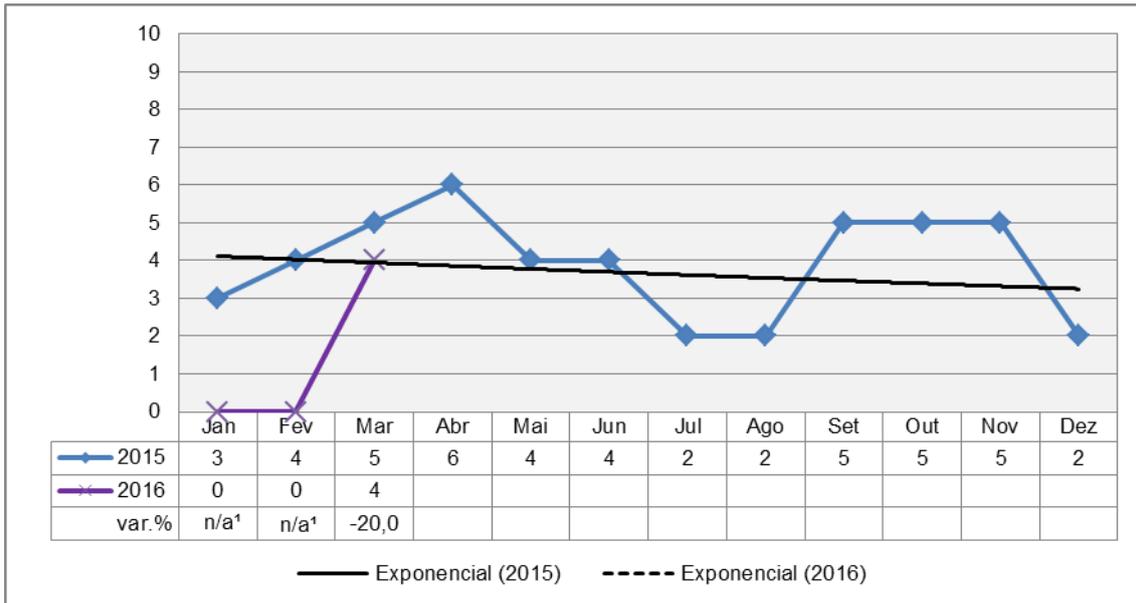


Figura 7.4- 136 – Quantidade de crianças e adolescentes, femininos e masculinos, de 0 a 17 anos, vítimas de negligência ou abandono, em Anapu, de janeiro de 2015 a abril de 2016

Fonte: Secretaria Municipal de Assistência Social (SEMAS) de Anapu/ Elaboração Norte Energia.
 1.n/a: não se aplica.

c) Quantidade de crianças e adolescentes, femininos e masculinos, de 0 a 17 anos, vítimas de violência intrafamiliar, abuso sexual, exploração sexual, negligência ou abandono – Brasil Novo

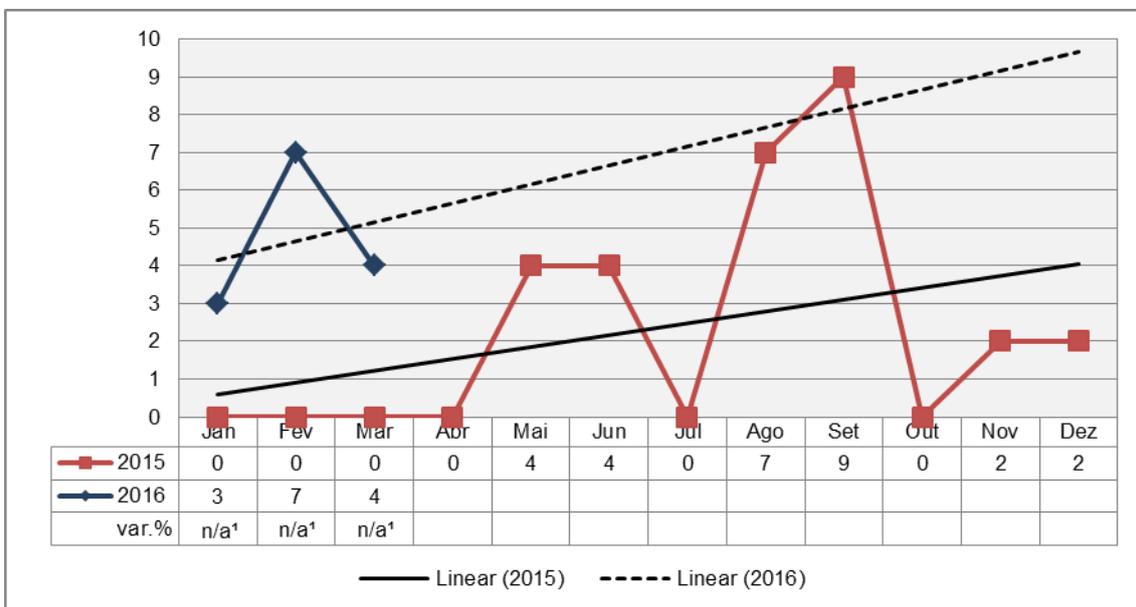


Figura 7.4 - 137 – Quantidade de crianças e adolescentes, femininos e masculinos, de 0 a 17 anos, vítimas de violência intrafamiliar em Brasil Novo, de janeiro de 2015 a abril de 2016

Fonte: Secretaria Municipal do Trabalho e Promoção Social (SEMUTS) de Brasil Novo/ Elaboração Norte Energia.

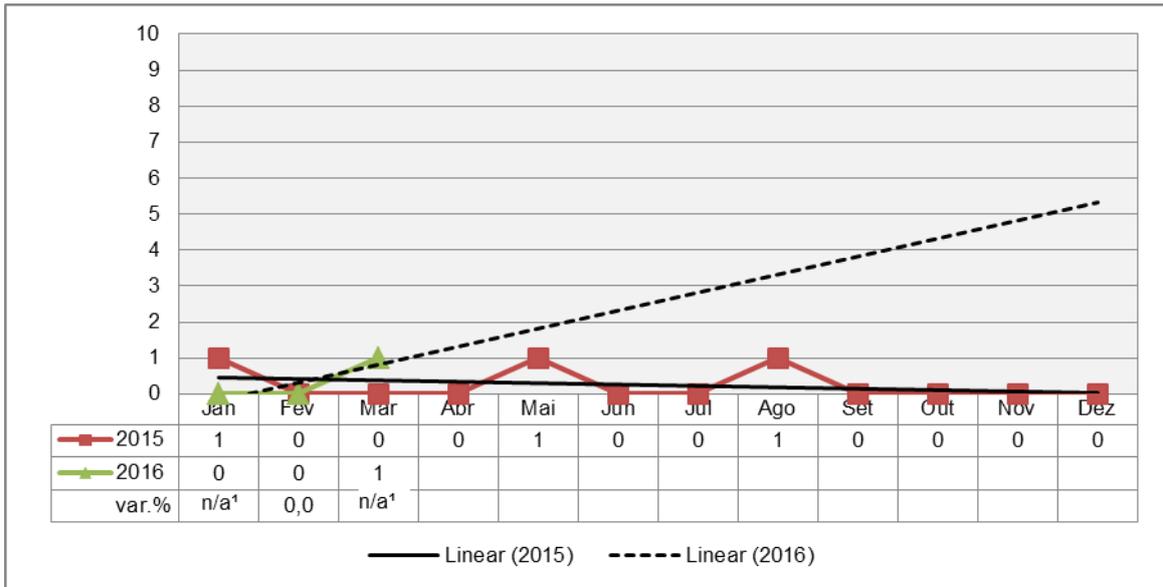


Figura 7.4 - 138 – Quantidade de crianças e adolescentes, femininos e masculinos, de 0 a 17 anos, vítimas de abuso sexual em Brasil Novo, de janeiro de 2015 a abril de 2016

Fonte: Secretaria Municipal do Trabalho e Promoção Social (SEMUTS) de Brasil Novo/ Elaboração Norte Energia.

1.n/a: não se aplica.

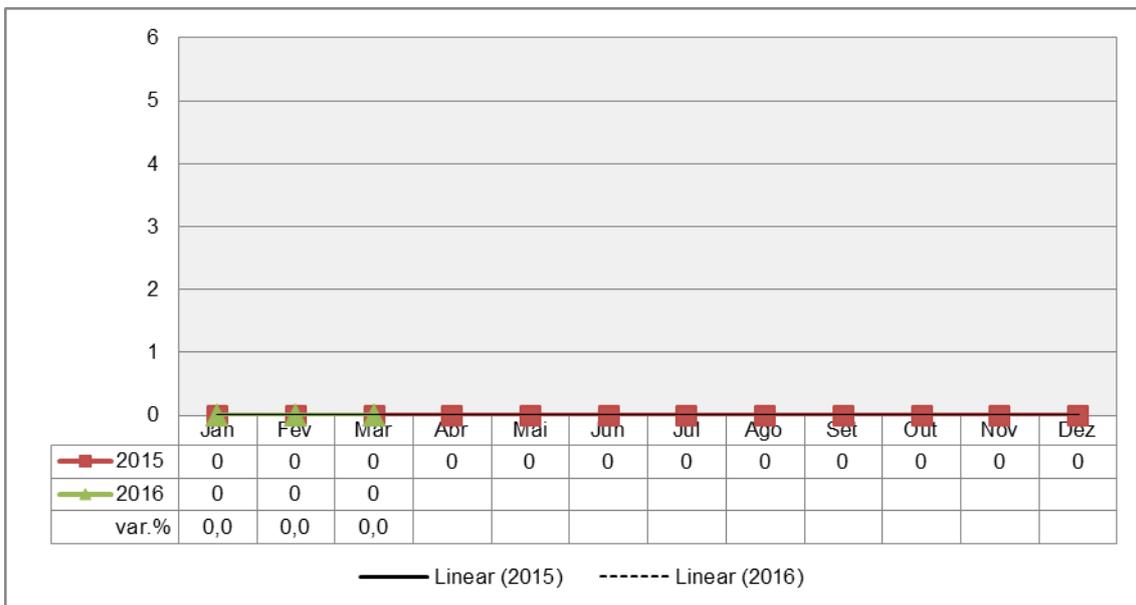


Figura 7.4- 139 – Quantidade de crianças e adolescentes, femininos e masculinos, de 0 a 17 anos, vítimas de exploração sexual em Brasil Novo, de janeiro de 2015 a abril de 2016

Fonte: Secretaria Municipal do Trabalho e Promoção Social (SEMUTS) de Brasil Novo/ Elaboração Norte Energia.

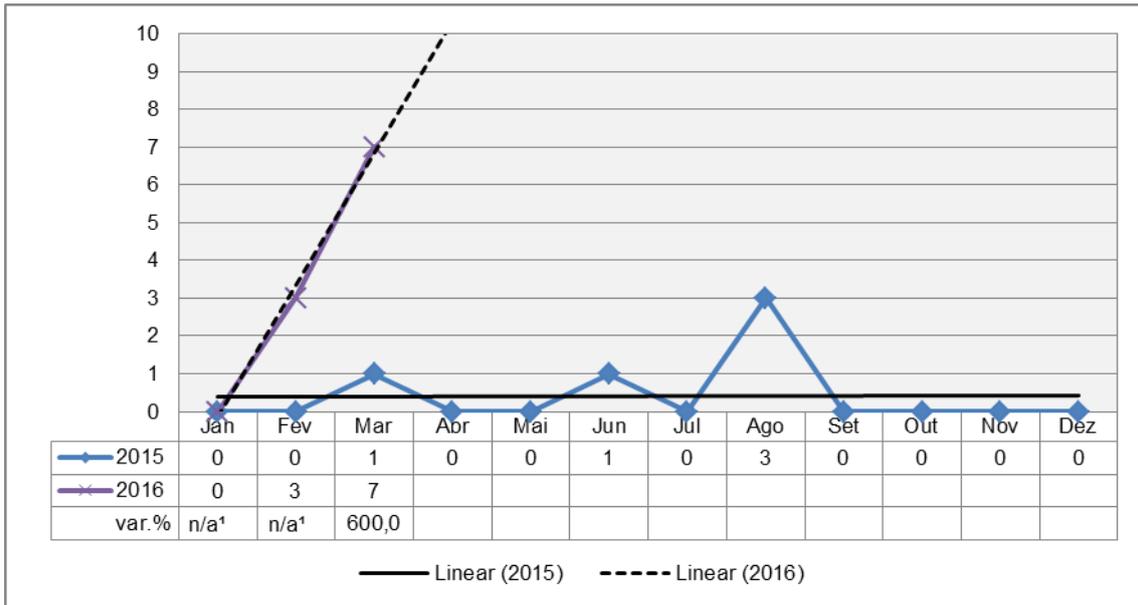


Figura 7.4- 140 – Quantidade de crianças e adolescentes, femininos e masculinos, de 0 a 17 anos, vítimas de negligência ou abandono em Brasil Novo, de janeiro de 2015 a abril de 2016

Fonte: Secretaria Municipal do Trabalho e Promoção Social (SEMUTS) de Brasil Novo/ Elaboração Norte Energia.

1.n/a: não se aplica.

Número de Adolescentes em cumprimento de Medidas socioeducativas (Liberdade Assistida e/ou Prestação de Serviços à Comunidade)

a) Total de adolescentes em cumprimento de Medidas socioeducativas (LA e/ou PSC) – Altamira.

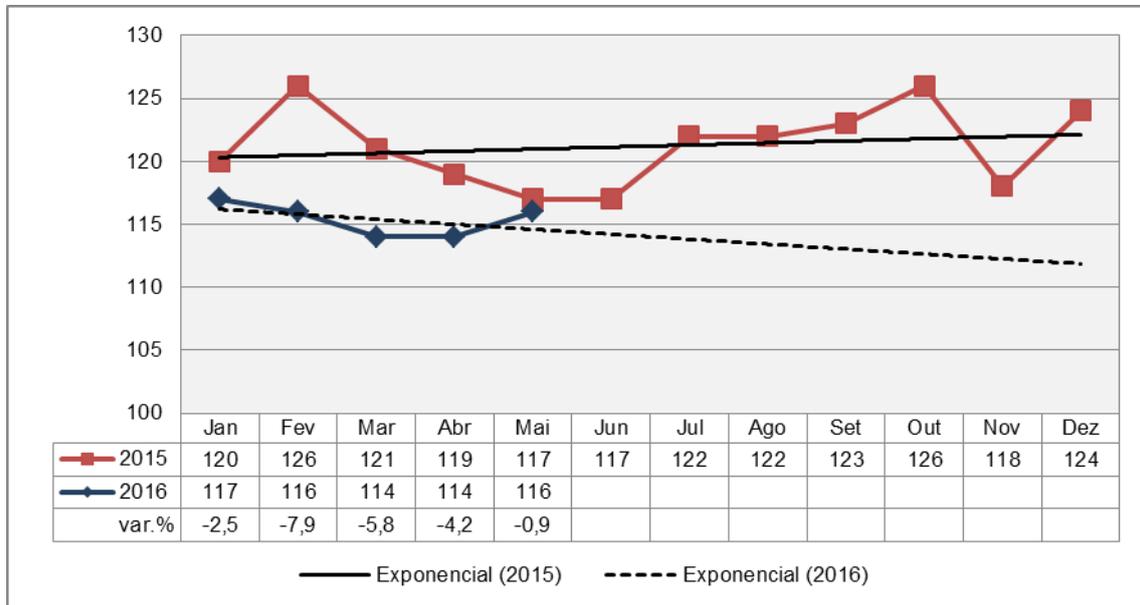


Figura 7.4 - 141 – Total de adolescentes em cumprimento de Medidas socioeducativas (Liberdade Assistida - LA e/ou Prestação de Serviços à Comunidade - PSC), em Altamira, de janeiro de 2015 a maio de 2016

Fonte: Secretaria Municipal do Trabalho e Promoção Social (SEMUTS) de Altamira/ Elaboração Norte Energia.

b) Total de adolescentes em cumprimento de Medidas socioeducativas (LA e/ou PSC) – Anapu

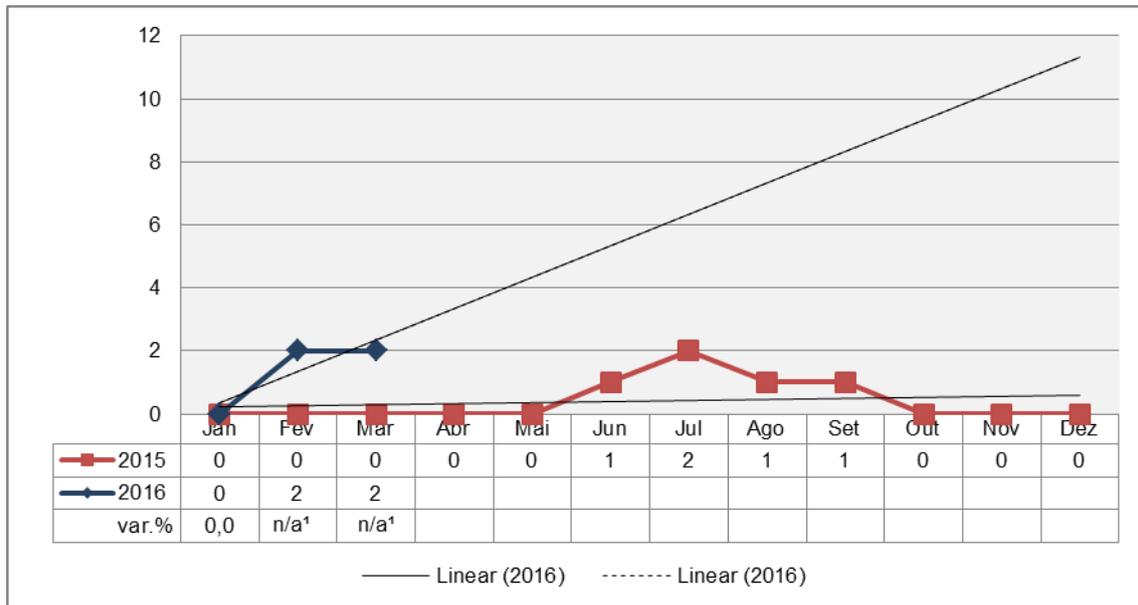


Figura 7.4 - 142 – Total de adolescentes em cumprimento de Medidas socioeducativas (Liberdade Assistida - LA e/ou Prestação de Serviços à Comunidade - PSC), em Anapu, de janeiro de 2015 a abril de 2016

Fonte: Secretaria Municipal do Trabalho e Promoção Social (SEMUTS) de Brasil Novo/ Elaboração Norte Energia.

c) Total de adolescentes em cumprimento de Medidas socioeducativas (LA e/ou PSC) – Brasil Novo.

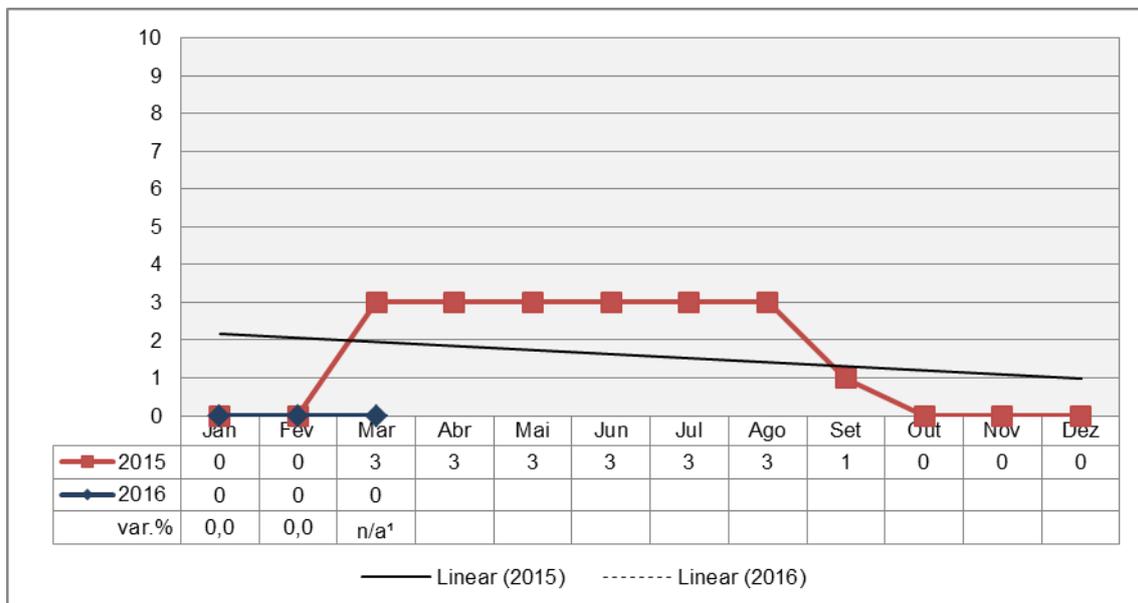


Figura 7.4 - 143 – Total de adolescentes em cumprimento de Medidas socioeducativas (Liberdade Assistida - LA e/ou Prestação de Serviços à Comunidade - PSC), em Brasil Novo, de janeiro de 2015 a abril de 2016

Fonte: Secretaria Municipal do Trabalho e Promoção Social (SEMUTS) de Brasil Novo/ Elaboração Norte Energia.

1.n/a: não se aplica.

Considerações Gerais

A assistência social é analisada por meio de informações selecionadas coletadas nos Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) e nos Centro de Referência Especializado em Assistência Social (CREAS). Neste Relatório foi analisada a evolução mensal do CRAS e do CREAS e o acompanhamento dos serviços de assistência de janeiro de 2015 a maio de 2016, nos municípios da AID da UHE Belo Monte. Devido à fragilidade histórica da estrutura e da qualificação dos profissionais da área, a Norte Energia tem realizado esforços em ações de incremento e qualificação da estrutura socioassistencial, com a realização de cursos e consultorias voltadas à área, para a melhoria da captação dos dados.

Para o CRAS são analisadas a quantidade de novas famílias inseridas no acompanhamento do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF) e a quantidade média mensal de Crianças/Adolescentes de 6 a 14 anos e de 15 a 17 anos, assim como de idosos, em Serviços de Convivência e Fortalecimentos de Vínculos.

Saliente-se que, a partir de abril de 2016, Altamira passou a ter 3 unidades do CRAS, com a construção e equipagem de duas Unidades pela Norte Energia (CRAS II e CRAS III). Assim, além do CRAS I (Vovó Dolores), o antigo CRAS II (Benedito Maciel), passou agora a funcionar em novo prédio no bairro Mutirão, havendo também o CRAS III no bairro São Joaquim. Por conta dessa mudança e a redistribuição de áreas de atuação, a Secretaria Municipal de Trabalho e Promoção Social (Semuts) está revisando os dados coletados desde o início do ano para ajustá-los à nova conformação dos serviços assistenciais do município.

Quanto à quantidade de novas famílias inseridas no PAIF no início do ano, verifica-se que, em Altamira houve aumento no número de atendimentos de 2015 para 2016, embora os dados ainda estejam em processo de crítica, como informado acima (**Figura 7.4- 101**). Por outro lado, em Anapu, Brasil Novo, Senador José Porfírio e Vitória do Xingu houve redução ou estabilidade no número de atendimentos em 2015 ante 2014. Para Brasil Novo e Senador José Porfírio, esse comportamento se reverteu a partir de maio de 2016, quando houve aumento, respectivamente, de 33,3% e 250,0% (**Figura 7.4- 102 a Figura 7.4- 105**).

Nos primeiros cinco meses de 2016 foram inseridas, em Altamira, 370 novas famílias e no ano anterior foram 104, sendo que o pico em 2015 foi em janeiro e em 2016 em maio com, respectivamente 24 e 160 registros. Em Anapu os atendimentos do PAIF caíram de 66 para 20, com pico de 24 casos em março de 2015 e 8 casos em fevereiro de 2016. Brasil Novo teve o mesmo comportamento visto que, nesse período, houve 103 novas famílias em 2015, enquanto que em 2016 houve 45, sendo que o maior número de inserções foi em abril para os dois anos, 55 em 2015 (um evento isolado) e 20 em 2016. Para Vitória do Xingu o comportamento também foi semelhante, já que os registros passaram de 154 para 68 (2014-2015) com picos de 35 registros em março de 2015 e 18 registros em abril de 2016. Já em Senador José

Porfírio o comportamento foi de estabilidade, pois houve 30 atendimentos em 2015 e 31 em 2016, com picos, respectivamente, de 16 em abril e de 14 em maio.

Com relação aos eventos realizados, em Altamira houve palestras em alusão ao dia de combate à exploração sexual de crianças e adolescentes; a realização de encontros no projeto "preparando o amanhã"; cinemas itinerantes com o tema "lazer para a comunidade", realizado pela SEMUTS e Secretaria Municipal de Cultural e Lazer (SECULT); projeto intersetorial "pontos de esporte e lazer"; palestras em escolas a respeito do tema "combate à exploração sexual de crianças e adolescentes", além de palestras "CRAS na escola" e "prevenção da gravidez na adolescência", e desenvolveram ações do projeto "crack só de esportes", parceria do CRAS e da SEMUTS.

Em Anapu realizaram palestras nas escolas e um evento na câmara municipal em alusão ao dia de "combate à exploração sexual de crianças e adolescentes". Em Brasil Novo realizaram palestras no dia das mães e palestras na zona rural sobre violência contra a mulher, bem como participaram da capacitação do Cadastro Único – Bolsa Família. Em Senador José Porfírio ocorreram palestras nas escolas e caminhadas em alusão ao dia de combate à exploração sexual de crianças e adolescentes, além do evento de pedalada com este tema. Já em Vitória do Xingu houve palestra para os idosos e deficientes sobre "o que é preciso para se ter uma alimentação saudável"; capacitação de "Gestão do Cadastro Único – Bolsa Família", além da semana do bebê e atividades em alusão ao dia de "combate à exploração sexual".

Quanto aos atendimentos individualizados realizados pelo CRAS de janeiro a maio, os municípios de Altamira, Brasil Novo e Vitória do Xingu apresentaram aumento de 2014 para 2015, e Anapu e Senador José Porfírio, mostraram queda.

Em Altamira os atendimentos passaram de 574 para 1.111, com picos de 140 registros em fevereiro de 2015 e 395 registros em maio de 2016. Da mesma forma, em Brasil Novo os atendimentos individualizados passaram de 1.425 para 1.721 (picos de 404 e 449, respectivamente, em março). Igualmente, em Vitória do Xingu os atendimentos passaram de 752 para 1.354 (2014-2015), com picos de 254, em maio/15, e 395, em abril/15. Por outro lado, Anapu registrou queda de 446 para 265 (2014-2015), com valores máximos mensais em cada ano de 105 (fevereiro de 2015) e 67 (janeiro de 2016). Em Senador José Porfírio a redução dos registros foi de 639 para 169 (2015-2016), com picos de 289 em abril de 2015 e de 43 em março de 2016 (**Figura 7.4 - 106 a Figura 7.4 - 110**).

De maneira geral, os dados obtidos mostram significativa variação ao longo dos meses em todos os serviços prestados e em todos os municípios. Os atendimentos foram afetados por mudanças de estratégia de ação, como no caso da busca ativa, no qual o agente vai até à família, ou de finalidade.

Quanto aos programas de Serviços de Convivência e Fortalecimentos de Vínculos para as faixas etárias de 6 a 15 anos, 15 a 17 anos e para idosos, observa-se grande variação entre as faixas e os municípios.

Em Altamira observou-se, no período, um aumento na quantidade média de pessoas por mês, de 2014 para 2015 para as faixas etárias de 6 a 15 anos e de idosos. A primeira faixa apresentou, em 2015, uma média de 443 participantes/grupo, que variaram de 391 (fevereiro) a 623 pessoas (maio) e, em 2016, uma média de 1.257 participantes/grupo, variando de 1.144 pessoas (fevereiro) a 1.299 pessoas (janeiro). Para os idosos, em 2015 a média foi de 44 participantes/grupo e houve grupos de 38 (janeiro a março) até 53 pessoas (abril e maio), ao passo que em 2016 a média foi de 80 participantes/grupo, com variação entre 70 (abril) até 96 pessoas (janeiro). No grupo de 15 a 17 anos a média de participantes por mês caiu de 2015 para 2016, havendo 208 participantes/grupo e 30 participantes/grupo, respectivamente. Em 2015 a menor quantidade foi 207 (fevereiro) e a maior foi 209 (maio), e em 2016 a menor quantidade foi 21 (março) e a maior foi 35 (maio) (**Figura 7.4- 111 a Figura 7.4 - 113**).

Vale destacar que, no caso de Altamira, o aumento do número de pessoas deveu-se certamente à implantação desse serviço nos novos bairros, com o apoio da Norte Energia, por intermédio do Projeto 4.6.2, como destacado anteriormente.

Em Anapu os registros para as três faixas etárias mantiveram-se, praticamente, constantes. Para as crianças e adolescentes de 6 a 15 anos a quantidade média passou de 25 para 24 pessoas (2015-2016), variando de 17 (fevereiro e março) a 37 (janeiro) participantes no mês, em 2015, e de 20 (maio) a 25 (janeiro a março), em 2016. Para o grupo de 15 a 17 anos o número médio de participantes variou de 26 para 22 pessoas de 2015 a 2016, respectivamente. Em 2015 esse grupo teve um mínimo de 25 participantes (fevereiro a maio) e um máximo de 28 participantes (janeiro) e em 2016 teve um mínimo de 20 participantes (janeiro e fevereiro) e um máximo 24 participantes (abril). Para os idosos o número médio de pessoas por grupo passou de 58 para 55 (2015-2016), tendo sido registrado, em 2015, o menor grupo com 57 (abril e maio) e o maior com 58 (janeiro a março) e, em 2016, o menor com 54 (maio) e o maior com 57 (março) (**Figura 7.4- 114 a Figura 7.4 - 116**).

Igualmente a Anapu, em Brasil Novo, a variação da quantidade média de pessoas por mês foi muito pequena de 2015 para 2016. Para a faixa etária de crianças/adolescentes (6 a 15), a média passou de 58 para 52 (2015-2016), com variação, em 2015, de 55 (março a maio) até 63 pessoas (de agosto a outubro) e, em 2016, de 43 (março) até 60 (janeiro e fevereiro). Na faixa etária de jovens (15 a 17) observou-se redução da média de pessoas por grupo, de 61 para 46 (2015-2016), com mínimo, em 2015, de 60 (março a maio) e máximo de 62 participantes (janeiro e fevereiro) e, em 2016, com mínimo de 32 (abril) e máximo de 60 participantes (janeiro e fevereiro). Entre os idosos o número médio manteve-se igual entre 2015 e 2016, 111 pessoas/grupo, com mínimo, em 2015, de 110 (janeiro e fevereiro) e máximo de 111 (março a maio) e, em 2016, não houve mudança, manteve-se em 111 para todos os meses (**Figura 7.4- 117 a Figura 7.4 - 119**).

Em Senador José Porfírio houve queda na média de participantes por grupo para as faixas etárias de crianças e adolescentes (6 a 15) e de jovens (15 a 17). Para o grupo de idosos, houve aumento. Na primeira faixa a redução foi de 150 para 120 pessoas/grupo (2015-2016), com variação de 120 (março a maio) até 196 (janeiro e fevereiro) em 2015, e em 2016 com um valor constante de 120 pessoas/grupo para todos os meses. Da mesma forma, na segunda faixa houve redução de 75 para 72 pessoas/grupo (2015-2016), com variação, em 2015, 72 (março a maio) a 80 (janeiro e fevereiro) e, em 2016, com número constante de 72. No grupo dos idosos houve aumento da média de 40 para 92 participantes/grupo, com um número constante de 40 pessoas de janeiro a maio de 2015 e, em 2016, também com valor constante de 92 no mesmo período (**Figura 7.4 - 120 a Figura 7.4- 122**).

Por fim, em Vitória do Xingu, houve, de 2014 para 2015, redução no primeiro grupo, estabilidade no segundo e aumento no de idosos. Entre as crianças e adolescentes (6 a 15) a redução da média de pessoas por grupo foi de 78 para 40 (2015-2016), sendo que, em 2015, o menor grupo foi formado por 70 pessoas (março a maio) e o maior por 90 pessoas (janeiro e fevereiro) e, em 2016, o menor teve 20 pessoas (maio) e o maior 50 (janeiro e fevereiro). Entre os jovens (15 a 17) não houve a formação de nenhum grupo em 2014 e 2015, pois o CRAS do município não apresenta programas voltados a essa população. Já no grupo de idosos a média passou de 115 para 142 pessoas/grupo, com um mínimo, em 2015, de 110 (janeiro) e um máximo de 120 pessoas (maio) e, em 2016, com um mínimo de 130 (janeiro e fevereiro) e um máximo de 150 pessoas (março a maio) (**Figura 7.4 - 123 a Figura 7.4- 125**).

Com relação ao CREAS, órgão existente apenas em Altamira, Anapu e Brasil Novo, analisam-se a quantidade mensal de novos casos inseridos no acompanhamento do Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e indivíduos (PAEFI), a quantidade mensal de crianças e adolescentes (0 a 17 anos) vítimas de violência intrafamiliar, abuso sexual, exploração sexual, negligência ou abandono e número médio mensal de adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas (Liberdade Assistida – LA e/ou Prestação de Serviços à Comunidade – PSC).

Em Altamira, o total de novos casos inseridos no acompanhamento do Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e indivíduos (PAEFI) nos cinco primeiros meses do ano, em 2015, foi de 63, enquanto que em 2016 foi 93, um aumento de 30 registros. A maior quantidade de registros de 2015 foi de 20 e em 2016 foi de 27, os dois em maio (**Figura 7.4 - 126**). Por outro lado, em Anapu, com dados apenas para os três primeiros meses, houve redução do número de registros em 2016 ante 2015, de 26 para 11, sendo que a maior quantidade de casos por mês foi de 10, em março de 2015, e de 6 no mesmo mês de 2016 (**Figura 7.4 - 127**).

Já em Brasil Novo, com dados apenas para janeiro, fevereiro e março, houve estabilidade no número de registros, com 15 novas famílias tanto em 2015 quanto em 2016, no período. O pico de 2015 foi de 9 registros, em março, e o de 2016 foi de 7 registros, em fevereiro (**Figura 7.4 - 128**).

Quanto aos casos de crianças e adolescentes (0 a 17 anos) vítimas de violência intrafamiliar, abuso sexual, exploração sexual, negligência/abandono, no período de

janeiro a maio, Altamira apresentou aumento do total de casos de 2015 para 2016, em todas as situações, com exceção de negligência/abandono. Os registros de violência intrafamiliar caíram de 34 para 19 (com picos de 11 casos em maio de 2015 e de 12 casos no mesmo mês de 2016), os de abuso sexual passaram de 1 para 11 (com picos de 4 casos em janeiro e maio de 2016), os de exploração sexual foram de 0 para 1 caso (ocorrido em fevereiro de 2016) e de negligência/abandono mantiveram-se igual, com 14 casos (com picos de 7 casos em março de 2015 e de 7 casos em maio de 2016) (**Figura 7.4 - 129 a Figura 7.4 - 132**).

Embora em valor absoluto bem inferior, o que é de se esperar, em Anapu essas ocorrências tiveram, em sua maioria, comportamento distinto a Altamira. Os dados são de janeiro a março. De 2015 para 2016 (janeiro a maio), os casos de violência intrafamiliar diminuíram de 12 para 8, com valor máximo de 4 casos em março de 2015 e de 4 casos em fevereiro de 2016; os de abuso sexual foram de 19 para 5, com valor máximo de 6 (fevereiro de 2015) e de 4 (março de 2016); os casos de exploração sexual passaram de 1 para 6, com ocorrências em janeiro de 2015 e março de 2016; e as ocorrências de negligência/abandono reduziram de 22 para 4, com picos de 5 casos (março de 2015) e de 4 casos (março de 2016) (**Figura 7.4 - 133 a Figura 7.4-136**).

Em Brasil Novo, também com dados de janeiro a março, os registros de violência intrafamiliar passaram de 0 para 14 respectivamente, de 2015 para 2016, com números máximos de 7 registros em fevereiro de 2016. Os casos de abuso sexual mantiveram-se constantes, com 1 caso em janeiro de 2015 e 1 caso em março de 2016. Da mesma forma, os casos de exploração sexual mantiveram-se estáveis de um ano para o outro, com nenhum caso no período. Já os de negligência/abandono passaram de 1 para 10 casos, com pico de 7 casos em março de 2016 (**Figura 7.4 - 137 a Figura 7.4- 140**).

Quanto à quantidade de adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas – Liberdade Assistida (LA) e/ou Prestação de Serviço a Comunidade (PSC) – Altamira teve um aumento da média mensal de 121 para 115 pessoas, respectivamente, de 2015 (pico de 126 em fevereiro) para 2016 (pico de 116 em fevereiro e maio) (**Figura 7.4 - 141**).

Anapu, com dados de janeiro a março, passou de uma média de 0 adolescentes cumprindo medidas socioeducativas em 2015 para 1 adolescente em 2016 (pico de 2 pessoas em fevereiro e maio). E, finalmente, Brasil Novo, também com dados de janeiro a março, passou de uma média de 1 adolescente em 2015 (3 casos em março) para nenhum caso em 2016 (**Figura 7.4 - 142 e Figura 7.4 - 143**).

5.2. Indicador “11. Alteração no número de atendimentos do Conselho Tutelar da Criança e do Adolescente”

Quadro 7.4 - 27 – Conceitos das ocorrências atendidas pelo Conselho Tutelar

OCORRÊNCIAS		CONCEITOS
1	ABANDONO DE PAIS OU RESPONSÁVEIS	Forma extrema de negligência. Abandono de incapaz é crime art.133 Código Penal: Abandonar pessoa que está sob seu cuidado, guarda, vigilância ou autoridade e, por qualquer motivo, incapaz de defender-se dos riscos resultantes do abandono. O abandono decorre do descuido, do desamparo.
2	NEGLIGÊNCIA DE PAIS OU RESPONSÁVEIS	São chamadas as omissões dos pais ou de outros responsáveis (inclusive institucionais) pela criança e pelo adolescente, quando deixam de prover as necessidades básicas para seu desenvolvimento físico, emocional e social. A negligência significa a omissão de cuidados básicos como a privação de medicamentos; a falta de atendimento aos cuidados necessários com a saúde; o descuido com a higiene; a ausência de proteção contra as inclemências do meio como o frio e o calor; o não provimento de estímulos e de condições para a frequência à escola.
3	MAUS TRATOS	Segundo o art. 136, do Código Penal: Maus tratos a criança e adolescentes é “Expor a perigo a vida ou a saúde de pessoa sob sua autoridade, guarda ou vigilância, para fim de educação, ensino, tratamento ou custódia, quer privando-a de alimentação ou cuidados indispensáveis, quer sujeitando-a a trabalho excessivo ou inadequado, quer abusando de meios de correção ou disciplina”.
4	ADOLESCENTES EM CONFLITO COM A LEI	Caracteriza-se como um grupo particular de adolescentes que dão entrada no Sistema de Justiça e nas instituições públicas de atendimento social e estariam inseridos no mundo da delinquência juvenil.
5	CONFLITOS FAMILIARES	Conflitos familiares tem origem na dificuldade de comunicação dentro de casa entre pais e filhos. O "ruído" na comunicação se traduz tanto pela dificuldade dos pais em afirmar autoridade em certas ocasiões, quanto dos filhos em manifestar aquilo que sentem falta e esperam receber. O resultado é um processo de cobranças e acusações que esconde o verdadeiro desejo de ambos. Na tentativa de demonstrar esse desejo, crianças mostram-se inquietas, desatentas e, muitas vezes, agressivas. Em adolescentes, a marca é a rebeldia. Além dos conflitos entre pais e filhos têm-se também conflitos entre pais ou responsáveis.
6	ESPANCAMENTO	São atos violentos com uso da força física de forma intencional, não accidental, praticada por pais, responsáveis, familiares ou pessoas próxima da criança e do adolescente, com o objetivo de ferir, lesar ou destruir a vítima, deixando ou não marcas evidentes em seu corpo. Há vários graus de gravidade, que vão desde tapas, beliscões, até lesões e traumas causados por gestos que atingem partes muito vulneráveis do corpo, uso de objetos e instrumentos para ferir, lesar ou destruir a vítima, deixando ou não marcas evidentes em seu corpo, até provocação de queimaduras, sufocação e mutilações.
7	FUGA DE DOMICÍLIO	É caracterizada pela ausência da criança e do adolescente do âmbito familiar por diversos motivos como: maus tratos, espancamentos, conflitos familiares dentre outros.
8	CRIANÇA E ADOLESCENTE FORA DA ESCOLA	Trata-se de situações nas quais a criança/adolescente em idade escolar, pelos mais diversos motivos, não frequenta a escola, estando ou não matriculados.

OCORRÊNCIAS		CONCEITOS	
9	CRIANÇA E ADOLESCENTE SEM REGISTRO DE NASCIMENTO	A certidão de nascimento é o primeiro passo para o pleno exercício da cidadania. Ela comprova sua existência, seu local e data de nascimento, o nome dos seus pais e avós. Sem esse documento, os cidadãos ficam privados de seus direitos mais fundamentais e não tem acesso aos programas sociais. E quando adultos, não podem obter a carteira de identidade (RG), CPF e outros documentos.	
10	PROSTITUIÇÃO, ESTUPRO, ALICIAMENTO E ABUSO SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES	PROSTITUIÇÃO E EXPLORAÇÃO SEXUAL	Quando crianças e adolescentes são levados a participar de atos sexuais ou pornográficos, estão sendo explorados sexualmente e induzidos a essa prática, seja por situação de pobreza, abuso sexual familiar, estímulo ao consumo ou quaisquer outras situações de vulnerabilidade pessoal ou social. A palavra "prostituição" remete à ideia de consentimento, desviando o enfoque da exploração sexual. Ou seja, retira a criança e o adolescente da condição de vítimas, transportando-os para o papel de agentes da situação. Para melhor descrever esses casos, o correto é usar o termo exploração sexual comercial infanto-juvenil.
		ESTUPRO	É a prática não-consensual do sexo, imposto por meio de violência ou grave ameaça de qualquer natureza por ambos os sexos. O estupro de vulnerável é um crime que consta no Código Penal e designa um tipo de violência ao indivíduo vulnerável, por exemplo, crianças e idosos.
		ALICIAMENTO	Significa atrair a si com promessas enganosas; seduzir; subornar; induzir a atos ilícitos. Basicamente, aliciar é engambelar, prometer presentes, dinheiro, fama, fortuna, etc., para atrair a pessoa e induzi-la a praticar sexo.
		ABUSO	Consiste em ato ou jogo sexual, relação heterossexual ou homossexual cujo agressor está em estágio de desenvolvimento psicosssexual mais adiantado que a criança ou o adolescente. Tem por intenção estimulá-la sexualmente ou utilizá-la para obter satisfação sexual. Apresenta-se sob a forma de práticas eróticas e sexuais impostas à criança ou ao adolescente pela violência física, ameaças ou indução de sua vontade. Esse fenômeno violento pode variar desde atos em que não se produz o contato sexual (<i>voyeurismo</i> , exibicionismo, produção de fotos), até diferentes tipos de ações que incluem contato sexual sem ou com penetração. Engloba ainda a situação de exploração sexual visando lucros como é o caso da prostituição e da pornografia.
11	GRAVIDEZ NA ADOLESCENCIA	Adolescência e gravidez, quando ocorrem juntas, podem acarretar sérias consequências para todos os familiares, mas principalmente para os adolescentes envolvidos, pois envolvem crises e conflitos. O que acontece é que esses jovens não estão preparados emocionalmente e nem mesmo financeiramente para assumir tamanha responsabilidade, fazendo com que muitos adolescentes saiam de casa, cometam abortos, deixem os estudos ou abandonem as crianças sem saber o que fazer ou fugindo da própria realidade.	
12	NEGLIGÊNCIA PROFISSIONAL	"Negligência significa uma falta de cuidado, descuido, desatenção, displicência, e pode ser relacionado à uma situação específica, à uma pessoa, à um objeto, e etc. Pode ser não intencional, quando alguém não a comete propositalmente.	
13	DEPENDÊNCIA QUÍMICA	A dependência química ou física é uma condição orgânica que nasce da utilização constante de certas drogas psicoativas, as quais consequentemente provocam o aparecimento de sintomas que envolvem especialmente o Sistema Nervoso Central, o qual se torna dependente de uma dada substância, sofrendo assim os efeitos de uma abstinência repentina e prolongada. O uso abusivo do álcool, de drogas consideradas ilegais e da nicotina pode gerar esta reação corporal.	
14	OUTRO TIPO DE OCORRÊNCIA	São ocorrências que se diferem das descritas nos registros dos casos atendidos diariamente pelo Conselho Tutelar.	

OCORRÊNCIAS		CONCEITOS
14.1	VAGAS EM CRECHE	As vagas em creche foram inserida separadamente das "ocorrências de crianças fora da escola" pois os conselheiros querem mensurar a real situação destas crianças, com o objetivo de que sejam construídas ou ampliadas mais creches no município para atender a demanda de mães que precisam trabalhar.
14.2	EXPLORAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL	É todo o trabalho realizado por pessoas que tenham menos da idade mínima permitida para trabalhar. No Brasil, o trabalho não é permitido sob qualquer condição para crianças e adolescentes entre zero e 14 anos; de 14 a 16 pode-se trabalhar como aprendiz; já dos 16 aos 18, as atividades laborais são permitidas, desde que não aconteçam das 22h às 5h, não sejam insalubres ou perigosa.
14.3	SOLICITAÇÃO DE DOCUMENTOS PESSOAIS	Pais, responsáveis e adolescentes que procuram o Conselho Tutelar para solicitar documentos pessoais como: carteira de trabalho, CPF e identidade.
14.4	VIOLÊNCIA POLICIAL	Violência de policiais com crianças e adolescentes ou abuso de autoridade.

Fonte: Conselho Tutelar de Altamira/PA.

a) Análise da alteração no número de atendimentos do Conselho Tutelar da Criança e do Adolescente – Altamira

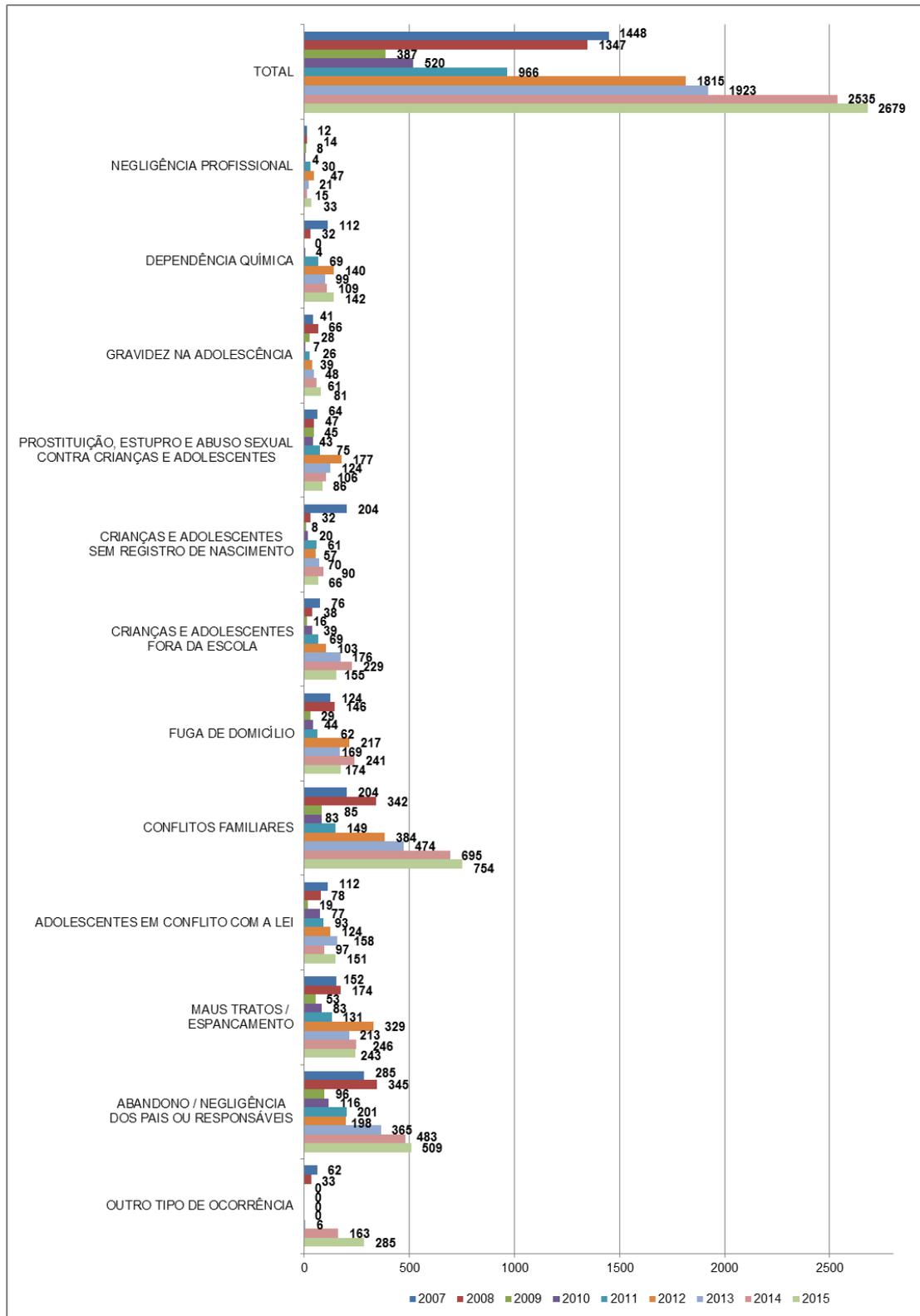


Figura 7.4- 144 - Evolução do número de registros do Conselho Tutelar de Altamira, de 2007 a 2015

Fonte: Conselho Tutelar de Altamira/ Elaboração Norte Energia.

Quadro 7.4 - 28 – Número de registros do Conselho Tutelar da Criança e do Adolescente, e variação percentual, em Altamira, de 2014 e 2015

TIPO DE OCORRÊNCIA	2014	2015	VARIÇÃO (2014/2015)	
			ABS	%
Conflitos familiares	695	754	59	8%
Abandono / negligência dos pais ou responsáveis	483	509	26	5%
Maus tratos / espancamento	246	243	-3	-1%
Fuga de domicílio	241	174	-67	-28%
Crianças e adolescentes fora da escola	229	155	-74	-32%
Adolescentes em conflito com a lei	97	151	54	56%
Dependência química	109	142	33	30%
Prostituição, estupro e abuso sexual contra crianças e adolescentes	106	86	-20	-19%
Gravidez na adolescência	61	81	20	33%
Crianças e adolescentes sem registro de nascimento	90	66	-24	-27%
Negligência profissional	15	33	18	120%
Outro tipo de ocorrência	163	285	122	75%
Total	2535	2679	144	6%

Fonte: Conselho Tutelar de Altamira/ Elaboração Norte Energia.

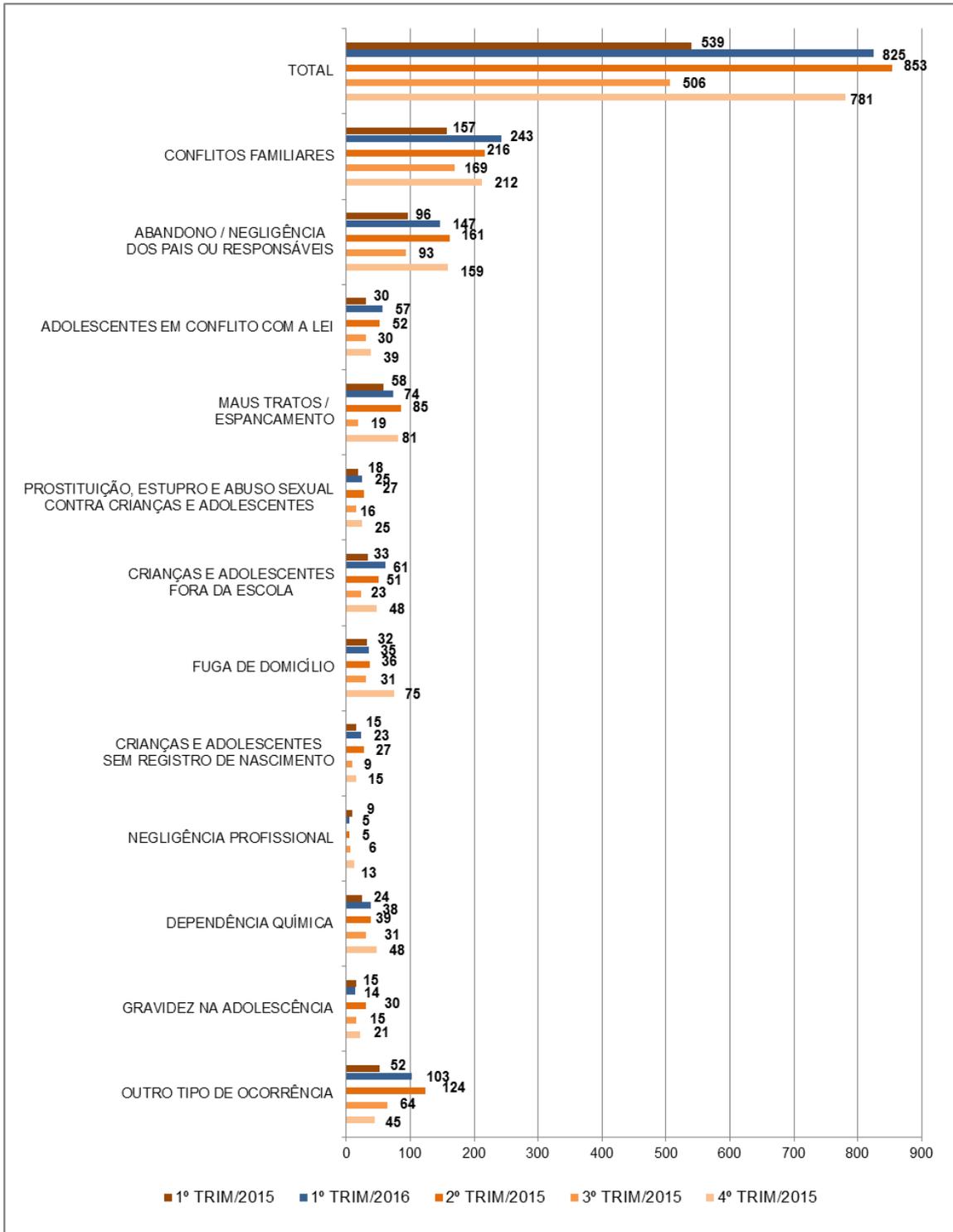


Figura 7.4 - 145 – Evolução do número de registros do Conselho Tutelar, em Altamira, do 1º ao 4º Trimestre de 2015 e 1º Trimestre de 2016

Fonte: Conselho Tutelar de Altamira/ Elaboração Norte Energia.

Quadro 7.4 - 29 – Número de registros do Conselho Tutelar da Criança e do Adolescente, e variação percentual, em Altamira, do primeiro trimestre de 2015 e de 2016

TIPO DE OCORRÊNCIA	1º TRIM - 2015 (JAN - MAR) ABS	1º TRIM - 2016 (JAN - MAR) ABS	VAR. % (TRIM) 2015 vs. 2014
Conflitos familiares	157	243	55%
Abandono / negligência dos pais ou responsáveis	96	147	53%
Maus tratos / espancamento	58	74	28%
Crianças e adolescentes fora da escola	33	61	85%
Adolescentes em conflito com a lei	30	57	90%
Dependência química	24	38	58%
Fuga de domicílio	32	35	9%
Prostituição, estupro e abuso sexual contra crianças e adolescentes	18	25	39%
Crianças e adolescentes sem registro de nascimento	15	23	53%
Gravidez na adolescência	15	14	-7%
Negligência profissional	9	5	-44%
Outro tipo de ocorrência	52	103	98%
Total	539	825	53%

Fonte: Conselho Tutelar de Altamira/ Elaboração Norte Energia.

b) Análise da alteração no número de atendimentos do Conselho Tutelar da Criança e do Adolescente – Anapu

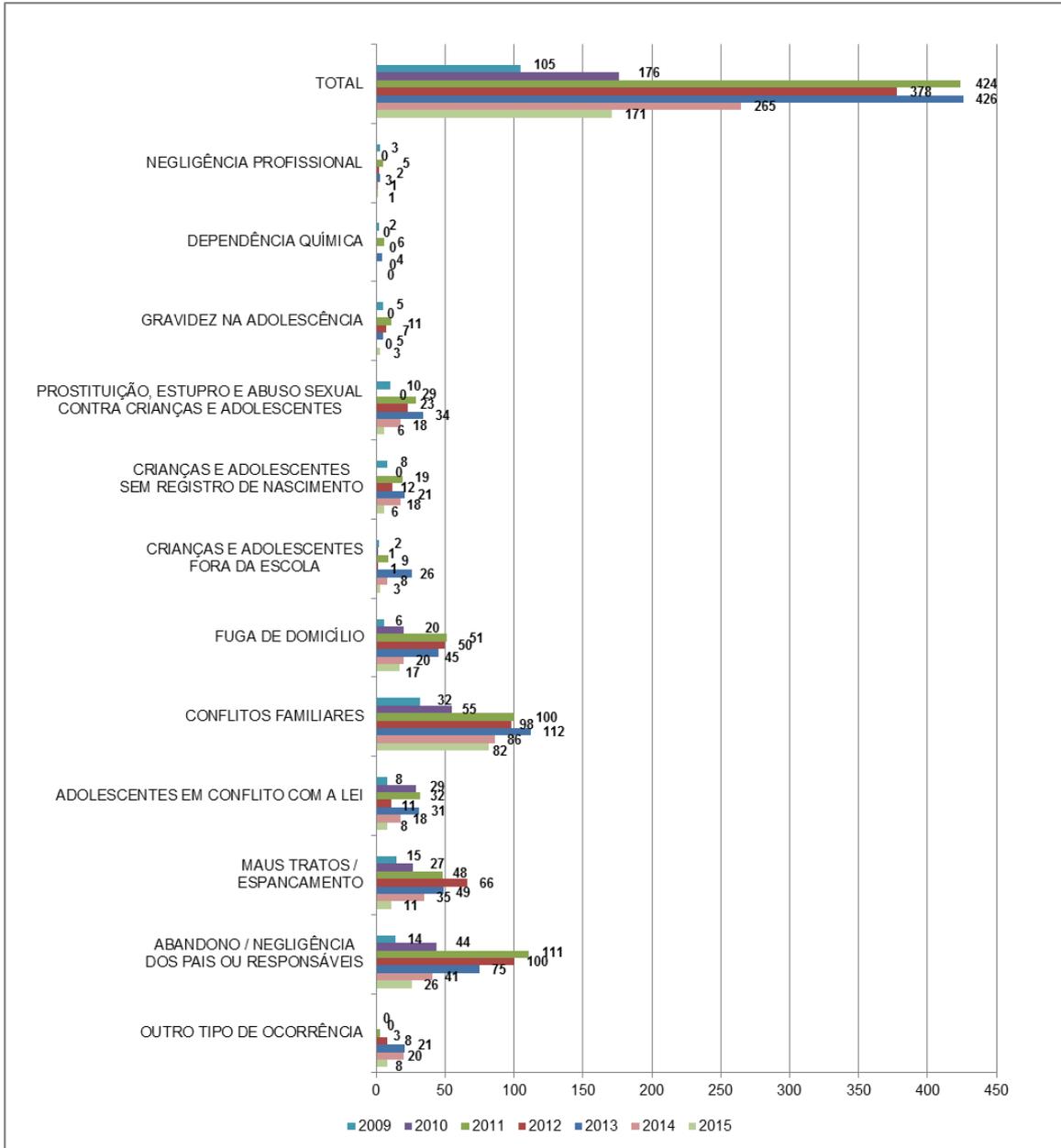


Figura 7.4- 146 - Evolução do número de registros do Conselho Tutelar de Anapu, de 2009 a 2015

Fonte: Conselho Tutelar de Anapu/ Elaboração Norte Energia.

Quadro 7.4 - 30 – Número de registros do Conselho Tutelar da Criança e do Adolescente, e variação percentual, em Anapu, de 2014 e 2015

TIPO DE OCORRÊNCIA	2014	2015	VARIÇÃO (2014/2015)	
			ABS	%
Conflitos familiares	86	82	-4	-5%
Abandono / negligência dos pais ou responsáveis	41	26	-15	-37%
Fuga de domicílio	20	17	-3	-15%
Maus tratos / espancamento	35	11	-24	-69%
Adolescentes em conflito com a lei	18	8	-10	-56%
Crianças e adolescentes sem registro de nascimento	18	6	-12	-67%
Prostituição, estupro e abuso sexual contra crianças e adolescentes	18	6	-12	-67%
Crianças e adolescentes fora da escola	8	3	-5	-63%
Gravidez na adolescência	0	3	3	n/a
Negligência profissional	1	1	0	0%
Dependência química	0	0	0	0%
Outro tipo de ocorrência	20	8	-12	-60%
Total	265	171	-94	-35%

Fonte: Conselho Tutelar de Anapu/ Elaboração Norte Energia.

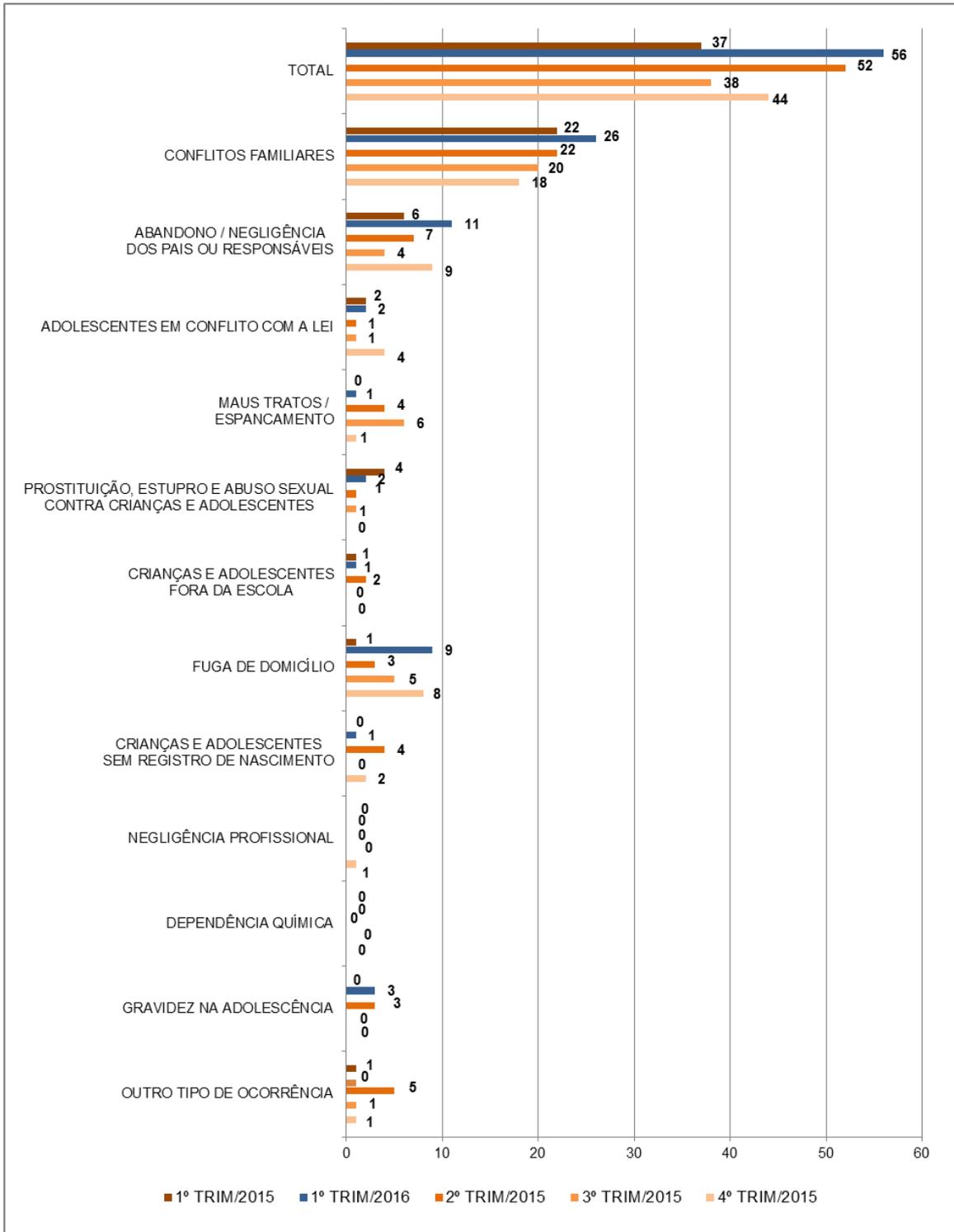


Figura 7.4 - 147 – Evolução do número de registros do Conselho Tutelar, em Anapu, do 1º ao 4º Trimestre de 2015 e 1º Trimestre de 2016

Fonte: Conselho Tutelar de Anapu/Elaboração Norte Energia.

Quadro 7.4 - 31 – Número de registros do Conselho Tutelar da Criança e do Adolescente, e variação percentual, em Anapu, do primeiro trimestre de 2015 e de 2016

TIPO DE OCORRÊNCIA	1º TRIM - 2015 (JAN - MAR) ABS	1º TRIM - 2016 (JAN - MAR) ABS	VAR. % (TRIM) 2016 vs. 2015
Conflitos familiares	22	26	18%
Abandono / negligência dos pais ou responsáveis	6	11	83%
Fuga de domicílio	1	9	800%
Gravidez na adolescência	0	3	n/a
Prostituição, estupro e abuso sexual contra crianças e adolescentes	4	2	-50%
Adolescentes em conflito com a lei	2	2	0%
Crianças e adolescentes sem registro de nascimento	0	1	n/a
Crianças e adolescentes fora da escola	1	1	0%
Maus tratos / espancamento	0	1	n/a
Dependência química	0	0	n/a
Negligência profissional	0	0	n/a
Outro tipo de ocorrência	1	0	n/a
Total	37	56	51%

Fonte: Conselho Tutelar de Anapu/ Elaboração Norte Energia.

c) Análise da alteração no número de registros do Conselho Tutelar da Criança e do Adolescente – Brasil Novo

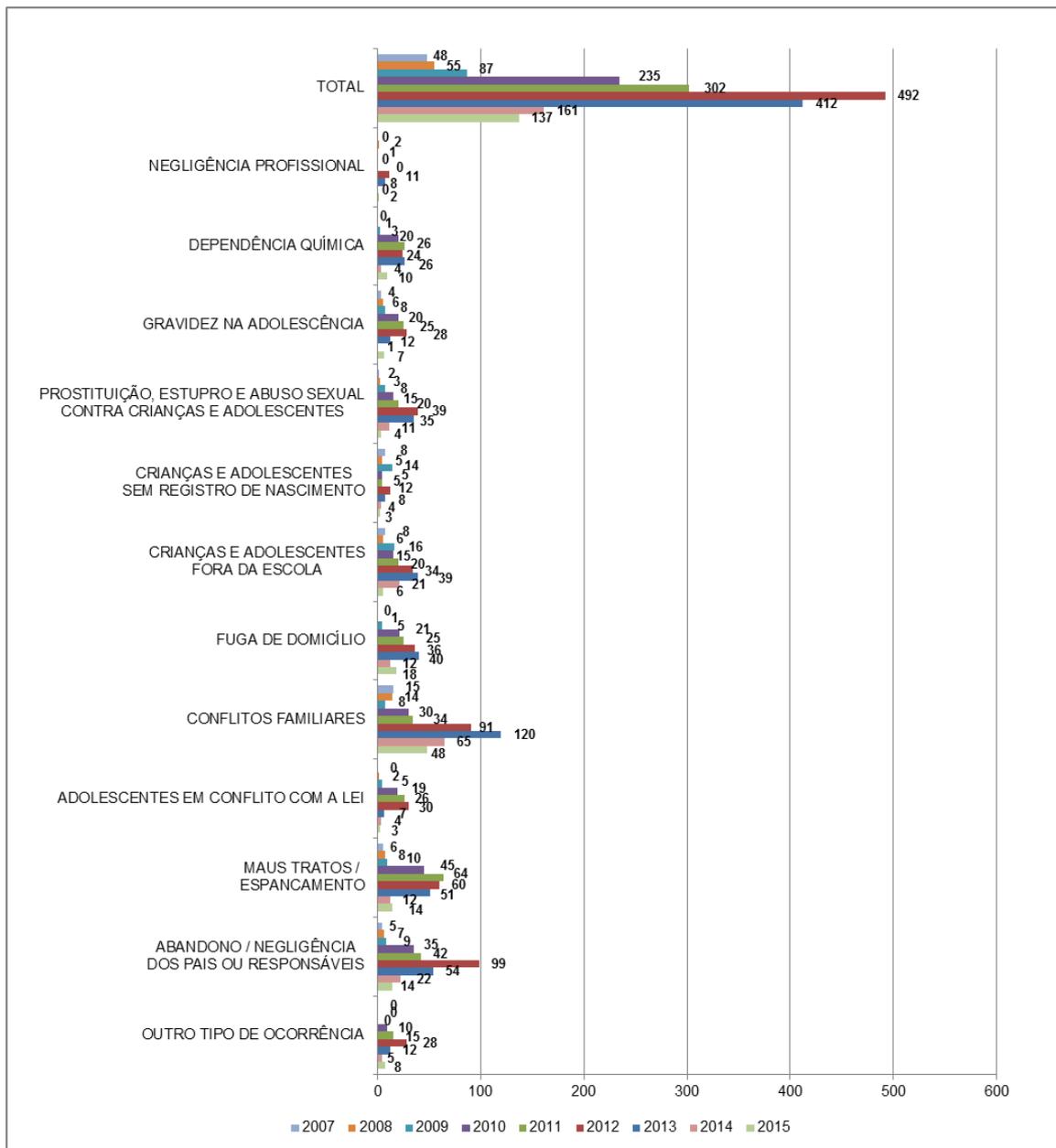


Figura 7.4- 148 - Evolução do número de registros do Conselho Tutelar de Brasil Novo, de 2010 a 2015

Fonte: Conselho Tutelar de Brasil Novo/ Elaboração Norte Energia.

Quadro 7.4 - 32 – Número de registros do Conselho Tutelar da Criança e do Adolescente, e variação percentual, em Brasil Novo, de 2014 e 2015

TIPO DE OCORRÊNCIA	2014	2015	VARIÇÃO (2014/2015)	
			ABS	%
Conflitos familiares	65	48	-17	-26%
Fuga de domicílio	12	18	6	50%
Abandono / negligência dos pais ou responsáveis	22	14	-8	-36%
Maus tratos / espancamento	12	14	2	17%
Dependência química	4	10	6	150%
Gravidez na adolescência	1	7	6	600%
Crianças e adolescentes fora da escola	21	6	-15	-71%
Prostituição, estupro e abuso sexual contra crianças e adolescentes	11	4	-7	-64%
Adolescentes em conflito com a lei	4	3	-1	-25%
Crianças e adolescentes sem registro de nascimento	4	3	-1	-25%
Negligência profissional	0	2	2	n/a
Outro tipo de ocorrência	5	8	3	60%
Total	161	137	-24	-15%

Fonte: Conselho Tutelar de Brasil Novo/ Elaboração Norte Energia.

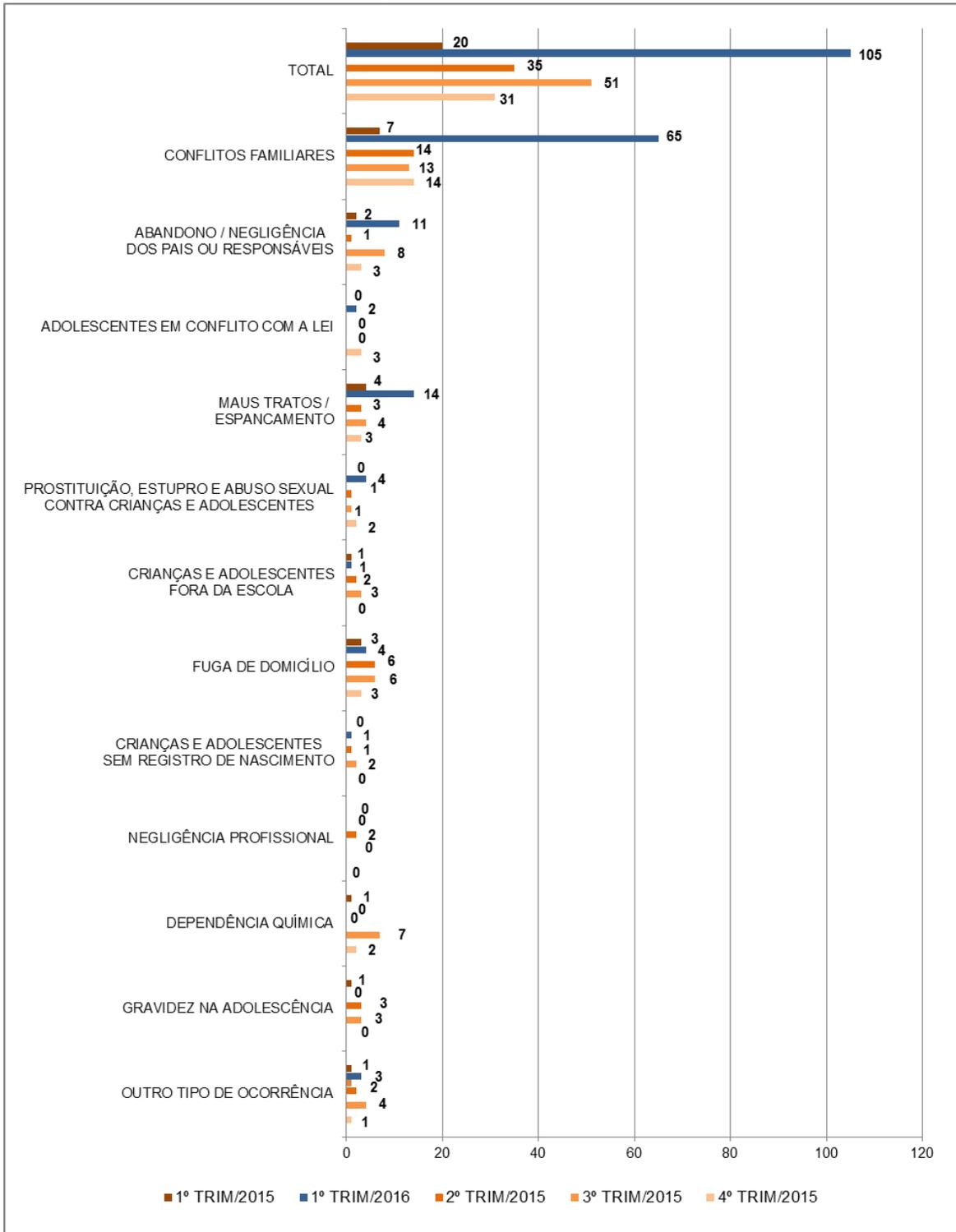


Figura 7.4 - 149 – Evolução do número de registros do Conselho Tutelar, em Brasil Novo, do 1º ao 4º Trimestre de 2015 e 1º Trimestre de 2016

Fonte: Conselho Tutelar de Brasil Novo/Elaboração Norte Energia.

Quadro 7.4 - 33 – Número de registros do Conselho Tutelar da Criança e do Adolescente, e variação percentual, em Brasil Novo, do primeiro trimestre de 2015 e de 2016

TIPO DE OCORRÊNCIA	1º TRIM - 2015 (JAN - MAR) ABS	1º TRIM - 2016 (JAN - MAR) ABS	VAR. % (TRIM) 2016 vs. 2015
Conflitos familiares	7	65	829%
Maus tratos / espancamento	4	14	250%
Abandono / negligência dos pais ou responsáveis	2	11	450%
Fuga de domicílio	3	4	33%
Prostituição, estupro e abuso sexual contra crianças e adolescentes	0	4	n/a
Adolescentes em conflito com a lei	0	2	n/a
Crianças e adolescentes sem registro de nascimento	0	1	n/a
Crianças e adolescentes fora da escola	1	1	0%
Gravidez na adolescência	1	0	n/a
Dependência química	1	0	n/a
Negligência profissional	0	0	n/a
Outro tipo de ocorrência	1	3	200%
Total	20	105	425%

Fonte: Conselho Tutelar de Brasil Novo/Elaboração Norte Energia.

d) Análise da alteração no número de registros do Conselho Tutelar da Criança e do Adolescente – Senador José Porfírio

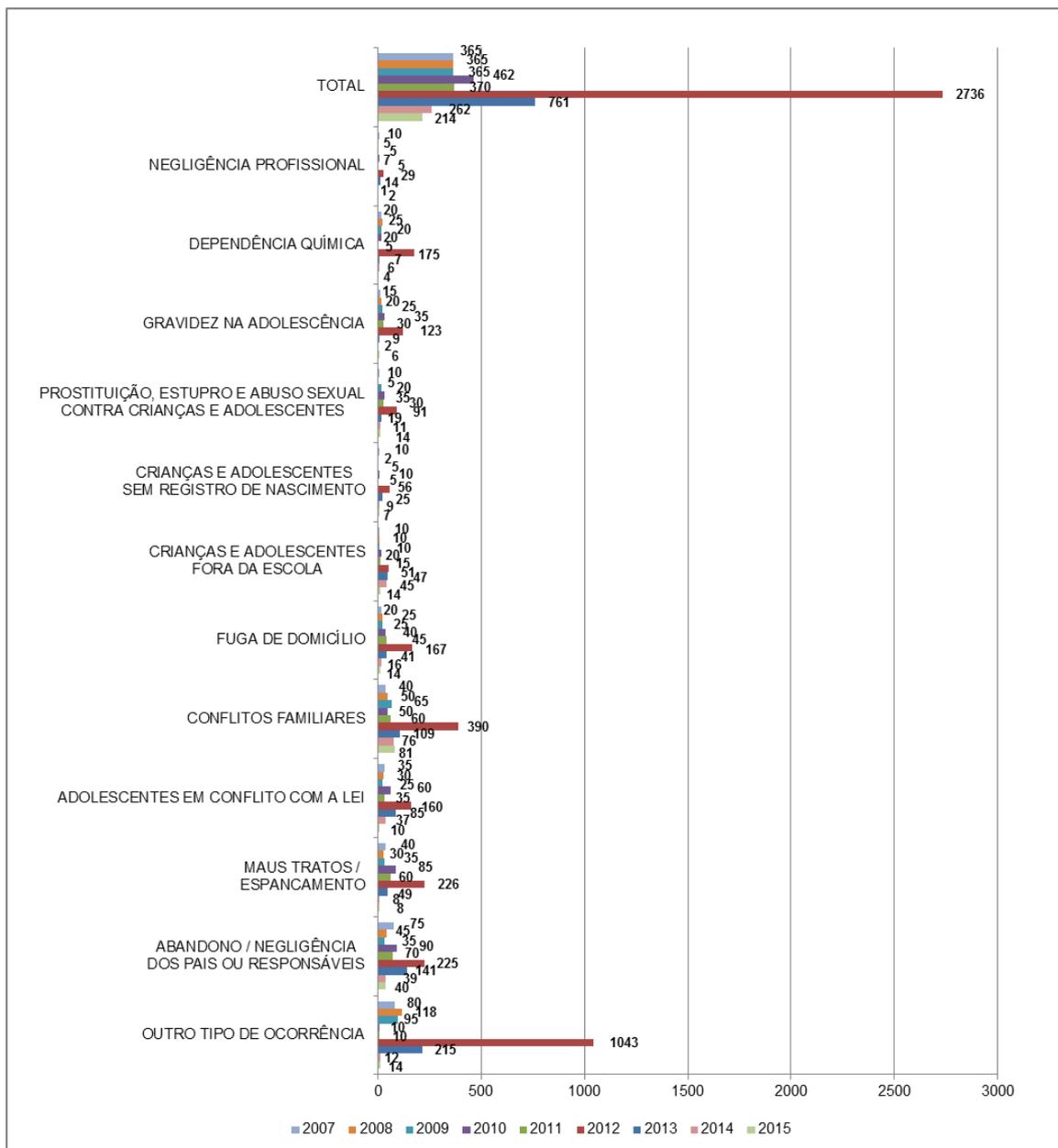


Figura 7.4- 150 - Evolução do número de registros do Conselho Tutelar de Senador José Porfírio, de 2007 a 2015

Fonte: Conselho Tutelar de Senador José Porfírio/ Elaboração Norte Energia.

Quadro 7.4 - 34 – Número de registros do Conselho Tutelar da Criança e do Adolescente, e variação percentual, em Senador José Porfírio, de 2014 e 2015

TIPO DE OCORRÊNCIA	2014	2015	VARIÇÃO (2014/2015)	
			ABS	%
Conflitos familiares	76	81	5	7%
Abandono / negligência dos pais ou responsáveis	39	40	1	3%
Fuga de domicílio	16	14	-2	-13%
Crianças e adolescentes fora da escola	45	14	-31	-69%
Prostituição, estupro e abuso sexual contra crianças e adolescentes	11	14	3	27%
Adolescentes em conflito com a lei	37	10	-27	-73%
Maus tratos / espancamento	8	8	0	0%
Crianças e adolescentes sem registro de nascimento	9	7	-2	-22%
Gravidez na adolescência	2	6	4	200%
Dependência química	6	4	-2	-33%
Negligência profissional	1	2	1	100%
Outro tipo de ocorrência	12	14	2	17%
Total	262	214	-48	-18%

Fonte: Conselho Tutelar de Senador José Porfírio/ Elaboração Norte Energia.

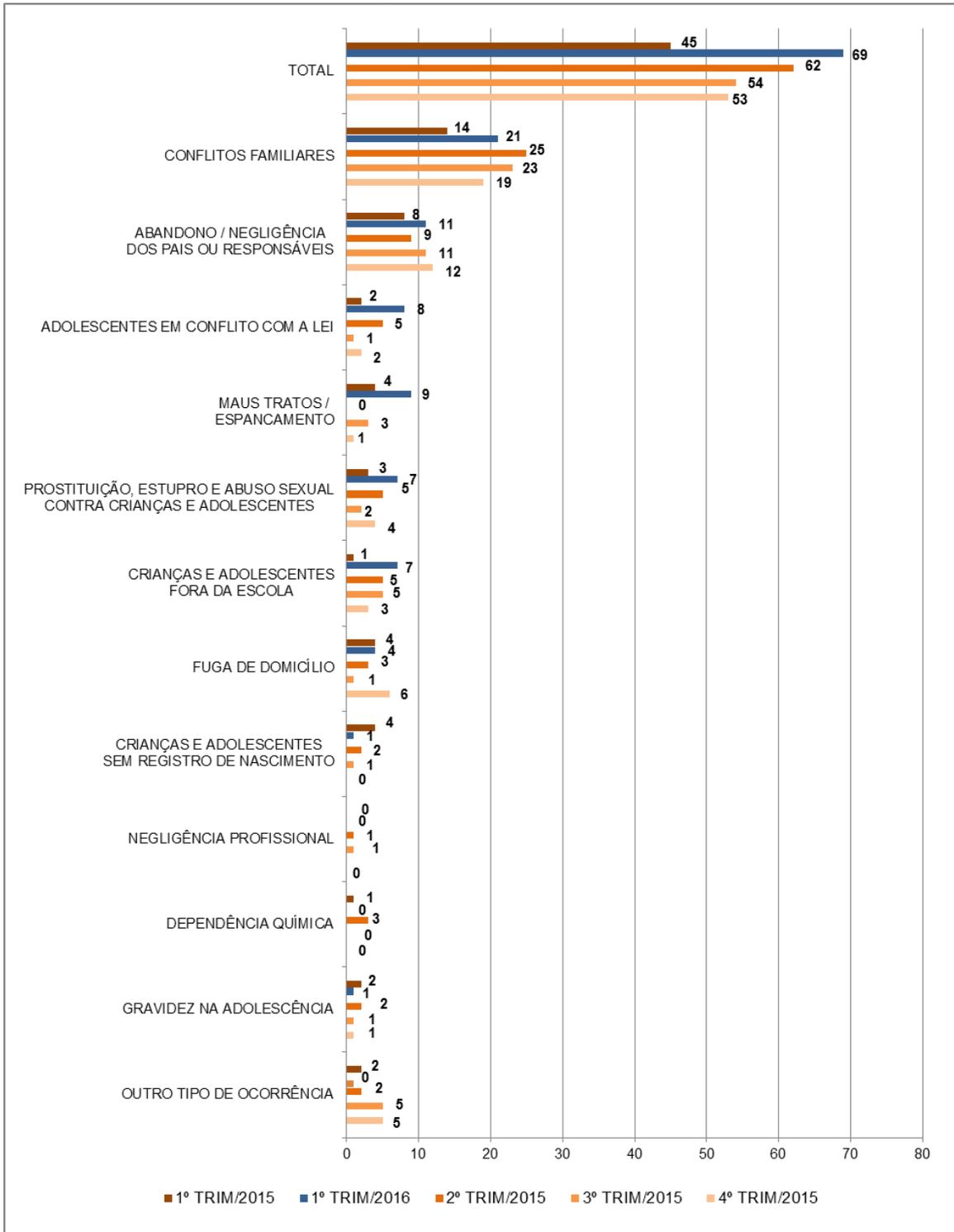


Figura 7.4 - 151 – Evolução do número de registros do Conselho Tutelar, em Senador José Porfírio, do 1º ao 4º Trimestre de 2015 e 1º Trimestre de 2016

Fonte: Conselho Tutelar de Senador José Porfírio/ Elaboração Norte Energia.

Quadro 7.4 - 35 – Número de registros do Conselho Tutelar da Criança e do Adolescente, e variação percentual, em Senador José Porfírio, do primeiro trimestre de 2015 e de 2016

TIPO DE OCORRÊNCIA	1º TRIM - 2015 (JAN - MAR) ABS	1º TRIM - 2016 (JAN - MAR) ABS	VAR. % (TRIM) 2016 vs. 2015
Conflitos familiares	14	21	50%
Abandono / negligência dos pais ou responsáveis	8	11	38%
Maus tratos / espancamento	4	9	125%
Adolescentes em conflito com a lei	2	8	300%
Crianças e adolescentes fora da escola	1	7	600%
Prostituição, estupro e abuso sexual contra crianças e adolescentes	3	7	133%
Fuga de domicílio	4	4	0%
Gravidez na adolescência	2	1	-50%
Crianças e adolescentes sem registro de nascimento	4	1	-75%
Dependência química	1	0	n/a
Negligência profissional	0	0	n/a
Outro tipo de ocorrência	2	0	n/a
Total	45	69	53%

Fonte: Conselho Tutelar de Senador José Porfírio/ Elaboração Norte Energia.

e) Análise da alteração no número de registros do Conselho Tutelar da Criança e do Adolescente – Vitória do Xingu

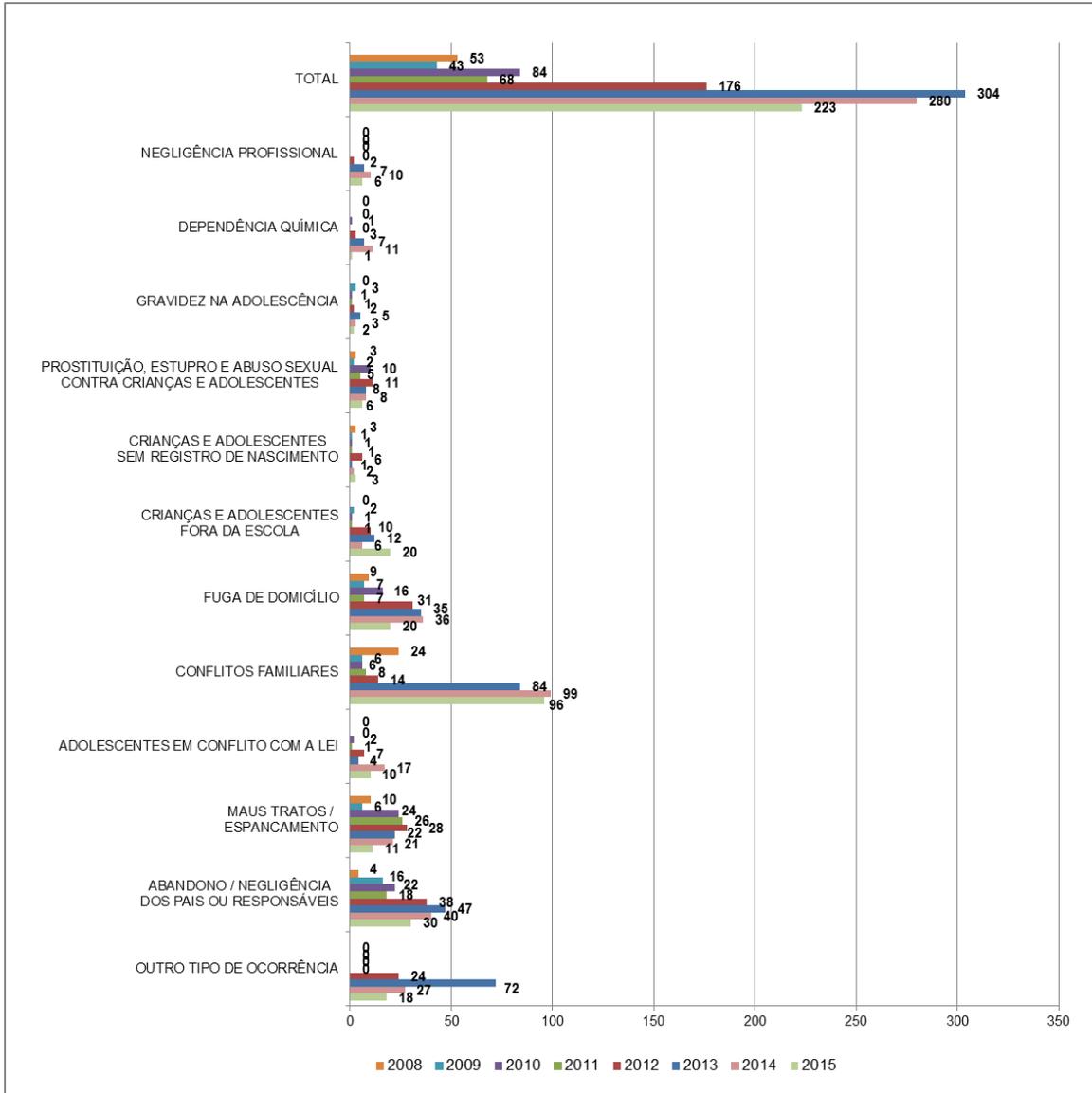


Figura 7.4- 152 - Evolução do número de registros do Conselho Tutelar de Vitória do Xingu, de 2008 a 2015

Fonte: Conselho Tutelar de Vitória do Xingu/ Elaboração Norte Energia.

Quadro 7.4 - 36 – Número de registros do Conselho Tutelar da Criança e do Adolescente, e variação percentual, em Vitória do Xingu, de 2014 e 2015

TIPO DE OCORRÊNCIA	2014	2015	VARIÇÃO (2014/2015)	
			ABS	%
Conflitos familiares	99	96	3	-3%
Abandono / negligência dos pais ou responsáveis	40	30	10	-25%
Fuga de domicílio	36	20	16	-44%
Crianças e adolescentes fora da escola	6	20	-14	233%
Maus tratos / espancamento	21	11	10	-48%
Adolescentes em conflito com a lei	17	10	7	-41%
Prostituição, estupro e abuso sexual contra crianças e adolescentes	8	6	2	-25%
Negligência profissional	10	6	4	-40%
Crianças e adolescentes sem registro de nascimento	2	3	-1	50%
Gravidez na adolescência	3	2	1	-33%
Dependência química	11	1	10	-91%
Outro tipo de ocorrência	27	18	9	-33%
Total	280	223	57	-20%

Fonte: Conselho Tutelar de Vitória do Xingu/ Elaboração Norte Energia.

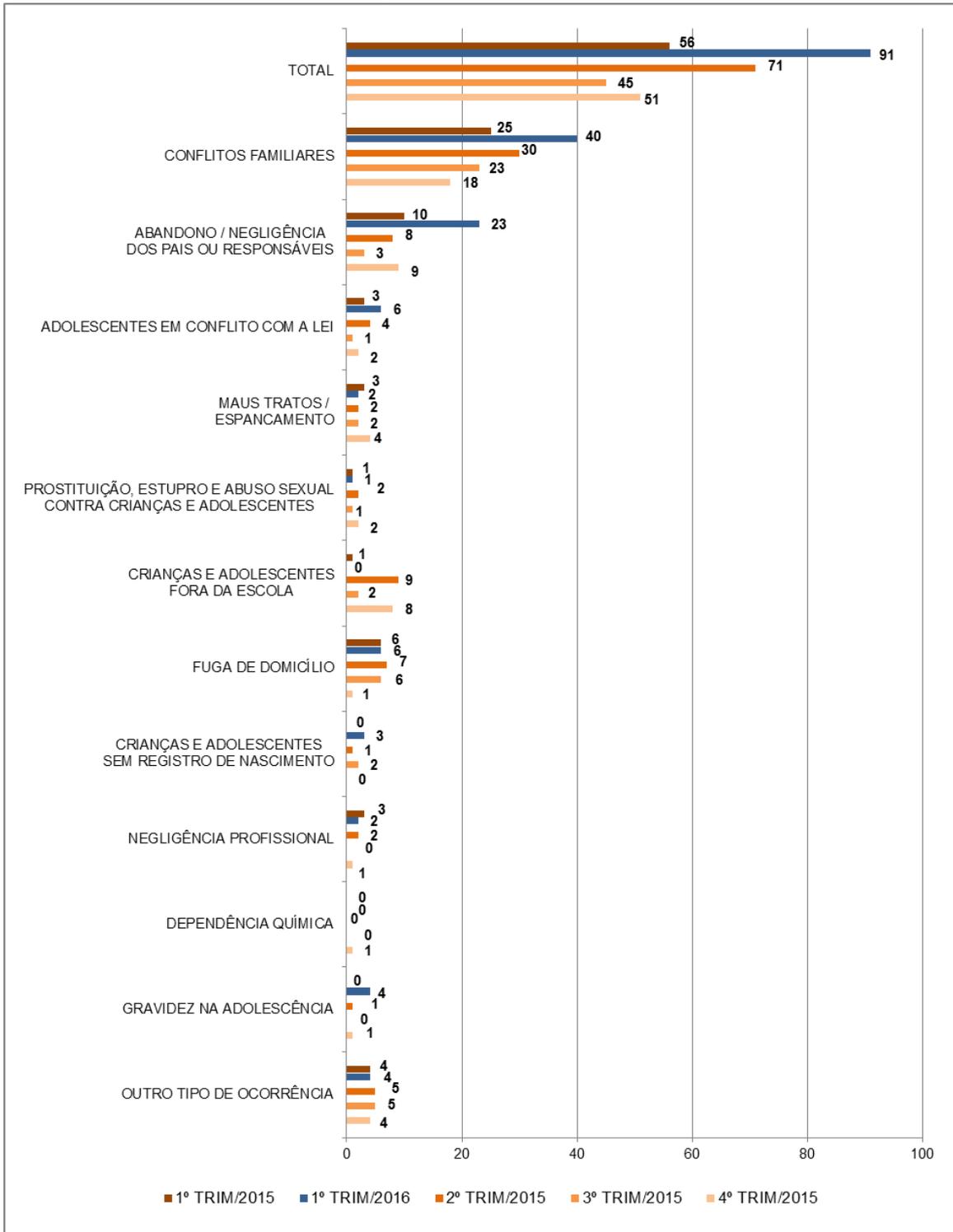


Figura 7.4 - 153 – Evolução do número de registros do Conselho Tutelar, em Vitória do Xingu, do 1º ao 4º Trimestre de 2015 e 1º Trimestre de 2016

Fonte: Conselho Tutelar de Vitória do Xingu/ Elaboração Norte Energia.

Quadro 7.4 - 37 – Número de registros do Conselho Tutelar da Criança e do Adolescente, e variação percentual, em Vitória do Xingu, do primeiro trimestre de 2015 e de 2016

TIPO DE OCORRÊNCIA	1º TRIM - 2015 (JAN - MAR) ABS	1º TRIM - 2016 (JAN - MAR) ABS	VAR. % (TRIM) 2016 vs. 2015
Conflitos familiares	25	40	60%
Abandono / negligência dos pais ou responsáveis	10	23	130%
Fuga de domicílio	6	6	0%
Adolescentes em conflito com a lei	3	6	100%
Gravidez na adolescência	0	4	n/a
Crianças e adolescentes sem registro de nascimento	0	3	n/a
Negligência profissional	3	2	-33%
Maus tratos / espancamento	3	2	-33%
Prostituição, estupro e abuso sexual contra crianças e adolescentes	1	1	0%
Dependência química	0	0	n/a
Crianças e adolescentes fora da escola	1	0	n/a
Outro tipo de ocorrência	4	4	0%
Total	56	91	63%

Fonte: Conselho Tutelar de Vitória do Xingu/ Elaboração Norte Energia.

Considerações Gerais

Na comparação do número de registros de ocorrências do Conselho Tutelar da Criança e do Adolescente em Altamira, entre 2014 e 2015, nota-se que as quedas mais significativas se refere às “crianças e adolescentes fora da escola”, com -32%, à “fuga de domicílio”, com -28%, às “crianças e adolescentes sem registro de nascimento”, com -27%, à “prostituição, estupro e abuso sexual”, com -19%, e aos “maus tratos/espancamento”, com -1% (**Quadro 7.4 - 28**). Fato positivo a ser destacado é a reversão de “fuga de domicílio” que apresentou alta do ano anterior, mas agora já reverteu tal tendência. Também se destaca positivamente a tendência de queda de registros de “prostituição, estupro e abuso sexual”, que ocorre desde 2013. Essa diminuição corrobora a diminuição dos registros de estupro em geral nesse período, como poderá ser observado quando da análise das ocorrências policiais de estupro.

Os aumentos de registros se referem à “negligência profissional”, com aumento relativo de 120%, mas que, devido ao pequenos número absoluto de registros, consistiu num aumento de 18 casos entre um ano e outro. Já “adolescentes em conflito com a lei” apresentou aumento de registros de 56%, e deve ser monitorado. Quanto à “gravidez na adolescência” e “dependência química” tiveram aumentos similares, de 33% e 30% respectivamente, ao passo que “conflitos familiares”, e “abandono/negligência dois pais ou responsáveis”, que representavam os principais

tipos de ocorrências no ano anterior, em 2015 tiveram pequenos aumentos, com 8% e 5% respectivamente (**Figura 7.4- 144**).

Quanto à comparação entre o primeiro trimestre de 2015 e de 2016, de maneira geral há aumento de registros em quase todas as ocorrências. Mas, como se trata de um período relativamente curto, de três meses comparados, há necessidade de se monitorar por um período maior para concluir se há uma tendência ou se relaciona à mudança de conselheiros, como ocorreu em 2016, ou às formas de registro. De qualquer maneira, houve estabilidade em “gravidez na adolescência”, que passou de 15 em 2015 para 14 em 2016 (-7%). Porém, deve-se monitorar o aumento de “Prostituição, estupro e abuso sexual contra crianças e adolescentes” que cresceu de 18 para 25 registros no mesmo período (39%). Outro ponto a ser monitorado, é o aumento dos registros de “adolescentes em conflito com a lei”, que passou de 30 para 57 (90%) em igual período, e “crianças e adolescentes fora da escola” com aumento de 85%, passando de 33 para 61 registros. Também deve-se monitorar os aumentos de registros de “dependência química” que passou de 24 para 38 casos (58%) na comparação entre os primeiros trimestres de 2015 e 2016 (**Figura 7.4 - 145**).

Em Anapu, nota-se uma situação significativamente positiva na comparação dos registros de ocorrências entre 2014 e 2015, ou seja, há diminuição em praticamente todos os tipos, sendo as maiores quedas os “maus tratos/espantamento” (-69%), “prostituição, estupro e abuso sexual” (-67%), “crianças e adolescentes sem registro de nascimento” (-67%), “crianças e adolescentes fora da escola” (-63%) e “abandono/negligência dois pais ou responsáveis” (-37%). A única ocorrência que registrou aumento foi “gravidez na adolescência”, mas em números absolutos, foram apenas 3 casos em todo ano de 2015 (**Figura 7.4- 146 e Quadro 7.4 - 30**).

Na comparação entre o primeiro trimestre de 2015 e 2016, nota-se a queda de registros de “prostituição, estupro e abuso sexual” (-50%). Porém, há aumento de registros de “fuga de domicílio”, de 1 para 9 casos, “abandono/negligência de pais ou responsáveis” de 6 para 11, e de “conflitos familiares”, de 22 para 26. Nos demais tipos não houve alterações dignas de nota. Assim, esses aumentos de registros devem ser monitorados para se identificar se tal fato se relaciona apenas a aumento de registros ou de ocorrências de fato (**Figura 7.4 - 147 e Quadro 7.4 - 31**).

Em Brasil Novo na comparação entre 2014 e 2015 nota-se um quadro positivo com a queda em alguns tipos importantes de ocorrências, tais como: “crianças e adolescentes fora da escola” (-71%), “prostituição, estupro e abuso sexual contra crianças e adolescentes” (-64%), “abandono/negligência dos pais ou responsáveis” (-36%), “adolescentes em conflito com a lei” (-25%) e “crianças e adolescentes sem registro de nascimento” (-25%). Houve, no entanto, aumento relativo significativo em alguns tipos, mesmo que em números absolutos não seja tão significativo, como dependência química que aumentou de 4 para 10 casos, ou gravidez na adolescência, que passou de 1 para 7 registros (**Figura 7.4- 148 e Quadro 7.4 - 32**).

Na comparação entre os primeiros trimestres de 2015 e 2016, nota-se aumento em quase todos os tipos de ocorrências, sendo os mais expressivos aqueles relacionados a questões familiares, como “conflitos familiares”, “abandono/negligência dos pais ou

responsáveis”, “maus tratos/espantamento” e “fuga do domicílio”. Também houve registros de “prostituição, estupro e abuso sexual contra crianças e adolescentes”, com 4 registros no trimestre. Porém, tais registros em Brasil Novo não devem ter qualquer relação com o empreendimento (**Figura 7.4 - 149 e Quadro 7.4 - 33**).

Senador José Porfírio apresentou queda nos registros de ocorrências entre 2014 e 2015, sendo que os maiores destaques foram “adolescentes em conflito com a lei” (-73%), “crianças e adolescentes fora da escola” (-69%), “dependência química” (-33%), “crianças e adolescentes sem registro de nascimento” (-22%) e “fuga de domicílio” (-13%). Nota-se aumento de registros de “gravidez na adolescência”, que subiu de 2 para 6 registros no ano, “prostituição, estupro e abuso sexual contra crianças e adolescentes”, de 11 para 14 em 2015, e “conflitos familiares”, de 76 para 81 (**Figura 7.4- 150 e Quadro 7.4 - 34**).

Ao se comparar os primeiros trimestres de 2015 e 2016, nota-se diminuição de “crianças e adolescentes sem registro de nascimento” e “gravidez na adolescência”. Já “crianças e adolescentes fora da escola” aumentou de 1 para 7 registros, “adolescentes em conflito com a lei”, de 2 para 8 registros, “prostituição, estupro e abuso sexual contra crianças e adolescentes”, de 3 para 7 registros, “maus tratos e espancamentos”, de 4 para 9 registros, e “conflitos familiares”, de 14 para 21 registros. Nada indica que haja relação entre tais aumentos e o empreendimento (**Figura 7.4 - 151 e Quadro 7.4 - 35**).

Em Vitória do Xingu na comparação entre 2014 e 2015 houve queda em quase todos os tipos de registros, tendo com fato positivo a diminuição de “dependência química” (-91%), “maus tratos, espancamento” (-48%), “fuga de domicílio” (-44%) e “adolescentes em conflito com a lei” (-41%), “gravidez na adolescência” (-33%), “prostituição, estupro e abuso sexual contra crianças e adolescentes” (-25%). Também apresentaram queda, “negligência profissional” (-40%), “abandono/negligência dos pais ou responsáveis” (-25%). Houve aumento de “crianças e adolescentes fora da escola, que passou de 6 para 20 em 2015, e de “crianças e adolescentes sem registro de nascimento”, mas que aumentou de 2 para 3 (**Figura 7.4- 152 e Quadro 7.4 - 36**).

Na comparação entre os primeiros trimestres de 2015 e 2016, houve queda de “maus tratos/espantamento” e “negligência profissional”, ao passo que houve aumento de registros de “abandono/negligência dos pais ou responsáveis” (de 10 para 23), “adolescentes em conflito com a lei” (de 3 para 6), “conflitos familiares” (de 25 para 40) e “gravidez na adolescência” (de 0 para 4). Em princípio, não há como relacionar esses eventuais aumentos, alguns em número pequeno em termos absolutos, com a implantação do empreendimento, visto que nos anos anteriores, quando ocorreu o pico da obra, não se verificou necessariamente aumento significativo de registros (**Figura 7.4 - 153 e Quadro 7.4 - 37**).

6. Dimensão: Saúde

6.1. Indicador “12. Casos de doenças e endemias transmissíveis”

Até o 7º RCS a análise dos dados era realizada de acordo com a evolução mensal dos casos de doenças e endemias. A partir deste Relatório, a Norte Energia, por meio do Plano de Saúde Pública (Plano 8) passou a fazer a análise anual deste indicador. Assim, o texto abaixo faz a avaliação do período 2011 aos primeiros meses de 2016.

AIDS

Quadro 7.4-38 – Registro de casos de AIDS, nos municípios da AID de Belo Monte e Pacajá, no período de janeiro a junho, 2011 a 2016.

Municípios	Casos notificados por período de diagnóstico						% de variação 16/11
	2011	2012	2013	2014	2015	2016	
Altamira	8	5	11	5	10	7	-12,5
Anapu	1	1	0	2	1	2	100,0
Brasil Novo	0	0	0	0	0	3	NA
Pacajá	2	2	7	0	2	1	-50,0
Senador J. Porfírio	0	0	1	2	0	1	NA
Vitória do Xingu	0	0	1	0	3	1	NA
Total	11	8	20	9	16	15	36,4

Fonte: SINANNET *NA - Não se aplica.

DENGUE

Quadro 7.4-39 – Registro de casos de Dengue nos municípios da AID de Belo Monte e Pacajá, período de janeiro a junho, 2011 a 2016.

Municípios	Casos confirmados						% de variação 16/11
	2011	2012	2013	2014	2015	2016	
Altamira	1139	822	217	153	248	33	-97,1
Anapu	4	10	8	39	0	42	950,0
Brasil Novo	2	4	105	64	140	0	-100,0
Pacajá	266	239	147	166	44	206	-22,6
Senador J. Porfírio	1	2	1	228	178	14	1.300,0
Vitória do Xingu	145	82	24	8	13	5	-96,6
Total	1.557	1.159	502	658	623	300	-80,7

Fonte: SINAN – Dengue online.

HEPATITES VIRAIS

Quadro 7.4-40 – Registro de casos de Hepatites Virais, nos municípios da AID de Belo Monte e Pacajá, no período de janeiro a junho, 2011 a 2016.

Municípios	Casos confirmados por período de notificação						% de variação 16/11
	2011	2012	2013	2014	2015	2016	
Altamira	2	7	5	9	7	4	100,0
Anapu	0	0	2	5	0	0	NA
Brasil Novo	0	0	6	2	0	1	NA
Pacajá	2	6	9	11	2	1	-50,0
Senador J. Porfírio	5	0	1	0	2	3	-40,0
Vitória do Xingu	1	0	0	0	0	0	-100,0
Total	10	13	23	27	11	9	-10,0

Fonte: SINANNET *NA - Não se aplica.

LEISHMANIOSE TEGUMENTAR

Quadro 7.4-41 – Registro de casos novos de Leishmaniose Tegumentar Americana, nos municípios da AID de Belo Monte e Pacajá, período de janeiro a junho, 2011 a 2016.

Municípios	Casos novos notificados						% de variação 16/11
	2011	2012	2013	2014	2015	2016	
Altamira	26	44	38	22	38	20	-23,1
Anapu	37	30	11	14	69	10	-73,0
Brasil Novo	24	25	5	28	53	8	-66,7
Pacajá	44	36	25	42	61	20	-54,5
Senador J. Porfírio	9	10	4	12	18	9	0,0
Vitória do Xingu	6	14	12	13	20	6	0,0
Total	146	159	95	131	259	73	-50,0

Fonte: SINANNET

NÚMERO DE CASOS DE MALÁRIA E PERCENTUAL DE VARIAÇÃO

Quadro 7.4-42 – Registro de casos de malária e variação anual nos municípios da Área de Influência Direta (AID) de Belo Monte e Pacajá, Pará. Janeiro a junho no período de 2011 a 2016.

MUNICÍPIOS	CASOS POSITIVOS						%DE VARIAÇÃO 16/11
	2011	2012	2013	2014	2015	2016	
ALTAMIRA	572	1.190	160	75	31	15	-94,6
ANAPU	1.456	1.276	200	143	9	44	-99,4
BRASIL NOVO	28	60	5	0	0	0	-100,0
SENADOR J. PORFÍRIO	669	558	174	50	3	2	-99,6
VITORIA DO XINGU	41	97	31	3	1	0	-97,6
SUB TOTAL AID	2.766	3.181	570	271	44	61	-98,4
PACAJÁ	2.309	1.356	649	302	173	228	-92,5
TOTAL	5.075	4.537	1.219	573	217	289	-95,7

Fonte: SIVEP_MALARIA

Considerações Gerais

Os casos de HIV diagnosticados em gestantes, crianças e adultos, são notificados em fichas separadas no Sistema Nacional de Agravos Notificáveis (SINAN). A partir de 2014, por meio da publicação da Portaria GM 1271/2014, passaram a ser notificados tanto a infecção pelo vírus da imunodeficiência, quanto da doença HIV/AIDS; antes tinham critérios que estabeleciam a notificação ou não da infecção HIV. Mesmo com essa mudança não houve uma elevação significativa dos casos, conforme mostra o **Quadro 7.4-38**.

A incidência de HIV/AIDS nos municípios da região Belo Monte e Pacajá no período de janeiro a junho dos anos de 2011 a 2016, revela Altamira, que é o mais populoso da região, com redução de 12,5% dos casos no período de janeiro a junho de 2016, correlacionada com 2011 (ano de implantação da hidrelétrica de Belo Monte). Em Pacajá, Senador José Porfírio e Vitória do Xingu a transmissão está estável no período. Os casos registrados no primeiro semestre de 2016 na região, apresenta uma redução de 36,4% em relação ao mesmo período de 2011.

Em relação à dengue, as ações de prevenção e controle foram implantadas nos municípios com apoio da Norte Energia, conforme pactuado com o 10º CRS/SESPA. Foram realizadas mobilizações, campanhas publicitárias com orientações preventivas em outdoors e confecção de materiais de divulgação com intuito de orientar sobre a proliferação do mosquito *Aedes aegypti*.

O comparativo de casos de dengue no primeiro semestre de 2016, registrou a maior queda no período avaliado. Os resultados obtidos em 2016, no **Quadro 7.4-39** de

registro de dengue na região da AID da UHE Belo Monte e Pacajá, observa-se que houve redução dos casos confirmados, quando comparados com todos os anos da série histórica apresentada. No primeiro semestre de 2011, início do empreendimento a região teve 1.557 casos de dengue, enquanto em 2016 foram 300, correspondendo a uma redução de 80,7%.

Continuando a análise do **Quadro 7.4-39**, em Senador José Porfírio foram registradas apenas 14 ocorrências de casos no primeiro semestre de 2016, os registros no mesmo período em 2014 e 2015 foram 228 e 178 respectivamente, essa redução foi importante visto que esse foi o único município que tinha registrado aumento de casos de dengue, sendo agora estabelecido o controle na transmissão.

O trabalho dos municípios foi acompanhado e apoiado com recursos da Norte Energia. Em cada município além da mobilização social, foram intensificadas atividades de visita domiciliar por intermédio da incorporação de agentes públicos no trabalho de controle vetorial, sendo utilizado profissionais da secretaria de saúde outras secretarias municipais, e agentes do exército brasileiro com apoio do 51º Batalhão de Infantaria de Selva (51 BIS)

A situação das Hepatites Virais nos municípios da AID Belo Monte e Pacajá nas primeiras metades dos anos de 2011 a 2016 foi de aumento dos casos em 2013 e 2014, nos demais anos, a tendência foi de estabilidade. O maior volume de casos na região foi registrado em Altamira e Pacajá, entretanto nesses municípios no ano de 2016 a hepatite está em decréscimo. Anapu e Senador José Porfírio, não registraram casos de hepatite esse ano, conforme mostra o **Quadro 7.4-40**.

Quanto à Leishmaniose Tegumentar Americana (LTA) foram organizadas respostas em ações de vigilância e controle da devido ao aumento de casos de ocorridos no segundo semestre de 2015. É importante destacar o esforço feitos pelos municípios, 10º Centro Regional de Saúde (10ºCRS/SESPA) e o apoio fornecido pela Norte Energia no reforço das estratégias de controle da LTA, por intermédio da instalação dos Mosquiteiros Impregnados com Inseticidas de Longa Duração (conforme indicação) e fornecimento de material educativo distribuídos nas atividades de educação em saúde realizada por agentes comunitários de saúde e agentes de combate a endemias, possibilitou a melhora dos indicadores da leishmaniose.

O registro da incidência de Leishmaniose Tegumentar Americana (LTA) por município de ocorrência na AID da UHE Belo Monte e Pacajá em 2016 totalizou 73 casos, correspondendo a uma diminuição de 50,0% em relação ao mesmo período de 2011 (janeiro a junho), ano de início das obras da UHE. Quando comparado ao ano passado essa redução é ainda maior visto que no primeiro semestre de 2015 foram diagnosticados 259 casos. Essas informações podem ser observadas no **Quadro 7.4-41**, que consta o total de casos de janeiro a junho e a variação em todos os municípios de interesse no período de 2011 a 2016.

Em relação à malária a região de Belo Monte registrou intensa redução em todo período comparativo de janeiro a junho dos anos de 2011 a 2016, apresentado no **Quadro 7.4-42**. A variação anual na região apresentou redução em 98,4% no

comparativo semestral de 2016 com 2011. Quando incluímos Pacajá essa variação diminuiu para 95,7%. Brasil Novo e Vitória do Xingu, não apresentaram casos de malária em 2016.

Destaque-se que o Indicador **“Casos de doenças e endemias transmissíveis”** foi incluído no Programa 7.4 por ter sido considerado importante nas ações antecipatórias para os possíveis impactos advindos do afluxo populacional atraído pelo empreendimento. Por conta disso, inúmeras ações foram desenvolvidas pela Norte Energia, e que tiveram resultados positivos expressivos, como a sensível diminuição dos casos de malária, para mencionar um exemplo. Além disso, esses mesmos Indicadores, aliadas a outras doenças e endemias continuarão a ser monitoradas pelo Programa de Vigilância Epidemiológica, Prevenção e Controle de Doenças (8.2), como vem ocorrendo desde 2012. Dessa forma, trata-se de um Indicador que está apenas replicado no Programa 7.4, e já atendeu ao seu objetivo inicial. Portanto, o Indicador deveria deixar de ser monitorado por este Programa a partir do segundo semestre de 2016, para continuar a ser acompanhado pelo Programa 8.2, neste momento atual do empreendimento, pós LO.

6.2. Indicador “13. Taxa de mortalidade infantil”

Quadro 7.4 - 38 – Taxa de Mortalidade Infantil (TMI), nos municípios da AID e AII da UHE Belo Monte, anos 2010, 2011, 2012, 2013, 2014 e 2015

Municípios	2010	2011	2012	2013	2014	2015		
	TMI	TMI	TMI	TMI	TMI	óbito < 1 ano	Nascidos Vivos	TMI
Altamira	26,1	24,6	7,1	21,1	20,6	39	2471	15,78
Anapu	33,2	21,2	5,6	20,7	28,5	8	488	16,39
Brasil Novo	49,5	7,7	7,2	11,1	10,4	0	233	0,00
Gurupá	13,6	3,6	4,7	66,7	-	-	-	-
Medicilândia	10,2	16,8	2,2	6,3	6,9	0	379	0,00
Pacajá	35,2	15,2	1,5	11,1	9,2	3	504	5,95
Placas	16,3	23,3	24,4	0,0	-	-	-	-
Porto de Moz	15,0	18,2	3,1	15,2	16,6	11	619	17,77
Senador José Porfírio	15,3	34,7	6,2	13,9	44,6	7	279	25,09
Uruará	23,3	17,7	4,7	16,5	13,9	14	750	18,67
Vitória do Xingu	10,9	35,6	4,4	25,2	27,3	2	302	6,62

Fonte: SIM e SINASC/10ºCRS/SESPA - Nos municípios do 10º CRS

1. Coletado: 20.05.2013 para 2010, 2011 e 2012, 04.06.2014 para 2013, 25.05.2015 para 2014 e 05.01.2016 para 2015.

2. <http://www.saude.pa.gov.br/index.php/tabnet-sespa>.

3. Dados de Placas e Gurupá ainda não estão disponíveis para o ano de 2014 e 2015.

Considerações Gerais

A Taxa de Mortalidade Infantil é um dos indicadores mais sensíveis para avaliar a qualidade da atenção à saúde. No **Quadro 7.4 - 38** observa-se que em 2012 os dados destoam dos demais anos, sendo que em 2015 observa-se que a taxa de mortalidade infantil foi zero em Brasil Novo e Medicilândia, ao passo que Pacajá e Vitória do Xingu igualmente apresentam taxas muito baixas, de 5,95 e 6,62 respectivamente. Porém, não há como saber se essas taxas, dentre as melhores do mundo, são reais ou se relacionam a problemas de registro. Gurupá é o que apresenta a maior variação, tendo chegado a apenas 3,6 em 2011 e a 66,7 em 2013, e a partir de 2014 sequer há informações.

Em 2015 a maior Taxa de Mortalidade Infantil foi em Senador José Porfírio (25,09), que correspondeu a 7 óbitos de menores de 1 ano para 279 nascidos vivos. Em Altamira a taxa foi de 15,78, com 39 óbitos em 2.471 nascidos vivos.

Ressalte-se que o Indicador “Taxa de mortalidade infantil” foi incluído no Programa 7.4 nas ações antecipatórias, a fim de averiguar a sua evolução por conta do início do empreendimento. Como se trata de indicador levado em consideração no Plano de Saúde Pública (Plano 8), e por já ter contemplado seus objetivos iniciais, neste momento do empreendimento, pós LO, propõe-se que deixe de ser monitorado pelo Programa 7.4 a partir do segundo semestre de 2016.

6.3. Indicador “14. Mortalidade por doença diarreica aguda em menores de cinco anos de idade”

Quadro 7.4 - 39 – Mortalidade por Doenças Diarreica Aguda (DDA) em < 5 anos, nos municípios da AID e All da UHE Belo Monte, anos 2010, 2011, 2012, 2013, 2014 e 2015

Municípios	2010	2011	2012	2013	2014	2015	
	TM - DDA	TM - DDA	TM - DDA	TM DDA	TM - DDA	óbito DDA < 5 anos	Taxa de mortalidade por DDA < 5 anos/100.000
Altamira	46,9	16,1	108,7	SI	29,7	2	19,8
Anapu	0,0	0,0	0,0	SI	0,0	0	0,0
Brasil Novo	0,0	0,0	0,0	SI	0,0	0	0,0
Gurupá	0,0	0,0	0,0	SI	SI	SI	SI
Medicilândia	0,0	0,0	0,0	SI	0,0	0	0,0
Pacajá	38,5	0,0	0,0	SI	47,0	0	0,0
Placas	0,0	0,0	0,0	SI	SI	SI	SI
Porto de Moz	0,0	0,0	0,0	SI	22,3	0	0,0
Senador José Porfírio	0,0	0,0	0,0	SI	186,7	0	0,0
Uruará	333,3	0,0	0,0	SI	0,0	1	21,4
Vitória do Xingu	0,0	0,0	0,0	SI	0,0	0	0,0

Fonte: SIM/10ºCRS/SESPA - Nos municípios do 10º CRS

1. Coletado: 20.05.2013 para 2010, 2011 e 2012, 04.06.2014 para 2013, 25.05.2015 para 2014 e 05.01.2016 para 2015.

2. <http://www.saude.pa.gov.br/index.php/tabnet-sespa>.

3. Dados de Placas e Gurupá ainda não estão disponíveis para o ano de 2014

4. Fonte: Datasus - CGPNI/DEVEP/SVS-MS

5. Em 2013 não foi possível calcular o Coeficiente de Mortalidade em Menor de 5 anos por DDA, pois o DATASUS ainda não disponibilizou a população estimada de menores de 5 anos.

Considerações Gerais

A Taxa de Mortalidade por Doença Diarreica Aguda (DDA), apresenta variação significativa entre 2010 e 2015, sendo que não há informações para 2013, pois o DATASUS não disponibilizou a população estimada de menores de 5 anos. Nota-se, porém, que somente em Altamira há informações que permitem o cálculo da Taxa para todos os anos. Nos demais municípios da All, em quase todos os anos consta como se não houvesse sequer um óbito no ano em crianças menores de cinco anos por doença diarreica. Possivelmente tais cifras decorrem de falta de registros de ocorrências nesses municípios.

Pelo **Quadro 7.4 - 39** verifica-se que em Altamira a taxa de mortalidade por doença diarreica aguda entre os menores de 5 anos foi de 19,8 em 2015, mas chegou a um pico de 108,7 em 2012, e apresentou a menor taxa em 2011, com 16,1. São variações significativas que tanto podem se relacionar ao acaso quanto por conta de notificação das ocorrências. Em Uruará houve registro apenas em 2010 (333,3) e em 2015, com 21,4. Já em Pacajá houve registro em 2010 (38,5) e em 2014 (47,0), ao passo que em

Senador José Porfírio e em Porto de Moz, somente houve registros em 2014, com 186,7 e 22,3 respectivamente. Nos demais municípios e nos demais anos tudo se passa como se não houve óbitos. Trata-se, portanto, de indicador que somente pode ser avaliado satisfatoriamente quando os dados se mostrarem mais consistentes.

Assim como ocorreu com o Indicador anterior, a “**Mortalidade por doença diarreica aguda em menores de cinco anos de idade**” foi incluída no Programa 7.4 nas ações antecipatórias, a fim de averiguar a sua evolução por conta do início do empreendimento. Trata-se também de indicador levado em consideração no Plano de Saúde Pública (Plano 8), e por já ter contemplado seus objetivos iniciais, neste momento do empreendimento, pós LO, propõe-se que deixe de ser monitorado pelo Programa 7.4 a partir do segundo semestre de 2016.

6.4. Indicador “15. Percentual de cobertura do PSF em relação à população total”

Quadro 7.4 - 40 – Percentual de Cobertura de PSF em relação à população Total, nos municípios da AID e AII da UHE Belo Monte, anos de 2010, 2011, 2012, 2014 e 2015

Municípios	2010	2011	2012	2013	2014	2015	
	% de cobertura	PSF Implantados	% de cobertura				
Altamira	41,9	41,8	48,0	47,2	64,1	22	74,2
Anapu	67,6	67,2	64,5	77,6	77,6	5	77,6
Brasil Novo	87,3	100,0	100,0	96,0	96,1	7	100,0
Gurupá	27,1	35,6	35,1	34,5	34,5	4	46,1
Medicilândia	29,1	37,9	49,7	61,1	73,3	6	73,3
Pacajá	32,9	34,5	33,8	33,1	49,7	6	49,7
Placas	0,0	0,0	13,9	13,5	13,5	2	27,0
Porto de Moz	49,1	30,5	39,7	38,8	48,5	6	58,3
Senador José Porfírio	30,5	100,0	100,0	100,0	100,0	4	100,0
Uruará	71,7	30,8	38,5	30,8	69,4	11	84,9
Vitória do Xingu	100,0	77,1	76,1	75,1	75,3	3	75,3

Fonte: MS/SAS/DAB e IBGE.

1. Coletado: 20.05.2013 para 2010, 2011 e 2012, 04.06.2014 para 2013, 04.02.2015 para 2014 e 05.01.2016 para 2015.

2. http://dab.saude.gov.br/dab/historico_cobertura_sf/historico_cobertura_sf_relatorio.php.

Considerações Gerais

A cobertura de Equipes de Saúde da Família da AID e AII até 2014 estava abaixo de 50% nos municípios de Gurupá, Pacajá, Placas e Porto de Moz. Porém, este último município, em 2015 passou a ter um percentual de 58,3% com a implantação de mais um PSF. A situação menos satisfatória é a de Placas onde, apesar da melhora em 2015, ainda se encontra com percentual de cobertura de 27,0%.

Altamira passou essa marca em 2014 (64,1%), devido à implantação de 19 PSF. Em 2015 com a implantação de mais três, o percentual passou a 74,6%, mostrando um aumento consistente ano a ano desde 2010. A melhor situação relativa encontra-se em Senador José Porfírio e Brasil Novo, com 100% de cobertura, sendo que este último já se encontrava próximo a tal percentual nos anos anteriores. Em Uruará, Medicilândia, Anapu e Vitória do Xingu esse percentual de cobertura também se mostra acima de 70%, chegando a 84,9% em Uruará (**Quadro 7.4 - 40**).

O Indicador “**Percentual de cobertura do PSF em relação à população total**” igualmente foi incluído no Programa 7.4 nas ações antecipatórias, a fim de averiguar a sua evolução por conta do início do empreendimento. Como todos os dados de saúde, este indicador é levado em consideração no Plano de Saúde Pública (Plano 8), e por já ter contemplado seus objetivos iniciais, neste momento do empreendimento, pós LO, propõe-se deixar de ser monitorado pelo Programa 7.4 a partir do segundo semestre de 2016.

6.5. Indicador “16. Número de médicos por 1.000 habitantes”

Quadro 7.4 - 41 – Nº de médico por 1.000 habitantes, nos municípios da AID e AII da UHE Belo Monte, anos de 2010, 2011, 2012, 2013, 2014 e 2015

Municípios	Nº de médico por 1.000 habitantes					
	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Altamira	0,7	0,6	1,8	0,9	1,1	1,0
Anapu	0,2	0,2	0,8	0,2	0,2	0,3
Brasil Novo	0,1	0,4	1,2	0,5	0,5	0,5
Gurupá	0,0	0,0	0,2	0,1	0,1	0,2
Medicilândia	0,1	0,1	0,7	0,2	0,3	0,3
Pacajá	0,1	0,1	0,2	0,2	0,2	0,2
Placas	0,1	0,1	0,3	0,04	0,07	0,1
Porto de Moz	0,1	0,1	0,4	0,1	0,2	0,2
Senador José Porfírio	0,3	0,4	0,6	0,2	0,2	0,4
Uruará	0,1	0,1	0,5	0,2	0,4	0,4
Vitória do Xingu	0,1	0,1	0,7	0,6	0,6	0,6

Fonte: CNES.

1. Coletado: 20.05.2013 para 2010, 2011 e 2012, 04.06.2014 para 2013, 04.02.2015 para 2014 e 05.01.2016 para 2015.

2. <http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/tabcgi.exe?cnes/cnv/prid02pa.def>

Considerações Gerais

A Portaria Nº 2.488/2011, do Ministério da Saúde, estabelece que uma equipe de PSF, que conta com a presença de um médico, deverá atender a no máximo 4.000 habitantes. Baseado nessa informação chega-se ao parâmetro de 0,25 médicos para cada 1.000 habitantes.

Dessa forma, segundo tal parâmetro, nota-se que Altamira apresenta a o quadro mais favorável, com 1,0 médico por 1.000 habitantes em 2015. Nos demais municípios, da All, estão acima do patamar, Vitória do Xingu (0,6), Brasil Novo (0,5), Senador José Porfírio (0,4), Uruará (0,4) e Anapu (0,3). Os municípios que se encontram abaixo do patamar de 0,25 médicos por 1.000 habitantes é Gurupá (0,2), Medicilândia (0,2) Porto de Moz (0,2) e Placas, este último na situação menos satisfatória, com apenas 0,1 médico por 1.000 habitantes. Mas, mesmo no caso de Placas, esse índice vem subindo ao longo dos últimos 3 anos, visto que anos, visto que foi de 0,04 em 2013 e 0,07 em 2014 (**Quadro 7.4 - 41**).

Como salientado em todos os indicadores de saúde, o Indicador “**Número de médicos por 1.000 habitantes**” também foi incluído no Programa 7.4 nas ações antecipatórias, a fim de averiguar a sua evolução por conta do início do empreendimento. Como se trata de indicador considerado no Plano de Saúde Pública (Plano 8), e por já ter contemplado seus objetivos iniciais, neste momento do empreendimento, pós LO, propõe-se deixar de ser monitorado pelo Programa 7.4 a partir do segundo semestre de 2016.

7. Dimensão: Habitação

7.1. Indicador “17. Evolução do número de novas construções e de loteamentos”

a) Análise da evolução do número de novas construções e de loteamentos – Altamira

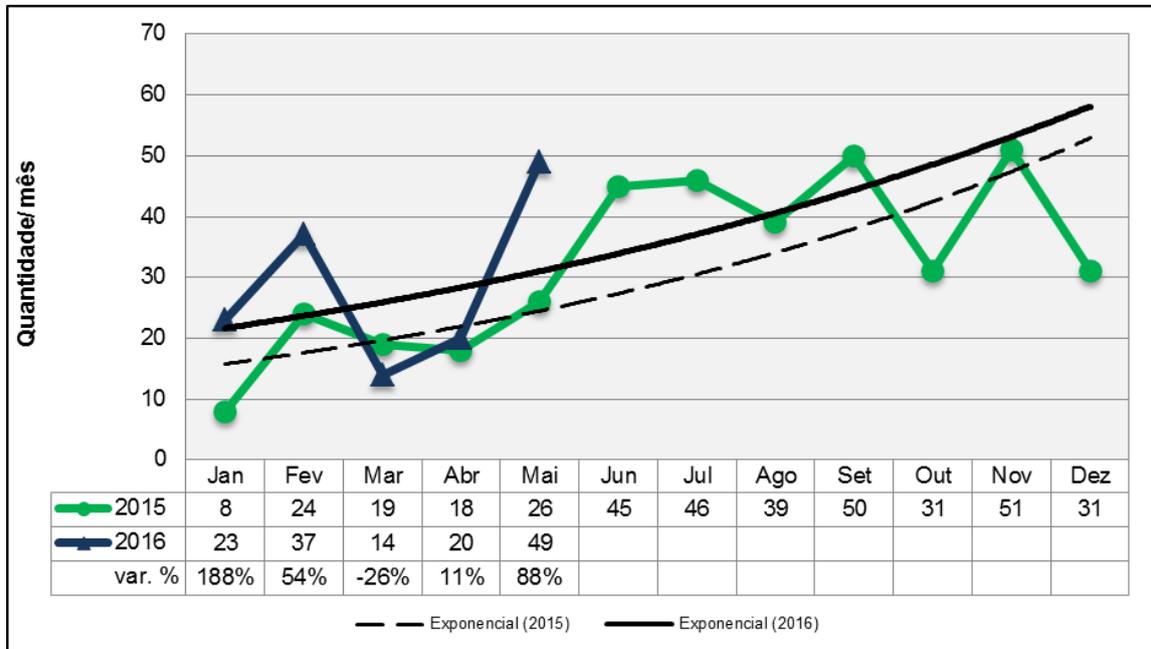


Figura 7.4- 154 - Quantidade de alvarás de construção, em Altamira, de janeiro de 2015 a maio de 2016

Fonte: Secretaria Municipal de Finanças de Altamira/ Elaboração Norte Energia.

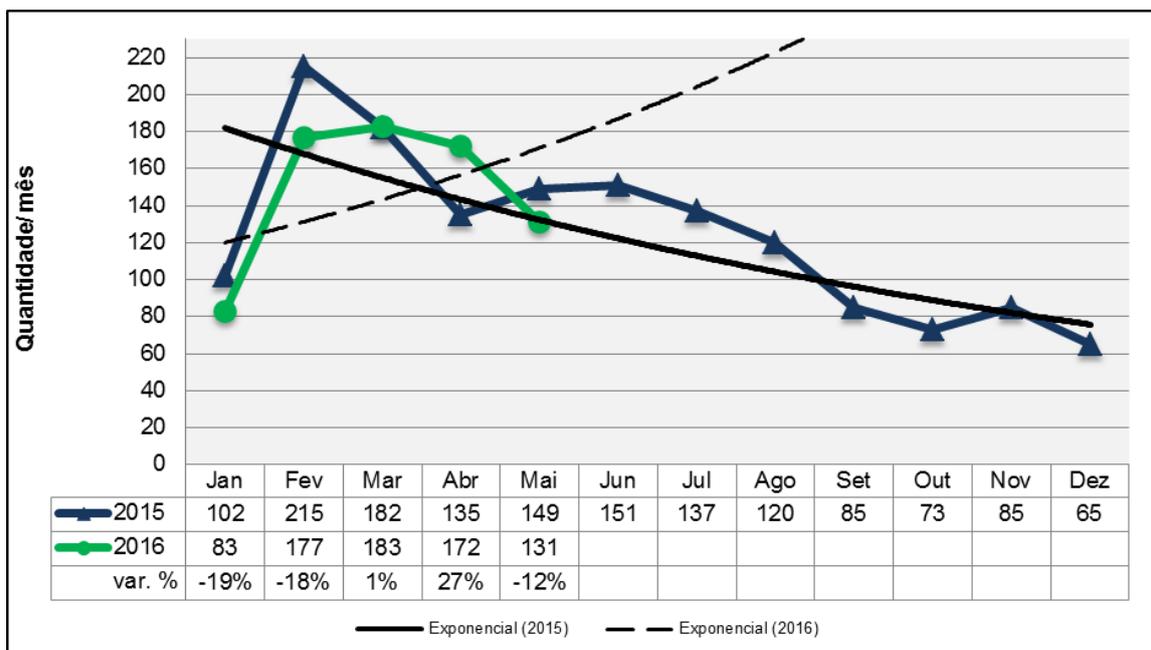


Figura 7.4- 155 - Quantidade de alvarás de funcionamento, em Altamira, de janeiro de 2015 a maio de 2016

Fonte: Secretaria Municipal de Finanças de Altamira/ Elaboração Norte Energia.

Nota: A Secretaria Municipal de Finanças de Altamira realizava o repasse dos dados das empresas cadastradas que não necessariamente chegavam a concluir a emissão do alvará. Esta forma de coleta foi ajustada e com isso, os dados sofreram revisão.

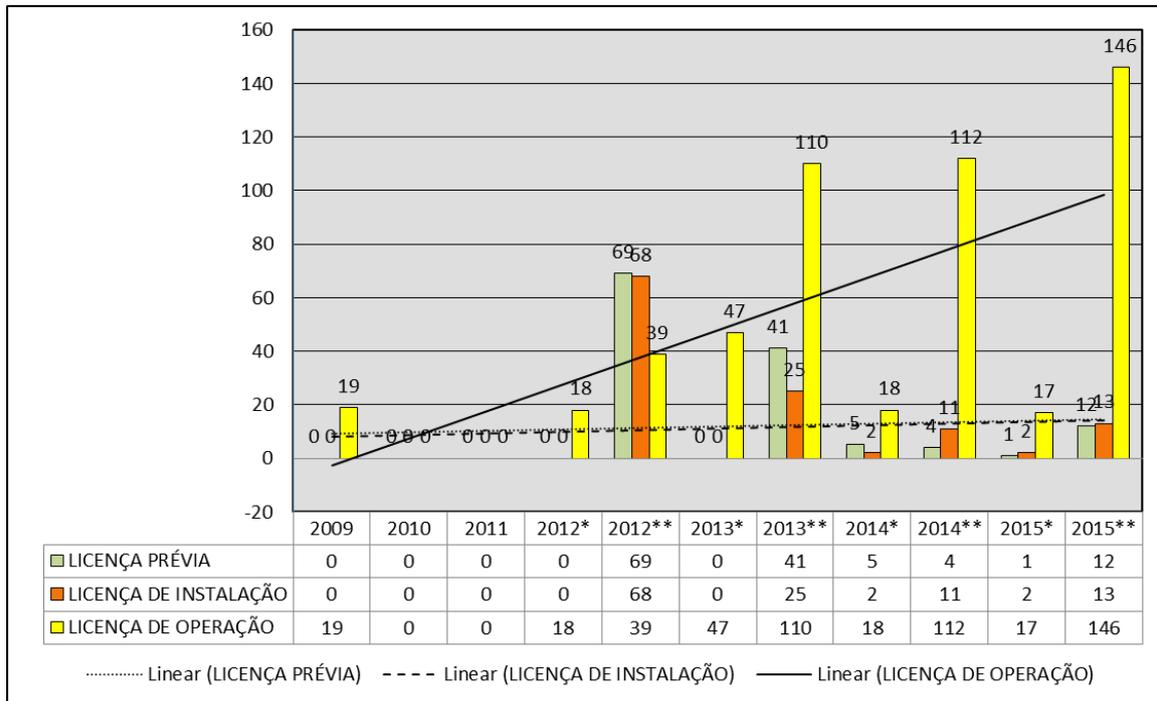


Figura 7.4- 156 – Quantidade de licenças prévia, de instalação e de operação, em Altamira, de 2009 a 2015

Fonte: Secretaria Municipal da Gestão do Meio Ambiente e Turismo (SEMAT) de Altamira/Elaboração Norte Energia.

* - Dados fornecidos pela Secretaria Estadual de Meio Ambiente e Sustentabilidade (SEMAS).

** - Dados fornecidos pela SEMAT.

Quadro 7.4 - 42 – Quantidade de licenças prévias, de instalação e de operação, por tipo de órgão, em Altamira, de janeiro a maio de 2016

ÓRGÃO	TIPO LICENÇA	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Total
SEMÁS	LICENÇA PRÉVIA	0	0	0	0	0								0
	LICENÇA DE INSTALAÇÃO	0	0	0	0	0								0
	LICENÇA DE OPERAÇÃO	5	0	2	1	2								10
SEMAT	LICENÇA PRÉVIA	0	0	0	0	0								0
	LICENÇA DE INSTALAÇÃO	1	2	0	0	1								4
	LICENÇA DE OPERAÇÃO	16	8	12	14	12								62
TOTAL		22	10	14	15	15								76

Fonte: Secretaria Estadual de Meio Ambiente e Sustentabilidade (SEMÁS)/Unidade Regional do Xingu/UNRE, Secretaria Municipal da Gestão do Meio Ambiente e Turismo (SEMAT) de Altamira. Elaboração Norte Energia.

b) Análise da evolução do número de novas construções e de loteamentos – Anapu

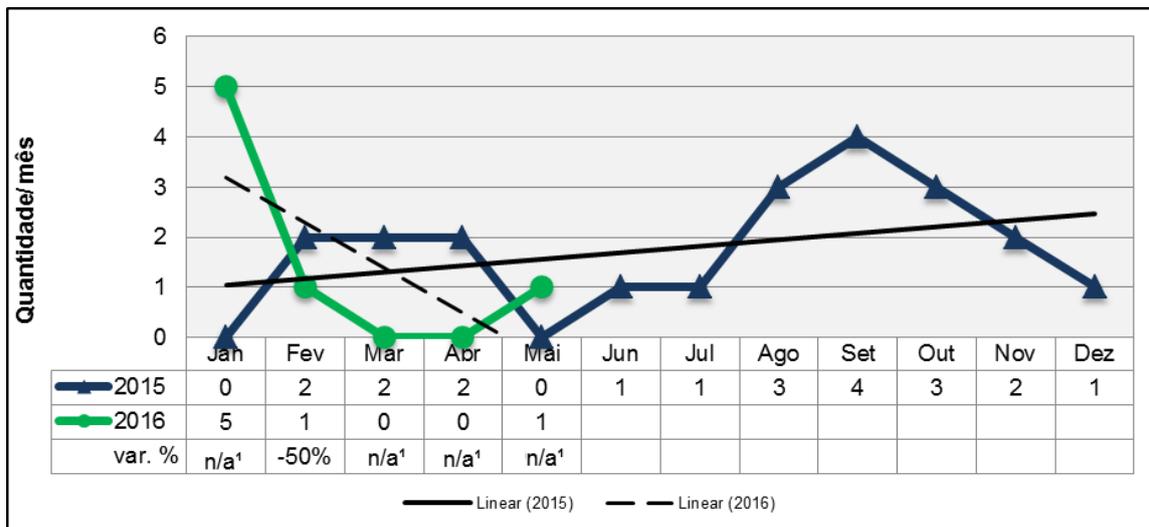


Figura 7.4-157 – Quantidade de alvarás de construção, em Anapu, de janeiro de 2015 a maio de 2016

Fonte: Secretaria Municipal de Obras de Anapu/ Elaboração Norte Energia.

1.n/a: não se aplica

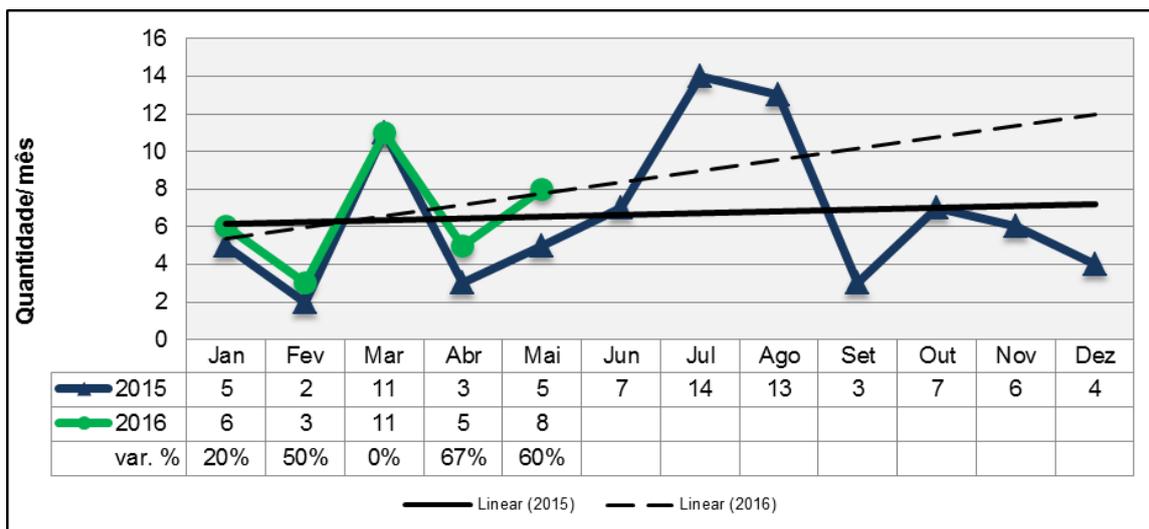


Figura 7.4-158 – Quantidade de alvarás de funcionamento, em Anapu, de janeiro de 2015 a maio de 2016

Fonte: Secretaria Municipal de Obras de Anapu/ Elaboração Norte Energia.

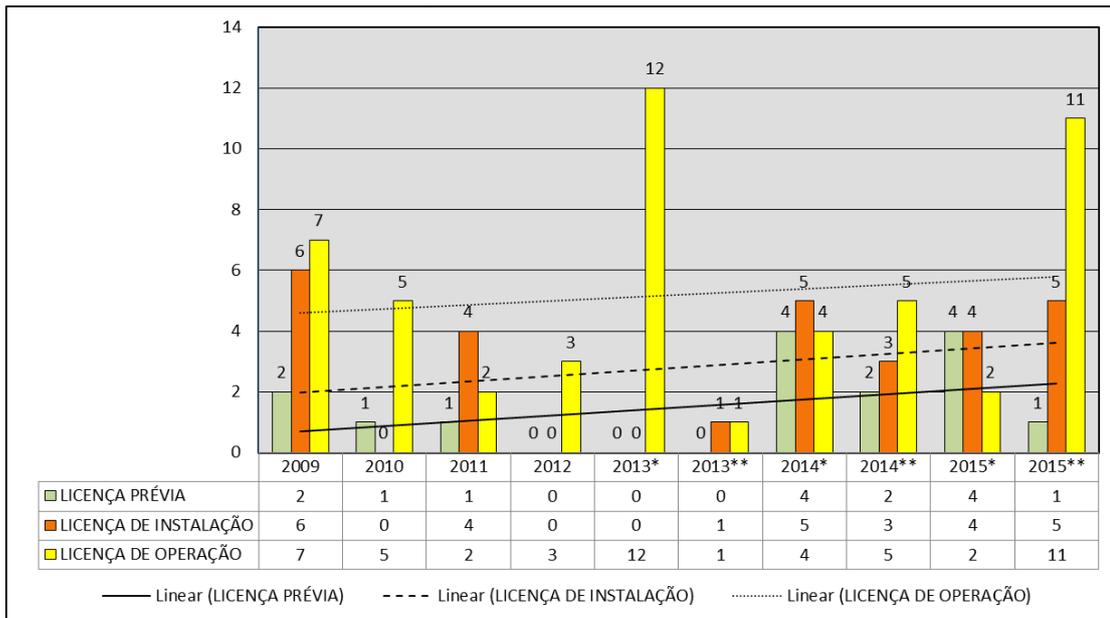


Figura 7.4 - 159 – Quantidade de licenças prévia, de instalação e de operação, em Anapu, de 2009 a 2015

Fonte: Secretaria Estadual de Meio Ambiente e Sustentabilidade (SEMAS) e Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Turismo (SEMMAT) de Anapu/ Elaboração Norte Energia.

* - Dados fornecidos pela Secretaria Estadual de Meio Ambiente e Sustentabilidade (SEMAS).

** - Dados fornecidos pela SEMMAT.

Quadro 7.4 - 43 – Quantidade de licenças prévias, de instalação e de operação, em Anapu, de janeiro a maio de 2016

ÓRGÃO	TIPO LICENÇA	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Total
SEMÁS	LICENÇA PRÉVIA	0	0	0	0	0								0
	LICENÇA DE INSTALAÇÃO	0	0	0	0	0								0
	LICENÇA DE OPERAÇÃO	0	0	0	0	1								1
SEMMAT	LICENÇA PRÉVIA	0	0	0	0	0								0
	LICENÇA DE INSTALAÇÃO	0	0	0	0	0								0
	LICENÇA DE OPERAÇÃO	0	1	1	0	1								3
TOTAL		0	1	1	0	2								4

Fonte: Secretaria Estadual de Meio Ambiente e Sustentabilidade (SEMÁS) e Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Turismo (SEMMAT) de Anapu / Elaboração Norte Energia.

c) Análise da evolução do número de novas construções e de loteamentos – Brasil Novo

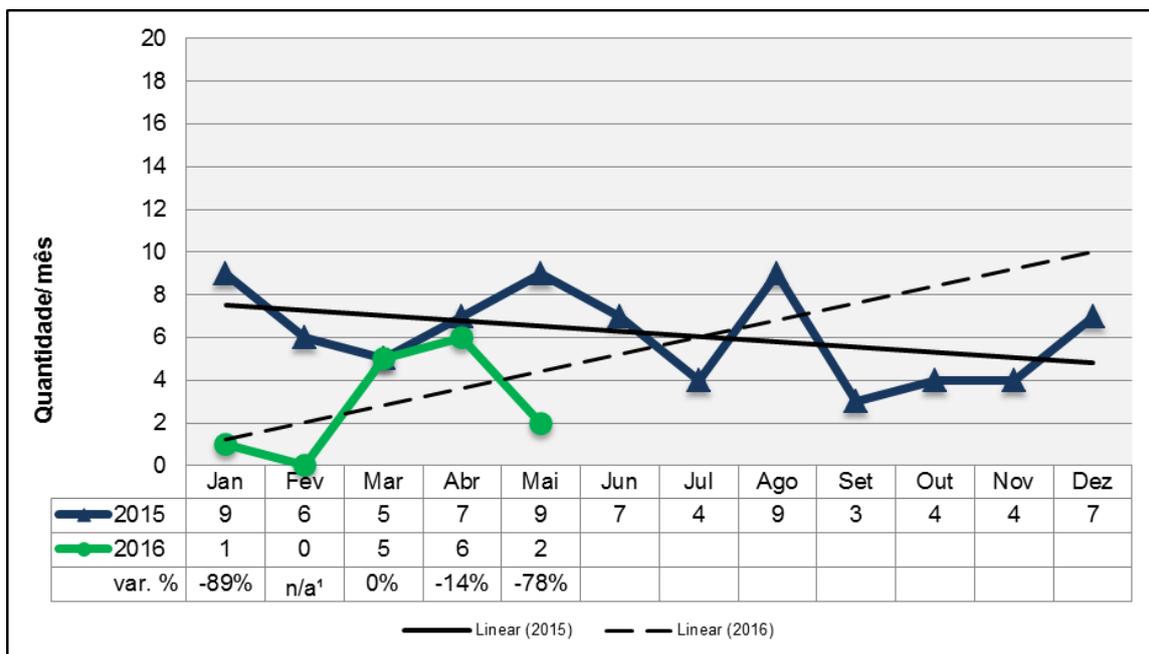


Figura 7.4- 160 – Quantidade de alvarás de construção, em Brasil Novo, de janeiro de 2015 a maio de 2016

Fonte: Secretaria Municipal de Obras de Brasil Novo/ Elaboração Norte Energia.

1.n/a: não se aplica.

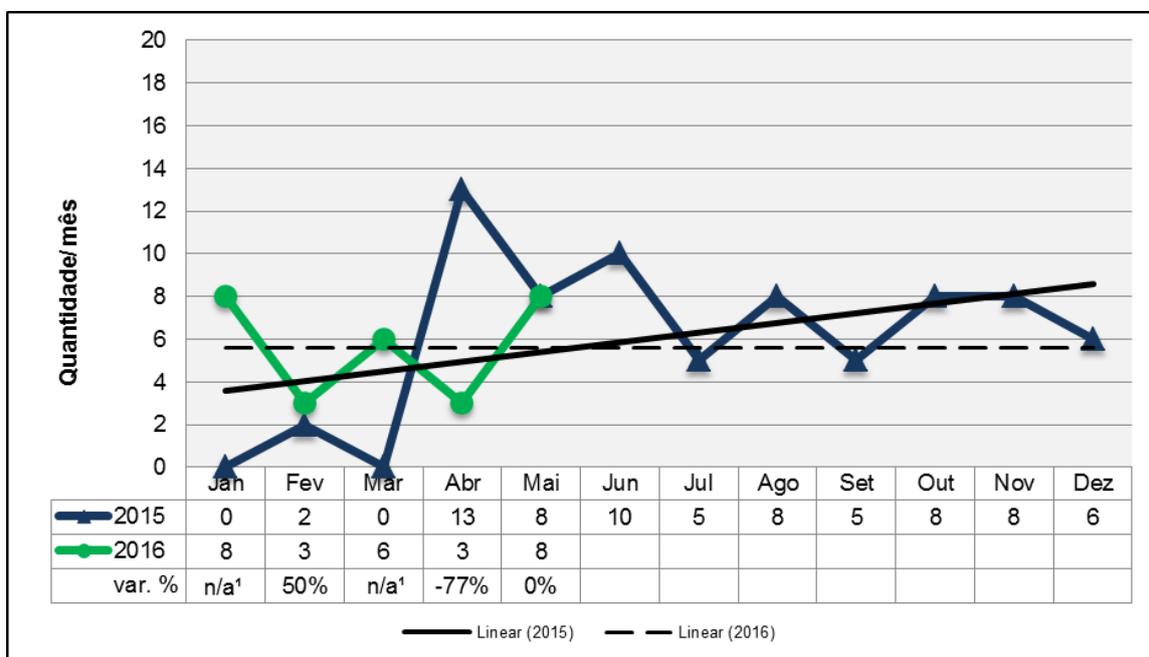


Figura 7.4- 161 – Quantidade de alvarás de funcionamento, em Brasil Novo, de janeiro de 2015 a maio de 2016

Fonte: Secretaria Municipal de Obras de Brasil Novo/ Elaboração Norte Energia.

1.n/a: não se aplica

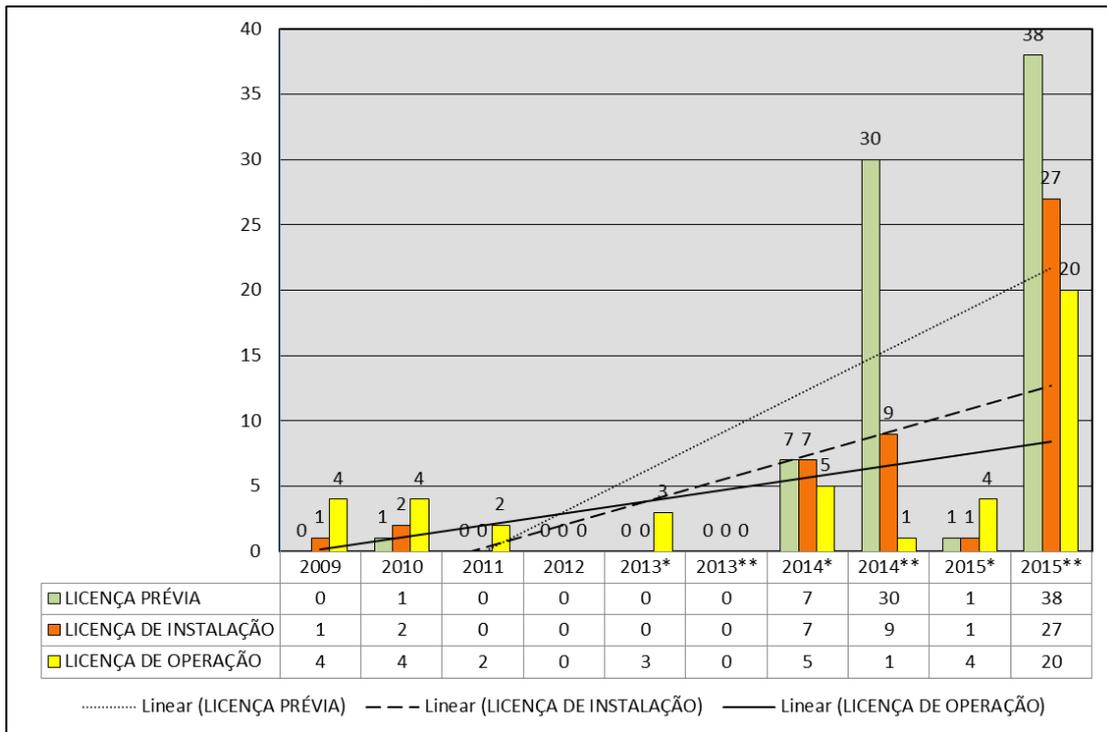


Figura 7.4- 162 – Quantidade de licenças prévia, de instalação e de operação, em Brasil Novo, de 2009 a 2015

Fonte: Secretaria Estadual de Meio Ambiente e Sustentabilidade (SEMAS) / Elaboração Norte Energia.

* - Dados fornecidos pela Secretaria Estadual de Meio Ambiente e Sustentabilidade (SEMAS).

** - Dados fornecidos pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente (SEMMA) de Brasil Novo.

Quadro 7.4 - 44 – Quantidade de licenças prévias, de instalação e de operação, em Brasil Novo, de janeiro a maio de 2016

ÓRGÃO	TIPO LICENÇA	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Total
SEMAS	LICENÇA PRÉVIA	0	0	0	0	0								0
	LICENÇA DE INSTALAÇÃO	0	0	0	0	0								0
	LICENÇA DE OPERAÇÃO	0	0	0	0	0								0
SEMMA	LICENÇA PRÉVIA	0	0	4	17	6								27
	LICENÇA DE INSTALAÇÃO	1	0	9	7	8								25
	LICENÇA DE OPERAÇÃO	4	0	10	10	9								33
TOTAL		5	0	23	34	23								85

Fonte: Secretaria Estadual de Meio Ambiente e Sustentabilidade (SEMAS) e Secretaria Municipal de Meio Ambiente (SEMMA) de Brasil Novo / Elaboração Norte Energia.

d) Análise da evolução do número de novas construções e de loteamentos – Senador José Porfírio

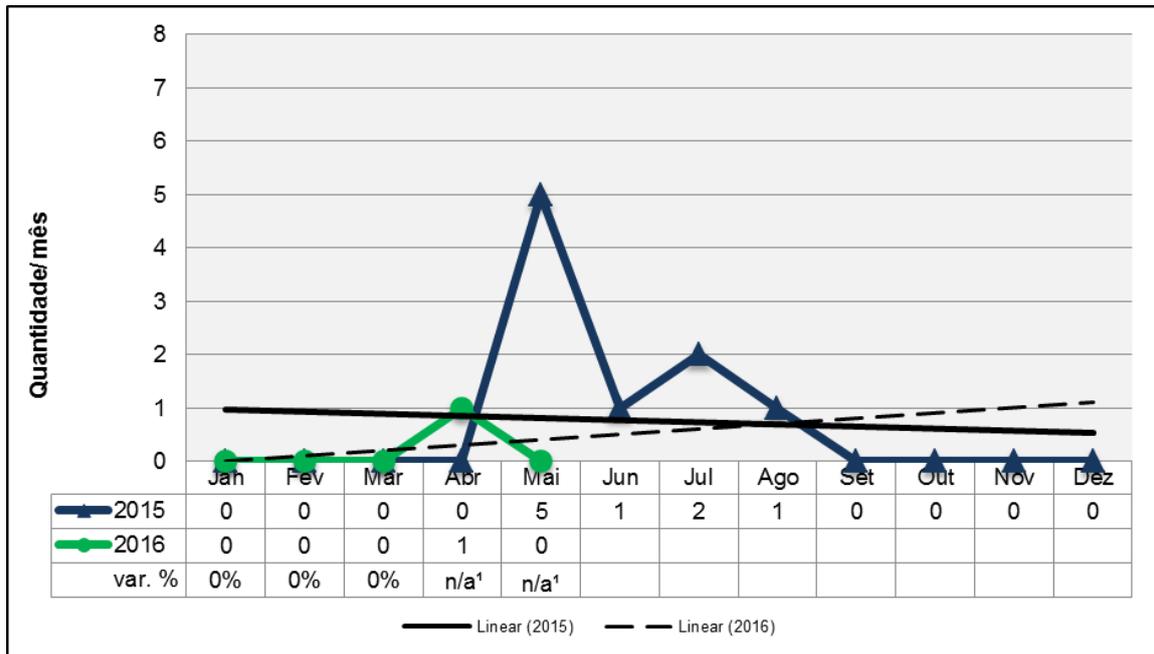


Figura 7.4- 163 – Quantidade de alvarás de construção, em Senador José Porfírio, de janeiro de 2015 a maio de 2016

Fonte: Secretaria Municipal de Obras de Senador José Porfírio/ Elaboração Norte Energia.

1.n/a: não se aplica

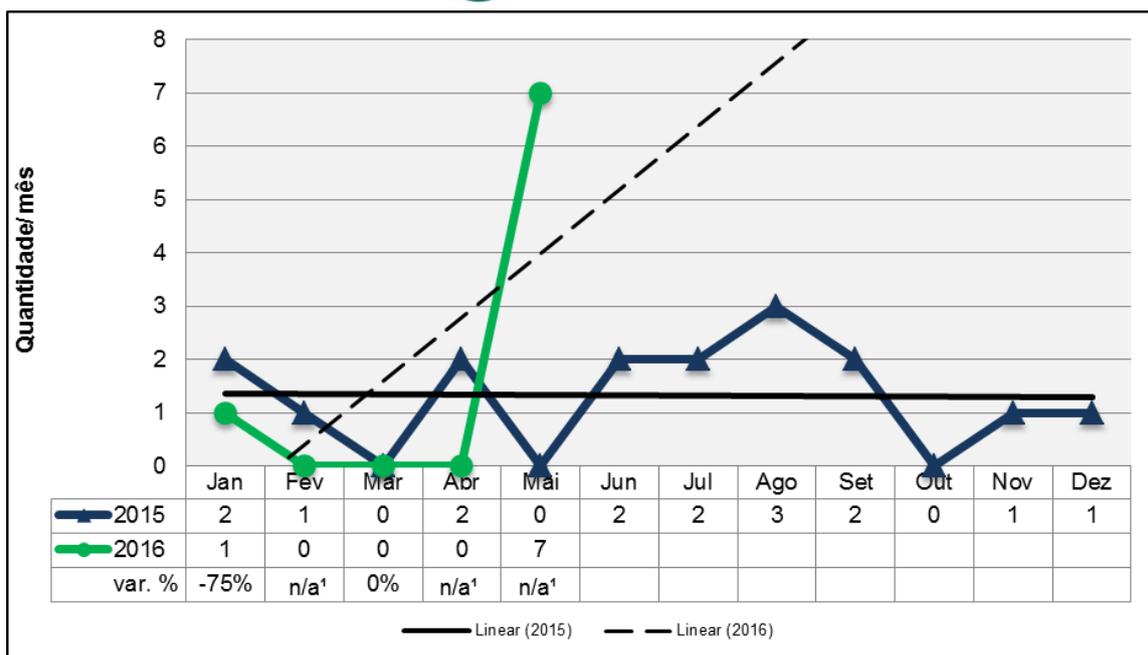


Figura 7.4- 164 – Quantidade de alvarás de funcionamento, em Senador José Porfírio, de janeiro de 2015 a maio de 2016

Fonte: Secretaria Municipal de Obras de Senador José Porfírio/ Elaboração Norte Energia.

1.n/a: não se aplica

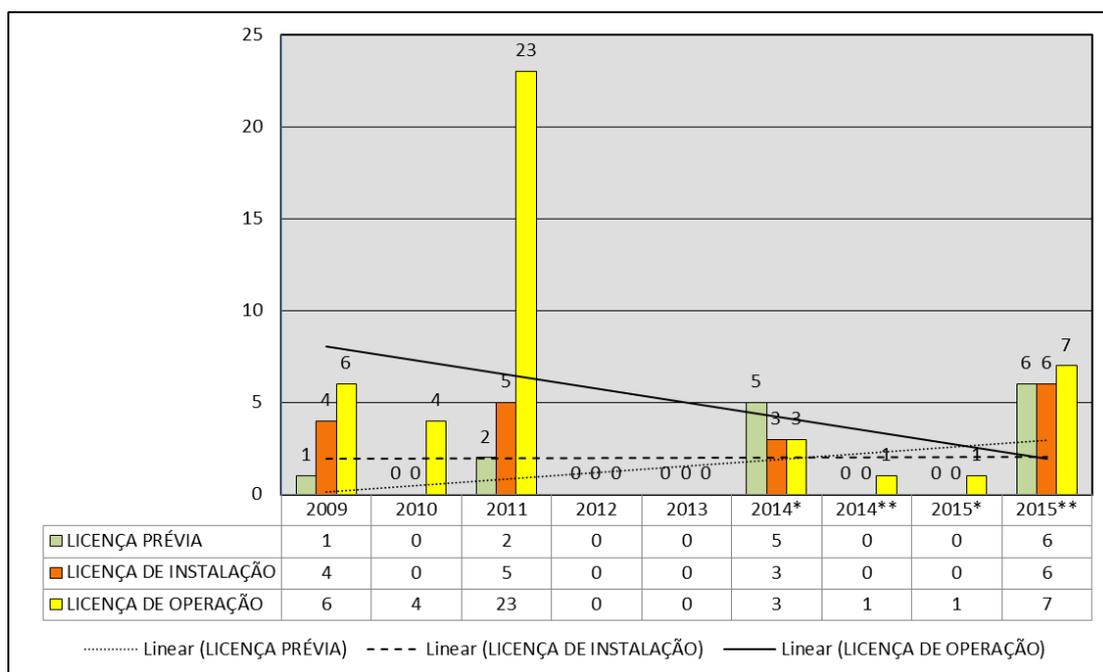


Figura 7.4- 165 - Quantidade de licenças prévia, de instalação e de operação, em Senador José Porfírio, de 2009 a 2015

Fonte: Secretaria Estadual de Meio Ambiente e Sustentabilidade (SEMAS)/ Elaboração Norte Energia.

* - Dados fornecidos pela SEMAS.

** - Dados fornecidos pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Turismo de Senador José Porfírio (SEMAT).

Quadro 7.4 - 45 – Quantidade de licenças prévias, de instalação e de operação, em Senador José Porfírio, de janeiro a maio de 2016

ÓRGÃO	TIPO LICENÇA	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Total
SEMAS	LICENÇA PRÉVIA	0	0	0	0	0								0
	LICENÇA DE INSTALAÇÃO	0	0	0	0	0								0
	LICENÇA DE OPERAÇÃO	0	1	0	0	0								1
SEMAT	LICENÇA PRÉVIA ¹	0	0	0	0	0								0
	LICENÇA DE INSTALAÇÃO ¹	0	0	0	0	0								0
	LICENÇA DE OPERAÇÃO ¹	1	0	1	0	0								2
TOTAL		1	1	1	0	0								3

Fonte: Secretaria Estadual de Meio Ambiente e Sustentabilidade (SEMAS)/Unidade Regional do Xingu/UNRE, Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Turismo (SEMAT) desenhador José Porfírio Elaboração Norte Energia.

e) Análise da evolução do número de novas construções e de loteamentos – Vitória do Xingu

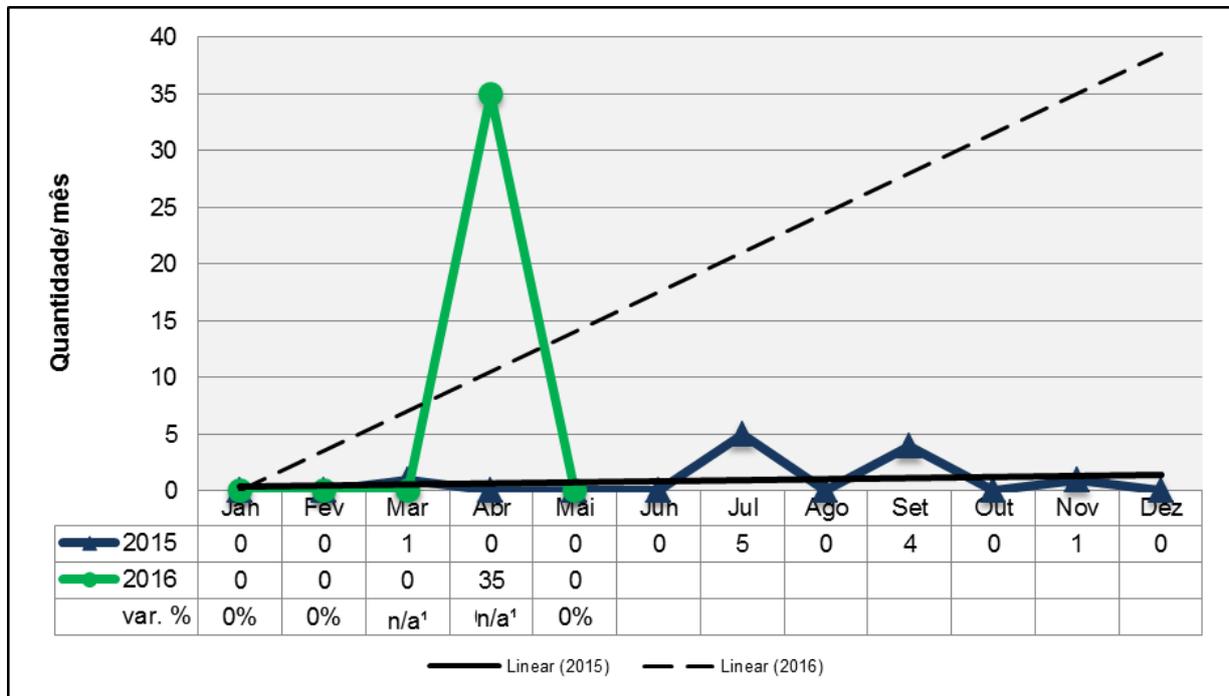


Figura 7.4- 166 – Quantidade de alvarás de construção, em Vitória do Xingu, de janeiro de 2015 a maio de 2016

Fonte: Secretaria Municipal de Obras de Senador José Porfírio/ Elaboração Norte Energia.

1.n/a: não se aplica

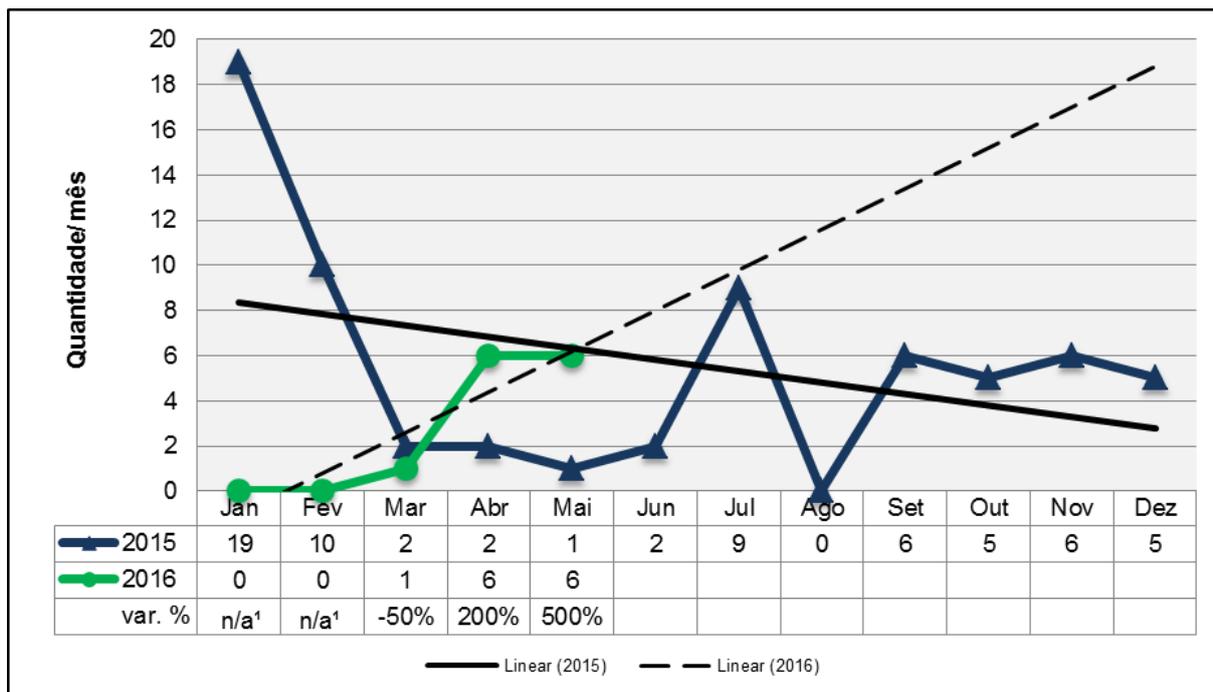


Figura 7.4- 167 – Quantidade de alvarás de funcionamento, em Vitória do Xingu, de janeiro de 2015 a maio de 2016

Fonte: Secretaria Municipal de Obras de Vitória do Xingu/ Elaboração Norte Energia.

1.n/a: não se aplica

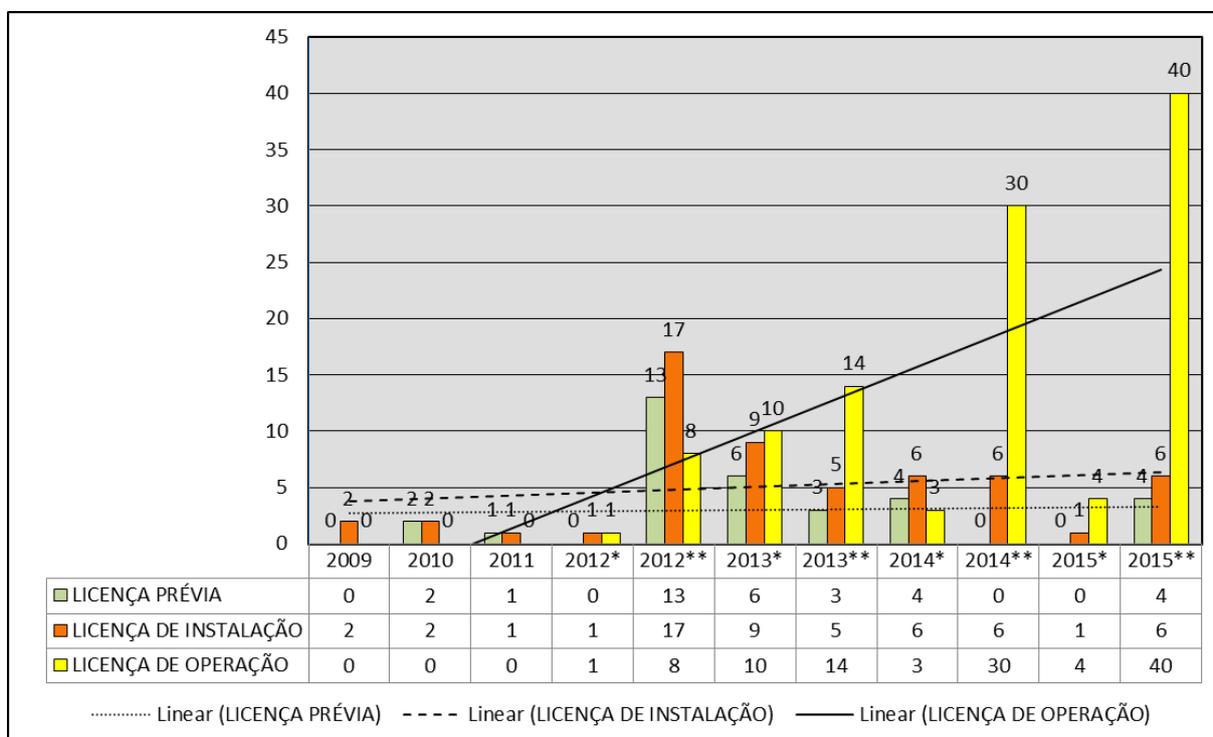


Figura 7.4- 168 - Quantidade de licenças prévia, de instalação e de operação, em Vitória do Xingu, de 2009 a 2015

Fonte: Secretaria Municipal de Obras de Vitória do Xingu/ Elaboração Norte Energia.

* - Dados fornecidos pela SEMAS.

** - Dados fornecidos pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Turismo (SEMAT) de Vitória do Xingu.

Quadro 7.4 - 46 – Quantidade de licenças prévias, de instalação e de operação, em Vitória do Xingu, de janeiro a maio de 2016

ÓRGÃO	TIPO LICENÇA	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Total
SEMAS	LICENÇA PRÉVIA	0	0	0	0	0								0
	LICENÇA DE INSTALAÇÃO	1	0	1	0	0								2
	LICENÇA DE OPERAÇÃO	0	0	0	0	0								0
SEMAT	LICENÇA PRÉVIA	0	0	1	0	0								1
	LICENÇA DE INSTALAÇÃO	0	0	1	1	0								2
	LICENÇA DE OPERAÇÃO	2	0	3	5	0								10
TOTAL		3	0	6	6	0								15

Fonte: Secretaria Estadual de Meio Ambiente e Sustentabilidade (SEMAS) e Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Turismo (SEMAT) de Vitória do Xingu/
Elaboração Norte Energia.

Considerações Gerais

Altamira tem sido o município que apresenta o maior dinamismo na emissão de alvarás de construção. Na comparação dos dois últimos anos, nota-se uma elevação nas emissões deste documento. No período analisado (janeiro a maio) a quantidade de alvarás de construção emitidos passou de 95, em 2015, para 143, em 2016 (+48). Na sequência em quantidade de emissões de alvarás de construção consta Vitória do Xingu, que teve aprovações deste documento, este ano, apenas em abril com um total de 35 alvarás expedidos, todos referentes a residências habitacionais populares construídas pela prefeitura de Vitória do Xingu, valor que já supera o ano inteiro de 2015 o qual apresentou um total de 11 alvarás. O terceiro município mais importante na emissão desses alvarás foi Brasil Novo que diferentemente de Altamira e Vitória do Xingu apresentou uma retração no período de janeiro a maio: em 2015 emitiu 36 e em 2016, 14 alvarás (-22). Já Anapu apresenta certa estabilidade na quantidade de emissões deste documento, tendo um aumento de apenas 1 alvará entre 2015 e 2016 no período analisado (janeiro a maio). O mesmo ocorre em Senador José Porfírio, que apresenta números baixos de emissões, totalizando em 9 em 2015 e em 2016, até o últimos mês coletado, teve apenas 1 alvará de construção emitido (**Figura 7.4- 154, Figura 7.4-157, Figura 7.4- 160, Figura 7.4- 163 e Figura 7.4- 166**).

Em relação aos alvarás de funcionamento, em Altamira houve um ajuste dos dados por parte da Secretaria Municipal de Finanças. Analisando os dados, nota-se uma refração nas emissões deste documento, passando de 783, em 2015 para 746, em 2016 (-37) no período de janeiro a maio. Vitória do Xingu segue a mesma tendência que Altamira, houve uma decaimento de 34 para 13 alvarás de funcionamento (-21) para o mesmo período. Já os demais municípios possuem uma tendência contrária. Nota-se um pequeno acréscimo na emissão destes alvarás quando comparado ao mesmo período do ano anterior. Em Anapu foram 26, em 2015, e 33, em 2016 (+7); em Brasil Novo foram 23, em 2015, e 28, em 2016 (+2) e em Senador José Porfírio foram 7, em 2015 e 8 em 2016 (+1) (**Figura 7.4- 155, Figura 7.4-158, Figura 7.4- 161, Figura 7.4- 164 e Figura 7.4- 167**).

Quanto às licenças ambientais, em Altamira, até o último mês coletado de 2016 (maio) houve 76 licenças emitidas, quase metade das licenças emitidas no ano de 2015. A Secretaria Estadual de Meio Ambiente e Sustentabilidade (SEMAS) emitiu, em 2016, 10 licenças sendo elas todas de operação. Já a Secretaria Municipal de Meio Ambiente (SEMAT) emitiu 4 de instalação e 62 de operação, totalizando 66 licenças.

Em Anapu, no período analisado de janeiro a maio de 2016 somente houve licenças de operação concedidas, sendo 1 concedida pela SEMAS e 3 pela SEMMAT. O ano de 2015 totalizou 27 licenças concedidas em Anapu, sendo 5 licenças prévias, 9 licenças de instalação e 13 licenças de operação. Em Brasil Novo, não houve licenças concedidas até o presente momento pela SEMAS, ao passo que pela SEMMA houve um total de 85 licenças concedidas (27 prévias, 25 de instalação e 33 de operação), valor alto se comparado a 2015 que obteve também 85 licenças. Porém, no ano todo sendo 38 prévias, 27 de instalação e 20 de operação. Pela SEMAS, em 2015 obteve-se um total de apenas 5 licenças concedidas. Em Senador José Porfírio, tem-se poucas licenças concedidas no período de janeiro a maio de 2016, apenas 1 de

operação pela SEMAS e 2 também de operação pela SEMAT. Em 2015, apresentou um total de 20 licenças concedidas. Finalmente, em Vitória do Xingu, foram emitidas apenas 2 licenças de instalação em 2016 pela SEMAS, já pela SEMAT houve um total de 15 emissões, sendo 1 de operação, 2 de instalação e 10 de operação. Em 2015, este município apresentou um total de 50 licenças concedidas pela Secretaria Municipal e 5 pela Estadual (**Figura 7.4- 156, Figura 7.4 - 159, Figura 7.4- 162, Figura 7.4- 165 e Figura 7.4- 168 e Quadro 7.4 - 42 a Quadro 7.4 - 46**).

Para concluir, saliente-se que a “**Evolução do número de novas construções e de loteamentos**” foi mais um indicador originalmente concebido, tal como a evolução do volume de lixo coletado, com o objetivo de se constituir numa *proxy* para mensurar o afluxo populacional e a dinamização da economia. Contudo, desde o início constata-se que os números são significativamente pequenos em todos os municípios, bem como ainda há o hábito de se construir e iniciar negócios de maneira informal. Com isso, o próprio Indicador não atendeu ao seu objetivo de maneira plena. Assim, propõe-se que este Indicador deixe de ser monitorado a partir do segundo semestre de 2016, uma vez que os demais indicadores restantes contempla plenamente os objetivos de monitoramento do Programa 7.4.

8. Dimensão: Finanças Públicas

8.1. Indicador “18. Percentual da arrecadação municipal própria em relação ao total”

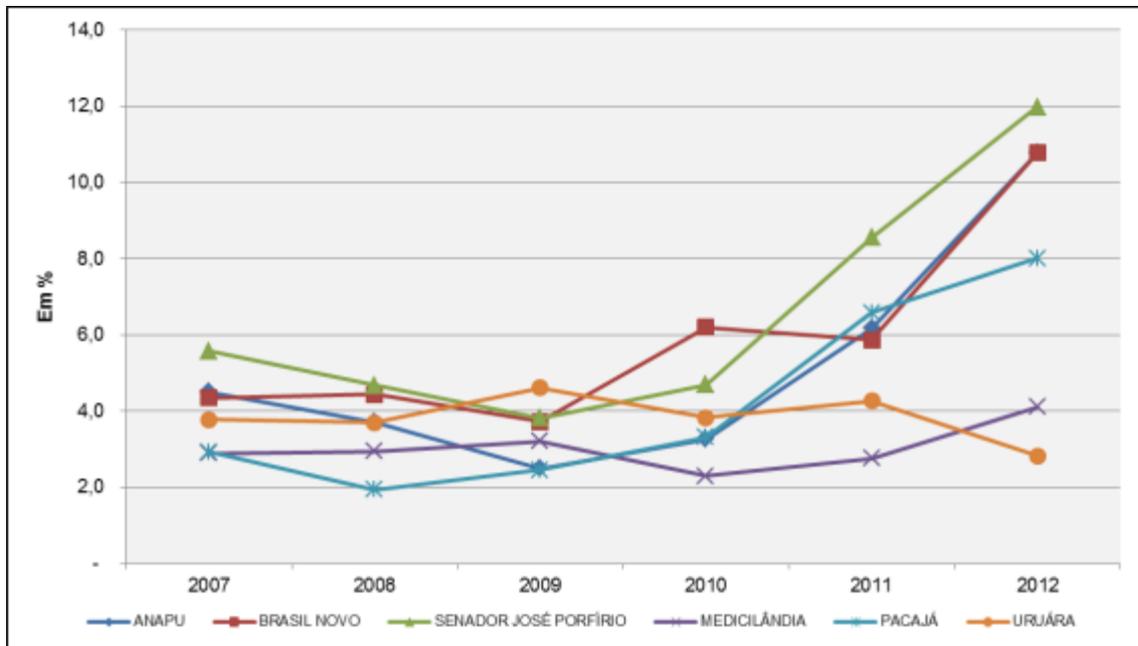


Figura 7.4- 169 – Percentual de Receitas Próprias sobre Receita Total dos municípios de Anapu, Brasil Novo, Senador José Porfírio, Medicilândia, Pacajá e Uruará, 2007 - 2012.

Fonte: Brasil, Secretaria do Tesouro Nacional, Ministério da Fazenda. www.tesouro.fazenda.gov.br/ Acesso em outubro de 2014. / Elaboração Norte Energia.

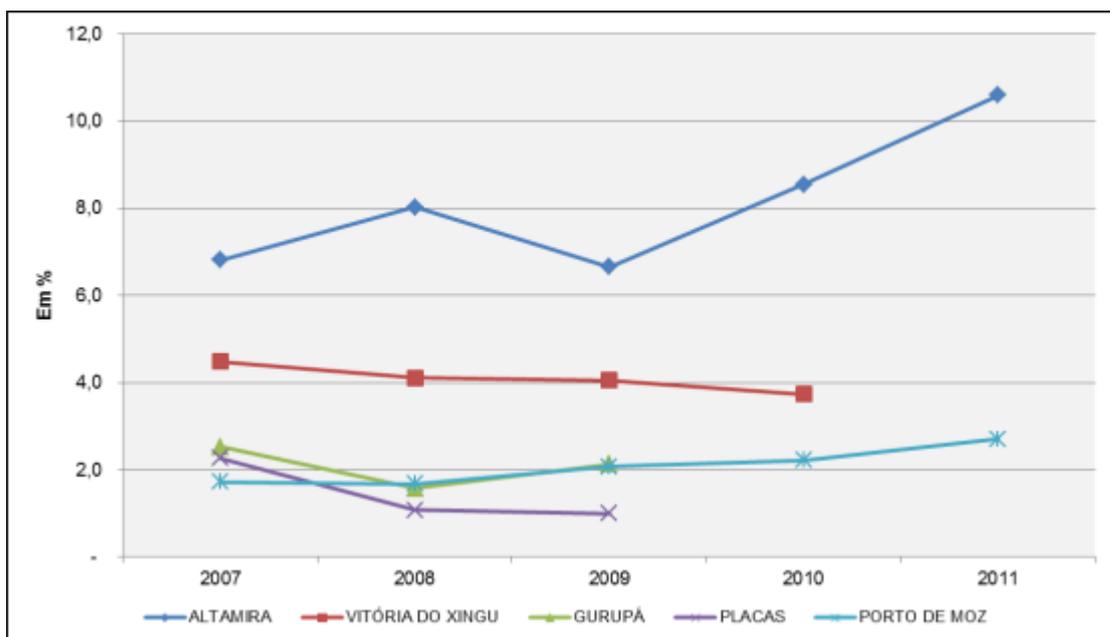


Figura 7.4- 170 – Percentual de Receitas Próprias sobre Receita Total dos municípios de Altamira, Vitória do Xingu, Gurupá, Placas e Porto de Moz, 2007 - 2011.

Fonte: Brasil, Secretaria do Tesouro Nacional, Ministério da Fazenda. www.tesouro.fazenda.gov.br/ Acesso em outubro de 2014. / Elaboração Norte Energia.

Quadro 7.4 - 47 – Receitas Total e própria dos municípios da AII (Área de Influência Indireta) – 2011 e 2012

Municípios	2011			2012		
	Receita Total (a)	Receita Própria (b)	Relação (a/b)	Receita Total (a)	Receita Própria (b)	Relação (a/b)
Altamira	143.369.814	15.201.505	10,6	s/i	s/i	n/a
Anapu	32.705.369	2.018.828	6,2	48.204.469	5.195.129	10,8
Brasil Novo	26.286.333	1.542.426	5,9	48.204.469	5.195.129	10,8
Senador J. Porfírio	23.723.039	2.030.654	8,6	30.370.020	3.637.396	12,0
Vitória do Xingu	s/i	s/i	-	s/i	s/i	-
Gurupá	s/i	s/i	-	s/i	s/i	-
Medicilândia	34.457.206	951.058	2,8	41.072.767	1.690.434	4,1
Pacajá	48.399.711	3.184.198	6,6	55.743.636	4.463.990	8,0
Placas	s/i	s/i	-	s/i	s/i	-
Porto de Moz	59.897.996	1.624.605	2,7	s/i	s/i	-
Uruará	52.957.772	2.258.772	4,3	58.341.053	1.651.477	2,8
Total	421.797.240	28.812.046	6,8	281.936.414	21.833.555	7,7

Fonte: Brasil, Secretaria do Tesouro Nacional, Ministério da Fazenda. www.tesouro.fazenda.gov.br/ Acesso em outubro de 2014./ Elaboração Norte Energia.

Considerações Gerais

Em linhas gerais, destacou-se o importante, embora pequeno, crescimento das receitas próprias dessas municipalidades, cujos valores somados chegaram a R\$ 21 milhões, sendo que o ISSQN contribuiu para a arrecadação de R\$15 milhões em 2012. O acréscimo mais importante ocorreu no município de Anapu que passou de R\$ 1,1 milhão para R\$ 3,8 milhões entre 2011 e 2012, influenciado, como já exposto, pelas arrecadações de empresas como a Isolux, por exemplo, que atuaram no município nesse período (**Figura 7.4- 169 e Figura 7.4- 170**).

Entre os recursos estaduais, o destaque foi o ICMS que representou 90% do valor que o Estado transferiu para os municípios analisados, participação similar em 2011 e 2012, quando atingiu R\$ 27 milhões. A maior parte das receitas continua tendo como fonte as transferências federais, em especial do FPM, que compõe 24% da receita total dos quatro municípios. Destacado das receitas provindas da União nos balanços dos municípios, o FUNDEB também foi importante fonte de receita, pois repassou aproximadamente R\$ 13,3 milhões para Anapu e Brasil Novo, R\$ 9,7 milhões para Senador José Porfírio, R\$ 14,7 milhões para Medicilândia e em torno de R\$ 23 milhões para Pacajá e Uruará, totalizando R\$ 96 milhões em 2012 (**Quadro 7.4 - 47**).

Entre aquelas prefeituras que estão em situação de adimplemento com o Tribunal de Contas em 2012, Uruará é a única que viu a participação de sua receita tributária diminuir em relação às receitas totais. O principal fator que influenciou foi a queda significativa da arrecadação do IPTU que passou de R\$ 133.897 para R\$ 10.529. Além do ISSQN, outros impostos e taxas compuseram a maior parte das arrecadações municipais com destaque do Imposto de Renda Retido na Fonte sobre os Rendimentos do Trabalho (IRRF).

Como de hábito as transferências federais foram as mais importantes correspondendo a quase metade das receitas correntes, sendo o FPM seu mais significativo componente. O valor deste fundo sofreu um decréscimo de 7% em relação a 2011.

8.2. Indicador “19. Evolução da receita municipal”

a) Análise da evolução da receita municipal – Altamira

Quadro 7.4 - 48 - Resumo das Finanças Municipais, de Altamira, 2007- 2011

ALTAMIRA	2007	2008	2009	2010	2011
Receita Total	83.661.523	97.563.556	97.780.349	108.056.637	143.369.814
Receitas Correntes	86.852.732	103.561.240	104.523.859	115.322.886	150.546.735
Receita Tributária	5.706.935	7.829.639	6.508.554	9.243.812	15.201.505
Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU)	395.410	439.670	514.997	623.910	1.164.421
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN)	3.168.557	4.734.187	3.130.787	5.474.263	9.567.500
Outros Impostos e Taxas	2.142.968	2.655.781	2.862.770	3.145.639	4.469.584
Transferências Correntes	72.888.998	85.418.258	90.572.341	99.565.682	124.599.655
Transferências da União	31.754.780	37.229.560	36.578.473	34.839.544	41.321.281
Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios (FPM)	15.795.264	19.291.827	18.682.163	19.328.197	25.544.561
Transferências SUS	11.869.978	13.075.248	13.082.739	8.184.966	8.251.902
Transferências FNDE	1.813.931	1.903.620	2.570.703	3.173.015	4.260.386
Outras Transferências da União	2.275.607	2.958.865	2.242.867	4.153.366	3.264.432
Transferências Estaduais	16.934.504	19.546.352	21.007.136	29.899.637	33.021.871
Cota-Parte do ICMS	14.880.910	16.555.336	17.410.804	18.246.966	19.538.239
Outras Transferências Estaduais	2.053.594	2.991.016	3.596.332	11.652.671	13.483.632
Transferências Multigovernamentais - FUNDEB *	20.834.081	26.441.465	31.472.881	33.575.840	46.947.368
FUNDEB - Transferências Regulares	9.688.029	12.515.924	7.892.239	16.630.313	18.033.142
FUNDEB - Complementação da União	11.146.052	13.925.541	23.580.642	16.945.527	28.914.226
Outras Transferências	3.365.633	2.200.882	1.513.851	1.250.661	3.309.135
Outras Receitas Correntes	8.256.799	10.313.343	7.442.964	6.513.392	10.745.575
Receitas de Capital	2.025.463	956.602	811.015	782.945	2.473.895

ALTAMIRA	2007	2008	2009	2010	2011
Deduções das Receitas Correntes	5.216.673	6.954.285	7.554.526	8.049.194	9.650.816

Despesa Total	83.788.855	93.944.051	97.429.396	107.341.274	141.325.065
Despesas Correntes	73.003.091	88.169.376	93.476.055	101.512.866	129.897.173
Pessoal e Encargos Sociais	35.488.938	45.653.008	53.218.676	59.496.554	75.072.048
Juros e Encargos da Dívida	455.732	548.667	22.816	11.461	28.309
Outras Despesas Correntes	37.058.422	41.967.701	40.234.563	42.004.851	54.796.816
Despesas de Capital	10.785.764	5.774.675	3.953.341	5.828.408	11.427.892

SUPERÁVIT/DÉFICIT = (Receita Total - Despesa Total)	- 127.332	3.619.505	350.953	715.363	2.044.749
---	-----------	-----------	---------	---------	-----------

Fonte: Brasil, Secretaria do Tesouro Nacional, Ministério da Fazenda. www.tesouro.fazenda.gov.br/
 Acesso em junho de 2012.

b) Análise da evolução da receita municipal – Anapu

Quadro 7.4 - 49 – Resumo das Finanças Municipais, de Anapu, 2007 a 2012

ANAPU	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Receita Total	12.728.231	20.330.156	24.532.444	28.273.509	32.705.369	48.204.469
Receitas Correntes	13.131.638	21.515.321	24.534.675	26.189.032	33.588.453	39.669.014
Receita Tributária	573.081	754.542	612.879	924.234	2.018.828	5.195.129
Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU)	1.919	4.043	641	122	7.168	4.850
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN)	169.446	237.109	147.517	320.466	1.105.204	3.886.265
Outros Impostos e Taxas	401.716	906.456	464.721	603.646	906.456	1.304.014
Transferências Correntes	12.512.213	20.719.446	23.842.547	25.161.229	29.775.659	34.340.697
Transferências da União	4.424.093	9.793.011	10.066.266	11.822.376	13.968.379	14.560.842
Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios (FPM)	3.170.216	7.858.280	7.464.114	7.954.665	9.550.207	9.819.883
Transferências SUS	644.971	1.056.140	1.420.396	2.581.752	2.976.205	3.196.965
Transferências FNDE	367.357	404.300	500.924	772.202	778.433	838.783
Outras Transferências da União	241.549	663.534	680.832	513.757	663.534	705.211
Transferências	2.400.697	2.783.647	3.382.105	3.123.675	3.408.347	4.392.605

ANAPU	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Estaduais						
Cota-Parte do ICMS	2.255.841	2.579.192	2.831.111	2.909.684	3.145.885	4.057.276
Outras Transferências Estaduais	144.856	262.462	550.994	213.991	262.462	335.329
Transferências Multigovernamentais - Fundeb	5.006.597	6.175.482	6.737.048	8.980.455	-	13.375.301
Fundeb - Transferências Regulares	2.296.709	3.489.071	3.395.740	4.924.258	-	5.899.176
Fundeb - Complementação da União	2.709.888	2.686.410	3.341.307	4.056.197	-	7.476.125
Outras Transferências	680.826	1.967.305	3.657.128	1.234.723	12.398.933	19.444.525
Outras Receitas Correntes	46.344	1.793.966	79.249	103.569	1.793.966	2.000
Receitas de Capital	514.004	714.123	2.036.365	4.199.404	1.636.108	11.287.177
Deduções das Receitas Correntes	917.411	1.899.288	2.038.596	2.114.927	2.519.192	2.751.722

Despesa Total	12.687.363	19.777.889	24.123.121	28.812.888	32.716.185	48.203.923
Despesas Correntes	11.562.024	16.290.211	17.294.902	22.323.543	28.809.763	33.410.910
Pessoal e Encargos Sociais	5.146.885	7.511.269	7.384.942	12.463.110	15.432.231	16.165.087
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	6.415.138	8.778.941	9.909.961	9.860.433	13.377.531	17.245.824
Despesas de Capital	1.125.340	3.487.679	6.828.219	6.489.345	3.906.422	14.793.012

SUPERÁVIT/ DÉFICIT = (Receita Total - Despesa Total, em reais)	40.868	552.267	409.322	-539.379	-10.816	546
---	---------------	----------------	----------------	-----------------	----------------	------------

Fonte: Brasil, Secretaria do Tesouro Nacional, Ministério da Fazenda. www.tesouro.fazenda.gov.br/
 Acesso em novembro de 2013./ Elaboração Norte Energia.

c) Análise da evolução da receita municipal – Brasil Novo

Quadro 7.4 - 50 – Resumo das Finanças Municipais, de Brasil Novo, 2007- 2012

BRASIL NOVO	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Receita Total	14.656.230	18.139.107	19.005.250	22.137.694	26.286.333	48.204.469
Receitas Correntes	14.564.037	19.821.366	20.150.721	22.575.912	27.802.269	39.669.014
Receita Tributária	636.715	805.767	708.565	1.372.298	1.542.426	5.195.129
Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU)	88.891	77.612	68.910	95.203	106.808	4.850

BRASIL NOVO	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN)	353.418	661.579	491.720	836.697	1.215.812	3.886.265
Outros Impostos e Taxas	194.405	66.576	147.936	440.398	219.806	1.304.014
Transferências Correntes	13.416.673	18.200.007	18.962.186	20.423.704	25.444.007	34.340.697
Transferências da União	7.475.429	10.505.058	10.762.494	11.870.854	13.128.858	14.560.842
Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios (FPM)	5.295.665	7.859.793	7.490.304	7.954.665	9.579.211	9.819.883
Transferências SUS	1.340.077	1.687.777	2.064.013	2.594.139	2.294.747	3.196.965
Transferências FNDE	332.718	362.219	479.540	771.716	725.401	838.783
Outras Transferências da União	506.968	595.269	728.636	550.334	529.498	705.211
Transferências Estaduais	2.371.635	3.080.436	2.785.680	2.303.676	3.461.473	4.392.605
Cota-Parte do ICMS	2.120.323	2.824.036	2.385.375	2.022.374	2.568.512	4.057.276
Outras Transferências Estaduais	251.312	256.400	400.305	281.302	892.961	335.329
Transferências Multigovernamentais - Fundeb	3.529.609	4.557.228	5.294.092	6.249.174	8.853.676	13.375.302
Fundeb - Transferências Regulares	2.328.704	3.019.078	2.953.519	3.894.327	4.806.259	5.899.176
Fundeb - Complementação da União	1.200.905	1.538.150	2.340.573	2.354.847	4.047.417	7.476.125
Outras Transferências	40.000	57.285	119.920	0	0	15.387.249
Outras Receitas Correntes	510.650	815.592	479.970	779.910	815.835	2.000
Receitas de Capital	92.193	267.582	818.835	1.556.827	906.693	11.287.177
Deduções das Receitas Correntes	-	-	-	-	-	-

Despesa Total	14.891.520	19.116.274	20.085.917	24.581.887	28.827.411	48.203.923
Despesas Correntes	13.124.086	16.442.433	17.799.824	20.230.385	26.148.974	33.410.910
Pessoal e Encargos Sociais	2.876.435	4.394.656	5.894.212	10.151.962	12.564.151	16.165.087
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	212,92	-
Outras Despesas Correntes	10.247.650	12.047.777	11.905.611	10.078.423	13.584.610	17.245.824
Despesas de Capital	1.767.434	2.673.841	2.286.093	4.351.502	2.678.437	14.793.012

SUPERÁVIT/ DÉFICIT = (Receita Total - Despesa Total)	-235.290	-977.168	-1.080.667	-2.444.193	-2.541.079	546
---	-----------------	-----------------	-------------------	-------------------	-------------------	------------

Fonte: Brasil, Secretaria do Tesouro Nacional, Ministério da Fazenda. www.tesouro.fazenda.gov.br/
 Acesso em novembro de 2013./ Elaboração Norte Energia.

d) Análise da evolução da receita municipal – Senador José Porfírio

Quadro 7.4 - 51 - Resumo das Finanças Municipais, de Senador José Porfírio, 2007- 2012

SENADOR JOSÉ PORFÍRIO	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Receita Total	13.401.915	14.959.009	15.711.279	18.086.281	23.723.039	30.370.020
Receitas Correntes	13.482.366	16.414.122	17.386.581	19.524.148	25.470.962	30.031.152
Receita Tributária	746.910	699.495	600.975	848.366	2.030.654	3.637.396
Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU)	-	872	49.946	44.533	70.669	65.586
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN)	-	237.415	161.100	337.965	1.319.757	2.794.323
Outros Impostos e Taxas	746.910	461.207	389.929	465.868	640.228	777.488
Transferências Correntes	12.695.488	15.631.563	16.691.672	18.587.045	22.629.736	26.154.634
Transferências da União	12.695.488	8.357.354	8.914.042	9.626.415	11.144.977	11.062.298
Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios (FPM)	-	6.548.051	6.213.155	6.628.888	6.386.140	6.506.598
Transferências SUS	-	956.048	1.467.496	1.784.236	2.851.411	2.946.818
Transferências FNDE	-	365.556	458.251	571.206	1.316.945	787.826
Outras Transferências da União	12.695.488	487.699	775.140	642.085	590.481	821.056
Transferências Estaduais	-	2.338.411	2.434.071	2.597.461	2.748.645	3.434.796
Cota-Parte do ICMS	-	2.189.639	2.265.376	2.392.704	2.574.445	3.176.475
Outras Transferências Estaduais	-	148.772	168.695	204.757	174.200	73.617
Transferências Multigovernamentais - FUNDEB *	-	4.781.593	5.273.936	5.994.591	8.498.281	9.695.042
FUNDEB - Transferências Regulares	-	2.775.021	2.731.770	3.576.191	3.567.488	4.171.332
FUNDEB - Complementação da União	-	2.006.572	2.542.166	2.418.400	4.930.793	5.523.710
Outras Transferências	-	154.204	69.622	368.578	237.833	1.962.498
Outras Receitas Correntes	39.968	83.065	93.934	88.737	810.572	-
Receitas de Capital	1.067.907	125.483	-	297.743	27.849	2.264.212
Deduções das Receitas Correntes	1.148.358	1.580.596	1.675.301	1.735.610	1.775.772	1.925.344
Despesa Total	11.432.935	16.046.650	17.310.336	19.669.048	23.729.069	29.978.846
Despesas Correntes	11.432.935	15.532.965	16.986.737	18.667.015	22.979.941	26.678.901

SENADOR JOSÉ PORFÍRIO	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Pessoal e Encargos Sociais	10.844.316	7.650.764	9.101.721	9.998.482	12.237.156	13.599.362
Juros e Encargos da Dívida	-	10.096	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	588.618	7.872.105	7.885.016	8.668.532	10.742.785	13.079.539
Despesas de Capital	-	513.685	323.599	1.002.033	749.128	3.299.945

SUPERÁVIT/DÉFICIT = (Receita Total - Despesa Total)	1.968.980	-1.087.641	-1.599.056	-1.582.767	-6.030	391.174
--	------------------	-------------------	-------------------	-------------------	---------------	----------------

Fonte: Brasil, Secretaria do Tesouro Nacional, Ministério da Fazenda. www.tesouro.fazenda.gov.br/
 Acesso em outubro de 2014.

e) Análise da evolução da receita municipal – Vitória do Xingu

Quadro 7.4 - 52 - Resumo das Finanças Municipais, de Vitória do Xingu, 2007-2010

VITÓRIA DO XINGU	2007	2008	2009	2010
Receita Total	9.633.670	11.454.873	12.245.499	16.645.482
Receitas Correntes	10.652.585	10.993.794	13.390.765	15.969.368
Receita Tributária	432.176	471.509	497.211	622.950
Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU)	4.317	20.290	792	3.492
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN)	126.009	269.715	225.776	303.928
Outros Impostos e Taxas	301.849	181.504	270.644	315.530
Transferências Correntes	10.059.652	10.456.927	12.868.086	15.178.002
Transferências da União	5.174.228	5.182.391	5.859.171	6.417.385
Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios (FPM)	3.978.454	3.573.878	3.727.893	3.977.332
Transferências SUS	583.884	1.026.707	1.399.729	1.640.083
Transferências FNDE	231.938	439.104	292.223	390.584
Outras Transferências da União	379.952	142.701	439.325	409.386
Transferências Estaduais	2.179.920	2.170.919	2.993.916	3.284.212
Cota-Parte do ICMS	2.075.731	1.955.990	2.491.684	2.716.493
Outras Transferências Estaduais	104.190	214.929	502.232	567.719
Transferências Multigovernamentais - FUNDEB *	2.705.504	3.103.617	3.592.749	4.257.423

VITÓRIA DO XINGU	2007	2008	2009	2010
FUNDEB - Transferências Regulares	1.869.503	2.251.470	1.780.876	2.393.483
FUNDEB - Complementação da União	836.001	852.147	1.811.873	1.863.940
Outras Transferências	-	-	422.250	1.218.982
Outras Receitas Correntes	160.758	65.358	25.468	168.416
Receitas de Capital	-	1.083.876	100.000	2.021.567
Deduções das Receitas Correntes	1.018.915	622.797	1.245.267	1.345.453

Despesa Total	9.633.670	11.695.306	13.739.386	18.117.582
Despesas Correntes	8.088.737	8.010.708	12.675.468	14.577.904
Pessoal e Encargos Sociais	2.315.117	2.822.547	1.671.167	7.662.719
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	5.773.620	5.188.161	11.004.301	6.915.184
Despesas de Capital	1.544.933	3.684.598	1.063.918	3.539.679

SUPERÁVIT/DÉFICIT = (Receita Total - Despesa Total)	-	- 240.433	- 1.493.887	- 1.472.100
---	---	-----------	-------------	-------------

Fonte: Brasil, Secretaria do Tesouro Nacional, Ministério da Fazenda. www.tesouro.fazenda.gov.br/ Acesso em junho de 2012.

f) Análise da evolução da receita municipal – Gurupá

Quadro 7.4 - 53 - Resumo das Finanças Municipais, de Gurupá, 2007- 2009

GURUPÁ	2007	2008	2009
Receita Total	22.562.527	30.324.260	30.316.966
Receitas Correntes	23.634.996	29.388.979	31.902.794
Receita Tributária	571.409	479.616	647.877
Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU)	10.524	10.536	13.368
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN)	278.757	228.337	342.039
Outros Impostos e Taxas	282.129	240.744	292.470
Transferências Correntes	22.513.525	28.160.113	30.557.818
Transferências da União	9.807.082	12.906.009	13.246.407
Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios (FPM)	7.397.004	9.167.271	8.698.417

GURUPÁ	2007	2008	2009
Transferências SUS	1.101.442	1.378.764	1.802.191
Transferências FNDE	613.205	1.595.197	1.846.674
Outras Transferências da União	695.431	764.778	899.125
Transferências Estaduais	1.764.345	2.091.990	2.187.914
Cota-Parte do ICMS	1.624.528	1.880.210	1.925.840
Outras Transferências Estaduais	139.817	211.779	262.074
Transferências Multigovernamentais - FUNDEB	10.941.741	13.162.114	15.097.497
FUNDEB - Transferências Regulares	7.844.936	9.154.883	-
FUNDEB - Complementação da União	3.096.805	4.007.231	15.097.497
Outras Transferências	357	-	26.000
Outras Receitas Correntes	550.062	749.250	697.100
Receitas de Capital	409.000	2.759.883	484.314
Deduções das Receitas Correntes	1.481.469	1.824.603	2.070.142

Despesa Total	23.616.092	30.249.290	30.077.893
Despesas Correntes	22.275.806	25.838.060	28.995.192
Pessoal e Encargos Sociais	12.981.751	14.872.867	17.434.408
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-
Outras Despesas Correntes	9.294.055	10.965.193	11.560.784
Despesas de Capital	1.340.286	4.411.230	1.082.701

SUPERÁVIT/DÉFICIT = (Receita Total - Despesa Total)	- 1.053.565	74.970	239.074
---	-------------	--------	---------

Fonte: Brasil, Secretaria do Tesouro Nacional, Ministério da Fazenda. www.tesouro.fazenda.gov.br/
 Acesso em setembro de 2012.

g) Análise da evolução da receita municipal – Medicilândia

Quadro 7.4 - 54 – Resumo das Finanças Municipais, de Medicilândia, 2007- 2012

MEDICILÂNDIA	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Receita Total	20.945.550	27.334.040	22.718.551	28.944.080	34.457.206	41.072.767
Receitas Correntes	20.475.525	25.744.564	24.500.631	27.633.320	36.037.188	42.434.151
Receita Tributária	605.938	806.740	728.575	665.452	951.058	1.690.434

MEDICILÂNDIA	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU)	13.146	31.404	24.871	63.857	77.446	70.450
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN)	272.217	561.286	358.268	274.907	195.605	546.238
Outros Impostos e Taxas	320.575	214.050	345.436	326.688	678.006	1.073.747
Transferências Correntes	19.643.066	24.625.194	23.519.264	26.747.906	34.755.679	40.455.677
Transferências da União	11.032.340	11.735.417	11.752.363	12.624.681	17.277.718	20.346.990
Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios (FPM)	7.762.774	7.857.661	7.455.786	7.954.665	11.175.909	11.386.546
Transferências SUS	2.127.256	2.708.972	2.836.124	3.164.681	3.736.042	4.509.163
Transferências FNDE	586.465	535.928	635.560	875.605	1.127.389	3.168.756
Outras Transferências da União	555.846	632.857	824.893	629.730	1.238.378	1.282.525
Transferências Estaduais	2.906.683	3.614.650	3.803.556	3.340.015	3.921.108	5.324.204
Cota-Parte do ICMS	2.714.919	3.339.522	3.409.640	2.855.782	3.290.575	4.587.756
Outras Transferências Estaduais	191.765	275.127	393.916	484.233	630.533	736.448
Transferências Multigovernamentais - FUNDEB	5.704.043	6.820.622	7.843.345	9.370.214	13.486.867	14.748.838
FUNDEB - Transferências Regulares	4.079.620	4.713.257	4.444.358	6.321.127	7.313.584	8.044.660
FUNDEB - Complementação da União	1.624.422	2.107.365	3.398.987	3.049.087	6.173.283	6.704.179
Outras Transferências	-	2.454.506	120.000	1.412.997	69.987	35.645
Outras Receitas Correntes	226.521	312.630	252.792	219.962	330.451	288.039
Receitas de Capital	3.699.351	3.637.949	385.078	3.468.066	1.290.000	1.828.165
Deduções das Receitas Correntes	3.229.326	2.048.473	2.167.158	2.157.305	2.869.982	-
Despesa Total	20.946.167	27.552.754	23.029.822	29.719.582	34.310.918	41.738.824
Despesas Correntes	16.610.401	21.275.149	21.675.467	24.282.151	31.510.519	36.374.626
Pessoal e Encargos Sociais	9.045.328	10.671.031	12.004.218	13.942.055	17.316.365	20.434.381
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	7.565.073	10.604.117	9.671.250	10.340.096	14.194.154	15.940.246
Despesas de Capital	4.335.766	6.277.606	1.354.355	5.437.431	2.800.398	5.364.197

MEDICILÂNDIA	2007	2008	2009	2010	2011	2012
SUPERÁVIT/ DÉFICIT = (Receita Total - Despesa Total)	-617	-218.714	-311.271	-775.502	146.289	-666.057

Fonte: Brasil, Secretaria do Tesouro Nacional, Ministério da Fazenda. www.tesouro.fazenda.gov.br/
 Acesso em novembro de 2013./ Elaboração Norte Energia.

h) Análise da evolução da receita municipal – Pacajá

Quadro 7.4 - 55 – Resumo das Finanças Municipais, de Pacajá, 2007- 2012

PACAJÁ	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Receita Total	22.246.418	30.949.503	33.727.615	36.332.804	48.399.711	55.743.636
Receitas Correntes	24.146.741	33.218.616	35.849.012	39.063.847	51.763.181	59.714.992
Receita Tributária	652.155	599.688	826.742	1.202.988	3.184.198	4.463.990
Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU)	85.773	19.264	19.254	36.752	77.019	51.714
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN)	187.750	307.929	283.659	328.997	996.449	3.523.727
Outros Impostos e Taxas	378.632	272.495	523.829	837.238	2.110.730	888.549
Transferências Correntes	23.445.697	31.784.631	34.509.869	37.651.103	48.363.171	55.081.287
Transferências da União	11.566.464	16.004.471	16.718.523	17.911.302	22.867.734	24.617.672
Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios (FPM)	8.453.910	11.786.491	11.235.978	11.932.122	14.368.816	14.639.845
Transferências SUS	1.866.664	2.575.388	3.005.496	3.430.413	5.856.970	6.721.371
Transferências FNDE	643.476	967.029	1.151.410	1.548.379	1.637.417	2.197.622
Outras Transferências da União	602.414	675.562	1.325.639	1.000.388	1.004.532	1.058.834
Transferências Estaduais	3.137.641	3.777.172	3.794.786	4.007.359	4.582.587	5.712.318
Cota-Parte do ICMS	2.884.686	3.445.753	3.396.429	3.624.123	4.151.627	5.271.378
Outras Transferências Estaduais	252.954	331.419	398.357	383.236	430.959	440.941
Transferências Multigovernamentais - FUNDEB	8.735.545	12.002.988	13.996.559	10.798.995	20.912.851	23.092.386
Fundeb - Transferências Regulares	6.318.167	8.290.898	8.723.111	10.798.995	11.218.849	12.606.527
Fundeb - Complementação da União	2.417.378	3.712.090	5.273.449	-	9.694.001	10.485.859
Outras Transferências	6.047	-	-	4.933.446	0	1.658.910

PACAJÁ	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Outras Receitas Correntes	48.889	834.297	512.401	209.756	0	169.716
Receitas de Capital	-	493.103	793.024	360.000	307.237	0
Deduções das Receitas Correntes	1.407.178	2.088.365	2.914.421	3.091.043	-	-

Despesa Total	22.824.055	29.472.672	35.510.086	32.538.765	50.888.819	55.743.636
Despesas Correntes	21.507.598	27.984.953	32.251.852	32.538.765	43.255.813	52.101.447
Pessoal e Encargos Sociais	11.483.966	16.419.547	19.619.845	17.926.468	23.562.876	31.271.671
Juros e Encargos da Dívida	15	-	200	-	306.511,18	935.371,51
Outras Despesas Correntes	10.023.617	11.565.406	12.631.807	14.612.297	19.386.426	19.894.405
Despesas de Capital	1.316.457	1.487.719	3.258.234	-	3.538.710	3.642.188

SUPERÁVIT/ DÉFICIT = (Receita Total - Despesa Total)	-577.637	1.476.831	-1.782.471	3.794.039	-2.489.107	-
---	-----------------	------------------	-------------------	------------------	-------------------	----------

Fonte: Brasil, Secretaria do Tesouro Nacional, Ministério da Fazenda. www.tesouro.fazenda.gov.br/
 Acesso em novembro de 2013./ Elaboração Norte Energia

i) Análise da evolução da receita municipal – Placas

Quadro 7.4 - 56 – Resumo das Finanças Municipais, de Placas, 2007, 2009 e 2010

PLACAS	2007	2009	2010
Receita Total	12.143.524	15.457.978	18.571.812
Receitas Correntes	12.726.216	17.195.387	20.521.115
Receita Tributária	276.052	167.747	186.295
Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU)	100	4.636	1.765
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN)	143.146	101.633	97.234
Outros Impostos e Taxas	132.806	61.478	87.296
Transferências Correntes	12.381.980	16.982.608	20.165.378
Transferências da União	6.803.677	9.659.567	10.915.339
Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios (FPM)	5.282.162	7.699.924	7.954.665
Transferências SUS	991.225	960.758	2.062.343
Transferências FNDE	238.387	403.330	525.336
Outras Transferências da União	291.904	595.555	372.996

PLACAS	2007	2009	2010
Transferências Estaduais	2.027.435	2.603.367	2.362.530
Cota-Parte do ICMS	1.900.394	2.147.307	2.200.547
Outras Transferências Estaduais	127.041	456.060	161.983
Transferências Multigovernamentais - FUNDEB	3.550.868	4.719.674	6.887.509
FUNDEB - Transferências Regulares	2.538.938	2.842.991	4.716.207
FUNDEB - Complementação da União	1.011.930	1.876.682	2.171.302
Outras Transferências	-	-	-
Outras Receitas Correntes	68.184	45.032	169.442
Receitas de Capital	625.000	150.000	50.000
Deduções das Receitas Correntes	1.207.692	1.887.409	1.999.302

Despesa Total	12.998.112	16.518.966	21.047.526
Despesas Correntes	11.764.140	14.467.200	16.559.039
Pessoal e Encargos Sociais	6.653.186	7.594.829	9.329.407
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-
Outras Despesas Correntes	5.110.954	6.872.371	7.229.633
Despesas de Capital	1.233.972	2.051.766	4.488.486

SUPERÁVIT/DÉFICIT = (Receita Total - Despesa Total)	- 854.587	- 1.060.988	- 2.475.714
---	-----------	-------------	-------------

Fonte: Brasil, Secretaria do Tesouro Nacional, Ministério da Fazenda. www.tesouro.fazenda.gov.br/
 Acesso em setembro de 2012.

j) Análise da evolução da receita municipal – Porto de Moz

Quadro 7.4 - 57 – Resumo das Finanças Municipais, de Porto de Moz, 2007- 2011

PORTO DE MOZ	2007	2008	2009	2010	2011
Receita Total	24.442.981	29.751.865	36.940.064	45.748.049	59.897.996
Receitas Correntes	26.055.346	31.327.920	39.002.950	48.158.237	63.009.898
Receita Tributária	421.956	500.939	768.219	1.019.124	1.624.605

PORTO DE MOZ	2007	2008	2009	2010	2011
Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU)	1.235	2.186	6.779	6.012	3.636
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN)	186.603	228.712	284.965	354.676	685.872
Outros Impostos e Taxas	234.118	270.042	476.475	658.436	935.097
Transferências Correntes	25.598.755	30.808.991	38.060.363	46.911.477	58.489.047
Transferências da União	11.562.167	14.030.435	14.829.819	17.312.903	22.111.800
Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios (FPM)	7.397.171	9.167.271	8.698.417	9.280.442	12.772.280
Transferências SUS	2.446.807	3.164.427	3.802.424	4.067.506	5.168.320
Transferências FNDE	1.193.398	1.169.965	1.464.552	3.243.445	3.356.509
Outras Transferências da União	524.791	528.772	864.426	721.510	814.691
Transferências Estaduais	2.415.779	2.748.349	2.960.775	3.562.003	3.905.089
Cota-Parte do ICMS		2.615.086	2.830.611	2.976.308	3.148.269
Outras Transferências Estaduais	2.415.779	133.263	130.164	585.695	756.820
Transferências Multigovernamentais - FUNDEB	11.608.684	14.030.206	18.244.947	22.293.925	31.437.730
FUNDEB - Transferências Regulares	5.415.796	6.361.859	6.965.467	10.250.583	11.077.009
FUNDEB - Complementação da União	6.192.888	7.668.348	11.279.480	12.043.342	20.360.721
Outras Transferências	12.125	-	2.024.822	3.742.646	1.034.428
Outras Receitas Correntes	34.634	17.990	174.367	227.636	2.896.246
Receitas de Capital	-	546.977	200.000	-	-
Deduções das Receitas Correntes	1.612.365	2.123.032	2.262.886	2.410.188	3.111.902
Despesa Total	27.186.123	28.654.672	38.098.618	51.089.035	59.897.995
Despesas Correntes	24.697.435	25.428.439	35.619.417	42.624.846	54.176.853
Pessoal e Encargos Sociais	6.865.861	7.506.560	10.024.453	23.173.457	31.022.005

PORTO DE MOZ	2007	2008	2009	2010	2011
Juros e Encargos da Dívida	284.723	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	17.546.851	17.921.880	25.594.964	19.451.389	23.154.847
Despesas de Capital	2.488.688	3.226.233	2.479.201	8.464.189	5.721.143

SUPERÁVIT/DÉFICIT = (Receita Total - Despesa Total)	- 2.743.142	1.097.192	- 1.158.554	- 5.340.986	1
---	-------------	-----------	-------------	-------------	---

Fonte: Brasil, Secretaria do Tesouro Nacional, Ministério da Fazenda. www.tesouro.fazenda.gov.br/
 Acesso em setembro de 2012.

k) Análise da evolução da receita municipal – Uruará

Quadro 7.4 - 58 - Resumo das Finanças Municipais, de Uruará, 2007- 2012

URUARÁ	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Receita Total	30.299.290	37.375.959	36.828.304	46.884.333	52.957.772	58.341.053
Receitas Correntes	32.422.397	40.157.130	39.913.623	49.782.342	56.736.486	59.916.924
Receita Tributária	1.146.925	1.384.792	1.698.344	1.797.418	2.258.772	1.651.477
Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU)	54.309	87.162	57297,9	89481,07	133.897	10.529
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN)	492.083	543.683	673.692	675.225	794.852	758.397
Outros Impostos e Taxas	600.533	753.947	967.355	1.032.712	1.330.022	882.552
Transferências Correntes	30.587.066	38.210.759	37.874.781	46.547.985	53.360.672	57.949.639
Transferências da União	17.207.692	20.692.534	20.721.338	23.022.350	27.369.599	27.621.342
Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios (FPM)	11.567.559	13.586.498	12.892.081	14.583.552	17.561.886	16.438.990
Transferências SUS	4.025.077	5.340.173	5.598.151	5.999.785	7.497.072	8.268.895
Transferências FNDE	667.357	699.462	808.731	1.283.492	1.142.018	1.561.410
Outras Transferências da União	947.698	1.066.402	1.422.375	1.155.521	1.168.623	1.352.048
Transferências Estaduais	4.748.676	6.402.322	5.417.130	5.614.183	5.732.967	7.639.005
Cota-Parte do ICMS	4.176.386	5.012.765	4.705.760	4.753.318	4.983.474	6.164.110
Outras Transferências Estaduais	572.290	1.389.556	711.369	860.864	749.493	1.474.895
Transferências Multigovernamentais - FUNDEB	8.614.771	10.505.796	11.736.313	14.189.991	19.681.766	22.073.035
Fundeb - Transferências Regulares	5.978.760	7.231.515	7.295.496	10.084.459	11485815	12.065.094

URUARÁ	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Fundeb - Complementação da União	2.636.010	3.274.281	4.440.817	4.105.532	8195951,7	10.007.941
Outras Transferências	15.928	610.108	-	3.721.462	576.340	22.689.292
Outras Receitas Correntes	688.406	561.579	340.498	1.436.938	1.117.042	147.604
Receitas de Capital	442.059	455.279	176.113	715.753	449.870	449.870
Deduções das Receitas Correntes	2.565.166	3.236.450	3.261.432	3.613.762	4.228.584	4.718.852

Despesa Total	29.500.118	38.692.253	42.074.373	51.958.997	55.609.586	62.709.348
Despesas Correntes	26.528.746	34.946.774	36.062.945	38.868.308	47.696.533	55.157.561
Pessoal e Encargos Sociais	12.443.463	16.237.781	17.440.440	23.505.819	28.742.183	28.520.643
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	14.085.282	18.708.993	18.622.505	15.362.490	18.954.349	26.636.918
Despesas de Capital	2.971.372	3.745.480	6.011.428	13.090.689	7.913.053	7.551.787

SUPERÁVIT/ DÉFICIT = (Receita Total - Despesa Total)	799.172	-1.316.294	-5.246.069	-5.074.664	-2.651.813	-4.368.295
---	----------------	-------------------	-------------------	-------------------	-------------------	-------------------

Fonte: Brasil, Secretaria do Tesouro Nacional, Ministério da Fazenda. www.tesouro.fazenda.gov.br/ Acesso em dezembro de 2013./ Elaboração Norte Energia.

Considerações Gerais

É possível traçar uma diferença entre as finanças de Altamira e a dos demais municípios. Altamira é o único que apresenta superávits orçamentários em todo período considerado. Os demais municípios apresentam uma constante tentativa de resistência ao déficit estrutural. No entanto, Vitória do Xingu possivelmente inverteu esse quadro por conta da arrecadação com as obras da UHE Belo Monte (**Quadro 7.4 - 48**).

Essa tendência de aumento refreado nas receitas é facilmente compreensível diante de um quadro de redução na população total e da economia de um município, por exemplo, os casos de Brasil Novo, Senador José Porfírio e Uruará.

Porém, mesmo em casos de municípios que apresentaram indícios de crescimento econômico, o incremento das receitas próprias não chegou a se tornar muito significativo no cômputo geral das receitas municipais.

A principal fonte de aumento das receitas é mesmo o crescimento dos repasses de outras esferas de governo, e estes dependem majoritariamente do número de habitantes, alunos e doentes. Entretanto, é possível notar que de forma generalizada o ISSQN apresentou destacado aumento no ano de 2011, possivelmente associado às obras da UHE Belo Monte e ao aquecimento derivado da economia local. Esse

estímulo pode gerar legados positivos, isto é, os investimentos privados em infraestrutura tendem a melhorar a estrutura e o desenvolvimento à região.

Vale ressaltar que o Plano de Articulação Institucional (6) realizou capacitações referentes ao Planejamento Orçamentário, com especial atenção à importância da elaboração participativa dos instrumentos do ciclo de gestão orçamentária, PPA/LDO/LOA, além de propiciar a atualização dos Códigos Tributários Municipais, cujo objetivo é aumentar a arrecadação própria dos municípios. Além disso, realizou reuniões de apoio técnico para elaboração de minutas de leis em Brasil Novo (atualização do Código Tributário) e Anapu (Código Tributário), bem como elaborou e entregou guias jurídicos de planejamento e instrumentos orçamentários.

Houve também no período uma tendência ao enquadramento de trabalhadores tercerizados dentro do regime da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e redução de terceirizações e consultorias.

Os municípios analisados pouco recorrem a dívidas para operar e o único município (Altamira) que possuía algum estoque significativo de dívida no início do período terminou por saldar grande parte dela e praticamente não despende mais com Juros e Encargos da Dívida.

Para aqueles municípios que apresentaram seus balanços para o ano de 2012 (Anapu, Brasil Novo, Senador José Porfírio, Medicilândia, Pacajá e Uruará) cabe reforçar que o FUNDEB e o FPM foram as transferências mais importantes para o atendimento de sua população. No cômputo geral esses municípios apresentam o padrão da maioria dos municípios brasileiros com menos de 50 mil habitantes, ou seja, dependência dos repasses estaduais e, principalmente, dos federais, tornando-os mais vulneráveis e dependentes da flutuação da população (**Quadro 7.4 - 49 a Quadro 7.4 - 58**)

Entre 2011 e 2012 suas despesas correntes aumentaram quase 18%, enquanto o aumento das receitas correntes foi de 17%. Por outro lado, nota-se que as receitas próprias quase dobraram seu valor, indicando, ainda que moderadamente, perspectivas melhores para a saúde financeira das gestões municipais.

O repasse do Fundeb aumentou significativamente em 2012 quando comparado a 2007, assim como outras transferências. Nesse aspecto, a ação da Norte Energia junto aos municípios torna-se importante no atendimento, principalmente, da educação e da saúde, como pode ser melhor acompanhado nos indicadores na dimensão saúde e “Evolução do número de matrículas nas escolas” deste relatório.

Por fim, é preciso considerar que, após a entrada em operação da barragem, a situação das finanças públicas de alguns municípios poderá ser beneficiada pela provisão do tributo Compensação Financeira pela Utilização dos Recursos Hídricos

(CFURH)⁷. Os principais beneficiários serão os municípios de Altamira e Vitória do Xingu e, com uma pequena fração, Brasil Novo.

⁷ A Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos para fins de geração de energia elétrica (CFURH) é um repasse decorrente do uso dos recursos hídricos para a geração de energia. Ou seja, é um ressarcimento pela inundação de áreas por usinas hidrelétricas(UHE) e um pagamento pelo uso da água na geração de energia. Disponível em: http://www.aneel.gov.br/arquivos/pdf/cartilha_compensacao_financeira_2.pdf

9. Dimensão: Segurança Pública

9.1. Indicador “20. Evolução do número de ocorrências policiais”

Quadro 7.4 - 59 – Faixas de Classificação de crimes por 100 mil habitantes

Ocorrências		Faixas segundo número de ocorrências por 100 mil habitantes		
		Menor	Intermediária	Maior
Contra os costumes	Estupro	≤13	14-22	≥23
Contra a pessoa	Lesão	≤135	136-298	≥299
	Homicídio ¹	≤10	≥11	
Contra o patrimônio	Roubos	≤282	283-360	≥361
	Furtos	≤508	509-975	≥976

Fonte: 7º Anuário Brasileiro de Segurança Pública.

1. No caso de homicídio, a classificação levará em conta o parâmetro da OMS e, dessa forma, as faixas intermediária e maior não serão consideradas, visto que o órgão estabelece como inadequado índices acima de 10 homicídios por 100 mil habitantes.

Quadro 7.4 - 60 – Parâmetros de avaliação da situação dos municípios

SITUAÇÃO	Tendência histórica (2007 a 2013)	Condição	Número de registros por 100 mil habitantes
SATISFATÓRIA	De redução ou estabilidade	E	Número igual ou menor ao primeiro quartil estabelecido para cada delito
ESTÁVEL	De redução ou estabilidade	E	Número dentro do segundo quartil estabelecido para cada delito
EM ATENÇÃO	De aumento	OU	Número a partir do terceiro quartil estabelecido para cada delito

- Crimes contra os costumes – Estupros

Quadro 7.4 - 61 – Parâmetros para avaliação dos registros de estupro

SITUAÇÃO	Tendência histórica (2007 a 2013)	Condição	Número de registros por 100 mil habitantes no último ano
SATISFATÓRIA	De redução ou estabilidade	E	≤13
ESTÁVEL	De redução ou estabilidade	E	14 a 22
EM ATENÇÃO	De aumento	OU	≥23

a) Análise da evolução do número de Estupros – Altamira

Quadro 7.4 - 62 - Análise da situação segundo a taxa de estupros por 100 mil habitantes, evolução do número de estupros anuais de 2007 a 2014 (menos 2010), variação do total de 2012 a 2014, e variação dos dez primeiros meses de 2014 e 2015 (janeiro a outubro) – Altamira

SITUAÇÃO	DESCRIÇÃO
EM ATENÇÃO	<p>A série histórica de registro de estupros em Altamira a partir de 2011 mostra uma leva alta até 2013, mas a partir de então observa-se sensível queda em 2014, tendência que parece persistir em 2015. A queda mais significativa ocorreu entre 2013 e 2014 quando passou de 64,8 registros por 100 mil habitantes para 30,0, sendo que em 2015 houve queda para 26,5. No entanto, como a tendência histórica ainda é de alta, classifica na situação “em atenção”. Porém, se os dados de queda em 2016 se confirmarem é possível que tal tendência comece a se estabilizar.</p> <p>Como se destaca em todas as análises semestrais, ressalte-se que o crescimento de 230,4% entre 2009 e 2011 deveu-se em parte às alterações no Código Penal que passou a classificar como estupro o que antes era considerado como atentado ao pudor, como o estupro de pessoas do sexo masculino. O indicador aumentou 6,4% (em 2012) e 1,2% (em 2013), demonstrando desaceleração nesse crescimento e queda a partir de 2014.</p> <p>Como igualmente ressaltado em relatórios anteriores, destaca-se a atuação da Delegacia Especializada no Atendimento à Mulher (DEAM), com ações preventivas e repressivas no município para o combate a este tipo de ocorrência.</p>

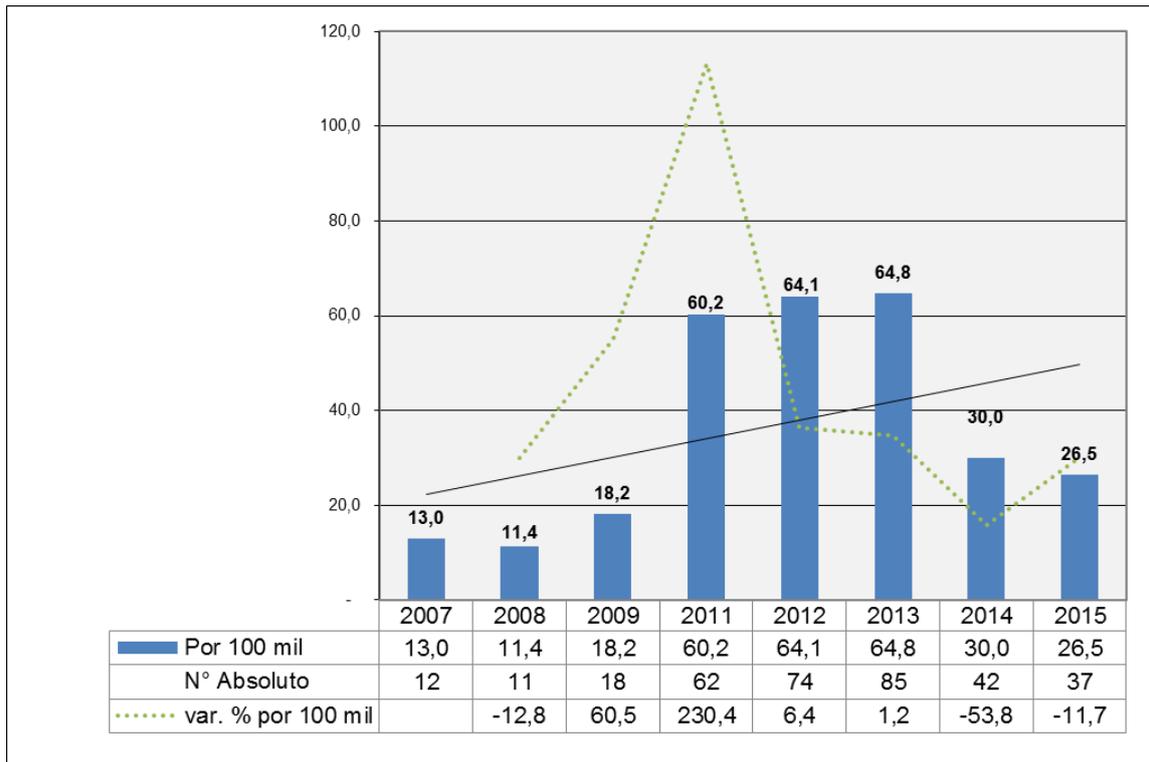


Figura 7.4- 171 – Número e taxa de estupros por 100 mil habitantes no ano em Altamira, 2007 a 2009 e 2011 a 2015

Fonte: Superintendência Regional da Polícia Civil do Xingu/SEGUP/ Instituto de Desenvolvimento Econômico e Social (IDESP)/ Elaboração Norte Energia.

1: n/a – não se aplica

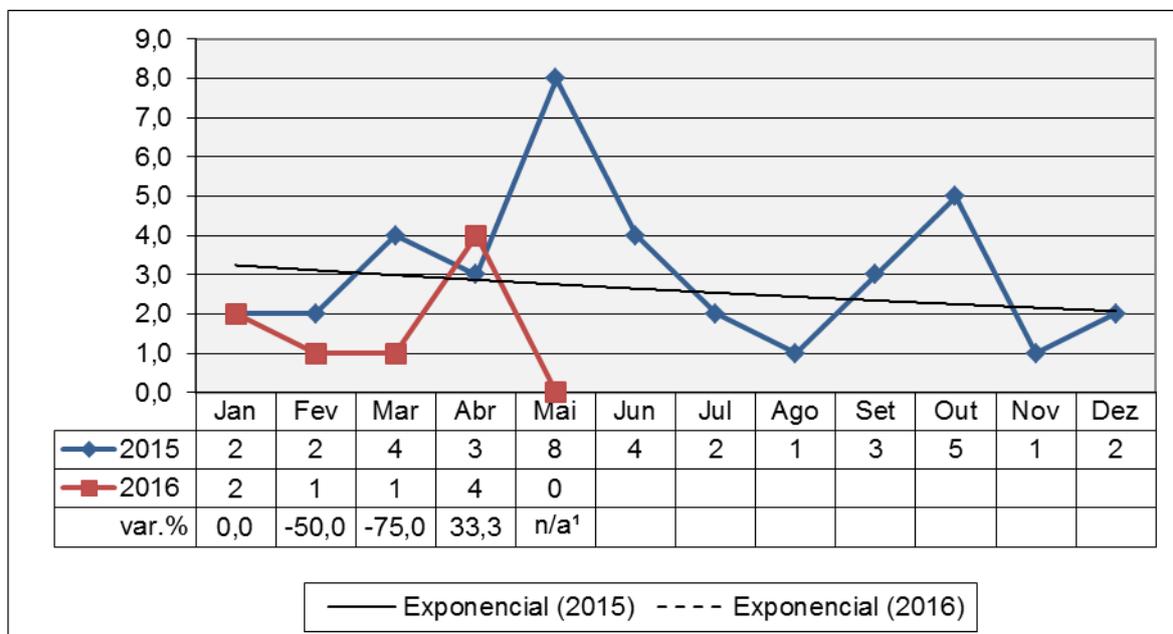


Figura 7.4 - 172 – Número de estupros, em Altamira, de janeiro de 2015 a maio de 2016

Fonte: Superintendência Regional da Polícia Civil do Xingu/SEGUP/ Elaboração Norte Energia.

1: n/a – não se aplica

b) Análise da evolução do número de Estupros – Anapu

Quadro 7.4 - 63 – Análise da situação segundo a taxa de estupros por 100 mil habitantes, evolução do número de estupros anuais de 2007 a 2014 (menos 2010), variação do total de 2012 a 2014, e variação dos dez primeiros meses de 2014 e 2015 (janeiro a outubro) – Anapu

SITUAÇÃO	DESCRIÇÃO
EM ATENÇÃO	Anapu apresenta tendência histórica nos registros de estupros é de alta, sendo que o pico se deu em 2011, com 71,2 registros por 100 mil habitantes. A partir de então, mesmo com índices altos, decresceu em 2012, 2013 e principalmente em 2014, quando chegou a 21,3. Porém, em 2015 voltou a crescer, para 56,7 registros por 100 mil habitantes. Tal fato tem de ser monitorado, a fim de verificar se trata de um patamar do município. No entanto, como se trata de situação “em atenção”, as autoridades locais devem estar atentas para ações que possam diminuir os registros nos próximos anos.

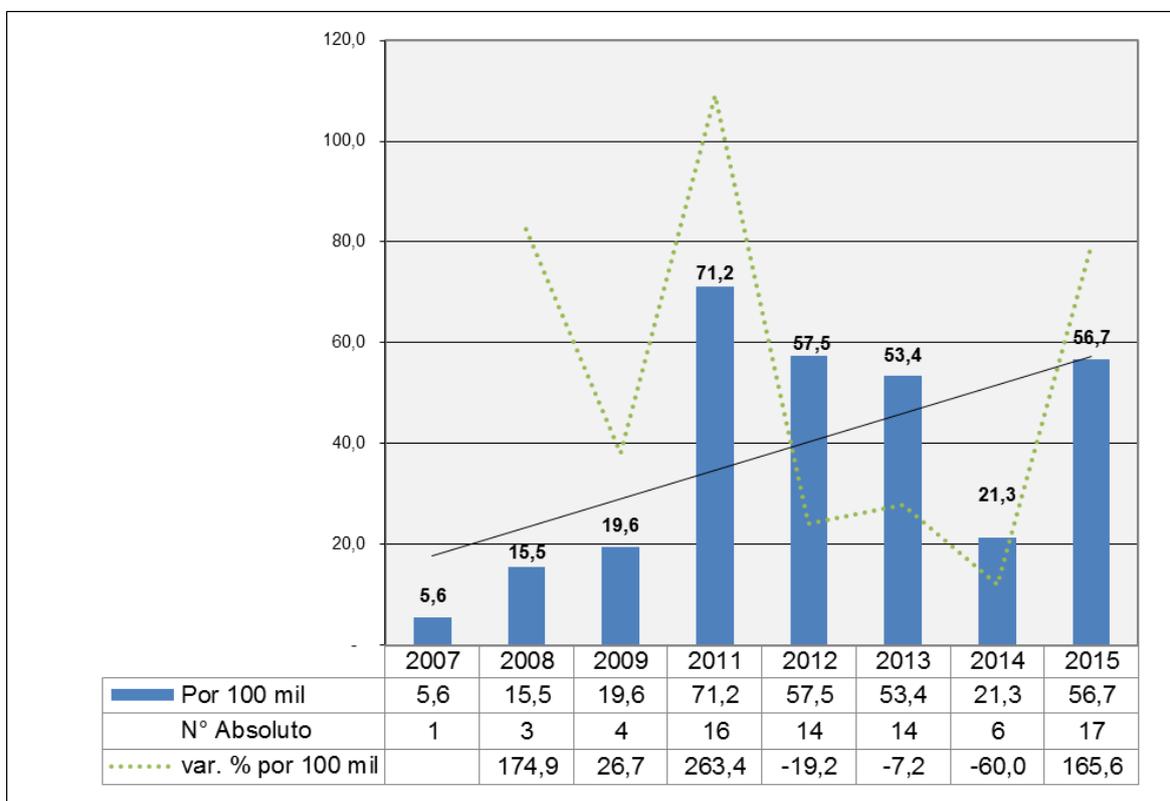


Figura 7.4 - 173 – Número e taxa de estupros por 100 mil habitantes no ano, em Anapu, 2007 a 2009 e 2011 a 2015

Fonte: Superintendência Regional da Polícia Civil do Xingu/SEGUP/ Instituto de Desenvolvimento Econômico e Social (IDESP)/ Elaboração Norte Energia.

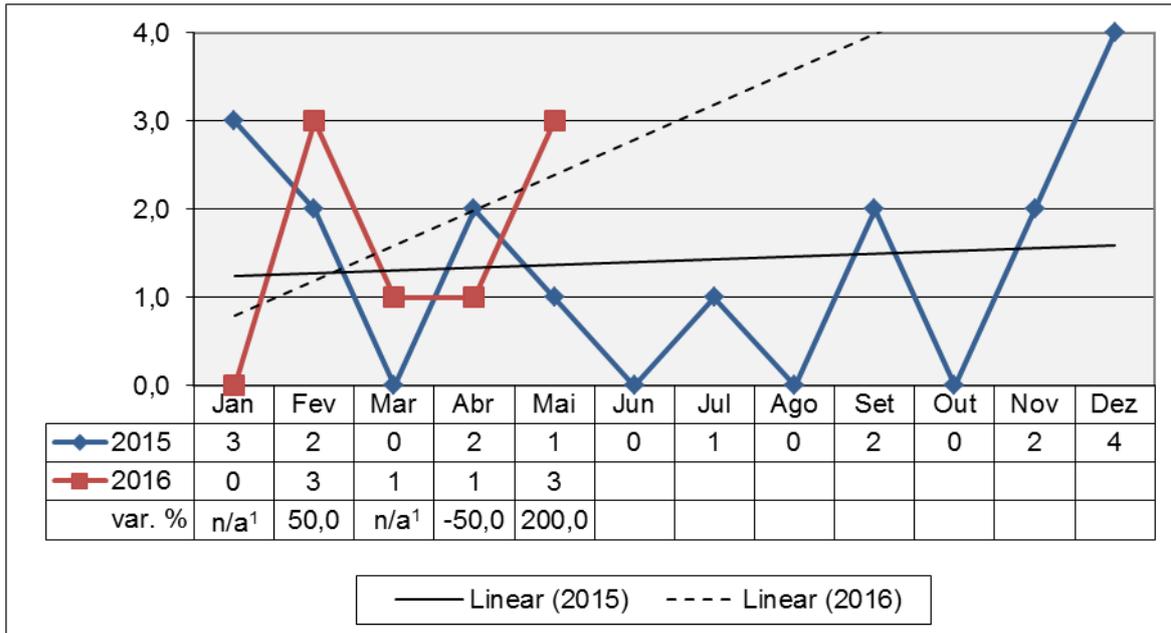


Figura 7.4 - 174 – Número de estupros, em Anapu, de janeiro de 2015 a maio de 2016

Fonte: Superintendência Regional da Polícia Civil do Xingu/SEGUP/ Elaboração Norte Energia.

1: n/a – não se aplica

c) Análise da evolução do número de Estupros – Brasil Novo

Quadro 7.4 - 64 – Análise da situação segundo a taxa de estupros por 100 mil habitantes, evolução do número de estupros anuais de 2007 a 2014 (menos 2010), variação do total de 2013 e 2014, e variação dos dez primeiros meses de 2014 e 2015 (janeiro a outubro) – Brasil Novo

SITUAÇÃO	DESCRIÇÃO
EM ATENÇÃO	Como mostrado em relatórios anteriores, Brasil Novo apresentava uma classificação “satisfatória” até 2013, mas foi alterado como “em atenção” pela tendência de alta nos últimos anos no registro de estupros. Em 2011 a taxa foi de 25,7 por 100 mil habitantes, mas decaiu significativamente para 6,6 em 2012 e a partir de então, mesmo que em patamares relativamente baixos, passou a 12,9 em 2013, a 19,6 em 2014, e em 2015 voltou aos patamares de 2011, com 26,6, registros de estupro por 100 mil habitantes. Trata-se de situação que deve ser monitorada, pois como os registros são muito baixos em termos absolutos, ou seja, foram 4 registros ao longo de 2015, pode ser apenas uma variação relativa dos pequenos números.

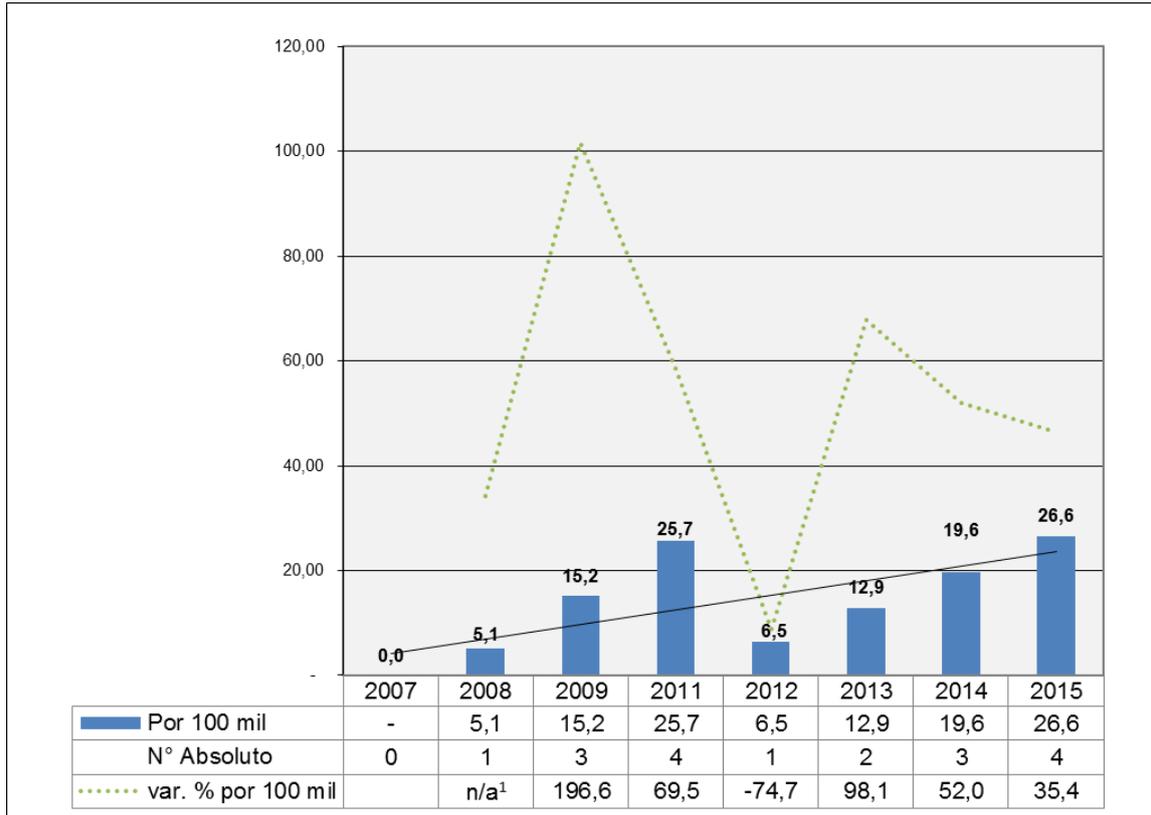


Figura 7.4 - 175 – Número e taxa de estupros por 100 mil habitantes no ano, em Brasil Novo, 2007 a 2009, 2011 a 2015

Fonte: Superintendência Regional da Polícia Civil do Xingu/SEGUP/ Instituto de Desenvolvimento Econômico e Social (IDESP)/ Elaboração Norte Energia.

1: n/a – não se aplica

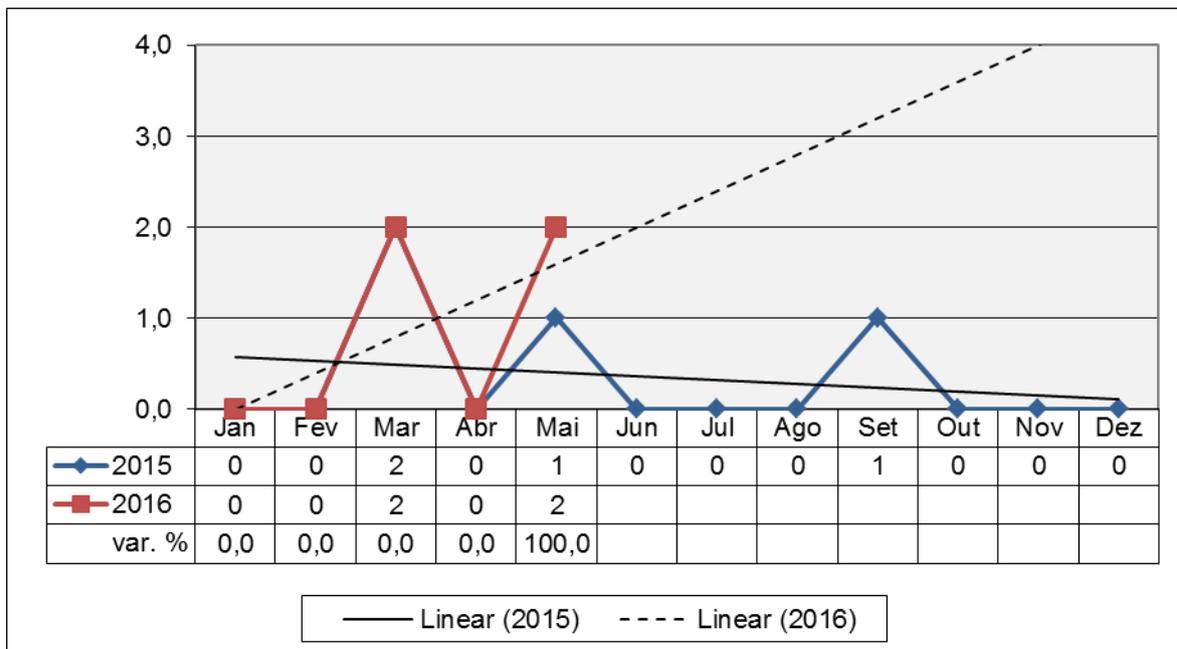


Figura 7.4 - 176 – Número de estupros em Brasil Novo, de janeiro de 2015 a maio de 2016

Fonte: Superintendência Regional da Polícia Civil do Xingu/SEGUP/ Elaboração Norte Energia.

1: n/a – não se aplica

d) Análise da evolução do número de Estupros – Senador José Porfírio

Quadro 7.4 - 65 – Análise da situação segundo a taxa de estupros por 100 mil habitantes, evolução do número de estupros anuais de 2007 a 2013 (menos 2010), variação do total de 2013 e 2014, e variação dos dez primeiros meses de 2014 e 2015 (janeiro a outubro) – Senador José Porfírio

SITUAÇÃO	DESCRIÇÃO
EM ATENÇÃO	Senador José Porfírio apresenta uma situação peculiar em relação ao registro de estupros. Em termos relativos, além da tendência de alta na série histórica, mesmo em termos absolutos não se mostra muito baixo, notadamente quando se compara com municípios com população similar, como Brasil Novo. O número de registros chegou a 14 no total em 2011, fazendo com que fosse o mais alto dentre os município da AID, com 109,4 registros por 100 mil habitantes. Todavia, a partir de 2012 a taxa começou a decair, para 79,9 em 2012, 65,4 em 2013 e 58,6 em 2014. Mas em 2015 a taxa voltou a subir para 77,2, o que representou um incremento de 31,7% em termos relativos, com 9 registros em termos absolutos. Por conta das pequenas dimensões populacionais do município, isso faz com que seja classificado como “em atenção”.

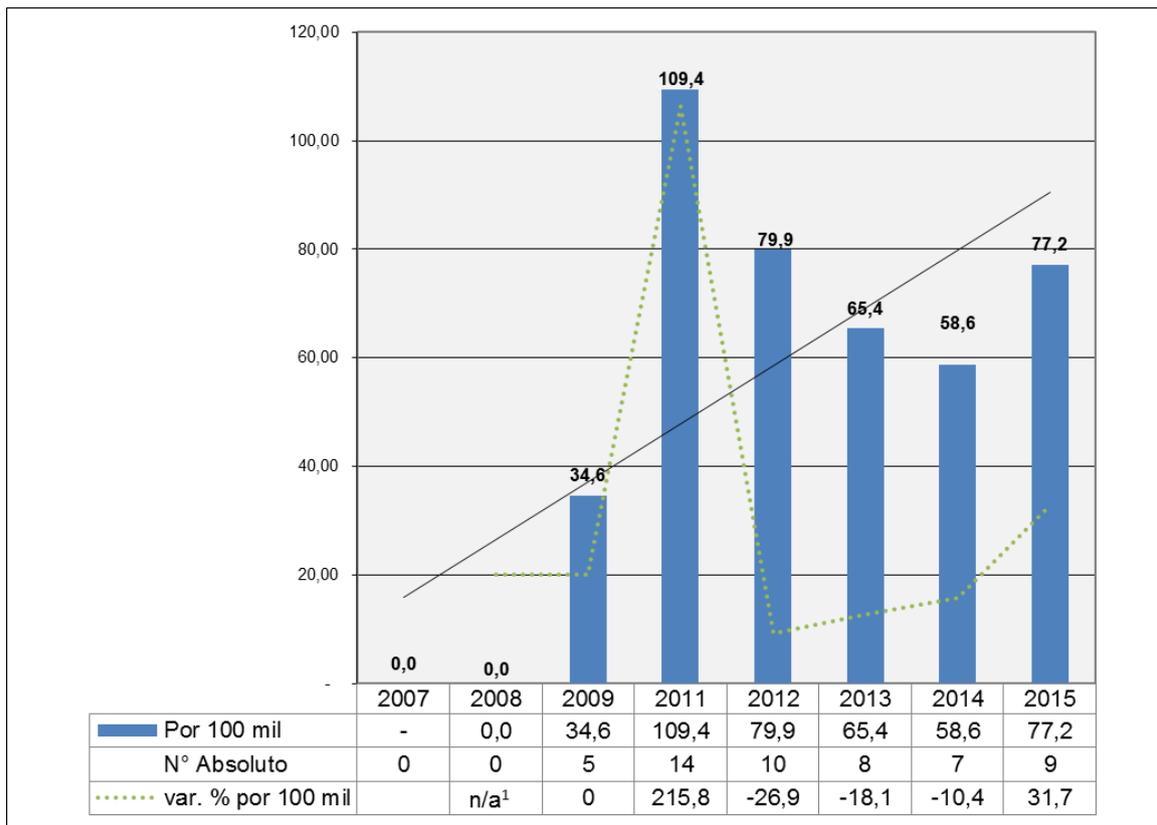


Figura 7.4 - 177 – Número e taxa de estupros para 100 mil habitantes no ano, em Senador José Porfírio, 2007 a 2009, 2011 a 2015

Fonte: Superintendência Regional da Polícia Civil do Xingu/SEGUP/ Instituto de Desenvolvimento Econômico e Social (IDESP)/ Elaboração Norte Energia

1: n/a – não se aplica

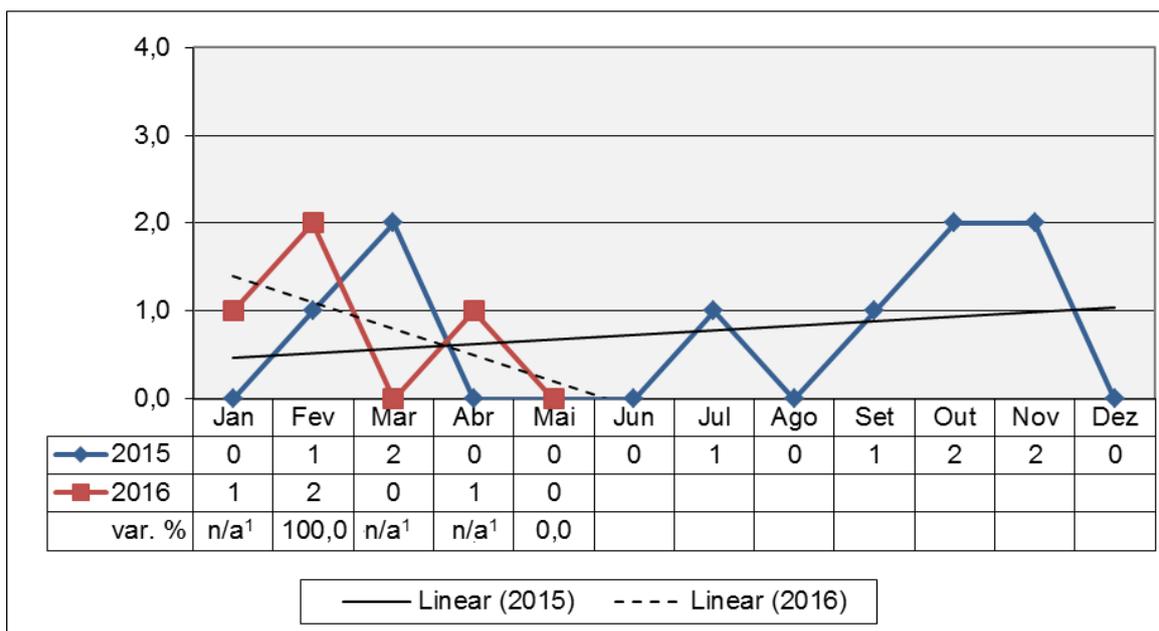


Figura 7.4 - 178 – Número de estupros em Senador José Porfírio, de janeiro de 2015 a maio de 2016

Fonte: Superintendência Regional da Polícia Civil do Xingu/SEGUP/ Elaboração Norte Energia.

1: n/a – não se aplica

e) Análise da evolução do número de Estupros – Vitória do Xingu

Quadro 7.4 - 66 – Análise da situação segundo a taxa de estupros por 100 mil habitantes, evolução do número de estupros anuais de 2007 a 2014 (menos 2010), variação do total de 2013 e 2014, e variação dos dez primeiros meses de 2014 e 2015 (janeiro a outubro) – Vitória do Xingu

SITUAÇÃO	DESCRIÇÃO
ESTÁVEL	A situação de Vitória do Xingu é classificada como “estável”, pela própria tendência de estabilidade na série histórica de registros de estupros. mas com taxa um pouco acima do esperado, de 13, visto que em 2015 apresentou 17,2. Trata-se de um número maior, em termos relativos, quando comparado a 2014, que foi de 6,8. Em termos absolutos, o aumento foi de 3 para 7 registros, mas ainda é comparável aos números de 2013, com 6 registros. É uma situação que deverá ser monitorada, de maneira a não tornar a situação menos satisfatória nos próximos anos.

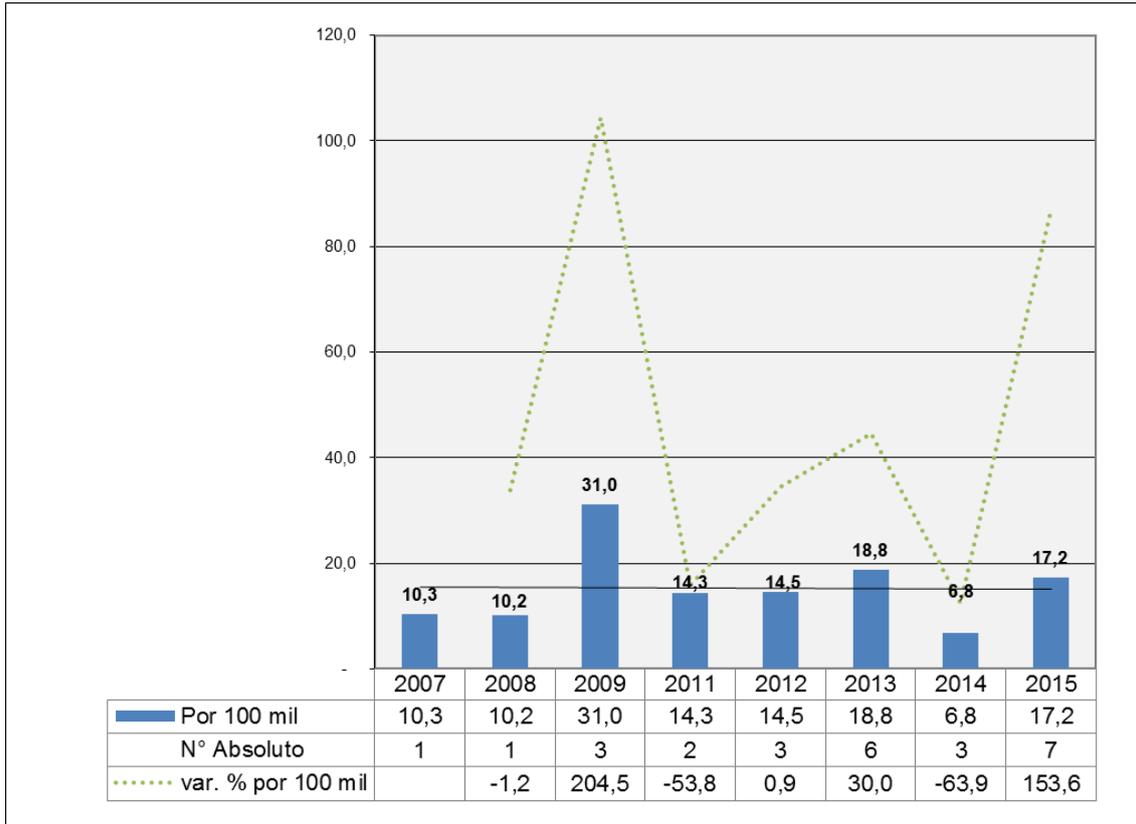


Figura 7.4 - 179 – Número e taxa de estupros por 100 mil habitantes no ano, em Vitória do Xingu, 2007 a 2009, 2011 a 2015

Fonte: Superintendência Regional da Polícia Civil do Xingu/SEGUP/ Instituto de Desenvolvimento Econômico e Social (IDESP)/ Elaboração Norte Energia.

1: n/a – não se aplica

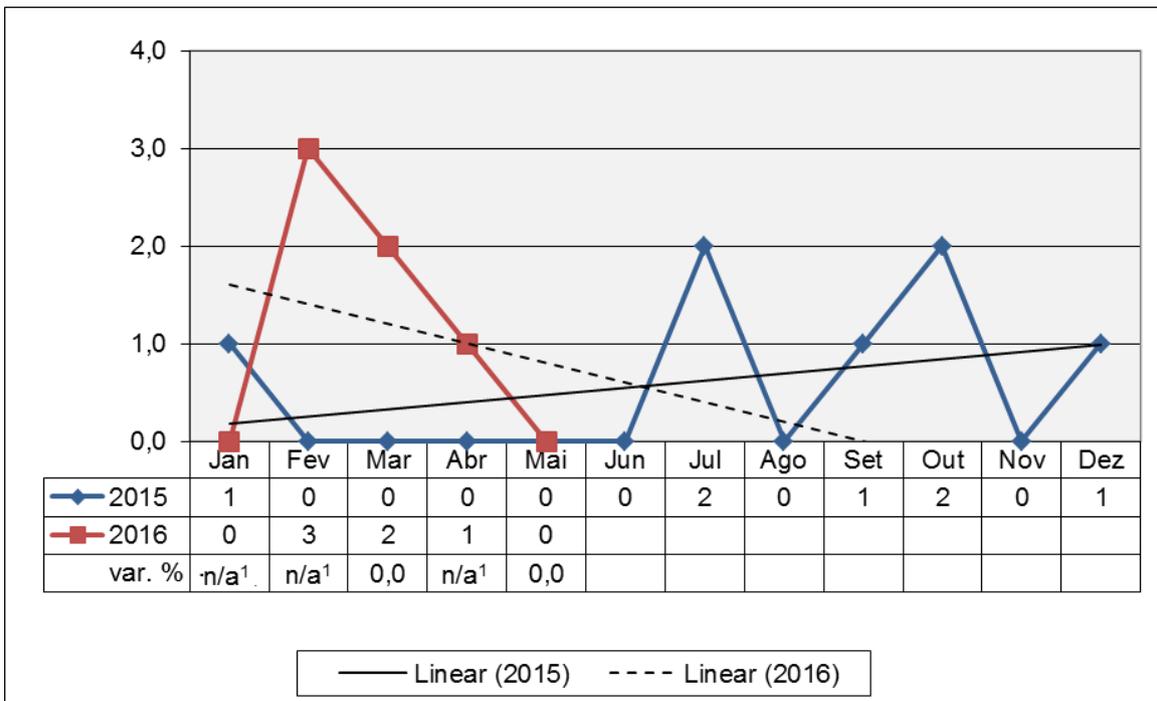


Figura 7.4 - 180 – Número de estupros em Vitória do Xingu, de janeiro de 2015 a maio de 2016

Fonte: Superintendência Regional da Polícia Civil do Xingu/SEGUP/ Elaboração Norte Energia.

1: n/a – não se aplica

Considerações gerais – estupro

A análise dos registros de estupro mostra que, apesar das taxas por 100 mil habitantes ser relativamente elevada em quase todos os municípios da AID, em Altamira há clara queda nos últimos dois anos, em 2014 e 2015, mesmo que ainda não seja suficiente para reverter a tendência de alta, caso seja considerada série histórica desde 2007 (**Figura 7.4- 171**). Tal fato é influenciado pela alta notadamente em 2011, por conta principalmente da alteração no Código Civil que passou a classificar como estupro o que anteriormente era considerado como atentado violento ao pudor, como os estupro a pessoas do sexo masculino. Além disso, o trabalho contínuo da Delegacia das Mulheres, onde a grande maioria dos registros ocorre, por conta dos registros de ocorrências dentro da família ou de pessoas próximas, tanto de meninas quanto de meninos, fez naturalmente aumentar o número de registros. Mas, como fato positivo, menciona-se que a taxa de 26,5 registros por 100 mil habitantes em Altamira, se aproxima dos 18,2 em 2009, antes da alteração da legislação, e já está significativamente abaixo dos 64,8 registrados em 2013. Quando se compara os registros até maio de 2016 ante 2015, o total chega a 8 em 2016 e 19 em 2015. Caso tal tendência se mantenha até o final do ano, é possível que a taxa se aproxime ainda mais daquela registrada antes da alteração da legislação .

Quanto aos demais municípios da AID, os números absolutos são relativamente baixos, notadamente em Brasil Novo com 4 registros em 2015, e 7 em Vitória do Xingu. Porém, merecem atenção no monitoramento o número de registros em Anapu, com 17 e em Senador José Porfírio, com 9 registros, fazendo com que, principalmente neste último, a taxa por 100 mil habitantes seja significativa, por conta do pequeno número de população. Ao se comparar os registros nos cinco primeiros meses de 2016 comparado a 2015, nota-se número similar em Anapu, Brasil Novo, Senador José Porfírio, e caso se mantenha tal tendência, o quadro não deverá se alterar em 2016. No caso de Vitória do Xingu, há aumento de registros no mesmo período de 2016 ante 2015, situação que deve ser monitorada, visto que se trata de município que apresentava até 2015, uma situação “satisfatória” e passou a “estável” neste ano. Deve-se ter cuidado para que a situação não se torne menos satisfatória nos próximos anos (**Figura 7.4 - 172 a Figura 7.4 - 180**).

Crimes contra o patrimônio

Quadro 7.4 - 67 – Parâmetros para avaliação dos registros de roubos

SITUAÇÃO	Tendência histórica (2007 a 2013)	Condição	Número de registros por 100 mil habitantes no último ano
SATISFATÓRIA	De redução ou estabilidade	E	≤282

SITUAÇÃO	Tendência histórica (2007 a 2013)	Condição	Número de registros por 100 mil habitantes no último ano
ESTÁVEL	De redução ou estabilidade	E	283-360
EM ATENÇÃO	De aumento	OU	≥361

Quadro 7.4 - 68 – Parâmetros para avaliação dos registros de furtos

SITUAÇÃO	Tendência histórica (2007 a 2013)	Condição	Número de registros por 100 mil habitantes no último ano
SATISFATÓRIA	De redução ou estabilidade	E	≤508
ESTÁVEL	De redução ou estabilidade	E	509-975
EM ATENÇÃO	De aumento	OU	≥976

a) Análise da evolução do número de Furtos e Roubos – Altamira

Quadro 7.4 - 69 – Análise da situação segundo a taxa de furtos e roubos por 100 mil habitantes, evolução do número de furtos e roubos anuais de 2007 a 2013, variação do total de 2013 e 2014, e variação dos dez primeiros meses de 2014 e 2015 (janeiro a outubro) – Altamira

SITUAÇÃO		DESCRIÇÃO
ESTÁVEL	FURTOS	Tal como nos relatórios anteriores nota-se pela sequência histórica clara tendência de queda nos registros de furtos em Altamira. Após um aumento em 2014 para 842,4 registros por 100 mil habitantes, em 2015 manteve-se praticamente no mesmo patamar 2015, com 836,5. Por conta da taxa que ainda se apresenta elevado, mesmo com a tendência de queda, a situação é classificada como “estável”.
EM ATENÇÃO	ROUBOS	A taxa de registros de roubos por 100 mil habitantes, significativamente acima dos 361, que é o limite da faixa considerada intermediária, juntamente com a tendência de crescimento dos últimos anos, classificam a situação dos roubos em Altamira como “em atenção”, como já era classificada no ano anterior. A taxa de roubos em 2015 decaiu para 750,0 ante 806,0 de 2014. Ainda assim, encontra-se acima dos 461,4 de 2013 e de 353,3 em 2012, fazendo com que seja um tipo de ocorrência a ser monitorado

SITUAÇÃO	DESCRIÇÃO
	com atenção.

Furtos

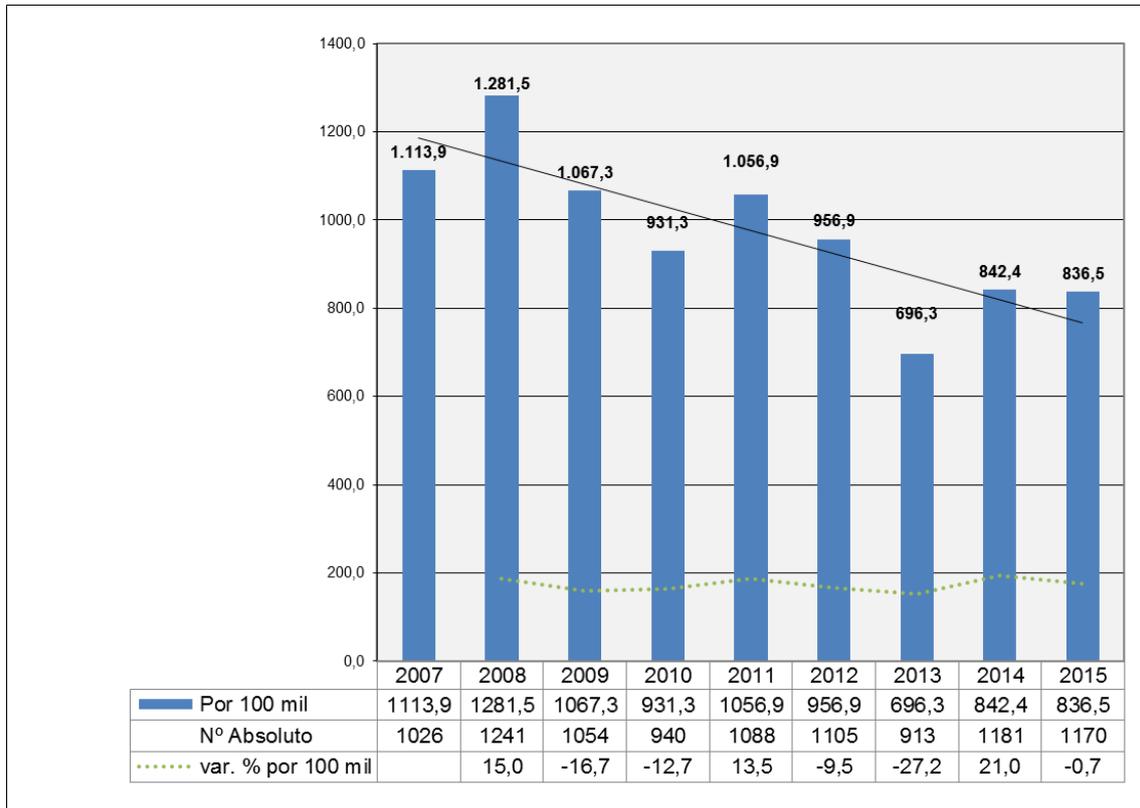


Figura 7.4 - 181 – Número e taxa de furtos por 100 mil habitantes no ano, em Altamira, de 2007 a 2015

Fonte: Superintendência Regional da Polícia Civil do Xingu/SEGUP/ Instituto de Desenvolvimento Econômico e Social (IDESP)/ Elaboração Norte Energia.

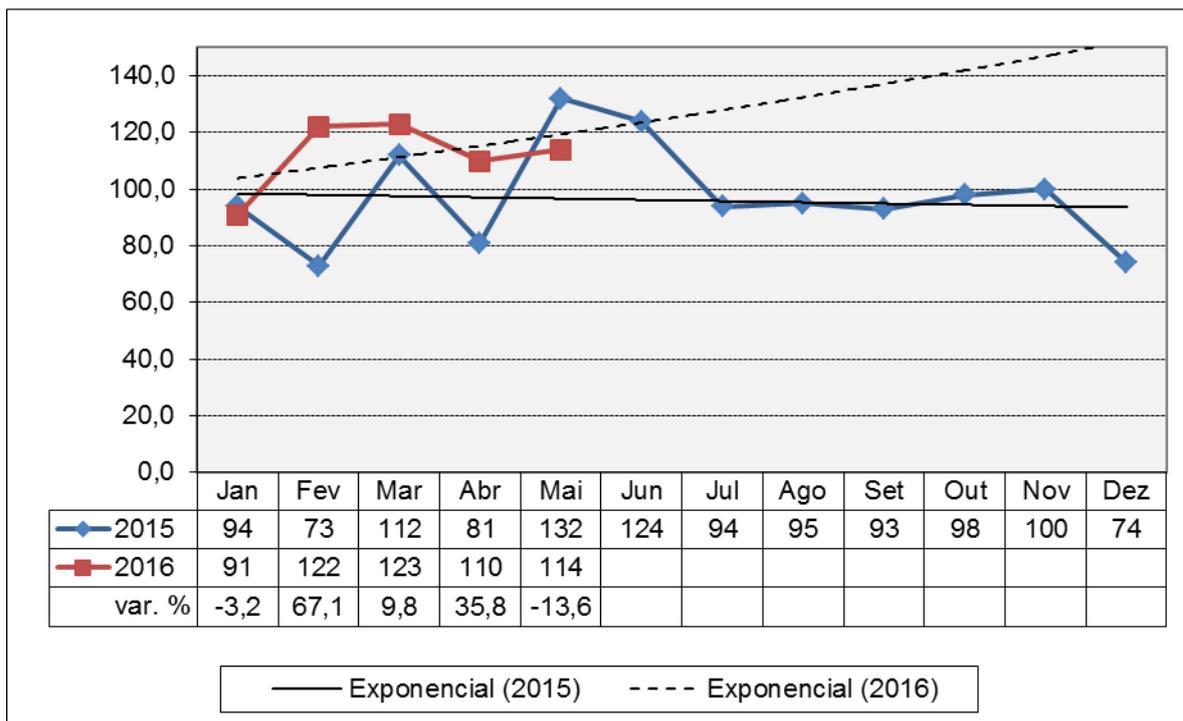


Figura 7.4 - 182 – Número de furtos, em Altamira, de janeiro de 2015 a maio de 2016

Fonte: Superintendência Regional da Polícia Civil do Xingu/SEGUP/ Elaboração Norte Energia.

Roubos

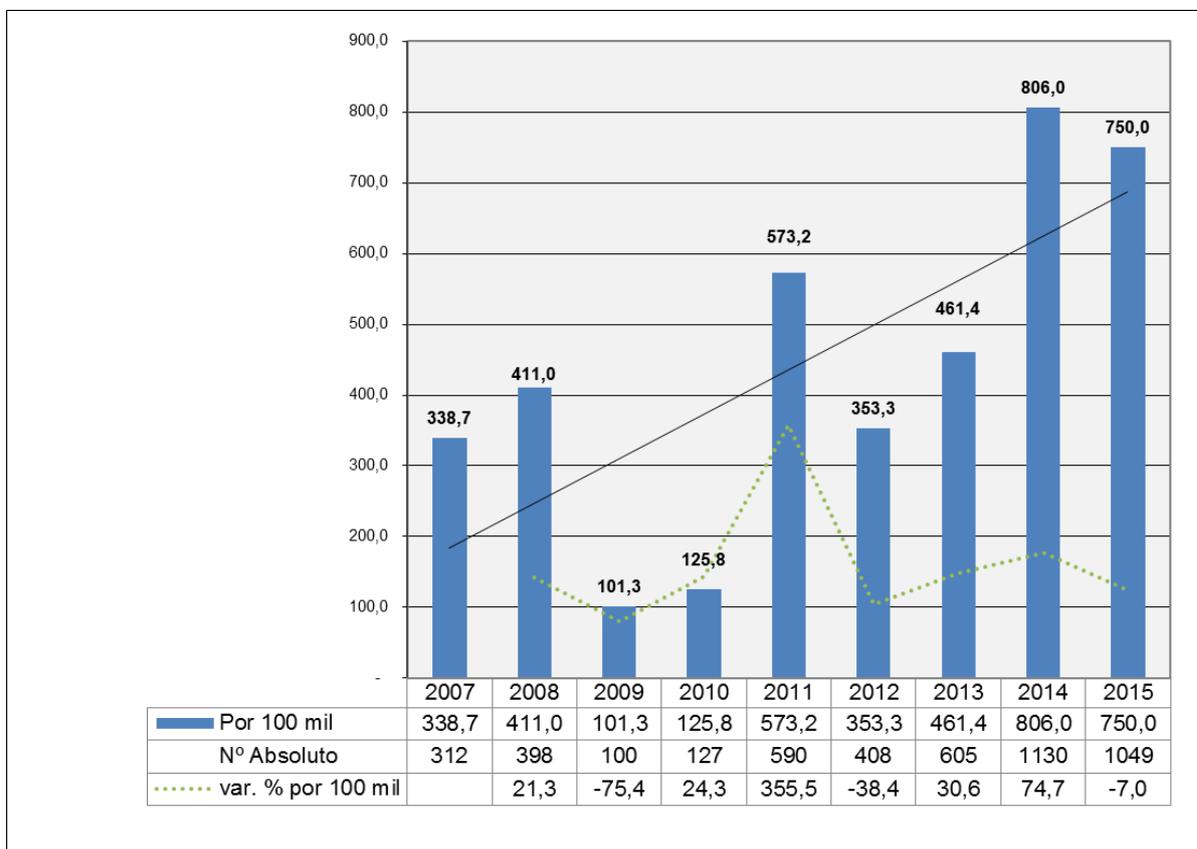


Figura 7.4- 183 – Número e taxa de roubos por 100 mil habitantes no ano, em Altamira, de 2007 a 2015

Fonte: Superintendência Regional da Polícia Civil do Xingu/SEGUP/ Instituto de Desenvolvimento Econômico e Social (IDESP)/ Elaboração Norte Energia.

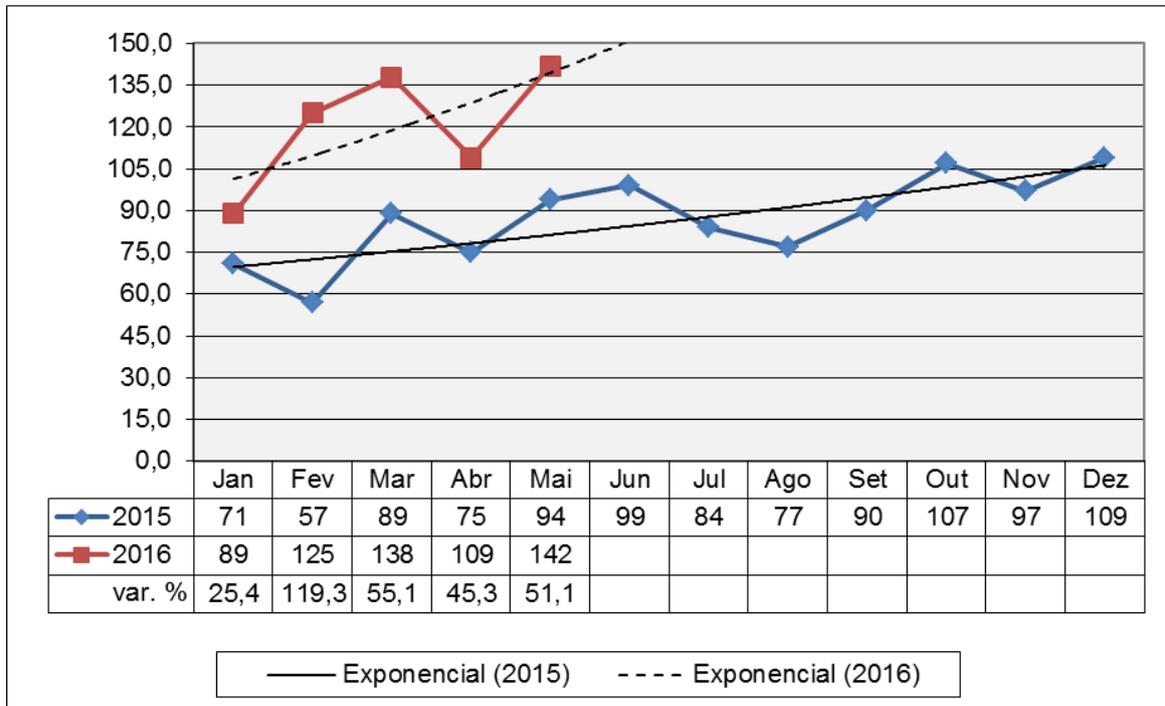


Figura 7.4 - 184 – Número de roubos, em Altamira, de janeiro de 2015 a maio de 2016

Fonte: Superintendência Regional da Polícia Civil do Xingu/SEGUP/ Elaboração Norte Energia.

b) Análise da evolução do número de Furtos e Roubos – Anapu

Quadro 7.4 - 70 – Análise da situação segundo a taxa de furtos e roubos por 100 mil habitantes, evolução do número de furtos e roubos anuais de 2007 a 2014, variação do total de 2013 e 2014, e variação dos dez primeiros meses de 2014 e 2015 (janeiro a outubro) – Anapu

SITUAÇÃO		DESCRIÇÃO
EM ATENÇÃO	FURTOS	Anapu reverteu a tendência histórica de diminuição de furtos e isso se deu por conta do incremento da taxa de furtos por 100 mil habitantes, de 498,1 em 2014 para 933,9 em 2015. Com isso a tendência passou a ser de aumento e classifica a situação como “em atenção”, e sua evolução deve ser monitorada nos próximos anos.
SATISFATÓRIA	ROUBOS	Anapu apresenta tendência de estabilidade nos registros de roubos, assim como a taxa por 100 mil habitantes ainda se encontra abaixo da primeira faixa, que é de 282. Isso classifica a situação como “satisfatória”. Nota-se, porém, que em 2015 a taxa aumentou para 230,1 ao passo que era de 142,3 em 2014, de 110,6 em 2013 e de 61,6 em 2012. Por conta dos números de 2015, já muito próximo ao limite intermediário, trata-se de uma taxa a ser monitorada, pois pode alterar a situação do município no próximo ano.

Furtos

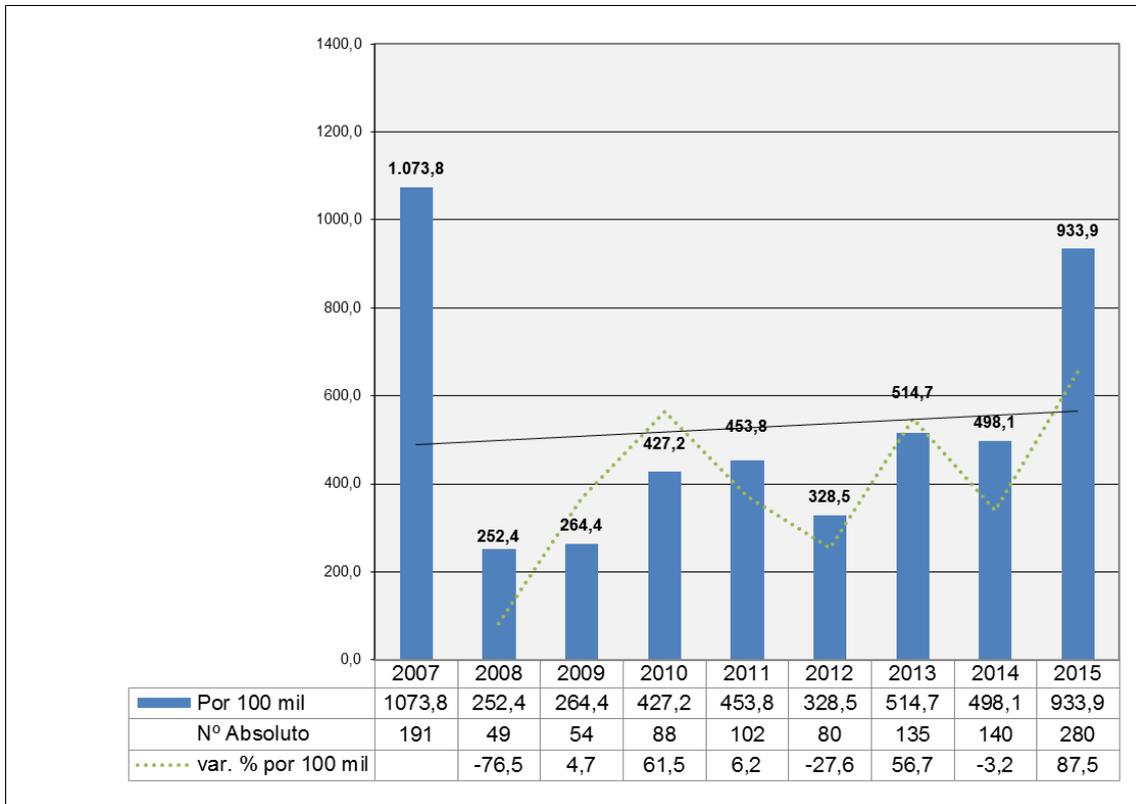


Figura 7.4- 185 – Número e taxa de furtos por 100 mil habitantes no ano, em Anapu, de 2007 a 2015

Fonte: Superintendência Regional da Polícia Civil do Xingu/SEGUP/ Instituto de Desenvolvimento Econômico e Social (IDESP)/ Elaboração Norte Energia.

1: n/a – não se aplica

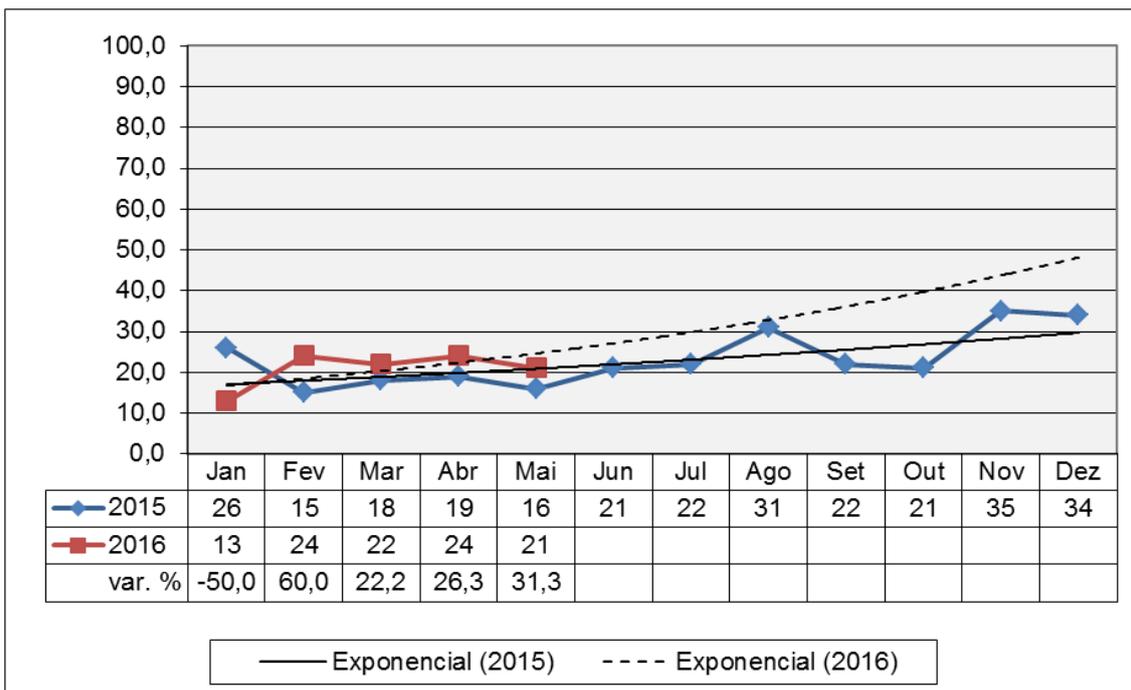


Figura 7.4 - 186 – Número de furtos, em Anapu, de janeiro de 2015 a maio de 2016

Fonte: Superintendência Regional da Polícia Civil do Xingu/SEGUP/ Elaboração Norte Energia.

Roubos

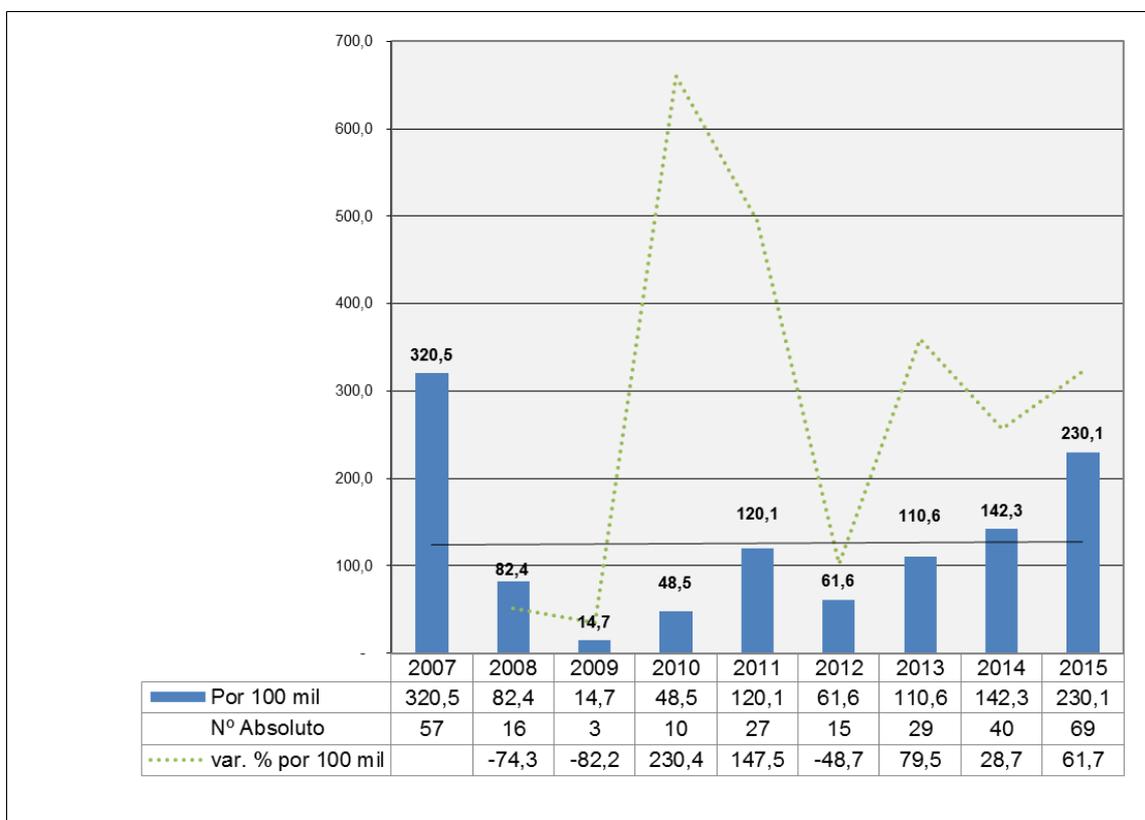


Figura 7.4- 187 – Número e taxa de roubos por 100 mil habitantes no ano, em Anapu, de 2007 a 2015

Fonte: Superintendência Regional da Polícia Civil do Xingu/SEGUP/ Instituto de Desenvolvimento Econômico e Social (IDESP)/ Elaboração Norte Energia.

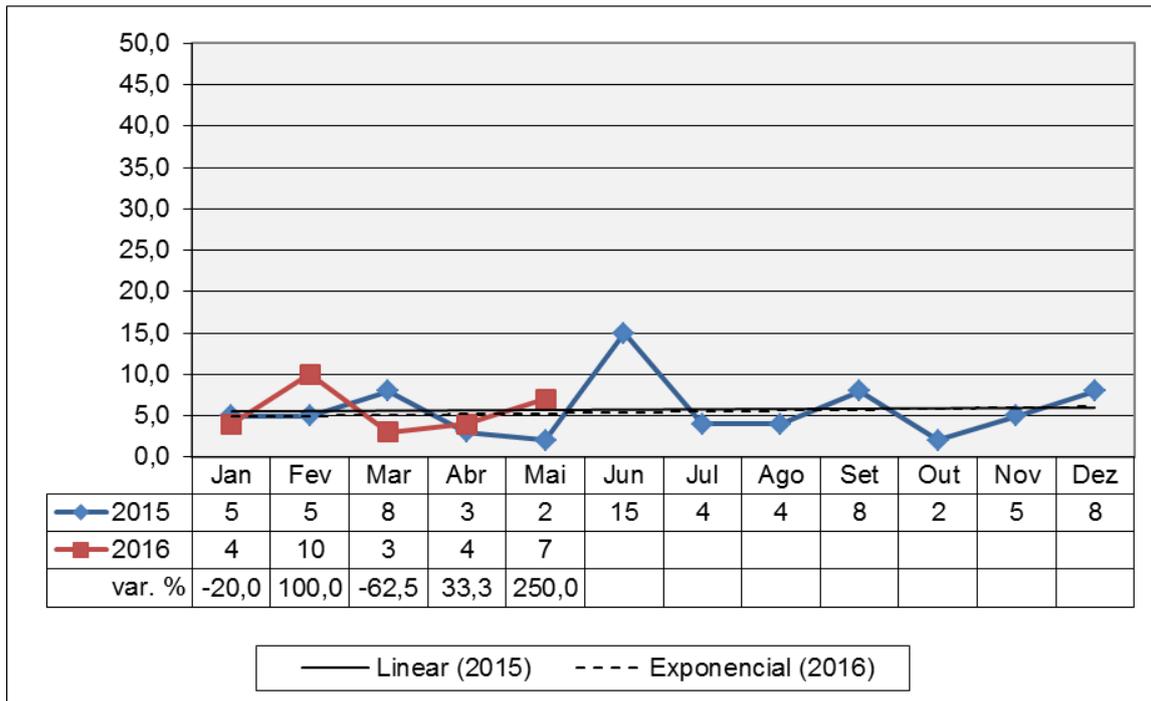


Figura 7.4 - 188 – Número de roubos, em Anapu, de janeiro de 2015 a maio de 2016

Fonte: Superintendência Regional da Polícia Civil do Xingu/SEGUP/ Elaboração Norte Energia.

c) Análise da evolução do número de Furtos e Roubos – Brasil Novo

Quadro 7.4 - 71 – Análise da situação segundo a taxa de furtos e roubos por 100 mil habitantes, evolução do número de furtos e roubos anuais de 2007 a 2014, variação do total de 2013 e 2014, e variação dos dez primeiros meses de 2014 e 2015 (janeiro a outubro) – Brasil Novo

SITUAÇÃO		DESCRIÇÃO
EM ATENÇÃO	FURTOS	Mesmo com uma diminuição da taxa de roubo por 100 mil habitantes, de 444,8 em 2014 para 312,3 (queda de 28,8%), ainda assim não reverteu a tendência de alta na série histórica fazendo com que a situação em Brasil Novo permaneça “em atenção”. Como fato positivo, a taxa de furtos está dentro da primeira faixa de classificação para esse tipo de ocorrência.
EM ATENÇÃO	ROUBOS	Embora a taxa de roubos por 100 mil habitantes ao longo dos anos permaneça dentro da primeira faixa de classificação, que é de 282, ainda assim a tendência de alta na série histórica faz com que a situação em Brasil Novo seja classificada como “em atenção”. Em termos absolutos continua a ser relativamente pequeno, com 22 registros em 2015, o que equivale a uma taxa de 146,1 roubos por 100 mil habitantes. Houve pequena queda em relação a 2014, quando foram 25 registros (taxa de 163,5), mas ainda se mostra maior que nos anos anteriores.

Furtos

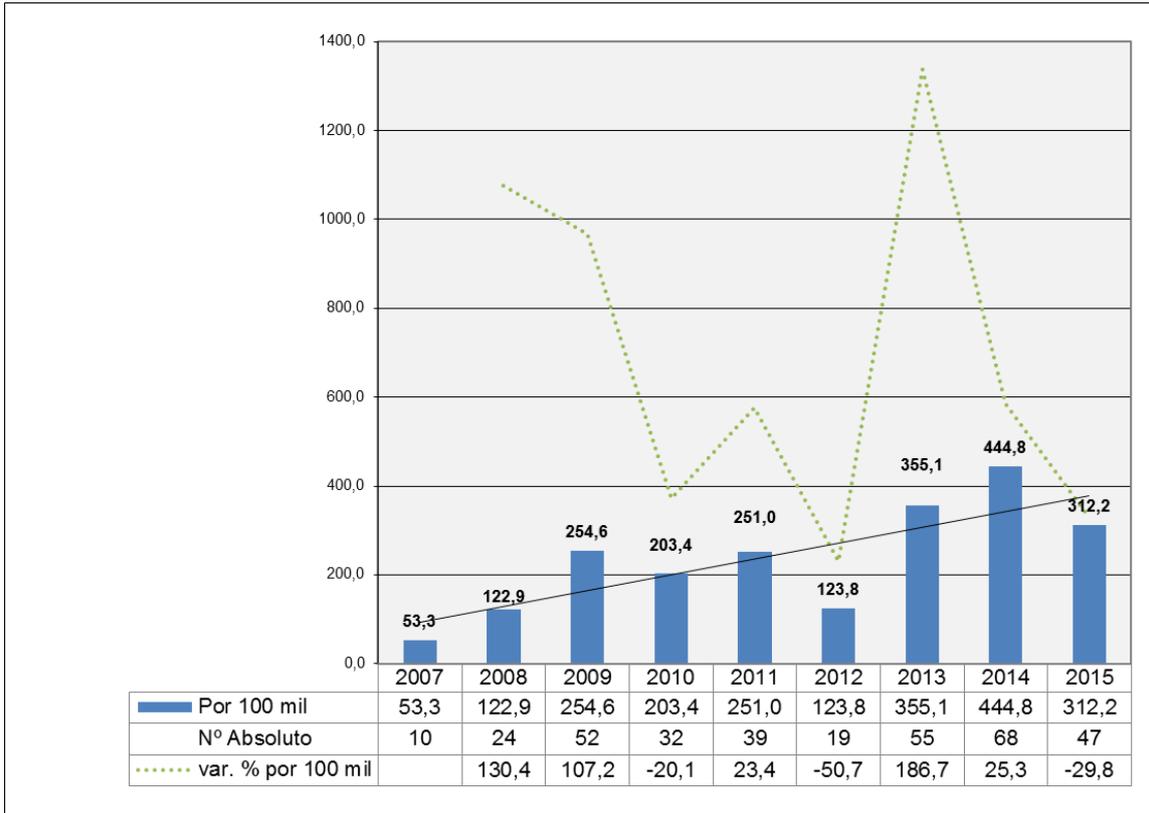


Figura 7.4 - 189 – Número e taxa de furtos por 100 mil habitantes ano, em Brasil Novo, de 2007 a 2015

Fonte: Superintendência Regional da Polícia Civil do Xingu/SEGUP/ Instituto de Desenvolvimento Econômico e Social (IDESP)/ Elaboração Norte Energia.

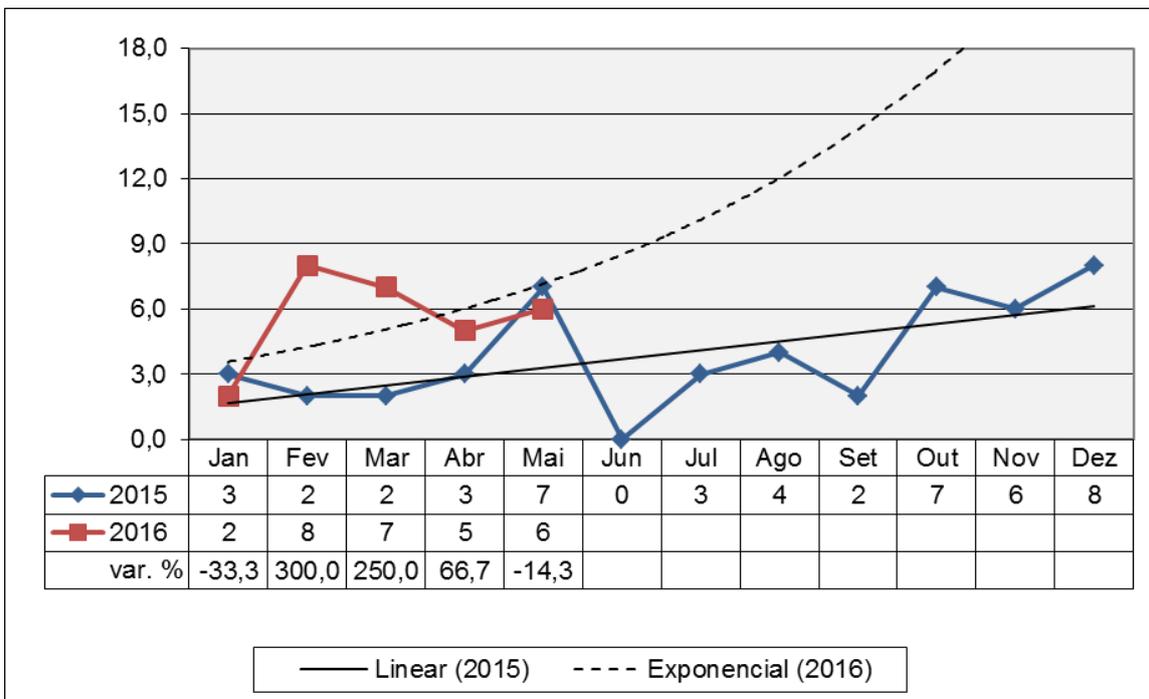


Figura 7.4 - 190 – Número de furtos, em Brasil Novo, de janeiro de 2015 a maio de 2016

Fonte: Superintendência Regional da Polícia Civil do Xingu/SEGUP/ Elaboração Norte Energia.

Roubos

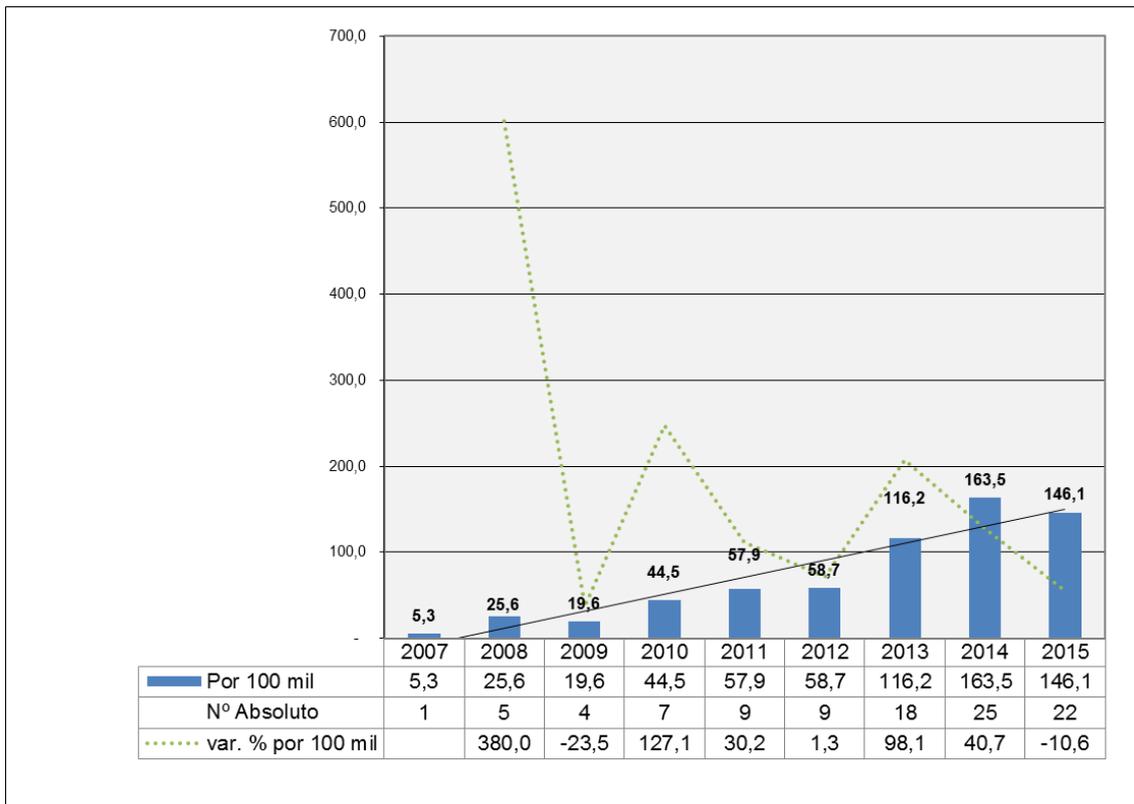


Figura 7.4 - 191 – Número e taxa de roubos por 100 mil habitantes no ano, em Brasil Novo, de 2007 a 2015

Fonte: Superintendência Regional da Polícia Civil do Xingu/SEGUP/ Instituto de Desenvolvimento Econômico e Social (IDESP)/ Elaboração Norte Energia.

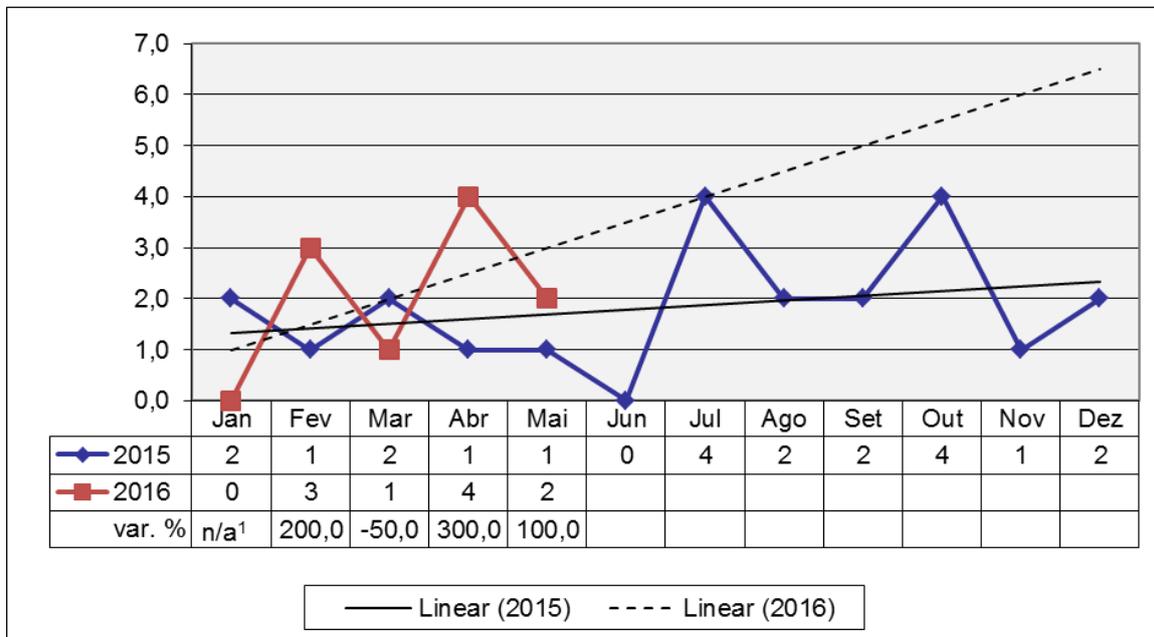


Figura 7.4 - 192 – Número de roubos, em Brasil Novo, de janeiro de 2015 a maio de 2016

Fonte: Superintendência Regional da Polícia Civil do Xingu/SEGUP/ Elaboração Norte Energia.

1: n/a – não se aplica

d) Análise da evolução do número de Furtos e Roubos – Senador José Porfírio

Quadro 7.4 - 72 – Análise da situação segundo a taxa de furtos e roubos por 100 mil habitantes, evolução do número de furtos e roubos anuais de 2007 a 2014, variação do total de 2013 e 2014, e variação dos dez primeiros meses de 2014 e 2015 (janeiro a outubro) – Senador José Porfírio

SITUAÇÃO		DESCRIÇÃO
EM ATENÇÃO	FURTOS	<p>Senador José Porfírio permanece com tendência de aumento nos registros de furtos e, dessa forma, a situação é classificada como “em atenção”. Como fato positivo é a diminuição nos últimos dois anos em relação a 2013. Assim, se tal tendência se mantiver é possível que no próximo ano a situação seja melhor classificada.</p> <p>Saliente-se que os números absolutos e a própria taxa de furtos por 100 mil habitantes encontra-se dentro da primeira faixa de classificação, cujo limite é 508. Em 2015 a taxa foi de 214,4 com queda de 28% em relação a 2014, que foi de 301,4 e significativamente menor que os 433,4 de 2013. Por conta desses números, como já mencionado as perspectivas para melhorar a situação no próximo ano podem ser favoráveis.</p>
	ROUBOS	<p>Os registros de roubos em Senador José Porfírio continuam com tendência de queda. Isso aliado à baixa taxa por 100 mil habitantes fazem com que a situação no município seja classificada como “satisfatória”.</p> <p>Apesar de um aumento em 2015 em relação a 2014, os números absolutos de registros de roubos são muito pequenos. Foram 4 registros em 2015 ante apenas 1 em 2014. Isso fez com que a taxa por 100 mil habitantes fosse de 34,3, significativamente abaixo do limite da primeira faixa de classificação, que é 282.</p>

Furtos

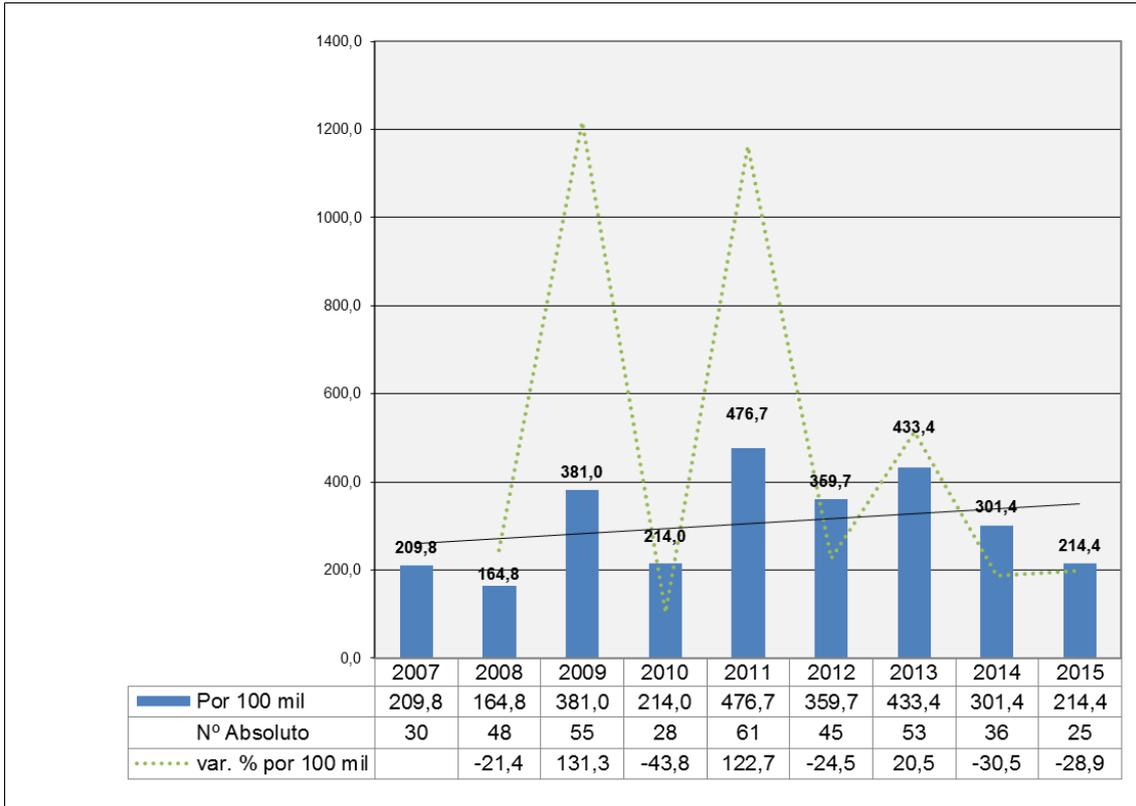


Figura 7.4 - 193 – Número e taxa de furtos por 100 mil habitantes no ano, em Senador José Porfírio, de 2007 a 2015

Fonte: Superintendência Regional da Polícia Civil do Xingu/SEGUP/ Instituto de Desenvolvimento Econômico e Social (IDESP)/ Elaboração Norte Energia.

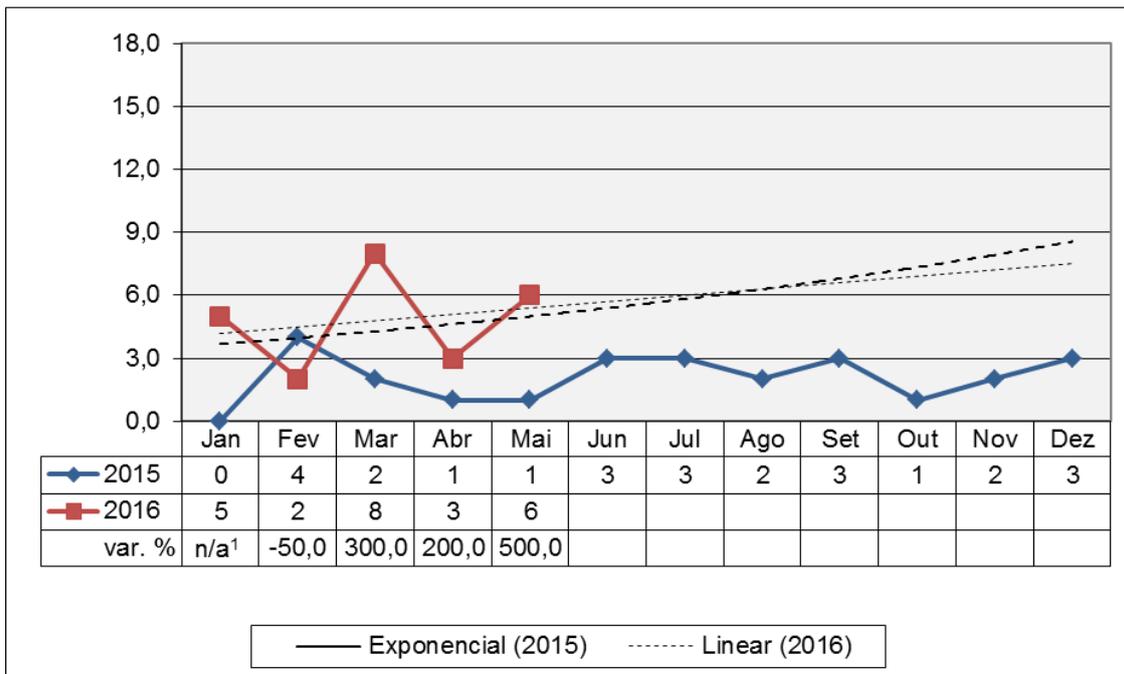


Figura 7.4 - 194 – Número de furtos, em Senador José Porfírio, de janeiro de 2015 a maio de 2016

Fonte: Superintendência Regional da Polícia Civil do Xingu/SEGUP/ Elaboração Norte Energia.

1: n/a – não se aplica

Roubos

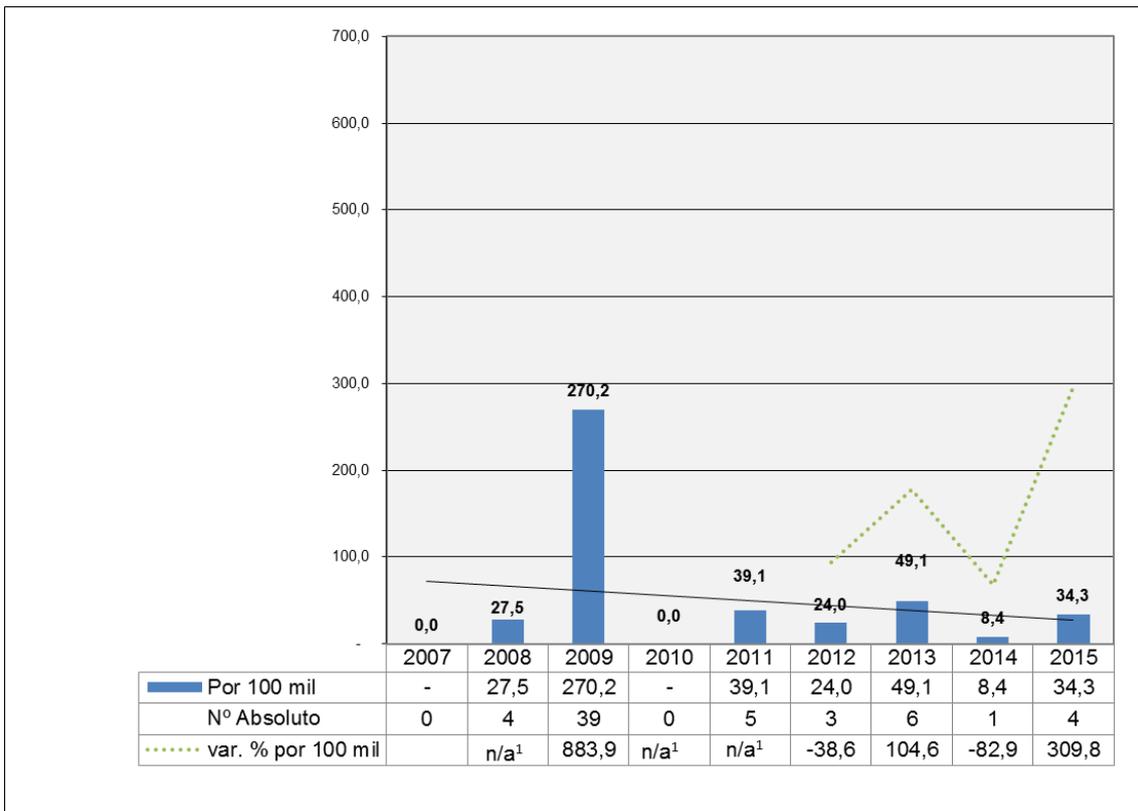


Figura 7.4 - 195 – Número e taxa de roubos por 100 mil habitantes no ano, em Senador José Porfírio, de 2007 a 2015

Fonte: Superintendência Regional da Polícia Civil do Xingu/SEGUP/ Instituto de Desenvolvimento Econômico e Social (IDESP)/ Elaboração Norte Energia.

1: n/a – não se aplica

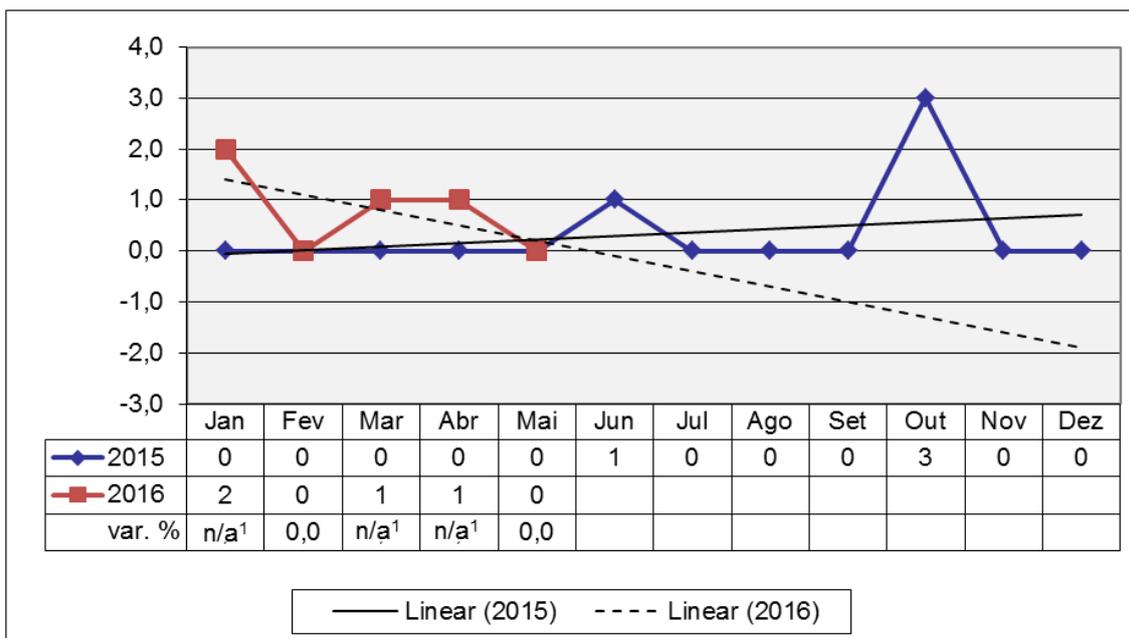


Figura 7.4 - 196 – Número de roubos em Senador José Porfírio, de janeiro de 2015 a maio de 2016

Fonte: Superintendência Regional da Polícia Civil do Xingu/SEGUP/ Elaboração Norte Energia.

1: n/a – não se aplica

e) Análise da evolução do número de Furtos e Roubos – Vitória do Xingu

Quadro 7.4 - 73 – Análise da situação segundo a taxa de furtos e roubos por 100 mil habitantes, evolução do número de furtos e roubos anuais de 2007 a 2014, variação do total de 2013 e 2014, e variação dos dez primeiros meses de 2014 e 2015 (janeiro a outubro) – Vitória do Xingu

SITUAÇÃO		DESCRIÇÃO
EM ATENÇÃO	FURTOS	<p>Vitória do Xingu é classificada como “em atenção” por conta da tendência de alta na série histórica. Mas a taxa de furtos por 100 mil habitantes ainda se encontra dentro do limite da primeira faixa de classificação, que é de 508. Assim, se essa taxa se mantiver no próximo ano, pode ser que a situação possa melhorar nas próximas avaliações.</p> <p>A taxa de furtos por 100 mil habitantes foi de 278,1, com aumento de 4,1% em relação a 2014, quando foi de 267,3. De qualquer maneira, desde 2013 que a taxa se mantém praticamente estável.</p>
ESTÁVEL	ROUBOS	<p>A tendência histórica praticamente se mantém nos últimos anos e isso aliada à baixa taxa por 100 mil habitantes fazem com que a situação em Vitória do Xingu seja classificada como “estável”.</p> <p>A taxa em 2015 foi de 27,1 por 100 mil habitantes, significativamente abaixo do limite da primeira faixa, que é de 282. Foi uma queda em termos relativos ante 2014, quando foi de 40,8, mas é maior que a de 2012 e 2013, quando foram de 19,3 e 18,8 respectivamente. De qualquer maneira, encontram-se dentre as taxas mais baixas da AID.</p>

Furtos

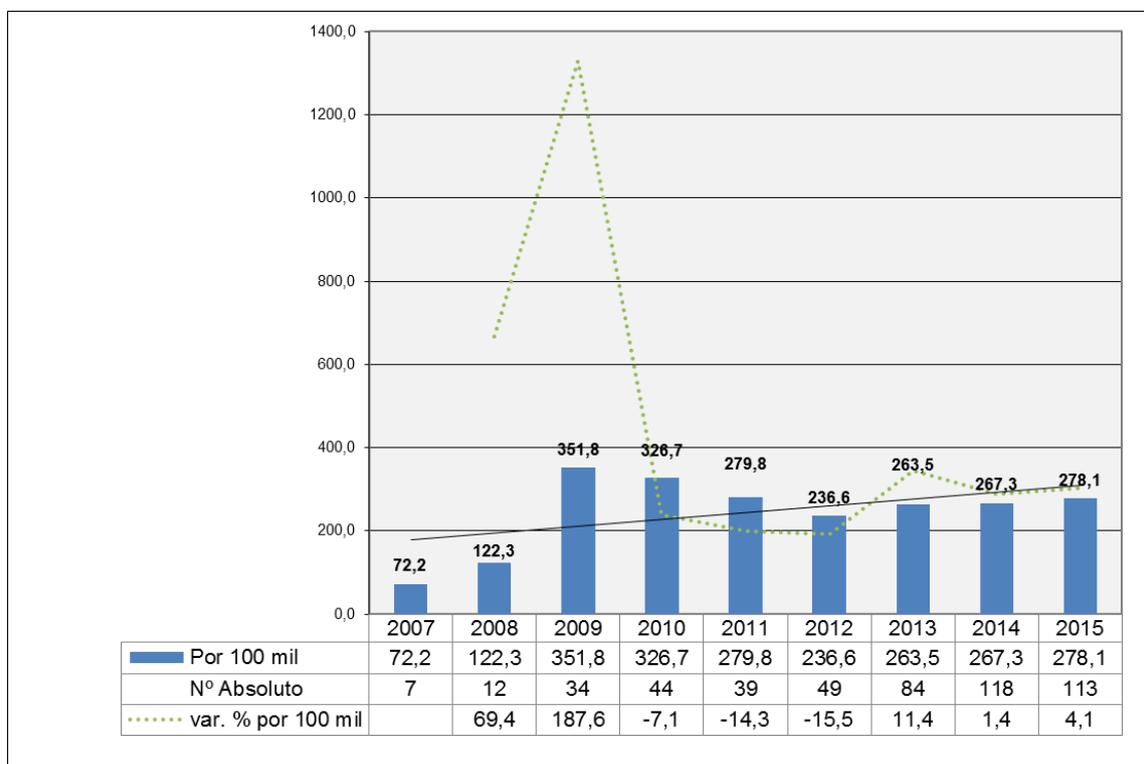


Figura 7.4 - 197 – Número e taxa de furtos por 100 mil habitantes no ano, em Vitória do Xingu, de 2007 a 2015

Fonte: Superintendência Regional da Polícia Civil do Xingu/SEGUP/ Instituto de Desenvolvimento Econômico e Social (IDESP)/ Elaboração Norte Energia.

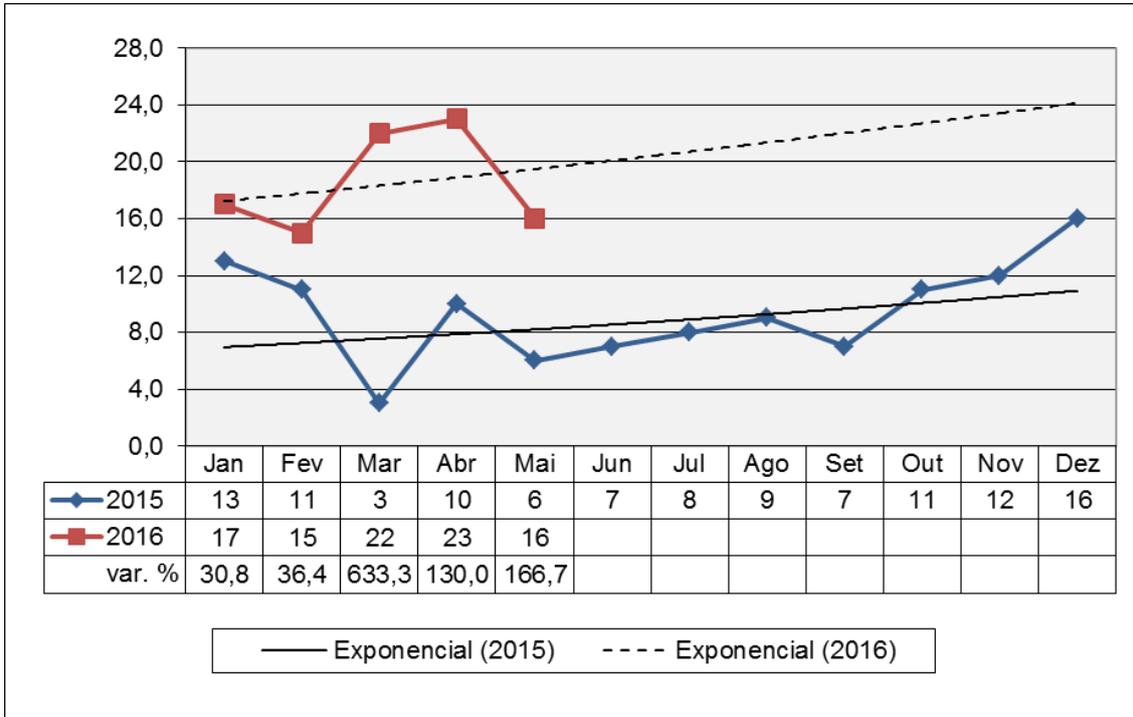


Figura 7.4 - 198 – Número de furtos, em Vitória do Xingu, de janeiro de 2015 a maio de 2016

Fonte: Superintendência Regional da Polícia Civil do Xingu/SEGUP/ Elaboração Norte Energia.

Roubos

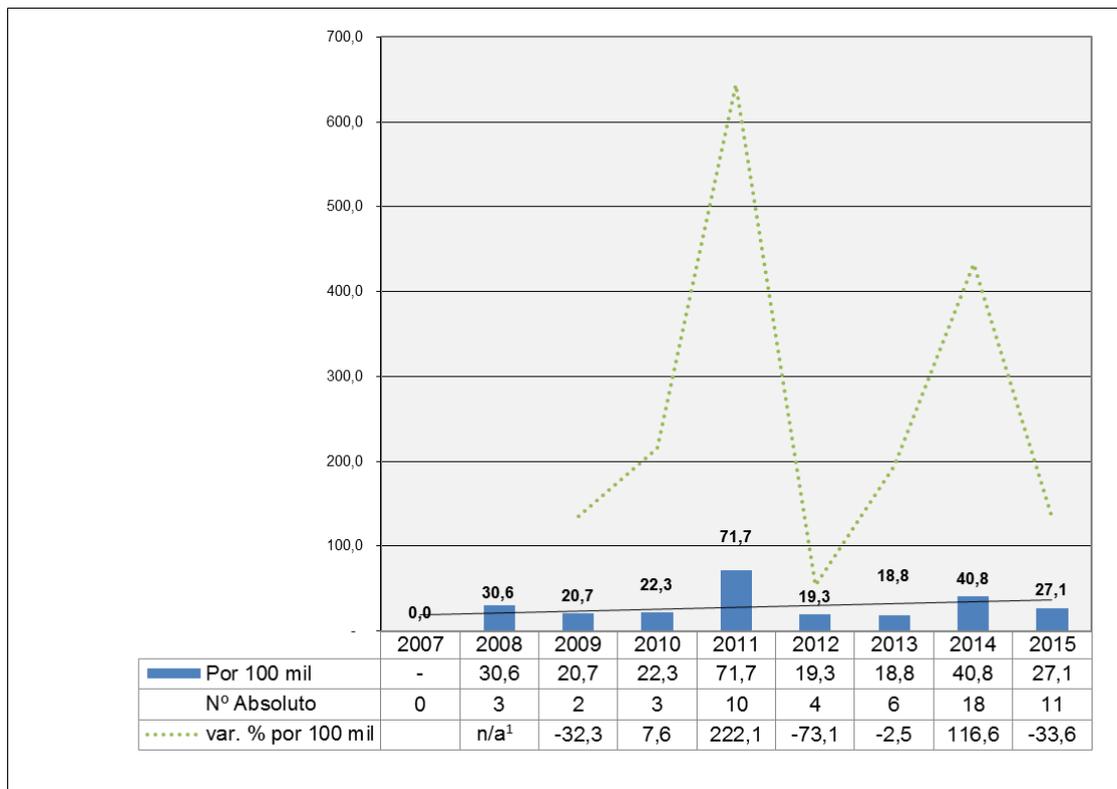


Figura 7.4 - 199 – Número e taxa de roubos por 100 mil habitantes no ano, em Vitória do Xingu, de 2007 a 2015

Fonte: Superintendência Regional da Polícia Civil do Xingu/SEGUP/ Instituto de Desenvolvimento Econômico e Social (IDESP)/ Elaboração Norte Energia.

1: n/a – não se aplica

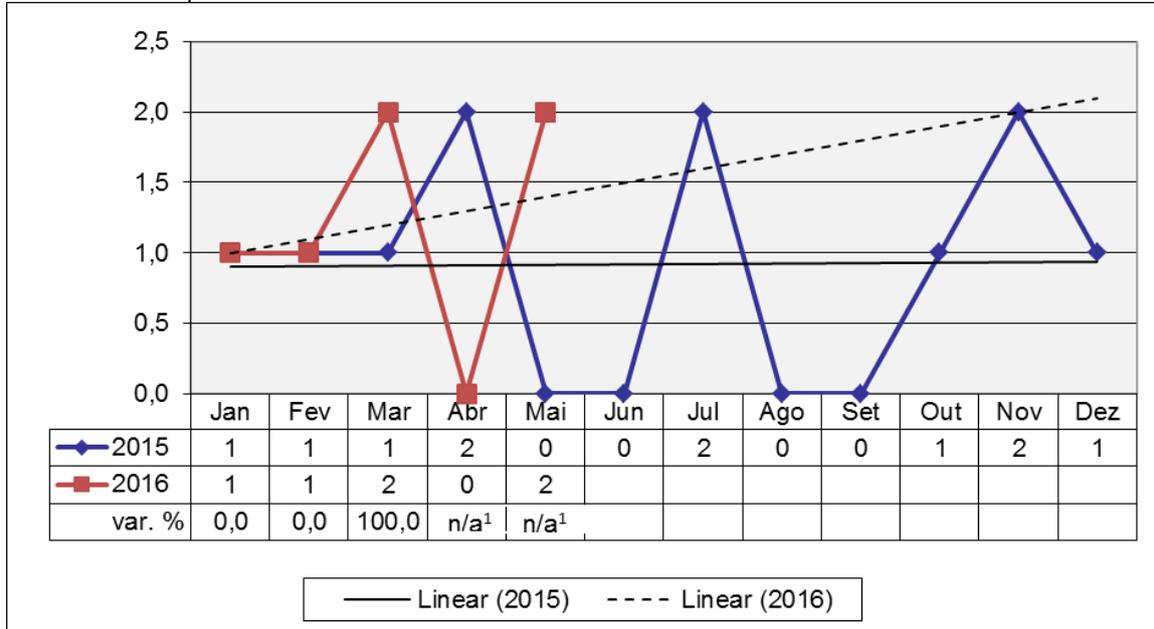


Figura 7.4 - 200 – Número de roubos, em Vitória do Xingu, de janeiro de 2015 a maio de 2016

Fonte: Superintendência Regional da Polícia Civil do Xingu/SEGUP/ Elaboração Norte Energia.

1: n/a – não se aplica

Considerações Gerais – furtos e roubos

No caso dos crimes contra o patrimônio, os registros de furtos mostram tendência à queda em Altamira nos últimos anos, desde 2007. Nos dois últimos anos, em 2014 e 2015 nota-se certa estabilidade na taxa de furtos por 100 mil habitantes, e se considerar também 2013, os números são significativamente menores que 2011, quando se iniciou o empreendimento. Nos cinco primeiros meses de 2016 não se nota igualmente uma elevação significativa, mesmo que tenha havido elevação nos registros em alguns meses do ano, pois se nota queda em outros. Em relação aos roubos, ocorre uma tendência de aumento na série histórica, muito embora tenha ocorrido diminuição nos registros, em 2015 quando comparada a 2014, com queda de 7%. Todavia, nos primeiros meses de 2016 em relação ao mesmo período de 2015 nota-se claro aumento no número de registros. Trata-se de números que necessitam ser monitorados e, caso se confirme tal tendência, os motivos devem ser levantados. Quanto aos demais municípios da AID, em Anapu os furtos apresentaram aumento e a taxa por 100 mil habitantes superou Altamira, mas em Brasil Novo, Senador José Porfírio e Vitória do Xingu, mesmo com tendências de alta na série histórica, em termos relativos, as taxas de furtos se encontram em patamares inferiores a Altamira. No caso dos roubos, a situação é considerada satisfatória em Anapu, mas com tendência de alta na série histórica em Brasil Novo, que apresentou aumento principalmente desde 2013. Em Senador José Porfírio e Vitória do Xingu, os números

absolutos e a taxa por 100 mil habitantes se mostra pequeno (**Figura 7.4 - 181 a Figura 7.4 - 200**).

Crimes contra a pessoa

Quadro 7.4 - 74 – Parâmetros para avaliação dos registros de lesões dolosas

SITUAÇÃO	Tendência histórica (2007 a 2013)	Condição	Número de registros por 100 mil habitantes no último ano
SATISFATÓRIA	De redução ou estabilidade	E	≤135
ESTÁVEL	De redução ou estabilidade	E	136-298
EM ATENÇÃO	De aumento	OU	≥299

a) Análise da evolução do número de Lesões e Homicídios Dolosos – Altamira

Quadro 7.4 - 75 – Análise da situação segundo a taxa de lesões dolosas por 100 mil habitantes, evolução do número de lesões dolosas anuais de 2007 a 2014, variação do total de 2013 e 2014, e variação dos dez primeiros meses de 2014 e 2015 (janeiro a outubro) – Altamira

SITUAÇÃO	DESCRIÇÃO
ESTÁVEL	<p>LESÕES DOLOSAS</p> <p>Em Altamira, a tendência histórica dos registros de lesões dolosas se mantém estável e em 2015 a taxa de lesões por 100 mil habitantes se manteve dentro da segunda faixa de classificação, mesmo que próximo ao seu limite superior. Com isso a situação do município é classificado “em atenção”.</p> <p>Após atingir o ápice em 2011, com 377,9 registros para 100 mil habitantes, os resultados anuais apresentaram redução significativa em 2013, para 266,2 registros, apresentou aumento em 2014, para 326,7, mas voltou a decair em 2015, para 285,3, próximo, mas abaixo do limite da segunda faixa de classificação, que é de 298 por 100 mil habitantes..</p>

Lesões dolosas

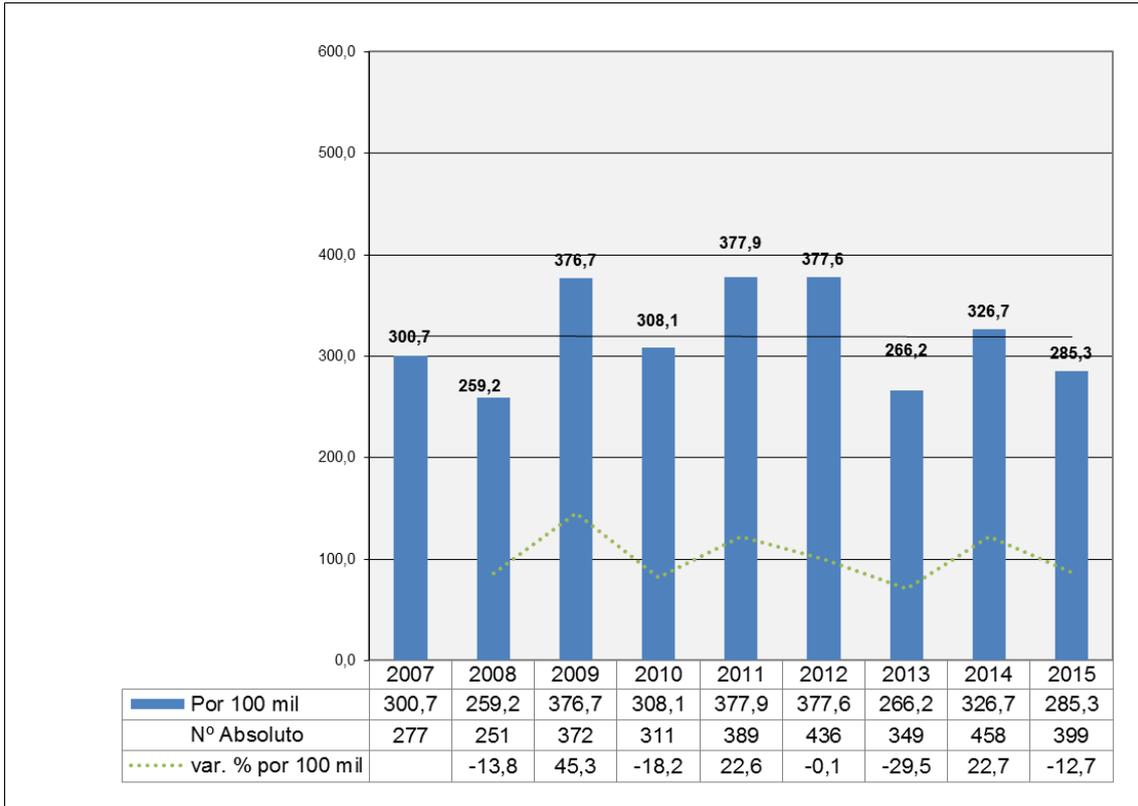


Figura 7.4 - 201 – Número e taxa de lesões dolosas por 100 mil habitantes no ano, em Altamira, de 2007 a 2015

Fonte: Superintendência Regional da Polícia Civil do Xingu/SEGUP/ Instituto de Desenvolvimento Econômico e Social (IDESP)/ Elaboração Norte Energia.

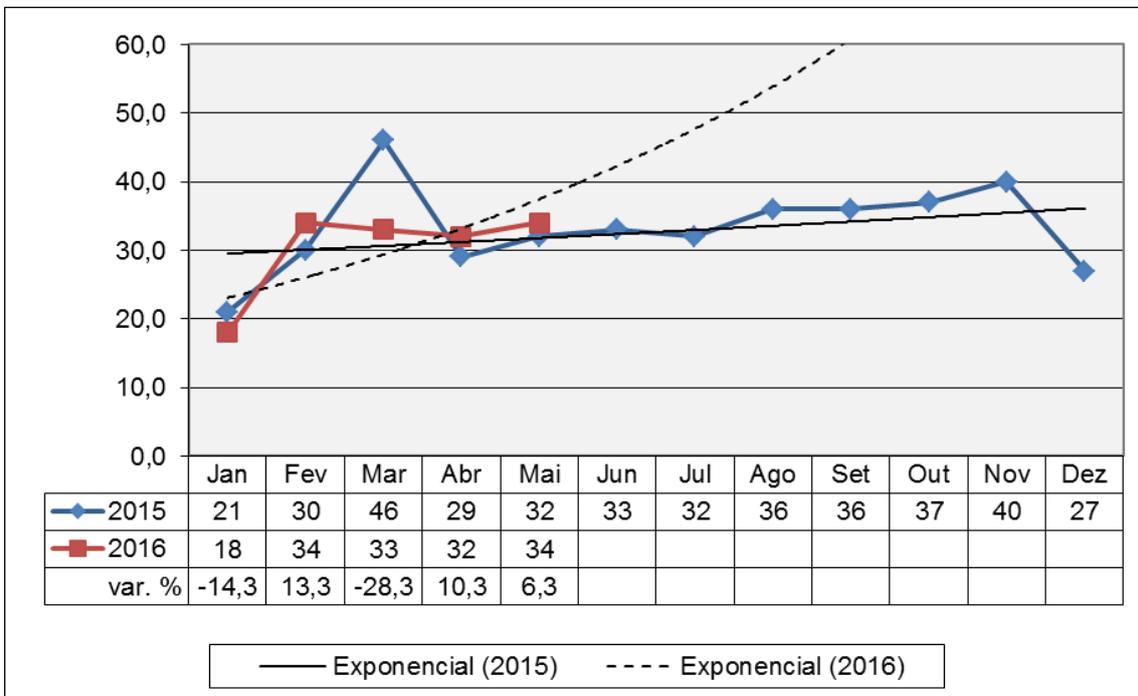


Figura 7.4- 202 – Número de lesões dolosas, em Altamira, de janeiro de 2015 a maio de 2016

Fonte: Superintendência Regional da Polícia Civil do Xingu/SEGUP/ Elaboração Norte Energia.

Homicídios dolosos

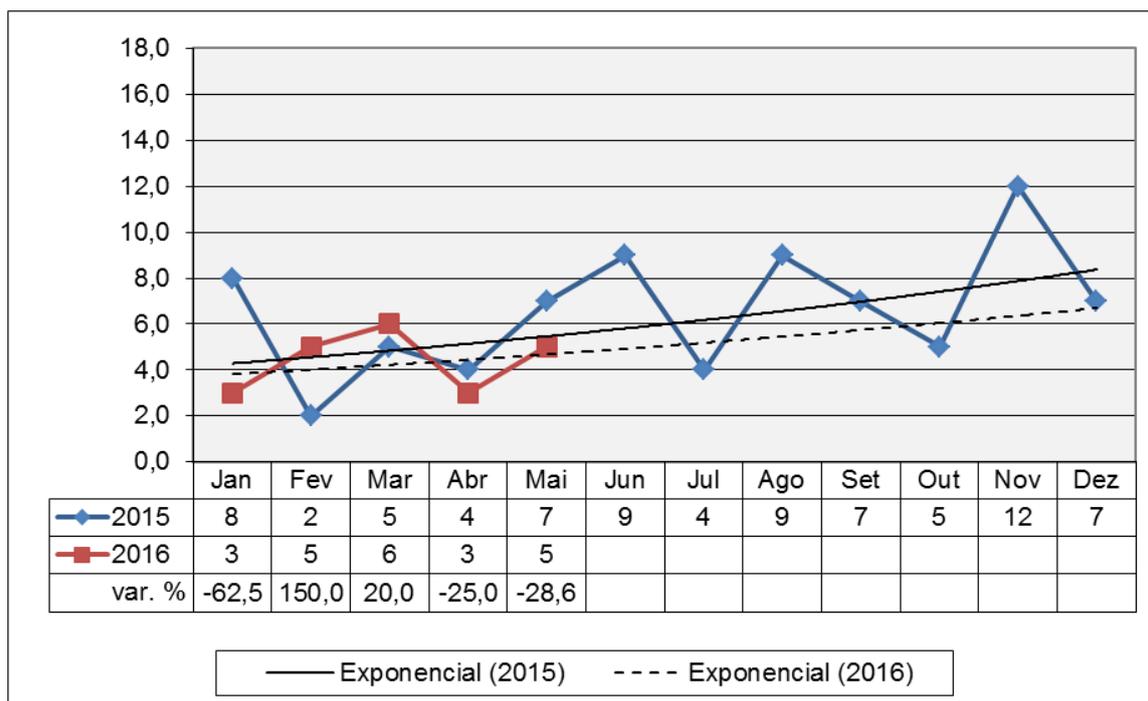


Figura 7.4 - 203 – Número de homicídios dolosos, em Altamira, de janeiro de 2015 a maio de 2016

Fonte: Superintendência Regional da Polícia Civil do Xingu/SEGUP/ Elaboração Norte Energia.

Nota: o gráfico anual é apresentado no indicador 23. Taxa de homicídios por 100 mil habitantes.

b) Análise da evolução do número de Lesões e Homicídios Dolosos – Anapu

Quadro 7.4 - 76 – Análise da situação segundo a taxa de lesões dolosas por 100 mil habitantes, evolução do número de homicídios e lesões dolosas anuais de 2007 a 2014, variação do total de 2013 e 2014, e variação dos dez primeiros meses de 2014 e 2015 (janeiro a outubro) – Anapu

SITUAÇÃO		DESCRIÇÃO
ESTÁVEL	LESÕES DOLOSAS	<p>Anapu apresenta um tendência muito leve de queda na série histórica, e a taxa de registros por 100 mil habitantes se encontra dentro da segunda faixa de classificação, de até 298. Assim, a situação é classificada como “estável”.</p> <p>O resultado de 2015 aponta para uma queda na taxa de registros por 100 mil habitantes em relação a 2014, de 227,7 para 196,8. Isso reverteu a tendência da serie histórica, que era de alta nos últimos anos.</p>

Lesões dolosas

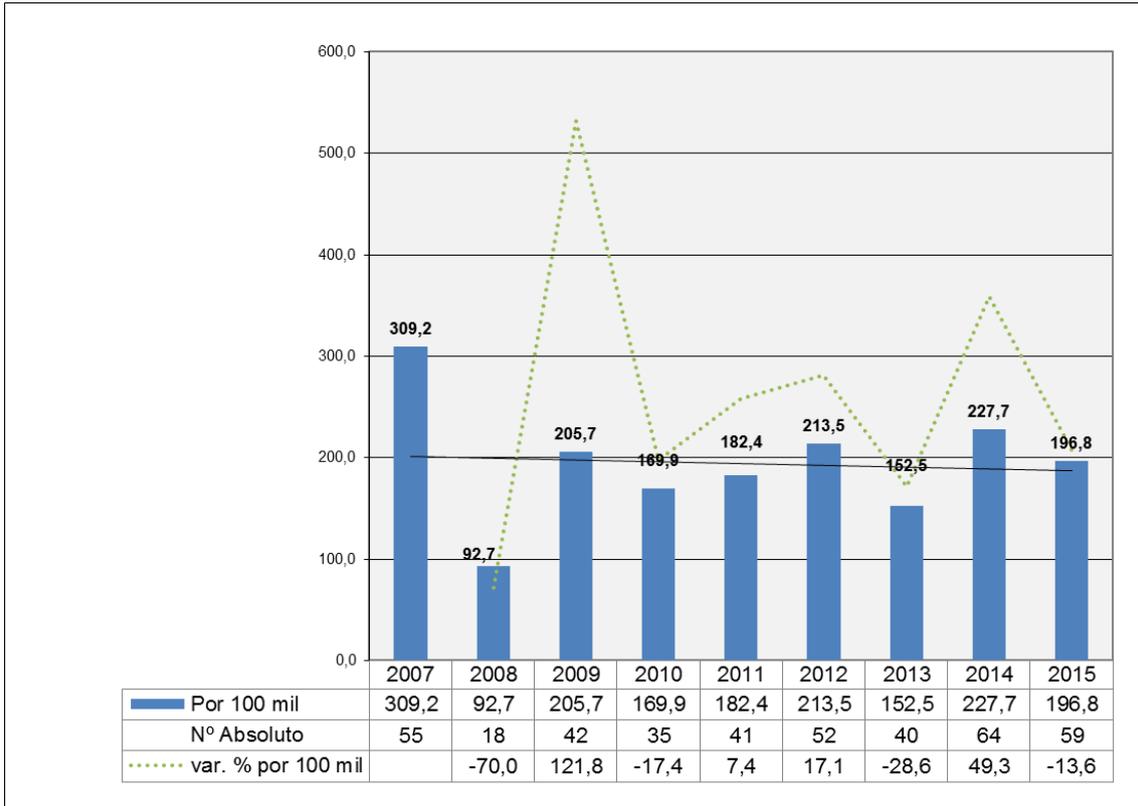


Figura 7.4 - 204 – Número e taxa de lesões dolosas por 100 mil habitantes no ano, em Anapu, de 2007 a 2015

Fonte: Superintendência Regional da Polícia Civil do Xingu/SEGUP/ Instituto de Desenvolvimento Econômico e Social (IDESP)/ Elaboração Norte Energia.

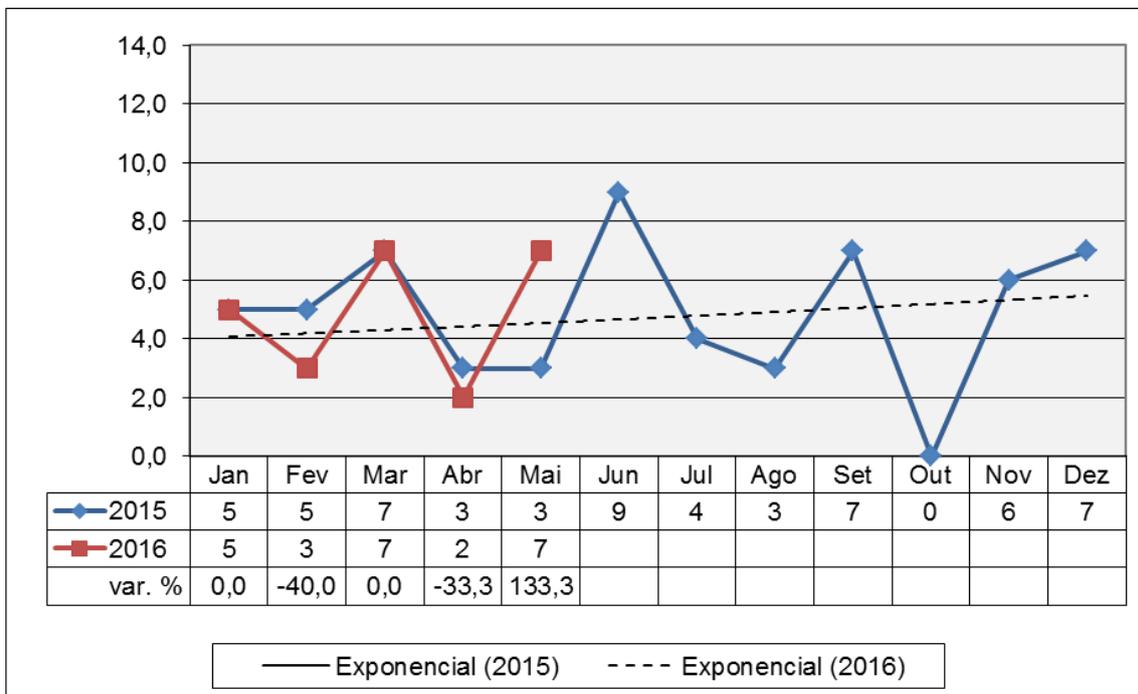


Figura 7.4 - 205 – Número de lesões dolosas, em Anapu, de janeiro de 2015 a maio de 2016

Fonte: Superintendência Regional da Polícia Civil do Xingu/SEGUP/ Elaboração Norte Energia.

Homicídios dolosos

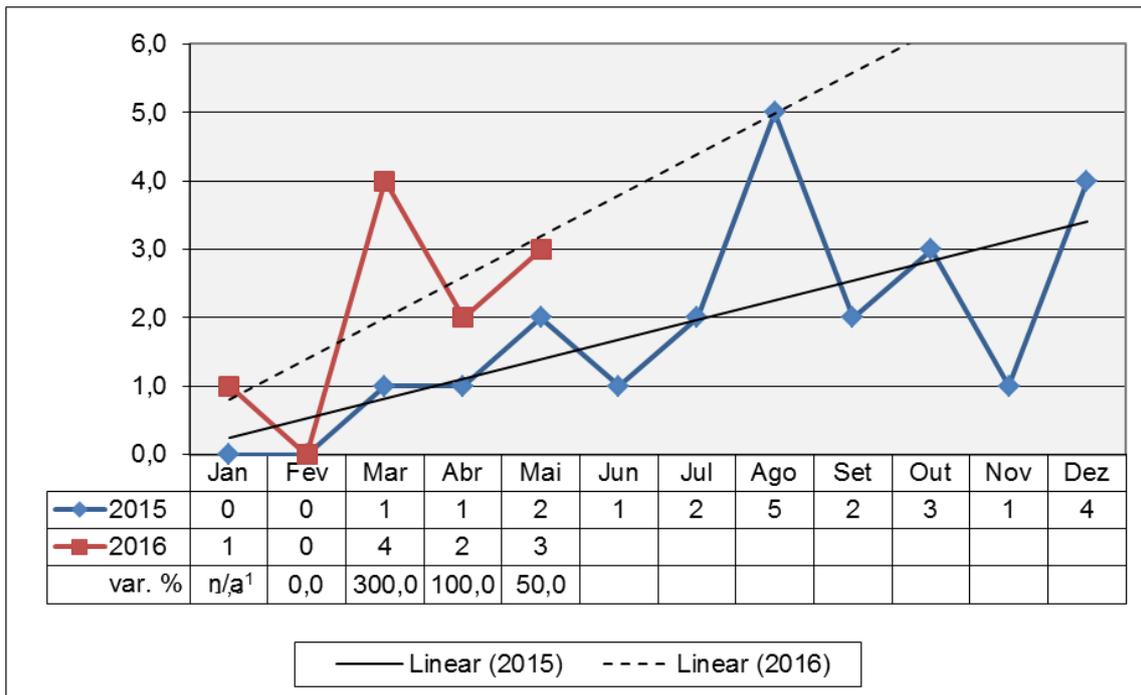


Figura 7.4 - 206 – Número de homicídios dolosos em Anapu, de janeiro de 2015 a maio de 2016

Fonte: Superintendência Regional da Polícia Civil do Xingu/SEGUP/ Elaboração Norte Energia.

1: n/a – não se aplica.

Nota: o gráfico anual é apresentado no indicador 23. Taxa de homicídios por 100 mil habitantes.

c) Análise da evolução do número de Lesões e Homicídios Dolosos – Brasil Novo

Quadro 7.4 - 77 – Análise da situação segundo a taxa de lesões dolosas por 100 mil habitantes, evolução do número de homicídios e lesões dolosas anuais de 2007 a 2014, variação do total de 2013 e 2014, e variação dos p dez primeiros meses de 2014 e 2015 (janeiro a outubro) – Brasil Novo

SITUAÇÃO		DESCRIÇÃO
EM ATENÇÃO	LESÕES DOLOSAS	<p>Apesar de a taxa de registros por 100 mil habitantes ser pequena, ainda se verifica a tendência de alta na série histórica de Brasil Novo, fazendo com que a situação seja classificada como “em atenção”.</p> <p>Como dado positivo, nota-se uma queda significativa de 40,8% na taxa de registros por 100 mil habitantes em 2015 quando comparada a 2014, decaindo do 157,0 para 93,0. Caso essa queda se confirme em 2016, é possível que a classificação de Brasil Novo seja revista para uma melhor situação na próxima análise, visto que em termos relativos, a taxa de registros se mostra baixa.</p>

Lesões dolosas

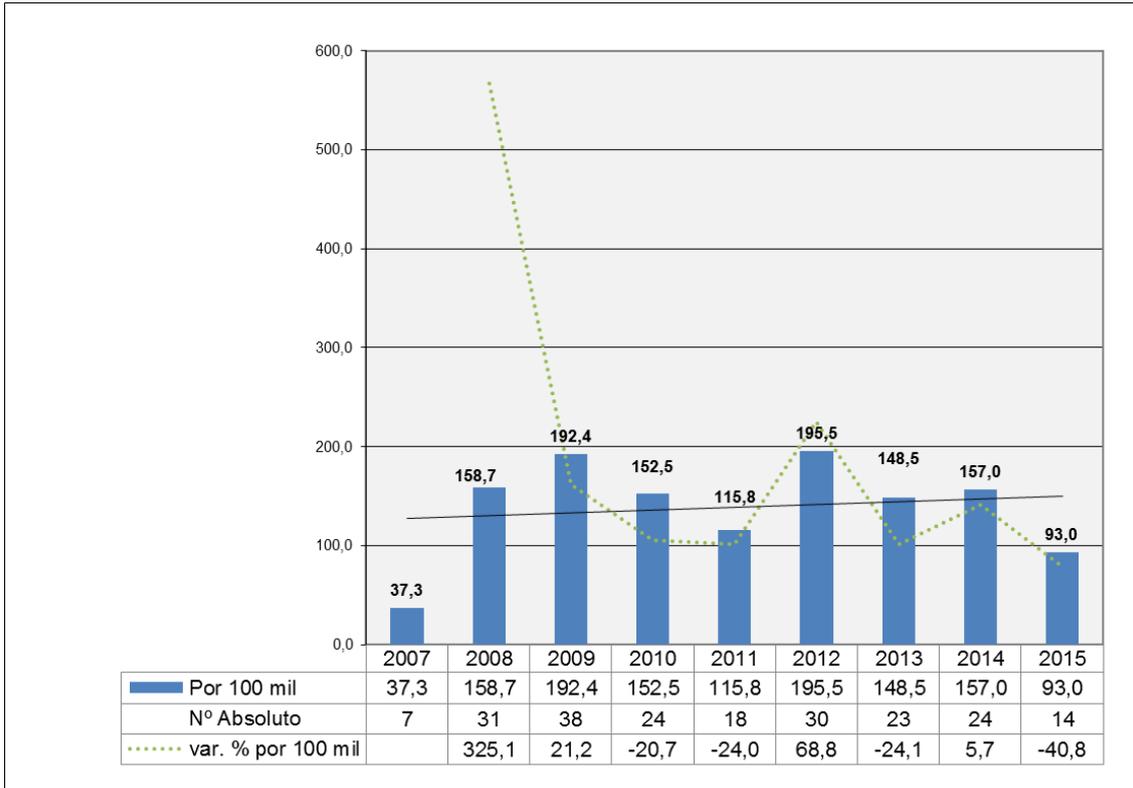


Figura 7.4 - 207 – Número e taxa de lesões dolosas por 100 mil habitantes no ano, em Brasil Novo, de 2007 a 2015

Fonte: Superintendência Regional da Polícia Civil do Xingu/SEGUP/ Instituto de Desenvolvimento Econômico e Social (IDESP)/ Elaboração Norte Energia.

1: n/a – não se aplica.

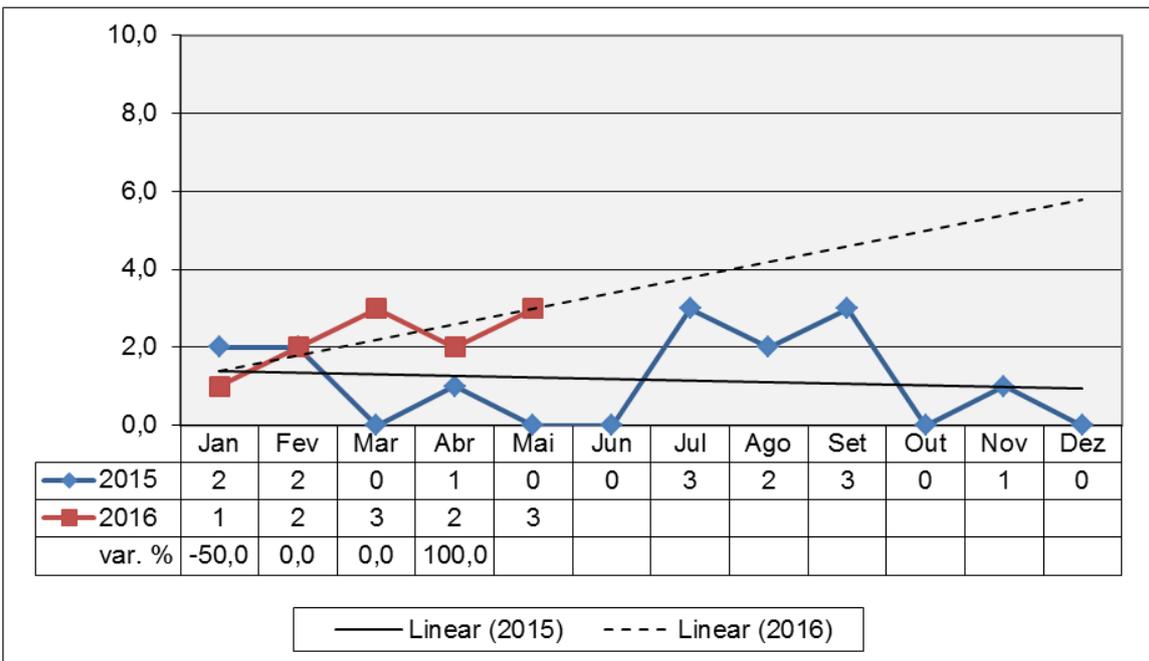


Figura 7.4- 208 – Número de lesões dolosas, em Brasil Novo, de janeiro de 2015 a maio de 2016

Fonte: Superintendência Regional da Polícia Civil do Xingu/SEGUP/ Elaboração Norte Energia.

1: n/a – não se aplica.

Homicídios dolosos

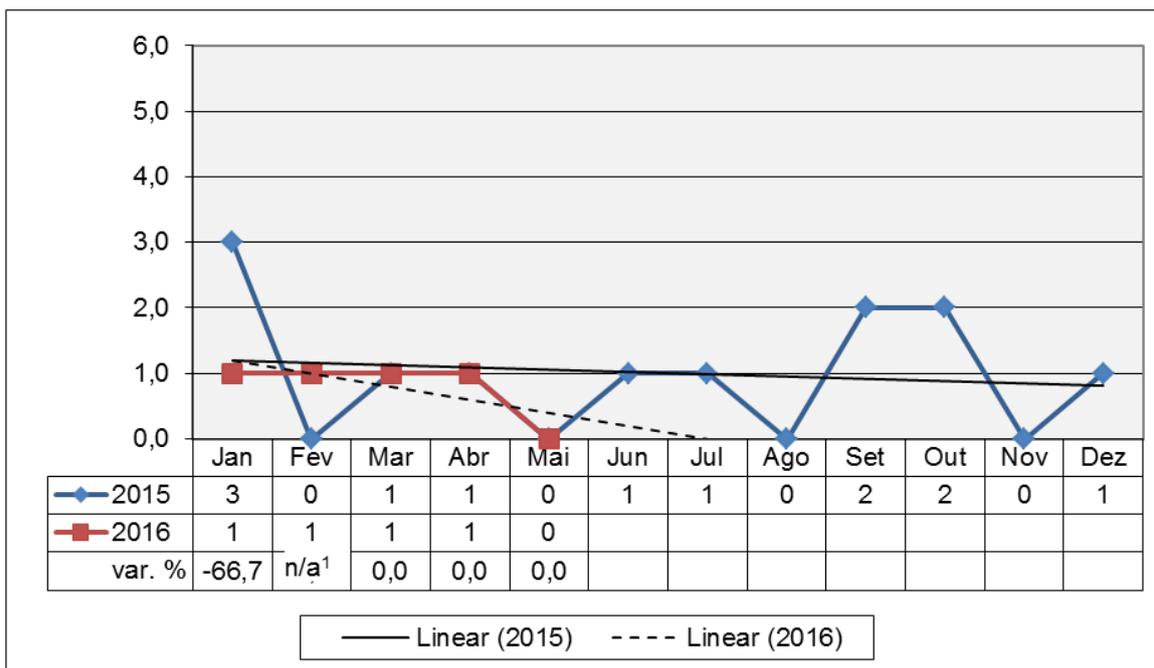


Figura 7.4 - 209 – Número de homicídios dolosos, em Brasil Novo, de janeiro de 2015 a maio de 2016

Fonte: Superintendência Regional da Polícia Civil do Xingu/SEGUP/ Elaboração Norte Energia.

1: n/a – não se aplica.

Nota: o gráfico anual é apresentado no indicador 23. Taxa de homicídios por 100 mil habitantes.

d) Análise da evolução do número de Lesões e Homicídios Dolosos – Senador José Porfírio

Quadro 7.4 - 78 – Análise da situação segundo a taxa de lesões dolosas por 100 mil habitantes, evolução do número de homicídios e lesões dolosas anuais de 2007 a 2014, variação do total de 2013 e 2014, e variação dos dez primeiros meses de 2014 e 2015 (janeiro a outubro) – Senador José Porfírio

SITUAÇÃO		DESCRIÇÃO
EM ATENÇÃO	LESÕES DOLOSAS	<p>Senador José Porfírio apresenta clara tendência de alta na série histórica, assim como em termos relativos, a taxa de registros por 100 mil habitantes é significativamente alta, acima dos 299 que é o limite mínimo da pior situação. Assim, no caso das lesões dolosas, o município é classificado como “em atenção”.</p> <p>Em 2015 a taxa de registros por 100 mil habitantes chegou a 360,3 aumentando em relação aos 309,8 de 2014, que já não se enquadra dentro do aceitável. Dessa forma, trata-se de uma ocorrência que deve ser monitorada em 2016.</p>

Lesões dolosas

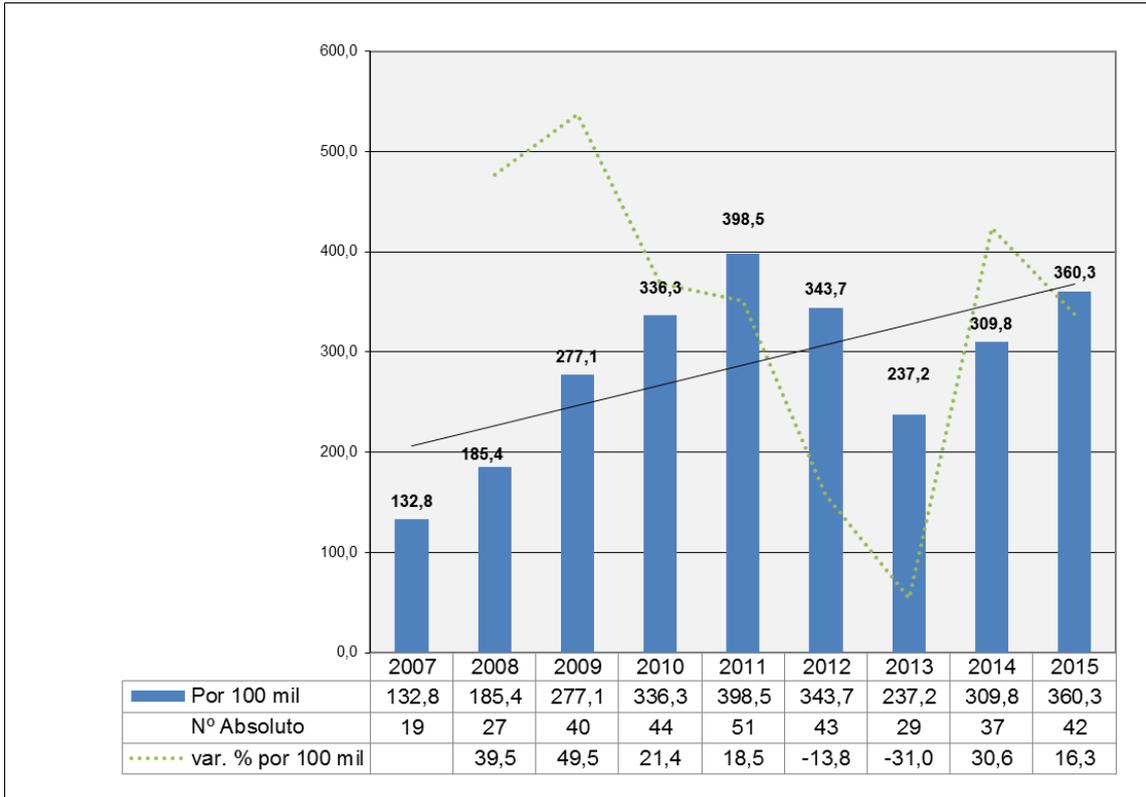


Figura 7.4- 210 – Número e taxa de lesões dolosas por 100 mil habitantes no ano, em Senador José Porfírio, de 2007 a 2015

Fonte: Superintendência Regional da Polícia Civil do Xingu/SEGUP/ Instituto de Desenvolvimento Econômico e Social (IDESP)/ Elaboração Norte Energia.

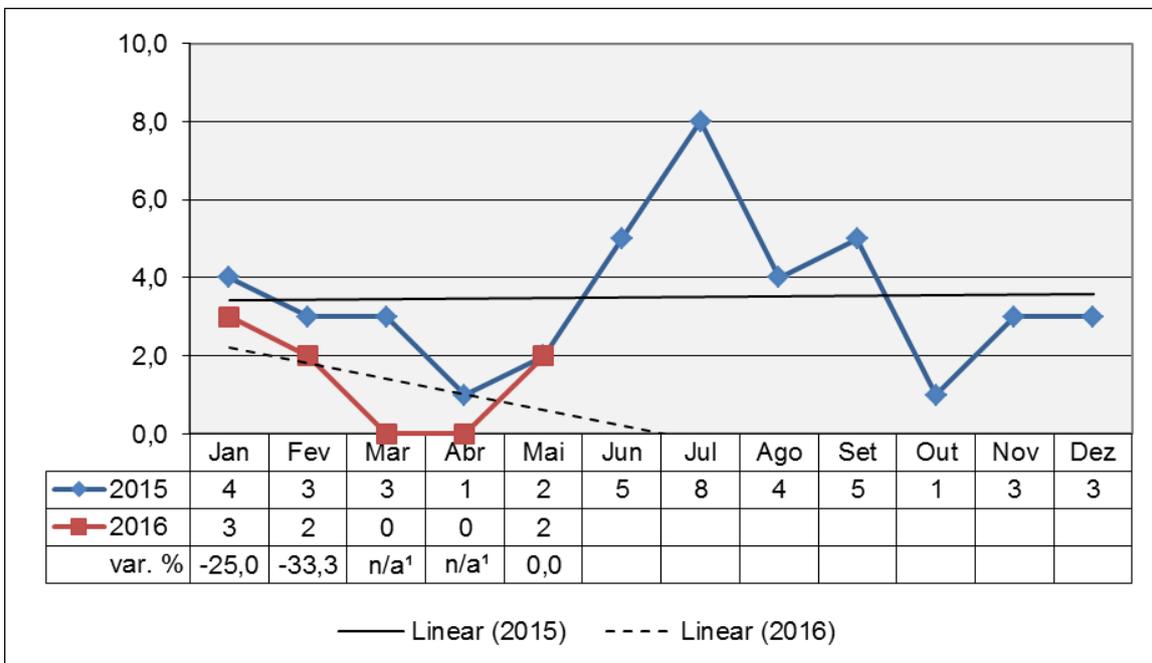


Figura 7.4- 211 – Número de lesões dolosas, em Senador José Porfírio, de janeiro de 2015 a maio de 2016

Fonte: Superintendência Regional da Polícia Civil do Xingu/SEGUP/ Elaboração Norte Energia.

1: n/a – não se aplica.

Homicídios dolosos

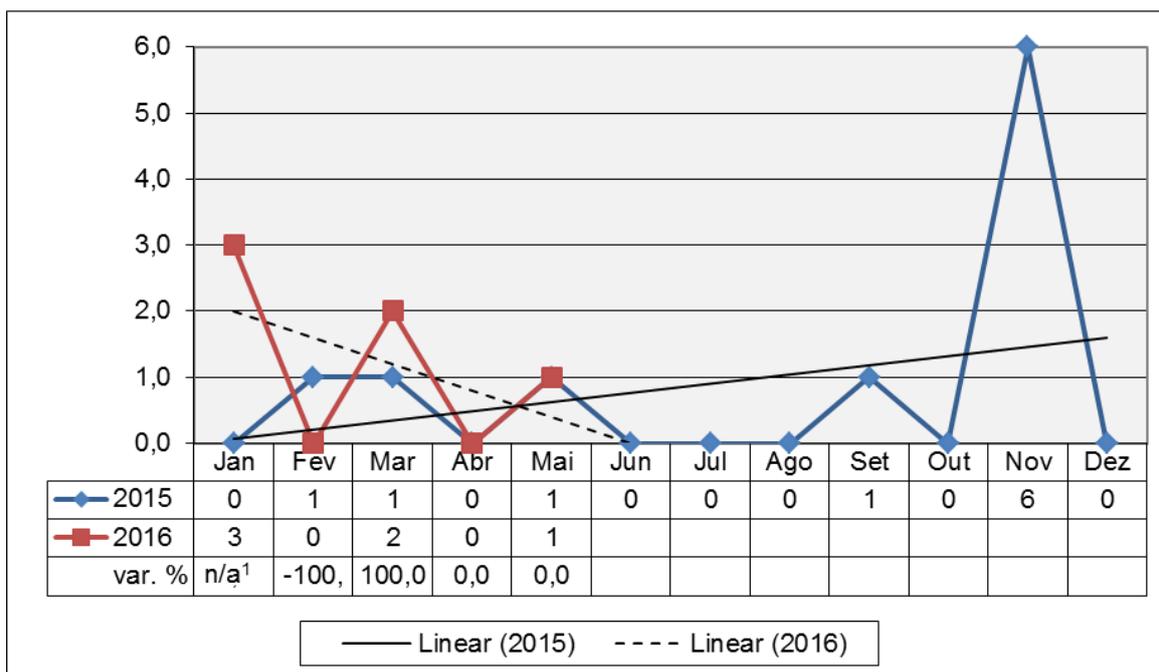


Figura 7.4 - 212 – Número de homicídios dolosos, em Senador José Porfírio, de janeiro de 2015 a maio de 2016

Fonte: Superintendência Regional da Polícia Civil do Xingu/SEGUP/ Elaboração Norte Energia.

1: n/a – não se aplica

Nota: o gráfico anual é apresentado no indicador 23. Taxa de homicídios por 100 mil habitantes.

e) Análise da evolução do número de Lesões e Homicídios Dolosos – Vitória do Xingu

Quadro 7.4 - 79 – Análise da situação segundo a taxa de lesões dolosas por 100 mil habitantes, evolução do número de homicídios e lesões dolosas anuais de 2007 a 2014, variação do total de 2013 e 2014, e variação dos dez primeiros meses de 2014 e 2015 (janeiro a outubro) – Vitória do Xingu

SITUAÇÃO		DESCRIÇÃO
ESTÁVEL	LESÕES DOLOSAS	<p>Apesar de apresentar tendência de queda, o fato de a taxa de registros por 100 mil habitantes ainda estar acima do limite da primeira faixa de classificação, que é de 135, faz com que a situação relativa às lesões dolosas em Vitória do Xingu é classificada como “estável”.</p> <p>O pico da taxa de registros por 100 mil habitante, de 558,8 ocorreu me 2009, portanto, antes da implantação do empreendimento. A partir de então, houve queda no registro de lesões dolosas. Em 2015, no entanto, houve aumento para 167,4 ante os 138,2 registrados em 2014, com aumento de 21,1%. Trata-se de situação que precisa ser monitorada em 2016.</p>

Lesões dolosas

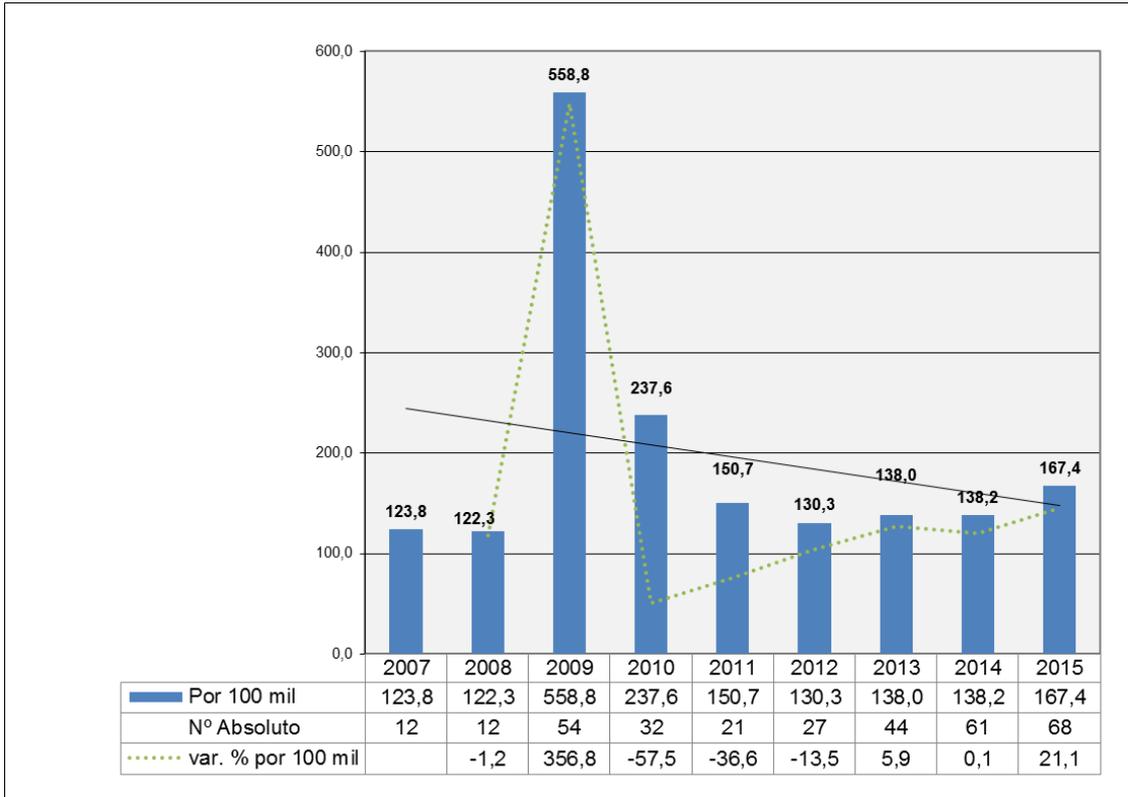


Figura 7.4 - 213 – Número e taxa de lesões dolosas por 100 mil habitantes no ano, em Vitória do Xingu, de 2007 a 2015

Fonte: Superintendência Regional da Polícia Civil do Xingu/SEGUP/ Instituto de Desenvolvimento Econômico e Social (IDESP)/ Elaboração Norte Energia.

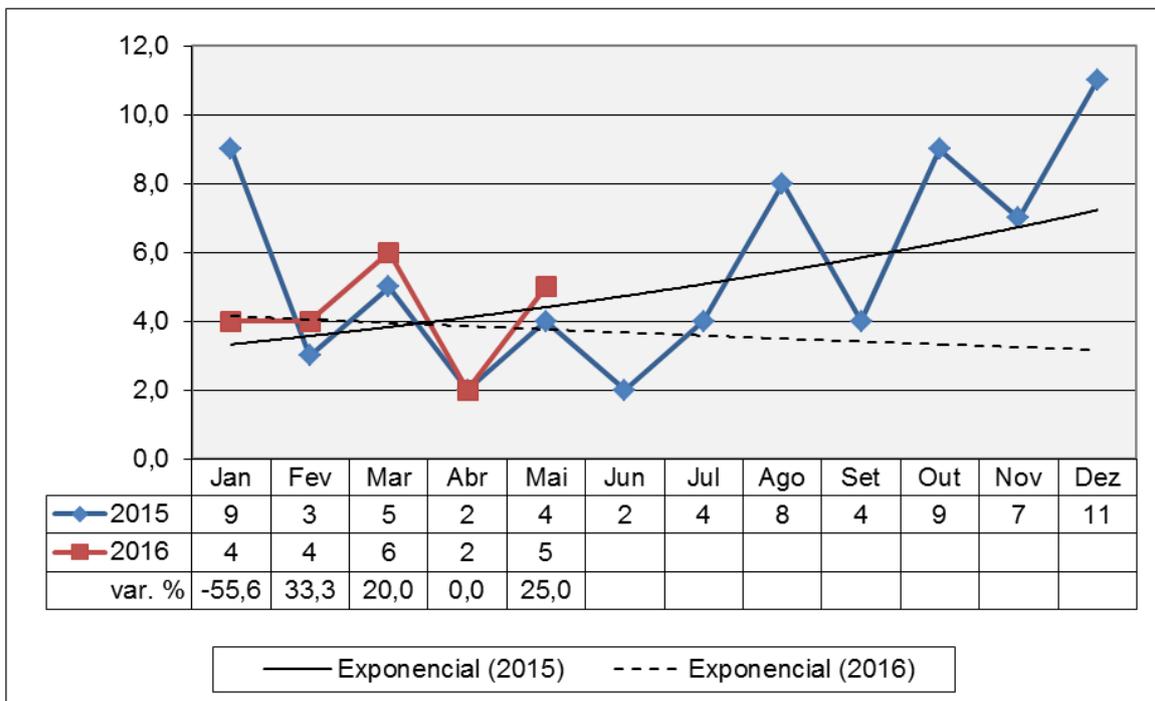


Figura 7.4 - 214 – Número de lesões dolosas, em Vitória do Xingu, de janeiro de 2015 a maio de 2016

Fonte: Superintendência Regional da Polícia Civil do Xingu/SEGUP/ Elaboração Norte Energia.

Homicídios dolosos

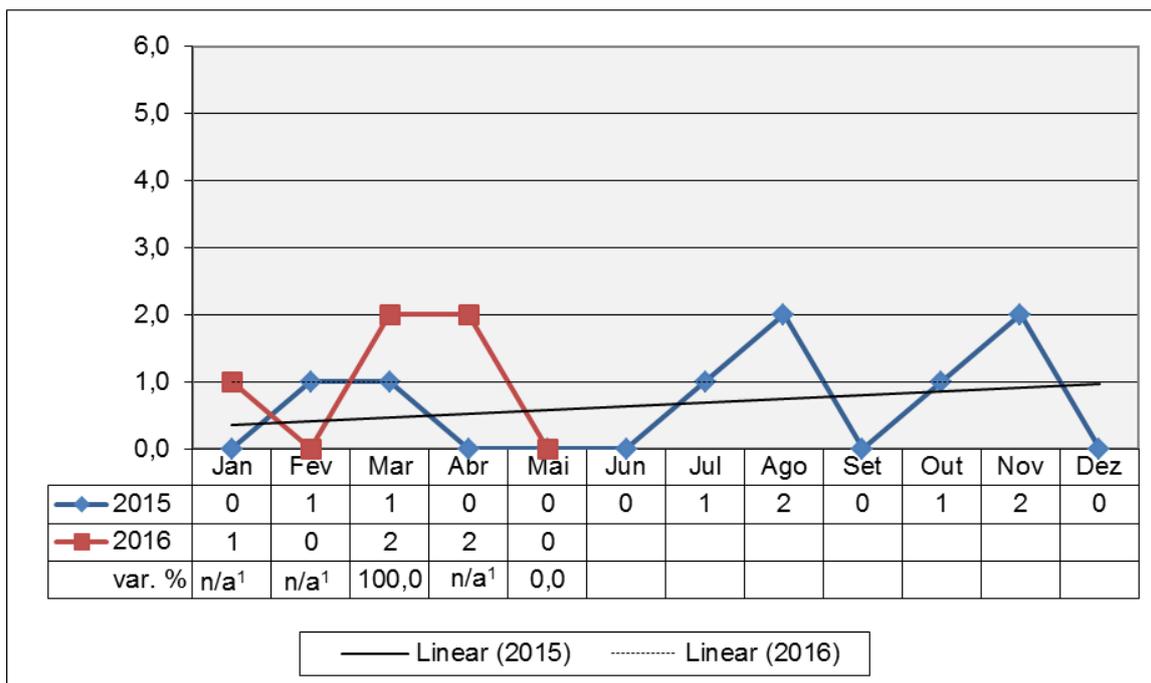


Figura 7.4 - 215 – Número de homicídios dolosos, em Vitória do Xingu, de janeiro de 2015 a maio de 2016

Fonte: Superintendência Regional da Polícia Civil do Xingu/SEGUP/ Elaboração Norte Energia.

1: n/a – não se aplica

Nota: o gráfico anual é apresentado no indicador 23. Taxa de homicídios por 100 mil habitantes.

Considerações Gerais – lesões e homicídios dolosos

Em relação aos crimes contra a pessoa, no caso das lesões dolosas há tendência à estabilidade em Altamira desde 2007. Em 2015 houve queda na taxa de registros por 100 mil habitantes em relação a 2014, No caso dos homicídios, na comparação entre os cinco primeiros meses de 2015 e 2016, nota-se uma pequena queda neste ano, de 158 em 2015 para 2016 no mesmo período. De qualquer maneira, são cifras que ainda classificam Altamira como um município considerado como acima dos parâmetros da Organização Mundial de Saúde, que considera aceitável uma taxa abaixo dos 10 homicídios por 100 mil habitantes, como poderá ser constatado na análise da taxa de homicídios por 100 mil habitantes, neste mesmo Relatório. Nos demais municípios da AID, nota-se tendência de queda ou estabilidade dos registros em lesões dolosas em Anapu, Brasil Novo e Vitória do Xingu, mas em Senador José Porfírio claramente há tendência de aumento, o que denota ser um município que deve ser monitorado nesse item. Quanto aos homicídios, na comparação entre os cinco primeiros meses de 2015 e 2016, nota-se um aumento em Anapu e Vitória do Xingu, mas neste último município, os números absolutos são pequenos, com cinco registros em 2016. Em Brasil Novo e Senador José Porfírio, além dos registros serem em número relativamente pequeno nesse mesmo período, são menores em 2016, com 4 e 6 registros respectivamente (**Figura 7.4 - 201 a Figura 7.4 - 215**).

- Entorpecentes

Quadro 7.4 - 80 – Parâmetros para avaliação dos registros de tráfico de drogas

SITUAÇÃO	Tendência histórica (2012 a 2013)	Condição	Número de registros por 100 mil habitantes no último ano
SATISFATÓRIA	De redução ou estabilidade	E	≤14
ESTÁVEL	De redução ou estabilidade	E	15 a 35
EM ATENÇÃO	De aumento	OU	≥36

a) Análise da evolução do número de casos relacionados ao tráfico de drogas – Altamira

Quadro 7.4 - 81 – Análise da situação segundo a evolução do número de crimes registrados envolvendo tráfico de drogas entre 2013 e 2014, taxa de ocorrências por 100 mil habitantes, e variação dos dez primeiros meses de 2014 e 2015 (janeiro a outubro) – Altamira

SITUAÇÃO	DESCRIÇÃO
EM ATENÇÃO	<p>Em Altamira nota-se clara tendência de queda dos registros de entorpecentes desde 2012 e 2014. Porém, a taxa de registros por 100 mil habitantes mostra-se alta e, assim, a situação é classificada como “em atenção”.</p> <p>Em 2015 a taxa de registros decaiu para 86,5 ante 113,4 em 2014, com redução de 23,7%, mas ainda não está perto da situação classificada como satisfatória que seria menor que 14 por 100 mil habitantes.</p>

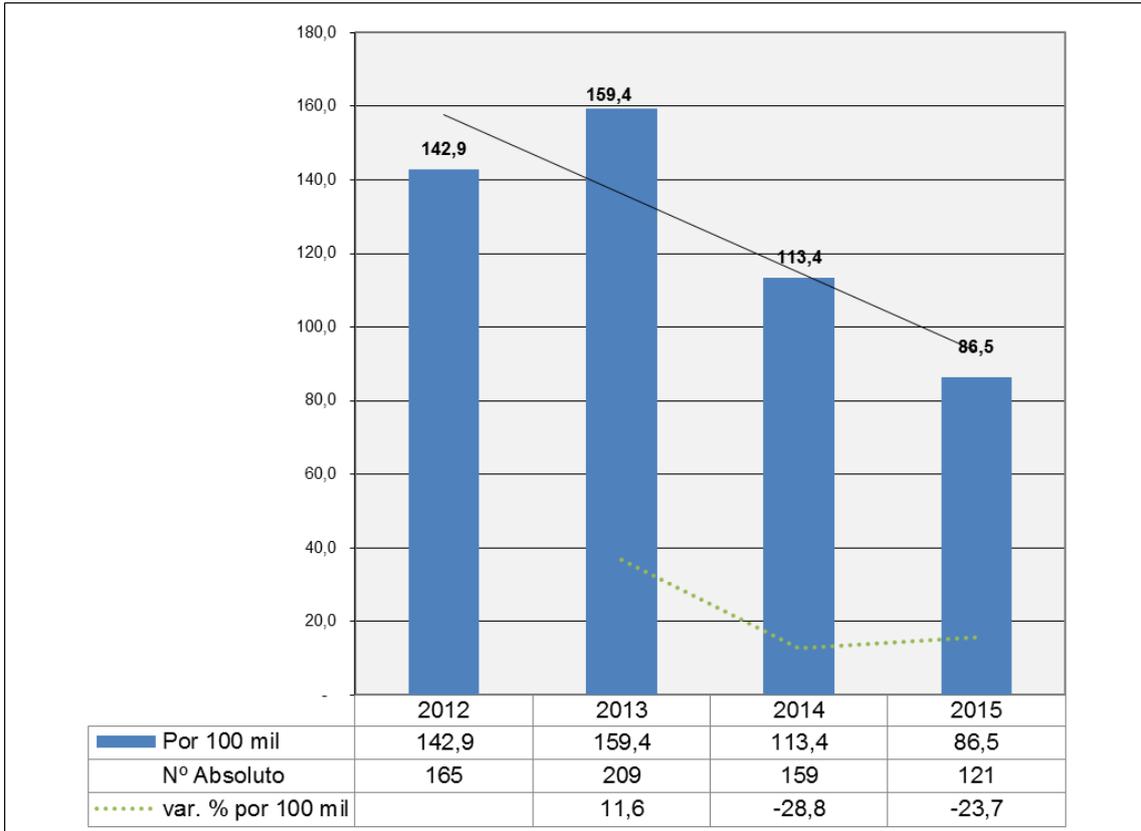


Figura 7.4 - 216 – Número e taxa de tráfico de entorpecentes por 100 mil habitantes no ano, em Altamira, 2012 a 2015

Fonte: Superintendência Regional da Polícia Civil do Xingu/SEGUP/ Instituto de Desenvolvimento Econômico e Social (IDESP)/ Elaboração Norte Energia.

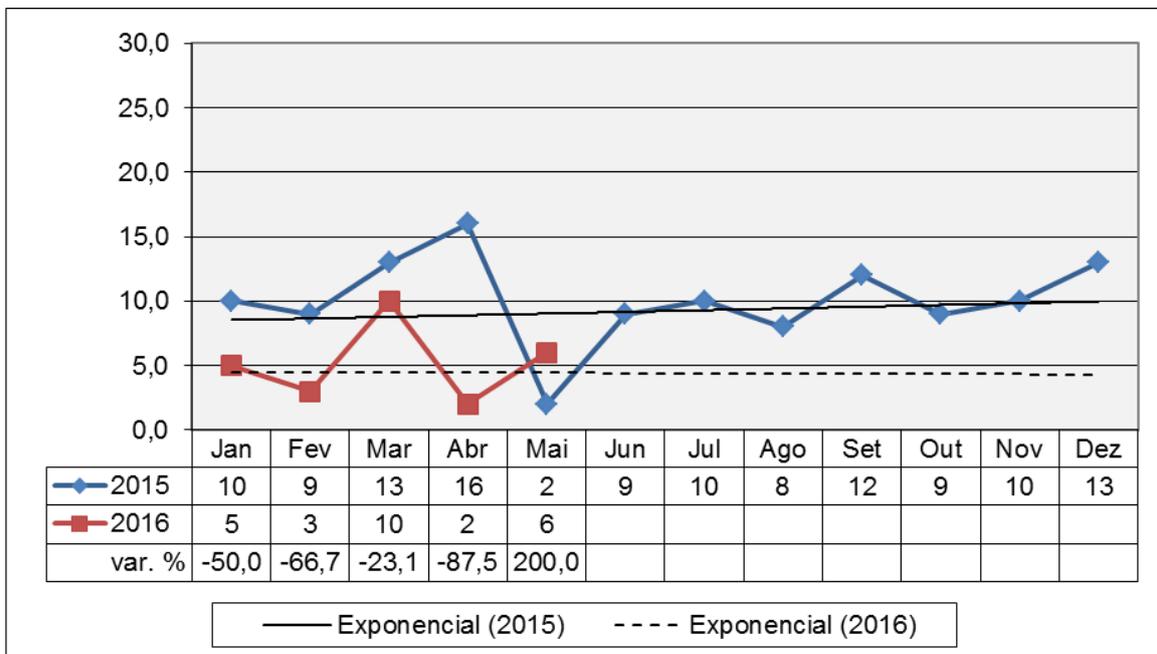


Figura 7.4 - 217 – Número de casos relacionados ao tráfico de drogas, em Altamira, de janeiro de 2015 a maio de 2016

Fonte: Superintendência Regional da Polícia Civil do Xingu/SEGUP/ Elaboração Norte Energia.

Nota: o dado de março/15 foi atualizado em relação ao relatório anterior.

b) Análise da evolução do número de casos relacionados ao tráfico de drogas – Anapu

Quadro 7.4 - 82 – Análise da situação segundo a evolução do número de crimes registrados envolvendo tráfico de drogas entre 2013 e 2014, taxa de ocorrências por 100 mil habitantes, e variação dos dez primeiros meses de 2014 e 2015 (janeiro a outubro) – Anapu

SITUAÇÃO	DESCRIÇÃO
SATISFATÓRIA	<p>Em Anapu nota-se tendência à redução dos registros de tráfico de drogas, juntamente com uma taxa menor que 14, e isso faz com que a situação seja classificada como “satisfatória”.</p> <p>A taxa de registros em 2015 foi de 6,7 por 100 mil habitantes, com redução de 53,1% em relação a 2014, que foi de 14,2 e já apontava uma queda significativa em relação a 2013.</p>

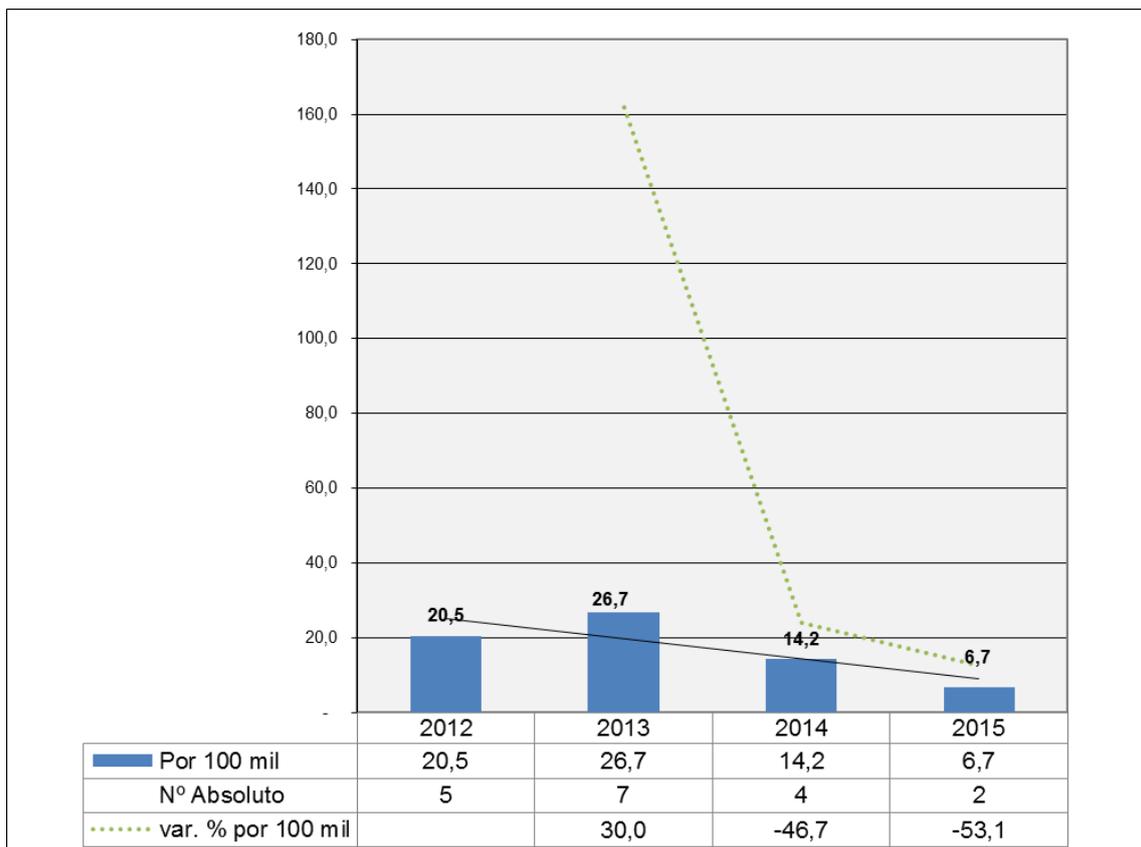


Figura 7.4 - 218 – Número e taxa de tráfico de entorpecentes por 100 mil habitantes no ano, em Anapu, 2012 a 2015

Fonte: Superintendência Regional da Polícia Civil do Xingu/SEGUP/ Instituto de Desenvolvimento Econômico e Social (IDESP)/ Elaboração Norte Energia.

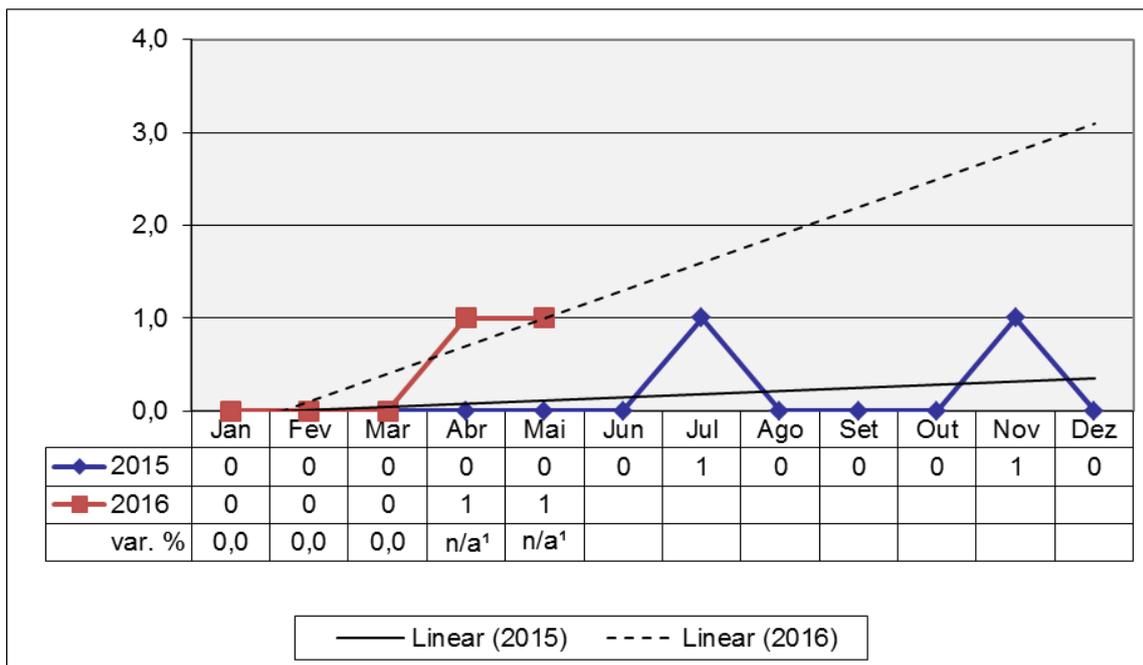


Figura 7.4 - 219 – Número de casos relacionados ao tráfico de drogas, em Anapu, de janeiro de 2015 a maio de 2016

Fonte: Superintendência Regional da Polícia Civil do Xingu/SEGUP/ Elaboração Norte Energia.

1: n/a – não se aplica

c) Análise da evolução do número de casos relacionados ao tráfico de drogas – Brasil Novo

Quadro 7.4 - 83 – Análise da situação segundo a evolução do número de crimes registrados envolvendo tráfico de drogas entre 2013 e 2014, taxa de ocorrências por 100 mil habitantes, e variação dos dez primeiros meses de 2014 e 2015 (janeiro a outubro) – Brasil Novo

SITUAÇÃO	DESCRIÇÃO
EM ATENÇÃO	<p>Apesar de ser município com pouca população, Brasil Novo apresenta tendência de alta na série histórica de registros de caso relacionados ao tráfico de drogas. Além disso, a taxa de registros por 100 mil habitantes está significativamente acima do limite de 36, que caracteriza uma situação “em atenção”.</p> <p>Em 2015 a taxa de registros por 100 mil habitantes chegou a 66,4, com aumento de 45,0% em relação a 2014, que já apresentava aumento em relação a 2013, da ordem de 18,2%.</p>

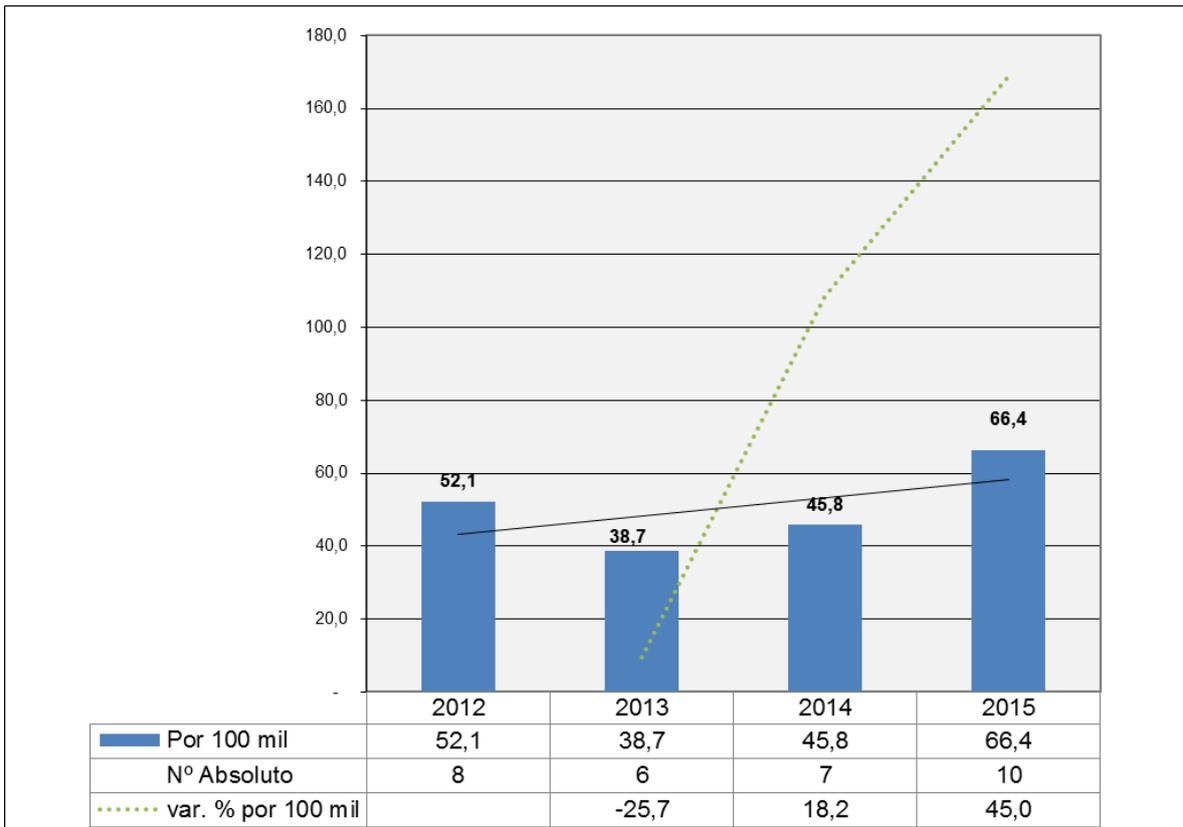


Figura 7.4 - 220 – Número e taxa de tráfico de entorpecentes por 100 mil habitantes no ano, em Brasil Novo, 2012 a 2015

Fonte: Superintendência Regional da Polícia Civil do Xingu/SEGUP/ Instituto de Desenvolvimento Econômico e Social (IDESP)/ Elaboração Norte Energia.

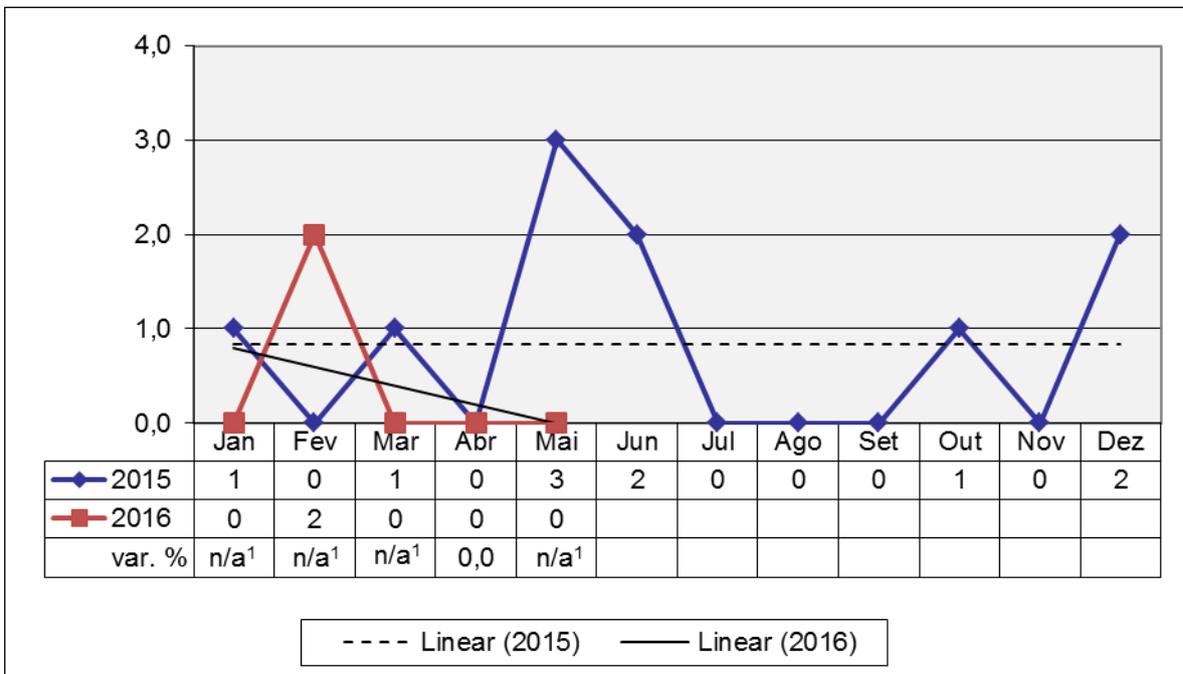


Figura 7.4 - 221 – Número de casos relacionados ao tráfico de drogas, em Brasil Novo, de janeiro de 2015 a maio de 2016

Fonte: Superintendência Regional da Polícia Civil do Xingu/SEGUP/ Elaboração Norte Energia.

1: n/a – não se aplica

Nota: o dado de março/15 foi atualizado em relação ao relatório anterior.

d) Análise da evolução do número de casos relacionados ao tráfico de drogas – Senador José Porfírio

Quadro 7.4 - 84 – Análise da situação segundo a evolução do número de crimes registrados envolvendo tráfico de drogas entre 2013 e 2014, taxa de ocorrências por 100 mil habitantes, e variação dos dez primeiros meses de 2014 e 2015 (janeiro a outubro) – Senador José Porfírio

SITUAÇÃO	DESCRIÇÃO
EM ATENÇÃO	<p>Apesar da taxa de registros dos casos relacionados ao tráfico de drogas ser pequeno em Senador José Porfírio, a série histórica aponta tendência de alta, e tal fato faz com que a situação no município seja classificada como “em atenção”.</p> <p>Em números absolutos os registros foram baixos, de apenas 2 registros ao longo de 2015 e 2014, o que também é baixo em termos relativos, mas não houve registros em 2013 e apenas um em 2012. Por isso, deve-se monitorar a situação a fim de verificar se não haverá aumento nos próximos anos.</p>

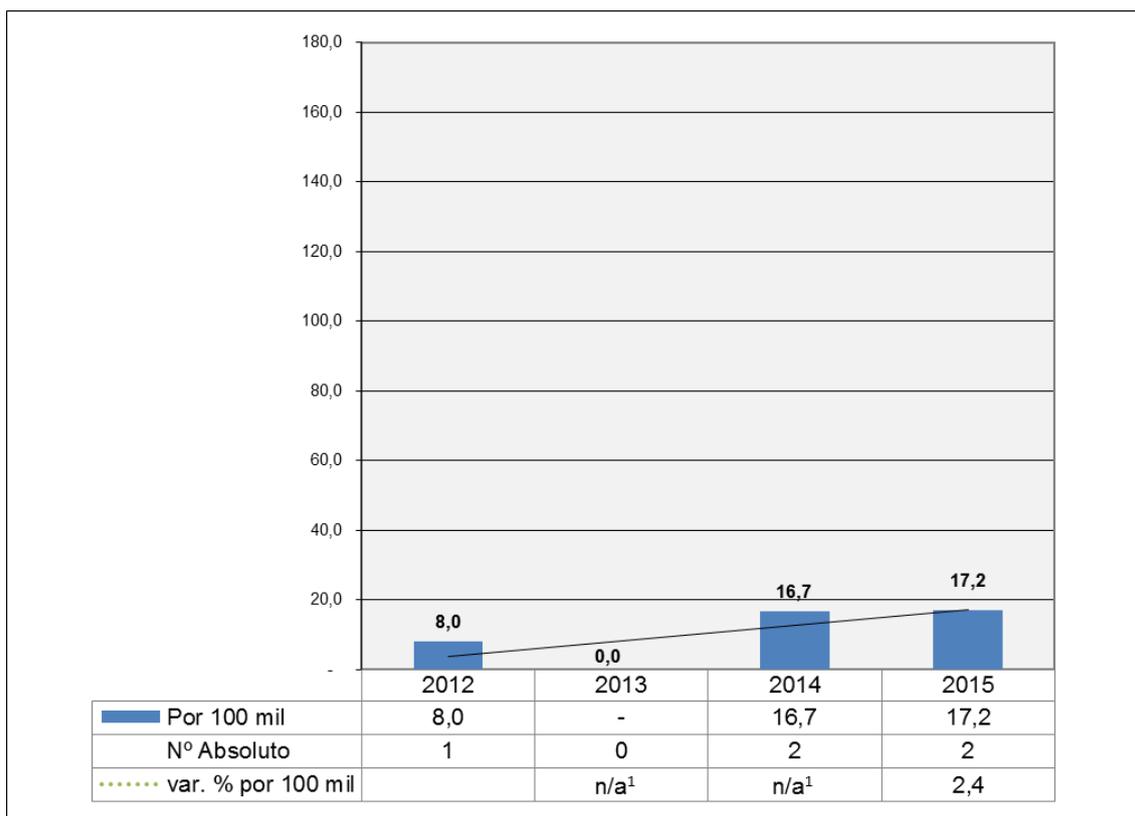


Figura 7.4 - 222 – Número e taxa de tráfico de entorpecentes por 100 mil habitantes no ano, em Senador José Porfírio, 2012 a 2015

Fonte: Superintendência Regional da Polícia Civil do Xingu/SEGUP/ Instituto de Desenvolvimento Econômico e Social (IDESP)/ Elaboração Norte Energia.

1: n/a – não se aplica.

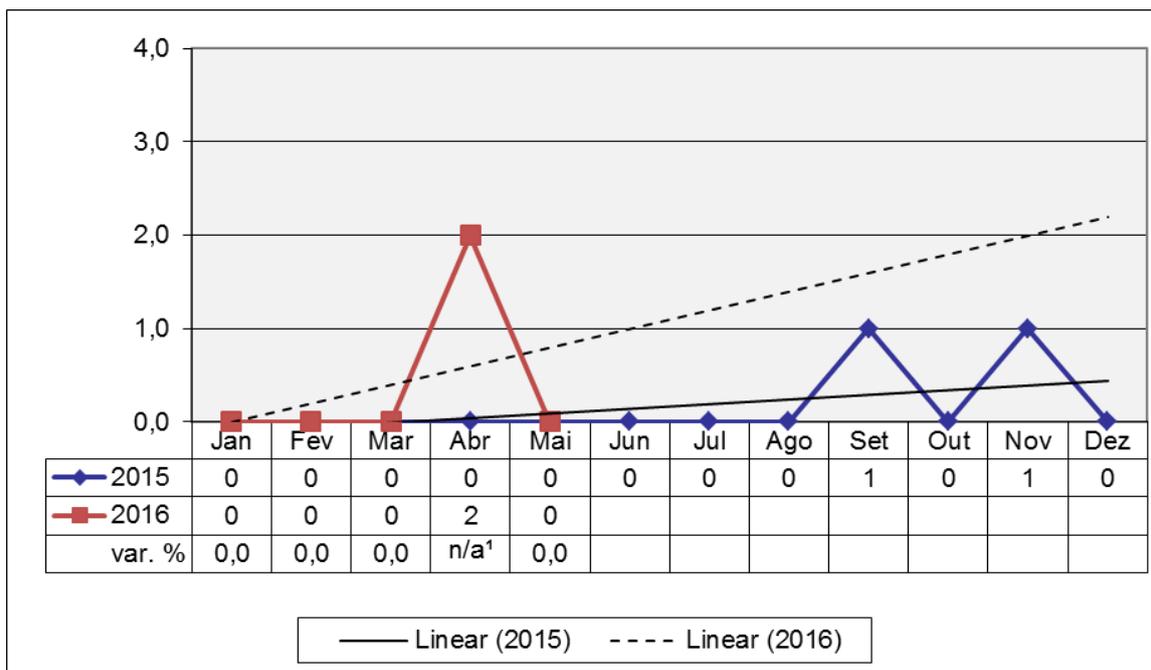


Figura 7.4 - 223 – Número de casos relacionados ao tráfico de drogas, em Senador José Porfírio, de janeiro de 2015 a maio de 2016

Fonte: Superintendência Regional da Polícia Civil do Xingu/SEGUP/ Elaboração Norte Energia.

1: n/a – não se aplica.

e) Análise da evolução do número de casos relacionados ao tráfico de drogas – Vitória do Xingu

Quadro 7.4 - 85 – Análise da situação segundo a evolução do número de crimes registrados envolvendo tráfico de drogas entre 2013 e 2014, taxa de ocorrências por 100 mil habitantes, e variação dos dez primeiros meses de 2014 e 2015 (janeiro a outubro) – Vitória do Xingu

SITUAÇÃO	DESCRIÇÃO
EM ATENÇÃO	<p>Em Vitória do Xingu nota-se uma tendência de alta entre 2012 e 2015, além do fato de que em termos relativos igualmente há aumento, o que classifica a situação em Vitória do Xingu como “em atenção”.</p> <p>O índice em 2014 foi de 24,9 registros por 100 mil habitantes, mas em 2015 essa taxa subiu para 41,8, aumento de 67,9%. Como a taxa de 2014 já fora significativamente maior em termos relativos ante 2013, trata-se de situação a ser monitorada nos próximos anos.</p>

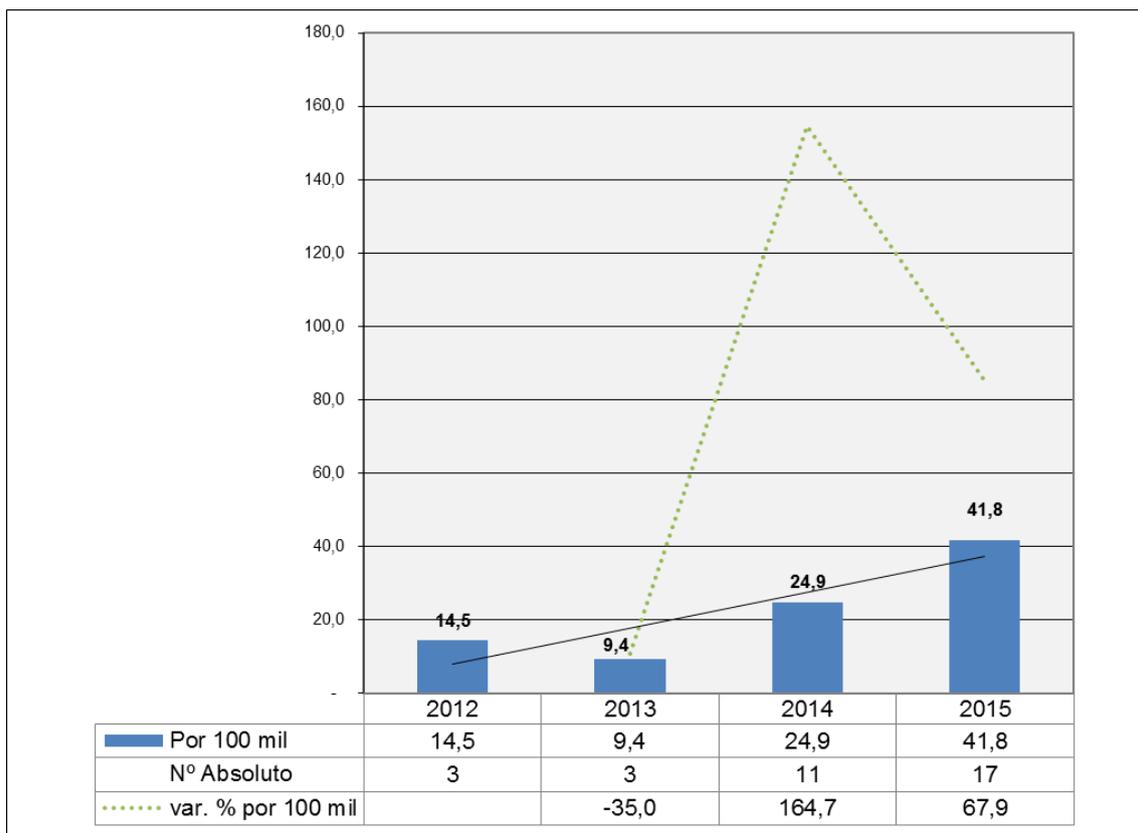


Figura 7.4 - 224 – Número e taxa de tráfico de entorpecentes por 100 mil habitantes no ano, em Vitória do Xingu, 2012 a 2015

Fonte: Superintendência Regional da Polícia Civil do Xingu/SEGUP/ Instituto de Desenvolvimento Econômico e Social (IDESP)/ Elaboração Norte Energia.

1: n/a – não se aplica.

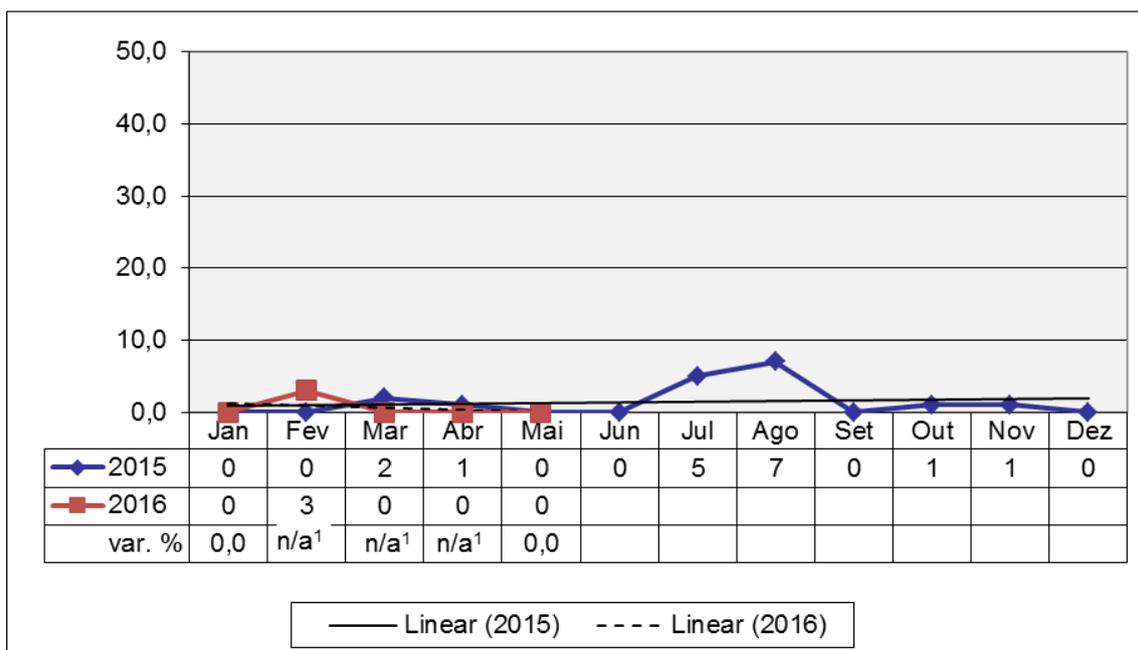


Figura 7.4 - 225 – Número de casos relacionados ao tráfico de drogas, em Vitória do Xingu, de janeiro de 2015 a maio de 2016

Fonte: Superintendência Regional da Polícia Civil do Xingu/SEGUP/ Elaboração Norte Energia.

1: n/a – não se aplica.

Considerações Gerais – entorpecentes

Os casos relacionados aos entorpecentes se relacionam ao tráfico de drogas, sendo que em Altamira nota-se clara tendência de queda nos registros por 100 mil habitantes desde 2012. Porém, em termos relativos continua muito acima do que seria considerado aceitável, e por conta disso é classificada como situação “em atenção” e cuja evolução deve continuar a ser monitorada nos próximos anos. Na comparação dos cinco primeiros meses de 2016 ante 2015, nota-se clara diminuição nos registros em números absolutos, de 26 para 50. Caso tal tendência continue ao longo do ano, pode ser um bom sinal em relação a esse tipo de ocorrências. Nos demais municípios da AID, em números absolutos os registros são muito baixos em Anapu e Senador José Porfírio, sendo que no caso da Anapu há clara tendência de queda. Em Brasil Novo e Vitória do Xingu, mesmo que os números absolutos de registros não sejam altos, em termos relativos é significativo, além de apresentar tendência de alta nos últimos anos. Ao se comparar a evolução dos registros dos cinco primeiros meses de 2016 em relação a 2015 aponta tendência de queda, com registros que variam entre 2 e 3 ao longo desses meses. Apesar dos baixos números, por conta da gravidade desse tipo de delito, que está relacionado a outras ocorrências, ele deve continuar a ser monitorado nos próximos anos (**Figura 7.4 - 216 a Figura 7.4 - 225**).

9.2. Indicador “21. Número de policiais por 1.000 habitantes”

Esse indicador foi suprimido após aprovação, pelo Ibama, da Nota Técnica de revisão de indicadores socioeconômicos apresentada no 6º RC (Anexo 7.4 – 3).

9.3. Indicador “22. Número de viaturas policiais”

Esse indicador foi suprimido após aprovação, pelo Ibama, da Nota Técnica de revisão de indicadores socioeconômicos apresentada no 6º RC (Anexo 7.4 – 3).

9.4. Indicador “23. Taxa de homicídios por 100 mil habitantes”

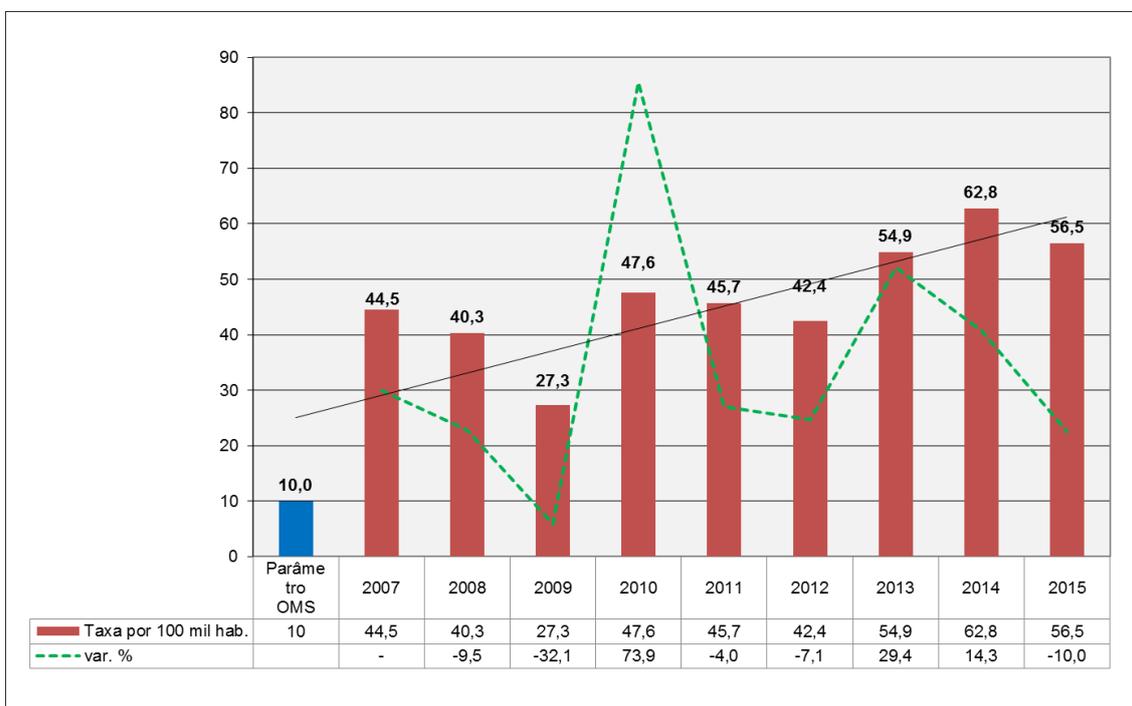


Figura 7.4 - 226 – Taxa de homicídios para 100 mil habitantes⁸, em Altamira, de 2007 a 2015 e parâmetro OMS Epidemia de Violência

Fonte: Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social do Pará (SEGUP), Projeção demográfica para a AID da UHE Belo Monte e Organização Mundial da Saúde (OMS)/ Elaboração Norte Energia.

⁸ Neste relatório utilizou-se a projeção demográfica do Programa 7.4 para o cálculo da taxa de homicídios.

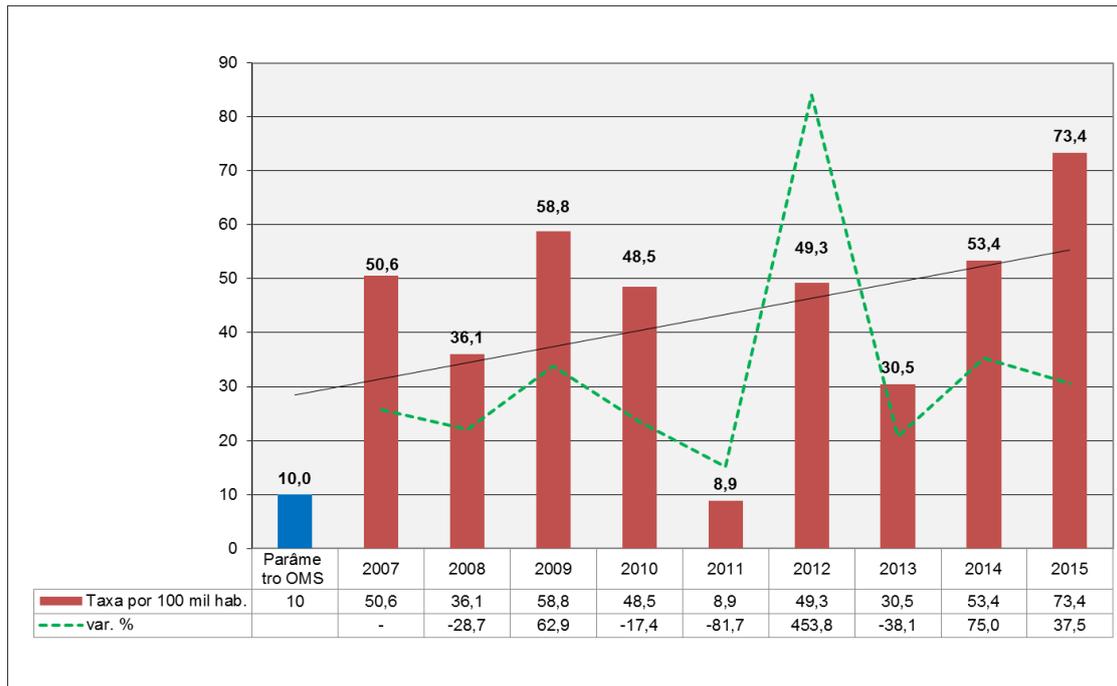


Figura 7.4 - 227 – Taxa de homicídios para 100 mil habitantes⁹, em Anapu, de 2007 a 2015, e parâmetro OMS Epidemia de Violência

Fonte: Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social do Pará (SEGUP), Projeção demográfica para a AID da UHE Belo Monte e Organização Mundial da Saúde (OMS)/ Elaboração Norte Energia.

⁹ Neste relatório utilizou-se a projeção demográfica do Programa 7.4 para o cálculo da taxa de homicídios.

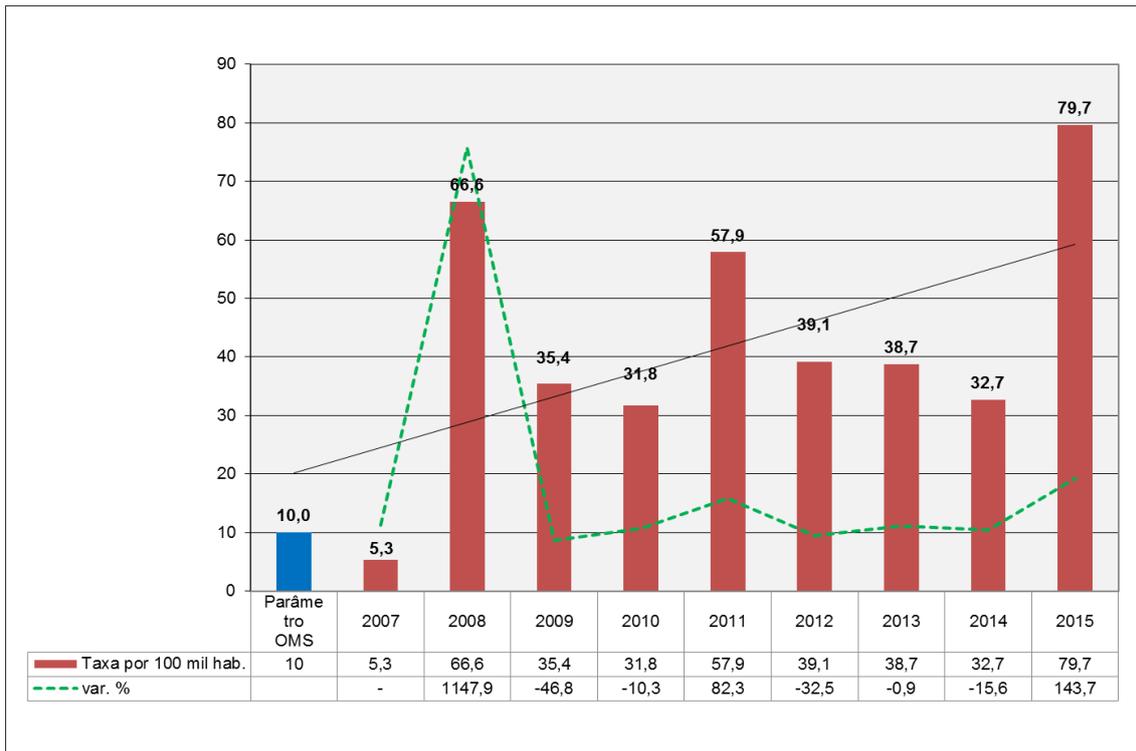


Figura 7.4 - 228 – Taxa de homicídios para 100 mil habitantes¹⁰, em Brasil Novo, de 2007 a 2015, e parâmetro OMS Epidemia de Violência

Fonte: Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social do Pará (SEGUP), Projeção demográfica para a AID da UHE Belo Monte e Organização Mundial da Saúde (OMS)/ Elaboração Norte Energia.

¹⁰ Neste relatório utilizou-se a projeção demográfica do Programa 7.4 para o cálculo da taxa de homicídios.

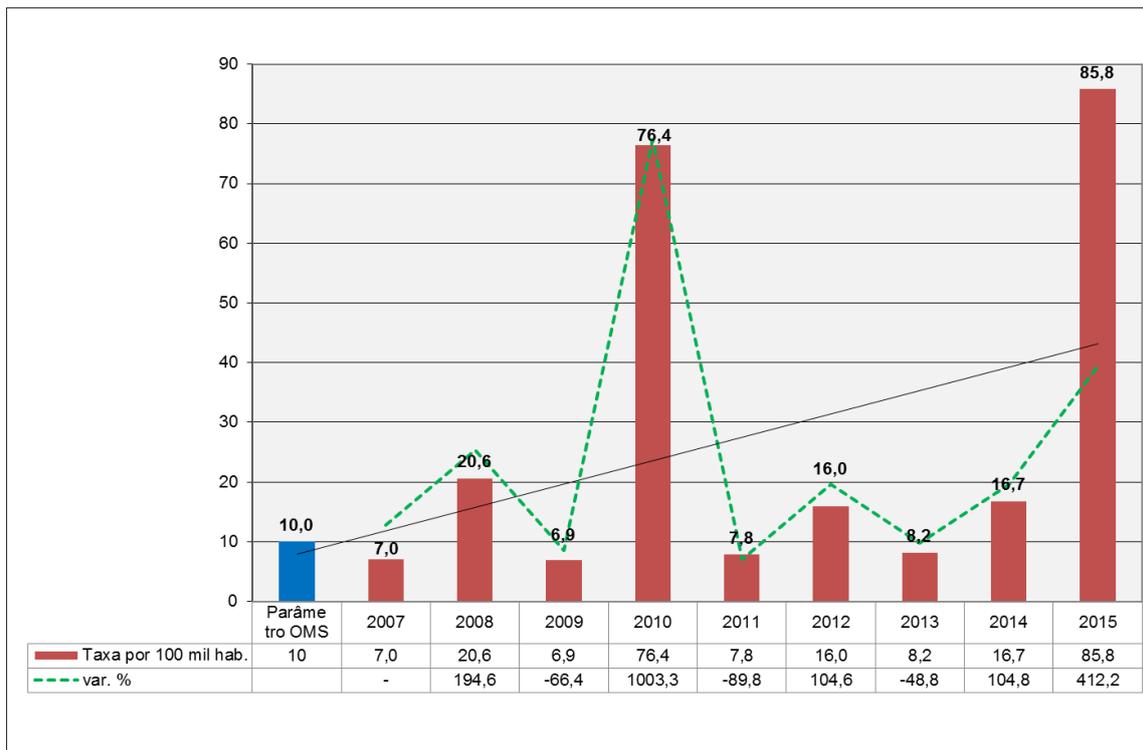


Figura 7.4 - 229 – Taxa de homicídios para 100 mil habitantes¹¹, em Senador José Porfírio, de 2007 a 2015, e parâmetro OMS Epidemia de Violência

Fonte: Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social do Pará (SEGUP), Projeção demográfica para a AID da UHE Belo Monte e Organização Mundial da Saúde (OMS)/ Elaboração Norte Energia.

¹¹ Neste relatório utilizou-se a projeção demográfica do Programa 7.4 para o cálculo da taxa de homicídios.

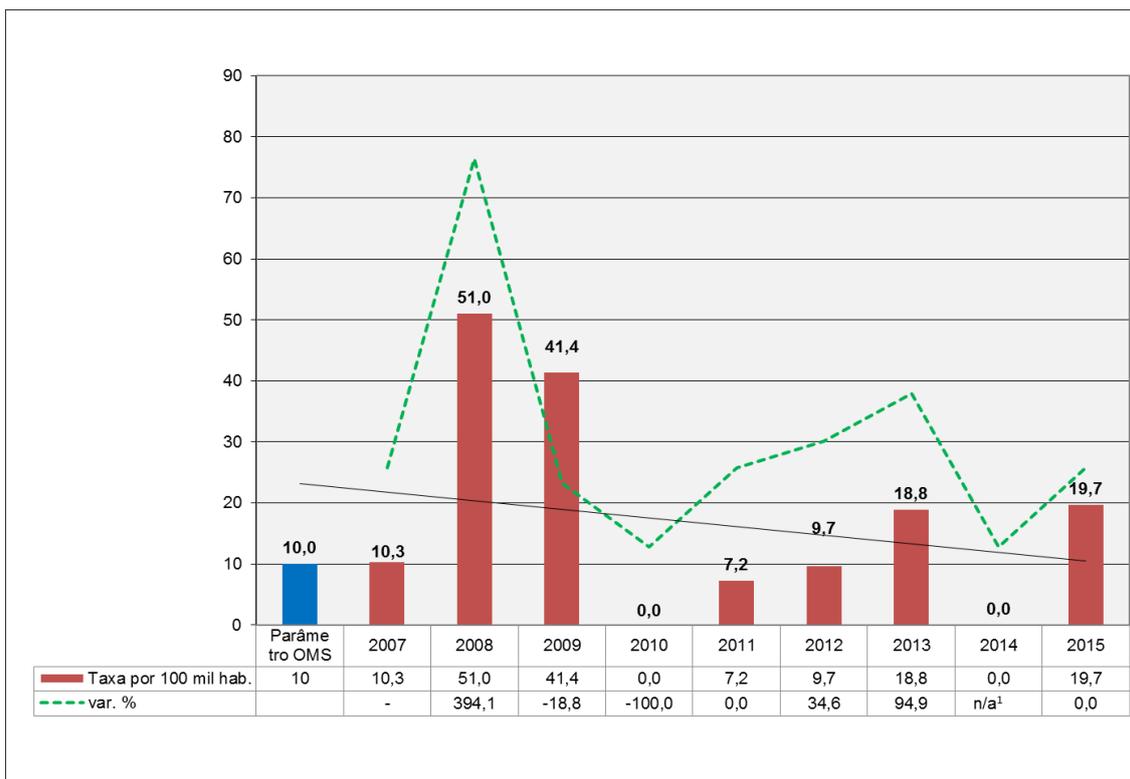


Figura 7.4 - 230 – Taxa de homicídios para 100 mil habitantes¹², em Vitória do Xingu, de 2007 a 2015, e parâmetro OMS Epidemia de Violência

Fonte: Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social do Pará (SEGUP), Projeção demográfica para a AID da UHE Belo Monte e Organização Mundial da Saúde (OMS)/ Elaboração Norte Energia.

Considerações Gerais

O indicador homicídios por 100 mil habitantes é utilizado em todo o mundo para mensurar o nível de violência de um município, estado, província, região ou país. O parâmetro utilizado é o da Organização Mundial de Saúde (OMS), que considera uma taxa acima de 10 homicídios por 100 mil habitantes como epidemia de violência. De acordo com tal parâmetro, o Brasil é considerado como um país extremamente violento, com índice nacional acima de 27, e o país como um todo jamais ficou sequer próximo a esse patamar. Para se ter ideia, há muitos países no mundo em que essa taxa é próxima a zero, como o Japão (0,3) ou Cingapura (0,2), conforme pode ser visto no *Mapa da Violência*, divulgado bianualmente.

No caso dos municípios da AID da UHE Belo Monte, tal situação não se mostra diferente do Brasil como um todo. Em 2015 todos superaram significativamente a taxa de 10 homicídios por 100 mil habitantes. Tal fato corrobora que se trata de municípios violentos, independentemente do empreendimento. Inúmeros setores da sociedade

¹² Neste relatório utilizou-se a projeção demográfica do Programa 7.4 para o cálculo da taxa de homicídios.

tem destacado a violência de Altamira, como se isso somente passasse a ocorrer após a implantação do empreendimento. Porém, quando se analisa a série histórica desde 2007, a taxa de homicídios por 100 mil habitantes sempre foi acima de 40, com exceção de 2009, que foi de 27,3, mesmo assim, muito acima do preconizado pela OMS. Em 2011, ano da implantação do empreendimento, a taxa foi de 45,7, próximo, mas menor que o de 2010, que foi de 47,6. Em 2012 a taxa decaiu para 42,4 mas a partir de 2013 aumentou para 54,9 e 62,8 em 2014, sendo que em 2015 decaiu para 56,5. Portanto, a violência em Altamira sempre ocorreu, e se relaciona muito mais ao processo de colonização do Pará, que sempre foi marcado pelo uso da violência na resolução de demandas (**Figura 7.4 - 226**).

Tal quadro pode ser constatado ao se analisar Anapu, onde o assassinato da irmã Dorothy por conflitos de terra teve repercussão internacional, e nada se relaciona a construção de Belo Monte. O município apresentou taxa de homicídios significativamente acima de Altamira em 2015, com 73,4. Aos que podem alegar que se trata de variação por conta do pequeno número de habitantes, pode-se analisar a série histórica desde 2007, no qual com exceção de 2011, quando a taxa ficou em 8,9 (abaixo do índice da OMS), em todos os demais anos, a taxa ficou acima de 30, e mais frequentemente acima de 50, o que caracteriza o município como muito violento, de maneira consistente (**Figura 7.4 - 227**).

Os demais municípios igualmente apresentam taxas significativamente elevadas em 2015, acima de Altamira. Em Brasil Novo, a taxa de homicídios por 100 mil habitantes foi de 79,7, em Senador José Porfírio foi de 85,8. No caso de Brasil Novo, a taxa de 2015 é significativamente maior que a dos anos anteriores. Todavia, a série histórica desde 2007 mostra que com exceção desse ano, nos demais, a taxa sempre superou 30 homicídios por 100 mil habitantes, e chegou a 57,9 em 2011 e 66,6 em 2012. Trata-se, portanto, de município que apresenta taxas elevadas de maneira consistente. Senador José Porfírio apresenta grande variação conforme o ano na série histórica. Há anos que chegou a apresentar taxa menor que 10, como em 2007, 2009, 2011 e 2013. É o único caso em que o pequeno número de habitantes tem influência no índice. Porém, o fato de em vários anos apresentar taxa muito acima do índice da OMS corrobora o fato de que não se trata de município pouco violento ao longo do tempo (**Figura 7.4 - 228 e Figura 7.4 - 229**).

Vitória do Xingu, município no qual está implantado o empreendimento, também apresentou em 2015 uma taxa de homicídios por 100 mil habitantes acima do padrão da OMS, sendo 19,7 (**Figura 7.4 - 230**). Porém, trata-se do município que na série histórica apresenta os menores números a partir de 2010, isto é, após o início do empreendimento. É possível que isso ocorra exatamente pelo maior cuidado com a população não originária do município, nos alojamentos e na Vila dos Trabalhadores, o que tende a diminuir tais ocorrências no município.

10. Dimensão: Agropecuária

10.1. Indicador “24. Evolução da emissão de DAPs (Declaração de Aptidão ao Pronaf)”

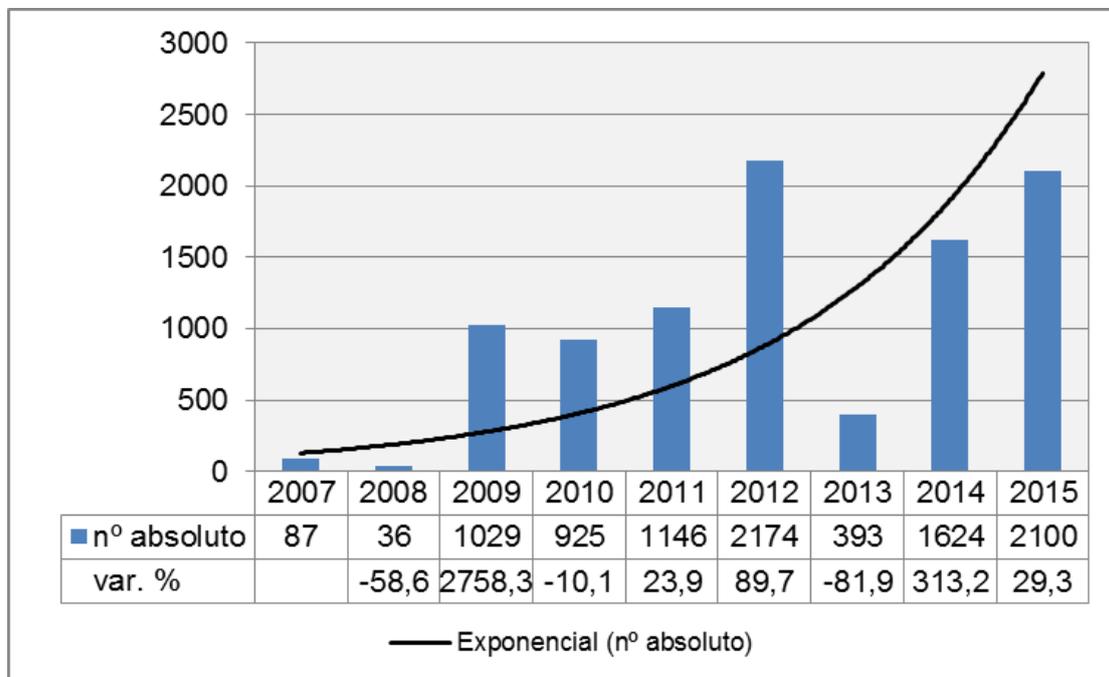


Figura 7.4- 231 – Número de Declarações de Aptidão ao Pronaf – DAPs da AID da UHE Belo Monte, emitidas nos anos de 2007 a 2015

Fonte: Secretaria da Agricultura Familiar (SAF) – Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA)/
Elaboração Norte Energia.

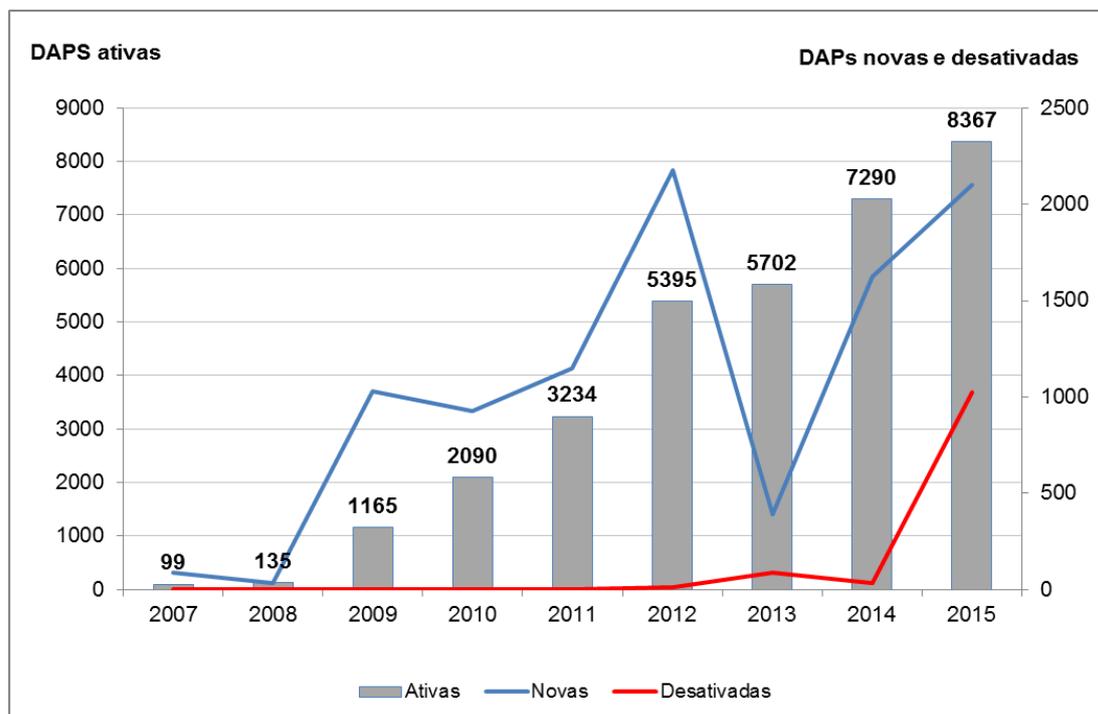


Figura 7.4 - 232 - Número de Declarações de Aptidão ao Pronaf – DAPs Ativas, Novas e Desativadas, da AID da UHE Belo Monte, emitidas nos anos de 2007 a 2015

Fonte: Secretaria da Agricultura Familiar (SAF) – Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA)/
Elaboração Norte Energia.

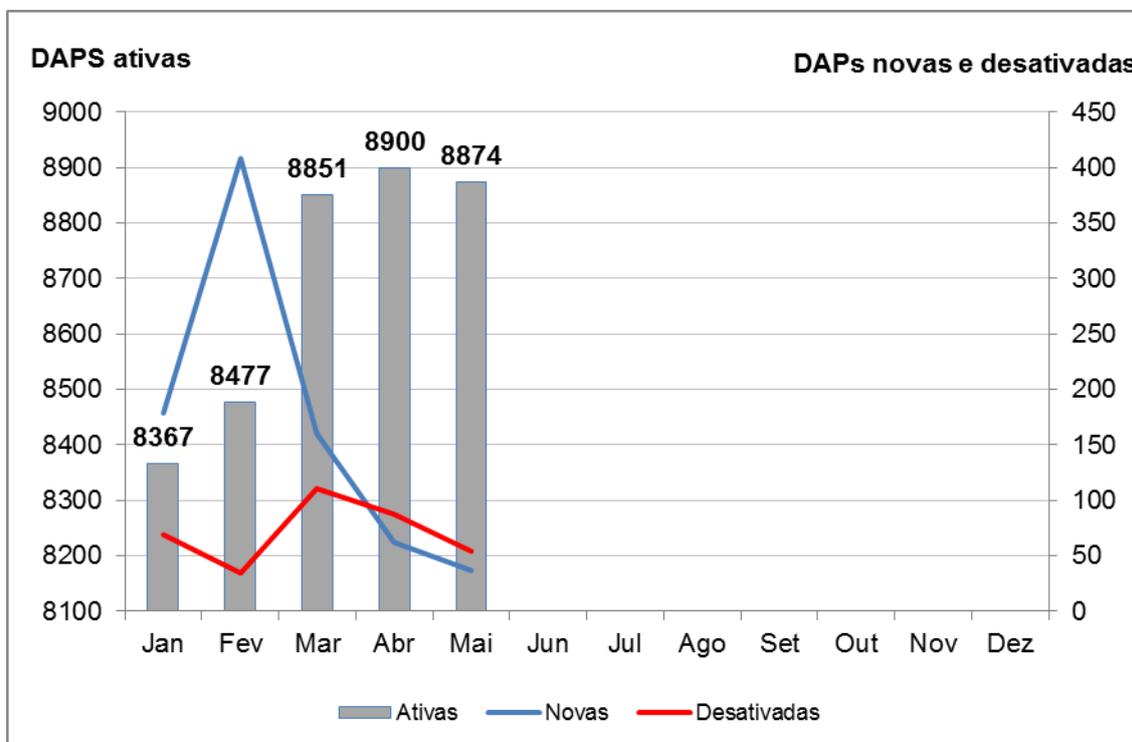


Figura 7.4 - 233 – Número de Declarações de Aptidão ao Pronaf – DAPs Ativas, Novas e Desativadas, da AID da UHE Belo Monte, emitidas de janeiro a maio de 2016

Fonte: Secretaria da Agricultura Familiar (SAF) – Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA)/
Elaboração Norte Energia.

a) Análise da Evolução da emissão de DAPs (Declaração de Aptidão ao Pronaf) – Altamira

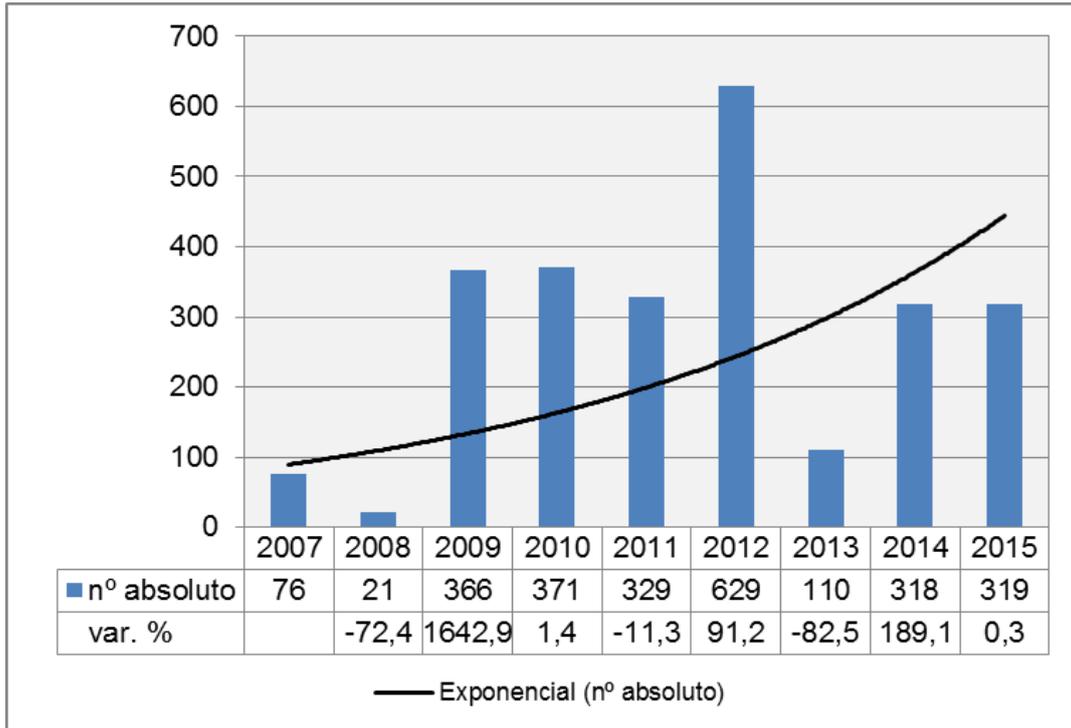


Figura 7.4- 234 - Número de Declarações de Aptidão ao Pronaf – DAPs, de Altamira, emitidas nos anos de 2007 a 2015

Fonte: Secretaria da Agricultura Familiar (SAF) – Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA)/Elaboração Norte Energia.

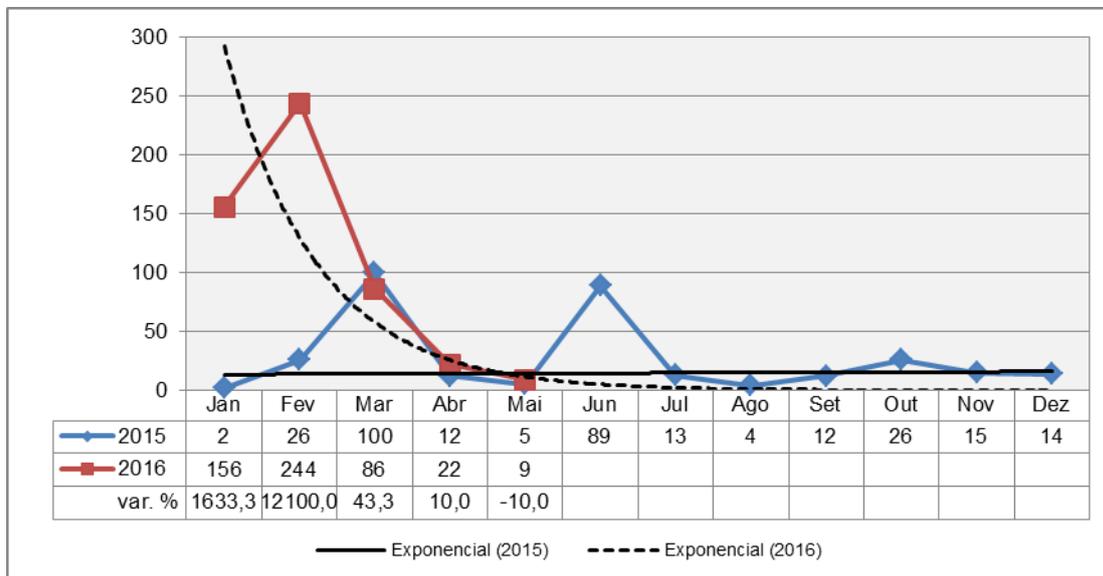


Figura 7.4 - 235 – Número de Declarações de Aptidão ao Pronaf – DAPs, de Altamira, emitidas de janeiro de 2015 a maio de 2016

Fonte: Secretaria da Agricultura Familiar (SAF) – Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA)/Elaboração Norte Energia.

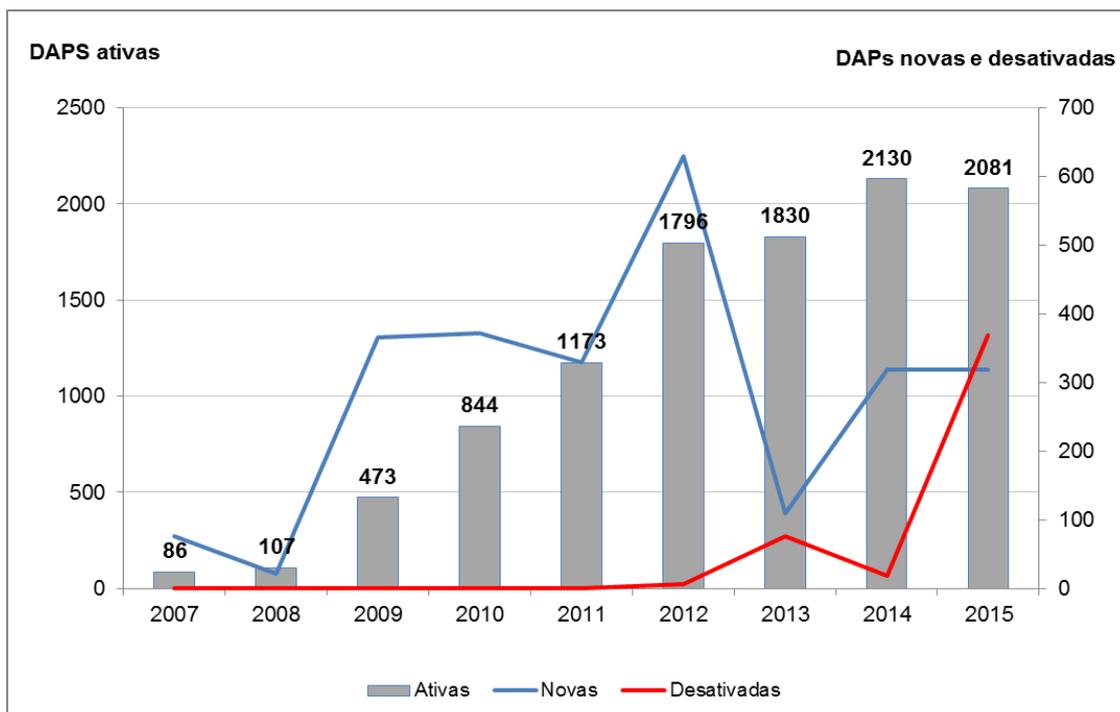


Figura 7.4 - 236 – Número de Declarações de Aptidão ao Pronaf – DAPs Ativas, Novas e Desativadas, de Altamira, emitidas nos anos de 2007 a 2015

Fonte: Secretaria da Agricultura Familiar (SAF) – Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA)/
Elaboração Norte Energia.

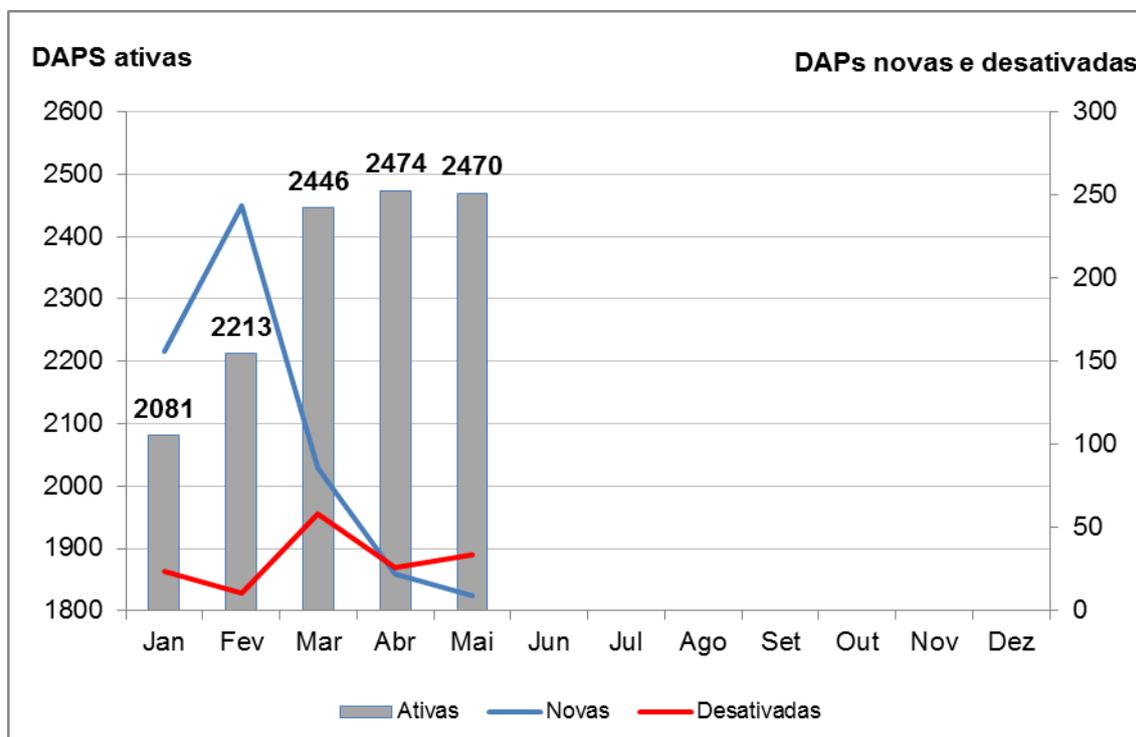


Figura 7.4 - 237 – Número de Declarações de Aptidão ao Pronaf – DAPs Ativas, Novas e Desativadas, de Altamira, emitidas de janeiro a maio de 2016

Fonte: Secretaria da Agricultura Familiar (SAF) – Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA)/
Elaboração Norte Energia.

b) Análise da Evolução da emissão de DAPs (Declaração de Aptidão ao Pronaf) – Anapu

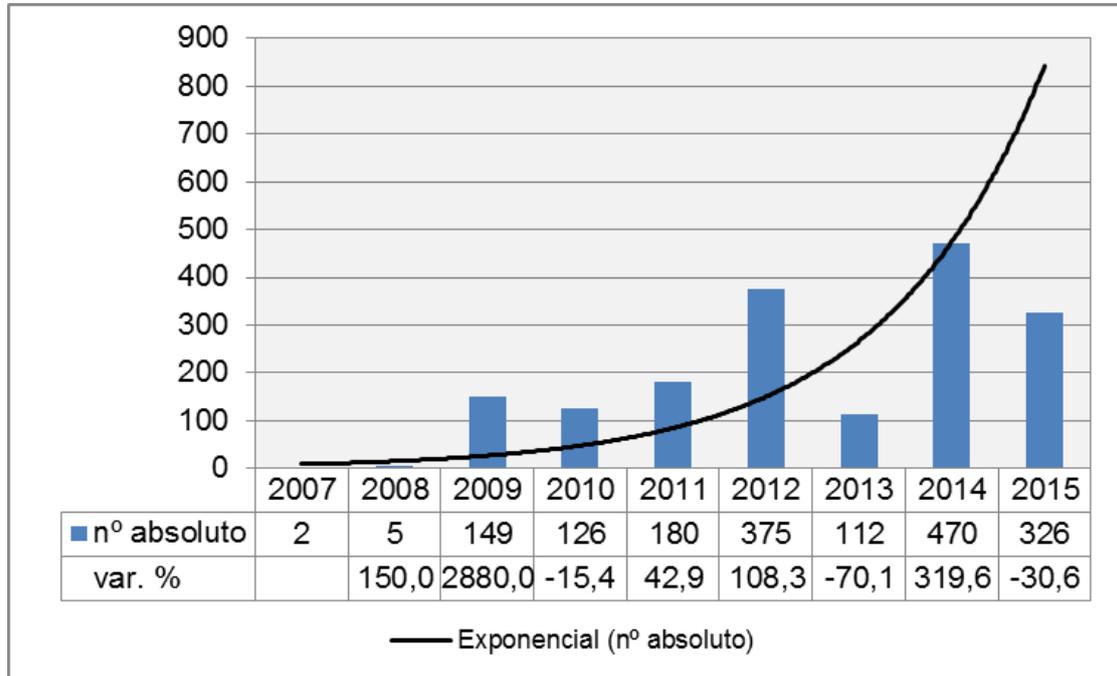


Figura 7.4- 238 - Número de Declarações de Aptidão ao Pronaf – DAPs, de Anapu, emitidas nos anos de 2007 a 2015

Fonte: Secretaria da Agricultura Familiar (SAF) – Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA)/
Elaboração Norte Energia.

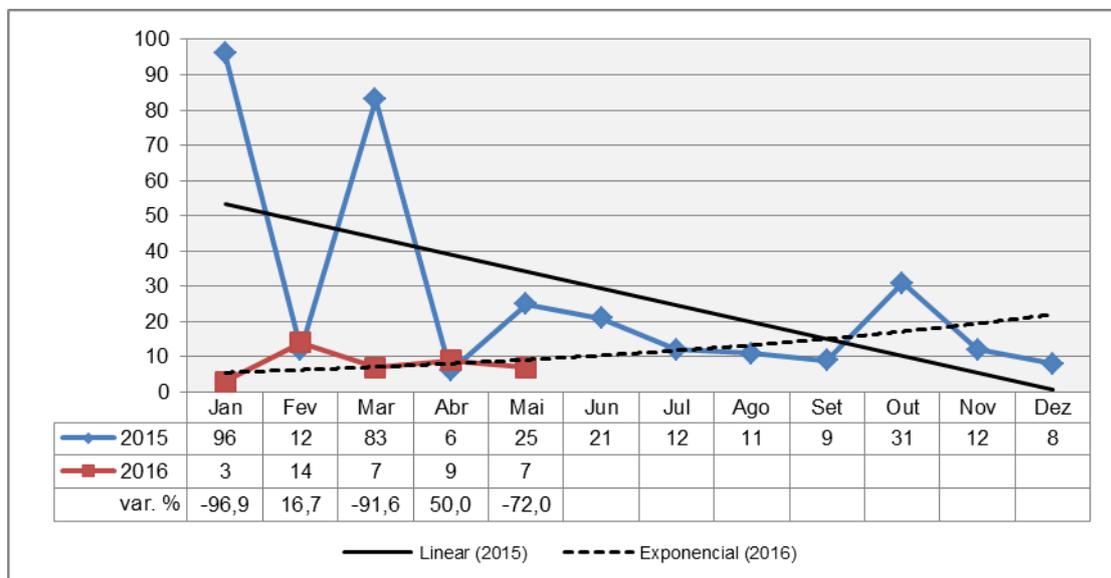


Figura 7.4 - 239 – Número de Declarações de Aptidão ao Pronaf – DAPs, de Anapu, emitidas de janeiro de 2015 a maio de 2016

Fonte: Secretaria da Agricultura Familiar (SAF) – Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA)/
Elaboração Norte Energia.

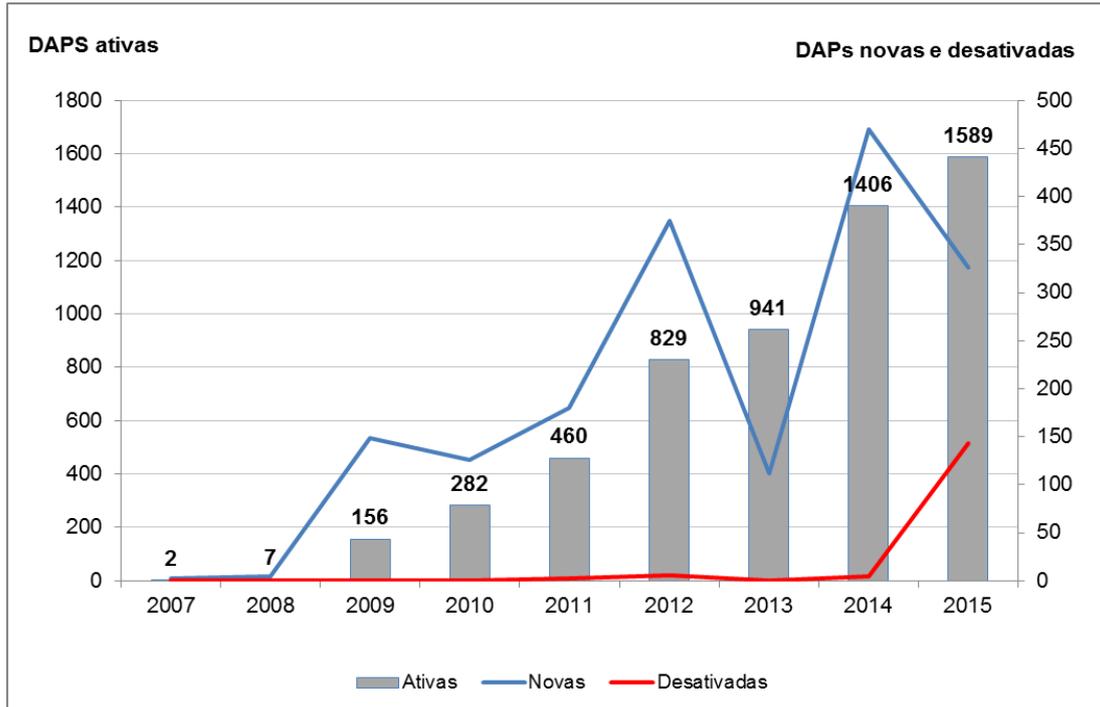


Figura 7.4 - 240 – Número de Declarações de Aptidão ao Pronaf – DAPS Ativas, Novas e Desativadas, de Anapu, emitidas nos anos de 2007 a 2015

Fonte: Secretaria da Agricultura Familiar (SAF) – Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA)/
Elaboração Norte Energia.

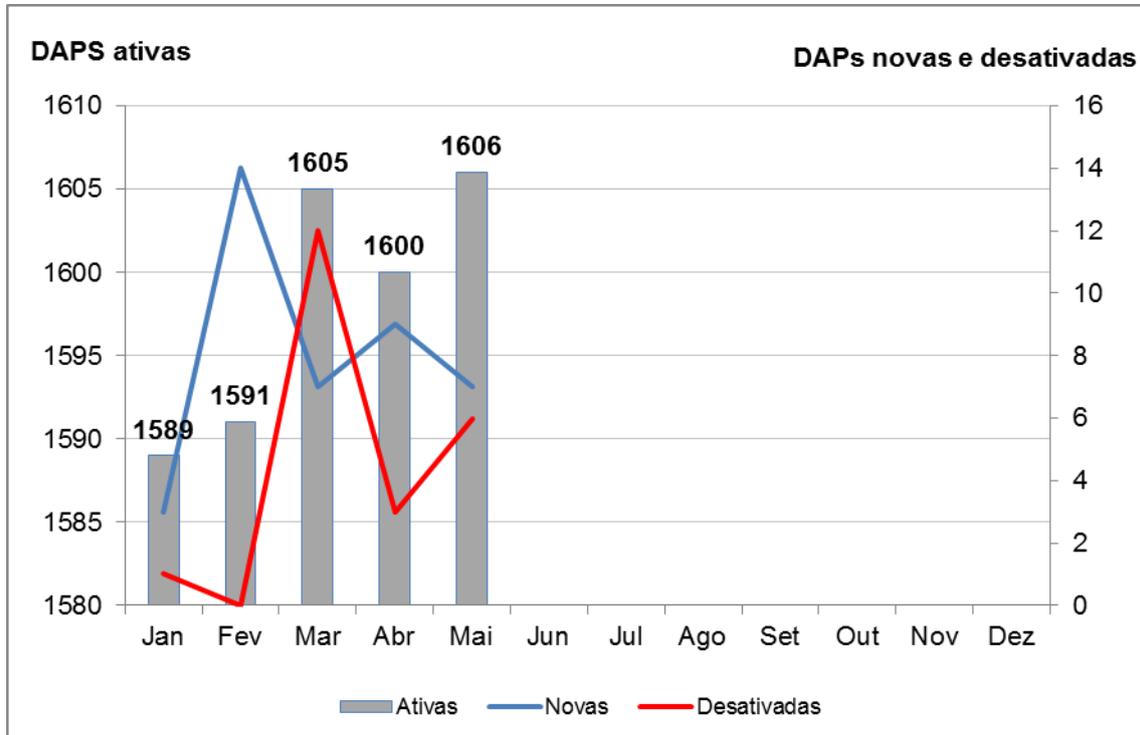


Figura 7.4 - 241 – Número de Declarações de Aptidão ao Pronaf – DAPS Ativas, Novas e Desativadas, de Anapu, emitidas de janeiro a maio de 2016

Fonte: Secretaria da Agricultura Familiar (SAF) – Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA)/
Elaboração Norte Energia.

c) Análise da Evolução da emissão de DAPs (Declaração de Aptidão ao Pronaf) – Brasil Novo

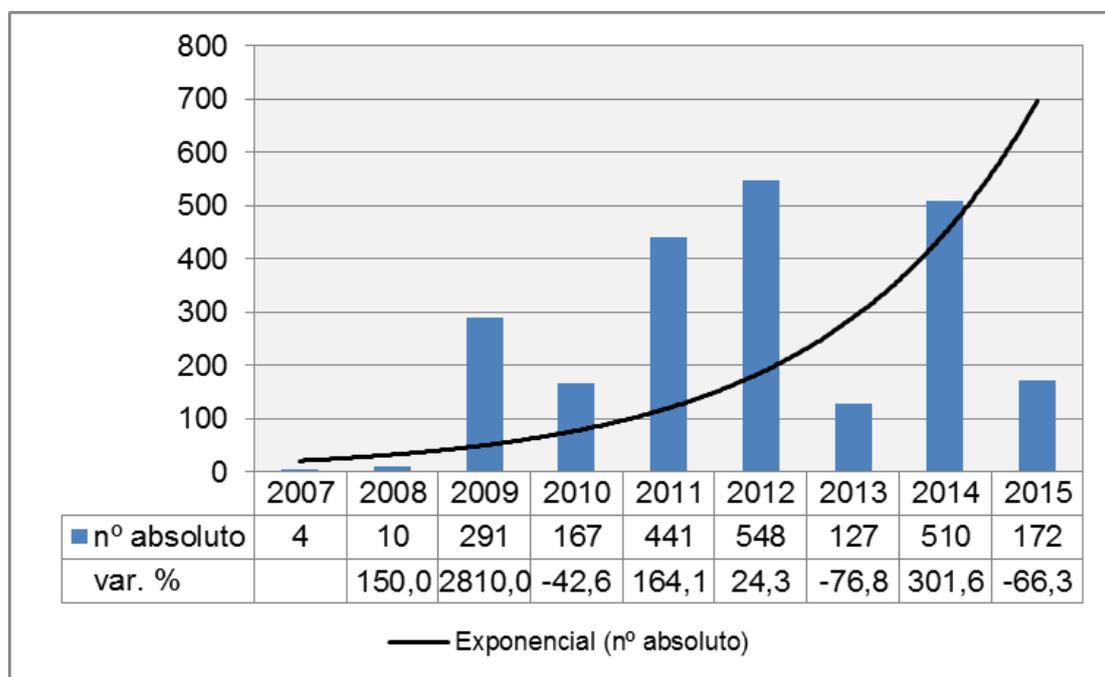


Figura 7.4- 242 - Número de Declarações de Aptidão ao Pronaf – DAPs, de Brasil Novo emitidas nos anos de 2007 a 2015

Fonte: Secretaria da Agricultura Familiar (SAF) – Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA)/
Elaboração Norte Energia.

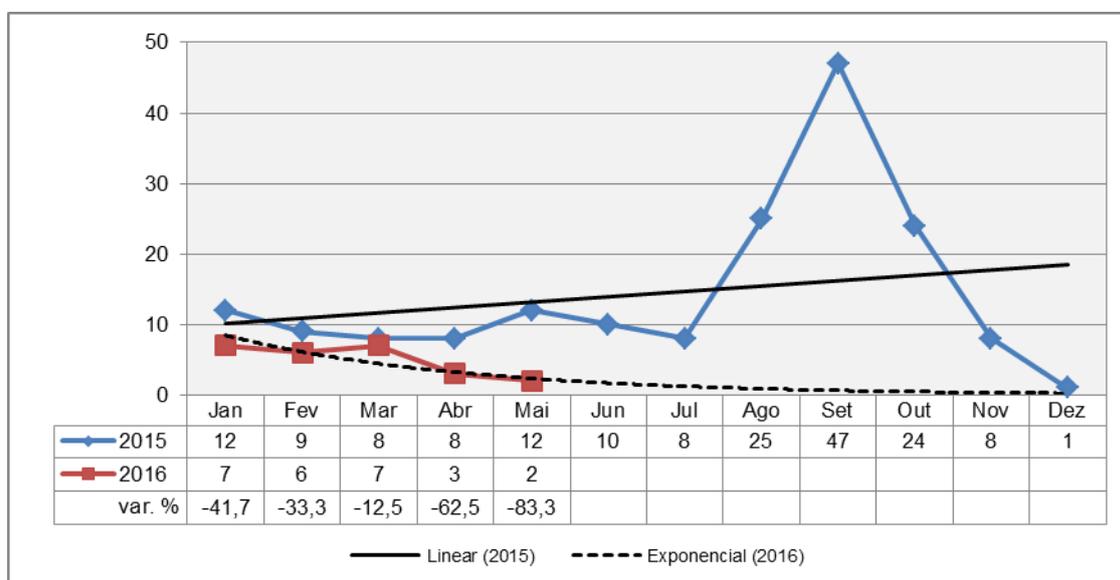


Figura 7.4- 243 - Número de Declarações de Aptidão ao Pronaf – DAPs, de Brasil Novo, emitidas de janeiro de 2015 a maio de 2016

Fonte: Secretaria da Agricultura Familiar (SAF) – Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA)/
Elaboração Norte Energia.

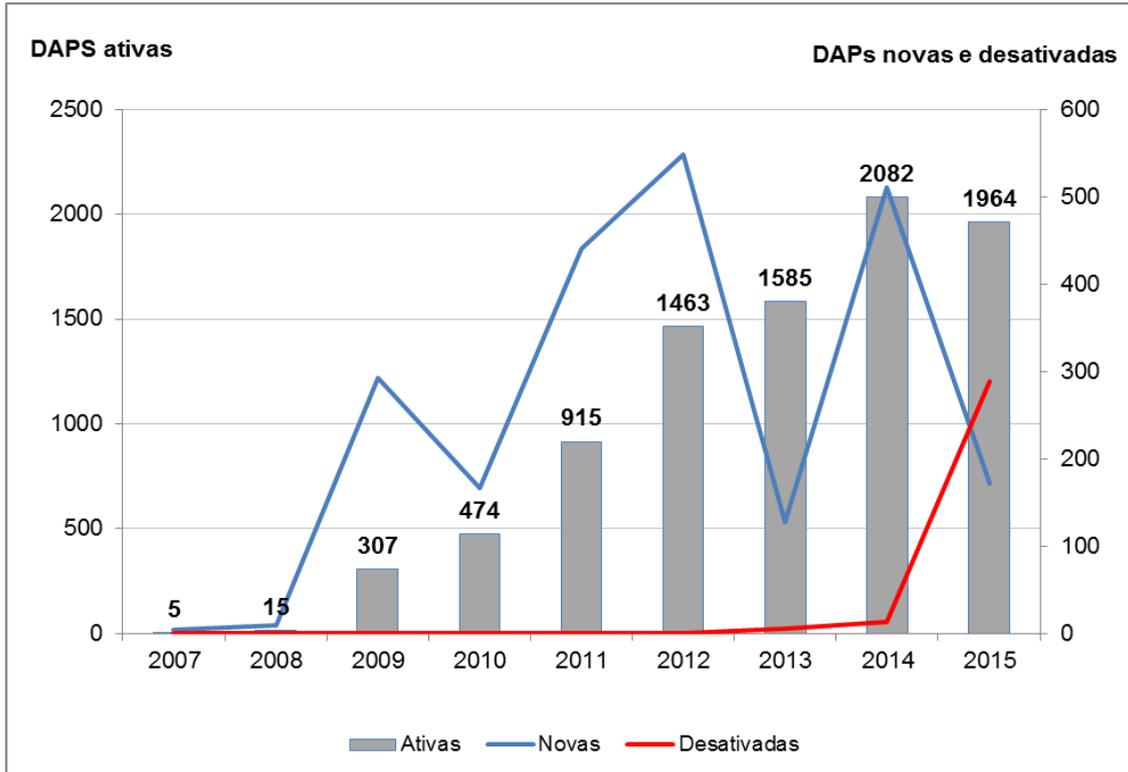


Figura 7.4 - 244 – Número de Declarações de Aptidão ao Pronaf – DAPS Ativas, Novas e Desativadas, de Brasil Novo, emitidas nos anos de 2007 a 2015

Fonte: Secretaria da Agricultura Familiar (SAF) – Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA)/
Elaboração Norte Energia.

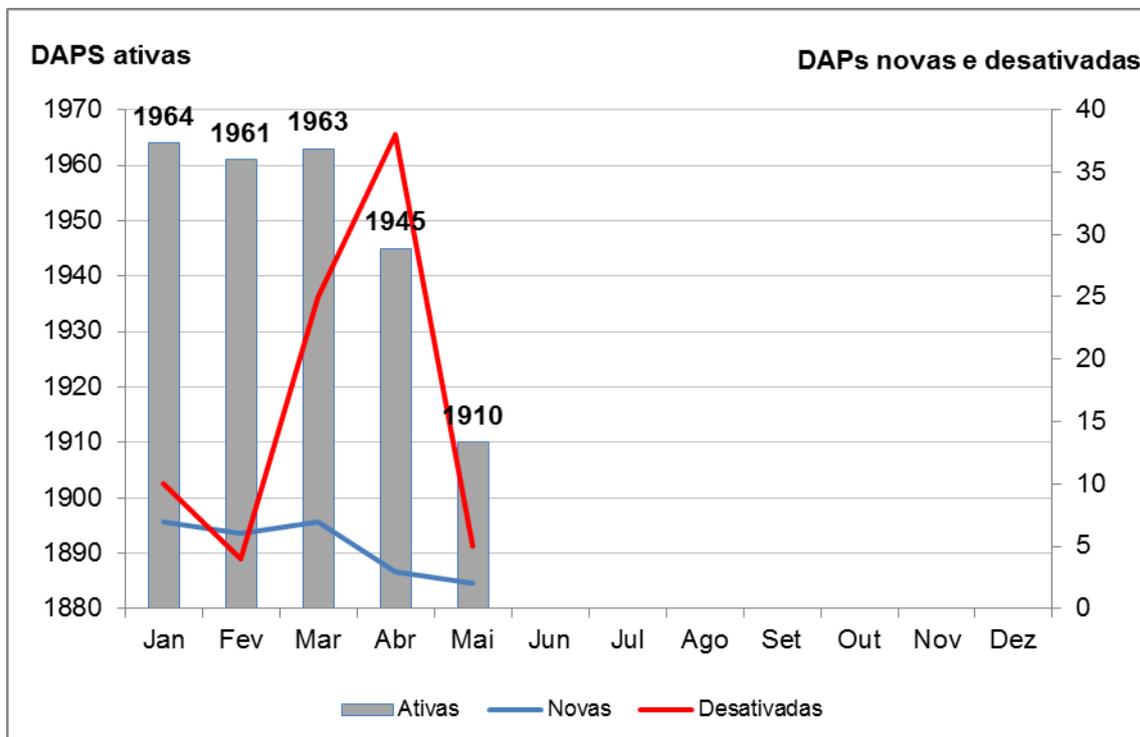


Figura 7.4 - 245 – Número de Declarações de Aptidão ao Pronaf – DAPS Ativas, Novas e Desativadas, de Brasil Novo, emitidas de janeiro a maio de 2016

Fonte: Secretaria da Agricultura Familiar (SAF) – Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA)/
Elaboração Norte Energia.

d) Análise da Evolução da emissão de DAPs (Declaração de Aptidão ao Pronaf) – Senador José Porfírio

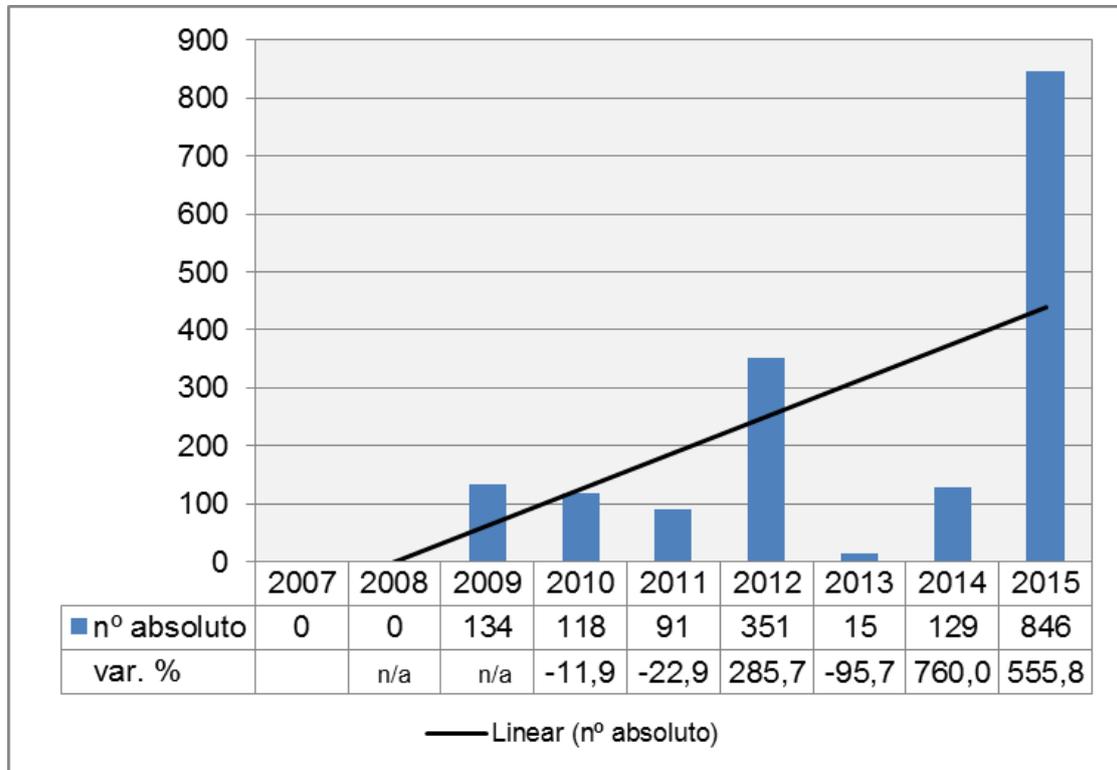


Figura 7.4- 246 - Número de Declarações de Aptidão ao Pronaf – DAPs, de Senador José Porfírio emitidas nos anos de 2007 a 2015

Fonte: Secretaria da Agricultura Familiar (SAF) – Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA)/Elaboração Norte Energia.

1. n/a: não se aplica.

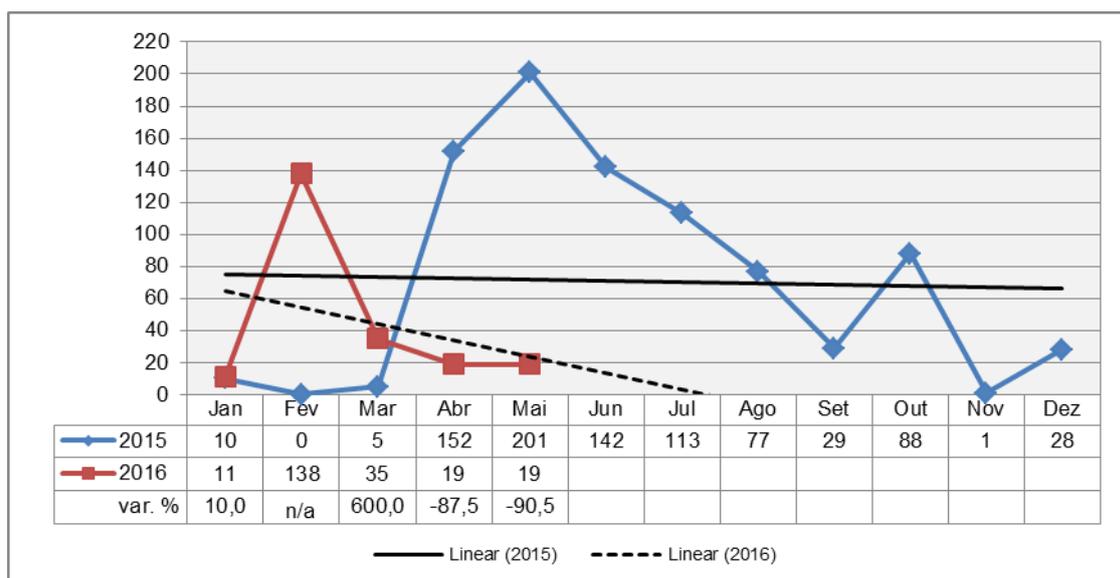


Figura 7.4 - 247 – Número de Declarações de Aptidão ao Pronaf – DAPs, de Senador José Porfírio, emitidas de janeiro de 2015 a maio de 2016

Fonte: Secretaria da Agricultura Familiar (SAF) – Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA)/
Elaboração Norte Energia.

1. n/a: não se aplica.

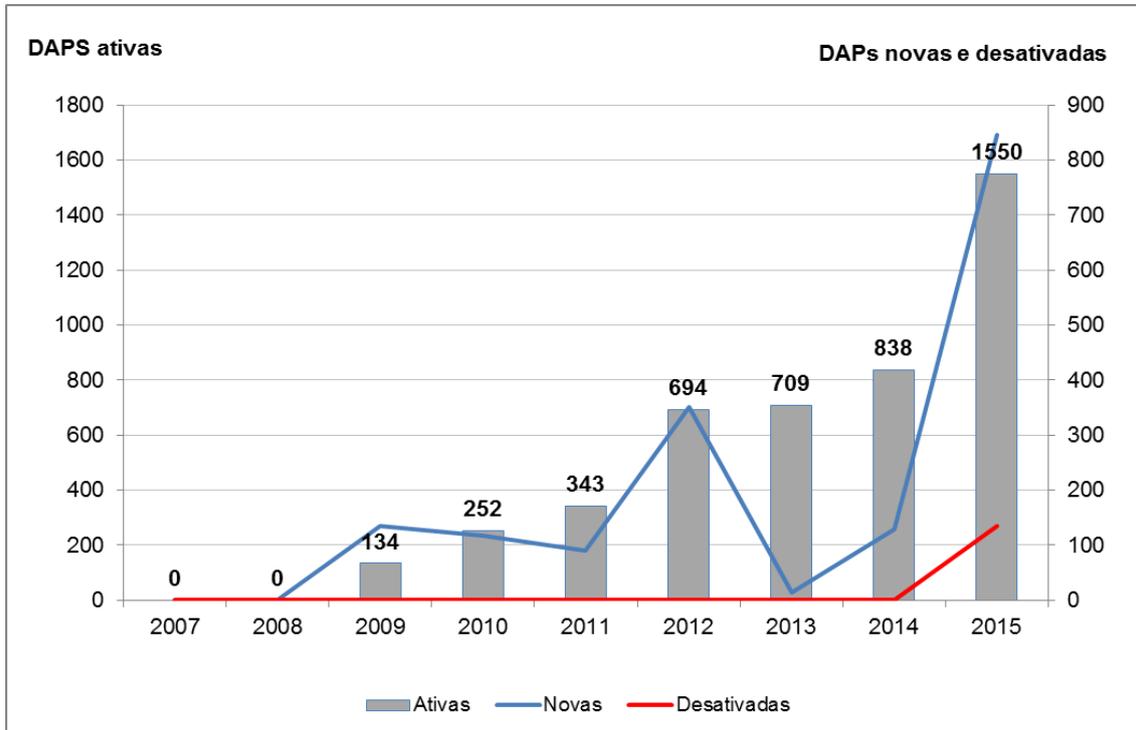


Figura 7.4 - 248 – Número de Declarações de Aptidão ao Pronaf – DAPS Ativas, Novas e Desativadas, de Senador José Porfírio, emitidas nos anos de 2007 a 2015

Fonte: Secretaria da Agricultura Familiar (SAF) – Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA)/
Elaboração Norte Energia.

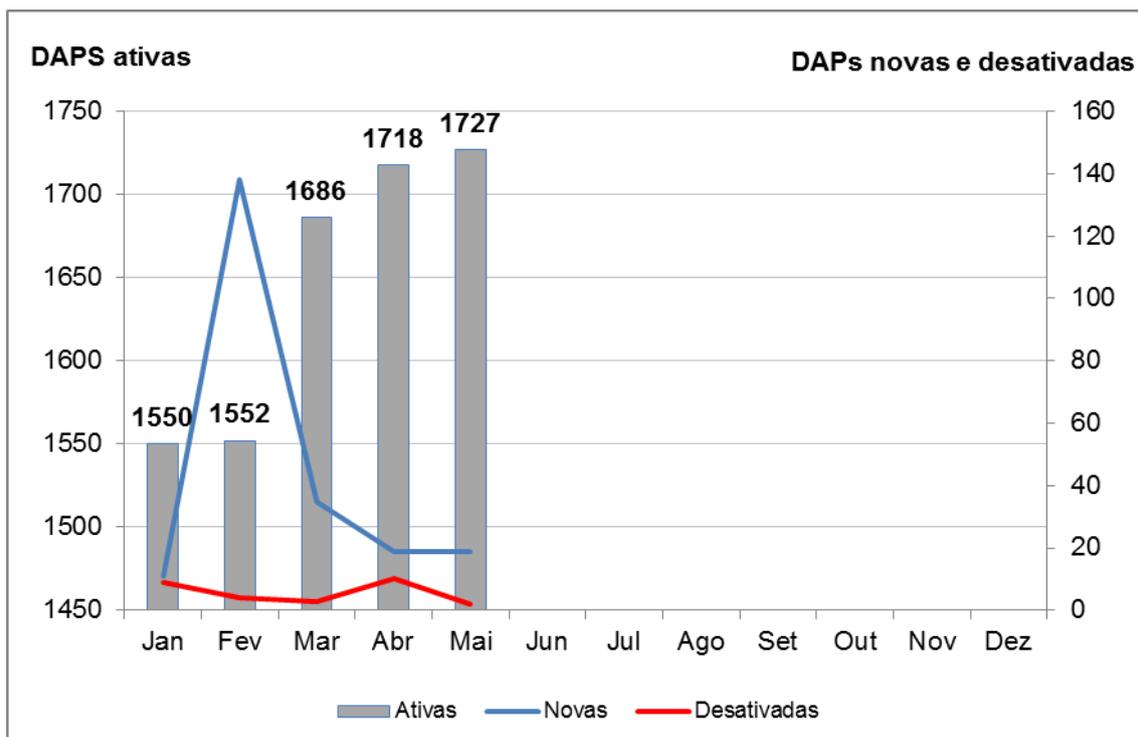


Figura 7.4 - 249 – Número de Declarações de Aptidão ao Pronaf – DAPs Ativas, Novas e Desativadas, de Senador José Porfírio, emitidas de janeiro a maio de 2016

Fonte: Secretaria da Agricultura Familiar (SAF) – Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA)/
Elaboração Norte Energia.

e) Análise da Evolução da emissão de DAPs (Declaração de Aptidão ao Pronaf) – Vitória do Xingu

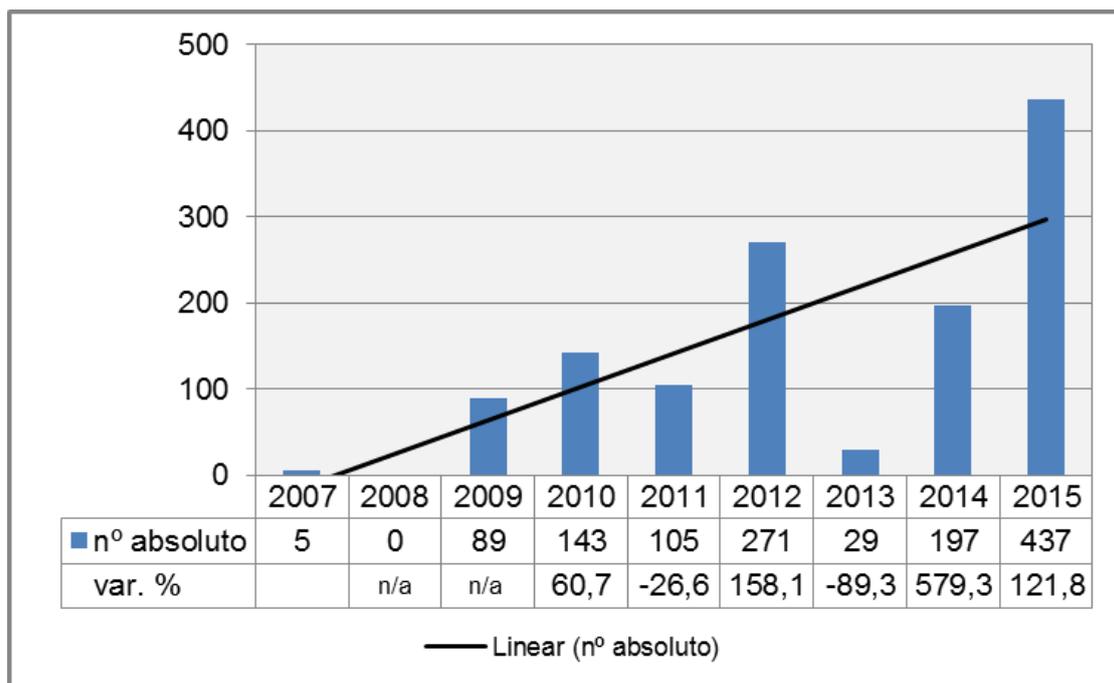


Figura 7.4- 250 - Número de Declarações de Aptidão ao Pronaf – DAPs, de Vitória do Xingu emitidas nos anos de 2007 a 2015

Fonte: Secretaria da Agricultura Familiar (SAF) – Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA)/
Elaboração Norte Energia.

1. n/a: não se aplica

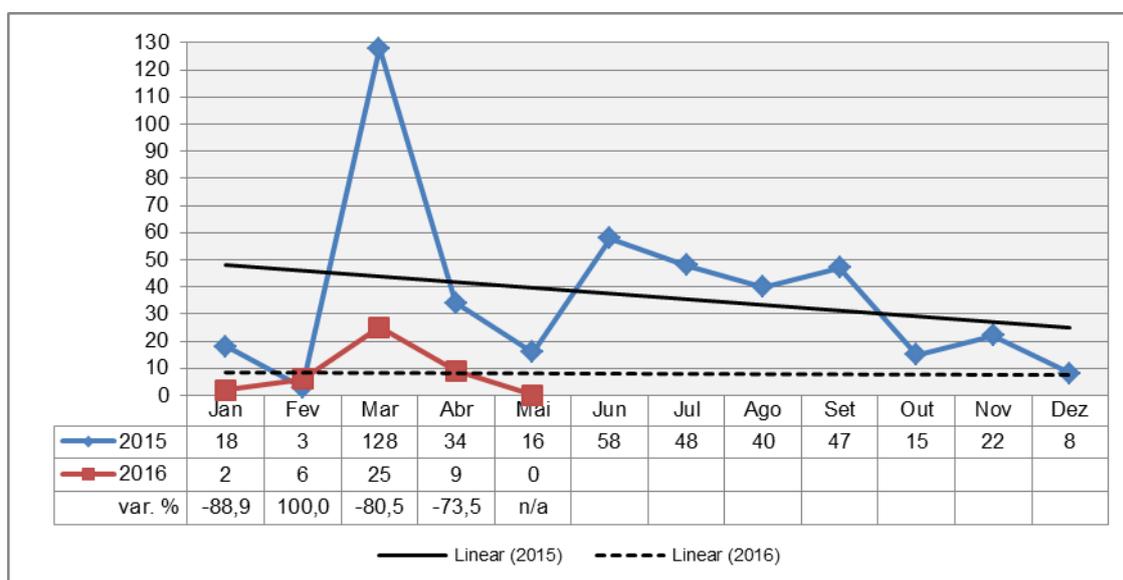


Figura 7.4 - 251 – Número de Declarações de Aptidão ao Pronaf – DAPs, de Vitória do Xingu, emitidas de janeiro de 2015 a maio de 2016

Fonte: Secretaria da Agricultura Familiar (SAF) – Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA)/
Elaboração Norte Energia.

1. n/a: não se aplica

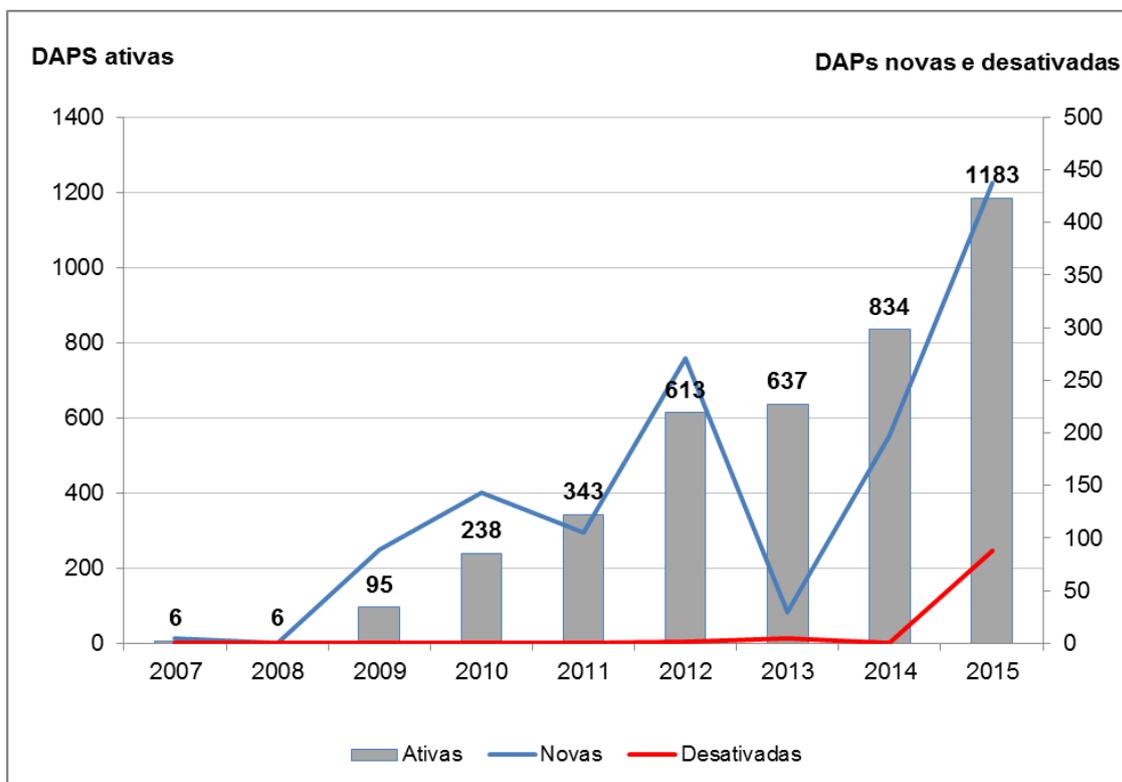


Figura 7.4 - 252 – Número de Declarações de Aptidão ao Pronaf – DAPs Ativas, Novas e Desativadas, de Vitória do Xingu, emitidas nos anos de 2007 a 2015

Fonte: Secretaria da Agricultura Familiar (SAF) – Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA)/
Elaboração Norte Energia.

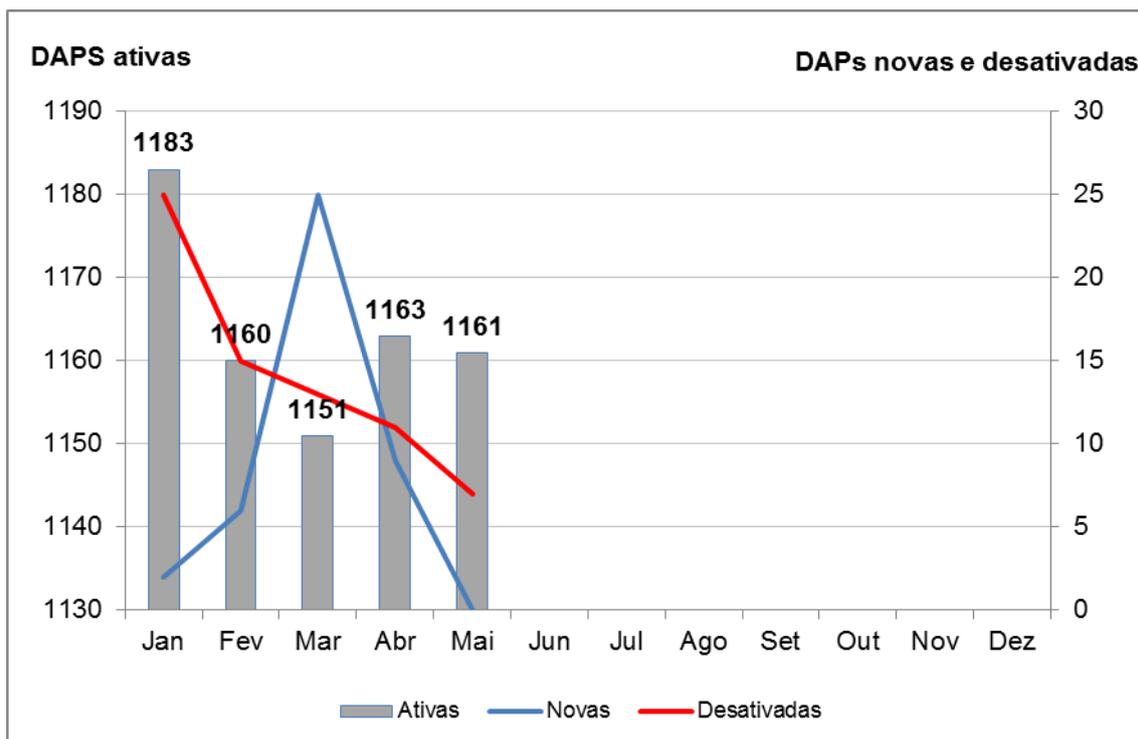


Figura 7.4- 253 - Número de Declarações de Aptidão ao Pronaf – DAPs Ativas, Novas e Desativadas, de Vitória do Xingu, emitidas de janeiro a maio de 2016

Fonte: Secretaria da Agricultura Familiar (SAF) – Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA)/
Elaboração Norte Energia.

Considerações Gerais

O processo de ocupação fundiária de pequenos agricultores baseou-se, em grande medida, na formação de assentamentos rurais do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) o que originou no grande número de pequenos agricultores na região da AID da UHE Belo Monte, como já relatado em relatórios consolidados anteriores.

Em vista da grande quantidade de agricultores familiares, o governo federal notou a necessidade de incentivar programas governamentais que possibilitariam o financiamento das produções agrícolas, por meio de créditos disponibilizados para esta atividade, com isso, como medida de apoio a este segmento e por meio de políticas públicas, o governo federal criou em 1996 o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf). Para obtenção desses créditos, seria necessário, então, o acesso ao Programa.

No entanto, para ter acesso aos programas de incentivo a agricultura, havia a necessidade de o pequeno produtor comprovar o seu enquadramento nos programas mediante apresentação da Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP) e do Cadastro Ambiental Rural (CAR). Tais documentos são fundamentais, visto que possibilitam o acesso não somente ao Pronaf, mas igualmente ao Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), bem como ao Bolsa Família, Minha Casa, Minha Vida Rural, e benefícios do INSS.

Verificando-se a evolução da emissão de DAPs, nota-se que nos municípios da AID, nos anos de 2007 e 2008, de forma geral, foram emitidas poucas DAPs. Isso ocorreu por ser o início do processo de formalização por meio da declaração, além de ações como o PAA ainda estarem se efetivando (**Figura 7.4- 231**). A partir de 2009 houve um crescimento no número de emissões em todos os municípios, com destaque para Altamira, Anapu e Brasil Novo, onde foram emitidas 366, 149 e 291 DAPs respectivamente, seguida por Senador José Porfírio e Vitória do Xingu, com, respectivamente, 134 e 89 DAPs emitidas. Nestes últimos dois municípios, havia área plantada relativamente pouco expressiva. Tal impulso, em 2009, foi motivado devido à criação da Lei da Alimentação Escolar, a qual estabeleceu a obrigatoriedade da aquisição pelas prefeituras e Estados, por chamada pública, de no mínimo 30,0% dos alimentos consumidos nas escolas serem provenientes da agricultura familiar. Houve também maior efetivação do PAA, que contribuiu para a emissão de DAPs.

Mesmo tendo em vista uma pequena queda em 2010 ante 2009 (-10,1% ou de 1.029 foi para 925) na região da AID, o número de emissões ainda assim continuou muito superior a 2007 e 2008, quando sequer chegava a 100 emissões anuais. Em 2011 houve novamente um aumento, sendo que foram emitidas 1.146 DAPs. Mas o maior aumento se verifica em 2012, com significativos 89,7% de incremento. Com isso, as emissões chegaram a 2.174 DAPs nesse ano (**Figura 7.4 - 232 e Figura 7.4 - 233**).

Esse significativo aumento de emissões em 2012, dentre outros motivos, pode ser creditado à ação da Emater, órgão responsável pelas emissões de DAPs e CARs na região, o qual promoveu uma campanha de sensibilização do pequeno produtor para o acesso aos programas governamentais e à necessidade do cadastramento de identificação do Produtor por meio da DAP.

Já em 2013, nota-se uma queda considerável do número de emissões de DAPs se comparado a 2012 em todos os municípios (de 2.174 para 393, decréscimo de 81,9%). Segundo informações da Emater, esse fato esteve relacionado à falta de aprovação de projetos técnicos de créditos para os agricultores rurais, o que diminuiu a necessidade de obtenção das DAPs. Outra razão que pode ter influenciado nessa queda foi o próprio aumento significativo nas emissões de DAPs em 2012, que pode ter provocado uma baixa na demanda do ano seguinte.

Ao contrário de 2013, em 2014 tem-se um grande aumento na emissão de novas DAPs (313,2%), chegando a 1.624. Este fato está associado à aprovação de projetos que visam a liberação de crédito ao agricultor rural, conforme informado pela Emater. Outra razão que pode estar associada a esse aumento é o vencimento das DAPs expedidas em 2007 e 2008, o que pode ter levado à emissão de novas DAPs em 2014. Ao se verificar as emissões por município, nota-se que foram emitidos 318 documentos em Altamira, 470 em Anapu, 510 em Brasil Novo, 129 em Senador José Porfírio e 197 em Vitória do Xingu.

Em Altamira, nota-se que a quantidade de DAPs emitidas no período de janeiro a maio deste ano (517 DAPs com picos em janeiro e fevereiro) já supera o total de emissões de DAPs do ano inteiro de 2014 que foi de 319 DAPs. Já em Anapu, se comparado ao

mesmo período tem-se uma significativa queda na emissão de DAPs passando de 222 para apenas 40 DAPs de janeiro a maio (**Figura 7.4- 234 a Figura 7.4 - 237**).

Em Brasil Novo também nota-se uma queda na emissão de DAPs, visto que em todos os meses de 2016 se comparado a 2015 tem-se variações negativas. Já em Senador José Porfírio, o que se nota são as grandes variações no período analisado, tanto positivas quanto negativas, mostrando uma inconstância na quantidade de DAPs emitidas no município. A mesma tendência de grandes variações e inconstância é observada em Vitória do Xingu que apresentou uma queda nas emissões de DAPs em todos os meses do período analisado, exceto em fevereiro, quando houve aumento de 3 DAPs, em 2015, para 6 em 2016. A somatória de DAPs de janeiro a maio de 2015 nesse município foi de 199 DAPs. Já para o mesmo período de 2016 tem-se 42, evidenciando a queda já citada (**Figura 7.4- 238 a Figura 7.4- 253**).

Todos os municípios da AID apresentaram um grande volume de DAPs emitidas em 2015 com destaque para Senador José Porfírio e Vitória do Xingu, tendo 2015 o ano de maior número de emissões desde 2007. Essa elevada quantidade de DAPs emitidas em 2015 está associada, entre outros motivos, a campanhas realizadas pela Emater promovendo a emissão de CARs e estimulando a busca dos escritórios da empresa para a emissão de DAPs. Além disso, o fato de o Programa Minha Casa Minha Vida Rural exigir DAPs igualmente estimulou a emissão de documentos. Complementarmente, foi contratada uma empresa para prestar assistência técnica a 1.000 pescadores, sendo que a emissão de DAPs era um dos pressupostos da ação.

Destaque-se, também, as ações de Assistência Técnica e Extensão Rural Sustentável (ATES) do Projeto de Apoio à Pequena Produção e à Agricultura Familiar (4.2.1). Pelo apoio aos agricultores que adquiriram imóveis por Carta de Crédito da Norte Energia, o Projeto 4.2.1 desenvolve trabalhos caracterizando o perfil de entrada e as vulnerabilidades sociais do grupo familiar, além de ações de capacitação técnica às famílias, o que incentiva a permanência do agricultor familiar no campo, e o desenvolvimento de atividades produtivas. Além disso, incentiva a regularização de sua situação, bem como sua participação em políticas públicas voltadas à agricultura familiar.

Dentre as ações efetivas do Projeto 4.2.1 destacam-se também as capacitações do mini curso “Custo de Produção do Cacau”; da Palestra “Destino do Lixo na propriedade rural, compostagem e reaproveitamento”; e da Palestra “Cidadania e Benefícios Sociais”. Houve também ações de manejo sanitário do gado com vacinação assistida em Altamira e Brasil Novo; distribuição de manivas de Mandioca em Altamira, com o objetivo de melhorar a genética das lavouras e introduzir variedades com diferentes períodos de produção; conclusão da instalação da unidade demonstrativas (UD) de Cultivo Protegido Integrado à Avicultura no Assurini, Altamira e Mandioca em Área Mecanizada em Vitória do Xingu; início da implantação da UD de Galinha Caipira em Brasil Novo e emissão de CARs de propriedades atendidas pela ATES.

Saliente-se que, mesmo observando uma queda do número de DAPs este ano em todos os municípios, exceto Altamira, que pode ter sido influenciada pela grande demanda em 2015, promovendo assim um desaquecimento este ano, a quantidade de emissões de DAPs ainda tem sido elevada. Entre os motivos que contribuem para isto,

está o aumento das emissões de CARs nos últimos anos. No Pará, somente por meio da Emater, mais de 20 mil registros foram emitidos gratuitamente, entre 2011 e 2014, consolidando a política de regularização ambiental no Estado. O avanço, em relação a 2009 e 2010, foi significativo. Naqueles dois anos, apenas 400 cadastros foram realizados. A intensificação nas emissões de CAR colaborou com as emissões de DAPs, visto que os agricultores só podem obter a declaração se o CAR tiver sido emitido anteriormente.

Por fim, deve-se ressaltar em relação ao Indicador “**Evolução da emissão de DAPS (declaração de aptidão ao Pronaf)**” que seu objetivo era monitorar os possíveis impactos da construção da UHE Belo Monte nas atividades agropecuárias dos municípios da AID. Na ocasião, havia a hipótese de que, pela dinamização da economia regional por conta do empreendimento, tal fato poderia se refletir de maneira positiva no setor, e um dos indicadores para se mensurar tal fenômeno, seria a emissão de DAPs. Entretanto, desde 2012 constata-se que a evolução de emissão desses documentos é totalmente independente do empreendimento e apresenta uma dinâmica própria, relacionada às políticas setoriais e ações de instituições, como a Emater. Assim, não há mais sentido em continuar a acompanhar este Indicador, e se propõe que deixe de ser monitorado a partir do segundo semestre de 2016.

10.2. Indicador “25. Evolução nos preços de produtos agrícolas”

a) Análise da evolução nos preços de produtos agrícolas – Altamira

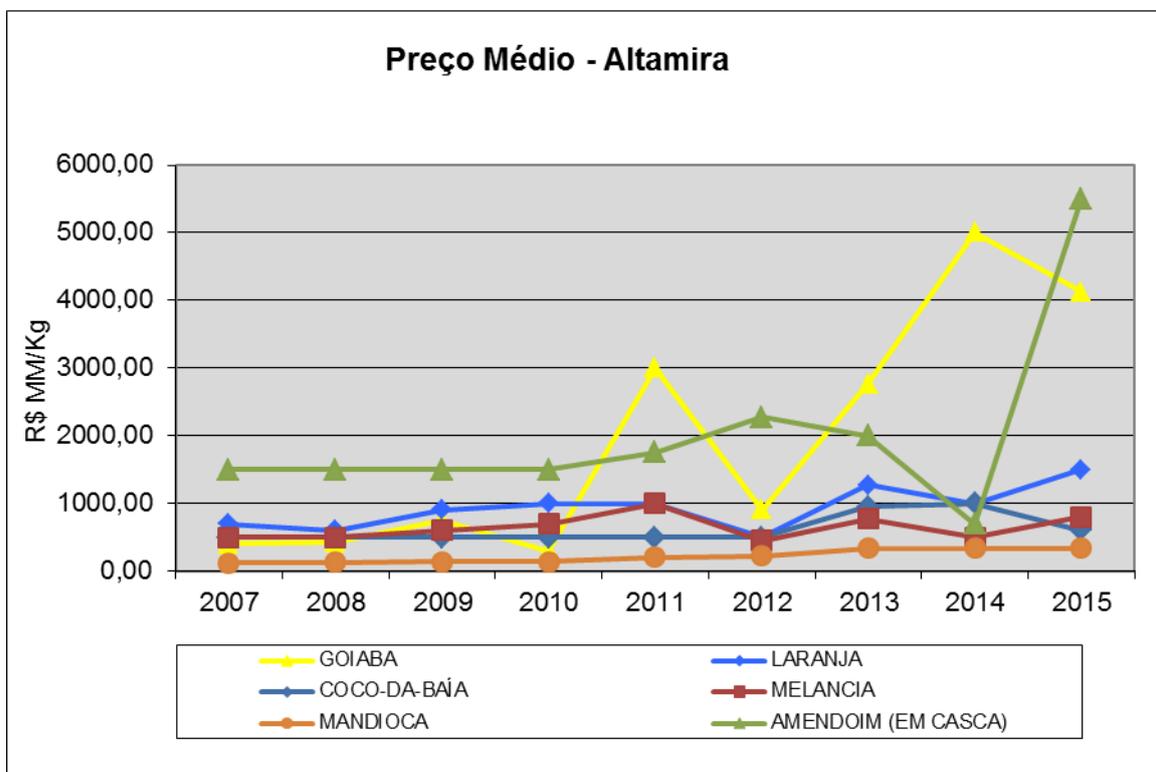


Figura 7.4 - 254 – Preço médio (R\$/T) de produtos agrícolas selecionados, em Altamira, de 2007 a 2015

Fonte: Pesquisa Agrícola Municipal (PAM) – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)/
 Elaboração Norte Energia.

Quadro 7.4 - 86 – Preço médio (R\$/T) de produtos selecionados agrícolas, em Altamira, de 2007 a 2015

PRODUTOS	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
GOIABA	400,00	420,00	750,00	300,00	3000,00	900,00	2762,00	5000,00	4129,03
var. % GOIABA		5,0	78,6	-60,0	900,0	-70,0	206,9	-17,4	-17,4
LARANJA	700,00	600,00	900,00	1000,00	1000,00	500,00	1271,88	1000,00	1500,00
var. % LARANJA		-14,3	50,0	11,1	0,0	-50,0	154,4	50,0	50,0
COCO-DA-BAÍA	500,00	500,00	500,00	500,00	500,00	500,00	953,49	1000,00	600,00
var. % COCO-DA-BAÍA		0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	90,7	-40,0	-40,0
MELANCIA	500,00	500,00	600,00	700,00	1000,00	450,00	768,00	500,00	800,00
var. % MELANCIA		0,0	20,0	16,7	42,9	-55,0	70,7	-34,9	60,0
MANDIOCA	120,00	130,00	135,00	135,00	200,00	225,06	337,21	335,00	337,37
var. % MANDIOCA		8,3	3,8	0,0	48,1	12,5	49,8	-0,7	0,7
AMENDOIM (EM CASCA)	1500,00	1500,00	1500,00	1500,00	1750,00	2275,00	2000,00	700,00	5500,00
var. % AMENDOIM		0,0	0,0	0,0	16,7	30,0	-12,1	-65,0	685,7
ABACAXI	1000,00	900,00	1200,00	1400,00	1500,00	775,00	1142,86	1000,00	1000,00
var. % ABACAXI		-10,0	33,3	16,7	7,1	-48,3	47,5	-12,5	0,0
MARACUJÁ	700,00	900,00	1000,00	2000,00	2000,00	2100,00	2950,00	3000,00	2500,00

PRODUTOS	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
var. % MARACUJÁ		28,6	11,1	100,0	0,0	5,0	40,5	1,7	-16,7
FEIJÃO	1333,00	2966,67	1500,00	1183,00	1891,94	2656,01	3659,73	2404,86	3000,00
var. % FEIJÃO		122,6	-49,4	-21,1	59,9	40,4	37,8	-34,3	24,7
MILHO	583,50	500,00	583,00	790,00	634,00	580,00	688,00	750,00	900,00
var. % MILHO		-14,3	16,6	35,5	-19,7	-8,5	18,6	9,0	20,0
BANANA	200,00	190,00	480,00	500,00	350,00	535,00	588,89	600,00	500,00
var. % BANANA		-5,0	152,6	4,2	-30,0	52,9	10,1	1,9	-16,7
TOMATE	1750,00	1500,00	2000,00	2500,00	2000,00	2208,75	2411,00	2000,00	3000,00
var. % TOMATE		-14,3	33,3	25,0	-20,0	10,4	9,2	-17,0	50,0
ARROZ	450,00	775,00	563,00	600,00	584,00	580,00	588,89	667,00	750,00
var. % ARROZ		72,2	-27,4	6,6	-2,7	-0,7	1,5	13,3	12,4
LIMÃO	s/i	s/i	s/i	s/i	s/i	600,00	1577,50	1800,00	2000,00
var. % LIMÃO		-	-	-	-	-	162,9	14,1	11,1
CANA-DE-AÇÚCAR	80,00	100,00	20,00	100,00	100,00	125,75	142,94	150,00	150,00
var. % CANA-DE-AÇÚCAR		25,0	-80,0	400,0	0,0	25,8	13,7	4,9	0,0
MAMÃO	500,00	510,00	900,00	1500,00	s/i	1200,00	1272,22	1500,00	1500,00
var. % MAMÃO		2,0	76,5	66,7	-	-	6,0	17,9	0,0

Fonte: Pesquisa Agrícola Municipal - PAM – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)/
Elaboração Norte Energia.

b) Análise da evolução nos preços de produtos agrícolas – Anapu

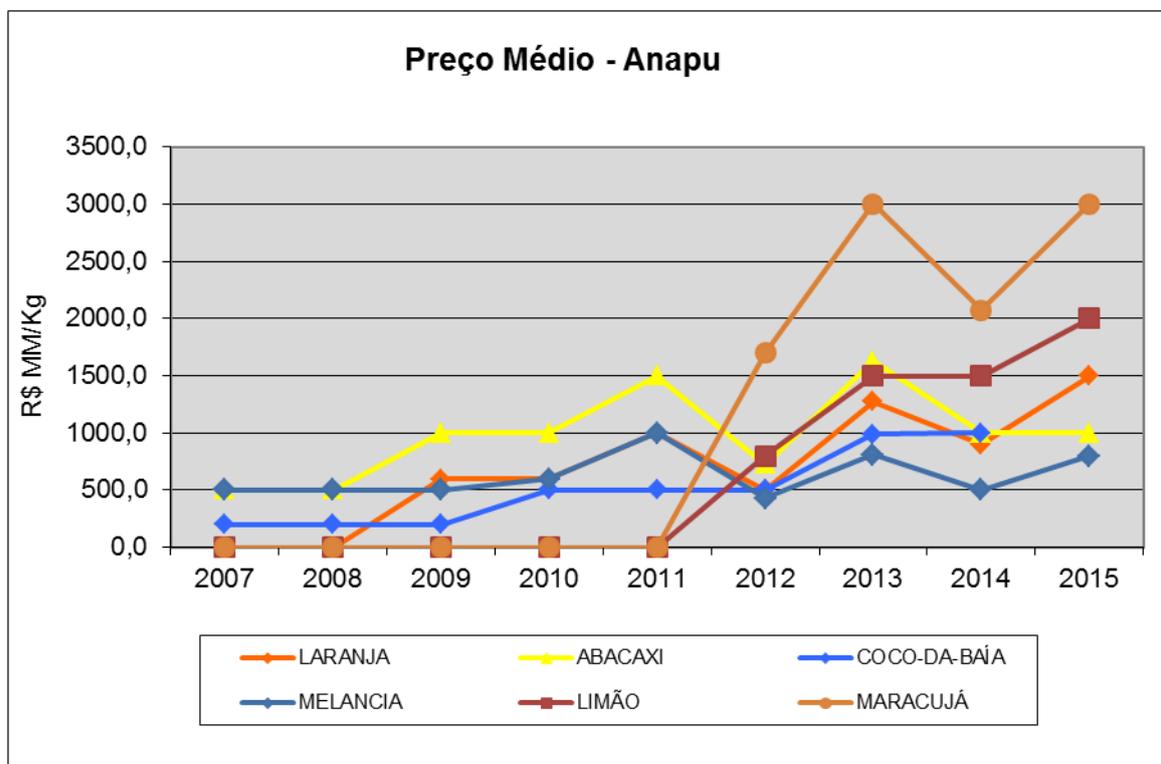


Figura 7.4 - 255 – Preço médio (R\$/T) de produtos agrícolas selecionados, em Anapu, de 2007 a 2015

Fonte: Pesquisa Agrícola Municipal (PAM) – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)/
Elaboração Norte Energia.

Quadro 7.4 - 87 – Preço médio (R\$/T) de produtos agrícolas selecionados, em Anapu, de 2007 a 2015

PRODUTOS	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
LARANJA	s/i	s/i	600,00	600,00	1000,00	500,00	1275,00	900,00	1500,00
var. % LARANJA		-		0,0	66,7	-50,0	155,0	-29,4	66,7
ABACAXI	500,00	500,00	1000,00	1000,00	1500,00	725,00	1625,00	1000,00	1000,00
var. % ABACAXI		0,0	100,0	0,0	50,0	-51,7	124,1	-38,5	0,0
COCO-DA-BAÍÁ	200,00	200,00	200,00	500,00	500,00	500,00	990,00	1000,00	500,00
var. % COCO-DA-BAÍÁ		0,0	0,0	150,0	0,0	0,0	98,0	1,0	-50,0
MELANCIA	500,00	500,00	500,00	600,00	1000,00	430,00	810,00	500,00	800,00
var. % MELANCIA		0,0	0,0	20,0	66,7	-57,0	88,4	-38,3	60,0
LIMÃO	s/i	s/i	s/i	s/i	s/i	800,00	1500,00	1500,00	2000,00
var. % LIMÃO		-	-	-	-		87,5	0,0	33,3
MARACUJÁ	s/i	s/i	s/i	s/i	s/i	1700,00	3000,00	2075,00	3000,00
var. % MARACUJÁ		-	-	-	-		76,5	-30,8	44,6
CASTANHA DE CAJU	300,00	300,00	300,00	300,00	500,00	545,00	800,00	s/i	s/i
var. % CASTANHA DE CAJU		0,0	0,0	0,0	66,7	9,0	46,8	-	-
MANDIOCA	120,00	125,00	250,00	200,00	200,00	272,73	372,85	409,80	317,07
var. % MANDIOCA		4,2	100,0	-20,0	0,0	36,4	36,7	9,9	-22,6
TANGERINA	s/i	s/i	s/i	s/i	s/i	780,00	1000,00	1000,00	1500,00
var. % TANGERINA		-	-	-	-		28,2	0,0	50,0
ARROZ	500,00	833,00	583,00	583,00	584,00	550,00	667,00	667,00	833,00
var. % ARROZ		66,6	-30,0	0,0	0,2	-5,8	21,3	0,0	24,9
MILHO	417,00	420,00	500,00	500,00	634,00	668,30	755,00	750,00	900,00
var. % MILHO		0,7	19,0	0,0	26,8	5,4	13,0	-0,7	20,0
MAMÃO	1000,00	500,00	400,00	1500,00	750,00	975,00	1100,00	1260,00	0,00
var. % MAMÃO		-50,0	-20,0	275,0	-50,0	30,0	12,8	14,5	-
PALMITO	500,00	450,00	450,00	400,00	500,00	582,50	650,00	500,00	100,00
var. % PALMITO		-10,0	0,0	-11,1	25,0	16,5	11,6	-23,1	-80,0
FEIJÃO	1750,00	3250,00	1900,00	3000,00	3667,00	3000,00	3086,09	2200,00	3000,00
var. % FEIJÃO		85,7	-41,5	57,9	22,2	-18,2	2,9	-28,7	36,4
BANANA	300,00	200,00	250,00	200,00	350,00	530,00	470,00	480,00	500,00
var. % BANANA		-33,3	25,0	-20,0	75,0	51,4	-11,3	2,1	4,2
TOMATE	1500,00	1300,00	1300,00	s/i	s/i	s/i	s/i	2000,00	3000,00
var. % TOMATE		-13,3	0,0	-	-	-	-	-	50,0

Fonte: Pesquisa Agrícola Municipal (PAM) – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)/

Elaboração Norte Energia.

1. n/a igual a não se aplica.

c) Análise da evolução nos preços de produtos agrícolas – Brasil Novo

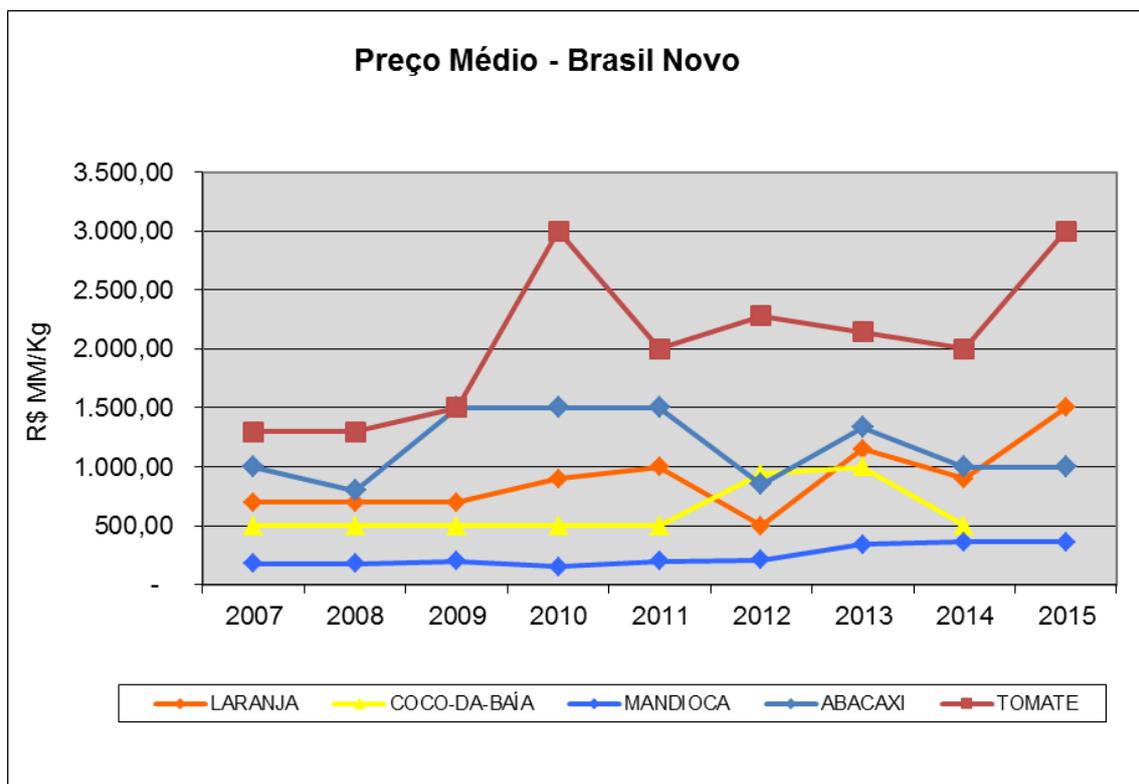


Figura 7.4 - 256 – Preço médio (R\$/T) de produtos agrícolas selecionados, em Brasil Novo, de 2007 a 2015

Fonte: Pesquisa Agrícola Municipal (PAM) – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)/
Elaboração Norte Energia.

Quadro 7.4 - 88 – Preço médio (R\$/T) de produtos agrícolas selecionados, em Brasil Novo, de 2007 a 2015

PRODUTOS	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
LARANJA	700,00	700,00	700,00	900,00	1.000,00	500,00	1.150,00	900,00	1.500,00
var. % LARANJA		0,0	0,0	28,6	11,1	-50,0	130,0	-21,7	66,7
COCO-DA-BAÍA	400,00	500,00	500,00	500,00	500,00	500,00	937,50	1.000,00	500,00
var. % COCO-DA-BAÍA		25,0	0,0	0,0	0,0	0,0	87,5	6,7	-50,0
MANDIOCA	180,00	180,00	200,00	150,00	200,00	211,70	340,55	363,64	363,64
var. % MANDIOCA		0,0	11,1	-25,0	33,3	5,9	60,9	6,8	0,0
ABACAXI	1.000,00	800,00	1.500,00	1.500,00	1.500,00	850,00	1.333,33	1.000,00	1.000,00
var. % ABACAXI		-20,0	87,5	0,0	0,0	-43,3	56,9	-25,0	0,0
TOMATE	1.300,00	1.300,00	1.500,00	3.000,00	2.000,00	2.278,60	2.142,86	2.000,00	3.000,00
var. % TOMATE		0,0	15,4	100,0	-33,3	13,9	-6,0	-6,7	50,0
ARROZ	450,00	833,00	583,00	666,00	584,00	500,00	700,00	667,00	750,00
var. % ARROZ		85,1	-30,0	14,2	-12,3	-14,4	40,0	-4,7	12,4
MELANCIA	500,00	500,00	500,00	700,00	1.000,00	640,00	892,86	500,00	800,00
var. % MELANCIA		0,0	0,0	40,0	42,9	-36,0	39,5	-44,0	60,0

PRODUTOS	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
BANANA	200,00	250,00	250,00	300,00	350,00	483,50	575,00	492,50	500,00
var. % BANANA		25,0	0,0	20,0	16,7	38,1	18,9	-14,3	1,5
MILHO	670,00	588,00	583,00	500,00	634,00	600,00	676,90	712,50	900,00
var. % MILHO		-12,2	-0,9	-14,2	26,8	-5,4	12,8	5,3	26,3
FEIJÃO	1.350,00	3.000,00	2.000,00	2.333,00	1.865,52	2.620,83	2.955,05	2.312,50	3.000,00
var. % FEIJÃO		122,2	-33,3	16,7	-20,0	40,5	12,8	-21,7	29,7
MAMÃO	600,00	480,00	900,00	1.500,00	1.000,00	1.322,50	1.169,00	1.100,00	1.500,00
var. % MAMÃO		-20,0	87,5	66,7	-33,3	32,3	-11,6	-5,9	36,4
CANA-DE-AÇÚCAR	s/i	s/i	s/i	s/i	s/i	130,00	142,50	150,00	150,00
var. % CANA-DE-AÇÚCAR		-	-	-	-	-	9,6	5,3	0,0

Fonte: Pesquisa Agrícola Municipal (PAM) – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)/
 Elaboração Norte Energia.

d) Análise da evolução nos preços de produtos agrícolas – Senador José Porfírio

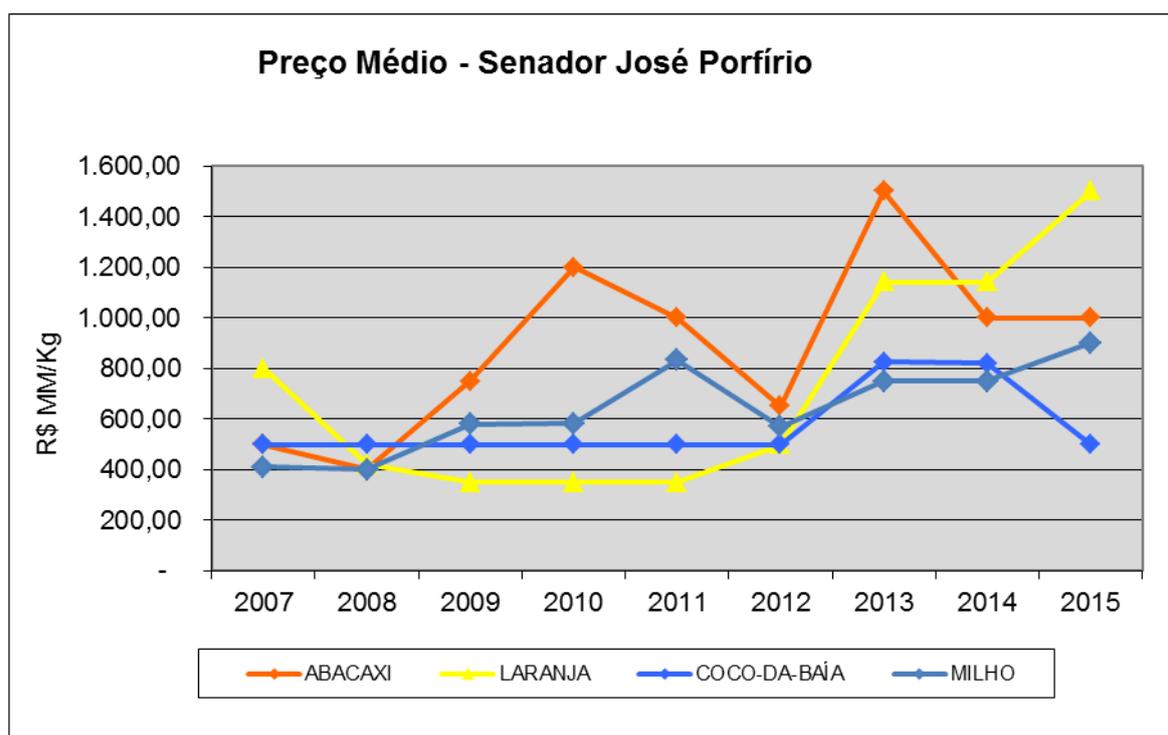


Figura 7.4- 257 – Preço médio (R\$/T) de produtos agrícolas selecionados, em Senador José Porfírio, de 2007 a 2015

Fonte: Pesquisa Agrícola Municipal (PAM) – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)/
 Elaboração Norte Energia.

Quadro 7.4 - 89 – Preço médio (R\$/T) de produtos agrícolas selecionados, em Senador José Porfírio, de 2007 a 2015

PRODUTOS	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
ABACAXI var. % ABACAXI	500,00	400,00 -20,0	750,00 87,5	1.200,00 60,0	1.000,00 -16,7	650,00 -35,0	1.500,00 130,8	1.000,00 -33,3	1.000,00 0,0
LARANJA var. % LARANJA	800,00	420,00 -47,5	350,00 -16,7	350,00 0,0	350,00 0,0	500,00 42,9	1.140,00 128,0	1.140,00 0,0	1.500,00 31,6
COCO-DA-BAÍÁ var. % COCO-DA-BAÍÁ	500,00	500,00 0,0	500,00 0,0	500,00 0,0	500,00 0,0	500,00 0,0	825,00 65,0	820,00 -0,6	500,00 -39,0
MILHO var. % MILHO	410,00	400,00 -2,4	580,00 45,0	583,00 0,5	833,00 42,9	570,00 -31,6	748,00 31,2	750,00 0,3	900,00 20,0
ARROZ var. % ARROZ	410,00	666,00 62,4	583,00 -12,5	500,00 -14,2	666,00 33,2	470,00 -29,4	600,00 27,7	667,00 11,2	750,00 12,4
MANDIOCA var. % MANDIOCA	180,00	200,00 11,1	200,00 0,0	200,00 0,0	200,00 0,0	203,85 1,9	233,93 14,8	366,67 56,7	366,67 0,0
BANANA var. % BANANA	180,00	200,00 11,1	500,00 150,0	300,00 -40,0	300,00 0,0	475,00 58,3	535,71 12,8	400,00 -25,3	500,00 25,0
FEIJÃO var. % FEIJÃO	1.750,00	3.250,00 85,7	2.750,00 -15,4	2.100,00 -23,6	2.158,82 2,8	2.768,75 28,3	2.460,00 -11,2	2.333,33 -5,1	3.000,00 28,6
CANA-DE-AÇÚCAR var. % CANA-DE-AÇÚCAR	80,00	80,00 0,0	120,00 50,0	120,00 0,0	120,00 0,0	120,00 0,0	120,00 0,0	150,00 25,0	150,00 0,0
MELANCIA var. % MELANCIA	s/i	s/i -	s/i -	s/i -	s/i -	420,00 -	645,45 53,7	500,00 -22,5	800,00 60,0

Fonte: Pesquisa Agrícola Municipal (PAM) – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)/
Elaboração Norte Energia.

e) Análise da evolução nos preços de produtos agrícolas – Vitória do Xingu

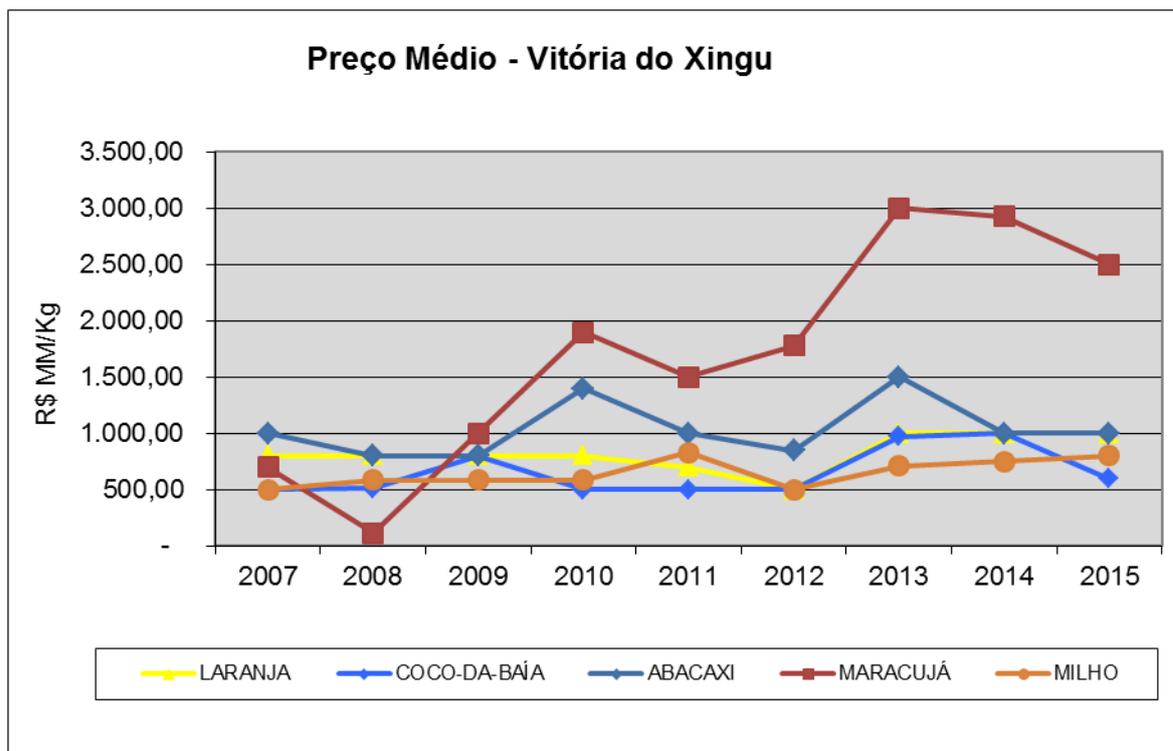


Figura 7.4 - 258 – Preço médio (R\$/T) de produtos agrícolas selecionados, em Vitória do Xingu, de 2007 a 2015

Fonte: Pesquisa Agrícola Municipal (PAM) – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)/
Elaboração Norte Energia.

Quadro 7.4 - 90 – Preço médio (R\$/T) de produtos agrícolas selecionados, em Vitória do Xingu, de 2007 a 2015

PRODUTOS	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
LARANJA	800,00	800,00	800,00	800,00	700,00	500,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00
var. % LARANJA		0,0	0,0	0,0	-12,5	-28,6	100,0	0,0	0,0
COCO-DA-BAÍA	500,00	510,00	800,00	500,00	500,00	500,00	970,00	1.000,00	600,00
var. % COCO-DA-BAÍA		2,0	56,9	-37,5	0,0	0,0	94,0	3,1	-40,0
ABACAXI	1.000,00	800,00	800,00	1.400,00	1.000,00	850,00	1.500,00	1.000,00	1.000,00
var. % ABACAXI		-20,0	0,0	75,0	-28,6	-15,0	76,5	-33,3	0,0
MARACUJÁ	700,00	114,00	1.000,00	1.900,00	1.500,00	1.780,00	3.000,00	2.925,00	2.500,00
var. % MARACUJÁ		-83,7	777,2	90,0	-21,1	18,7	68,5	-2,5	-14,5
MILHO	500,00	583,00	583,00	583,00	833,00	500,00	708,30	750,00	800,00
var. % MILHO		16,6	0,0	0,0	42,9	-40,0	41,7	5,9	6,7
MANDIOCA	110,00	135,00	135,00	120,00	200,00	234,25	315,65	323,73	350,00
var. % MANDIOCA		22,7	0,0	-11,1	66,7	17,1	34,7	2,6	8,1
FEIJÃO	1.400,00	3.500,00	2.000,00	2.500,00	2.195,65	2.415,65	3.155,10	2.187,50	3.000,00
var. % FEIJÃO		150,0	-42,9	25,0	-12,2	10,0	30,6	-30,7	37,1
CANA-DE-AÇÚCAR	80,00	80,00	80,00	100,00	100,00	92,00	118,00	150,00	150,00

PRODUTOS	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
var. % CANA-DE-AÇÚCAR		0,0	0,0	25,0	0,0	-8,0	28,3	27,1	0,0
ARROZ	500,00	667,00	667,00	666,00	666,00	540,00	650,20	667,00	750,00
var. % ARROZ		33,4	0,0	-0,1	0,0	-18,9	20,4	2,6	12,4
BANANA	200,00	210,00	400,00	200,00	500,00	540,00	430,00	400,00	500,00
var. % BANANA		5,0	90,5	-50,0	150,0	8,0	-20,4	-7,0	25,0
MAMÃO	500,00	500,00	500,00	1.500,00	1.500,00	1.061,00	1.125,00	1.050,00	1.200,00
var. % MAMÃO		0,0	0,0	200,0	0,0	-29,3	6,0	-6,7	14,3
LIMÃO	s/i	s/i	s/i	s/i	s/i	600,00	820,00	1.500,00	1.500,00
var. % LIMÃO		-	-	-	-	-	36,7	82,9	0,0
MELANCIA	s/i	s/i	s/i	s/i	s/i	295,00	1.000,00	500,00	800,00
var. % MELANCIA		-	-	-	-	-	-	-50,0	60,0

Fonte: Pesquisa Agrícola Municipal (PAM) – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)/
 Elaboração Norte Energia.

f) Análise da evolução nos preços de produtos agrícolas – Gurupá

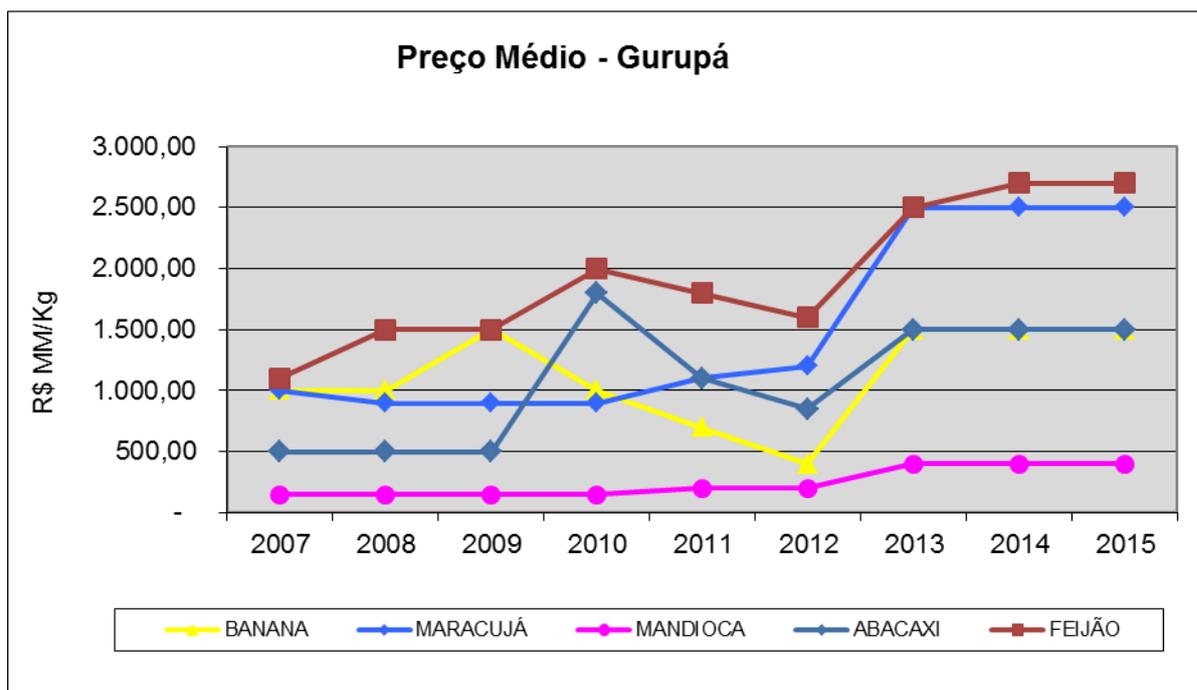


Figura 7.4 - 259 – Preço médio (R\$/T) de produtos agrícolas selecionados, em Gurupá, de 2007 a 2015

Fonte: Pesquisa Agrícola Municipal (PAM) – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)/
 Elaboração Norte Energia.

Quadro 7.4 - 91 – Preço médio (R\$/T) de produtos agrícolas selecionados, em Gurupá, de 2007 a 2015

PRODUTOS	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
BANANA var. % BANANA	1.000,00	1.000,00 0,0	1.500,00 50,0	1.000,00 -33,3	700,00 -30,0	400,00 -42,9	1.500,00 275,0	1.500,00 0,0	1.500,00 0,0
MARACUJÁ var. % MARACUJÁ	1.000,00	900,00 -10,0	900,00 0,0	900,00 0,0	1.100,00 22,2	1.200,00 9,1	2.500,00 108,3	2.500,00 0,0	2.500,00 0,0
MANDIOCA var. % MANDIOCA	150,00	150,00 0,0	150,00 0,0	150,00 0,0	200,00 33,3	200,00 0,0	400,00 100,0	400,00 0,0	400,00 0,0
ABACAXI var. % ABACAXI	500,00	500,00 0,0	500,00 0,0	1.800,00 260,0	1.100,00 -38,9	850,00 -22,7	1.500,00 76,5	1.500,00 0,0	1.500,00 0,0
FEIJÃO var. % FEIJÃO	1.100,00	1.500,00 36,4	1.500,00 0,0	2.000,00 33,3	1.800,00 -10,0	1.600,00 -11,1	2.500,00 56,3	2.700,00 8,0	2.700,00 0,0
MAMÃO var. % MAMÃO	s/i	s/i -	s/i -	800,00 -	800,00 0,0	1.125,00 40,6	1.500,00 33,3	1.500,00 0,0	1.500,00 0,0
MILHO var. % MILHO	500,00	500,00 0,0	600,00 20,0	800,00 33,3	600,00 -25,0	600,00 0,0	600,00 0,0	900,00 50,0	900,00 0,0
ARROZ var. % ARROZ	600,00	600,00 0,0	600,00 0,0	800,00 33,3	600,00 -25,0	550,00 -8,3	500,00 -9,1	800,00 60,0	800,00 0,0
MELANCIA var. % MELANCIA	300,00	300,00 0,0	400,00 33,3	800,00 100,0	550,00 -31,3	600,00 9,1	400,00 -33,3	400,00 0,0	400,00 0,0
LARANJA var. % LARANJA	s/i	s/i -	s/i -	120,00 -	350,00 191,7	200,00 -42,9	200,00 0,0	200,00 0,0	350,00 75,0
CANA-DE- AÇÚCAR var. % CANA-DE- AÇÚCAR	100,00	100,00 0,0	100,00 0,0	100,00 0,0	120,00 20,0	120,00 0,0	120,00 0,0	120,00 0,0	s/i -

Fonte: Pesquisa Agrícola Municipal (PAM) – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)/
Elaboração Norte Energia.

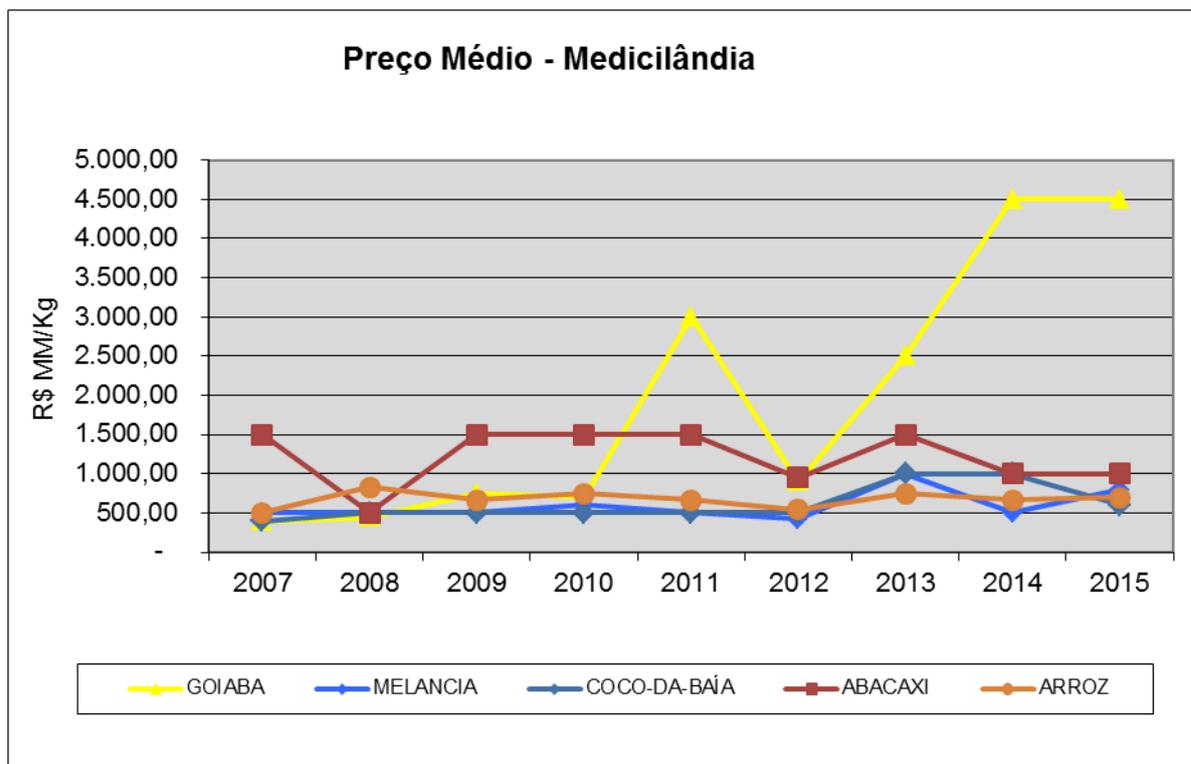
g) Análise da evolução nos preços de produtos agrícolas – Medicilândia


Figura 7.4 - 260 – Preço médio (R\$/T) de produtos agrícolas selecionados, em Medicilândia, de 2007 a 2015

Fonte: Pesquisa Agrícola Municipal (PAM) – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)/
 Elaboração Norte Energia.

Quadro 7.4 - 92 – Preço médio (R\$/T) de produtos agrícolas selecionados, em Medicilândia, de 2007 a 2015

PRODUTOS	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
GOIABA	400,00	450,00	750,00	700,00	3.000,00	900,00	2.500,00	4.500,00	4.500,00
var. % GOIABA		12,5	66,7	-6,7	328,6	-70,0	177,8	80,0	0,0
MELANCIA	500,00	500,00	500,00	600,00	500,00	420,00	1.000,00	500,00	800,00
var. % MELANCIA		0,0	0,0	20,0	-16,7	-16,0	138,1	-50,0	60,0
COCO-DA-BAÍA	400,00	500,00	500,00	500,00	500,00	500,00	1.000,00	1.000,00	600,00
var. % COCO-DA-BAÍA		25,0	0,0	0,0	0,0	0,0	100,0	0,0	-40,0
ABACAXI	1.500,00	500,00	1.500,00	1.500,00	1.500,00	950,00	1.500,00	1.000,00	1.000,00
var. % ABACAXI		-66,7	200,0	0,0	0,0	-36,7	57,9	-33,3	0,0
ARROZ	500,00	833,00	666,00	750,00	666,00	540,00	750,00	667,00	700,00
var. % ARROZ		66,6	-20,0	12,6	-11,2	-18,9	38,9	-11,1	4,9
MILHO	500,00	450,00	666,00	500,00	750,00	600,00	702,50	750,00	900,00
var. % MILHO		-10,0	48,0	-24,9	50,0	-20,0	17,1	6,8	20,0
MAMÃO	850,00	850,00	900,00	1.400,00	1.000,00	1.090,00	1.252,50	1.500,00	1.500,00
var. % MAMÃO		0,0	5,9	55,6	-28,6	9,0	14,9	19,8	0,0
MARACUJÁ	800,00	800,00	800,00	2.000,00	1.000,00	2.400,00	2.718,75	2.500,00	2.500,00

PRODUTOS	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
var. % MARACUJÁ		0,0	0,0	150,0	-50,0	140,0	13,3	-8,0	0,0
MANDIOCA	175,00	180,00	180,00	210,00	210,00	246,60	271,45	341,67	600,00
var. % MANDIOCA		2,9	0,0	16,7	0,0	17,4	10,1	25,9	75,6
FEIJÃO	1.500,00	3.000,00	2.330,00	3.000,00	2.000,00	3.258,61	3.538,07	2.357,14	3.000,00
var. % FEIJÃO		100,0	-22,3	28,8	-33,3	62,9	8,6	-33,4	27,3
BANANA	225,00	250,00	250,00	350,00	350,00	495,00	393,33	485,00	500,00
var. % BANANA		11,1	0,0	40,0	0,0	41,4	-20,5	23,3	3,1
TOMATE	1.388,00	1.125,00	1.200,00	2.000,00	1.750,00	2.192,50	2.071,43	2.000,00	3.000,00
var. % TOMATE		-18,9	6,7	66,7	-12,5	25,3	-5,5	-3,4	50,0
LARANJA	675,00	s/i	s/i	s/i	s/i	500,00	1.400,00	1.000,00	1.000,00
var. % LARANJA		-	-	-	-	-	180,0	-28,6	0,0

Fonte: Pesquisa Agrícola Municipal (PAM) – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)/
 Elaboração Norte Energia.

h) Análise da evolução nos preços de produtos agrícolas – Pacajá

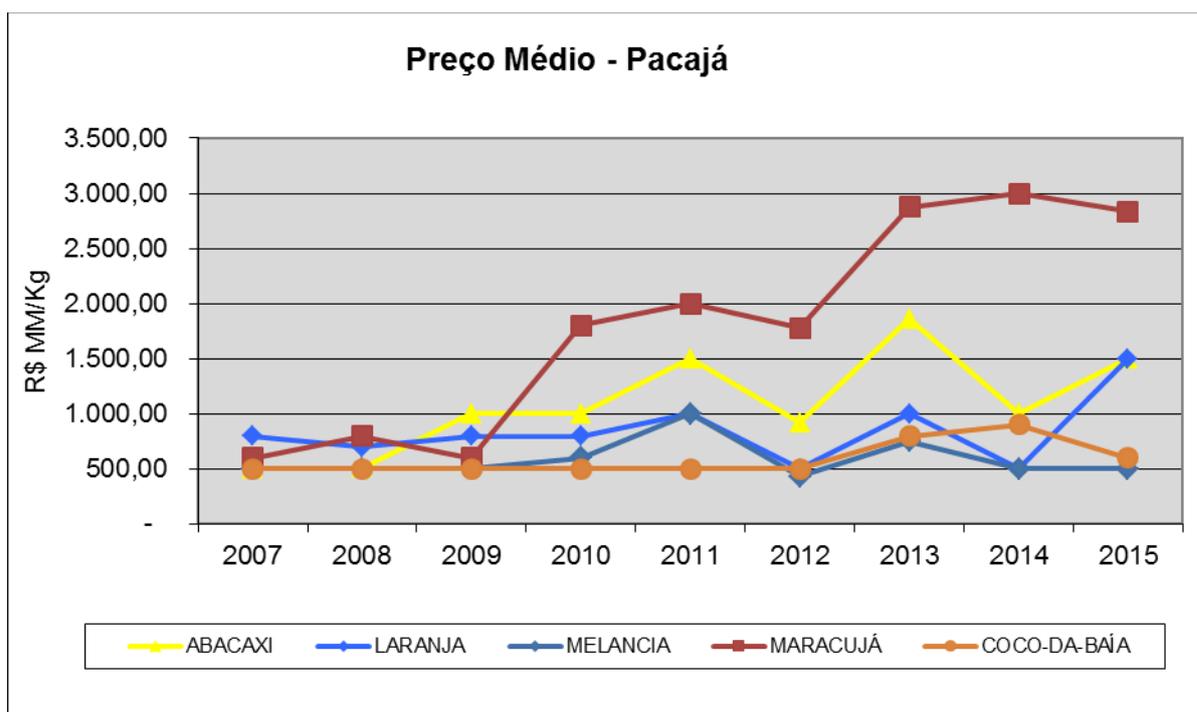


Figura 7.4 - 261 – Preço médio (R\$/T) de produtos agrícolas selecionados, em Pacajá, de 2007 a 2015

Fonte: Pesquisa Agrícola Municipal (PAM) – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)/
 Elaboração Norte Energia.

Quadro 7.4 - 93 – Preço médio (R\$/T) de produtos agrícolas selecionados, em Pacajá, de 2007 a 2015

PRODUTOS	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
ABACAXI	500,00	510,00	1.000,00	1.000,00	1.500,00	920,00	1.862,50	1.000,00	1.500,00
var. % ABACAXI		2,0	96,1	0,0	50,0	-38,7	102,4	-46,3	50,0

LARANJA var. % LARANJA	800,00	700,00	800,00	800,00	1.000,00	500,00	1.000,00	500,00	1.500,00
		-12,5	14,3	0,0	25,0	-50,0	100,0	-50,0	200,0
MELANCIA var. % MELANCIA	500,00	500,00	500,00	600,00	1.000,00	430,00	750,00	500,00	500,00
		0,0	0,0	20,0	66,7	-57,0	74,4	-33,3	0,0
MARACUJÁ var. % MARACUJÁ	600,00	800,00	600,00	1.800,00	2.000,00	1.780,00	2.875,00	3.000,00	2.833,33
		33,3	-25,0	200,0	11,1	-11,0	61,5	4,3	-5,6
COÇO-DA-BAÍÁ var. % COÇO-DA-BAÍÁ	500,00	500,00	500,00	500,00	500,00	500,00	800,00	900,00	600,00
		0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	60,0	12,5	-33,3
MANDIOCA var. % MANDIOCA	100,00	120,00	100,00	220,00	190,00	248,50	344,11	292,57	322,00
		20,0	-16,7	120,0	-13,6	30,8	38,5	-15,0	10,1
ARROZ var. % ARROZ	500,00	750,00	833,00	583,00	584,00	490,00	662,00	667,00	830,00
		50,0	11,1	-30,0	0,2	-16,1	35,1	0,8	24,4
FEIJÃO var. % FEIJÃO	1.500,00	3.400,00	1.583,00	1.833,00	3.667,00	2.777,27	3.325,00	2.300,00	3.000,00
		126,7	-53,4	15,8	100,1	-24,3	19,7	-30,8	30,4
MILHO var. % MILHO	500,00	400,00	600,00	666,00	634,00	683,20	752,35	750,00	700,00
		-20,0	50,0	11,0	-4,8	7,8	10,1	-0,3	-6,7
BANANA var. % BANANA	300,00	250,00	350,00	400,00	350,00	520,00	513,33	500,00	500,00
		-16,7	40,0	14,3	-12,5	48,6	-1,3	-2,6	0,0
CANA-DE-AÇÚCAR var. % CANA-DE-AÇÚCAR	100,00	100,00	150,00	150,00	100,00	120,00	120,00	130,00	130,00
		0,0	50,0	0,0	-33,3	20,0	0,0	8,3	0,0

Fonte: Pesquisa Agrícola Municipal (PAM) – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)/
Elaboração Norte Energia.

i) Análise da evolução nos preços de produtos agrícolas – Placas

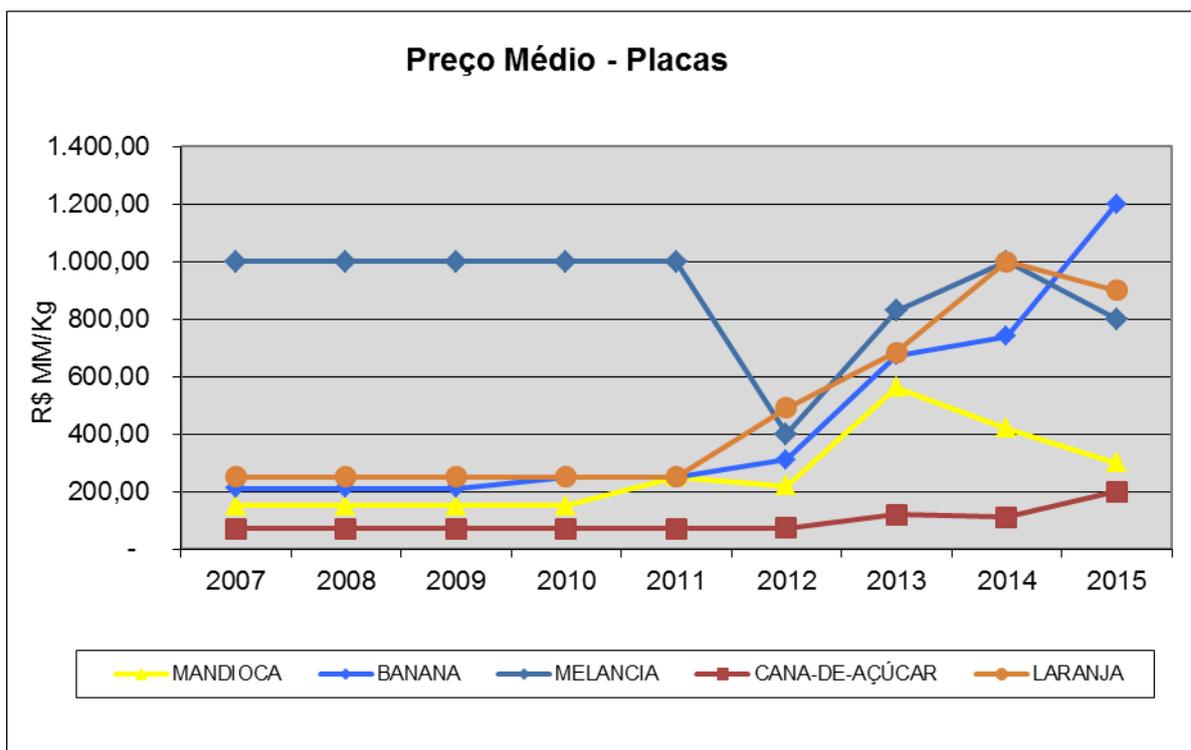


Figura 7.4 - 262 – Preço médio (R\$/T) de produtos agrícolas selecionados, em Placas, de 2007 a 2015

Fonte: Pesquisa Agrícola Municipal (PAM) – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)/
 Elaboração Norte Energia.

Quadro 7.4 - 94 – Preço médio (R\$/T) de produtos agrícolas selecionados, em Placas, de 2007 a 2015

PRODUTOS	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
MANDIOCA	150,00	150,00	150,00	150,00	250,00	220,00	562,00	420,00	300,00
var. % MANDIOCA		0,0	0,0	0,0	66,7	-12,0	155,5	-25,3	-28,6
BANANA	210,00	210,00	210,00	250,00	250,00	310,00	674,00	740,00	1.200,00
var. % BANANA		0,0	0,0	19,0	0,0	24,0	117,4	9,8	62,2
MELANCIA	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	400,00	830,00	1.000,00	800,00
var. % MELANCIA		0,0	0,0	0,0	0,0	-60,0	107,5	20,5	-20,0
CANA-DE-AÇÚCAR	70,00	70,00	70,00	70,00	70,00	72,00	120,00	110,00	200,00
var. % CANA-DE-AÇÚCAR		0,0	0,0	0,0	0,0	2,9	66,7	-8,3	81,8
LARANJA	250,00	250,00	250,00	250,00	250,00	490,00	684,00	1.000,00	900,00
var. % LARANJA		0,0	0,0	0,0	0,0	96,0	39,6	46,2	-10,0
COCO-DA-BAÍÁ	250,00	250,00	250,00	300,00	350,00	473,00	528,50	788,00	800,00
var. % COCO-DA-BAÍÁ		0,0	0,0	20,0	16,7	35,1	11,7	49,1	1,5
FEIJÃO	1.660,00	3.300,00	2.300,00	1.175,00	6.600,00	2.696,36	2.890,91	2.636,36	1.800,00
var. % FEIJÃO		98,8	-30,3	-48,9	461,7	-59,1	7,2	-8,8	-31,7
ABACAXI	1.000,00	800,00	800,00	500,00	500,00	790,00	800,00	788,00	1.000,00
var. % ABACAXI		-20,0	0,0	-37,5	0,0	58,0	1,3	-1,5	26,9

MILHO	500,00	550,00	660,00	700,00	580,00	572,00	506,00	650,00	420,00
var. % MILHO		10,0	20,0	6,1	-17,1	-1,4	-11,5	28,5	-35,4
ARROZ	500,00	750,00	630,00	650,00	630,00	587,00	482,00	640,00	600,00
var. % ARROZ		50,0	-16,0	3,2	-3,1	-6,8	-17,9	32,8	-6,3
TOMATE	s/i	s/i	735,00	850,00	1.100,00	1.320,00	2.560,00	2.150,00	1.500,00
var. % TOMATE		-	-	15,6	29,4	20,0	93,9	-16,0	-30,2

Fonte: Pesquisa Agrícola Municipal (PAM) – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)/
Elaboração Norte Energia.

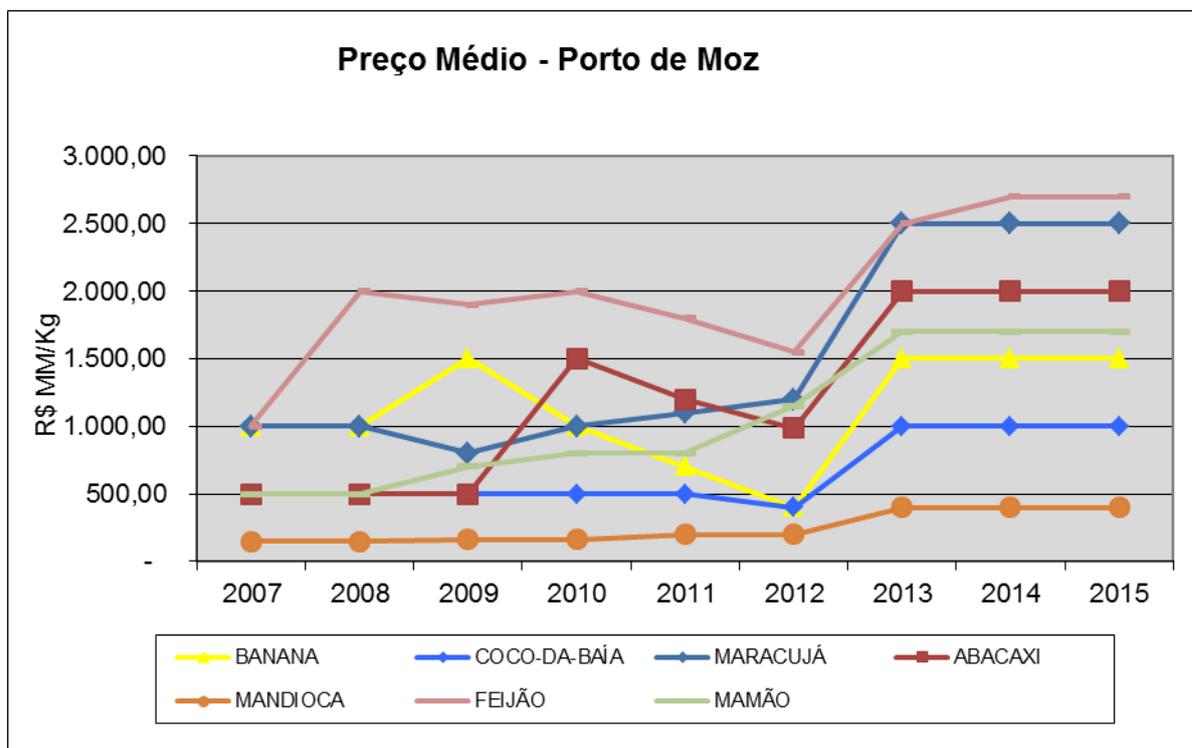
j) Análise da evolução nos preços de produtos agrícolas – Porto de Moz


Figura 7.4 - 263 – Preço médio (R\$/T) de produtos agrícolas selecionados, em Porto de Moz, de 2007 a 2015

Fonte: Pesquisa Agrícola Municipal (PAM) – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)/
 Elaboração Norte Energia.

Quadro 7.4 - 95 – Preço médio (R\$/T) de produtos agrícolas selecionados, em Porto de Moz, de 2007 a 2015

PRODUTOS	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
BANANA	1.000,00	1.000,00	1.500,00	1.000,00	700,00	400,00	1.500,00	1.500,00	1.500,00
var. % BANANA		0,0	50,0	-33,3	-30,0	-42,9	275,0	0,0	0,0
COCO-DA-BAÍA	500,00	500,00	500,00	500,00	500,00	400,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00
var. % COCO-DA-BAÍA		0,0	0,0	0,0	0,0	-20,0	150,0	0,0	0,0
MARACUJÁ	1.000,00	1.000,00	800,00	1.000,00	1.100,00	1.200,00	2.500,00	2.500,00	2.500,00
var. % MARACUJÁ		0,0	-20,0	25,0	10,0	9,1	108,3	0,0	0,0
ABACAXI	500,00	500,00	500,00	1.500,00	1.200,00	985,00	2.000,00	2.000,00	2.000,00
var. % ABACAXI		0,0	0,0	200,0	-20,0	-17,9	103,0	0,0	0,0
MANDIOCA	150,00	150,00	160,00	160,00	200,00	200,00	400,00	400,00	400,00
var. % MANDIOCA		0,0	6,7	0,0	25,0	0,0	100,0	0,0	0,0
FEIJÃO	1.000,00	2.000,00	1.900,00	2.000,00	1.800,00	1.550,00	2.500,00	2.700,00	2.700,00
var. % FEIJÃO		100,0	-5,0	5,3	-10,0	-13,9	61,3	8,0	0,0
MAMÃO	500,00	500,00	700,00	800,00	800,00	1.150,00	1.700,00	1.700,00	1.700,00
var. % MAMÃO		0,0	40,0	14,3	0,0	43,8	47,8	0,0	0,0
CANA-DE-AÇÚCAR	100,00	100,00	100,00	100,00	120,00	120,00	150,00	150,00	150,00

PRODUTOS	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
var. % CANA-DE-AÇÚCAR		0,0	0,0	0,0	20,0	0,0	25,0	0,0	0,0
ARROZ	600,00	600,00	600,00	800,00	600,00	600,00	600,00	800,00	800,00
var. % ARROZ		0,0	0,0	33,3	-25,0	0,0	0,0	33,3	0,0
MILHO	500,00	500,00	600,00	800,00	800,00	600,00	600,00	1.000,00	1.000,00
var. % MILHO		0,0	20,0	33,3	0,0	-25,0	0,0	66,7	0,0
MELANCIA	400,00	400,00	400,00	800,00	600,00	550,00	550,00	800,00	800,00
var. % MELANCIA		0,0	0,0	100,0	-25,0	-8,3	0,0	45,5	0,0
LARANJA	120,00	120,00	200,00	100,00	350,00	300,00	201,50	200,00	s/i
var. % LARANJA		0,0	66,7	-50,0	250,0	-14,3	-32,8	-0,7	-
LIMÃO	80,00	90,00	100,00	200,00	650,00	600,00	929,40	800,00	s/i
var. % LIMÃO		12,5	11,1	100,0	225,0	-7,7	54,9	-13,9	-

Fonte: Pesquisa Agrícola Municipal (PAM) – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)/
 Elaboração Norte Energia.

k) Análise da evolução nos preços de produtos agrícolas – Uruará

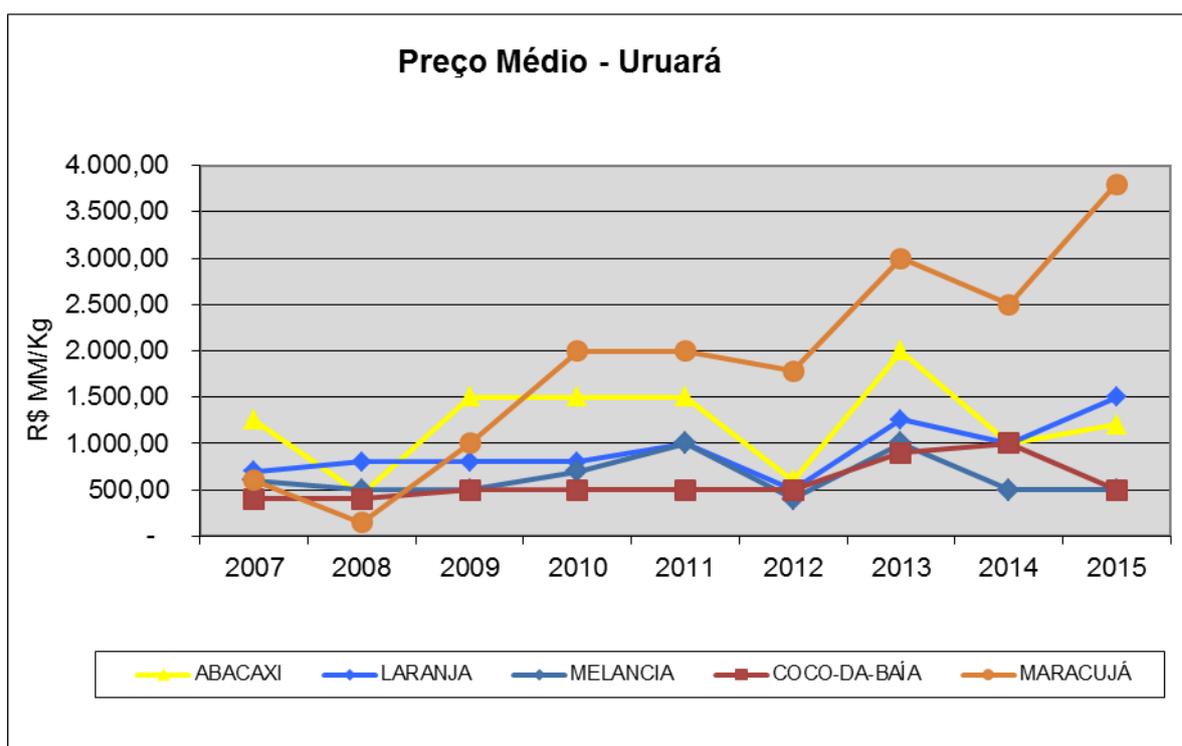


Figura 7.4 - 264 – Preço médio (R\$/T) de produtos agrícolas selecionados, em Uruará, de 2007 a 2015

Fonte: Pesquisa Agrícola Municipal (PAM) – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)/
 Elaboração Norte Energia.

Quadro 7.4 - 96 – Preço médio (R\$/T) de produtos agrícolas selecionados, em Uruará, de 2007 a 2015

PRODUTOS	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
ABACAXI var. % ABACAXI	1.250,00	450,00 -64,0	1.500,00 233,3	1.500,00 0,0	1.500,00 0,0	600,00 -60,0	2.000,00 233,3	1.000,00 -50,0	1.200,00 20,0
LARANJA var. % LARANJA	700,00	800,00 14,3	800,00 0,0	800,00 0,0	1.000,00 25,0	500,00 -50,0	1.260,00 152,0	1.000,00 -20,6	1.500,00 50,0
MELANCIA var. % MELANCIA	600,00	500,00 -16,7	500,00 0,0	700,00 40,0	1.000,00 42,9	400,00 -60,0	1.000,00 150,0	500,00 -50,0	500,00 0,0
COCO-DA-BAÍÁ var. % COCO-DA-BAÍÁ	400,00	400,00 0,0	500,00 25,0	500,00 0,0	500,00 0,0	500,00 0,0	900,00 80,0	1.000,00 11,1	500,00 -50,0
MARACUJÁ var. % MARACUJÁ	600,00	150,00 -75,0	1.000,00 566,7	2.000,00 100,0	2.000,00 0,0	1.780,00 -11,0	3.000,00 68,5	2.500,00 -16,7	3.800,00 52,0
MANDIOCA var. % MANDIOCA	150,00	150,00 0,0	150,00 0,0	160,00 6,7	200,00 25,0	234,25 17,1	350,00 49,4	468,00 33,7	468,00 0,0
ARROZ var. % ARROZ	580,00	750,00 29,3	666,00 -11,2	667,00 0,2	667,00 0,0	560,00 -16,0	833,00 48,8	800,00 -4,0	678,00 -15,3
FEIJÃO var. % FEIJÃO	1.500,00	3.200,00 113,3	1.750,00 -45,3	2.750,00 57,1	2.000,00 -27,3	2.898,39 44,9	3.267,94 12,8	2.413,15 -26,2	2.352,32 -2,5
MILHO var. % MILHO	525,00	600,00 14,3	633,00 5,5	500,00 -21,0	583,00 16,6	606,60 4,0	614,70 1,3	750,00 22,0	800,00 6,7
BANANA var. % BANANA	300,00	350,00 16,7	350,00 0,0	350,00 0,0	500,00 42,9	520,00 4,0	465,00 -10,6	400,00 -14,0	400,00 0,0
PALMITO var. % PALMITO	s/i	380,00 -	450,00 18,4	450,00 0,0	500,00 11,1	400,00 -20,0	s/i -	s/i -	s/i -
TOMATE var. % TOMATE	1.388,00	1.600,00 -	1.600,00 0,0	s/i -	s/i -	2.000,00 -	2.000,00 0,0	2.000,00 0,0	2.500,00 25,0

Fonte: Pesquisa Agrícola Municipal (PAM) – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)/
Elaboração Norte Energia.

Considerações Gerais

A evolução dos preços de determinados produtos agrícolas tradicionais na região da Transamazônica, não influenciados pelo mercado internacional, busca analisar as variações desses produtos que se relacionam com questões regionais. É importante destacar, também, que a vinda de migrantes para a região pode trazer demanda por novos produtos, e, conseqüentemente, a diversificação das culturas plantadas pelos produtores que visualizam a possibilidade de formação de um novo mercado consumidor.

Os preços agrícolas variam não só pelas alterações da procura, mas também pela oferta, ou seja, pela quantidade e qualidade do produto que são determinados pelas práticas utilizadas, pelo crédito agrícola, pelos custos de produção, pela qualidade do

solo, por fatores climáticos e pelas condições de transporte, entre outros. Atuam também, nesta dinâmica, a renda da população local e alguns fatores externos à localidade, tais como a participação de outros polos produtores e a própria inflação dos alimentos.

A análise dos preços de produtos agrícolas recaiu, principalmente, sobre aqueles, plantados nos municípios, com maiores variações nos preços após 2010. Vale ressaltar que alguns produtos tradicionais da região, como, Guaraná, Pimenta-do-Reino, Cacau, Soja, Urucum e Café não foram avaliados, pois seus preços são determinados pelo comércio internacional.

Na AII da UHE Belo Monte verificou-se que, em 2015, dos onze municípios, dez tiveram aumento de preços para a maioria dos produtos agrícolas, com exceção de Placas. Ressalte-se que, em Gurupá e Porto de Moz, não houve variação de preços nesse último período, pois são municípios distantes, de difícil acompanhamento pela equipe do IBGE, e o sistema pode estar desatualizado (**Figura 7.4 - 254 a Figura 7.4 - 264**).

O aumento verificado pode ser explicado, em parte, pela elevação nos preços pagos de fertilizantes pelos agricultores, em função da valorização do dólar e repasse aos preços de diversos fertilizantes importados, bem como pelo aumento dos combustíveis e outros insumos vinculados à variação cambial.

Na AID da UHE Belo Monte o comportamento de alta dos preços de 2014 para 2015 foi bastante semelhante entre os municípios. Os produtos que tiveram as maiores altas foram a melancia e a laranja, e o de maior baixa, em todos os municípios dessa região, foi o coco-da-baía.

Em Altamira, dos 16 produtos analisados, houve aumento ou estabilidade em 12 deles, com destaque para aumento atípico do preço do amendoim (+685,7%), seguido da laranja e tomate (+50,0% cada). Por outro lado, houve queda nos preços do coco-da-baía (-40,0%), goiaba, banana e maracujá (-17,4%, -16,7%, -16,7%, respectivamente). De forma semelhante, em Anapu houve aumento ou estabilidade em 13, dos 16 produtos avaliados (laranja,+66,7% e tangeriam e tomate,+50%), e redução para o coco-da-baía (-50,0%), palmito (-80,0%) e mandioca (-22,6%). Em Brasil Novo houve elevação ou manutenção de valores em 11 dos 12 produtos agrícolas selecionados, com queda para o coco-da-baía (-50,0%) e maior aumento para a laranja (+66,7%). O comportamento também se repetiu em Senador José Porfírio, onde houve aumento ou igualdade para os preços de 9 dos 10 produtos analisados, com destaque para a melancia (+60,0%) e baixa para o coco-da-baía (-39,0%). Finalmente, em Vitória do Xingu, 11 dos 13 produtos avaliados tiveram elevação ou estabilidade de preços, sendo, a melancia, a maior alta (+60,0%) e o coco-da-baía (-40,0%) e o maracujá (-14,5%), as baixas (**Quadro 7.4 - 86 a Quadro 7.4 - 90**).

No restante dos municípios da AII da UHE Belo Monte a tendência dos preços foi semelhante aos 5 municípios já analisados em 2015. Os produtos de alta e baixa mais

significativas também foram os mesmos, respectivamente, a melancia e o coco-da-baía.

Em Medicilândia 12 produtos agrícolas tiveram alta ou estabilidade, principalmente, mandioca (+75,6%), melancia (+60,0%) e tomate (+50,0%), e apenas um teve baixa de preço, o coco-da-baía (-40,0%). Pacajá teve aumento ou manutenção de valores para 9 produtos (os principais, laranja, +200,0% e abacaxi, +50,0%) e redução para 2 produtos (coco-da-baía, -33,3% e maracujá, -5,6%). Já Placas, como citado acima, foi o único município em que a redução de preços ocorreu na maioria dos produtos comercializados. De 11 produtos, houve redução em 7, com destaque para milho (-35,4%), feijão (-31,7%) e tomate (-30,2%), e elevação ou igualdade de preços para 4 produtos, sendo os principais a cana-de-açúcar (+81,8%) e a banana (+62,2%). Por último, em Uruará houve aumento ou estabilidade nos preços de 9 produtos (o principal, laranja, +50,0%) e queda nos preços de 3 produtos (coco-da-baía, -50,0%, arroz, -15,3% e feijão, -2,5%) (**Quadro 7.4 - 92 a Quadro 7.4 - 96**).

Para concluir, saliente-se que o Indicador “**Evolução nos preços de produtos agrícolas**” tal qual o de evolução de emissão de DAPs tinha por objetivo averiguar os possíveis impactos do empreendimento no setor agropecuário regional. A hipótese seria que, com a dinamização da economia regional, poderia haver algum reflexo nos preços dos produtos agrícolas nos municípios da AID. Todavia, os dados analisados e apresentados desde 2012 mostram que não há qualquer relação entre este Indicador e a UHE Belo Monte. Os preços seguem muito mais uma dinâmica regional ou nacional, assim como de políticas setoriais. Dessa forma, não há mais sentido em se continuar a monitorar este Indicador, e se propõe a sua descontinuidade a partir do segundo semestre de 2016.

10.3. Indicador “26. Evolução na área total de produção agrícola”

a) Análise da evolução na área total de produção agrícola– Altamira

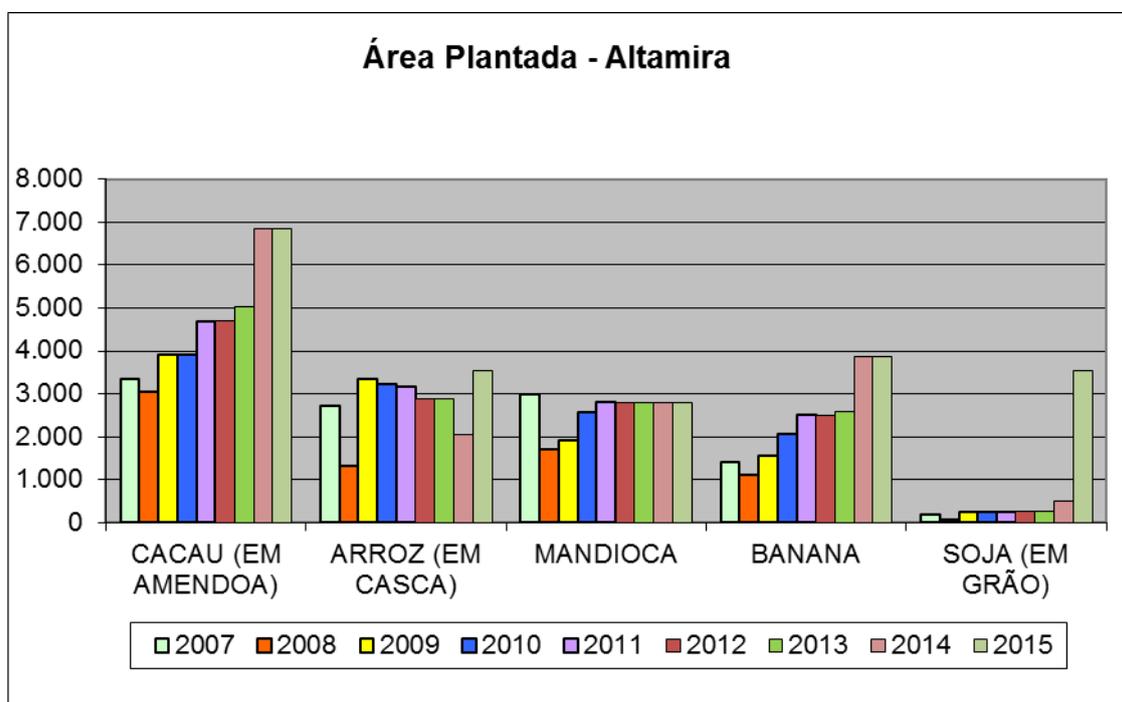


Figura 7.4 - 265 – Área plantada (ha) de produtos agrícolas, em Altamira, de 2007 a 2015

Fonte: Pesquisa Agrícola Municipal (PAM) – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)/
Elaboração Norte Energia.

Quadro 7.4 - 97 – Área plantada (ha) de produtos agrícolas, em Altamira, de 2007 a 2015

PRODUTOS	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	Distribuição em 2015
CACAU (EM AMENDOA)	3.350	3.055	3.900	3.900	4.700	4.700	5.021	6.849	6.850	30,9%
ARROZ (EM CASCA)	2.730	1.335	3.335	3.220	3.180	2.900	2.900	2.050	3.545	16,0%
MANDIOCA	3.000	1.710	1.920	2.580	2.800	2.800	2.800	2.800	2.810	12,7%
BANANA	1.415	1.100	1.555	2.075	2.500	2.500	2.600	3.870	3.870	17,5%
SOJA (EM GRÃO)	200	60	250	250	250	250	250	500	3.537	16,0%
OUTRAS CULTURAS	3.336	2.434	2.700	2.553	2.546	2.337	2.240	2.527	1.543	7,0%
TOTAL	14.031	9.694	13.660	14.578	15.976	15.487	15.811	18.596	22.155	100,0%

Fonte: Pesquisa Agrícola Municipal (PAM) – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)/
Elaboração Norte Energia.

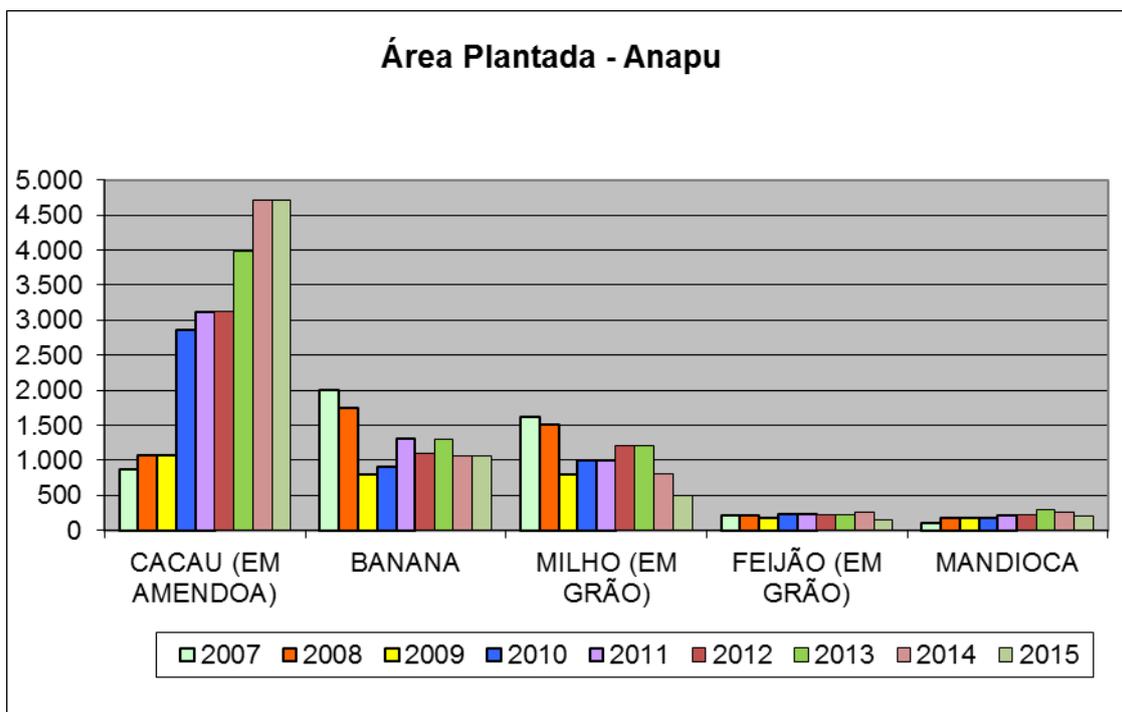
b) Análise da evolução na área total de produção agrícola – Anapu


Figura 7.4 - 266 – Área plantada (ha) de produtos agrícolas, em Anapu, de 2007 a 2015

Fonte: Pesquisa Agrícola Municipal (PAM) – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)/
 Elaboração Norte Energia.

Quadro 7.4 - 98 – Área plantada (ha) de produtos agrícolas, em Anapu, de 2007 a 2015

PRODUTOS	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	Distribuição em 2015
CACAU (EM AMENDOA)	870	1.070	1.070	2.860	3.120	3.120	3.990	4.720	4.720	68,5%
BANANA	2.000	1.750	800	900	1.300	1.100	1.300	1.070	1.070	15,5%
MILHO (EM GRÃO)	1.610	1.510	790	1.000	1.000	1.200	1.200	800	500	7,3%
FEIJÃO (EM GRÃO)	210	210	170	240	230	230	230	250	150	2,2%
MANDIOCA	100	175	175	175	220	220	300	255	205	3,0%
OUTRAS CULTURAS	561	586	566	596	661	669	738	1.117	250	3,6%
TOTAL	5.351	5.301	3.571	5.771	6.531	6.539	7.758	8.212	6.895	100,0%

Fonte: Pesquisa Agrícola Municipal (PAM) – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)/
 Elaboração Norte Energia.

c) Análise da evolução na área total de produção agrícola – Brasil Novo

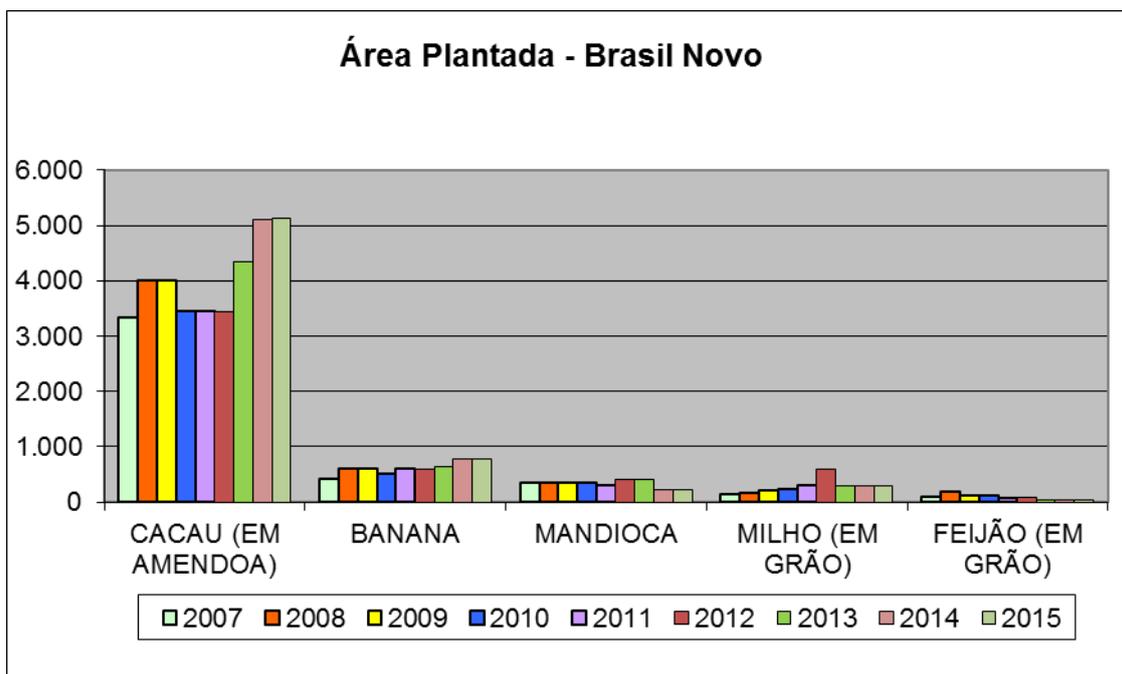


Figura 7.4 - 267 – Área plantada (ha) de produtos agrícolas, em Brasil Novo, de 2007 a 2015

Fonte: Pesquisa Agrícola Municipal (PAM) – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)/
Elaboração Norte Energia.

Quadro 7.4 - 99 – Área plantada (ha) de produtos agrícolas, em Brasil Novo, de 2007 a 2015

PRODUTOS	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	Distribuição em 2015
CACAU (EM AMENDOA)	3.325	4.000	4.000	3.445	3.443	3.443	4.335	5.115	5.125	78,4%
BANANA	415	615	615	515	600	600	650	770	770	11,8%
MANDIOCA	350	350	350	350	300	400	400	220	220	3,4%
MILHO (EM GRÃO)	150	175	220	235	300	600	300	300	300	4,6%
FEIJÃO (EM GRÃO)	90	190	116	116	85	75	40	40	40	0,6%
OUTRAS CULTURAS	1.092	228	183	128	67	65	41	77	81	1,2%
TOTAL	5.422	5.558	5.484	4.789	4.795	5.183	5.766	6.522	6.536	100,0%

Fonte: Pesquisa Agrícola Municipal (PAM) – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)/
Elaboração Norte Energia.

d) Análise da evolução na área total de produção agrícola – Senador José Porfírio

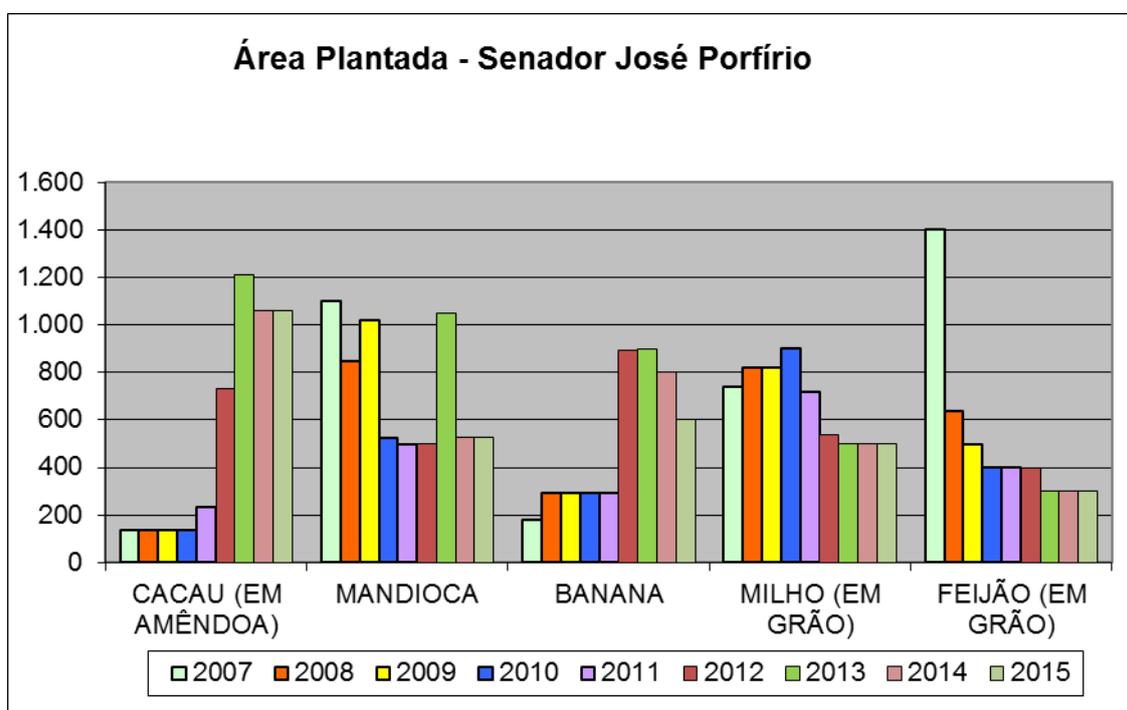


Figura 7.4 - 268 – Área plantada (ha) de produtos agrícolas, em Senador José Porfírio, de 2007 a 2015

Fonte: Pesquisa Agrícola Municipal (PAM) – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)/
Elaboração Norte Energia.

Quadro 7.4 - 100 – Área plantada (ha) de produtos agrícolas, em Senador José Porfírio, de 2007 a 2015

PRODUTOS	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	Distribuição em 2015
CACAU (EM AMÊNDOA)	135	135	135	135	235	730	1.210	1.060	1.060	33,7%
MANDIOCA	1.100	850	1.022	522	500	500	1.050	525	525	16,7%
BANANA	180	290	290	290	290	895	900	800	600	19,1%
MILHO (EM GRÃO)	740	819	820	900	720	540	500	500	500	15,9%
FEIJÃO (EM GRÃO)	1.405	636	500	400	400	400	300	300	300	9,5%
OUTRAS CULTURAS	2.536	1.760	1.623	1.571	1.332	1.128	463	219	159	5,1%
TOTAL	6.096	4.490	4.390	3.818	3.477	4.193	4.423	3.404	3.144	100,0%

Fonte: Pesquisa Agrícola Municipal (PAM) – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)/
Elaboração Norte Energia.

e) Análise da evolução na área total de produção agrícola – Vitória do Xingu

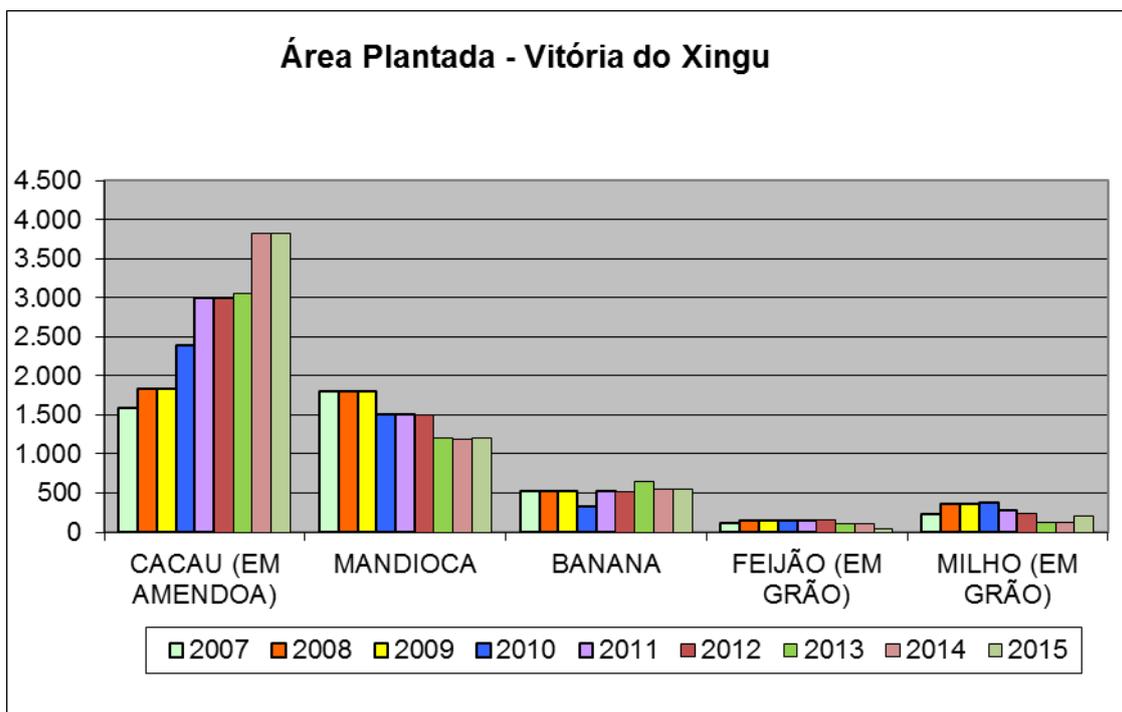


Figura 7.4 - 269 – Área plantada (ha) de produtos agrícolas, em Vitória do Xingu, de 2007 a 2015

Fonte: Pesquisa Agrícola Municipal (PAM) – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)/
Elaboração Norte Energia.

Quadro 7.4 - 101 – Área plantada (ha) de produtos agrícolas, em Vitória do Xingu, de 2007 a 2015

PRODUTOS	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	Distribuição em 2015
CACAU (EM AMENDOA)	1.590	1.840	1.840	2.390	2.990	2.990	3.060	3.816	3.816	64,0%
MANDIOCA	1.800	1.800	1.800	1.500	1.500	1.500	1.200	1.180	1.200	20,1%
BANANA	520	520	520	320	520	520	655	550	550	9,2%
FEIJÃO (EM GRÃO)	121	150	150	150	150	150	100	100	45	0,8%
MILHO (EM GRÃO)	225	360	360	380	285	235	130	130	200	3,4%
OUTRAS CULTURAS	576	719	719	782	652	549	385	544	153	2,6%
TOTAL	4.832	5.389	5.389	5.522	6.097	5.944	5.530	6.320	5.964	100,0%

Fonte: Pesquisa Agrícola Municipal (PAM) – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)/
Elaboração Norte Energia.

f) Análise da evolução na área total de produção agrícola – Gurupá

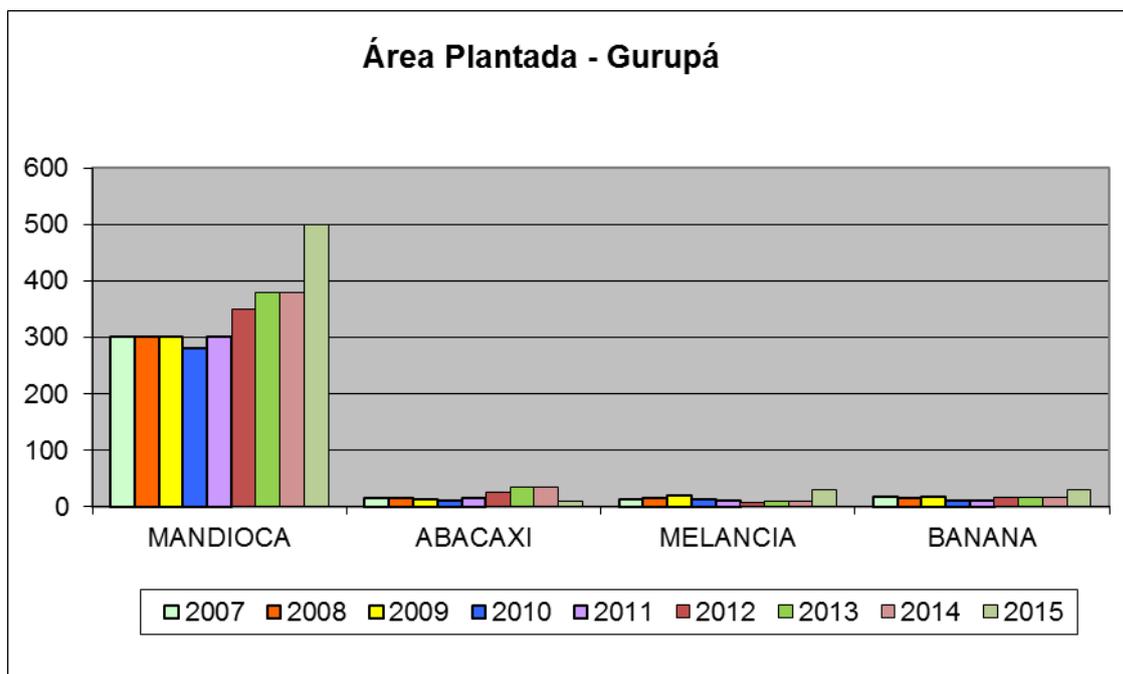


Figura 7.4 - 270 – Área plantada (ha) de produtos agrícolas, em Gurupá, de 2007 a 2015

Fonte: Pesquisa Agrícola Municipal (PAM) – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)/
Elaboração Norte Energia.

Quadro 7.4 - 102 – Área plantada (ha) de produtos agrícolas, em Gurupá, de 2007 a 2015

PRODUTOS	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	Distribuição em 2015
MANDIOCA	300	300	300	280	300	350	380	380	500	86,4%
ABACAXI	14	14	12	10	15	25	35	35	10	1,7%
MELANCIA	12	15	20	12	10	7	10	10	30	5,2%
BANANA	17	15	16	10	11	15	16	16	30	5,2%
OUTRAS CULTURAS	91	93	104	130	100	116	129	310	9	1,6%
TOTAL	434	437	452	442	436	513	570	751	579	100,0%

Fonte: Pesquisa Agrícola Municipal (PAM) – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)/
Elaboração Norte Energia.

g) Análise da evolução na área total de produção agrícola – Medicilândia

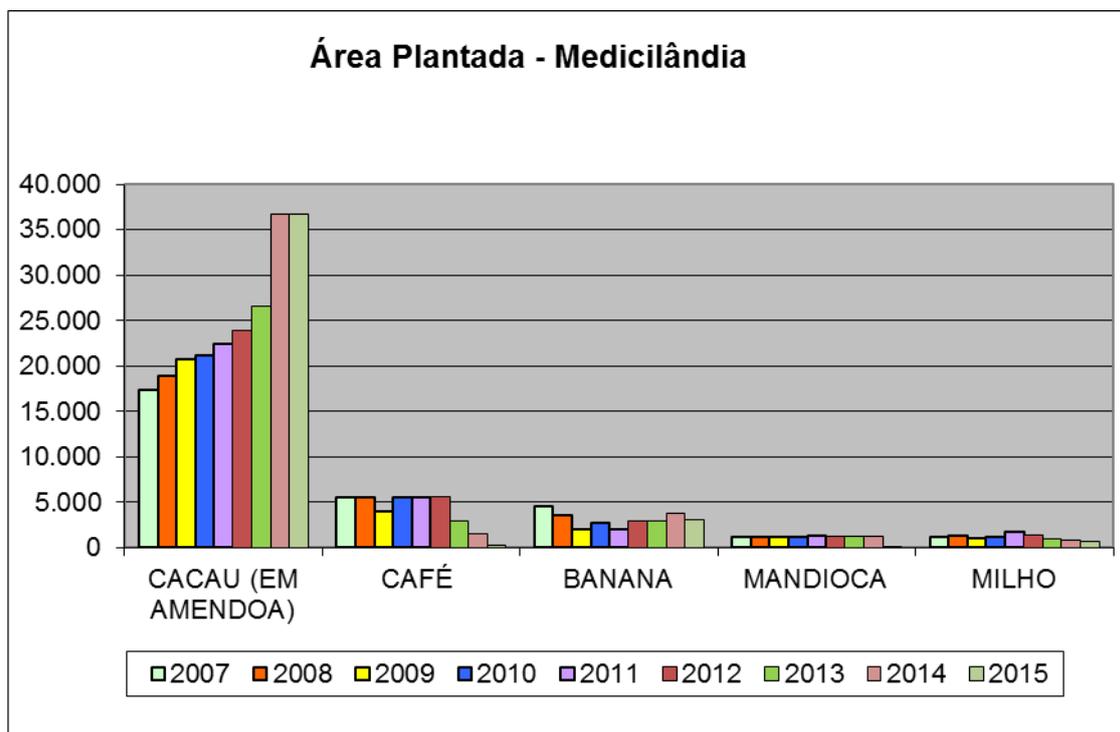


Figura 7.4 - 271 – Área plantada (ha) de produtos agrícolas, em Medicilândia, de 2007 a 2015

Fonte: Pesquisa Agrícola Municipal (PAM) – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)/
 Elaboração Norte Energia.

Quadro 7.4 - 103 – Área plantada (ha) de produtos agrícolas, em Medicilândia, de 2007 a 2015

PRODUTOS	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	Distribuição em 2015
CACAU (EM AMENDOA)	17.395	18.930	20.752	21.145	22.467	23.897	26.620	36.713	36.713	88,8%
CAFÉ	5.615	5.615	3.930	5.615	5.615	5.615	3.000	1.500	200	0,5%
BANANA	4.600	3.520	2.020	2.720	2.040	2.890	2.990	3.790	3.134	7,6%
MANDIOCA	1.200	1.200	1.200	1.200	1.300	1.300	1.300	1.315	160	0,4%
MILHO	1.140	1.350	1.000	1.200	1.800	1.400	1.000	900	700	1,7%
OUTRAS CULTURAS	2.927	2.695	2.278	2.333	2.528	1.223	688	618	423	1,0%
TOTAL	32.877	33.310	31.180	34.213	35.750	36.325	35.598	44.836	41.330	100,0%

Fonte: Pesquisa Agrícola Municipal (PAM) – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)/
 Elaboração Norte Energia.

h) Análise da evolução na área total de produção agrícola – Pacajá

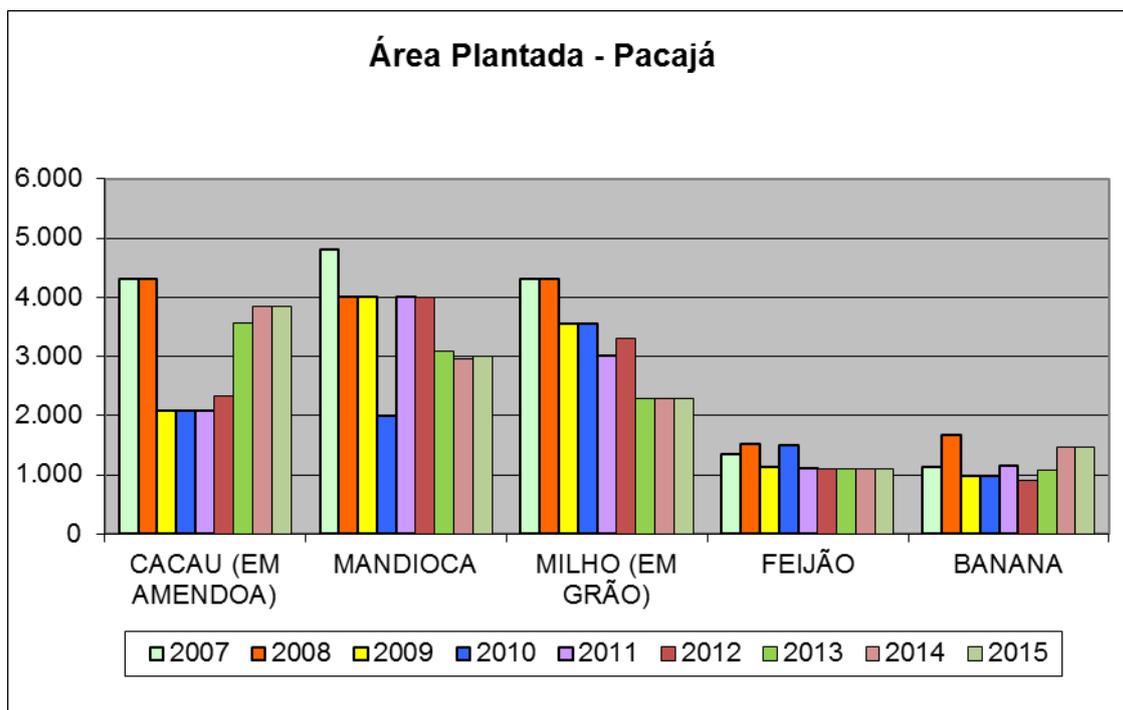


Figura 7.4 - 272 – Área plantada (ha) de produtos agrícolas, em Pacajá, de 2007 a 2015

Fonte: Pesquisa Agrícola Municipal (PAM) – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)/
Elaboração Norte Energia.

Quadro 7.4 - 104 – Área plantada (ha) de produtos agrícolas, em Pacajá, de 2007 a 2015

PRODUTOS	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	Distribuição em 2015
CACAU (EM AMENDOA)	4.312	4.310	2.085	2.085	2.085	2.330	3.565	3.858	3.858	31,6%
MANDIOCA	4.800	4.000	4.000	2.000	4.000	4.000	3.100	2.960	3.000	24,6%
MILHO (EM GRÃO)	4.320	4.320	3.555	3.555	3.020	3.300	2.300	2.300	2.300	18,9%
FEIJÃO	1.340	1.515	1.134	1.494	1.100	1.100	1.100	1.100	1.100	9,0%
BANANA	1.140	1.665	990	990	1.160	900	1.070	1.470	1.470	12,0%
OUTRAS CULTURAS	4.373	4.096	3.318	3.301	2.443	2.155	1.447	1.147	472	3,9%
TOTAL	20.285	19.906	15.082	13.425	13.808	13.785	12.582	12.835	12.200	100,0%

Fonte: Pesquisa Agrícola Municipal (PAM) – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)/
Elaboração Norte Energia.

i) Análise da evolução na área total de produção agrícola – Placas

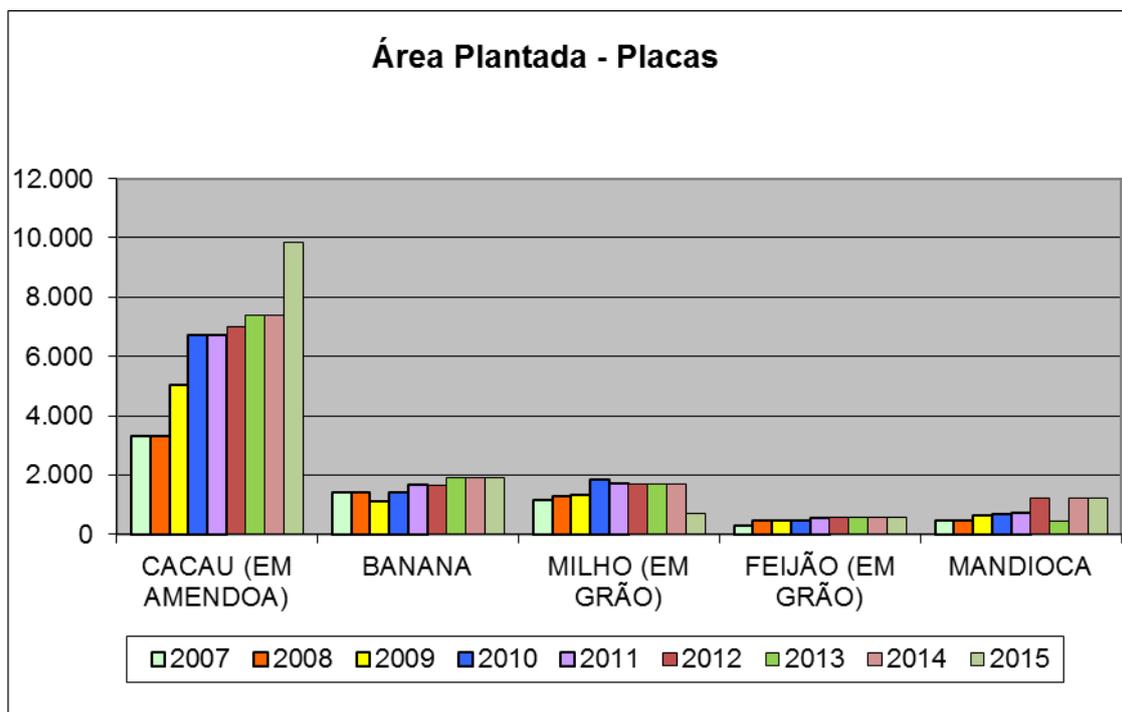


Figura 7.4 - 273 – Área plantada (ha) de produtos agrícolas, em Placas, de 2007 a 2015

Fonte: Pesquisa Agrícola Municipal (PAM) – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)/
Elaboração Norte Energia.

Quadro 7.4 - 105 – Área plantada (ha) de produtos agrícolas, em Placas, de 2007 a 2015

PRODUTOS	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	Distribuição em 2015
CACAU (EM AMENDOA)	3.329	3.329	5.027	6.700	6.700	7.000	7.400	7.400	9.843	61,6%
BANANA	1.420	1.410	1.128	1.400	1.660	1.660	1.890	1.890	1.890	11,8%
MILHO (EM GRÃO)	1.150	1.280	1.320	1.830	1.700	1.700	1.700	1.700	700	4,4%
FEIJÃO (EM GRÃO)	310	480	475	450	540	570	570	570	570	3,6%
MANDIOCA	450	450	630	690	710	1.200	450	1.200	1.200	7,5%
OUTRAS CULTURAS	1.962	2.165	1.959	1.698	1.708	1.618	1.666	2.198	1.775	11,1%
TOTAL	8.621	9.114	10.539	12.768	13.018	13.748	13.676	14.958	15.978	100,0%

Fonte: Pesquisa Agrícola Municipal (PAM) – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)/
Elaboração Norte Energia.

j) Análise da evolução na área total de produção agrícola – Porto de Moz

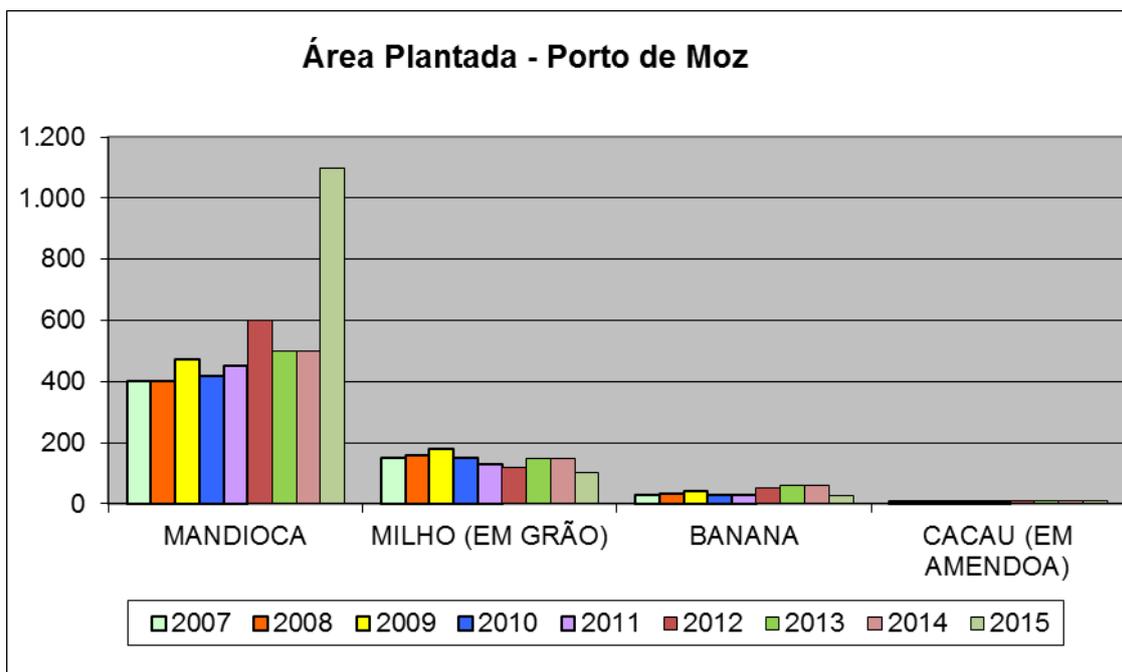


Figura 7.4 - 274 – Área plantada (ha) de produtos agrícolas, em Porto de Moz, de 2007 a 2015

Fonte: Pesquisa Agrícola Municipal (PAM) – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)/
Elaboração Norte Energia.

Quadro 7.4 - 106 – Área plantada (ha) de produtos agrícolas, em Porto de Moz, de 2007 a 2015

PRODUTOS	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	Distribuição em 2015
MANDIOCA	400	400	472	420	450	600	500	500	1.100	88,1%
MILHO (EM GRÃO)	150	160	180	150	130	120	150	150	100	8,0%
BANANA	30	35	40	30	30	50	60	60	25	2,0%
CACAU (EM AMENDOA)	10	10	10	10	10	12	12	12	10	0,8%
OUTRAS CULTURAS	141	158	163	155	149	148	179	342	13	1,0%
TOTAL	731	763	865	765	769	930	901	1.064	1.248	100,0%

Fonte: Pesquisa Agrícola Municipal (PAM) – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)/
Elaboração Norte Energia.

k) Análise da evolução na área total de produção agrícola – Uruará

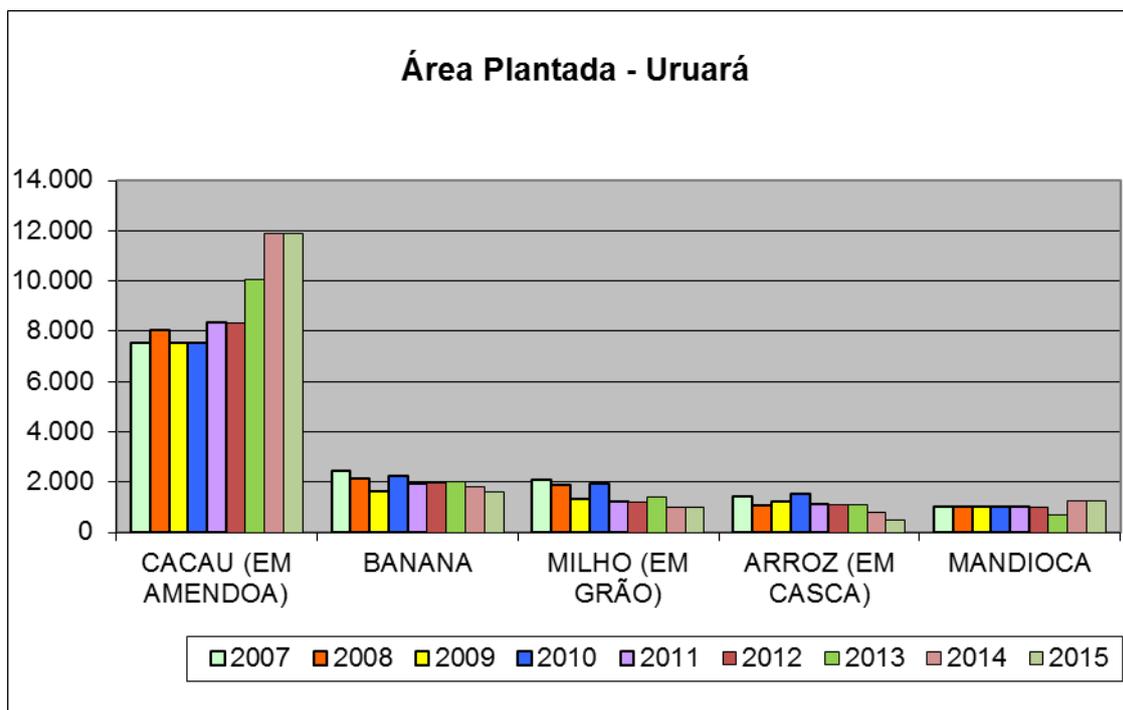


Figura 7.4 - 275 – Área plantada (ha) de produtos agrícolas, em Uruará, de 2007 a 2015

Fonte: Pesquisa Agrícola Municipal (PAM) – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)/
Elaboração Norte Energia.

Quadro 7.4 - 107 – Área plantada (ha) de produtos agrícolas, em Uruará, de 2007 a 2015

PRODUTOS	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	Distribuição em 2015
CACAU (EM AMENDOA)	7.530	8.065	7.530	7.530	8.341	8.341	10.064	11.905	11.905	69,0%
BANANA	2.430	2.130	1.630	2.230	1.950	1.950	2.000	1.800	1.600	9,3%
MILHO (EM GRÃO)	2.105	1.865	1.325	1.950	1.200	1.200	1.405	1.000	1.000	5,8%
ARROZ (EM CASCA)	1.417	1.080	1.245	1.540	1.105	1.108	1.080	800	500	2,9%
MANDIOCA	1.000	1.000	1.000	1.000	1.000	1.000	700	1.250	1.250	7,2%
OUTRAS CULTURAS	6.148	5.981	5.225	4.098	5.195	4.118	2.074	1.284	1.011	5,9%
TOTAL	20.630	20.121	17.955	18.348	18.791	17.717	17.323	18.039	17.266	100,0%

Fonte: Pesquisa Agrícola Municipal (PAM) – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)/
Elaboração Norte Energia.

Considerações Gerais

Em 2015, Medicilândia continuou a ser o município de maior área plantada de produtos agrícolas da AII da UHE Belo Monte com 41.330 ha, apesar da redução em relação ao ano anterior, seguido por Altamira (22.155 ha), que aumentou a área, e Uruará (17.266 ha), que apresentou redução. Já as menores áreas foram Gurupá (579 ha), Porto de Moz (1.248 ha) e Senador José Porfírio (3.144 ha).

Como no ano anterior, em quase todos os municípios, as principais culturas em área plantada, em 2015, foram o cacau, o milho, a mandioca e a banana.

Nos municípios da AID da UHE Belo Monte, Altamira foi o único município com aumento significativo da área plantada de 2014 para 2015, passando de 18.596 ha para 22.155 ha. Nos outros municípios houve estabilidade, ou redução, sendo que a mais importante foi em Anapu, onde houve redução de 8.212 ha para 6.895 ha.

Em Altamira, o crescimento da área foi motivado, principalmente, pelo aumento das áreas de arroz e soja, sendo que as culturas predominantes foram cacau (30,9%), banana (17,5%), arroz e soja (16,0% cada). Por outro lado, em Anapu a redução ocorreu, em grande parte, devido à redução das áreas de milho, feijão e outras culturas, sendo que a mais relevante no município foi cacau (68,5%). Em Brasil Novo a área se manteve estável e a cultura mais importante, em termos de área plantada, foi, novamente, o cacau (78,4%). Já os municípios de Senador José Porfírio e Vitória do Xingu tiveram um comportamento muito semelhante: houve uma pequena redução da área e a distribuição das principais culturas foi, respectivamente, de 33,7% e 64,0% com cacau, 19,1% e 9,2% com banana e 16,7% e 20,1% com mandioca (**Figura 7.4 - 265 a Figura 7.4 - 269 e Quadro 7.4 - 97 a Quadro 7.4 - 101**).

Para o restante dos municípios da AII da UHE Belo Monte houve certa variação no comportamento e composição da área plantada.

No caso de Gurupá houve queda da área de 2014 para 2015, que já era pequena, principalmente em função da redução da área de produtos pouco expressivos agrupados no item “outras culturas”. Por outro lado, houve aumento da área de mandioca, que predomina no município, com 86,4% do total plantado. Já Medicilândia, que teve a maior redução absoluta de área entre os 11 municípios, ocasionada, principalmente, pelas culturas de café, mandioca e banana, é um tradicional produtor de cacau, que ocupou, em 2015, 88,8% da área plantada. Em Pacajá houve uma pequena redução da área e as principais culturas foram cacau (31,6%), mandioca (24,6%) e milho (18,9%). No município de Placas houve aumento expressivo da área plantada de 14.958, em 2014, para 15.978, em 2015, motivado pelo cacau, que ocupou 61,6% da área. Já Porto de Moz teve uma pequena elevação da área em função do aumento da mandioca, que prevalece no município, com 88,1% do total plantado. Finalmente, em Uruará, houve queda na área total ocupada por culturas devido, essencialmente, à redução das áreas de banana e arroz e a prevalência continuou sendo do cacau, com 69,0% da área (**Figura 7.4 - 270 a Figura 7.4 - 275 e Quadro 7.4 - 102 a Quadro 7.4 - 107**).

Para finalizar, os dados apresentados mostram que o Indicador “**Evolução na área total de produção agrícola**” não tem qualquer relação com o empreendimento. Quando ele foi concebido, o objetivo era monitorar os possíveis impactos que a UHE Belo Monte poderia causar na área de produção agrícola nos municípios da AID. A hipótese era de que uma conjunção entre o afluxo populacional e a dinamização da economia regional poderia estimular o aumento de área total de produção agrícola dos municípios. No entanto, da mesma forma que os demais indicadores da Dimensão Agropecuária, a evolução na área de produção agrícola segue uma dinâmica totalmente alheia ao empreendimento. As áreas plantadas por tipo de cultura é

sensível a outros fatores, como o mercado, os preços dos produtos e as políticas setoriais. Há produtos de importância regional, ou mais em alguns municípios, como o caso do cacau. Nesse caso, a própria Norte Energia desenvolveu inúmeras ações de assistência técnica e até mesmo havia o Projeto de Apoio à Cadeia Produtiva do Cacau (4.2.5). Porém, mesmo nesse caso, isso não ocorreu diretamente por conta do empreendimento, mas sua expansão se relaciona muito mais a questões mercadológicas e não ao empreendimento em si. Portanto, não há mais sentido em se continuar o acompanhamento deste Indicador e, dessa maneira, propõe-se a sua descontinuidade a partir do segundo semestre de 2016.

Do que foi exposto até o momento, a conclusão é de que a própria Dimensão Agropecuária perde importância dentro do contexto do Programa 7.4, e sua supressão não afetará de nenhuma maneira os objetivos deste Programa.

11. Dimensão: Condições de Vida

11.1. Indicador “27. Alteração da composição familiar”

11.2. Indicador “28. Avaliação acerca das condições de ensino/escola”

11.3. Indicador “29. Avaliação acerca das condições da saúde”

11.4. Indicador “30. Alteração na escolaridade da população”

11.5. Indicador “31. Evolução nos benefícios recebidos de programas governamentais”

11.6. Indicador “32. Evolução nos indicadores de trabalho e renda (inclusive dos familiares)”

Os resultados da primeira, segunda e terceira campanhas da Pesquisa de Condições de Vida – PCV, de periodicidade anual, possibilitaram a construção desses indicadores. Os dados foram apresentados, respectivamente, no 5º, 7º e 9º RC.

Já a quarta campanha da pesquisa, iniciada em julho de 2016, e aplicada nos mesmos domicílios cadastrados na primeira campanha (área não afetada diretamente pelo empreendimento, da sede urbana de Altamira), encontra-se em andamento, com previsão de término no início de setembro de 2016. Assim, neste relatório ainda não há dados disponíveis, sendo que os resultados desse segundo levantamento serão exibidos no próximo RC, com a avaliação do indicador.